



renováveis





## sobre este relatório

Este relatório integrado descreve o desempenho da EDP Renováveis (EDPR) no que diz respeito aos três pilares da sustentabilidade: económica, ambiental e social.

A EDPR está empenhada em melhorar de forma continuada o seu desempenho em Sustentabilidade, tal como é destacado na sua Visão e Missão, como forma de criar valor para os seus acionistas e para a sociedade. Como um dos principais agentes no setor das energias renováveis, a EDPR desempenha um papel essencial dentro do Grupo EDP, líder mundial em 2011 nos Índices Dow Jones de Sustentabilidade, entre as empresas do setor energético.

A EDPR está assim uma vez mais empenhada em seguir as diretrizes G3.1 da Global Reporting Initiative (GRI) no que diz respeito aos relatórios de sustentabilidade.

### Global reporting initiative e *global compact* das nações unidas

As diretrizes da GRI definem um conjunto de indicadores e recomendações para criar um padrão global de divulgação da informação relativa aos três pilares da sustentabilidade: desempenho económico, ambiental e social. A adesão de uma empresa a estas diretrizes significa a sua convergência com o conceito e as práticas da sustentabilidade.

Todo o relatório, incluindo os indicadores ambientais e sociais contemplados pela GRI, foi auditado pela KPMG.

No capítulo "Avaliação GRI" pode ser encontrado um quadro completo da implementação das diretrizes da GRI.

O quadro GRI estabelece uma lista de princípios que ajudam as organizações a garantir que o conteúdo dos seus relatórios é equilibrado e fidedigno. A EDPR aplicou estes princípios como base para o seu Relatório Anual de 2011.

Para saber mais sobre as linhas de orientação da GRI, visite [www.globalreporting.org](http://www.globalreporting.org).

O "Global Compact" é uma iniciativa das Nações Unidas lançada em 2000 que estabelece linhas de orientação para os negócios que entendam dever contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A EDPR decidiu seguir as recomendações desta iniciativa, pelo que está profundamente empenhada em pôr em prática estes princípios e informar a sociedade dos progressos alcançados.

### Nível de aplicação da GRI

Cumprindo as recomendações da GRI, este relatório foi certificado externamente pela KPMG, que confirmou a autodeclaração da EDPR do nível A+. Adicionalmente, a GRI certificou que este relatório cumpre as normas de reporte GRI, confirmando o nível A+ certificado pela KPMG.

### Normas internacionais de relato financeiro (IFRS)

Os indicadores económicos e financeiros deste relatório tiveram por base os padrões das normas internacionais de relato financeiro (IFRS). O objetivo geral das IFRS é o de criar normas internamente consistentes e internacionalmente convergentes baseadas numa série de princípios para o relato económico e financeiro.

### Governo societário

Este Relatório Anual inclui um capítulo sobre o governo da sociedade onde se descreve a adoção das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades português, aprovado pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários portuguesa.

A EDPR presta assim informação sobre a estrutura do modelo de governo, negócios entre a sociedade e os membros dos órgãos de sociais ou partes relacionadas, sistemas de controlo interno e gestão de risco, estrutura acionista, exercício de direitos pelos acionistas, política de remunerações, informação sobre as ações da empresa e, finalmente, relações da empresa com o mercado.

### Âmbito do relatório

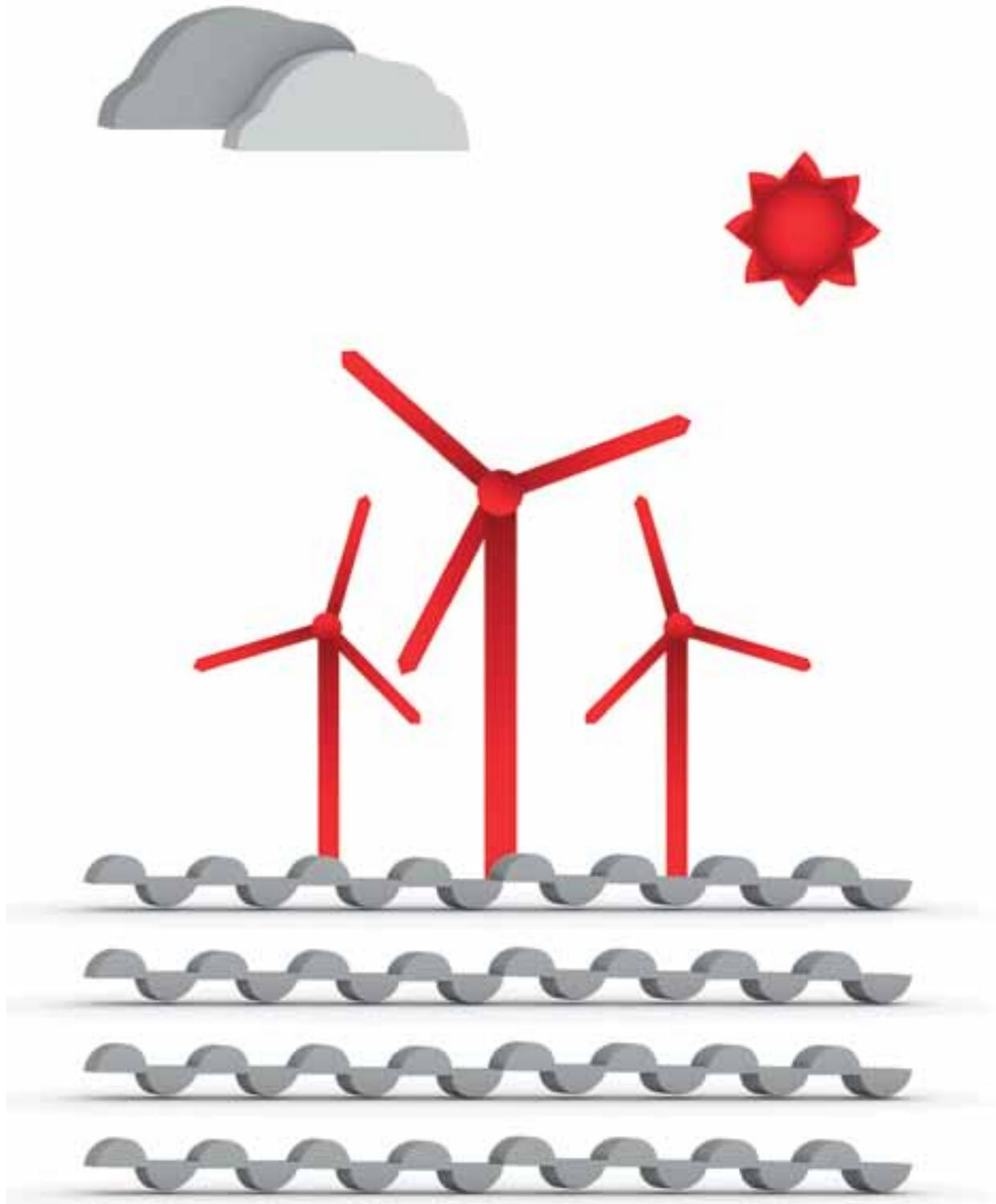
Este relatório é relativo ao ano fiscal de 2011, com início a 1 de janeiro de 2011 e fim a 31 de dezembro de 2011, apresentando ainda alguns acontecimentos relevantes dos primeiros meses de 2012. Contém informações sobre a EDP Renováveis, S.A., bem como sobre as suas subsidiárias no período em referência.

Tanto este relatório como os relatórios de anos anteriores estão disponíveis em [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com).

Com vista a melhor adaptar futuros relatórios às necessidades dos nossos *stakeholders*, está disponível um inquérito de opinião no nosso *website*: [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com).

### PRINCIPIOS DE GRI

RELEVÂNCIA	INCLUSÃO DOS STAKEHOLDERS	CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE
Este relatório inclui a informação relevante para os <i>stakeholders</i> da sociedade, tal como ela se apresenta nos estudos de materialidade conduzidos.	As preocupações e o <i>feedback</i> transmitidos por todas as partes interessadas foram tidos em conta durante a criação do relatório.	Este relatório enquadra devidamente, e tanto quanto possível, a estratégia de contribuição para o desenvolvimento sustentável da sociedade.
ABRANGÊNCIA E EQUILÍBRIO	COMPARABILIDADE, PRECISÃO, CLAREZA E FIDELIDADE	PERIODICIDADE
Salvo declaração em contrário, este relatório abrange todas as subsidiárias da empresa e é apresentado numa perspetiva de equilíbrio e objetividade.	A informação apresentada segue as linhas de orientação para tornar a informação comparável, rastreável, exata e fidedigna.	A informação apresentada neste relatório diz respeito ao ano fiscal de 2011. A EDPR compromete-se a transmitir informação sobre sustentabilidade pelo menos uma vez por ano.



# mensagem do Presidente do Conselho de Administração

“Sendo o terceiro maior produtor de energia eólica, asseguramos um desenvolvimento sustentável: económico, social e ambiental. Combinamos o crescimento operacional e financeiro com o investimento na sociedade e o respeito pelo ambiente.”

## Caros acionistas,

É com prazer que anunciamos que o desempenho da vossa empresa neste complexo contexto económico foi bastante resiliente. Face a um panorama de preços de eletricidade reduzidos, mercados financeiros instáveis aliados a uma elevada volatilidade da moeda e incertezas regulatórias, a EDPR agiu e atingiu as mais elevadas expectativas colocadas pelo Conselho de Administração. Mesmo num contexto económico altamente imprevisível, os resultados deste ano foram suportados por uma base de ativos sólida e equilibrada da EDPR. A nossa base de ativos actual, constituída por 7,5 GW, de energia eólica, atingiu métricas operacionais para além das expectativas, demonstrando as nossas capacidades e competências fundamentais no que diz respeito ao desenvolvimento e operação de parques eólicos.

O ano de 2011 contribuiu significativamente para reforçar a ideia de que as energias renováveis irão desempenhar um papel fundamental no setor energético. Por um lado, a lamentável tragédia nuclear provocada pelo terramoto no Japão deu origem a questões sobre a segurança energética, algo que não tem vindo a ser considerado relevante por muitos e, como tal, foram vários os países a redefinir as suas políticas energéticas e a introduzir normas energéticas mais exigentes. Para além disso, durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas de 2011, vários sinais positivos apontavam para o compromisso de um único acordo global até 2015 e, também, para um prolongamento do Protocolo de Quioto.

De acordo com esta alteração de mentalidade, acreditamos plenamente nos benefícios de um parque produtivo equilibrado, apoiado por tecnologias mais desenvolvidas. A energia eólica já permite a existência desta confiança, ao mesmo tempo que é uma solução comprovada no que toca ao crescimento económico, à criação de postos de trabalho e a uma energia segura e limpa. A moratória temporária em Espanha e a discussão actual sobre a extensão dos benefícios fiscais nos Estados Unidos vêm trazer um maior desafio para o crescimento da EDPR em 2013, embora os compromissos a longo prazo permaneçam inalterados. A EDPR, diversificada em 11 regiões geográficas, espera que a visibilidade relativamente ao desenvolvimento de energia eólica seja atingida o mais cedo possível. Continuámos a trabalhar em novas opções de crescimento, avaliando riscos regulatórios e tecnológicos e, ainda, estabelecemos uma nova parceria de até 2,4 GW de energia eólica *offshore* no Reino Unido.

No final de 2011, a EDP assinou um acordo para uma parceria estratégica com a China Three Gorges, a maior empresa de energia limpa da China, com um forte enfoque em projetos de energias renováveis. Tal parceria, no que diz respeito à EDPR, passa por investimentos directos por parte da CTG em participações minoritárias em alguns parques eólicos da EDPR e por um desenvolvimento conjunto de determinados projetos renováveis. A parceria foi concebida com o intuito



de maximizar a criação de valor a partir de uma perspectiva de crescimento mundial, no ramo do desenvolvimento de energias renováveis, e irá moldar as perspectivas de crescimento da EDPR. Em breve, iremos anunciar o nosso plano de negócios para 2015 tendo em conta esta nova parceria estratégica.

O Conselho de Administração da EDPR compromete-se a cumprir com as normas mais exigentes ao nível do governo da sociedade e do código de conduta, assim como a alinhar a sua estrutura de acordo com o perfil de atividades da empresa. Em 2011, o Conselho terminou o seu primeiro mandato e foi estabelecida uma integração mais coesa entre o Conselho Administração e a Equipa de Gestão da EDPR. Através dessa integração, vários membros da Equipa de Gestão passaram a integrar o Conselho de Administração. Em Fevereiro de 2012, João Manso Neto sucedeu a Ana Maria Fernandes no cargo de CEO da EDPR. João Manso Neto tem vindo a ocupar o cargo de Administrador Executivo na EDPR desde 2008 e o cargo de membro do Conselho de Administração na EDP desde 2006. Com este historial, possui um vasto conhecimento da empresa e, portanto, envio-lhe os votos de sucesso nesta nova etapa. Também gostaria de agradecer a Ana Maria Fernandes pelo seu empenho nos interesses dos acionistas da EDPR durante estes últimos três anos. Da mesma forma, envio-lhe votos de sucesso no seu novo cargo na EDP Brasil.

Gostaria também de agradecer os esforços da nossa equipa e realçar as suas contribuições e compromissos. A empresa continuará a investir em recursos humanos e no desenvolvimento da sua equipa, assegurando-se de que continuará motivada a transformar novos desafios em oportunidades, ao mesmo tempo que continuará a interagir com todos os intervenientes nas várias áreas de actividade da EDPR. A forma como a empresa desenvolve e opera os seus parques eólicos e os seus 16,8 TWh de energia gerada, limpa e sem CO<sub>2</sub>, são fatores decisivos para a posição de liderança global do Grupo EDP no âmbito da sustentabilidade.

Sendo o terceiro maior produtor de energia eólica, asseguramos um desenvolvimento sustentável: económico, social e ambiental. Combinamos o crescimento operacional e financeiro com o investimento na sociedade e o respeito pelo ambiente. Seguindo estes princípios, a EDPR continuará a liderar.

**António Mexia**  
Presidente do Conselho de Administração

# entrevista com a CEO

Ana Maria Fernandes | Chief Executive Officer (CEO)

## ANO DE 2011:

### Ana, pode dar-nos uma ideia geral de como foi 2011? Quais foram os acontecimentos mais importantes e o que não correu conforme planeado?

Começamos o ano com um forte compromisso para com a nossa estratégia, o que resultou num aumento da criação de valor para os acionistas em 2011. Em termos de crescimento, instalámos mais de 800 MW. Em termos de rentabilidade, seleccionámos os melhores projetos com fatores de utilização de qualidade e remuneração acima da média. Além disso, conseguimos melhorar o nosso perfil de risco, aumentando para 90% os activos ao abrigo de regimes regulatórios estáveis e contratos a longo prazo.

Mais detalhadamente, gostaria de sublinhar os três feitos que se seguem e que marcaram a EDPR em 2011.

Em primeiro lugar, a empresa continuou a expandir-se geograficamente e a encontrar novas oportunidades de mercado com grandes vantagens para os nossos acionistas. Por exemplo, estabelecemo-nos claramente como parte integrante a longo prazo do mercado da energia eólica no Brasil, e somos actualmente líderes indiscutíveis dos mercados da Romênia e Polónia, regiões com fortes compromissos para o desenvolvimento da energia eólica.

Em segundo lugar, a EDPR conseguiu assegurar mais de 700 milhões de euros de financiamento através de fontes alternativas a taxas competitivas, como os financiamentos com multilaterais para projetos em Portugal, no Brasil e na Romênia, ou o financiamento através de parcerias institucionais nos E.U.A. No meio da turbulência actual nos mercados financeiros, foi um grande sucesso e uma demonstração inequívoca da qualidade dos projetos executados pelas nossas equipas.

Em terceiro lugar, continuamos a olhar em frente, para o futuro, e a planear as nossas opções de crescimento a longo prazo. Neste ano conseguimos expandir os nossos projetos de energia eólica "offshore" em desenvolvimento no Reino Unido para 2,4 GW, através de uma parceria com uma empresa de primeira classe no setor energético. Um compromisso claro com a inovação e a diversificação tecnológica.

Tenho de dizer que também enfrentámos desafios e retrocessos. A incerteza regulatória para futuros investimentos em alguns dos principais mercados de energias renováveis, como os E.U.A. e a Espanha, diminuiu a nossa visibilidade sobre o futuro e está a questionar as nossas taxas de crescimento. Para enfrentar estes problemas, a empresa irá continuar a trabalhar durante o ano de 2012 para encontrar soluções de crescimento alternativas e vantajosas que tenham valor para os nossos acionistas.

### Como foi o desempenho da EDPR em 2011?

Em 2011 conseguimos atingir os nossos objectivos de crescimento de capacidade ao instalar 806 MW, aumentar a nossa produção de eletricidade em 17% para 16,8 TWh e gerar vendas recorde superiores a mil milhões de euros.

Continuamos a demonstrar os atributos qualitativos dos nossos ativos e diversificação geográfica. Temos projetos de primeira classe com fatores de utilização superiores. Mais uma vez, o fator de utilização médio dos nossos parques eólicos atingiu a marca dos 29% e é um sinal claro de excelência recorrente neste indicador.

Em termos de preços, a nossa estratégia de baixo risco continua a dar frutos, o que resulta em estabilidade de preços apoiada numa

exposição de 90% a enquadramentos regulatórios estáveis e contratos a longo prazo. Neste ano continuámos a melhorar o perfil de risco, assinando mais contratos a longo prazo para 146 MW e instalando 608 MW em mercados regulados.

Os resultados são evidentes. O EBITDA subiu 12% em 2011, enquanto o fluxo de caixa operacional atingiu os 643 milhões de euros, representando um aumento de 13% em comparação com o ano anterior.

Também continuamos a apresentar uma forte disciplina em termos de balanço. 92% da nossa dívida financeira tem taxas fixas, e cerca de 80% só vence após 2018, refletindo os acordos de financiamento a longo prazo celebrados pela empresa nos últimos anos.

Este desempenho deve-se ao compromisso, concentração e trabalho árduo de todos os nossos colaboradores.

## FUTURO DA EDPR

### A EDPR está empenhada num crescimento sustentável a longo prazo?

Penso que é justo dizer que a empresa está muito bem equipada para explorar as oportunidades e enfrentar os desafios do futuro. Temos competências centrais fortes para desenvolver e operar parques eólicos, vamos mais longe que os nossos pares e os nossos parceiros em mercados onde desenvolvemos os nossos projetos, reconhecem essas nossas competências.

No decorrer dos últimos quatro anos, a empresa fez um trabalho extraordinário na instalação de mais de 4,5 GW e no aumento da capacidade instalada para os 7,5 GW de que dispomos hoje em dia. Continuaremos a adaptar o nosso crescimento em resposta às alterações do contexto empresarial, e continuaremos a aplicar a nossa receita de sucesso, através da nossa carteira robusta de projetos em desenvolvimento, que nos proporcionam opções para futuros investimentos, de uma busca constante de oportunidades atrativas em novos mercados e de uma análise constante de um vasto leque de tecnologias renováveis em fase inicial, como forma de progredirmos.

Os nossos conhecimentos, experiência e competências são cruciais para continuarmos a conseguir um crescimento sustentável.

### O que podem os acionistas da EDPR esperar da empresa em 2012?

Ao iniciarmos a nossa viagem pelo ano de 2012, acredito convictamente que a EDPR irá continuar a trabalhar nos três pilares estratégicos. Estamos a alargar a capacidade da nossa base instalada, tendo seleccionado os projetos de qualidade superior e expostos a estruturas de remuneração estável. Estamos a trabalhar para um crescimento selectivo. Pretendemos obter a combinação perfeita entre rentabilidades superiores e controlo de risco. Esperamos que a nossa base de ativos nos nossos mercados maduros, juntamente com os recentes e futuros investimentos na Europa Central e de Leste, assim como no Brasil, produza resultados interessantes em 2012.

Além disso, durante este ano esperamos rever o nosso plano estratégico a médio prazo e apresentá-lo aos acionistas, à luz da parceria recentemente estabelecida para projetos de geração renovável entre a EDP, o nosso principal acionista, e a China Three Gorges, o maior grupo de energia limpa da China.

É certo que nos esperam tempos emocionantes.



## RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

### Como é que os colaboradores da EDPR se preparam para responder às novas oportunidades que o futuro lhes reserva?

Tenho toda a confiança em toda a equipa da EDPR em todo o mundo. São profissionais jovens e dinâmicos com experiência significativa, o que tem sido bem demonstrado pelo crescimento da EDPR nos últimos anos. A experiência acumulada e programas de formação e educação contínuos servem para assegurar que a equipa está preparada para utilizar da melhor forma as oportunidades que surgirem.

### Como é que a nova marca/logótipo do Grupo EDP ajudou a EDPR no desenvolvimento de negócios?

A nova identidade da marca do grupo é muito envolvente e transmite os valores do Grupo EDP com uma intensidade que não tínhamos anteriormente. Em consequência disso, a EDPR está agora visualmente muito mais integrada com o Grupo EDP. Além disso, o carácter multifacetado da marca permite-nos transmitir os valores mais adequados para cada circunstância. Tudo isto tem sido e continuará a ser muito útil para a continuação do nosso negócio.

### De que forma a população em geral, os clientes e os legisladores compreenderam as mudanças no setor das energias renováveis em 2011?

Penso que o conceito de energia sustentável e renovável é quase universalmente aceite e apoiado por todos os públicos. Este sentimento não diminuiu no decorrer de 2011. No entanto, em tempos de crise, o modelo de subvenção para as energias renováveis está sujeito a comunicações mais críticas. As sociedades têm de tomar decisões sobre o investimento num futuro sustentável.

## TRANSIÇÃO DE LIDERANÇA

### Como se sente por sair de uma empresa na qual está envolvida desde o início e que viu transformar-se de empresa ibérica em empresa global?

As mudanças são sempre positivas e a globalização faz parte integrante da forma como os negócios serão conduzidos no futuro. Todos nós, a empresa e os profissionais, temos evoluído e amadurecido em conjunto. A fundação da EDPR, a Oferta Pública de Venda inicial em 2008, e a nossa expansão para os mercados internacionais foram marcos de sucesso para todos nós. Tenho confiança na equipa e estou segura de que deixo um legado que me orgulha.

### E, finalmente, pode comentar a transferência da liderança para João Manso Neto: de que forma pensa que ele irá ambientar-se na fase seguinte do desenvolvimento da EDPR?

Conheço e admiro o João há muitos anos, na qualidade de colega extremamente competente dentro do grupo EDP. A sua experiência alargada no grupo e os seus quinze anos de carreira anteriores em finanças globais fazem dele o candidato ideal para liderar a EDPR através dos desafios e oportunidades que a esperam.

# índice

## **12 visão geral**

- 12 ciclo de vida de um parque eólico
- 14 indicadores-chave
- 16 principais acontecimentos de 2011
- 18 prémios e reconhecimento
- 20 a nossa empresa

## **30 criação de valor**

- 32 ambiente de negócio
- 40 desempenho operacional
- 47 excelência operacional
- 61 gestão de riscos

## **64 parceria com os stakeholders**

- 66 os nossos stakeholders
- 67 os nossos canais de comunicação
- 69 os nossos parceiros nos parques eólicos
- 71 compreender os nossos stakeholders

## **72 proteção do ambiente**

- 74 alterações climáticas
- 75 estratégia ambiental
- 77 respeitar o ecossistema
- 79 pegada ecológica das atividades administrativas

## **80 apoio ao desenvolvimento social**

- 82 desenvolvimento económico das comunidades locais
- 83 cidadania empresarial

## **88 desenvolver o capital humano**

- 90 os nossos colaboradores
- 97 saúde e segurança

## **100 trabalhar com integridade**

- 102 ética
- 104 governo
- 105 políticas públicas

## **106 anexos**

- 108 tabelas de anexo
- 112 avaliação da gri
- 124 relatório de revisão independente

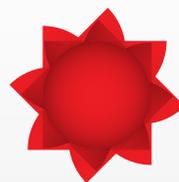
## **128 governo da sociedade**

## **176 demonstrações financeiras**



# visão geral

## ciclo de vida de um parque eólico



### escolher a localização do parque

Procurar um local com recurso eólico de topo e analisar a possibilidade de ligação à rede elétrica.



### obtenção de licenças

Contatar com as autoridades locais e regionais para assegurar a obtenção de licenças ambientais, administrativas, de construção bem como outras.

### análise de mercado

Estudar as dinâmicas de mercado em termos de preços de energia, regulamentação e financiamento para apoiar a decisão de investimento.



### operação do parque eólico

Completar conexão à rede e começar a produzir energia renovável.

### análise de dados operacionais

Monitorizar em tempo real a performance do parque, identificando possibilidades de melhoria.



### acordo com os proprietários do terreno

Contactar os proprietários dos terrenos com vista a negociar um contrato de arrendamento.

### análise do vento

Instalação de torres meteorológicas para recolher dados e estudar o perfil eólico.



### desenho do parque e construção

Otimizar a disposição do parque e seleccionar o modelo de turbina que maximize a produção esperada de energia.  
Construir estradas de acesso, fundações, torres, montar a turbina eólica e construir a subestação.

### cerimónia de inauguração

Partilhar os resultados e benefícios da energia eólica com os habitantes das comunidades locais, indústrias, autoridades e outros stakeholders.



### manutenção regular

Manter elevados níveis de disponibilidade e minimizar falhas de operação.

### entregar energia segura, sustentável e livre de CO<sub>2</sub> para a população

Uma energia melhor, um futuro melhor, um mundo melhor.

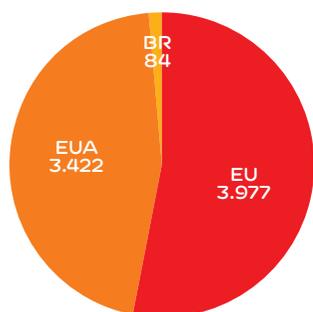
Indicadores-chave

OPERACIONAIS

CAPACIDADE INSTALADA

2011	7.483	↑ 12%
2010	6.676	

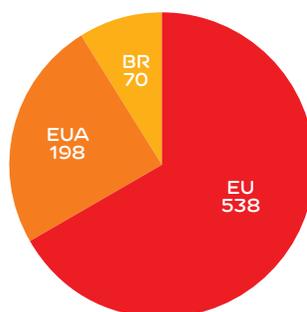
MW



CAPACIDADE INSTALADA EM 2011

+ 806 MW

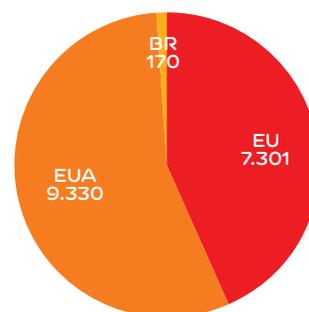
MW



PRODUÇÃO

2011	16.800	↑ 17%
2010	14.352	

GWh

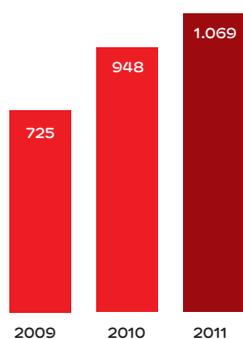


DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RECEITAS

2011	1.069	↑ 13%
2010	948	

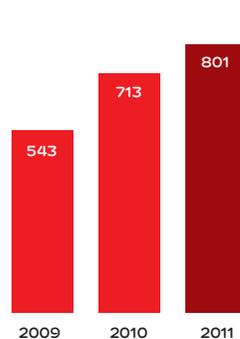
€ milhões



EBITDA

2011	801	↑ 12%
2010	713	

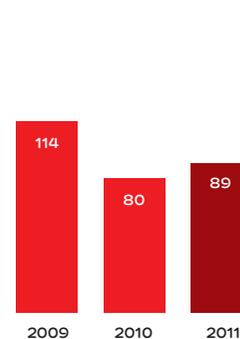
€ milhões



RESULTADO LÍQUIDO (1)

2011	89	↑ 10%
2010	80	

€ milhões



POSIÇÃO FINANCEIRA

TOTAL DE ATIVOS

2011	13,1	↑ 2%
2010	12,8	

13,1 €MM

DÍVIDA LÍQ/EBITDA

2011	4,2x	↑ 9%
2010	3,9x	

4,2x

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL

2011	643	↑ 13%
2010	567	

643 €M

**ECONÓMICOS**

**VALOR ECONÓMICO GERADO**

2011	1.265	↑ 18%
2010	1.073	

€ milhões



“Estou especialmente orgulhosa da forma como crescemos, e nos transformámos numa empresa líder mundial na produção de energia renovável, gerando lucros sólidos a um nível de risco controlado. As nossas equipas altamente qualificadas são especialista na geração de uma energia melhor, livre de CO<sub>2</sub>, que contribui para o mundo melhor.”

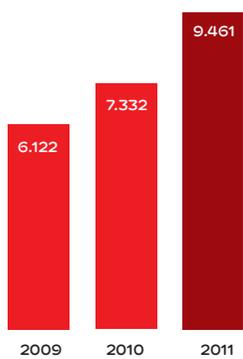
Ana Maria Fernandes, CEO

**AMBIENTAIS**

**CO<sub>2</sub> EQ EVITADO <sup>(2)</sup>**

2011	9.461	↑ 29%
2010	7.332	

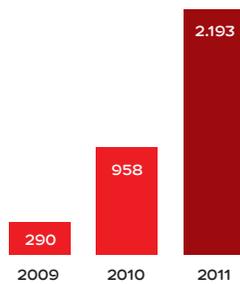
kt



**MW CERTIFIC. ISO14001 <sup>(3)</sup>**

2011	2.193	↑ 1,3x
2010	958	

MW



1) Resultado líquido atribuível aos acionistas EDPR  
 2) Gases de estufa evitados, convertidos para o equivalente em emissões de CO<sub>2</sub>  
 3) Certificação ambiental  
 4) Inclui quatro membros da Equipa de Gestão  
 5) OHSAS 18001 – Certificação de saúde e segurança (ver pág. 97)  
 Nota: €MM – mil milhões de €, €M – milhões de €

**SOCIAIS**

**COLABORADORES <sup>(4)</sup>**

2011	796	↓ 3%
2010	822	

796

**HORAS FORMAÇÃO**

2011	37.996	↑ 42%
2010	26.734	

38 mil

**MW CERTIFIC. OHSAS18001 <sup>(5)</sup>**

2011	2.194	↑ 33%
2010	1.647	

2.194

# Principais acontecimentos de 2011

**11 mar**

Terramoto no Japão danifica a central nuclear de Fukushima (4,7 GW), causando um desastre nuclear

**30 mar**

A EDPR assume o controlo de 100% da Genesa, o que lhe permite uma gestão e estrutura mais eficaz dos seus negócios em Espanha

**04 mai**

A EDPR anuncia os seus resultados do 1º trimestre de 2011



**24 fev**

A EDPR anuncia os seus resultados anuais de 2010

**07 abr**

A EDPR vende a sua participação na SEASA, uma empresa com a capacidade de 74 MW em Espanha

**11 abr**

A EDPR realiza a sua Assembleia Geral de Acionistas Ordinária

**03 jun**

Nos EUA, a NYSEERDA atribui à EDPR um contrato de venda de certificados de energias renováveis (REC) a 10 anos para 45 MW

**06 jun**

A EDPR estabelece uma parceria com a Repsol para o desenvolvimento de 2,4 GW de capacidade eólica *offshore* no Reino Unido

**21 jun**

A EDPR realiza a sua Assembleia Geral de Acionistas extraordinária

**21 jun**

A EDPR estabelece um *project finance* de 138 MW na Roménia

**28 jun**

A EDPR garante 127 MW em Aragão, Espanha, num leilão para atribuir licenças de produção de eletricidade a partir de energia eólica



**11 jul**

A EDPR realiza um *project finance* de 90 MW na Roménia

**13 jul**

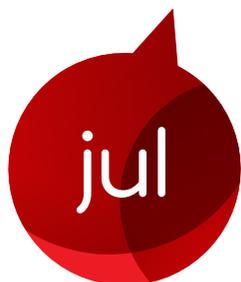
A EDPR estabelece um novo acordo *tax equity* para 99 MW nos EUA

**25 jul**

A EDPR executa um *project finance* de 70 MW no Brasil

**14 set**

A EDPR garante um novo contrato de aquisição de energia (CAE) para 101 MW nos EUA



**17 out**

Em Portugal, a ERSE apresenta a sua proposta para as tarifas elétricas de 2012

**26 out**

A EDPR anuncia os seus resultados do 3º trimestre de 2011

**20 dez**

A EDPR garante contratos de longo prazo para 120 MW no Brasil

**21 dez**

Através da ENEOP, a EDPR executa um *project finance* de 376 MW em Portugal

**22 dez**

O acionista principal da EDPR (EDP) estabelece uma parceria estratégica com a China Three Gorges para o desenvolvimento de projetos de geração de energia renovável

**22 dez**

EDPR estabelece um acordo *tax equity* para 99 MW nos EUA



## Prémios e reconhecimento

### EDPR INCLUÍDA NO ÍNDICE FTSE4GOOD

A EDPR foi incluída no índice FTSE4Good, no seguimento da revisão efetuada em setembro de 2011. O FTSE4Good é um índice financeiro composto pelas empresas com melhor desempenho em termos de sustentabilidade e responsabilidade social.

Desde a sua criação, em 2001, o índice FTSE4Good tem procurado ajudar os investidores responsáveis a identificar e investir em empresas que cumpram níveis internacionalmente reconhecidos de responsabilidade corporativa, garantindo aos gestores de ativos um padrão de referência para o investimento responsável e para a criação de produtos de investimento baseados na responsabilidade social. Este índice, visa também promover o desenvolvimento das melhores práticas de responsabilidade empresarial por todo o mundo.

Para se qualificarem para a inclusão no índice FTSE4Good, as empresas têm de constar no índice FTSE All-World Developed. As empresas elegíveis têm de cumprir requisitos criteriosos em cinco áreas: trabalhar no sentido da sustentabilidade ambiental, defender e apoiar os direitos humanos universais, garantir elevados padrões laborais em toda a cadeia de valor, combater a corrupção e adaptarem-se às alterações climáticas.



### EDPR VENCE PRÉMIO DE "EXCELÊNCIA" PELO SEGUNDO ANO

A EDPR foi galardoada com o primeiro de três prémios atribuídos na 2ª edição dos Prémios de Excelência das Empresas Espanholas com Capital Português, uma iniciativa organizada pelo Círculo de Empresarios y Gestores Españoles y Portugueses (CEGEP). Depois de analisada a informação relativa a todas as empresas portuguesas a operar no mercado espanhol, a EDPR foi distinguida com o 1.º prémio de Excelência, com base em seis critérios quantitativos.

A EDPR ficou em 1.º lugar na criação de emprego e autonomia financeira, já que 77% dos seus ativos foram autofinanciados, e em 2.º lugar na produtividade.



### A EDPR QUALIFICADA COMO A EMPRESA DO SETOR ENERGÉTICO DE MAIOR CONFIANÇA EM PORTUGAL

A EDPR qualificou-se como a empresa que maior confiança desperta no setor energético e de serviços públicos em Portugal, de acordo com a análise do mercado português feita em 2011 pelo Reputation Institute.

O estudo mostrou que a EDPR domina em quase todas as categorias de reputação consideradas, incluindo produtos e serviços, inovação, ambiente de trabalho, governo societário, cidadania e desempenho.

Todos os anos, esta consultora de reputação internacional avalia inúmeras empresas no seu índice global, estabelecendo relatórios individualizados por mercado e por setor. Os resultados de 2011 atribuem à EDPR uma pontuação de 68, a mais elevada em Portugal nos setores energético e de serviços públicos. A casa-mãe da empresa, o Grupo EDP, alcançou também uma pontuação de 61, acima da média.



### EDPR FOI UMA DAS VENCEDORAS DO ÍNDICE MYBRAND REPUTATION DE 2011

EDPR conquistou o 2.º lugar no índice MyBrand Reputation de 2011, um estudo anual sobre a reputação das marcas elaborado em Portugal pela empresa de consultoria MyBrand. A EDPR qualificou-se pelo segundo ano consecutivo entre as cinco primeiras do *ranking*, alcançando um reconhecimento especial em três das categorias avaliadas: inovação, cidadania e ambiente de trabalho.

O índice classifica a reputação das empresas, avaliando a forma como elas são vistas pelo público em geral e por investidores privados. Em 2010, o *ranking* incidiu sobre as empresas do PSI20, o índice das ações das maiores empresas cotadas na bolsa de valores NYSE Euronext Lisbon. Já na segunda edição, em 2011, foram avaliadas 44 das maiores empresas portuguesas, para um total de 2923 participantes no estudo.

O *ranking* é baseado em sete atributos fundamentais para a reputação das empresas: desempenho económico e financeiro, qualidade dos produtos e serviços, liderança e gestão, ambiente de trabalho, ética, responsabilidade social e inovação.



### RUI TEIXEIRA ELEITO MELHOR CFO

Rui Teixeira foi premiado como “Melhor CFO de 2010” nos Investor Relations & Governance Awards para o mercado português, numa cerimónia que teve lugar a 7 de julho de 2011, em Lisboa.

Este prémio reflete não apenas o grande trabalho de Rui Teixeira, mas também os esforços e a excelência das equipas envolvidas na comunicação com os mercados financeiros. Os critérios para o prémio de Melhor CFO incluem o conhecimento do negócio e da indústria, as qualidades de comunicação, a visão estratégica e o contributo para o desempenho geral do mercado.

O prémio e a cerimónia anual é uma iniciativa da Deloitte, empresa de serviços financeiros sediada no Reino Unido, e do jornal português *Diário Económico*. O prémio é promovido a nível nacional, e procura distinguir os melhores profissionais de relações com os investidores a trabalhar nas empresas cotadas na NYSE Euronext Lisbon.



### EDPR GANHA CERTIFICAÇÃO DE EMPRESA FAMILIARMENTE RESPONSÁVEL

A EDPR ganhou a certificação de “Empresa Familiarmente Responsable” da Fundação MásFamilia, em Espanha. Esta certificação reflete o empenho da EDPR na promoção de um equilíbrio saudável entre vida pessoal e trabalho para os seus trabalhadores, destacando-se pela eficácia da sua flexibilidade de horários, apoio à família, igualdade de oportunidades e política ambiciosa de atualização e melhoria contínua destas condições.



### SITE DO RELATÓRIO E CONTAS DA EDPR PREMIADO

A versão *online* do Relatório e Contas de 2010 da EDPR foi distinguida com um prémio SAPO – uma iniciativa anual portuguesa que pretende destacar os melhores trabalhos publicitários e de comunicação *online*.

O *site* foi considerado o melhor na categoria de Website Institucional, por um júri constituído por vários profissionais da área da publicidade. Tratou-se do resultado de uma ambiciosa corrida contra o tempo para elaborar uma versão *online* clara e eficiente do Relatório Anual da empresa, acessível a todos.



### ANALISTAS RECONHECEM EDPR COMO A MELHOR NA SUA INDUSTRIA

Em 2011, num inquérito conduzido pela *Institutional Investors*, os analistas elegeram Rui Teixeira (CFO) e Rui Antunes (diretor de Relações com os Investidores) como os melhores nas respetivas categorias. O trabalho de relações com os investidores desenvolvido pela EDPR foi considerado também um dos melhores de todas as empresas do setor das energias renováveis.

Esta publicação financeira de referência na Europa e na América distinguiu o trabalho da EDPR depois de analisar vários inquéritos feitos a gestores de investimentos (*buy-side*) e empresas de *securities* (*sell-side*), quando questionados sobre quais as entidades que ofereciam os melhores serviços de relações com os investidores. A maioria dos inquiridos escolheu a EDPR em detrimento de outras empresas do setor das energias renováveis. Rui Teixeira foi eleito o melhor CFO do setor, tendo em conta as respostas dos analistas.

Da mesma forma, e pelo segundo ano consecutivo, o Diretor de Relações com os Investidores da EDPR, Rui Antunes, foi distinguido como o melhor da sua área entre as empresas de energias renováveis.



## visão geral

### A nossa empresa

#### O nosso caminho

## A nossa missão

Pretendemos ser um líder de longo prazo no setor das energias renováveis, procurando obter credibilidade através da estabilidade, da criação de valor, da responsabilidade social, da inovação e do respeito pelo ambiente.

## A nossa visão

Uma empresa global no setor das energias renováveis, líder na criação de valor, na inovação e na sustentabilidade.

## Os nossos valores



**Confiança...**

...dos acionistas, clientes, fornecedores e demais *stakeholders*.



**Iniciativa...**

... manifestada através dos comportamentos e atitudes das nossas pessoas.



**Inovação...**

... com o intuito de criar valor nas diversas áreas em que atuamos.



**Excelência...**

... na forma como executamos.



**Sustentabilidade...**

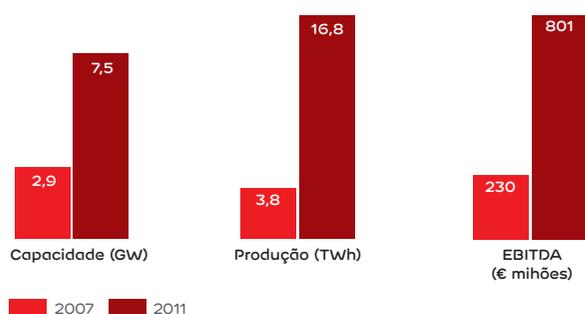
... visando a melhoria da qualidade de vida das gerações atuais e futuras.

## O nosso negócio

A EDPR é líder mundial no setor das energias renováveis, projectando, desenvolvendo, gerindo e explorando parques eólicos que produzem energia limpa.

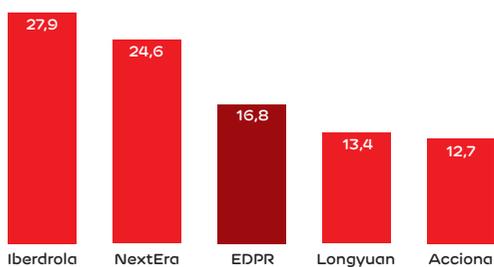
Desde 2007, a EDPR passou por um extraordinário processo de crescimento, que transformou uma empresa energética regional numa grande multinacional de primeira linha no setor das energias renováveis.

### MÉTRICAS DE CRESCIMENTO (2007-2011)



A EDPR é assim o terceiro maior produtor mundial de energia eólica, produzindo 16.8 TWh, presente em 11 países, com cerca de 800 colaboradores, e o objetivo a longo prazo de continuar a ser líder de mercado no setor das energias renováveis.

### TOP 5 – PRODUTORES MUNDIAIS DE ENERGIA EÓLICA (TWh)



Fonte: Resultados anuais, 2011, das respectivas empresas.

A EDPR organizou as suas operações em torno de três grandes mercados: Europa, América do Norte e Brasil, com sedes em Madrid, Houston e São Paulo.

### ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA EDPR



A EDPR é uma empresa global com uma estratégia global, mas desenvolve também o seu negócio com recurso a equipas e estratégias locais. Isto permite-nos compreender e aproveitar as vantagens das dinâmicas dos mercados locais e maximizar a criação de valor.

As boas relações com os proprietários de terras, com os municípios locais, com os reguladores e com os principais *stakeholders* é fundamental e constitui a pedra angular do nosso sucesso.

Agindo localmente, por exemplo, é possível às nossas equipas trabalharem com as autoridades locais e conduzirem reuniões que potenciem o diálogo e os benefícios para todas as partes.

Além de criar empresas e equipas locais para conseguirmos alcançar os nossos objetivos, internalizámos no nosso modelo de negócio as três fases críticas de titularidade de um projeto, a fim de conseguirmos extrair o máximo valor dos nossos ativos.

### Fase de desenvolvimento

A sustentabilidade do nosso futuro está dependente de sólidos esforços de desenvolvimento.

As equipas da EDPR, com colaboradores altamente qualificados e experimentados, começam por escolher um local com bom recurso eólico perto das linhas de transmissão da rede elétrica. Depois de estabelecidas as parcerias com os proprietários ou municípios, começa o processo crítico de medição do vento, com a recolha de dados a decorrer por vezes ao longo de vários anos. Se os locais continuarem a revelar-se promissores, são conduzidos mais estudos e asseguram-se as licenças antes de ser concluída a decisão de investimento.

A sólida implantação da EDPR em 11 países e três continentes garante-nos a maximização de opções que nos permitam um crescimento sustentável a longo prazo.

### Fase de construção

A EDPR tem por objetivo ser uma referência na indústria, construindo os parques eólicos mais competitivos, seguros e eficientes.

As nossas equipas de compras, engenharia e construção estão perfeitamente habilitadas a escolher as melhores turbinas aplicáveis às especificidades de cada projeto, usam a experiência acumulada da empresa para conceber os melhores parques eólicos, e asseguram os mais elevados padrões mundiais de engenharia e construção.

A fase de construção dura em média entre 9 e 12 meses, dependendo da dimensão do projeto. Empenhamo-nos em reduzir quaisquer interferências com o terreno e procedemos à respetiva regeneração no final do processo. Na maioria dos casos, as turbinas eólicas e as estradas de acesso ocupam menos de 1% da área dos terrenos de todo o projeto, mantendo-se o restante disponível para as atividades agrícolas.

Ao longo de 2011, a EDPR acrescentou mais de 800 MW à sua capacidade instalada, garantindo a manutenção da sua posição de liderança mundial na indústria de energia eólica.

### Fase operacional

Como proprietário e operador dos parques eólicos, a EDPR está empenhada em garantir a longo prazo a manutenção das melhores condições operacionais dos seus projetos, para benefício dos acionistas e *stakeholders*, ao mesmo tempo que reduz ao mínimo os impactos ambientais da sua atividade.

Os nossos parques eólicos têm uma vida útil expectável de 25 anos. Assim, é absolutamente fundamental para a sua longevidade que nos concentremos em manter os mais exigentes níveis de disponibilidade, através de programas de manutenção regular e iniciativas de melhoria do desempenho, diminuindo ao mesmo tempo os custos associados através de uma sólida estratégia de operação e manutenção.

A EDPR aproveita da melhor forma a experiência acumulada na operação dos seus 7,5 GW de capacidade instalada para garantir a melhoria contínua e a implementação das melhores práticas disponíveis.

## A EDPR no mundo

### Canadá

A EDPR entrou no mercado canadiano em 2010 e considera-o como parte importante da sua estratégia de crescimento a longo prazo na América do Norte. Depois de constituir uma equipa local, a EDPR está agora a desenvolver os seus primeiros 100 MW no Ontário.

### Estados Unidos

A EDPR entrou no mercado dos EUA em 2007 e é atualmente o terceiro maior operador do país, com 3.422 MW em funcionamento. Com uma carteira de projetos acima dos 10.3 GW, a EDPR pode aproveitar os benefícios deste vasto leque de opções para enfrentar o ambiente que se vive no mercado. Desde dezembro de 2011, a EDPR está a construir um parque eólico de 215 MW no estado de Nova Iorque.

### Brasil

A EDPR tem 3 parques eólicos em funcionamento no Brasil, com uma capacidade total de 84 MW. O pipeline de projetos, que ascende a 1.6 GW, garante à EDPR boas perspetivas de crescimento a médio-longo prazo.

# 7.483

Capacidade total instalada (MW)

# € 1.069

Receitas (€ milhões)

# 796

Colaboradores <sup>(1)</sup>

(1) Inclui quatro membros da Equipa de Gestão Team

## Reino Unido

A EDPR entrou no mercado da energia eólica do Reino Unido em 2010, e está a desenvolver parques eólicos *offshore* em dois locais da Escócia, num total de 2,4 GW.

## França

A EDPR entrou no mercado eólico francês em 2005. Tem hoje em funcionamento 28 parques eólicos em França, com a capacidade total instalada de 306 MW.

## Bélgica

A EDPR começou as operações no seu primeiro parque eólico na Bélgica em finais de 2008, e tem agora três parques com um total de 57 MW.

## Polónia

A EDPR entrou no mercado polaco em 2007, e é hoje um dos maiores promotores da energia eólica no país, com um pipeline de mais de 1.6 GW. Com capacidade instalada de 190 MW e outros 80 MW em construção, a EDPR ocupa uma posição de liderança no mercado de energia eólica da Polónia.

## Portugal

A EDPR tem vindo a desenvolver parques eólicos em Portugal desde 1996, ano em que abriu o primeiro parque de 10 MW, no Norte do país. Tem hoje mais de 30 parques eólicos espalhados pelo país, com uma capacidade total instalada de 939 MW (incluindo o consórcio Eólicas de Portugal). Em dezembro de 2011, havia mais 2 MW em construção.

## Roménia

A EDPR começou as suas operações na Roménia em 2008 e concluiu a construção do seu primeiro parque em 2010. Com 285 MW de capacidade instalada, a EDPR é um ator destacado num dos mais promissores mercados de energia eólica da Europa.

## Espanha

A EDPR tem parques eólicos a funcionar em Espanha desde 1997 e detém hoje um total de 92 instalações, com a capacidade de 2.201 MW. A EDPR tem mais 58 MW em construção no país.

## Italia

Depois de entrar no mercado italiano em 2010, a EDPR está a construir o seu primeiro parque eólico, com 20 MW.

## A nossa estratégia



Crescimento orientado

**Eficiência superior**

**29%**

**QUALIDADE E ESTABILIDADE DO FATOR DE UTILIZAÇÃO DESDE 2008**

Um dos objetivos da EDPR é o de melhorar continuamente os seus processos operacionais e estimular o crescimento e a capacidade de obtenção de lucros, tornando-se líder destacado no setor. O nível de excelência do fator de utilização dos nossos parques é um resultado direto da seleção dos melhores locais de desenvolvimento desde o início do processo, da conceção de parques eólicos mais eficientes, e do nosso esforço operacional na maximização dos tempos de disponibilidade e produção de eletricidade, ao mesmo tempo que reduzimos custos e impactos ambientais.

**75%**

**MARGEM DE EBITDA DESDE 2008**

Ao alavancar o nosso crescimento com a experiência acumulada na operação e manutenção (O&M), podemos aumentar o controlo sobre as atividades de O&M, especialmente no período pós-garantia, o que leva à redução de custos e a um aumento das nossas capacidades técnicas. Além disso, a EDPR continua a desenvolver relações de longo prazo em condições muito flexíveis e a preços competitivos com os mais destacados fornecedores mundiais de turbinas. Em 2011, o portefólio da EDPR continuou a trabalhar com um fator de utilização que se manteve nos 29% e uma disponibilidade de 97%, muito acima da média, assegurando sólidas margens de lucro.

**Risco controlado**

**90%**

**REGULADO+CAE**

**CAPACIDADE POR REMUNERAÇÃO**

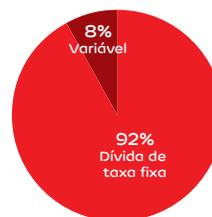


Além da sazonalidade do vento, a regulação local e nacional e o ambiente macroeconómico são fatores de risco que requerem uma gestão e controlo apropriada. A EDPR consegue reduzir o seu perfil de risco através da gestão de um portefólio bastante diversificado em mercados regulados, de contratos de aquisição de energia (CAE) a longo prazo e da utilização de contratos de cobertura que visam reduzir a exposição a variações no preço da energia.

**92%**

**DÍVIDA DE TAXA FIXA**

**DÍVIDA FINANCEIRA POR TIPO**



A nossa relação com a EDP e o seu novo parceiro estratégico, a China Three Gorges (CTG), aumenta ainda mais a estabilidade financeira da EDPR. Em 2011, a EDPR aumentou a sua capacidade contratada a longo prazo e assinou vários acordos financeiros, incluindo o primeiro *project finance* na Roménia, maximizando assim o NPV do projeto e reduzindo a necessidade de uma contribuição por parte dos accionistas.

## A caminho do futuro

A EDPR é hoje uma empresa líder mundial na produção de energia renovável, com receitas de mais de 1000 milhões de euros, reflexo da produção de 16,8 TWh de eletricidade sem emissões de CO<sub>2</sub>. A empresa tem vindo a empenhar-se nos últimos anos num forte plano de expansão, triplicando desde 2007 a sua capacidade de produção de energia eólica *onshore*. Fruto deste crescimento contínuo, a EDPR tem hoje uma capacidade de produção instalada de 7,5 GW de energia eólica *onshore*. Este crescimento extraordinário tem acompanhado uma estratégia de expansão geográfica muito seletiva, que, a partir da Península Ibérica, foi crescendo para a Europa Central e de Leste, América do Norte e Brasil.

## O nosso caminho

A EDPR tem vindo a crescer com a expansão para novos países, quer através da conceção de projetos de raiz, quer pela transação de projetos nas etapas iniciais de desenvolvimento. Apoiando-se nas capacidades adquiridas pela própria empresa, a EDPR selecionou criteriosamente os seus mercados, baseando-se numa série de princípios que têm sido aplicados na entrada em cada novo país.

Ao considerar a entrada num novo mercado, a EDPR define um programa plurianual em que estabelece contacto com todos os atores relevantes, tenta compreender as preocupações dos principais *stakeholders*, identifica riscos e dificuldades, contacta parceiros potenciais e avalia pormenorizadamente alguns dos principais projetos já existentes no mercado. A decisão de entrar num novo mercado implica geralmente a opção pela não entrada numa série de outros mercados, meticolosamente avaliados mas deixados em *standby* por não cumprirem as elevadas exigências da EDPR ou por não serem ainda suficientemente competitivos.

A EDPR atribui uma grande importância não apenas à fiabilidade e sustentabilidade do esquema de tarifas renováveis de cada país, mas também ao potencial do mercado de vir a garantir uma elevada criação de valor durante as várias fases de desenvolvimento dos projetos. Assim, são envidados todos os esforços em cada mercado para estabelecer um *pipeline* de projetos de primeiro nível, ao mesmo tempo que se procura garantir a existência de capacidade local de implementação.

A EDPR tem equipas encarregadas de acompanhar e avaliar permanentemente a realidade e o potencial dos diversos mercados de energia eólica em todo o mundo. Além da análise dos indicadores macroeconómicos, são também avaliadas a estrutura e dinâmica do mercado de energia, a legislação em vigor sobre energias renováveis ou as propostas em discussão, a credibilidade das metas oficiais de adoção de energias renováveis, as previsões a longo prazo dos preços da eletricidade, o financiamento e, finalmente, as oportunidades específicas de negócios no setor.

Em conformidade com a sua estratégia de crescimento, a EDPR analisa constantemente as perspetivas comerciais de uma vasta gama de tecnologias de energias renováveis que poderão contribuir no futuro para um crescimento sustentável. Em consequência desta análise, em 2010, a EDPR optou por entrar na indústria eólica *offshore*, no mercado muito promissor do Reino Unido.

O sucesso desta estratégia seletiva de crescimento da EDPR está bem patente nos seus resultados internacionais, com a combinação das suas capacidades a dar-lhe um lugar de destaque entre os maiores promotores e operadores de energia eólica em todo o mundo.

## A EDPR CRIOU NOVAS OPORTUNIDADES DE CRESCIMENTO EM 2011

A estratégia de crescimento seletiva, flexível e diversificada que é aplicada pela EDPR permitiu-lhe ultrapassar com sucesso o exigente clima económico mundial que se vive hoje, e que tem tido um impacto significativo no mercado global de energia eólica.

A EDPR, através da sua subsidiária no Brasil, a EDPR BR, aumentou o seu *pipeline* com vários projetos de energia eólica no estado do Rio Grande do Norte, uma das localizações mais ventosas daquele país. A qualidade destes projetos está bem patente no contrato de aquisição de energia (CAE) de 120 MW que a empresa garantiu no muito competitivo leilão A-5 que se realizou em dezembro de 2011, aumentando a capacidade total com venda assegurada a longo prazo por CAE para 200 MW. Esta ação é também um sinal do empenho da EDPR em estabelecer-se como um dos principais atores do mercado no Brasil.

A concretização de parcerias é também fundamental. No setor da energia eólica *offshore*, a parceria estabelecida com a Repsol Nuevas Energias em 2011, para desenvolver conjuntamente 2,4 GW no Reino Unido, reforçou ainda mais o *pipeline* de projetos da EDPR e a sua equipa. Com esta nova parceria, a EDPR adicionou um segundo projeto ao seu *pipeline* *offshore*, diversificando assim as opções de crescimento e a rentabilidade da empresa a longo prazo e equilibrando os respetivos riscos. A EDPR detém agora 67% do projeto de Moray Firth (direitos exclusivos ao desenvolvimento de 1,5 GW na Zona 1 da 3ª ronda do programa de concessões de energia eólica no Reino Unido) e outros 49% do projeto de Inch Cape (direitos exclusivos ao desenvolvimento de 0,9 GW ao largo do estuário de Tay, atribuídos pela Coroa Britânica no âmbito do programa de concessões em águas territoriais escocesas). A EDPR continua a procurar ativamente outras oportunidades de crescimento nos mais promissores mercados europeus de energia eólica *offshore*.

Além disso, no que diz respeito à energia eólica *onshore*, o governo britânico pretende aumentar consideravelmente a sua capacidade instalada nos próximos anos, para atingir as ambiciosas metas de penetração de energias renováveis estabelecidas pela União Europeia. Aproveitando a sua forte implantação no mercado local, a EDPR estabeleceu em 2011 uma nova equipa de desenvolvimento de projetos *onshore* na Escócia, para procurar oportunidades de exponenciar a sua implantação neste mercado.

Na América do Norte, as atividades de desenvolvimento do negócio da EDPR têm-se concentrado na criação de várias alternativas no mercado *onshore* canadiano, que está em franca expansão, principalmente nas províncias do Ontário e da Colúmbia Britânica.

## Assegurando o crescimento futuro

No curto prazo, a EDPR adaptou os seus níveis de crescimento em resposta à continuada incerteza nos mercados globais de energia. Mas, apesar da severidade do ambiente económico, a EDPR continua a pesquisar oportunidades de crescimento numa série de países.

Em 2012, o crescimento da EDPR será assim orientado prioritariamente para os mercados com oportunidades de desenvolvimento mais favoráveis e onde a EDPR já tenha ou possa vir a alcançar uma posição de liderança. Isto aplica-se a mercados fulcrais como a Polónia, Roménia, Espanha, EUA e Portugal (consórcio ENEOP), mas pode incluir também outros países em que a EDPR encontre grande potencial para um crescimento seletivo e atrativo.

Os mercados em crescimento acelerado, com um grande aumento da procura de eletricidade, como alguns mercados emergentes da Europa e das Américas, são exemplos das áreas onde a EDPR procura identificar continuamente várias opções, estando neste momento a avaliar a entrada em alguns deles. Estes mercados partilham características muito promissoras, com os projetos de energia eólica a apresentarem sólidos indicadores de viabilidade económica, riscos de regulamentação diminutos e uma forte sustentabilidade do mercado.

Os esforços de desenvolvimento do negócio da EDPR continuarão também em mercados que já passaram por uma fase de consolidação, como Itália, França, Bélgica e Canadá, a fim de assegurar a continuação da sua expansão orgânica.

Tal como já foi referido, a EDPR analisa constantemente as perspetivas comerciais de uma vasta gama de tecnologias de aproveitamento das energias renováveis que estão ainda pouco desenvolvidas, como forma de assegurar o seu futuro. O projeto WindFloat, conduzido pela EDP Inovação em parceria com a EDPR, é um ótimo exemplo desta abordagem.

### EDPR INOVA COM PARCERIA PARA O PROJETO WINDFLOAT

Com o projeto WindFloat, desenvolvemos uma tecnologia que vai permitir a exploração do potencial eólico no mar, em profundidades superiores a 40 metros.

O foco de inovação do projeto baseia-se no desenvolvimento de uma plataforma flutuante, partindo das experiências da indústria de extração de petróleo e de gás, onde irá assentar uma turbina eólica com vários MW de capacidade de produção.

A plataforma flutuante é semissubmersível e fica ancorada ao leito do mar. A sua estabilidade é conseguida através de um sistema de comportas que se enchem de água na base dos três pilares, associadas a um sistema de lastro estático e dinâmico. O sistema WindFloat adapta-se a qualquer tipo de turbina eólica *offshore*. Este sistema é totalmente construído em terra, incluindo a montagem das turbinas – evitando assim difíceis e dispendiosos trabalhos em alto mar.



O projeto WindFloat engloba a conceção e construção de um protótipo onde é montada uma turbina eólica de 2 MW. O protótipo foi instalado ao largo da costa portuguesa, perto de Aguçadoura, e ligado à rede elétrica em finais de dezembro de 2011. Trata-se do primeiro projeto de instalação de turbinas eólicas *offshore* em todo o mundo que não implicou a utilização de pesados sistemas de construção e montagem no mar.

Além disso, é a primeira turbina eólica *offshore* a ser instalada em alto mar no Atlântico, e o primeiro lançamento de uma estrutura semissubmersível que sirva de base de apoio a uma turbina eólica de vários MW.

# visão geral

## Os nossos princípios

Acreditamos no desenvolvimento sustentável e estamos firmemente empenhados em seguir os nossos Princípios para o Desenvolvimento Sustentável. Este sério compromisso é constantemente executado ao longo de todas as fases da cadeia de

valor, desde a prospeção à operação dos nossos parques eólicos.

O Relatório Anual de 2011 foi estruturado de forma a demonstrar o desempenho da EDPR em cada um destes princípios.

### Criação de valor e inovação

Maximizar a longo prazo a criação de valor para os acionistas, assegurando a excelência do desempenho e melhorando continuamente, com inovação e iniciativa, ao mesmo tempo que garantimos a confiança dos stakeholders e minimizamos os riscos.

30

### Diálogo com os stakeholders

Garantir um amplo conhecimento dos nossos stakeholders, para estabelecer parcerias duradouras e manter um diálogo aberto, transparente e digno de confiança.

64

### Proteção ambiental e ecoeficiência

Maximizar os benefícios para o ambiente da energia limpa produzida, evitando ou minimizando a pegada ambiental das nossas atividades.

Participar em iniciativas de preservação dos ecossistemas e promover uma cultura de sustentabilidade ambiental.

72

### Apoio ao desenvolvimento social e ao acesso à energia

Apoiar e contribuir para o desenvolvimento económico, social e cultural das comunidades onde estamos presentes.

80

### Gestão do capital humano

Garantir a saúde, a segurança e o bem-estar dos nossos colaboradores, e promover um enquadramento de promoção da sua excelência.

88

### Integridade

Garantir a conformidade com os mais elevados padrões éticos e contribuir para o debate de políticas com organizações governamentais, não governamentais e com as comunidades locais.

100



# criação de valor

## **32 ambiente de negócio**

- 32 ambiente macroeconómico
- 33 ambiente dos mercados de energia eólica
- 36 regulação da energia eólica (por país)

## **40 desempenho operacional**

- 40 grupo
- 42 europa
- 44 américa do norte
- 46 brasil
- 47 excelência operacional

## **50 desempenho financeiro**

- 53 demonstração de resultados
- 54 balanço
- 55 demonstração de fluxos de caixa
- 55 dívida financeira
- 56 europa
- 59 américa do norte
- 60 brasil

## **61 gestão de riscos**



“Os nossos ativos de qualidade superior, a nossa experiência técnica e oportunidades de crescimento diversificadas são uma plataforma sólida para a nossa rentabilidade actual e futura.”

Ana Maria Fernandes, *Chief Executive Officer*



# criação de valor

## Ambiente de negócio

### Ambiente macroeconómico

A atividade económica mundial abrandou em 2011, fundamentalmente devido aos desequilíbrios estruturais das economias mais desenvolvidas, à normalização da política monetária e às mudanças de dinâmica do ciclo de produção. Além disso, verificaram-se acontecimentos imprevisíveis de ordem natural e socioeconómica com impacto muito significativo, como o terramoto e tsunami do Japão, grandes convulsões sociais e políticas em alguns países árabes, incerteza na governação de certos países europeus e instabilidade nos mercados financeiros globais.

A crise da dívida na Europa foi o foco de risco principal, não tendo constituído a sua única fonte. No entanto, acabou por se tornar a manifestação mais visível das insuficiências do progresso na correção dos desequilíbrios macroeconómicos globais, patentes nos excessivos níveis de endividamento das economias mais desenvolvidas quando comparados com o seu baixo potencial de crescimento, ou nas vulnerabilidades dos esforços de crescimento de algumas economias em desenvolvimento, estreitamente ligadas a uma redução da procura interna e à mudança nas suas estruturas sociais.

A superação de ambas estas barreiras estruturais, bem como os desafios económicos, sociais e políticos que se levantam, virá a resultar num sólido crescimento sustentável no futuro. Entretanto, a criação, negociação e implementação de políticas económicas consistentes com este objetivo vai continuar a ter uma forte influência na atividade económica e na assunção de riscos em 2012.

#### A correção de desequilíbrios estruturais dificulta a recuperação da economia global

Contrariamente ao que se pensava inicialmente, o processo de crescimento económico que começou em 2010 não se manteve, principalmente a partir do 2º trimestre de 2011. O clima económico foi afetado por um aumento da incerteza e da volatilidade. As previsões sobre o crescimento económico global foram entretanto revistas em baixa, para menos de 4%, nível inferior tanto às tendências de longo prazo como aos números de 2010.

O fosso que separa o desempenho das economias desenvolvidas e o das economias emergentes alargou-se. A taxa de crescimento prevista para 2011-2013 nas economias emergentes é cerca de três vezes superior ao grupo das economias desenvolvidas (5,8% vs. 1,6, respetivamente). No entanto, as economias emergentes continuam

expostas a uma possível diminuição do comércio internacional, o que aumenta a relevância de políticas de estímulo ao consumo interno. Essas políticas foram já aplicadas no último trimestre de 2011, através de uma política monetária menos restritiva.

Nas economias desenvolvidas, os limites normais à política económica vêm-se agora ainda mais dificultados com as restrições orçamentais, o aumento do nível de disciplina exigido pelos mercados financeiros e taxas de juro muito baixas, que estão no limite da sua eficácia.

#### Contenção das pressões inflacionárias esconde o impacto da taxação indireta

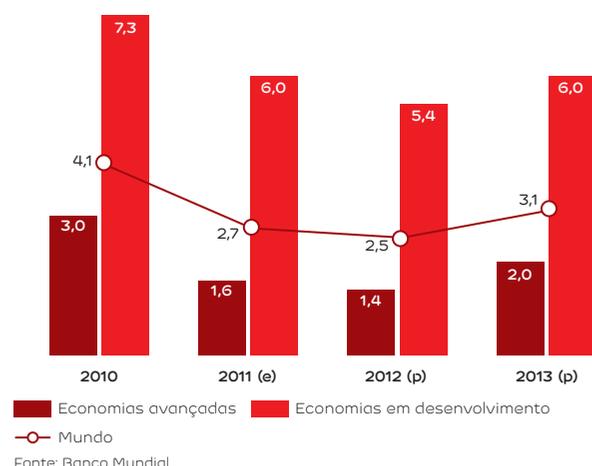
Verificou-se uma diminuição das pressões inflacionárias, por causa da descida de preços das *commodities* base, a nível global, da falta de pressões inflacionárias substanciais nas economias desenvolvidas e dos efeitos de uma política monetária mais restritiva nos mercados emergentes, ao longo da maior parte do ano. No entanto, o aumento da taxação indireta fez com que houvesse um impacto muito reduzido desta inflação diminuta nos preços de venda ao consumidor final. As taxas de inflação deverão no entanto baixar nas economias mais desenvolvidas ao longo do ano, principalmente devido ao efeito da evolução dos preços das *commodities* base.

#### A disfuncionalidade dos mercados levou o BCE a adotar medidas drásticas para estabilizar os mercados financeiros

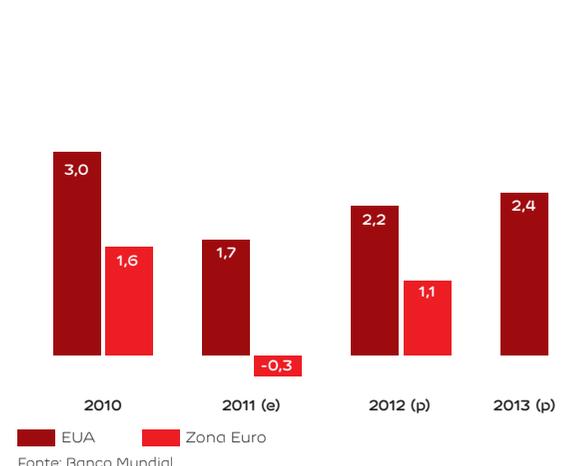
O aumento generalizado da aversão ao risco intensificou-se ao longo do 2º trimestre do ano, no seguimento da descida do rating dos EUA e de um aumento da tensão nos mercados europeus. A complexidade do processo de negociação e as exigências implícitas de políticas de estabilização financeira na Zona Euro foram os principais impulsionadores das tensões na Europa. Houve rumores constantes sobre uma possível redefinição dos países que constituem a Zona Euro, o que contribuiu para a espiral descendente da estabilidade nos mercados europeus. Esta incerteza afetou também por contágio os restantes mercados globais.

Nos mercados de ações aumentaram as perdas, especialmente na Europa e nas instituições financeiras; os *spreads* do crédito tenderam a aumentar, com base no seu nível de exposição a países financeiramente vulneráveis; o euro sofreu uma depreciação, descendo abaixo dos 1,30 dólares. Em sentido contrário, os investimentos considerados seguros, caso das dívidas soberanas da Alemanha e dos EUA, do ouro ou de instrumentos de curto prazo

CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL  
(CRESCIMENTO REAL DO PIB)



CRESCIMENTO ECONÓMICO UE E EUA  
(CRESCIMENTO REAL DO PIB)



em divisas como o franco suíço e o iene, registaram um aumento de procura sem precedentes.

A significativa diminuição dos níveis de confiança afetou o funcionamento normal dos mercados financeiros, o que comportou um aumento substancial do fator de risco do financiamento das economias europeias. As dificuldades nos mercados de empréstimo interbancários, aliadas à redução da procura de outros mercados de dívida, justificou uma alteração da política monetária. O BCE reduziu as suas taxas de referência para 1% e aumentou as maturidades das suas facilidades de liquidez para três anos. A taxa implícita nos mercados de derivados sugere que as taxas de juro se deverão manter baixas por um longo período de tempo.

## Ambiente dos mercados de energia eólica

### Principais acontecimentos

#### Fukushima relança discussão sobre energia nuclear

Em março de 2011, um gigantesco terramoto e tsunami atingiram o Japão, dando origem à pior catástrofe nuclear desde Chernobil.

O acidente reacendeu em todo o mundo o debate sobre o papel das centrais nucleares, disseminando um forte sentimento antinuclear, com muitos países a reverem o seu posicionamento na matéria. Os governos europeus, em particular, manifestaram preocupações com o aumento da sua quota de produção de energia nuclear, anteriormente prevista para o cumprimento das metas de redução das suas emissões de carbono.

No seguimento do acidente de Fukushima, pelo menos 8 países abandonaram os planos de instalação de novos reatores.

A reação mais significativa surgiu na Alemanha, que logo a seguir à catástrofe encerrou sete das suas centrais mais antigas e anunciou dois meses mais tarde a decisão de fechar gradualmente todas as suas centrais nucleares até 2022. Foi assim anulada a política anterior, apresentada em novembro de 2010, que pretendia um prolongamento do tempo de vida de todas as centrais nucleares alemãs.

Outros países europeus tiveram reações semelhantes. A Itália rejeitou a energia nuclear num referendo, a Suíça declarou que iria fechar, de forma faseada, as suas centrais no final da sua vida útil, e a Bélgica aumentou os impostos sobre a energia nuclear e aparenta estar a afastar-se desta fonte de energia.

Em qualquer caso, muitos especialistas concordam que as alterações na posição europeia sobre a energia nuclear vão dar origem a uma escassez na capacidade de produção de energia elétrica a curto e médio prazo que, muito provavelmente, terá o efeito de acelerar o crescimento das energias renováveis, desde que sejam implementadas as medidas certas.

#### Cimeira de Durban: uma nova esperança para as alterações climáticas?

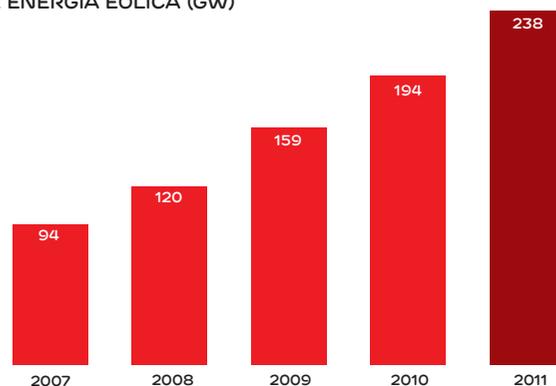
A Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas de 2011 realizou-se em Durban, na África do Sul, entre 28 de novembro e 11 de dezembro.

Depois de estar por diversas vezes à beira de um impasse, a cimeira resultou num acordo sobre várias matérias. A consequência principal foi que, pela primeira vez, tanto os países desenvolvidos como os países em vias de desenvolvimento concordaram em estabelecer um acordo global unificado até 2015. De resto, foi a primeira vez desde sempre que tanto a China como a Índia e os EUA aceitaram poder vir a negociar um acordo legalmente vinculativo. Outra proeza foi o acordo para prolongar o Protocolo de Quioto (que deveria terminar em 2012) até 2017 ou 2020, decisão que será tomada no próximo ano. Isto vai permitir a continuação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Temos portanto perante nós ainda alguns anos de negociações antes de podermos chegar a um "protocolo, instrumento legal ou projeto consensual com força de lei", o que levanta algumas preocupações sobre a força jurídica do acordo e o seu calendário de execução. Assim, mesmo que os acordos internacionais garantam melhores perspectivas a longo prazo, é muito provável que sejam os enquadramentos nacionais a continuar a impulsionar os investimentos nesta área.

#### Análise da capacidade global de energia eólica

CAPACIDADE MUNDIAL INSTALADA DE ENERGIA EÓLICA (GW)



Fonte: GWEC

# criação de valor

Em 2011, segundo os dados do Global Wind Energy Council (GWEC), entraram em funcionamento em todo o mundo mais de 41 GW de capacidade instalada, aumentando a capacidade total instalada de produção de energia eólica para mais de 238 GW. Apesar da continuação da crise económica e das dificuldades de financiamento, a indústria da energia eólica cresceu 21% em 2011.

Pelo segundo ano consecutivo, os mercados emergentes lideraram este crescimento, com cerca de 55% das novas instalações, compensando de certa forma a estagnação dos mercados mais consolidados.

A China conheceu o maior crescimento, acrescentando 18 GW à sua capacidade instalada (quase metade do total das novas instalações) e consolidando a sua posição de liderança no mercado mundial, com quase 63 GW.

2011 foi um ano de recordes para a Índia, com números surpreendentes que acrescentaram mais de 3 GW à sua capacidade instalada e a fizeram ultrapassar a marca dos 16 GW. A Índia é hoje o quinto maior mercado de energia eólica do mundo, tendo estreitado o fosso que a separava de Espanha.

Ao longo de 2011, a União Europeia teve um aumento de 9.616 MW, praticamente igual ao de 2010. Atualmente, segundo os dados da European Wind Energy Association (EWEA), a Europa dispõe de cerca de 94 GW de capacidade eólica instalada, constituindo no seu conjunto o maior mercado do mundo. Entre os países da União Europeia, a Alemanha continua a ter a maior capacidade instalada (29.060 MW, o 3º maior mercado do mundo), seguida por Espanha (21.674 MW, quarto), França (6.800 MW, sexto), Itália (6.747 MW, sétimo) e Reino Unido (6.540 MW, oitavo). A Alemanha testemunhou o maior aumento de nova capacidade instalada (2.086 MW), seguida pelo Reino Unido (1.293 MW) e Espanha (1.050 MW).

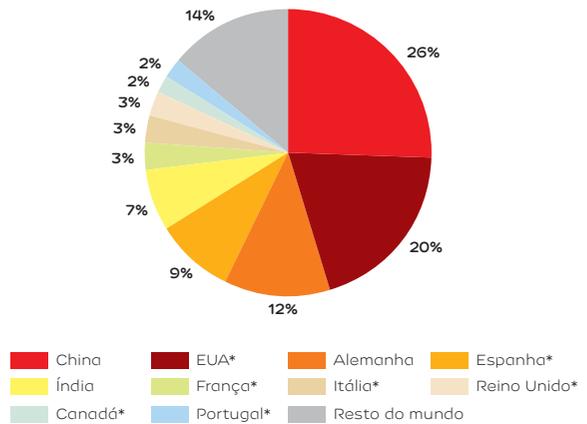
Tanto o início de exploração de importantes projetos na Europa de Leste como o crescimento contínuo da indústria eólica *offshore* no Reino Unido contribuíram para um bom desempenho do mercado europeu.

Segundo os dados da American Wind Energy Association (AWEA), houve um aumento de 6.810 MW da capacidade instalada nos EUA, o que é uma melhoria relativamente ao ano transato (5.212 MW). Os EUA continuam na segunda posição mundial, atrás da China, com um total de 46,9 GW de capacidade instalada.

O Canadá teve um ano recorde em 2011, acrescentando 1.267 MW à sua capacidade instalada e ultrapassando o marco dos 5.000 MW. A província do Ontário está na vanguarda das novas instalações no Canadá, crescendo e constituindo-se como região muito atrativa para novos investimentos na energia eólica.

A América do Sul está a assistir a um grande impulso da energia eólica, liderado pelo Brasil (583 MW instalados em 2011) e pelo México (354 MW). O Brasil é o mais promissor dos mercados da região, tendo atingido em 2011 o marco de 1 GW de capacidade instalada e com um *pipeline* de mais 7 GW que deverão ser concluídos antes do final de 2016, segundo a Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica).

## 10 MAIORES MERCADOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA EÓLICA NO FINAL DE 2011



Fonte: GWEC

\* Países com implantação da EDPR

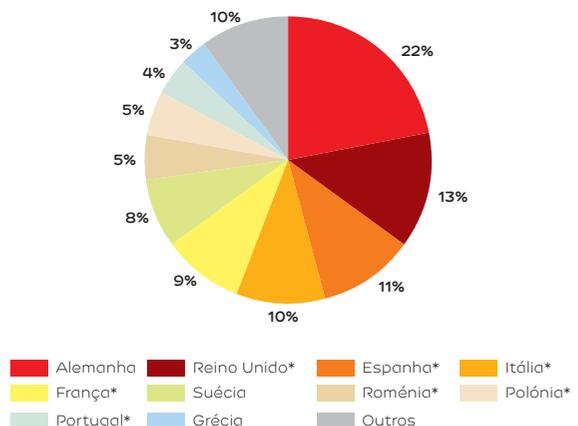
## Europa

Em 2011, a energia eólica representou 21% das novas centrais elétricas construídas, o que lhe dá o terceiro lugar, depois da energia solar fotovoltaica (47%) e do gás (22%). Entraram em funcionamento na Europa (UE27) um total de 9.616 MW, aumentando a capacidade instalada para 94 GW.

Mesmo que os países da Europa Ocidental tenham mostrado alguns sinais de estagnação, à medida que vão atingindo a maturidade, continuaram a ter a maior fatia das novas instalações. A Alemanha encabeçou a lista de nova capacidade instalada em 2011, com 2.086 MW, seguida pelo Reino Unido (1.293 MW), Espanha (1.050 MW), Itália (950 MW) e França (830 MW).

Espanha evidenciou uma quebra nas novas instalações em 2011, quase menos 500 MW em relação a 2010, devido à falta de clareza do novo esquema de incentivos e ao cenário de recessão económica. Portugal, no entanto, conseguiu acrescentar 377 MW à sua capacidade de produção eólica, atingindo praticamente o mesmo resultado que no ano anterior.

## NOVA CAPACIDADE INSTALADA NA EUROPA<sup>(1)</sup> EM 2011



(1) EU 27; Fonte: EWEA

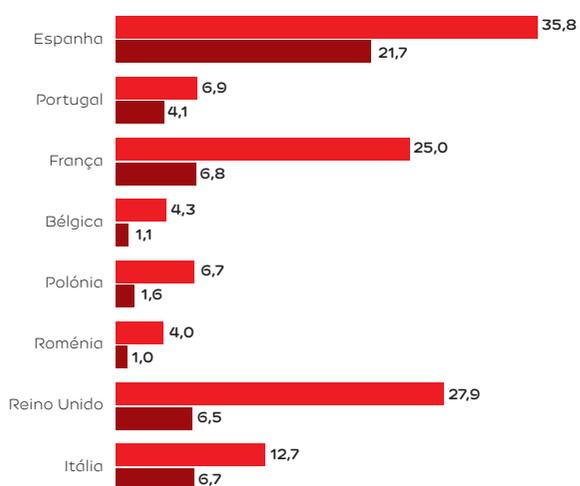
\* Países com implantação da EDPR

Os mercados emergentes da Europa de Leste cresceram a um ritmo acelerado, com a Roménia a instalar 520 MW, a Turquia 470 MW e a Polónia 377 MW. Espera-se que estes países venham a estar em primeiro plano nos investimentos em energia eólica dos próximos anos. Outros países que tiveram adições significativas foram a Suécia (763 MW), a Grécia (311 MW) e a Irlanda (239 MW).

O crescimento na Europa foi também impulsionado pela energia eólica *offshore*. Em 2011, foram instalados 866 MW de capacidade *offshore*, perfazendo uma capacidade total instalada de 3.813 MW. A maioria desta nova capacidade instalada fica situada em águas britânicas (87%), com o resto do aumento a dever-se quase todo à Alemanha.

Todos os países da UE27 têm metas obrigatórias de adoção de energias renováveis, no seguimento da aprovação da Diretiva 2009/28/CE. Em 2010, os países europeus tiveram de submeter o seu Plano de Ação Nacional para as Energias Renováveis (PANER), em que explicavam como pretendiam cumprir com as metas estabelecidas até 2020 em matéria de renováveis.

**CAPACIDADE TOTAL EÓLICA INSTALADA (GW) EM 2011 VS. CAPACIDADE PREVISTA PARA 2020 NOS PANER (\*)**



(\*) Os números referem-se tanto à capacidade eólica *onshore* como *offshore*  
 Fonte: EWEA; Planos de Ação Nacionais – PANER

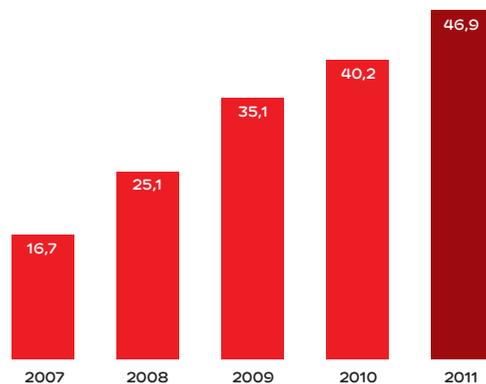
## EUA

As novas instalações eólicas cresceram extraordinariamente em 2011, com a American Wind Energy Association (AWEA) a comunicar a instalação de 6.810 MW, perfazendo um total de 46.919 MW de capacidade instalada. Depois de um desempenho dececionante em 2010, a indústria eólica registou um novo impulso, com um aumento de 31% em relação à capacidade instalada em 2010 (5.212 MW).

A Califórnia teve o maior contributo para este crescimento, com 921 MW de nova capacidade instalada, seguida pelo Illinois (693 MW), Iowa (647 MW) e Minnesota (542 MW). O Texas instalou apenas mais 292 MW, mas continua a ser o estado com a capacidade total instalada mais significativa (mais de 10 GW em funcionamento).

Em todo o país, houve 30 estados a abrirem novos parques eólicos em 2011, e no final do ano 14 estados tinham já ultrapassado a marca de 1 GW de capacidade total instalada.

**CAPACIDADE EÓLICA INSTALADA NOS EUA (GW)**



Fonte: AWEA

# criação de valor

## Regulação da energia eólica (por país)

### Acontecimentos em matéria regulatória nas geografias da EDPR

#### Esquemas de remuneração nos países com implantação da EDPR

PAÍS	ESQUEMA DE REMUNERAÇÃO
Portugal	Tarifa fixa
França	Tarifa fixa
Espanha	Opcional: Tarifa fixa & "pool + prémio"
Bélgica	Certificados verdes
Polónia	Certificados verdes
Roménia	Certificados verdes
Itália	Certificados verdes <sup>(1)</sup>
Reino Unido	Certificados verdes <sup>(1)</sup>
EUA	Certificados verdes e incentivos fiscais
Canadá	Tarifa fixa (Ontário)
Brasil	Contrato de aquisição de energia (CAE)

(1) Será aplicado um novo sistema de tarifa fixa aos novos parques eólicos

## Espanha

ALTERAÇÃO REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO E PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES
Aprovação do novo "Plano de Energias Renováveis" para 2011-2020	<ul style="list-style-type: none"><li>Mantêm-se as metas de 2010 para a capacidade <i>onshore</i> (35 GW), enquanto as metas <i>offshore</i> são reduzidas para 750 MW (eram de 3 GW)</li></ul>
Em janeiro de 2012, o governo anunciou uma moratória temporária aos incentivos para instalações renováveis	<ul style="list-style-type: none"><li>O novo Decreto Real aplica-se apenas aos novos projetos, mantendo-se na mesma os parques eólicos em funcionamento e as instalações incluídas no sistema de pré-atribuição</li></ul>

Em maio de 2011, o governo apresentou o anteprojeto do novo Plano de Energias Renováveis ("PER 2011-2020"), que acabou por ser aprovado em novembro. Neste documento, as metas para a energia eólica *onshore* mantêm-se nos 35 GW, tal como previsto no PANER (Plano de Ação Nacional para as Energias Renováveis). As metas para a energia eólica *offshore*, no entanto, foram reduzidas para 750 MW (dos 3 GW anteriormente estabelecidos no PANER).

Em setembro de 2011, o ex-ministro da Indústria apresentou um anteprojeto de lei que pretendia regular os parques eólicos a partir de 2012, já que a legislação atual está prestes a caducar. No entanto, dadas as circunstâncias e a oposição da indústria eólica, o antigo governo acabou por não aprovar a lei antes das eleições realizadas em novembro de 2011.

Em janeiro de 2012, o recém-eleito governo espanhol anunciou uma suspensão temporária do prémio de remuneração da capacidade instalada em renováveis. A suspensão não vai afetar porém as centrais em funcionamento, nem as que já foram inscritas no sistema de pré-atribuição. Espera-se assim que esta decisão tenha apenas o efeito de travar a construção de novos parques eólicos em 2013. No entanto, o governo salientou que continua plenamente empenhado em cumprir as metas para as energias renováveis fixadas até 2020.

A EDPR tem 110 MW (58 MW em construção) incluídos no pré-registo, pelo que não será afetada pelo novo Decreto Real.

## Portugal

No âmbito do programa de assistência financeira ao país, foi assinado em maio de 2011 um memorando de entendimento entre Portugal, o Fundo Monetário Internacional, a União Europeia e o Banco Central Europeu. O memorando elencava vários objetivos para o mercado português de energia, nomeadamente: I) concluir a liberalização dos mercados de eletricidade e gás natural; II) assegurar a sustentabilidade do sistema elétrico nacional e evitar quaisquer desenvolvimentos desfavoráveis no défice tarifário; III) garantir que a redução da dependência energética e a promoção das energias renováveis será feita de forma a limitar os custos adicionais associados à produção de eletricidade nos regimes normal e especial (cogeração e renováveis), e garantir também a consistência da política energética em geral, revendo os instrumentos existentes; IV) continuar a promover a concorrência nos mercados energéticos e aumentar a integração dos mercados ibéricos de eletricidade e de gás (MIBEL e MIBGAS).

## França

ALTERAÇÃO REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO E PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES
Decreto 2011-984 e 2011-985, ambos de 23 de agosto de 2011	<ul style="list-style-type: none"><li>Novos requisitos para o funcionamento dos parques eólicos</li></ul>
Aumento dos impostos e fim das depreciações derogatórias em 2011	<ul style="list-style-type: none"><li>Aumento da carga fiscal</li></ul>

Em agosto de 2011, foram aprovados dois decretos com as novas regras para o funcionamento dos parques eólicos. Estes decretos surgem em consequência da inclusão dos parques eólicos no regime ICPE (indústrias classificadas para a proteção do ambiente), que introduz novos requisitos para o seu funcionamento, com o objetivo de garantir a proteção do ambiente.

De acordo com a nova legislação, todas as turbinas eólicas instaladas em torres com mais de 50 metros, ou todas as turbinas instaladas em torres com mais de 12 metros que estejam incluídas num parque com mais de 20 MW, têm de obter uma nova licença de funcionamento. Além disso, todas as turbinas sujeitas a estas condições têm de ficar situadas a pelo menos 10 ou 30 quilómetros de quaisquer radares, dependendo do tipo de radar. De resto, a partir de agora, todos os produtores de energia eólica têm de depositar uma garantia financeira que cubra os custos de desmantelamento dos parques eólicos no fim do seu ciclo de vida operacional.

Estes novos requisitos, resultantes da inclusão dos parques eólicos na categoria de ICPE, acrescentam uma nova exigência ao processo de desenvolvimento.

Em 2011, o governo decidiu também abolir o incentivo fiscal de depreciação acelerada que permitia aos produtores de energia eólica a subvalorização do preço dos ativos das turbinas no primeiro ano de operações. A taxa "IFER" (que tem de ser paga por todas as companhias ligadas à rede elétrica) foi também aumentada.

Estes novos requisitos só são aplicáveis aos novos parques eólicos, se bem que o depósito para cobrir os custos de desmantelamento e o aumento das taxas se aplique a todos os parques, mesmo os que já estejam em funcionamento.

O governo francês lançou também em 2011 um leilão muito competitivo para a instalação de 3 GW de capacidade eólica *offshore*. Trata-se da primeira fase da instalação de 6 GW de energia eólica *offshore* com que o governo se comprometeu até 2020, para cumprir com o seu Plano de Ação Nacional para as Energias Renováveis.

## Bélgica

O governo da Valônia deveria ter revisto o quadro legal de remuneração das energias renováveis no primeiro semestre de 2011, o que ainda não aconteceu. Espera-se que em 2012 o governo proceda a uma revisão do número de certificados verdes atribuídos a cada tecnologia renovável, reduzindo o seu apoio às tecnologias mais desenvolvidas, entre as quais se pode incluir a energia eólica *onshore*. Todos os parques eólicos da EDPR na Bélgica ficam situados na região da Valônia.

## Polónia

ALTERAÇÃO REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO E PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES
Anteprojeto para a nova Lei das Energias Renováveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>Introdução de um escalonamento tecnológico que pode levar a uma redução de apoios à energia eólica <i>onshore</i></li> <li>Sistema de certificados verdes garantido por 15 anos</li> </ul>

A 22 de dezembro de 2011, o ministro polaco da Economia apresentou oficialmente um novo pacote de leis que se espera venham a substituir a legislação de 10 de abril de 1997 (Lei da Energia). Apesar de este anteprojeto estar ainda sujeito a alterações, parece que o sistema atual de apoio em certificados verdes se manterá em vigor, mesmo que venha a ser alterado. Entre as possíveis mudanças, as mais significativas são as seguintes:

Em primeiro lugar, prevê-se que possa haver um escalonamento do sistema de certificados verdes, que até hoje sempre foi tecnologicamente neutral. Com um sistema de escalonamento de tecnologias, é de esperar que o apoio à energia eólica *onshore* seja reduzido. O anteprojeto não define nem um preço mínimo nem um comprador de último recurso para os certificados verdes.

Em segundo lugar, e pela primeira vez, o anteprojeto garante especificamente a manutenção da emissão de certificados verdes por pelo menos 15 anos. À luz da legislação atual, apesar de a indústria sempre ter presumido que este apoio se viria a manter, nunca tinha havido esta clarificação.

Se for aprovada, a nova legislação poderá ter impacto sobre todos os projetos que a EDPR tem em desenvolvimento.

## Roménia

ALTERAÇÃO REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO E PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES
Diploma de emergência para a implementação da lei 220/2008	<ul style="list-style-type: none"> <li>Luz verde para a atribuição de dois certificados verdes (tal como referido na lei 220/2008)</li> <li>Apenas um certificado verde durante a fase de testes</li> <li>Período de validade reduzido a 16 meses (anteriormente 36)</li> <li>Regulador da energia pode reduzir os incentivos a novos parques eólicos se se verificar uma sobrecompensação</li> <li>Parques eólicos com mais de 125 MW têm de obter aprovação individual da Comissão Europeia</li> </ul>

Em julho de 2011, a Comissão Europeia autorizou a implementação da Lei 220/2008, que dava luz verde à atribuição de dois certificados verdes por MWh até 2017. A aplicação da lei foi atrasada mais de dois anos, enquanto o governo romeno aguardava pela decisão da Comissão Europeia sobre a sua compatibilidade com os regulamentos europeus.

A aplicação começou em outubro, com a promulgação de um diploma de emergência que introduzia também algumas alterações à lei original. Por exemplo, segundo as novas regras, os parques eólicos só receberão um certificado verde ao longo da fase de testes, e a sua validade é reduzida a 16 meses. Além disso, a fim de evitar uma sobrecompensação dos novos parques eólicos, a nova lei permite que o ANRE (o regulador do mercado da energia) possa reduzir o período de aplicação do novo sistema de incentivos ou o número de certificados verdes inicialmente atribuído, se bem que apenas nos novos parques eólicos. Finalmente, o diploma de emergência exige que os operadores de parques eólicos com uma capacidade instalada superior a 125 MW notifiquem individualmente a Comissão Europeia.

O diploma de emergência aplicar-se-á tanto aos parques eólicos que a EDPR tem em funcionamento como aos novos projetos. A EDPR tem três parques eólicos em funcionamento na Roménia, num total de 285 MW.

# criação de valor

## Itália

ALTERAÇÃO REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO E PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES
Promulgação da nova lei das energias renováveis ("Decreto Romani")	<ul style="list-style-type: none"><li>O mecanismo de incentivo baseado em certificados verdes será progressivamente abolido</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>Os novos parques eólicos vão ter ou uma tarifa fixa ou uma tarifa definida em processo de leilão</li></ul>
Inclusão dos operadores de energias renováveis na "Taxa Robin dos Bosques"	<ul style="list-style-type: none"><li>Aumenta a tributação nos próximos 3 anos</li></ul>

Em março de 2011, o governo promulgou uma nova lei das energias renováveis que se destina a abandonar gradualmente o sistema atual de certificados verdes, que constituiu até agora o grande pilar da regulamentação das energias renováveis.

De acordo com este novo decreto, os parques eólicos com menos de 5 MW que entrarem em funcionamento a partir de 1 de janeiro de 2013 serão remunerados com um preço fixo de incentivo, ao passo que as centrais de maior dimensão terão de entrar num processo de licitação (através do sistema de leilão holandês). É provável que o *pipeline* da EDPR seja abrangido por este regime.

Os parques eólicos que entrarem em funcionamento até 31 de dezembro de 2012 ficarão enquadrados num regime de transição. Nos termos deste regime, o sistema de certificados verdes dos parques eólicos operacionais manter-se-á até 2015, subsequentemente serão integrados no sistema de tarifas de aquisição. Uma vez que os compromissos associados aos certificados verdes vão diminuir todos os anos até desaparecerem em 2015, o Gestore dei Servizi Elettrici (GSE), que é a agência estatal responsável pela supervisão da energia, e que gere o mercado dos certificados verdes, comprará todos os certificados verdes que excederem a procura do mercado. O preço a que o GSE vai adquirir estes certificados verdes é de 78% do preço de referência (definido em 180 euros menos o preço médio da eletricidade no ano anterior). A EDPR tem 20 MW em construção que poderão ficar ao abrigo deste regime de transição, desde que entrem em funcionamento até ao fim de 2012.

A nova lei estabelece apenas o quadro geral de funcionamento, e terá ainda de ser regulamentada através de decretos ministeriais que serão publicados ao longo de 2012.

Em agosto de 2011, o governo italiano aprovou também o decreto 138/2011, mais conhecido como "lei Robin dos Bosques", que aumenta a tributação sobre os produtores de eletricidade com um aumento de 10,5% de IRC ao longo dos próximos 3 anos.

Com esta decisão, as empresas de energias renováveis que tiverem receitas superiores a 10 milhões de euros ficarão sujeitas à "taxa Robin dos Bosques", da qual estavam anteriormente isentas.

## Reino Unido

ALTERAÇÃO REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO E PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES
Criação de um preço mínimo para as emissões de carbono (Orçamento de 2011)	<ul style="list-style-type: none"><li>Destina-se a incentivar a produção de energia com baixas emissões de carbono</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>Introduz um preço mínimo nas licenças de emissão da União Europeia</li></ul>
Livro Branco da Reforma do Mercado da Eletricidade e Roteiro para as Energias Renováveis	<ul style="list-style-type: none"><li>O sistema de obrigações renováveis será substituído por um contrato de tarifa fixa baseado na diferença de preços</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>As metas para a energia eólica <i>offshore</i> são aumentadas para 18 GW em 2020</li></ul>
Avaliação em curso do escalonamento tecnológico	<ul style="list-style-type: none"><li>Se for aprovado, poderá reduzir os apoios à energia eólica <i>onshore</i>, aumentando os apoios à energia <i>offshore</i></li></ul>

O governo do Reino Unido apresentou em dezembro de 2010 o seu projeto de Reforma do Mercado da Eletricidade, dando início ao respetivo processo de consulta pública. Neste documento, o governo manifesta a intenção de estabelecer um sistema de tarifas de aquisição para a eletricidade produzida através de fontes renováveis, mantendo ao mesmo tempo o sistema de certificados de obrigações renováveis. Outras medidas serão a introdução de pagamentos por capacidade, destinados a fomentar a construção de centrais de reserva, e a criação de um preço mínimo para as emissões de carbono.

Quanto ao preço mínimo para as emissões de carbono, o Orçamento de 2011 aprovou a sua introdução em 2013 com um valor de 16 libras por tonelada de CO<sub>2</sub>, que aumentará para o valor de 30 libras por tonelada em 2020. Assim, o Reino Unido será o primeiro país do mundo a estabelecer um preço mínimo para as emissões de carbono, o que terá o efeito de incentivar o setor energético a investir em todas as formas de energias renováveis ou com baixas emissões, incluindo as mais controversas (a nova geração de centrais nucleares).

Em julho de 2011, o governo apresentou ao parlamento duas propostas relacionadas com a reforma do mercado de eletricidade. A primeira, incluída no Livro Branco sobre a Reforma do Mercado de Eletricidade, consiste na introdução de um contrato de tarifa fixa baseado na diferença de preço (FIT CfD), que era a opção preferida do governo entre as alternativas elencadas. No entanto, não foram ainda decididos todos os pormenores. O FIT CfD deverá substituir progressivamente o sistema de obrigações renováveis em vigor no Reino Unido. Para assegurar uma transição pacífica, o FIT CfD deverá ser introduzido em 2014, como alternativa às obrigações renováveis. Estas deixarão de poder ser utilizadas em novos contratos a partir de 1 de abril de 2017, se bem que os contratos existentes se mantenham. A segunda proposta, apresentada no Roteiro para as Energias Renováveis no Reino Unido, prevê o aumento das metas de produção de energia eólica *offshore* para 18 GW (anteriormente, 13 GW no Plano de Ação Nacional).

Finalmente, o Departamento para a Energia e Alterações Climáticas (DECC) apresentou uma proposta de escalonamento tecnológico das obrigações renováveis, que deverá ser introduzido em Inglaterra e País de Gales entre 2013 e 2017. Os mesmos níveis de escalonamento foram também propostos pelo governo escocês. Caso venha a ser aprovado, este escalonamento vai favorecer o apoio à energia eólica *offshore*, o que é consistente com o aumento das respetivas metas de instalação até 2020.

Até agora, todos os projetos que a EDPR tem para o Reino Unido são baseados na energia eólica *offshore*, pelo que a empresa poderá beneficiar deste escalonamento, se ele vier a ser aprovado.

## EUA

Em geral, os estados americanos continuaram a apoiar as políticas de Renewable Portfolio Standards (RPS). No ano passado, dez estados propuseram a criação ou o reforço destes RPS, ao passo que apenas cinco estados apresentaram projetos para a diminuição ou abolição dos RPS. O impacto global das alterações aprovadas aos RPS é muito positivo: a Califórnia estabeleceu um RPS de 33% e o Indiana aprovou uma meta de 20% de energia limpa. As energias renováveis alargaram-se também aos estados do Sudeste, com as empresas de *utilities* do Alabama e Louisiana a assinarem contratos de aquisição de energia (CAE) eólica.

Outro aspeto importante dos incentivos às renováveis, o crédito fiscal para a produção de energia (PTC), deverá terminar em dezembro de 2012. Ambos os partidos com assento no Congresso apresentaram legislação para conceder uma prorrogação do PTC, e a indústria está a trabalhar junto da liderança do Congresso para aprovar esse prolongamento dos prazos do PTC.

Em 2011, a Agência de Proteção do Ambiente (EPA) impulsionou uma alteração de políticas, aplicando uma agenda dedicada à energia limpa. Em julho, a EPA emitiu uma norma interestadual para a poluição do ar, destinada a limitar as emissões de dióxido de enxofre (SO<sub>2</sub>) e óxidos de azoto (NOx) das centrais energéticas interestaduais. A aplicação desta norma foi no entanto adiada, por ter sido legalmente contestada. Em dezembro, a EPA anunciou também a finalização da sua norma "Utility MACT", que pretende regular as emissões de mercúrio e outras substâncias tóxicas nas centrais termoelétricas de carvão e petróleo, decisão que está também a ser contestada.

## Canadá

As eleições de 6 de outubro na província do Ontário puseram fim a meses de incerteza quanto ao futuro do sistema de tarifas de aquisição. A reeleição do governo liberal do Ontário acalmou o setor eólico, já que o Partido Progressista-Conservador tinha ameaçado durante a campanha abolir as tarifas de aquisição. No entanto, o mecanismo de incentivo irá sofrer uma revisão intercalar, e é possível que o valor de C\$135/MWh atribuído à energia eólica *onshore* venha a ser reduzido.

Todo o *pipeline* canadiano da EDPR está situado na província do Ontário.

## Brasil

Em agosto de 2011, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) organizou dois leilões para contratos de produção de energia: um leilão A-3 (centrais energéticas que deverão entrar em funcionamento nos próximos três anos) e um leilão de capacidade para o fornecimento de 3,9 GW de capacidade elétrica, dos quais 1,9 GW atribuídos à energia eólica. O preço médio foi de R\$99/MWh, o que representa um mínimo recorde nas tarifas, com o vento a constituir a fonte mais barata, abaixo do preço de outras tecnologias no leilão, incluindo o *combined cycle generation technology* (CCGT), grandes hidroelétricas e biomassa.

A 20 de dezembro, realizou-se um leilão A-5 para a contratação de um total de 1,2 GW de nova capacidade elétrica. A energia eólica voltou a destacar-se globalmente, já que conquistou a fatia de leão da capacidade total atribuída (976 MW), a um preço médio de R\$105/MWh. A EDPR garantiu neste leilão a assinatura de um contrato de aquisição de energia (CAE) de 20 anos para um parque eólico de 120 MW.

# criação de valor

## Desempenho operacional

### Desempenho do grupo

#### Capacidade

+806 MW instalados em 2011

A EDPR tem um excelente registo e capacidade demonstrada na execução dos seus projetos dentro dos objetivos previstos.

Ao longo de 2011, a EDPR instalou uma capacidade adicional de 806 MW. A maioria da nova capacidade foi instalada na Europa (538 MW), com o restante a vir da América do Norte (198 MW) e do Brasil (70 MW).

7.483 MW capacidade total

Desde 2007, a EDPR quase triplicou a sua capacidade total instalada para 7,5 GW.

Na Europa, a EDPR atingiu uma capacidade total de 3.977 MW, o que representa um crescimento anual de 22% desde 2007. A Europa de Leste foi o principal impulsionador do crescimento em 2011, com 265 MW de novas instalações, que permitiram à EDPR manter a sua posição de liderança no mercado de maior crescimento entre os países em que desenvolve o seu negócio.

Na América do Norte, a EDPR atingiu uma capacidade total de 3.422 MW, o que representa um crescimento anual de 32% desde 2007. Os dois projetos construídos foram concretizações significativas, já que Timber Road II era o primeiro parque eólico de grande escala no estado do Ohio e Blue Canyon VI, no Oklahoma, é um dos projetos mais competitivos nos EUA.

Com a conclusão do primeiro parque eólico inteiramente desenvolvido pela EDPR no Brasil (Tramandaí), a empresa atingiu ali uma capacidade total de 84 MW.

#### Desenvolvimento

375 MW em construção

Continuando a desenvolver as suas operações, a EDPR tem agora em construção um total de 375 MW, com 215 MW na América do Norte e os restantes 160 MW na Europa.

O parque eólico de Marble River, no estado de Nova Iorque, com 215 MW, tem já um contrato a longo prazo de créditos de energias renováveis (REC) com a NYSERDA, e será o quarto projeto da EDPR naquele estado.

A Polónia tem neste momento 80 MW em construção, e continua a ser um dos maiores responsáveis pelo crescimento na plataforma europeia.

A EDPR está também a construir o seu primeiro parque eólico em Itália, naquele que será um marco significativo no crescimento do seu portefólio.

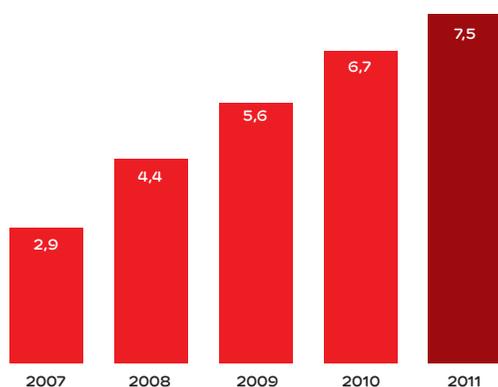
#### 11 Países, 3 Continentes

A EDPR gere atualmente um portefólio global que marca a sua presença em 11 países, espalhados por três continentes.

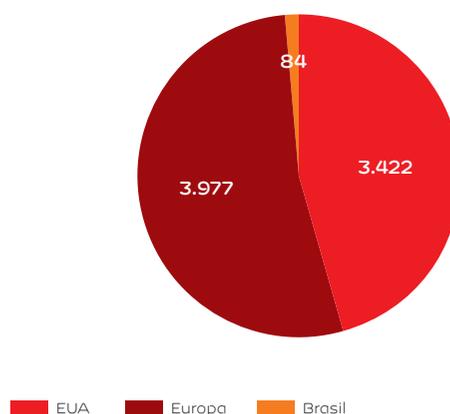
Em 2011, a EDPR continuou a definir a sua estratégia de crescimento através da obtenção de contratos flexíveis em termos temporais e geográficos, para tirar o melhor partido das suas várias opções. A carteira de projetos em desenvolvimento (dividido entre *pipeline* e *prospects*) que deverá alimentar o crescimento futuro ascende a um total de 21,028 MW.

A EDPR consolidou o seu *pipeline* em 2011, com o objetivo de concentrar o seu crescimento nas áreas mais rentáveis, ao mesmo tempo que mantém a flexibilidade das suas opções de crescimento futuro.

CAPACIDADE INSTALADA DA EDPR (GW)



CAPACIDADE INSTALADA DA EDPR POR REGIÃO (MW)



## Produção

+17% de aumento anual  
16.800 GWh produzidos

A produção de eletricidade da EDPR ascendeu a um total de 16.800 GWh, um aumento de 2.449 GWh em relação a 2010 e uma taxa de crescimento de 45% desde 2007, superior ao crescimento da capacidade instalada.

Na Europa, a EDPR produziu 7.301 GWh, um aumento anual de 10%, em linha com o aumento de capacidade.

Na América do Norte, a EDPR produziu 9.330 GWh, um aumento anual de 21%, fruto da nova capacidade instalada em 2010 e de um ano excepcional em termos de vento para a empresa, que atingiu o segundo melhor ano em termos de fator de utilização.

Com a conclusão do parque eólico de Tramandaí, a produção no Brasil aumentou seis vezes em relação ao ano anterior, atingindo os 170 GWh.

## 29% de fator de utilização

A EDPR continua a atingir fatores de utilização de grande qualidade, acabando o ano com 29%.

A empresa continua a alavancar as suas vantagens competitivas na maximização da produção dos seus parques eólicos e na diversificação do seu portefólio, para reduzir os riscos associados à volatilidade do vento, mantendo assim a sua posição de liderança como uma das empresas com fatores de utilização mais elevados no setor da energia eólica.

A EDPR atingiu também uma taxa de disponibilidade excepcional, de 97%, o que demonstra a elevada qualidade dos seus ativos e a boa execução da sua estratégia operacional.

## Tarifa

Estabilidade dos preços de venda  
90% Regulado/CAE

Entre toda a capacidade instalada pela EDPR, 90% está associada a contratos de longo prazo (CAE) ou a enquadramentos regulatórios estáveis. Isto permite à EDPR reduzir os riscos relacionados com a variação dos preços de energia.

Num esforço para reduzir ainda mais a exposição ao mercado, a EDPR assinou contratos de cobertura de preço de energia e risco e de garantia a longo prazo para um total de 146 MW na América do Norte.

## Atingidos os €58/MWh

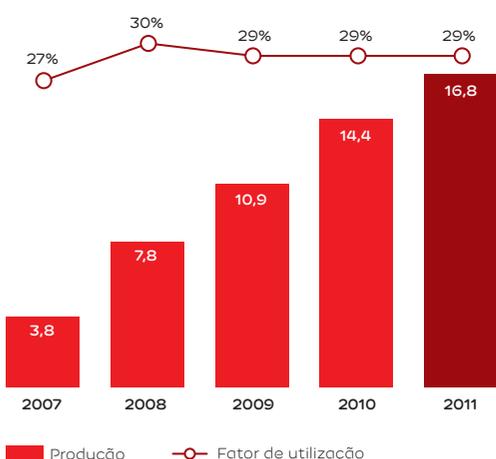
Os preços de venda conseguidos pela EDPR atingiram os €57,7/MWh, uma diminuição de €0,7/MWh ou 1% em relação a 2010.

O preço de venda médio, excluindo as receitas associadas ao crédito fiscal para a produção de energia nos EUA, foi inferior ao ano anterior em termos homólogos, quer por causa da descida do dólar americano, quer pelo aumento do peso da produção na América do Norte, cujo preço foi também mais baixo do que no anterior. Estes impactos prejudiciais foram no entanto parcialmente atenuados pela contribuição positiva de todos os países europeus e do Brasil.

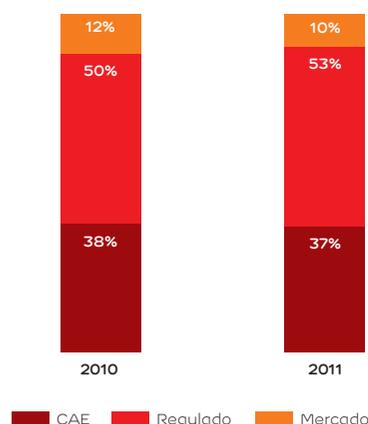
“2011 Voltou a ser um ano excelente para a EDPR, já que continuámos a crescer e a atingir os nossos objetivos, apesar das dificuldades das condições do mercado.”

Ana Maria Fernandes, CEO

PRODUÇÃO DA EDPR (TWh) E FATOR DE UTILIZAÇÃO (%)



ANÁLISE DA CAPACIDADE INSTALADA DA EDPR POR SISTEMA DE REMUNERAÇÃO



# criação de valor

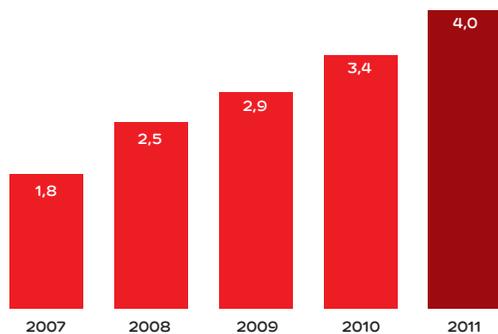
## Europa

### Capacidade

+538 MW instalados em 2011

A capacidade total da energia eólica instalada pela EDPR na Europa ascendeu aos 3.977 MW, um aumento de 538 MW em relação a 2010 e uma taxa de crescimento anual de 22% desde 2007.

CAPACIDADE INSTALADA DA EDPR EU (GW)



O maior crescimento na capacidade instalada na Europa ficou a dever-se ao mercado da Europa de Leste, com a conclusão dos parques eólicos de Cernavoda I & II (138 MW), Sarichioi (33 MW) e Vutcani (24 MW), na Romênia, e de Korsze (70 MW), na Polónia. Isto representa uma grande concretização, já que a Romênia e a Polónia são dois dos países em mais rápido crescimento na Europa, e oferecem sistemas de remuneração mais lucrativos do que a média do portefólio.

Em Portugal, os avanços no projeto ENEOP, um consórcio para o desenvolvimento de 1,2 GW (no qual a EDPR tem uma participação de 40%), fizeram com que em 2011 entrassem em funcionamento 800 MW, dos quais 87 MW da EDPR.

Em França, a EDPR concluiu a construção dos parques eólicos de Marcellois & Massigny, num total de 22 MW, naquele que é o primeiro projeto da EDPR na região da Borgonha.

A EDPR acrescentou 151 MW à sua capacidade instalada em Espanha, atingindo os 2,2 GW, o que representa a maior percentagem do seu portefólio na Europa.

### Desenvolvimento

160 MW em construção

À medida que a EDPR continua a executar a sua estratégia, tem agora projetos em construção na Polónia (80 MW), Espanha (58 MW) e Portugal (2 MW), tendo também começado o seu primeiro parque eólico em Itália (20 MW).

O *pipeline* da EDPR na Europa, com mais de 9 GW previstos, assegura um grande leque de opções e flexibilidade a longo prazo, que nos permite escolher os melhores projetos.

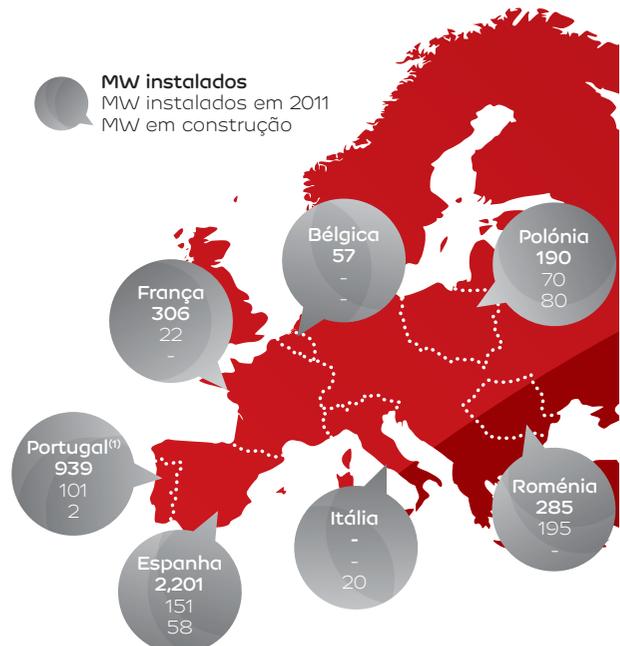
2011 foi um ano muito importante para a EDPR no Reino Unido. Em junho de 2011, a quota da EDPR em projetos *offshore* aumentou de 1,5 GW para 2,4 GW, através da assinatura de uma parceria com a Repsol Nuevas Energias.

"A plataforma europeia atingiu marcos muito significativos ao longo de 2011, incluindo o início da construção do primeiro parque eólico em Itália, e o reforço da nossa posição de liderança nos países com maior crescimento."

João Paulo Costeira,

Chief Operating Officer (COO) – Europa

### ANÁLISE DA CAPACIDADE DA EDPR EU



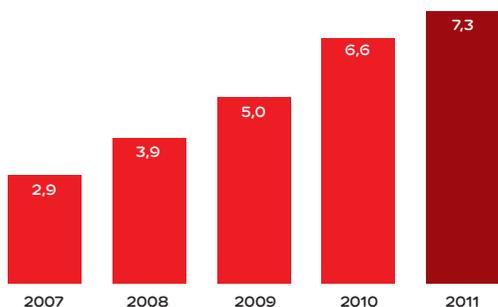
(1) Inclui o consórcio ENEOP - Eólicas de Portugal (consolidado por equity)

## Produção

+10% de aumento anual

A produção de eletricidade da EDPR na Europa ascendeu a um total de 7.301 GWh, um aumento de 669 GWh em relação a 2010 e uma taxa de crescimento de 26% desde 2007, superior ao crescimento da capacidade instalada.

### PRODUÇÃO DA EDPR EU (TWh)



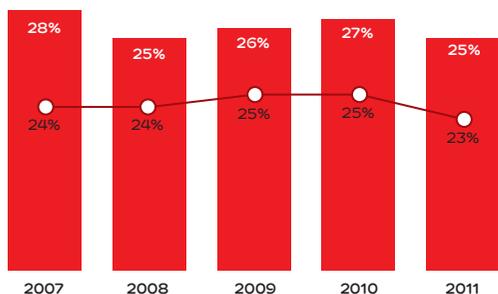
O principal impulsionador do crescimento da produção em GWh foi o aumento de 412 GWh na Europa de Leste, fruto da nova capacidade instalada que entrou em funcionamento e da manutenção da produção nos restantes países.

## 25% de fator de utilização

Apesar do aumento sustentado da produção de eletricidade na Europa, os fatores de utilização sofreram o impacto de um ano com pouco recurso eólico, comparado com a média, o que deu origem a um fator de utilização de 25% em 2011.

A empresa continua a alavancar as suas vantagens competitivas na maximização da produção dos seus parques eólicos e na diversificação do seu portefólio, para reduzir os riscos associados à volatilidade do vento.

### EDPR VS. MERCADO ESPANHOL: FATORES DE UTILIZAÇÃO ANUAIS (%)



■ EDPR — Média do mercado espanhol

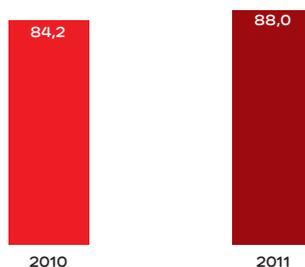
Fonte: Baseado em dados da REE

## Tarifa

+5% de aumento anual

O preço de venda médio conseguido pela EDPR na Europa atingiu os €88,0/MWh, um aumento de €3,8/MWh em relação a 2010 e uma taxa de crescimento anual de 5%.

### TARIFAS EDPR EU (€/MWh)



Todos os países registaram variações anuais positivas. Sendo a Polónia a única excepção que, em Euros, registou um recuo devido à desvalorização do Zloty.

Vários fatores contribuíram para a evolução positiva de preço, nomeadamente a performance da tarifa em Espanha e Portugal, e o aumento do peso das geografias da Europa Central e de Leste.

A tarifa da EDPR em Espanha aumentou 4% quando comparado com o período homólogo, como resultado da opção estratégica de escolher a opção fixa da capacidade no regime RD661/2007, bem como da actualização relativa à inflação do preço regulado pelo regime RD661/2007, e por último devido evolução favorável do do preço da *pool* (+36% variação anual).

Em Portugal, a tarifa aumentou durante o último ano como consequência da indexação ao IPC e beneficiando do efeito resultante da tarifa menor em 2010 por efeito do fator de ajustamento de horas de utilização e da produção acima da média.

O aumento do peso de geração da Polónia e da Roménia em 2011 foi um dos principais impulsionadores do aumento da tarifa. Os ativos da EDPR na Polónia foram remunerados a €109/MWh ao abrigo de atrativos contratos a longo prazo; inferiores a 2010 devido a desvalorização do Zloty Polaco. Na Roménia, a tarifa atingiu €89/MWh, refletindo o período de experimentação dos parques eólicos e da remuneração com apenas um certificado verde por MWh (a implementação efetiva da remuneração com dois certificados verdes, aprovada por lei em Junho de 2011, só se efetivou no final de 2011).

### ANÁLISE OPERACIONAL E TARIFÁRIA DA EDPR EU

	GWh	Fator de utilização	Tarifa (€)
<b>Europa</b>	<b>7.301</b>	<b>25%</b>	<b>88,0</b>
Espanha	4.584	25%	82,5
Portugal	1.391	27%	98,7
França	589	23%	86,8
Bélgica	117	23%	112,0
Polónia	376	27%	108,8
Roménia	245	16%	89,1

# criação de valor

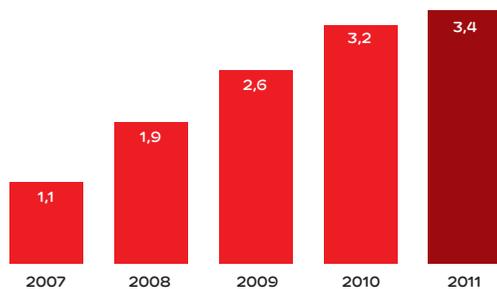
## América do Norte

### Capacidade

+198 MW instalados em 2011

A capacidade total instalada da EDPR na América do Norte ascendeu aos 3.422 MW, um aumento de 198 MW em relação a 2010 e uma taxa de crescimento anual de 32% desde 2007.

CAPACIDADE INSTALADA EDPR NA (GW)

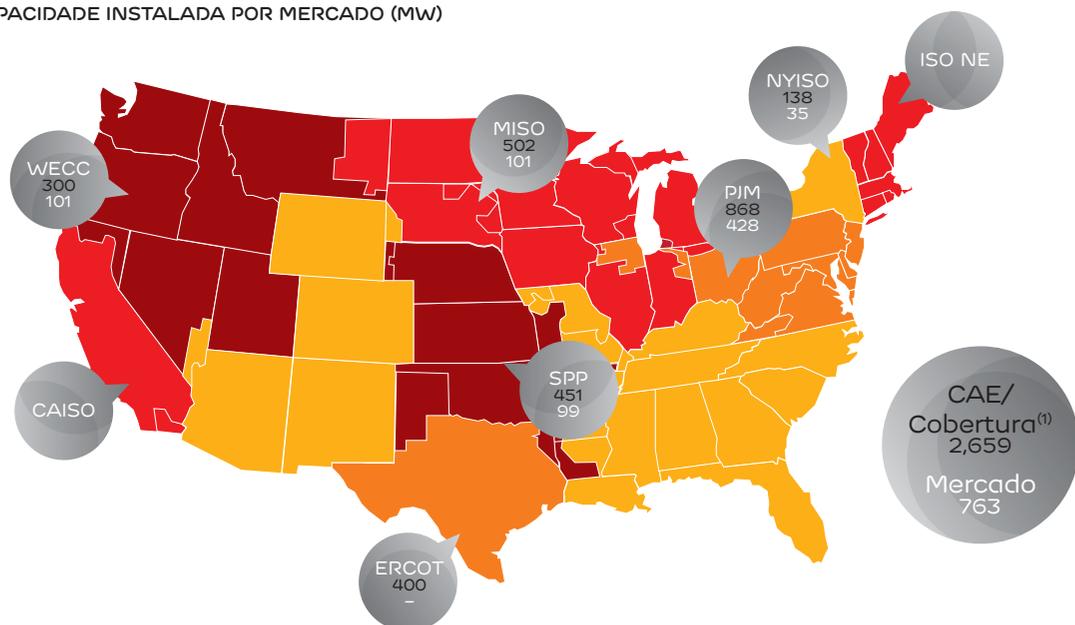


Os dois projetos construídos pela EDPR nos Estados Unidos em 2011 constituem excelentes exemplos da aplicação dos três pilares estratégicos da empresa.

A EDPR concentrou o seu crescimento no Ohio e construiu aquele que é o primeiro parque eólico de grande escala do estado, Timber Road II (99 MW), com um contrato de aquisição de energia (CAE) de 20 anos já garantido, e eliminando assim os riscos dos preços de mercado. Este é também o 11º estado dos EUA em que a EDPR passa a marcar presença operacional.

Além deste, foi também concluído o parque eólico de Blue Canyon VI (99 MW), no Oklahoma, que é um dos projetos mais competitivos, com um baixo investimento de capital por MW, complementado por recursos eólicos robustos, a rondar os 40% de fator de utilização.

EDPR NA CAPACIDADE INSTALADA POR MERCADO (MW)



<sup>(1)</sup> CAA e contratos de cobertura de longo prazo. Inclui CAE relativo a 184 MW com início em jan-2012 e 175 MW com início em jun-2012.

### Desenvolvimento

215 MW em construção

Desde dezembro de 2011, a EDPR está a desenvolver a construção do projeto de Marble River (215 MW), no estado de Nova Iorque.

O *pipeline* da América do Norte garante um vasto leque de opções a longo prazo e toda a flexibilidade para a escolha dos melhores projetos.

Estando integrada numa plataforma em crescimento, a EDPR Canadá instalou as suas duas primeiras torres meteorológicas no Ontário, abriu escritórios em Toronto, e estabeleceu novas perspetivas no Ontário e na Colúmbia Britânica.

As atividades ligadas à energia solar continuam a progredir, já que se garantiram dois novos locais de desenvolvimento no Arizona e na Califórnia e foram feitas as candidaturas de ligação à rede de outras localizações anteriormente previstas.

ANÁLISE DA CAPACIDADE DA EDPR NA

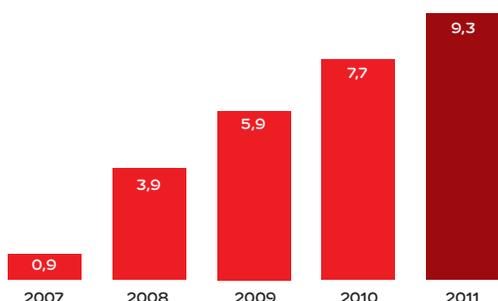
(MW)	Capacidade instalada	Varição homologa	Em construção
<b>USA</b>	<b>3.422</b>	<b>198</b>	<b>215</b>
PJM	1.296	99	0
MISO	602	0	0
SPP	550	99	0
ERCOT	400	0	0
NYISO	172	0	215
WECC	401	0	0

## Produção

+21% de aumento anual

A produção de eletricidade da EDPR na América do Norte ascendeu aos 9.330 GWh, um aumento de 1.641 GWh em relação a 2010 e uma taxa de crescimento de 81% desde 2007, superior ao crescimento da capacidade instalada. O aumento de produção deve-se maioritariamente a nova capacidade instalada durante o período, bem como a recurso eólico acima da média.

### PRODUÇÃO EDPR NA (TWh)



## 33% de fator de utilização

No ano de 2011 verificou-se o mais elevado fator de utilização desde 2009, com o fator de utilização do mês de novembro a registar-se como o maior de sempre na história da empresa.

Além dos recursos eólicos muito favoráveis e de uma melhoria do sistema técnico do ERCOT, que resultou numa redução dos tempos de interrupção, este desempenho extraordinário da EDPR também deve ser atribuído ao seu esforço de maximização da produção através de um sólido trabalho das equipas de operação e manutenção, para garantir uma elevada disponibilidade técnica dos ativos da empresa.

### ANÁLISE OPERACIONAL DA EDPR NA

	Gwh	Fator de utilização
<b>USA</b>	<b>9.330</b>	<b>33%</b>
PJM	3.320	30%
MISO	1.778	34%
SPP	1.549	39%
ERCOT	1.282	37%
NYISO	388	26%
WECC	1.014	29%

“Desenvolvemos não só um portefólio com uma elevada qualidade de ativos, combinando tecnologia de nível mundial com uma mistura equilibrada de localizações, mas estabelecemos também uma excelente equipa de operações que nos permite atingir desempenhos acima da média nas nossas instalações.”

Gabriel Alonso, Chief Operating Officer (COO) - América do Norte

## Tarifa

Preço médio de \$46

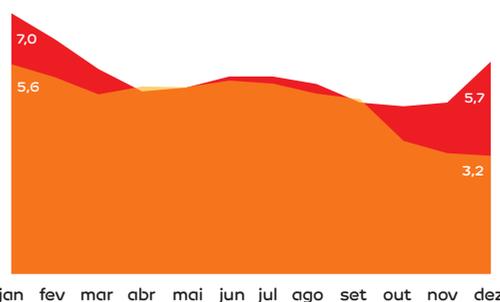
O preço de venda médio conseguido pela EDPR na América do Norte atingiu os \$45,7/MWh, uma diminuição de \$2,0/MWh (4%) relativamente a 2010.

O preço dos CAE ou com acordos de cobertura de risco diminuiu fundamentalmente devido a uma mudança estrutural no mercado do ERCOT, com uma redução das receitas por período de interrupção. Os rendimentos totais mantiveram-se estáveis, no entanto, já que o aumento da produção deu origem a um PTC (crédito fiscal para a produção de energia) mais elevado, que não se inclui no preço final de venda.

Além da descida do preço dos CAE ou com acordos de cobertura, a diminuição dos custos do gás natural teve também um impacto negativo nos preços do mercado em 2011.

Em 2011, a EDPR assinou uma série de acordos de cobertura de preços de energia a curto prazo, para atenuar a exposição à volatilidade dos preços de mercado.

### VARIAÇÃO ANUAL DOS PREÇOS DO GÁS NATURAL NOS EUA



■ 2010 ■ 2011

Fonte: US Energy Information Administration (Jan 2010 - Oct 2011), Nov - Dez 2011 Average Prompt Pricing

### NOVOS CONTRATOS CAE ASSINADOS EM 2011, PARA 146 MW

Ao longo de 2011, a EDPR garantiu diversos contratos, e começará em 2012 a colher os frutos dos contratos de aquisição de energia (CAE) de longo prazo assinados anteriormente.

#### Contratos de longo prazo assinados:

Em junho de 2011, foi atribuído à EDPR um contrato de 10 anos pela New York State Energy Research and Development Authority (NYSERDA), em conjunto com a Public Service Commission (PSC), para a venda de créditos de energias renováveis (REC) equivalentes à capacidade de 45 MW instalada no parque eólico de Marble River, no estado de Nova Iorque.

Em setembro de 2011, a EDPR assinou um contrato de aquisição de energia (CAE) com a Tennessee Valley Authority para a venda da energia renovável produzida pelo parque eólico de Lost Lakes (101 MW), no estado do Iowa, a partir de janeiro de 2012.

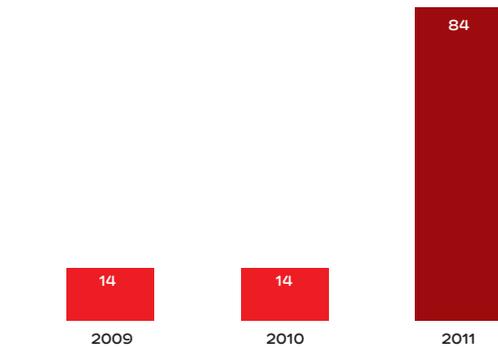
## Brasil

### Capacidade e desenvolvimento

+70 MW instalados em 2011

A capacidade total instalada da EDPR no Brasil ascendeu a 84 MW, um aumento de 70 MW relativamente a 2010.

#### CAPACIDADE INSTALADA DA EDPR BR (MW)



A EDPR tem agora três parques eólicos em funcionamento no Brasil, num total de 84 MW, todos eles no âmbito do programa PROINFA, o plano de incentivos às energias renováveis no Brasil.

O principal acontecimento de 2011 foi a entrada em funcionamento em maio do parque eólico de Tramandaí (70 MW), no Rio Grande do Sul. Este parque eólico tem um contrato de aquisição de energia (CAE) de 20 anos com a Eletrobrás, empresa elétrica controlada pelo Estado brasileiro.

A EDPR tem agora 120 MW em Tier 1, prontos a construir a qualquer momento: os projetos da Baixa do Feijão, com os quais venceu os contratos de longo prazo do leilão A-5 de dezembro.

As perspetivas a médio-longo prazo são também muito promissoras para o crescimento futuro da empresa, com um *pipeline* total de 1.614 MW.

Ao longo dos últimos anos, a prospeção de projetos tem-se concentrado na obtenção de direitos de utilização de terras para a instalação de parques eólicos nas regiões nordeste e sul do país, devido à solidez dos seus recursos eólicos, com o objetivo de inscrever estes projetos em futuros leilões.

“A conclusão em 2011 do parque eólico de Tramandaí assinala um grande marco na vida da EDPR, com a consolidação a nível global da sua posição no mercado das energias renováveis.”

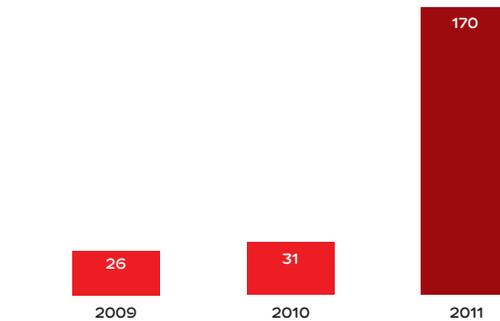
Luis Adão da Fonseca,  
Chief Business Development Officer (CBDO)

### Produção

+5x de aumento anual

A produção de eletricidade da EDPR no Brasil ascendeu em 2011 a 170 GWh, um aumento de 139 GWh relativamente a 2010 ou um aumento anual de 5,5 vezes, o que ficou a dever-se maioritariamente ao novo parque eólico de Tramandaí, que é agora responsável por 83% da produção total da EDPR BR.

#### PRODUÇÃO DA EDPR BR (GWh)



### 35% de fator de utilização

O ano de 2011 representou o maior fator de utilização na história da EDPR no Brasil, devido à localização favorável do parque de Tramandaí e ao seu peso extraordinário na produção daquela plataforma.

#### ENTRADA EM FUNCIONAMENTO DO PARQUE EÓLICO DE TRAMANDAÍ

Em maio, depois de pouco mais de um ano de construção, entrou em funcionamento o parque eólico de Tramandaí, com capacidade de 70 MW, no estado do Rio Grande do Sul.

A beleza da paisagem é uma das imagens de marca deste parque eólico construído no âmbito do PROINFA.

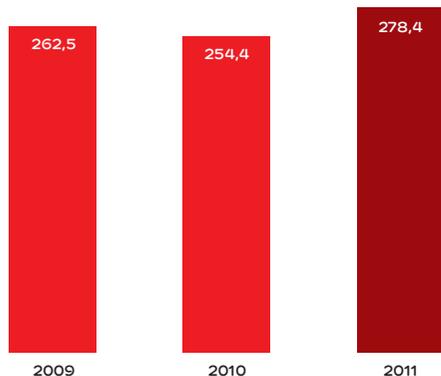


## Tarifa

### R\$278 de preço médio

O preço de venda médio da EDPR no Brasil atingiu os R\$278,4/MWh, um aumento de R\$24,0/MWh relativamente a 2010 e uma taxa de crescimento de 3% desde 2009.

TARIFAS EDPR BR (R\$/MWh)



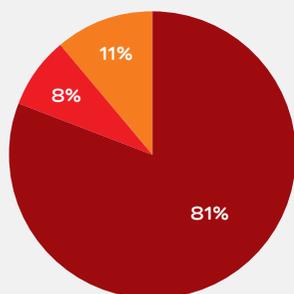
### EDPR GARANTE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE ENERGIA (CAE) DE 20 ANOS PARA 120 MW

A EDPR concorreu com o complexo eólico da Baixa do Feijão (120 MW, quatro projetos de 30 MW) ao leilão A-5 realizado em dezembro de 2011, depois de uma rigorosíssima fase de planejamento, com um processo de prospeção muito competitivo e uma seleção criteriosa de todos os componentes do projeto, o que vai limitar os riscos e aumentar a sua competitividade e rentabilidade.

Os leilões de energia no Brasil são conduzidos ao estilo holandês, com a definição inicial de um preço máximo e licitações progressivas em que as ofertas mais elevadas vão sendo eliminadas. Trata-se de um processo iterativo que vai baixando o preço até ele ser fixado numa última ronda de seleção.

Os resultados do leilão foram dominados pelas centrais eólicas, já que elas asseguraram 80,6% do total de energia vendida (1.211 MW). A EDPR conseguiu conquistar 100% dos MW com que concorreu, o que correspondeu a 12,3% de toda a energia eólica vendida e fez da empresa um dos maiores vencedores do leilão.

LEILÃO DE ENERGIA A-5, VENCEDORES POR FONTE



■ Eólica ■ Biomassa ■ Hídrica

## Excelência operacional

A EDPR continua a alcançar consistentemente fatores de utilização e resultados operacionais acima da média em todas as suas geografias de implantação. Isto é fruto do elevadíssimo desempenho e experiência adquirida das suas equipas, que desenvolveram sólidos processos de otimização do desempenho dos parques.

A excelência operacional está na base do funcionamento da EDPR, e todas as áreas técnicas dedicam-se continuamente a melhorar as suas operações, com um objetivo muito claro: otimizar o desempenho em todo o ciclo de vida dos projetos.

### SUBIR A FASQUIA

A EDPR aproveita a sua escala, as sinergias estabelecidas e a vasta experiência adquirida da sua equipa para otimizar todas as áreas da cadeia de valor. Alguns exemplos das suas iniciativas a nível global:

- Análise do desempenho, criando um conjunto abrangente de indicadores-chave técnicos e relatórios que permitam acompanhar o desempenho dos parques eólicos e identificar oportunidades de melhoria;
- Infraestruturas que permitam a implementação de sistemas de controlo remoto, a fim de garantir a gestão em tempo real das centrais eólicas (WEMS) e o armazenamento de todos os dados operacionais que permitam uma análise de desempenho a fim de produzir melhorias (OPMS);
- Otimização da produção, levando os nossos ativos a aumentar a geração de energia através de inovações técnicas que melhorem o desempenho;
- Inovação, desenvolvendo por exemplo ferramentas de manutenção preditiva que permitam antecipar quaisquer falhas dos componentes mais importantes, reduzindo o tempo de indisponibilidade e eventuais estragos;
- Estratégia de operações e manutenção que permita uma boa transição entre o período de garantia dos parques eólicos e o período pós-garantia.

## Avaliação energética

A avaliação energética é uma das atividades mais importantes para a indústria eólica, e uma grande fonte de preocupações para os diversos concorrentes no mercado, que têm visto a produção dos seus parques eólicos ficar abaixo das previsões.

A EDPR tem uma das equipas mais experientes na indústria, incluindo alguns especialistas com mais de 10 anos de atividade nesta área. Conduzimos assim a nossa própria avaliação energética, cobrindo todos os aspetos do processo, desde a supervisão da instalação de torres meteorológicas e da sua manutenção até à filtragem de dados, análise, modelação, avaliação e desenho da implantação final dos parques eólicos. Isto permite-nos ter uma fiabilidade na produção superior aos dados da indústria bem como a fornecedores independentes destes serviços. Além disso, interagimos com os grupos ligados ao mercado da energia para assegurar a precisão das nossas previsões e reduzir quaisquer desvios de custo.

Os nossos profissionais constituem uma equipa global com implantação local em todos os mercados em que atuamos, para assegurar uma coordenação muito forte entre as equipas de engenharia locais e as equipas de desenvolvimento e conceção. Estão todos eles perfeitamente integrados na cadeia de valor da EDPR, o que nos permite atingir os mais elevados níveis de desempenho na indústria.

# criação de valor

## Construção e engenharia

A minimização do investimento inicial (capex) e dos custos associados ao ciclo de vida dos nossos parques é uma das maiores preocupações da EDPR, e uma área prioritária de atuação para as nossas equipas de construção e engenharia em todas as plataformas.

A engenharia dos projetos é essencial para conceber parques eólicos economicamente viáveis. A EDPR estabeleceu assim elevados padrões de engenharia, com base na vasta experiência da sua equipa, que orientam o design e conceção de novos parques. Quando concluídas, todas as lições retiradas de um novo processo de construção são elencadas e incorporadas nestas diretrizes, a fim de melhorar continuamente os padrões de engenharia estabelecidos e a execução dos projetos. Concentramos os nossos esforços especificamente nos aspetos mais críticos que possam melhorar continuamente a conceção dos nossos futuros parques. Finalmente, as nossas equipas aplicam também a sua experiência na supervisão dos projetos de engenharia subcontratados.

Os projetos de construção são atribuídos no âmbito de um processo muito competitivo, para garantir os preços mais baixos possíveis, subcontratando os planos de engenharia civil e elétrica e a instalação das turbinas à melhor oferta. Os nossos gestores de construção supervisionam a execução e conduzem inspeções durante o processo para assegurar uma boa garantia de qualidade e de controlo (QA/QC), para além de coordenarem o planeamento do projeto e garantirem a conclusão dentro do prazo e do orçamento.

“A EDPR aproveita a sua escala e a sua experiência global para conseguir um desempenho operacional de excelência na indústria eólica.”

Carlos Martins,

Diretor da Unidade Técnica da EDPR

## Operação de ativos

A EDPR atingiu um dos mais elevados níveis de desempenho da indústria nas suas centrais eólicas, com taxas de disponibilidade bem acima dos 97%, mesmo em instalações mais antigas ou em locais com condições de vento mais difíceis.

Este é o resultado de um processo abrangente de otimização das operações, que tira partido da experiência e do conhecimento técnico adquiridos ao longo dos anos pela EDPR.

Fundamental para todo este processo é a análise de desempenho, com a EDPR a implementar sistemas que lhe permitem acompanhar permanentemente o desempenho das suas instalações e identificar quaisquer oportunidades de melhoria. Além da taxa de disponibilidade, as nossas equipas técnicas seguem também de muito perto outros dados, como a eficiência, a energia reativa e quaisquer desvios imprevistos de produção.

A implementação atempada destas iniciativas de melhoria é assegurada por mais de 300 técnicos de operações no terreno altamente qualificados, que trabalham de muito perto com os produtores e outros fornecedores de serviços para a criação de soluções mais rápidas e de maior qualidade. As equipas no terreno acompanham também as operações de manutenção preventiva, para assegurarem a sua qualidade e diminuírem as falhas a longo prazo. Os sistemas de gestão internos e as nossas próprias

ferramentas patenteadas de manutenção preditiva permitem-nos ainda identificar quaisquer falhas potenciais antes que elas ocorram, o que reduz os custos e os estragos do equipamento.

A estratégia de operações e manutenção da EDPR vai permitir uma redução de até 15% nos custos pós-garantia dos parques eólicos.

Em paralelo com as operações no terreno, a EDPR está a avaliar o potencial de aperfeiçoamentos inovadores nos seus ativos em funcionamento. A adaptação pioneira de tecnologia pela EDPR, em colaboração com os fornecedores e com os nossos engenheiros de controlo de risco, poderá aumentar a produção de energia de alguns ativos até 2%.

### EDPR PROLONGA O TEMPO DE VIDA ÚTIL DOS SEUS PARQUES EÓLICOS ATÉ AOS 25 ANOS

Em 2011, a EDPR reviu a estimativa de vida útil dos seus parques eólicos. O standard da indústria tem vindo a aumentar, reflectindo as melhorias na qualidade das turbinas bem como a disponibilidade de mais informação estatística sobre a sua performance. Por forma, a transitar para um pressuposto mais realista a EDPR encomendou um estudo rigoroso e independente, efectuado por um especialista externo.

decidiu aumentar as previsões do tempo de vida útil dos seus parques eólicos. Assumia-se até agora que esse tempo de vida útil seria de 20 anos, que é a prática habitual na indústria, mas não tinha sido feita ainda uma avaliação rigorosa de qual seria o tempo de vida útil expectável com as condições de vento efetivamente observadas nos nossos parques eólicos.

Foi pedido um estudo técnico conjunto à Det Norske Veritas (DNV), para proceder a uma análise independente dos ativos da empresa, tendo em conta as condições de vento locais. O estudo destinava-se a avaliar o tempo de vida útil dos parques eólicos tanto em termos estruturais como numa perspetiva financeira.

De um ponto de vista estrutural, analisaram-se os componentes estruturais que não podem ser razoavelmente substituídos e que poderiam evitar um bom funcionamento das turbinas (alicerces, torres, carlinga, componentes sensíveis dos rotores...). Para cada um destes componentes, foram conduzidas análises específicas em condições extremas de carga e de desgaste em 37 projetos diferentes, representativos das diferentes condições registadas nos 161 parques eólicos do nosso portefólio.

As cargas estimadas com base nas condições efetivas de vento foram comparadas com as cargas definidas nas normas IEC, para garantir que não eram ultrapassados níveis extremos de carga. As taxas de rutura foram calculadas com base nos níveis de desgaste. De todos os parques eólicos analisados, concluiu-se que as taxas de rutura ficariam abaixo dos 0,5% ao longo de um período de 25 anos.

Paralelamente, foi conduzida uma análise económica para garantir que o funcionamento dos parques eólicos continuaria a ser rentável nestes 25 anos. Os custos estimados com base nas previsões de taxa de rutura tendo em conta as condições de vento específicas de cada local foram comparados com as receitas expectáveis nesses parques eólicos. Em qualquer dos casos, as receitas mantêm-se acima dos custos operacionais ao longo do tempo de vida útil dos ativos.

Finalmente, foi feita uma análise rigorosa para garantir que nenhum parque eólico tinha qualquer restrição contratual, de arrendamento de terrenos, ambiental ou legal que pudesse impedir o prolongamento das operações até aos 25 anos.

## PROCESSO DE REDUÇÃO DE CUSTOS DE O&M PÓS-GARANTIA E DE TAXAS DE FALHANÇO NA EDPR



### Redução dos custos de O&M em todo o ciclo de vida Redução dos riscos de aumento das taxas de falhanço

Para apoiar todas estas atividades, a EDPR desenvolveu a mais moderna infraestrutura de controlo remoto, o Wind Energy Management System (WEMS), ou sistema de gestão da energia eólica. Os nossos 30 supervisores estão instalados em três centros de controlo remoto (Porto, Oviedo e Houston) onde têm acesso direto a mais de 5.000 turbinas de 11 produtores diferentes, 200 subestações e 250 torres meteorológicas por todo o mundo. Conseguem assim acompanhar e controlar cada um dos ativos em tempo real, podendo reinicializar à distância as turbinas, enviar notificações para as equipas no terreno e responder aos pedidos mais exigentes dos operadores das redes elétricas. São assim armazenados mais de 2 milhões de dados diários numa base de dados central com todos os registos históricos, que constitui o núcleo do nosso sistema de gestão do desempenho operacional (OPMS), o qual deverá conduzir as nossas atividades de análise de desempenho e operações no terreno a um nível de excelência ainda mais elevado.

A evolução dos custos de operação e manutenção é também uma área de grande empenho para a EDPR, especialmente depois de concluídos os prazos de garantia. Com o "modelo modular de manutenção" (M<sup>3</sup>) da EDPR, conseguimos controlar as atividades de maior valor acrescentado, como o planeamento da manutenção, a logística e as operações de controlo remoto, ao mesmo tempo que subcontratamos com a nossa supervisão direta operações de mão de obra intensiva como o trabalho de

campo. Estes contratos de fornecimento de serviços são atribuídos em processos de concurso em que o modelo de operação e manutenção (e.g., *outsourcing* vs. M<sup>3</sup>) é definido caso a caso através de uma análise risco-benefício. A nossa experiência demonstra que esta estratégia pode permitir à EDPR uma redução de até 15% nos custos de operação e manutenção pós-garantia dos parques eólicos.

Uma vez que as falhas dos grandes componentes são um dos principais motivadores de custos futuros, é prestada especial atenção à otimização da manutenção e ao custo e duração de quaisquer substituições necessárias. O processo começa antes do fim da garantia, com a monitorização de potenciais defeitos de fabrico, conduzindo análises de garantia de qualidade e de controlo (QA/QC) da manutenção preventiva e fazendo rigorosas inspeções de fim de garantia. As ferramentas de manutenção preditiva e o nosso sistema de gestão da manutenção interna (CMMS) permitem a redução do tempo de paragem através de um melhor planeamento do trabalho de campo e da redução dos danos, ao mesmo tempo que os nossos serviços de logística, subcontratação direta e oficinas de reparação certificadas nos ajudam a manter os custos sob controlo. As taxas de rutura dos componentes mais sensíveis, como as caixas de mudanças e os geradores, mantêm-se em média abaixo dos 2% por ano, mesmo nos parques eólicos mais antigos (5-12 anos).

# criação de valor

## Desempenho financeiro

Receitas recorde de mil milhões de euros

Em 2011, as receitas da EDPR ultrapassaram pela primeira vez os 1,1 mil milhões de euros, aumentando 13% em relação a 2010. Este desempenho deve-se a um crescimento de 17% na produção de eletricidade, por causa da nova capacidade instalada e da manutenção dos fatores de utilização, e a uma estabilidade nos preços de venda em resultado de um portefólio com perfil de baixo risco, com 90% da capacidade ao abrigo de contratos de longo prazo e enquadramentos regulatórios estáveis.

DESTAQUE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
(€ milhões)	2011	2010	Δ%
Receitas	1.068,8	947,6	+13%
EBITDA	800,7	712,7	+12%
Resultado líquido	88,6	80,2	+10%

+12% de EBITDA em 2011

O EBITDA teve um aumento anual de 12%, em linha com o crescimento operacional, apesar de ter sido negativamente afetado por um Dólar e Zloty mais fracos ao longo do ano (-16 milhões de euros no EBITDA).

Resultado líquido de 89 milhões de euros

O resultado líquido teve em 2011 um aumento anual de 10%, ascendendo aos 89 milhões de euros, refletindo o desempenho operacional do período, o prolongamento do tempo de vida útil dos projetos e outros elementos não recorrentes.

## Sólida conversão em fluxo de caixa

O fluxo de caixa operacional continua a registar um forte crescimento anual de 13%, demonstrando claramente um aumento da capacidade de geração de fluxo de caixa dos ativos existentes.

"A grande solidez do nosso fluxo de caixa operacional é um bom reflexo da elevada qualidade dos parques eólicos da EDPR."

Rui Teixeira, CFO

DESTAQUES DO FLUXO DE CAIXA			
(€ milhões)	2011	2010	Δ%
Fluxo de caixa operacional	643	567	+13%
Capex	829	1.401	(41%)

O capex foi de 829 milhões de euros em 2011, refletindo a execução em curso do nosso plano de expansão de capacidade. O capex teve um decréscimo anual de 41% em 2011, o que se deve à diminuição da nova capacidade instalada no período e à redução dos custos unitários.

## Balanço robusto

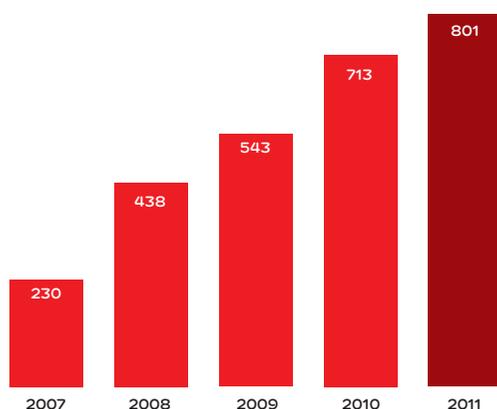
DESTAQUES DO BALANÇO			
(€ milhões)	2011	2010	Δ€
Ativos	13.058	12.835	+223
Capital Próprio	5.454	5.394	+60
Passivo	7.604	7.442	+162

Os ativos totais aumentaram para 13,1 mil milhões de euros, dado o aumento de PP&E (ativos fixos) e tendo em conta o capex em que incorremos em 2011.

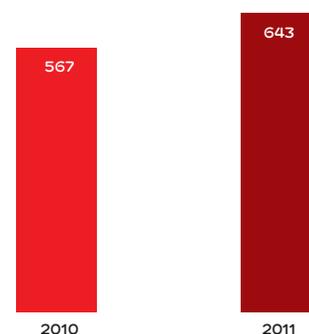
A evolução do passivo é um reflexo dos investimentos financeiros e operacionais de 2011, financiados sobretudo através do fluxo de caixa operacional, *project finance* e de parcerias institucionais nos EUA.

DESTAQUES DO PASSIVO			
(€ milhões)	2011	2010	Δ€
Dívida líquida	3.387	2.772	+616
Parcerias institucionais	1.024	1.009	+15

EVOLUÇÃO DO EBITDA DA EDPR (€ MILHÕES)



FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL DA EDPR: EVOLUÇÃO ANUAL (€ MILHÕES)



## Demonstração de resultados

### Sólido desempenho das receitas

Em 2011, a EDPR continuou a produzir um sólido desempenho operacional, que se traduziu num crescimento anual das receitas, atingindo os 13%. O grande aumento da produção de eletricidade e a estabilidade dos preços médios de venda conduziram a um volume total de receitas de 1,1 mil milhões de euros.

O EBITDA teve uma taxa de crescimento anual de 12%, atingindo os 801 milhões de euros, reflexo da manutenção dos elevados níveis de eficiência, apesar de serem negativamente afetados por um Dólar e Zloty mais fracos em relação a 2010 (-16 milhões de euros).

Os custos com amortizações (incluindo a compensação de amortizações de ativos subsidiados) aumentaram 7% em 2011, para 453 milhões de euros.

No 2º trimestre de 2011, a EDPR concluiu um estudo técnico conjunto com um especialista independente da indústria sobre o tempo de vida operacional expectável das suas turbinas, mantendo-se os proveitos económicos, e ajustou o tempo de vida útil expectável dos seus parques de 20 para 25 anos, de acordo com os resultados do estudo. Este prolongamento teve um impacto positivo de 55 milhões de euros no resultado líquido de 2011, principalmente em consequência da descida dos custos com amortizações.

Os resultados financeiros líquidos tiveram um aumento anual de 40%, para 244 milhões de euros, o que se explica: I) pelo aumento de 14% nos custos com juros, a um ritmo mais lento do que a média da dívida financeira; e II) por uma diferença cambial negativa de 22 milhões de euros relacionada com os ativos e passivos em Zloty polacos, Leu romenos e Dólares dos EUA.

### Acontecimentos não recorrentes

Tudo considerado, alguns elementos não recorrentes tiveram um impacto negativo de -16 milhões de euros nos lucros da empresa antes de impostos: I) +11 milhões de euros em consequência de uma reavaliação de alguns dos ativos e passivos da EDPR na Europa (+52 milhões de euros no EBITDA, -41 milhões de euros em amortizações); II) -15 milhões de euros em *write-offs* e outros custos relacionados com a racionalização do *pipeline* (com impacto no EBITDA); III) -22 milhões de euros de diferenças cambiais negativas (com impacto nos custos financeiros); e IV) +10 milhões de euros de ganhos de capital.

Os lucros antes de impostos ascenderam a 119 milhões de euros e os impostos pagos cifraram-se em 28 milhões de euros – o que constituiu uma taxa de imposto efetiva de 24%. Em 2011, a EDPR conseguiu obter

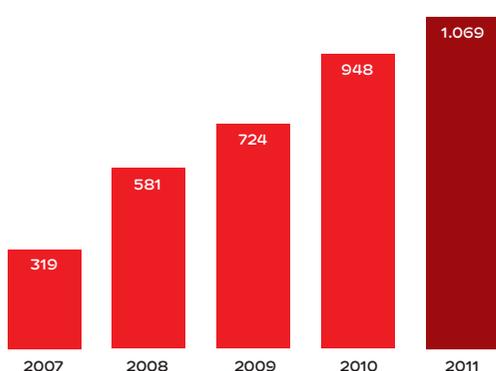
uma melhor eficiência fiscal nas suas operações em Espanha através do controlo total da Genesa e alterou a sua política de contabilidade fiscal na EDPR NA, passando a registar por completo as provisões fiscais (de todos os lucros antes de impostos), em detrimento da contabilidade anterior que se baseava apenas nos impostos de rendimento efetivos (e que são agora zero, tendo em conta o sistema de incentivos fiscais em vigor). Este último aspeto teve um impacto negativo de 6 milhões de euros no resultado líquido de 2011.

O resultado líquido atribuível aos acionistas da EDPR teve um aumento anual de 10%, para 89 milhões de euros, refletindo o desempenho operacional do período, o prolongamento da vida útil dos projetos, a política de contabilidade fiscal da EDPR NA e os acontecimentos não recorrentes (-16 milhões de euros). Os rendimentos atribuíveis aos interesses minoritários diminuíram 29% em relação a 2010.

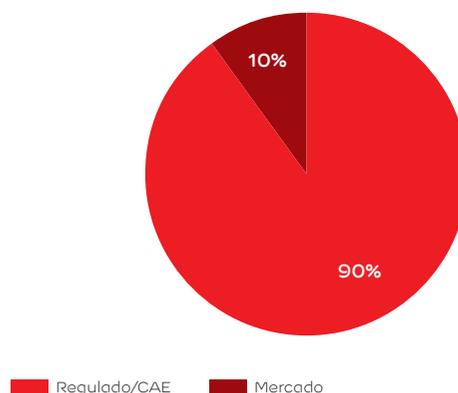
### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

(€ milhões)	2011	2010	Δ%
<b>Receitas</b>	<b>1.068,8</b>	<b>947,6</b>	<b>+13%</b>
Fornecimentos e serviços	225,1	196,2	+15%
Custos com pessoal	60,8	54,8	+11%
Outros custos operacionais (ou receitas)	(17,8)	(16,2)	(10%)
<b>Custos operacionais</b>	<b>268,1</b>	<b>234,9</b>	<b>+14%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>800,7</b>	<b>712,7</b>	<b>+12%</b>
EBITDA / Receitas	74,9%	75,2%	(0,3 pp.)
Provisões para riscos e encargos	(0,3)	(0,2)	(71%)
Depreciações e amortizações	468,5	434,4	+8%
Compensação de amortizações de ativos subsidiados	(15,0)	(11,4)	(31%)
<b>EBIT</b>	<b>347,5</b>	<b>289,9</b>	<b>+20%</b>
Ganhos de capital / (perdas)	10,5	0,0	–
Rendimentos financeiros / (despesas)	(244,1)	(174,1)	(40%)
Rendimentos / (perdas) com o grupo e empresas associadas	4,8	5,0	(5%)
<b>Lucros antes de impostos</b>	<b>118,7</b>	<b>120,8</b>	<b>(2%)</b>
Impostos sobre rendimento	(28,0)	(37,8)	+26%
Lucros do exercício	90,6	83,0	+9%
<b>Acionistas da EDPR</b>	<b>88,6</b>	<b>80,2</b>	<b>+10%</b>
Interesses minoritários	2,0	2,8	(29%)

### RECEITAS DA EDPR: EVOLUÇÃO ANUAL (€ MILHÕES)



### EXPOSIÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA DA EDPR AOS PREÇOS DE MERCADO



# criação de valor

## Balanço

ATIVOS (€ MILHÕES)	2011	2010
Ativos fixos tangíveis (líq.)	10.455	9.982
Ativos intangíveis (líq.)	1.334	1.367
Investimentos financeiros (líq.)	61	64
Impostos diferidos sobre ativos	56	39
Inventários	24	24
Devedores – clientes (líq.)	146	144
Devedores – outros (líq.)	763	680
Ativos financeiros detidos para negociação	0	36
Caixa e equivalentes	220	501
<b>Total dos ativos</b>	<b>13.058</b>	<b>12.835</b>

CAPITAL PRÓPRIO (€ MILHÕES)	2011	2010
Capital acionista + prémios de emissão	4.914	4.914
Reservas e retenção de resultados	325	274
Resultado líquido atribuível aos acionistas da entidade-mãe	89	80
Interesses minoritários	127	126
<b>Total do capital próprio</b>	<b>5.454</b>	<b>5.394</b>

PASSIVO (€ MILHÕES)	2011	2010
Dívida financeira	3.826	3.534
Parcerias institucionais	1.024	1.009
Provisões	58	54
Impostos diferidos do passivo	381	372
Proveitos diferidos das parcerias institucionais	773	635
Credores e outros passivos (líq.)	1.542	1.839
<b>Total do passivo</b>	<b>7.604</b>	<b>7.442</b>
<b>Total recursos propios y pasivos</b>	<b>13.058</b>	<b>12.835</b>

Os ativos totais aumentaram em 2011 para 13,1 mil milhões de euros, 80% dos quais estão relacionados com os ativos fixos tangíveis, refletindo o capital acumulado líquido investido na geração de energia eólica.

Os ativos fixos tangíveis totais aumentaram para 10,5 mil milhões de euros, quer por causa da nova capacidade instalada neste ano, quer pela valorização do dólar a 31 de dezembro de 2011 (em comparação com 31 de dezembro de 2010), mesmo com os custos anuais com amortizações relacionados com os ativos atuais.

8,9 mil milhões de euros investidos em 7.157 MW

A totalidade do capital acumulado investido nos parques eólicos em operação no final de 2011 (excluindo os trabalhos em curso relacionados com ativos futuros e excluindo as subvenções recebidas nos EUA) ascendia a 8,9 mil milhões de euros.

Os ativos intangíveis líquidos incluem o *goodwill* registado nas contas da EDPR nos EUA e em Espanha, enquanto as contas a receber de devedores estão relacionadas fundamentalmente com empréstimos a partes relacionadas, garantias, depósitos caucionados e créditos fiscais.

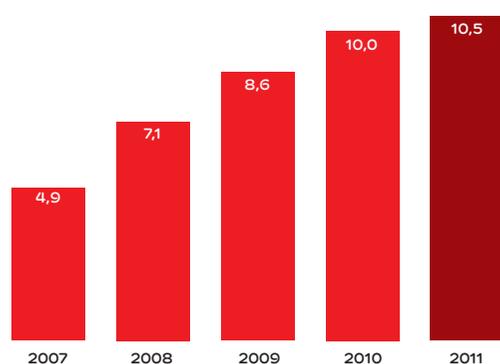
Os valores em caixa e equivalentes somavam 220 milhões de euros e os ativos financeiros detidos para negociação foram executados ao longo de 2011.

O passivo total aumentou para 7,6 mil milhões de euros em 2011 (+162 milhões de euros em relação a 2010), 3,8 mil milhões dos quais estão relacionados com a dívida financeira e mil milhões de euros com as parcerias institucionais. O aumento registado na dívida financeira deve-se principalmente aos investimentos financeiros e operacionais feitos ao longo do ano.

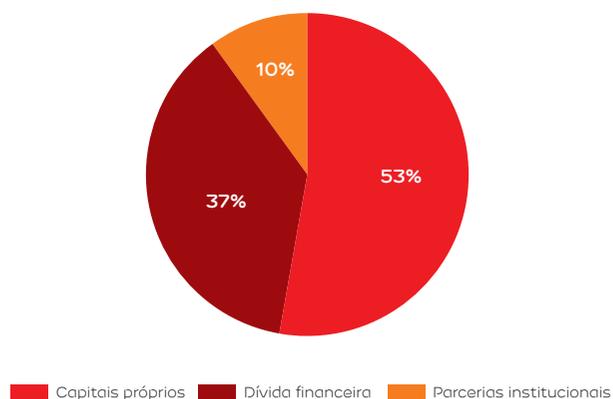
As parcerias institucionais ascenderam a 1.0 mil milhões de dólares. As receitas diferidas de parcerias institucionais representam o passivo não económico relacionado com os créditos fiscais de que o investidor institucional já beneficiou e que serão inscritos nas contas de lucros e perdas, ao longo da vida útil dos parques.

O passivo de impostos diferidos no valor de 381 milhões de euros é um reflexo fundamentalmente dos efeitos fiscais provocados pelas diferenças temporárias entre ativos e passivos numa base contabilística e numa base fiscal. Por outro lado, os valores a entregar aos credores incluem o pagamento de fornecedores de ativos fixos tangíveis, os proveitos diferidos relativos as subvenções (*cash grants*) recebidas e instrumentos financeiros derivados.

## ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DA EDPR: EVOLUÇÃO ANUAL (€ MIL MILHÕES)



## ESTRUTURA DE CAPITAL DA EDPR

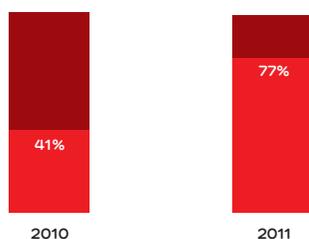


## Demonstração de fluxo de caixa

Em 2011, a EDPR gerou um fluxo de caixa operacional de 643 milhões de euros, ou um crescimento anual de 13% em relação a 2010, o que demonstra claramente as capacidades de geração de fluxo de caixa por parte dos ativos operacionais.

Por causa do plano de expansão de capacidade da empresa, o capex manteve-se acima da geração de fluxo de caixa, conduzindo a um aumento da dívida líquida de 616 milhões de euros em 2011. Importa destacar, no entanto, que o fluxo de caixa operacional cobre já 77% do capex do período, contra os 40% registados em 2010.

### FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL EM PERCENTAGEM DO CAPEX

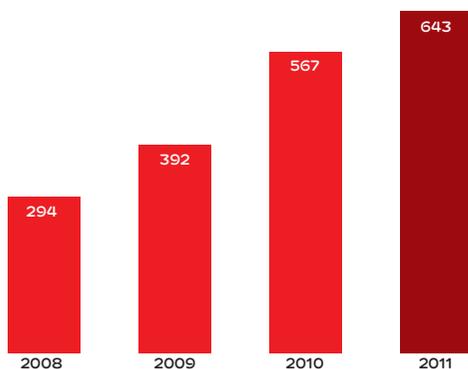


Fluxo de caixa operacional

Os principais movimentos de fluxo de caixa de 2011, são os seguintes:

- Os fundos gerados pelas operações resultantes do EBITDA após juros da dívida e ganhos em associadas e impostos tiveram um aumento anual de 13%;
- O fluxo de caixa operacional, ajustado por juros financeiros líquidos, componentes não-caixa e líquido de variações de fundo de maneio, ascendeu a 643 milhões de euros (aumento anual de +13%);
- O capex somou 829 milhões de euros: 364 milhões de euros relacionados com a conclusão dos novos MW instalados; e os restantes 466 milhões de euros atribuídos à capacidade atualmente em construção ou em desenvolvimento. O capex diminuiu 41% em 2011, quando comparado com o ano anterior, o que se explica pela diminuição da nova capacidade instalada no período e pela redução dos custos unitários.

### FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL DA EDPR (€ MILHÕES)



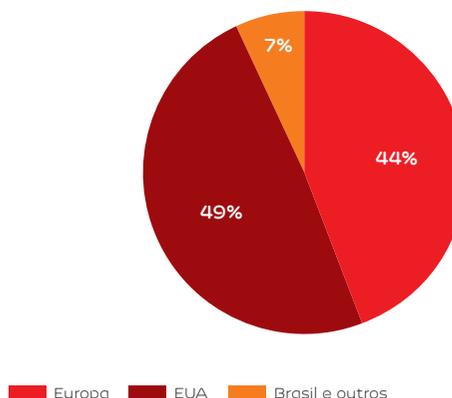
CAPEX			
(€ milhões)	2011	2010	Δ€
EDPR EU	368	539	(171)
EDPR NA	405	783	(378)
EDPR BR e outros	57	79	(22)
<b>Total</b>	<b>829</b>	<b>1.401</b>	<b>(572)</b>

- Outros investimentos ascenderam a 260 milhões de euros, o que engloba: I) investimentos/desinvestimentos financeiros (237 milhões de euros), incluindo a aquisição de uma participação adicional de mais 20% na Genesa, por 231 milhões de euros (2º trimestre de 2011) e o desinvestimento nas participações financeiras em dois parques eólicos com a venda dos quais a EDPR recebeu um total de 26 milhões de euros; e II) outros pagamentos num total de 23 milhões de euros;
- A monetização de créditos fiscais (144 milhões de euros) inclui dois acordos de parcerias institucionais para a instalação de 198 MW nos EUA;
- Os investimentos cambiais e outros (157 milhões de euros) incluem o financiamento da nova capacidade instalada em Portugal pelo consórcio ENEOP através de empréstimos dos acionistas e do efeito cambial (52 milhões de euros), relacionado fundamentalmente com a dívida em dólares americanos da EDPR.

### DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

(€ milhões)	2011	2010	Δ%
<b>EBITDA</b>	<b>801</b>	<b>713</b>	<b>+12%</b>
Impostos sobre rendimentos	(29)	(29)	+1%
Juros financeiros líquidos	(189)	(167)	+14%
Ganhos em empresas do grupo e associadas	5	5	+8%
<b>FFO (Fundos provenientes das operações)</b>	<b>588</b>	<b>522</b>	<b>+13%</b>
Custos líquidos dos juros	189	167	+14%
Ganhos em empresas do grupo e associadas	(5)	(5)	+8%
Ajustamento de fatores não associados à liquidez	(158)	(143)	(11%)
Alterações no fundo de maneio	29	26	+9%
<b>Fluxo de caixa operacional</b>	<b>643</b>	<b>567</b>	<b>+13%</b>
Capex	(829)	(1.401)	(41%)
Investimentos financeiros (desinvestimentos)	(237)	(79)	+199%
Fundo de maneio relacionado com fornecedores de PP&E	(23)	(20)	(12%)
Subvenções recebidas	3	169	(98%)
<b>Fluxo de caixa operacional líquido</b>	<b>(444)</b>	<b>(764)</b>	<b>(42%)</b>
Recebimentos (pagamentos) de parcerias institucionais nos EUA	141	228	(38%)
Custos financeiros líquidos (cash)	(156)	(167)	+7%
Custos cambiais e outros	(157)	(35)	(352%)
<b>Redução / (aumento) na dívida líquida</b>	<b>(616)</b>	<b>(737)</b>	<b>+16%</b>

### CAPEX DA EDPR, ANÁLISE POR PLATAFORMA



# criação de valor

## Dívida financeira

No final de 2011, a dívida financeira da EDPR totalizava de 3,8 mil milhões de euros (aumento anual de +8%), dos quais cerca de 80% constituíam empréstimos do Grupo EDP e o restante era dívida contraída junto de instituições financeiras, a maioria relacionada com iniciativas de *project finance*. A dívida líquida atingiu 3,4 mil milhões de euros em 2011, em relação aos 2,8 mil milhões de euros registados no final de 2010, em reflexo principalmente do capex e dos investimentos financeiros realizados neste período.

A dívida da EDPR tem um perfil de longo prazo. Grande parte da nossa dívida tem prazos de maturidade posteriores a 2018. Os empréstimos contraídos junto do Grupo EDP foram contratados por um período de 10 anos com taxas de juro fixas. As iniciativas de *project finance* têm também elas uma duração de longo prazo. Esta estratégia permite que a empresa mantenha a compatibilidade entre o seu perfil de fluxo de caixa operacional e os seus custos financeiros.

“Ter uma estratégia adequada de financiamento a longo prazo é fundamental para manter um sólido balanço numa indústria de capital intensivo.”

Rui Teixeira, CFO

DÍVIDA LÍQUIDA			
(€ milhões)	2011	2010	Δ€
Empréstimos bancários e outros	837	733	+104
Empréstimos junto do Grupo EDP e empresas relacionadas	2.989	2.800	+188
<b>Dívida financeira</b>	<b>3.826</b>	<b>3.534</b>	<b>+293</b>
Caixa e equivalentes	220	501	(281)
Empréstimo ao Grupo EDP e empresas relacionadas	219	226	(7)
Ativos financeiros detidos para negociação	0	36	(36)
<b>Caixa e equivalentes</b>	<b>439</b>	<b>762</b>	<b>(323)</b>
<b>Dívida líquida</b>	<b>3.387</b>	<b>2.772</b>	<b>+616</b>

Em dezembro de 2011, 53% da dívida financeira da EDPR estava denominada em euros, 40% em dólares norte-americanos e 7% em outras divisas, principalmente Zlotys polacos e Reais brasileiros. A EDPR financia os seus investimentos nas divisas locais em países fora da

Zona Euro, como é o caso dos EUA, da Polónia e do Brasil, reduzindo assim a sua exposição financeira a flutuações cambiais.

## 92% da dívida da EDPR com taxa fixa

92% da dívida financeira da EDPR foi negociada com taxas de juro fixas, o que representa principalmente os acordos financeiros com a EDP. A EDPR segue uma estratégia de financiamento a longo prazo com taxa fixa, fazendo equiparar o seu perfil de fluxo de caixa operacional aos respetivos custos financeiros.

## Fontes alternativas de financiamento

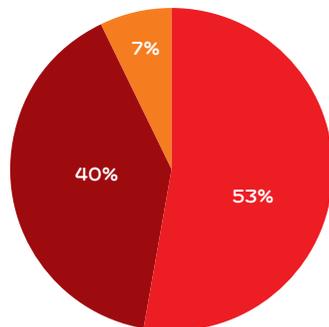
Em 2011, a EDPR estabeleceu novas iniciativas de *project finance* para 298 MW em vários países, tendo o consórcio ENEOP – Eólicas de Portugal estabelecido um *project finance* para um conjunto de parques eólicos em Portugal e que será financiado em 2012. Isto demonstra bem as competências da empresa no desenvolvimento de projetos de grande qualidade e de estruturas financeiras que cumprem plenamente as exigências de parceiros com critérios de investimento rigorosos e um grande empenho no desenvolvimento das energias renováveis.

### PROJECT FINANCE ESTABELECIDOS EM 2011

	Projeto	Capacidade	Valor
Roménia	Cernavoda I	69 MW	115 €M
Roménia	Cernavoda II	69 MW	
Roménia	Pestera	90 MW	73 €M
Brasil	Tramandaí	70 MW	228 R\$M
Portugal	ENEOP	376 MW	260 €M

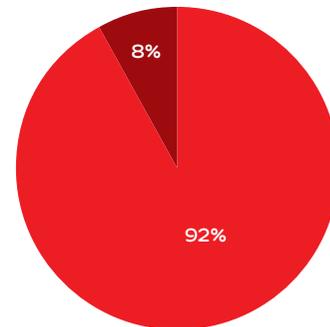
- Na Roménia, a empresa executou ao longo de 2011 iniciativas de *project finance* com o Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento e a IFC num total de 188 milhões de euros, englobando toda a base de ativos em operação naquele país.
- No Brasil, a EDPR conseguiu obter 228 milhões de reais num *project finance* com o Banco Nacional do Desenvolvimento para assegurar o financiamento dos 70 MW instalados em 2011.
- A ENEOP, empresa associada da EDPR, executou uma estrutura de *project finance* com o Banco Europeu de Investimento para o seu segundo grupo de parques eólicos desenvolvido em Portugal, com capacidade total de 376 MW, numa quantia que ascendeu aos 260 milhões de euros.

### DÍVIDA DA EDPR POR DIVISA



■ Euro ■ Dólar ■ Outras

### PERFIL DA DÍVIDA DA EDPR



■ Taxa fixa ■ Taxa variável

## Parcerias institucionais

Com o objetivo de tirar o máximo proveito dos benefícios fiscais disponíveis nos EUA, a EDPR estruturou parcerias com investidores institucionais, que podem incorporar quer um só parque eólico, quer um portefólio alargado de projetos. Estas parcerias criam duas classes de ações que distribuem os benefícios fiscais e outros de forma diferente entre as duas classes: as ações reidas pela empresa são tipicamente chamadas "interesses de Classe A" e as ações dos investidores institucionais são tipicamente chamadas "interesses de Classe B".

Os investidores institucionais fazem o investimento inicial na estrutura e recebem em troca os benefícios fiscais, uma fatia do fluxo de caixa operacional e dos rendimentos gerados pelos parques eólicos em causa. A empresa retém a maioria do fluxo de caixa operacional gerado, bem como a gestão operacional quotidiana e o respetivo controlo.

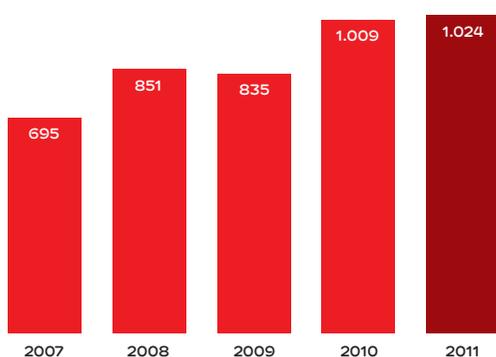
PARCERIAS INSTITUCIONAIS			
(€ milhões)	2011	2010	Δ€
Passivo das parcerias institucionais	1.024	1.009	+15

O passivo referente às parcerias institucionais nos EUA manteve-se inalterado nos 1.024 milhões de euros. Em 2011, a EDPR estabeleceu duas novas estruturas de parceria institucional nos parques eólicos Timber Road II (116 milhões de euros) e Blue Canyon VI (124 milhões de dólares, dos quais 97 milhões pagos adiantadamente).

PARCERIAS INSTITUCIONAIS ESTABELECIDAS EM 2011 (REGIÃO DOS EUA)			
	Projeto	Capacidade	Valor (\$ milhões)
Ohio	Timber Road II	99 MW	116
Oklahoma	Blue Canyon VI	99 MW	124

- Em julho, a EDPR estabeleceu uma estrutura de parceria institucional para o parque eólico Timber Road II (99 MW). Em troca de uma participação económica no parque eólico, a EDPR recebeu 116 milhões de dólares. O contrato de investimento institucional garante ao investidor o acesso aos benefícios da depreciação acelerada de ativos (MACRs) e ao *cash-grant*.
- Em dezembro, a EDPR recebeu 97 milhões de dólares, sendo expectável receber 27 milhões de dólares adicionais ao longo

### PASSIVO DA EDPR COM PARCERIAS COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS: EVOLUÇÃO ANUAL (€ MILHÕES)



do tempo de vida do parque eólico Blue Canyon VI (99 MW), à medida que forem gerados os créditos fiscais à produção de energia (PTCs). O acordo de financiamento institucional garante ao investidor o acesso aos benefícios MACRs e aos PTCs.

## Resultados financeiros líquidos

Os resultados financeiros líquidos refletem essencialmente os juros dos empréstimos obtidos junto do Grupo EDP e dos empréstimos bancários, bem como os acréscimos de encargos financeiros com parcerias institucionais. Os juros financeiros líquidos aumentaram a um ritmo mais lento do que a evolução média da dívida financeira (14% vs. 15%), se bem que os resultados financeiros líquidos tenham caído 40% para 244 milhões de euros, o que se explica sobretudo com elementos não recorrentes.

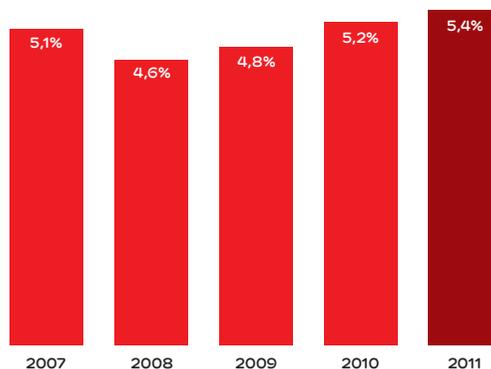
RESULTADOS FINANCEIROS			
(€ milhões)	2011	2010	Δ%
Juros financeiros líquidos	(189,5)	(166,9)	(14%)
Custos com parcerias institucionais	(62,4)	(64,8)	+4%
Custos capitalizados	33,9	68,4	(50%)
Diferenças cambiais	(21,7)	(1,4)	(1503%)
Outros	(4,5)	(9,5)	+53%
<b>Total</b>	<b>(244,1)</b>	<b>(174,1)</b>	<b>(40%)</b>

Os resultados financeiros líquidos sofreram um impacto negativo de 22 milhões de euros em diferenças cambiais, relacionado fundamentalmente com ativos e passivos em Zlotys polacos, Leu romenos e Dólares norte-americanos. Na Polónia, o Zloty desvalorizou 12,2%, na Romênia, o Leu desvalorizou 1,4%, ao passo que o Dólar dos EUA teve uma valorização de 3,3% face ao Euro em 2011.

Os juros financeiros líquidos tiveram um aumento anual de 14% em relação a 2010, a um ritmo mais lento que a evolução da dívida financeira (a dívida financeira aumentou em média 15% em relação a 2010, para 3,5 milhões de euros), no seguimento de uma estabilização da taxa média de juros paga. Em dezembro de 2011, a taxa média de juros era de 5,4%, acima dos 5,2% registados em dezembro de 2010, refletindo o perfil de maturidade a longo prazo da dívida e os *spreads* mais elevados da dívida contraída desde 2009, em linha com os preços atuais de mercado.

Os custos capitalizados foram de 34 milhões de euros, vs. 68 milhões de euros em 2010, em linha com a descida do capex em 2011 face ao de 2010.

### CUSTO DA DÍVIDA DA EDPR: EVOLUÇÃO ANUAL



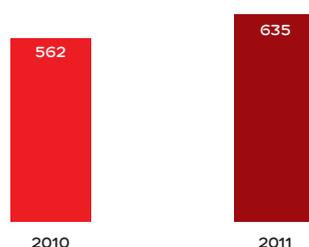
# criação de valor

## Europa

### Receitas

Na plataforma europeia, a EDPR conseguiu um sólido crescimento anual de 13% nas receitas, que atingiram os 635 milhões de euros. As receitas da divisão "Resto da Europa", nomeadamente França, Bélgica, Polónia e Roménia, representam já 20% do total de receitas. Espanha e Portugal diminuíram a sua contribuição relativa para 58% e 22%, respetivamente.

#### RECEITAS LÍQUIDAS DA EDPR (€ MILHÕES)



O desempenho das receitas (+13% em relação ao ano anterior) foi impulsionado pelo crescimento de 10% na produção de eletricidade, fruto da nova capacidade que entrou em funcionamento ao longo de 2011 e do impacto absoluto da capacidade instalada em 2010 (+93 milhões de euros), bem como de um preço de venda médio mais elevado (+23 milhões de euros), o que compensou largamente o fraco recurso eólico na Península Ibérica ao longo do ano e o período de provas na Roménia (31 milhões de euros).

### Tarifa

#### Preço de venda aumentou 5% em 2011

O preço de venda médio em 2011 melhorou 5% quando comparado com o ano anterior, para €88/MWh, tendo em conta a evolução de preços anual muito positiva nos mercados mais maduros em que a EDPR está presente e o aumento da produção nos novos mercados, com preços mais elevados do que a média do portefólio.

EDPR EU – TARIFAS MÉDIAS			
	2011	2010	Δ%
<b>EDPR EU</b>	<b>88,0</b>	<b>84,2</b>	<b>+5%</b>
Espanha	82,5	79,1	+4%
Portugal	98,7	93,8	+5%
França	86,8	83,9	+3%
Bélgica	112,0	112,0	+0%
Polónia	108,8	111,5	(2%)
Roménia	89,1	59,3	-

Os preços mais elevados em Espanha devem-se à decisão estratégica da EDPR de optar por uma tarifa fixa (atribuída à capacidade ao abrigo do RD 661/2007), em detrimento da opção de mercado, e à recuperação dos preços de mercado. Em Portugal, os preços refletem a indexação ao índice de preços no consumidor, e tiveram o impacto positivo de um preço mais diminuto em 2010 (influenciado pelo fator de ajustamento do número de horas de produção, fruto do recurso eólico mais elevado em 2010). Em França, as tarifas da energia eólica aumentaram 3%, em linha com

a inflação. O preço conseguido na Polónia manteve-se estável em Zlotys, mas desceu quando convertido em Euros, dada a desvalorização da moeda polaca.

### Custos operacionais

Os custos operacionais diminuíram no total 5% em relação a 2010, tendo em conta o impacto positivo anual dos testes de reavaliação dos ativos e passivos de alguns ativos da EDPR na Europa, o que resultou num ganho de 52 milhões de euros.

EDPR EU – RÁCIOS DE OPEX			
	2011	2010	Δ%
OpeX/MW	46,4	45,6	+2%
OpeX/MWh	21,2	19,2	+11%

Os custos operacionais unitários continuam a demonstrar um nível robusto de eficiência: +2% de aumento médio anual por MW (o aumento anual de +11% por MWh está distorcido, pela diminuição do recurso eólico em 2011 vs. 2010). Este desempenho é consequência de uma estrutura de custos operacionais estável e eficiente, ao longo de vários anos de operação de nossos parques eólicos, em paralelo com a maximização dos níveis de disponibilidade dos ativos, o que permite extrair os mais elevados níveis de produção ao menor custo possível.

### Resultados operacionais

O EBITDA atingiu 539 milhões de euros em 2011, o que significa uma melhoria anual de +17%, assente no desempenho das receitas e numa forte disciplina de contenção de custos. A margem EBITDA de 85% foi influenciada por acontecimentos não recorrentes.

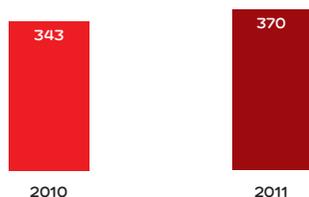
O EBIT teve um aumento anual de 14%, para os 289 milhões de euros, seguindo o crescimento do EBITDA e a alteração da vida útil dos ativos, mas afetado pelo impacto negativo de 41 milhões de euros para imparidades e amortização de ativos.

EDPR EU – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
(€ milhões)	2011	2010	Δ%
<b>Receitas</b>	<b>634,9</b>	<b>562,2</b>	<b>+13%</b>
Fornecimentos e serviços	106,7	87,4	+22%
Custos com pessoal	22,8	20,1	+13%
Outros custos operacionais (ou receitas)	(33,9)	(7,0)	(387%)
<b>Custos operacionais</b>	<b>95,6</b>	<b>100,6</b>	<b>(5%)</b>
<b>EBITDA</b>	<b>539,3</b>	<b>461,7</b>	<b>+17%</b>
EBITDA/Receitas	84,9%	82,1%	+3 pp.
Provisões para riscos e encargos	(0,3)	(0,2)	(71%)
Depreciações e amortizações	252,2	209,2	+21%
Compensação de amortizações de ativos subsidiados	(1,3)	(1,5)	+16%
<b>EBIT</b>	<b>288,6</b>	<b>254,2</b>	<b>+14%</b>

## Espanha

Em 2011, as receitas da EDPR em Espanha tiveram uma evolução positiva, de 8%, atingindo os 370 milhões de euros, e ultrapassando assim o crescimento da produção de eletricidade.

### RECEITAS LÍQUIDAS DA EDPR ESPANHA (€ MILHÕES)



A produção de eletricidade aumentou 5% em 2011, atingindo os 4.584 GWh, refletindo o aumento da capacidade instalada no período, embora negativamente influenciado pelo menor recurso eólico (o fator de utilização manteve-se acima da média do mercado, mas abaixo da média da EDPR, de 27% dos últimos dez anos).

O preço de venda médio aumentou 4% em relação a 2010, para €83/MWh, fruto do aumento da capacidade remunerada de acordo com o sistema de tarifa fixa (+774 MW), o ajustamento à inflação dos preços regulados pelo RD 661/2007 e ainda a recuperação dos preços efetivos da energia *brown* em Espanha para €47/MWh. A EDPR tem pouca exposição à volatilidade dos preços de mercado, tendo em conta a natureza regulada dos quadros de remuneração em Espanha e a estratégia proativa de cobertura de riscos da empresa. Em 2011, 82% da energia vendida estava ao abrigo de tarifas fixas, preços de venda mínimos e cobertura financeira.

## 82% da energia vendida sob cobertura

EDPR ESPANHA – PRODUÇÃO E TARIFAS			
	2011	2010	Δ%
Produção elétrica (GWh)	4.584	4.355	+5%
Tarifa média (€/MWh)	82,5	79,1	+4%

Assim, o desempenho das receitas é explicado: I) pela nova capacidade instalada (+48 milhões de euros), e II) pela melhoria no preço médio de venda (+14 milhões de euros), que compensaram largamente III) o menor recurso eólico (29 milhões de euros).

Em 2011, o EBITDA atingiu os 286 milhões de euros, um aumento superior a 4% em relação a 2010. A margem EBITDA de 77% reflete o fator de utilização registado ao longo do ano.

EDPR ESPANHA – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
(€ milhões)	2011	2010	Δ%
<b>Receitas</b>	<b>370,3</b>	<b>342,9</b>	<b>+8%</b>
Custos Operacionais	84,4	69,0	+22%
<b>EBITDA</b>	<b>285,8</b>	<b>273,9</b>	<b>+4%</b>
EBITDA/Receitas	77,2%	79,9%	(3 pp.)

## Portugal

As receitas em Portugal em 2011 totalizaram 139 milhões de euros (vs. 140 milhões de euros em 2010), refletindo a sustentabilidade e a estabilidade do enquadramento regulatório no país.

A nova capacidade instalada em 2011 (14 MW) só entrou em funcionamento no final do ano, pelo que teve um impacto marginal na produção do período. O fator de utilização manteve-se em geral consonante com os valores expectáveis a longo prazo, cifrando-se em 27% (2 p.p. do que em 2010). Neste período, a produção de eletricidade atingiu os 1,4 TWh (+5,6% em relação ao ano anterior), por causa dos recursos eólicos extraordinários que se tinham registado em 2010.

### RECEITAS LÍQUIDAS DA EDPR PORTUGAL (€ MILHÕES)



O preço de venda médio em Portugal aumentou 5% em relação ao ano anterior, atingindo os €99/MWh, beneficiando da indexação ao índice de preços no consumidor, mas também do impacto positivo do fator de ajustamento do número de horas de produção (que deu origem a um preço de venda mais baixo em 2010, tendo em conta a produção acima da média nesse ano). O preço em Portugal não inclui o preço praticado pelo consórcio Eólicas de Portugal, definido num leilão muito competitivo que resultou num dos preços mais baixos da Europa. Portugal é um mercado regulado que oferece um sistema estável de tarifas de aquisição, refletido em contratos de aquisição (CAE) a longo prazo com a empresa de distribuição, o que garante níveis sustentáveis e competitivos de remuneração.

## Risco de mercado estável e reduzido

EDPR PORTUGAL – PRODUÇÃO E TARIFAS			
	2011	2010	Δ%
Produção elétrica (GWh)	1.391	1.472	(6%)
Tarifa média (€/MWh)	98,7	93,8	+5%

Tudo considerado, o EBITDA em 2011 cifrou-se em 111 milhões de euros, refletindo uma margem EBITDA de 80%, já que o fator de utilização se manteve numa maneira geral em linha com o valor expectável a longo prazo, mas abaixo dos níveis de 2010.

A EDPR Portugal representa 13% da capacidade total instalada da empresa, e 14% do EBITDA de 2011.

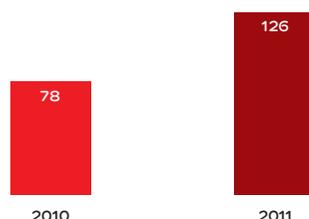
EDPR PORTUGAL – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
(€ milhões)	2011	2010	Δ%
<b>Receitas</b>	<b>138,6</b>	<b>140,3</b>	<b>(1%)</b>
Custos Operacionais	27,8	24,6	+13%
<b>EBITDA</b>	<b>110,7</b>	<b>115,7</b>	<b>(4%)</b>
EBITDA/Receitas	79,9%	82,5%	(3 pp.)

# criação de valor

## Resto da Europa

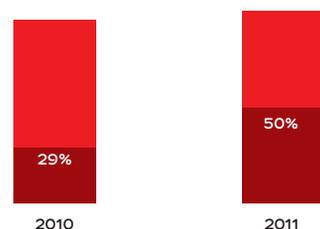
As atividades da EDPR no Resto da Europa assistiram a um extraordinário crescimento operacional nos últimos anos, conduzindo a um aumento das receitas de 61% em 2011, e atingindo os 126 milhões de euros.

### RECEITAS LÍQUIDAS DA EDPR NO RESTO DA EUROPA (€ MILHÕES)



A Polónia e a Roménia aumentaram consideravelmente o seu peso na divisão do RdE, sendo agora responsáveis por cerca de 50% das receitas. Tendo em conta os investimentos nestes dois países, é de esperar que o seu peso seja reforçado no futuro.

### PESO DAS RECEITAS DA POLÓNIA E ROMÉNIA NO RESTO DA EUROPA



■ Receitas da Polónia e Roménia

A produção de eletricidade em 2011 aumentou 65%, para 1.326 GWh, quer devido à nova capacidade instalada, quer devido a um fator de utilização de 23%.

A Polónia e a Roménia foram os principais impulsionadores deste crescimento. Na Polónia, a produção de eletricidade em 2011 aumentou 94% em relação ao ano anterior, para 376 GWh, fruto do aumento de capacidade instalada nos últimos 12 meses e da estabilidade dos respetivos fatores de utilização. Na Roménia, foram adicionados 195 MW em 2011, o que, juntamente com os 90 MW instalados no final de 2010, conduziu a uma produção anual de 245 GWh.

As operações em França tiveram um aumento de produção anual de 20%, atingindo os 589 GWh, dada a expansão de capacidade, enquanto na Bélgica a melhoria de 200 pontos base no fator de utilização deu origem a um aumento de 9% na produção de eletricidade (117 GWh).

EDPR RdE – PRODUÇÃO			
(GWh)	2011	2010	Δ%
<b>EDPR RdE</b>	<b>1.326</b>	<b>804</b>	<b>+65%</b>
França	589	489	+20%
Bélgica	117	107	+9%
Polónia	376	194	+94%
Roménia	245	15	–

## Forte desempenho da produção e visibilidade nos preços

O preço de venda médio subiu 2%, para €96/MWh, fruto do aumento da contribuição da Polónia e da Roménia para o desempenho desta divisão.

Em França, as tarifas da energia eólica cresceram 3% em relação ao ano anterior – de acordo com a inflação –, cifrando-se nos €87/MWh, enquanto na Polónia os ativos da EDPR receberam €109/MWh, ao abrigo de contratos de longo prazo muito atrativos (a evolução anual sofreu no entanto o impacto da desvalorização do Zloty).

O preço de venda na Bélgica manteve-se estável nos €112/MWh, devido ao contrato de aquisição (CAE) a longo prazo que está em vigor. Na Roménia, o preço atingiu os €89/MWh, fruto do período de provas dos parques eólicos e de estes só poderem receber um certificado verde por MWh (a aplicação do segundo certificado verde, aprovada por lei em julho de 2011, só entrou em vigor no final de 2011).

### EDPR RdE – TARIFAS

(€)	2011	2010	Δ%
<b>EDPR Resto da Europa</b>	<b>95,7</b>	<b>93,8</b>	<b>+2%</b>
França	86,8	83,9	+3%
Bélgica	112,0	112,0	+0%
Polónia	108,8	111,5	(2%)
Roménia	89,1	59,3	–

## Crescimento de dois dígitos no EBITDA, +32%

Em 2011, as receitas aumentaram 61% em relação ao ano anterior, para 126 milhões de euros, em consequência de um extraordinário crescimento na produção de eletricidade e do aumento médio de preços de 3%. O EBITDA do Resto da Europa aumentou 32% em relação ao ano anterior, cifrando-se nos 94 milhões de euros, com uma margem EBITDA de 75%.

### EDPR RdE – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

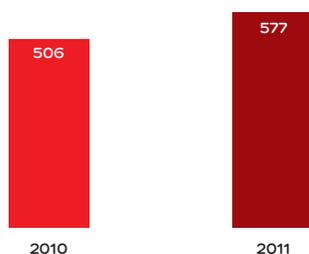
(€ milhões)	2011	2010	Δ%
<b>Receitas</b>	<b>126,2</b>	<b>78,5</b>	<b>+61%</b>
Custos operacionais	32,1	7,1	+353%
<b>EBITDA</b>	<b>94,1</b>	<b>71,4</b>	<b>+32%</b>
EBITDA/Receitas	74,6%	91,0%	(16 pp.)

## América do Norte

### Receitas

As receitas nos EUA aumentaram 14% em relação ao ano anterior, atingindo os 577 milhões de dólares, beneficiando I) da nova capacidade instalada em 2011 e do funcionamento ao longo de todo o ano da capacidade instalada em 2010, bem como da monetização de créditos fiscais através da assinatura de parcerias institucionais; embora afetadas II) pela diminuição dos preços de mercado e pelas alterações nas estruturas de preços dos contratos de longo prazo.

#### RECEITAS LÍQUIDAS DA EDPR NA (US\$ MILHÕES)



A capacidade instalada da EDPR a dezembro de 2011 ascendia a 3,4 GW (3,2 GW em 2010). Fruto da nova capacidade instalada e do desempenho positivo dos fatores de utilização, que subiram para 33% (+1 p.p. em relação ao ano anterior), a produção de eletricidade aumentou 21% em 2011, atingindo um total de 9.330 GWh.

Em 2011, a produção ao abrigo de CAE/cobertura foi de 6.716 GWh (72% da produção, vs. 70% em 2010), enquanto a produção exposta aos preços de mercado foi de 2.614 GWh (28%, vs. 30% em 2010).

### Tarifas

O preço de venda médio em 2011 foi de €45,7/MWh, o que significa uma diminuição de 4% face a 2010. Este desempenho é um reflexo: I) dos baixos preços do mercado; II) dos preços de venda finais mais reduzidos ao abrigo de CAE/cobertura, fruto das diferentes estruturas de preços de alguns dos novos contratos (com um preço de venda inicial mais baixo e uma progressão posterior mais elevada) e da redução das receitas de interruptibilidade (consequência da diminuição dos períodos de interruptibilidade, atenuada porém pelo aumento da produção).

EDPR NA – PREÇO DE VENDA MÉDIO			
(US\$ milhões)	2011	2010	Δ%
Preço médio CAE/cobertura	50,8	53,9	(6%)
Preço médio de mercado	30,1	31,1	(3%)
<b>Preço de venda médio final</b>	<b>45,7</b>	<b>47,7</b>	<b>(4%)</b>

### Custos operacionais

Os custos operacionais tiveram um aumento anual de 62%, refletindo fundamentalmente a evolução do parâmetro “outros custos operacionais/(receitas)”, que sofreu o impacto de dois fatores não recorrentes: I) em 2011, fruto de um abate relacionado com a racionalização da *pipeline* ( \$15,6m); e II) em 2010, em consequência de uma transação concluída no 4º trimestre de 2010 para encurtar a maturidade de um CAE (+\$21m recebidos). É importante salientar que o Opex calculado por MW diminuiu 6% (excluindo outras receitas e elementos não recorrentes), fruto de um grande esforço de controlo de custos e eficiência.

#### EDPR NA – RÁCIOS DE OPEX (EXCLUINDO OUTRAS RECEITAS)

	2011	2010	Δ%
<b>Opex/MW em operação (média) (\$1000)</b>	<b>58,2</b>	<b>61,9</b>	<b>(6%)</b>
Opex/MWh (\$)	22,1	21,9	+1%

### Receitas operacionais

Tudo considerado, o EBITDA de 2011 nos EUA caiu 2%, para 376 milhões de dólares, tendo em conta o aumento dos custos operacionais – afetados pelo acréscimo dos “outros custos operacionais/(receitas)” –, que não puderam ser contrabalançados pelo aumento de capacidade instalada nem pela melhoria do fator de utilização.

Receitas aumentaram 14% para 577 milhões de dólares

#### EDPR NA – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(US\$ milhões)	2011	2010	Δ%
<b>Receitas</b>	<b>577,0</b>	<b>506,4</b>	<b>+14%</b>
Fornecimentos e serviços	141,0	123,3	+14%
Custos com pessoal	36,1	32,3	+12%
Outros custos operacionais (ou receitas)	23,8	(31,4)	–
<b>Custos operacionais</b>	<b>200,9</b>	<b>124,1</b>	<b>+62%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>376,1</b>	<b>382,2</b>	<b>(2%)</b>
<i>EBITDA/Receitas</i>	65,2%	75,5%	(10 pp.)
Provisões para riscos e encargos	0,0	0,0	–
Depreciações e amortizações	291,8	294,7	(1%)
Compensação de amortizações de ativos subsidiados	(19,1)	(13,1)	(46%)
<b>EBIT</b>	<b>103,3</b>	<b>100,7</b>	<b>+3%</b>

Em 2011, a EDPR desacelerou o seu crescimento nos EUA, com apenas 198 MW de nova capacidade instalada, como forma de selecionar apenas os melhores projetos disponíveis, e tendo por objetivo garantir a máxima rentabilidade possível com os mínimos riscos. Nesse sentido, o parque eólico Timber Road II (99) MW tem um CAE de 20 anos que foi assinado em 2010; e o parque eólico Blue Canyon VI (99 MW) é um projeto com características extremamente competitivas, nomeadamente um capex reduzido por MW e um recurso eólico bastante robusto (com fatores de utilização acima dos 40%).

### Parcerias institucionais

No seguimento dos acordos de parceria institucional concluídos em 2011 para a capacidade instalada nesse período nos EUA, em dezembro de 2011 a EDPR tinha:

- 2.123 MW ao abrigo do regime de créditos fiscais à produção (PTC), permitindo-lhe a monetização dos PTC e dos MACRS. A EDPR tinha anteriormente 2.024 MW ao abrigo deste regime, tendo aumentado a fatia em 99 MW em relação a 2010, com a assinatura de uma nova parceria institucional para o parque eólico de Blue Canyon VI, no Oklahoma, no último trimestre de 2011;
- 500 MW ao abrigo de subvenções (cash grant flip), permitindo-lhe a monetização dessas subvenções e dos MACRS. A EDPR

# criação de valor

assinou mais um acordo com este tipo de estrutura para o parque eólico de Timber Road II (99 MW) no 3º trimestre de 2011;

- 799 MW que receberam reembolsos antecipados. Em 2011, a EDPR não adotou este tipo de incentivos fiscais, já que optou por beneficiar da monetização dos PTCs e da troca de subvenções, tendo em conta que estes sistemas lhe garantem um VAL (valor atual líquido) mais elevado nestes projetos específicos com este tipo de estruturas de incentivos fiscais, em detrimento do sistema isolado de reembolsos.

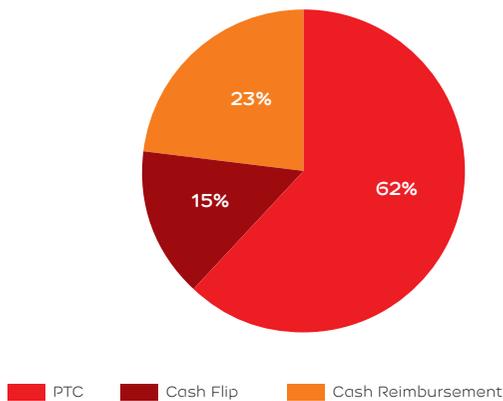
INCENTIVOS FISCAIS			
(US\$ milhões)	2011	2010	Δ%
Receitas com parcerias institucionais	155,4	141,9	+10%

As receitas com parcerias institucionais ascenderam a 155,4 milhões de dólares em 2011 (+10% em relação a 2010), como reflexo dos acordos concluídos nos últimos 12 meses. Esta receita foi incorporada na linha de receitas do parâmetro lucros e perdas, e constituiu o reconhecimento contabilístico trimestral dos incentivos fiscais de que os parceiros institucionais beneficiaram em cada período, reduzindo assim o passivo da parceria institucional no balanço.

Os projetos em que se optou pelo reembolso beneficiam de custos de amortização reduzidos, assinalados como "compensação de amortizações de ativos subsidiados" (19 milhões de dólares em 2011, um aumento anual de 31%).

77% da capacidade instalada nos EUA ao abrigo de acordos com parcerias institucionais

## EDPR NA: ANÁLISE DOS MW POR SISTEMA DE INCENTIVO FISCAL



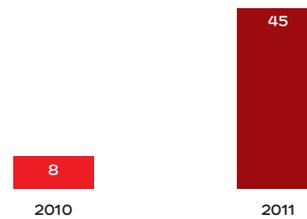
## Brasil

### Receitas

#### Receitas aumentam 6x em 2011

As receitas no Brasil viram-se multiplicadas por 6 em comparação com o ano anterior, atingindo os 45 milhões de reais, em linha com o aumento da produção de energia em 2011.

#### RECEITAS DA EDPR BRASIL (R\$ MILHÕES)



No Brasil, a produção de eletricidade em 2011 ascendeu a 170 GWh, um aumento impressionante de seis vezes em relação a 2010, em consequência de um aumento da capacidade instalada de 14 MW em 2010 para 84 MW em 2011, com a entrada em funcionamento de 70 MW adicionais em maio deste ano, aliada à robustez dos novos recursos eólicos (o fator de utilização aumentou de 26% para 35% em 2011).

#### EDPR BR – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(R\$ milhões)	2011	2010	Δ%
<b>Receitas</b>	<b>45,3</b>	<b>7,5</b>	<b>501%</b>
Fornecimentos e serviços	11,4	4,5	+152%
Custos com pessoal	2,9	2,0	45%
Outros custos operacionais (ou receitas)	0,5	2,0	(75%)
<b>Custos operacionais</b>	<b>14,8</b>	<b>8,6</b>	<b>73%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>30,5</b>	<b>(1,0)</b>	<b>-</b>
EBITDA/Receitas	67,3%	n/a	-
Provisões para riscos e encargos	-	-	-
Depreciações e amortizações	10,6	3,1	+239%
Compensação de amortizações de ativos subsidiados	-	-	-
<b>EBIT</b>	<b>19,9</b>	<b>(4,2)</b>	<b>-</b>

O preço de venda médio em 2011 foi de R\$278,4/MWh, um aumento de 9% em relação a 2010. A eletricidade produzida pelos 84 MW de capacidade instalada no Brasil está inteiramente ao abrigo do do PROINFA, programa de incentivo às energias renováveis, através de um CAE de 20 anos com a Eletrobrás, o que garante um retorno previsível e muito atrativo.

O EBITDA de 2011 da EDPR no Brasil aumentou para 30 milhões de reais, ao passo que a margem EBITDA atingiu os 67%, tendo em conta a fase de arranque de projetos de grande envergadura no Brasil ao longo de 2011 e o aumento controlado dos custos operacionais para 15 milhões de reais.

## Gestão de riscos

Em consonância com o “perfil de risco controlado” que constitui um dos nossos pilares estratégicos, a EDPR definiu como prioridade a implementação de mecanismos de avaliação e gestão de riscos e oportunidades que podem ter impacto sobre os seus negócios.

Os processos de gestão de risco da EDPR são apoiados num modelo de gestão integrada e transversal que garante a implementação das melhores práticas de governo corporativo e também a transparência na comunicação com o mercado e os acionistas. Este processo é acompanhado de perto e supervisionado pela Comissão de Auditoria e Controlo, um órgão de supervisão independente composto exclusivamente por administradores não executivos.

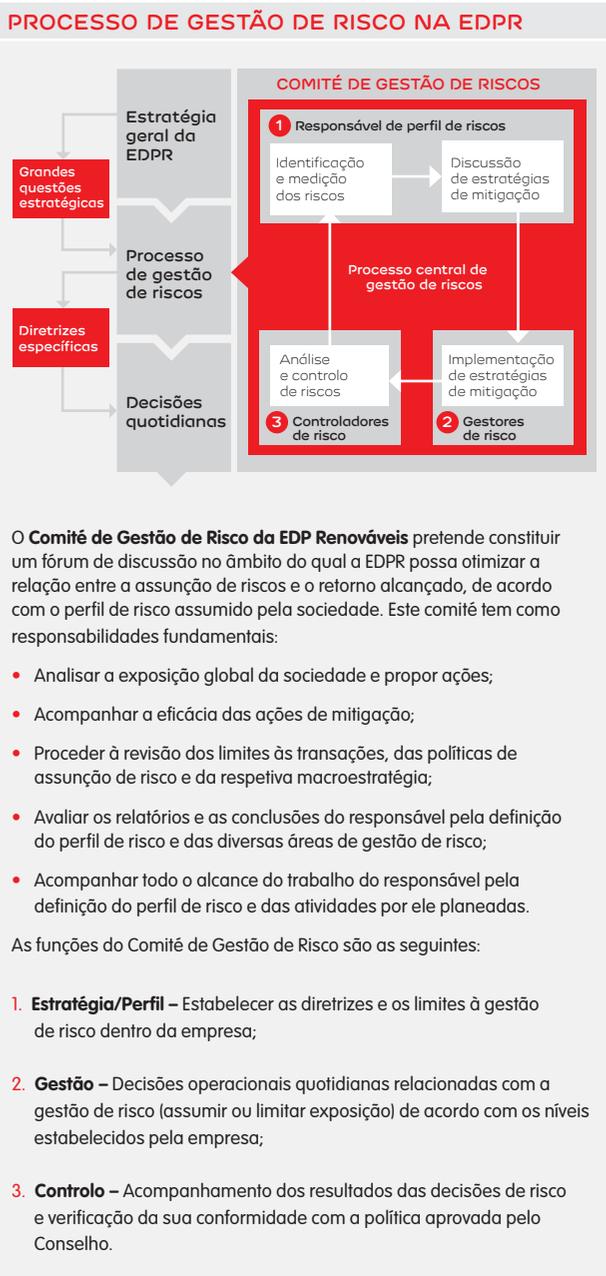
A gestão de risco é aprovada pela Equipa de Gestão, apoiada diretamente pelo Comité de Gestão de Risco e posta em prática por todos os gestores da empresa. Este processo integrado garante a identificação e priorização de riscos críticos, o desenvolvimento de estratégias de gestão de risco adequadas e a implementação de controlos para assegurar o alinhamento da exposição da EDPR de acordo com o perfil de risco definido pela empresa.

Ao longo de todo o ciclo de negócio, as grandes questões estratégicas são levantadas e agrupadas por área de risco. Cada questão estratégica é submetida ao processo de análise de risco da EDPR, a fim de produzir orientações específicas para os gestores de risco.

Depois de uma análise detalhada da exposição aos riscos em todo o ciclo de desenvolvimento de negócio da EDPR, foram identificados os seguintes grupos de risco.

“A EDPR está constantemente a analisar o futuro e a tomar decisões hoje, com o objetivo de melhorar a posição de risco-benefício da empresa.”

Jorge Casillas, Diretor da Estratégia Global de Risco



### PRINCIPAIS ÁREAS DE RISCO NO CICLO DE NEGÓCIOS DA EDPR



# criação de valor

A tabela seguinte faz um resumo das principais áreas de risco no negócio da EDPR e das ferramentas que a empresa usa para gerir esses riscos. A tabela define também as principais vantagens competitivas da EDPR em relação a outros operadores de energias renováveis.

A descrição completa dos riscos em que incorremos e da sua gestão pode ser consultada no capítulo sobre Governo da Sociedade.

QUAIS SÃO AS ÁREAS PRINCIPAIS DE EXPOSIÇÃO?	COMO GERIMOS OS RISCOS?	STATUS EM 2011
<b>1. DESENVOLVIMENTO DO PIPELINE</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>A EDPR pode alcançar uma capacidade instalada de produção diferente das previsões iniciais ou sofrer atrasos e/ou antecipações na sua instalação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Utilização de um <i>buffer</i> para assegurar o cumprimento das metas</li> <li>Parcerias com as melhores parceiros locais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><i>Pipeline</i> amplo e diversificado, com cerca de 21 GW em desenvolvimento em 11 países</li> </ul>
<b>2. CONTRATOS DE AQUISIÇÃO TURBINAS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Alterações de preços ou de desempenho das turbinas podem afetar rentabilidade dos projetos</li> <li>Falta de flexibilidade contratual pode afetar os planos de desenvolvimento da EDPR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assinatura de acordos de médio prazo com os produtores de turbinas, para garantir a previsibilidade de preços</li> <li>Diversificação dos fornecedores de turbinas, para garantir um vasto leque de opções</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grande parte das necessidades da EDPR em 2011 foram asseguradas por um contrato de aquisição de turbinas plurianual assinado com a Vestas, que garante a visibilidade de preços</li> <li>A EDPR utiliza turbinas produzidas por 9 fornecedores diferentes</li> </ul>
<b>3. RECEITAS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>As receitas resultantes dos projetos da EDPR podem divergir das previsões</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Enquadramentos regulatórios estáveis na maioria dos mercados em que a EDPR atua</li> <li>Cobertura da exposição aos preços de mercado através de contratos bilaterais de venda a longo prazo ou cobertura financeira de curto prazo, quando necessário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>90% da capacidade vendida em contratos de longo prazo ou em enquadramentos regulatórios estáveis</li> <li>Em 2011, a EDPR assinou contratos de aquisição de energia (CAE) nos EUA e 1,6 TWh de swaps de energia em Espanha, o que reduziu significativamente a exposição ao mercado à vista em ambos os países</li> </ul>
<b>4. PAÍSES E REGULAMENTAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Alterações na regulamentação do setor podem afetar o negócio da EDPR num dado país</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Seleção criteriosa dos mercados de energia com base nos fundamentais do mercado</li> <li>Diversificação de mercados e esquemas de remuneração</li> <li>Envolvimento ativo nas principais associações eólicas em todos os mercados de atuação da EDPR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em 2011, a EDPR estava presente em 11 países, e continua a analisar os países com os enquadramentos regulatórios mais atrativos</li> <li>A EDPR é um membro ativo de mais de 40 associações da indústria eólica</li> </ul>
<b>5. OPERAÇÕES</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os projetos podem apresentar um volume de produção diferente do esperado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assinatura de garantias técnicas e de acordos abrangentes de manutenção a médio prazo com os fornecedores</li> <li>Manutenção preventiva e de rotina</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria do sistema de manutenção interna (CMMS), para otimizar a manutenção preventiva dos nossos parques eólicos</li> </ul>
<b>6. FINANCIAMENTO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento dos custos financeiros</li> <li>Volatilidade das taxas cambiais pode afetar os resultados financeiros da EDPR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Taxas de juro fixas garantem previsibilidade dos custos da dívida</li> <li>Fontes alternativas de financiamento, como estruturas de <i>tax equity</i> ou acordos multilaterais/<i>project finance</i></li> <li>Cobertura natural (dívida e receitas na mesma divisa) reduz impacto das mudanças na taxa de câmbio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>92% da dívida com taxas de juro fixas</li> <li>EDPR estabeleceu cerca de 500 milhões de euros em acordos multilaterais e benefícios fiscais em 2011. Adicionalmente, o consórcio ENEOP estabeleceu 260 milhões de euros através de um acordo multilateral</li> <li>Estrutura de dívida da EDPR (53% EUR, 40% US, 7 % outros) muito semelhante aos investimentos nas geografias</li> </ul>



# parceria com os stakeholders

## **66 os nossos stakeholders**

## **67 os nossos canais de comunicação**

## **69 os nossos parceiros nos parques eólicos**

69 proprietários de terras

69 autoridades locais

69 comunidades locais

70 operadores de transporte de energia  
e compradores de energia

## **71 compreender os nossos stakeholders**



"Desde os maiores centros financeiros mundiais até às comunidades remotas onde construímos os nossos parques eólicos, associamo-nos aos nossos *stakeholders* para desenvolver as melhores soluções para eles e para o nosso negócio."

Rui Teixeira, *Chief Financial Officer*



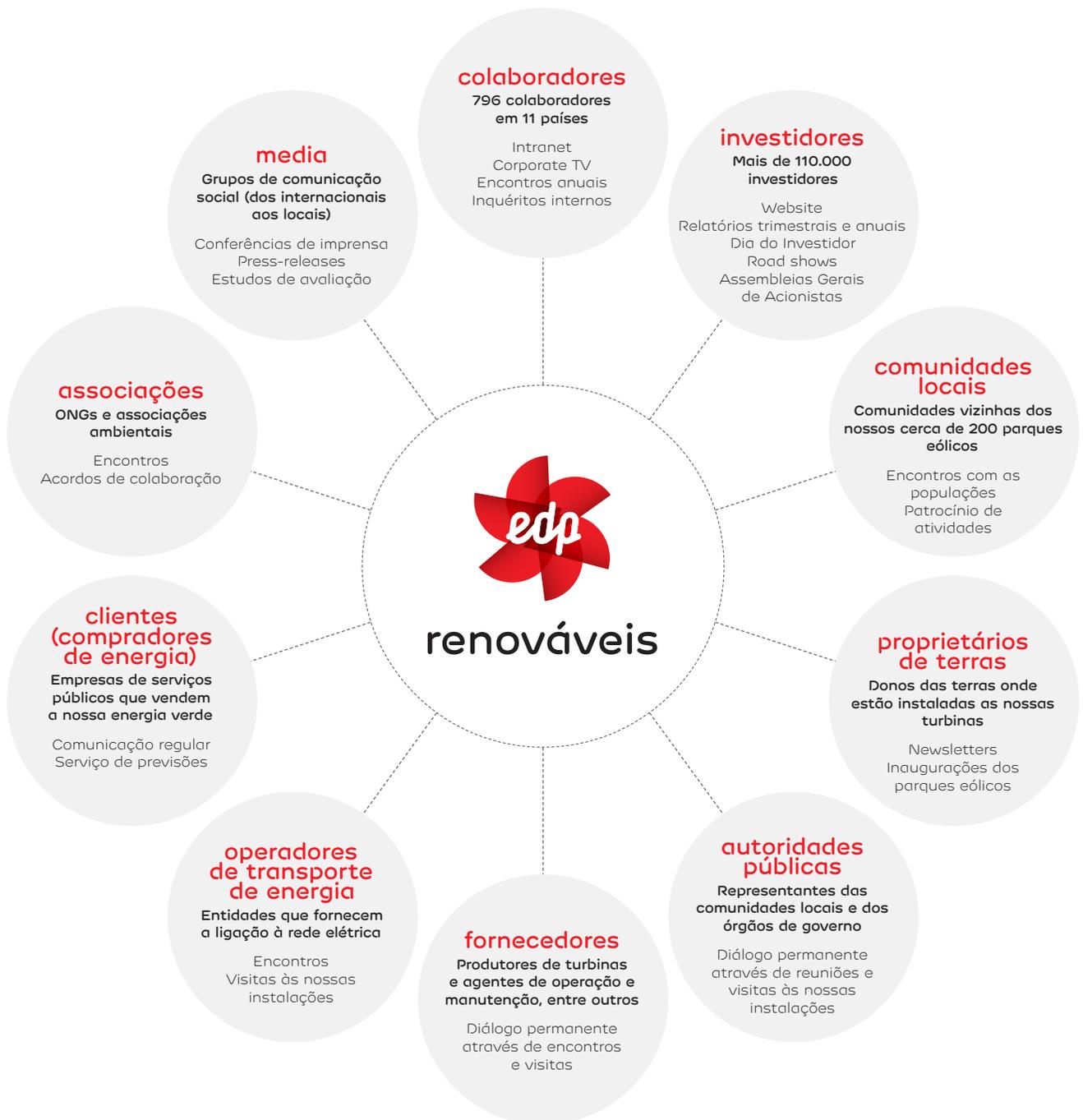
# parceria com os stakeholders

## Os nossos stakeholders

Estamos empenhados em garantir um relacionamento transparente e de confiança com os nossos *stakeholders* enquanto parte integrante do nosso negócio. Manter uma comunicação ativa entre ambas as partes permite-nos maximizar os resultados obtidos a partir da nossa relação profissional.

Como resultado desta premissa, é fundamental comunicar ativamente com os *stakeholders* e assegurar o enfoque nas suas necessidades e interesses, mantendo-os informados sobre os benefícios que o nosso negócio lhes traz.

## Principais grupos de stakeholders e meios de relacionamento e comunicação



## Os nossos canais de comunicação

As iniciativas de comunicação da EDPR tiveram, uma vez mais, um importante papel em 2011. No âmbito da política de crescimento sustentável da empresa foi estabelecido, através de diferentes canais de comunicação e atividades, um permanente diálogo com os *stakeholders*. Este diálogo fomentou a confiança e a partilha de conhecimentos.

### Comunicação Interna

#### Intranet

O *site* de intranet "myedpr" continuou a ser desenvolvido como o principal ponto de encontro multinível de comunicação de todos os colaboradores da EDPR. Nesta plataforma, os colaboradores podem facilmente aceder a diversos níveis de informação relevante, desde matérias operacionais a questões de recursos humanos ou de recursos sociais.

#### Revista

Através das páginas da revista corporativa "ON Magazine", os colaboradores da empresa podem manter-se a par da atividade do grupo EDP a uma escala regional e global. O suplemento "On Renew" divulga as notícias mais relevantes da atividade da EDPR a todos os membros do grupo EDP.

#### Televisão Corporativa

Os vídeos desempenham um importante papel e são um meio popular de divulgação das atividades da empresa. Em 2011, foram para o ar no canal de televisão corporativa do grupo EDP – o "EDP On" – mais de 50 vídeos informativos e motivacionais da EDPR.

### Relações Públicas e Relações com os Media

#### Media

A EDPR continuou a implementar um importante programa de relações com os *media*, envolvendo-se de forma interativa com os distintos meios de comunicação existentes nas geografias onde está presente. Em 2011, foram analisadas 2.218 notícias relativas à EDPR, que geraram um AEV de 2,1 milhões de euros e um nível médio de 3,6. O desempenho da comunicação da EDPR ao longo do ano foi positivo, com a cobertura favorável a assumir uma fatia significativa do espaço editorial (52%).

#### Website

O *website* da EDPR foi refrescado de acordo com o novo *branding* do Grupo EDP e continua a fornecer informação de qualidade sobre a empresa nas suas três principais línguas (inglês, português e espanhol). Para 2012 está planeada uma grande reestruturação de conteúdos, na qual a sustentabilidade será um dos principais pontos a destacar. O portal público "Save As" continua a ser uma ferramenta popular e de referência para iniciativas públicas e privadas, com um forte enfoque no âmbito da conservação.

#### Publicações

São distribuídas outras publicações e materiais gráficos, tais como brochuras ou folhetos, em eventos importantes e feiras e também junto das comunidades locais onde os nossos projetos estão a ser desenvolvidos.

### Relações com os Investidores

A EDPR procura proporcionar aos seus investidores informações que os apoiem na tomada de decisões de investimento fundamentadas, claras e concisas. A nossa equipa de Relações com os Investidores manteve-se em contacto permanente com os atuais e potenciais acionistas, analistas financeiros que acompanham a atividade da empresa e outros agentes que operam nos mercados financeiros globais. Em 2011, a EDPR esteve presente em diversos eventos, reforçando a sua proposta de criação de valor para os acionistas, a par da prospeção de novos investidores. Em 2011 foram realizadas mais de 300 reuniões nos escritórios da empresa em 15 das principais praças financeiras da Europa e dos EUA, que consubstanciam o crescente interesse dos investidores na companhia.

### Eventos

Os eventos são um pilar fundamental da comunicação da EDPR com os seus *stakeholders* e assumem-se como uma oportunidade da empresa contactar de forma mais próxima com diferentes audiências.

#### Eventos Internos

Em 2011, a EDPR realizou reuniões trimestrais de administradores para analisar o ponto de situação dos projetos em curso nos diversos mercados europeus, nas quais foram reconhecidos os sucessos e as conquistas, mas também se estabeleceram novas metas e objetivos.

A reunião anual da plataforma na Europa, denominada de "Flow", foi o mais importante destes eventos, realizado com o intuito de promover a coesão entre os grupos de gestão, e oferecendo a oportunidade de realizar atividades de consolidação de equipas (*team building*) e exercícios de revisão estratégica.

A EDPR NA realizou também, em outubro, três eventos regionais de *team building*. Os colaboradores responsáveis por projetos prioritários nas regiões ocidental, central e oriental foram convidados a participar num evento de *team building* com a duração de um dia.

#### Eventos Externos

A EDPR NA realizou o seu primeiro evento para clientes em Houston, Texas. O departamento comercial recebeu um grupo selecionado de atuais e potenciais clientes oriundos de todos os EUA.

Também no Texas, a EDPR acolheu um grupo de investidores de *tax equity* de todo o país, para um evento de dois dias em Houston.

A Assembleia Geral de Acionistas realizou-se em Oviedo e destacou-se como um dos eventos financeiros mais importantes do ano. Em 2011 realizou-se também uma Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas.

# parceria com os stakeholders

## REBRANDING

2011 foi um ano fulcral para a comunicação na EDPR. A empresa revelou o seu novo logótipo e campanha institucional a 1 de julho de 2011, como parte de um esforço global do Grupo EDP (o principal acionista da EDPR) em alinhar todas as plataformas através de uma marca unificada.

A nova marca representa um denominador comum para todos os canais e ferramentas de comunicação a nível global e reflete o progresso substancial que o grupo tem feito nos últimos anos, bem como as suas ambições futuras.

A nova marca representa uma oportunidade para EDPR demonstrar aos seus *stakeholders* em todo o mundo que é um líder global no campo das energias renováveis, com uma substancial experiência e história no setor da energia.

### Uma marca distintiva e dinâmica

A forte cor vermelha utilizada na marca fornece um elemento de distinção. Esta é a cor agora utilizada em todas as plataformas da EDP, criando continuidade e uma mensagem de marca unificada. A flexibilidade e a fluidez da nova marca permitem ainda que cada empresa EDP possa expressar a sua própria identidade. Em vez de adotar apenas um logótipo, será possível escolher entre vários que poderão ser adaptados a diferentes contextos.

Esta marca simboliza uma empresa que se distingue pela sua ambição e entusiasmo, mesmo quando confrontada com novos desafios, e demonstra uma empresa global inovadora, sustentável e ligada às pessoas.

O novo logótipo dinâmico da EDPR é composto de quatro formas básicas que se desdobram num mundo infinito de combinações: um quadrado, triângulo, círculo e semicírculo.

A EDPR vai poder escolher assim entre sete diferentes logótipos que podem ser adaptados a diferentes contextos. Todos eles têm uma aparência comum, um único monograma desenhado em letra cursiva que aumenta a distintividade da marca. O nome EDP está sempre presente, tornando-se o denominador comum em todos os logótipos dos variados negócios do grupo.

### Humana. Inovadora. Sustentável.

São estes os três pilares da EDP e da sua nova marca. A nossa imagem comunica os nossos valores: trabalhamos para as pessoas e para as suas comunidades, estamos fortemente comprometidos com a inovação, e temos uma atitude responsável para com o meio ambiente.

### Desenvolvimento e implementação

Desde a fase conceptual até à implementação da nova marca, a EDPR lançou a sua nova imagem de uma forma eficaz, através dos inúmeros canais e geografias, adaptando todos os materiais, comunicação digital, merchandising e espaços físicos à nova identidade da marca.

### Mudança de nome na América do Norte

Um dos capítulos mais importantes na implementação da nova marca foi a mudança de nome da plataforma norte-americana, de Horizon Wind Energy, para EDP Renewables North America LLC, alinhando a identidade da marca na América do Norte com as operações na Europa e no Brasil. O negócio da América do Norte estava em lenta transição para a marca EDP Renewables desde 2008, e sensivelmente a meio de 2011 foi abandonada a designação de Horizon. Este é um importante passo na integração do negócio e na criação de uma marca global forte.



## Os nossos parceiros nos parques eólicos

Durante todas as fases de implementação dos nossos projetos eólicos, estabelecemos relações de longo prazo com os principais *stakeholders*. É fundamental para o sucesso dos projetos a correta interação com os parceiros, nomeadamente, proprietários de terras, autoridades locais, comunidades locais, operadores de transporte de energia e *off-takers* (compradores e distribuidores).

## Proprietários de terras

Os nossos projetos têm um impacto direto sobre os proprietários de terras, tanto naqueles em cujos terrenos desenvolvemos os projetos, como em toda a comunidade circundante. Desenvolvemos contactos com cada um destes *stakeholders* em distintas fases dos projetos em curso.

São habitualmente organizadas reuniões gerais de apresentação, nas quais se explica como funcionam os parques eólicos e se apresentam informações detalhadas sobre o desenvolvimento do projeto em causa na região. Durante o processo de desenvolvimento plurianual do projeto, interagimos continuamente com os proprietários de terras, seja através de reuniões, comunicações escritas, na forma de boletins informativos, ou atualizações dos projetos da empresa. No início da construção e, posteriormente, durante as atividades operacionais, continuamos em contacto permanente para nos certificarmos de que estamos corresponder às expectativas e a responder a quaisquer dúvidas que possam surgir.

### CERIMÓNIA DE INAUGURAÇÃO DO PRIMEIRO PARQUE EÓLICO DE GRANDE ESCALA DO OHIO

A EDPR organizou a cerimónia de inauguração do primeiro parque eólico de grande escala do Ohio, que contou com a presença de cerca de 250 convidados, entre proprietários das terras, colaboradores e dignitários do Estado e condado.

Trabalhámos desde 2008, com mais de 100 proprietários rurais da região, para desenvolver e construir o Timber Road II. Este parque eólico, localizado em Paulding County, Ohio, tem uma capacidade instalada de 99 MW. Timber Road II irá gerar anualmente energia suficiente para abastecer mais de 27.000 lares no Ohio.



“Estamos extremamente gratos aos proprietários de terras e à comunidade em geral por terem confiado em nós, e por nos terem fornecido as peças necessárias para completar este *puzzle* e construir este parque eólico”.

Gabriel Alonso, COO - América do Norte

## Autoridades locais

A interação com as autoridades locais é mais ativa durante as fases de licenciamento, que variam dependendo do país e da região. Esta interação pode incluir reuniões municipais e audiências públicas. A natureza, a forma e o prazo destes processos varia consoante as jurisdições, mas fatores idênticos são tidos em conta pela maioria das autoridades competentes para decidir se deve ou não permitir o desenvolvimento de um determinado projeto. Esses fatores incluem impacto visual, ruído (particularmente em áreas povoadas), impacto ambiental, efeito sobre locais históricos, arqueológicos, ou outros locais protegidos, topografia e outras características do local, nomeadamente as condições do solo, hidrologia, entre outras questões.

### NOVAS OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS ATRAVÉS DO DIÁLOGO COM AS AUTORIDADES LOCAIS

Durante a construção dos parques eólicos de Sarichioi e Vutcani, na Romênia, a EDPR implementou diversas ações de sensibilização da comunidade local. Foram realizadas reuniões locais com os autarcas, com o objetivo de dar a conhecer as atividades de construção em curso.

Nesses encontros, a EDPR descreveu como a sua atividade beneficiaria a comunidade. Foram também disponibilizadas, nas autarquias, informações sobre os projetos da EDPR e implementado um mecanismo de gestão de reclamações para todos os colaboradores e moradores locais, durante as obras de construção.

Esta estreita colaboração permitiu à EDPR e à municipalidade de Sarichioi identificar uma forma de ajudar as famílias da cidade, através da doação de todos os restos de tambores de madeira, utilizados durante as obras de construção do sistema elétrico de cabos subterrâneos. Essa madeira será utilizada para aquecimento durante o inverno.

## Comunidades locais

No âmbito da nossa estratégia de negócio, pretendemos estabelecer uma relação de confiança e colaboração com as comunidades onde estamos presentes, desde as etapas mais iniciais dos nossos projetos e ao longo de toda o seu ciclo de vida. Os nossos projetos são, essencialmente, parcerias de longo prazo entre as comunidades locais e a EDPR. Manter um bom relacionamento com estes importantes *stakeholders* é de importância estratégica para a empresa.

Durante o desenvolvimento dos nossos projetos eólicos, tentamos apurar qual a perceção da comunidade local quanto ao impacto dos mesmos e identificar as suas preocupações. Tentamos, então, adaptar o projeto às necessidades locais e partilhar a “propriedade” do mesmo com toda a comunidade.

Por exemplo, nos EUA, os nossos projetos de energias renováveis adoptam as características locais nos seus nomes, e passam por um processo rigoroso para garantir que a comunidade se identifica com o nome escolhido.

As consultas públicas são um dos meios utilizados para recolher *feedback* auscultar as comunidades, nas quais os especialistas no terreno da EDPR procuram dar resposta às preocupações apresentadas.

## parceria com os stakeholders



Consulta pública na Polónia

Tem sido também desenvolvido um procedimento para gestão das queixas e preocupações suscitadas pelos proprietários de terras e pela comunidade no âmbito das nossas atividades de construção.

Não nos limitamos a realizar um conjunto de reuniões públicas. Pretendemos construir amplas relações de trabalho como um processo contínuo entre a empresa e os seus *stakeholders*, reconhecendo que o nosso negócio gera benefícios mútuos, e gera impactos positivos diretos e indiretos nas áreas em que atuamos.

Planeamos e implementamos campanhas informativas e pedagógicas, mantendo uma cooperação constante com os *media* locais, como um dos pilares de compromisso com a comunidade.

Finalmente, durante as operações, a parceria a longo prazo com a comunidade continua através de uma combinação de atividades comunitárias, atividades educativas e de resolução de problemas.

### EDPR DESENVOLVE O SEU PROJETO OFFSHORE EM PARCERIA COM A INDÚSTRIA PESQUEIRA

A produção de energia eólica *offshore* traz um novo conjunto de desafios de compromisso com a comunidade.

A construção de um parque eólico *offshore* tem um impacto específico sobre os membros das comunidades circundantes e junto daqueles que desenvolvem uma atividade económica no mar. Todos os intervenientes são considerados no processo de compromisso da EDPR.

No projeto de Moray Firth, que ainda se encontra em fase de desenvolvimento, implementámos um conjunto extensivo de iniciativas de cooperação com a indústria pesqueira. Reunimos regularmente com grupos da indústria e organizámos encontros públicos locais com pescadores. Esta abordagem aberta e transparente permitirá o desenvolvimento de ambas as indústrias.

### Operadores de transporte de energia e compradores de energia

Relativamente aos operadores de transporte de energia, seguimos um conjunto de iniciativas que variam de região para região, e que incluem, muitas das vezes, a interação com o operador, desde a solicitação inicial de conexão à rede elétrica, até ao momento em que se inicia a produção de energia em concreto. Ao mesmo tempo, gerimos as propostas dos compradores de energia até alcançar um acordo benéfico para ambas as partes, para, de seguida, se passar à fase da venda de energia ao longo da duração do contrato.

#### EDPR CELEBRA DIA DO CLIENTE

Em 2011, em Houston, Texas, realizámos um encontro com um grupo seletivo de potenciais clientes oriundos de todos os EUA. O evento teve um total de 24 participantes, de 13 empresas distintas, no qual foi dada a conhecer a EDPR, a sua equipa, incluindo ainda uma visita à sede da empresa em Houston. A eficácia deste evento proporcionou novas oportunidades de interação direta com os clientes.

“A realização deste encontro presencial com os nossos clientes foi extremamente importante. Permitiu-nos discutir alguns assuntos em maior profundidade do que o habitual, e esse nível de familiaridade vai levar-nos a um melhorado fluxo de informação no futuro”.

Colaborador da EDPR

## Compreender os nossos stakeholders

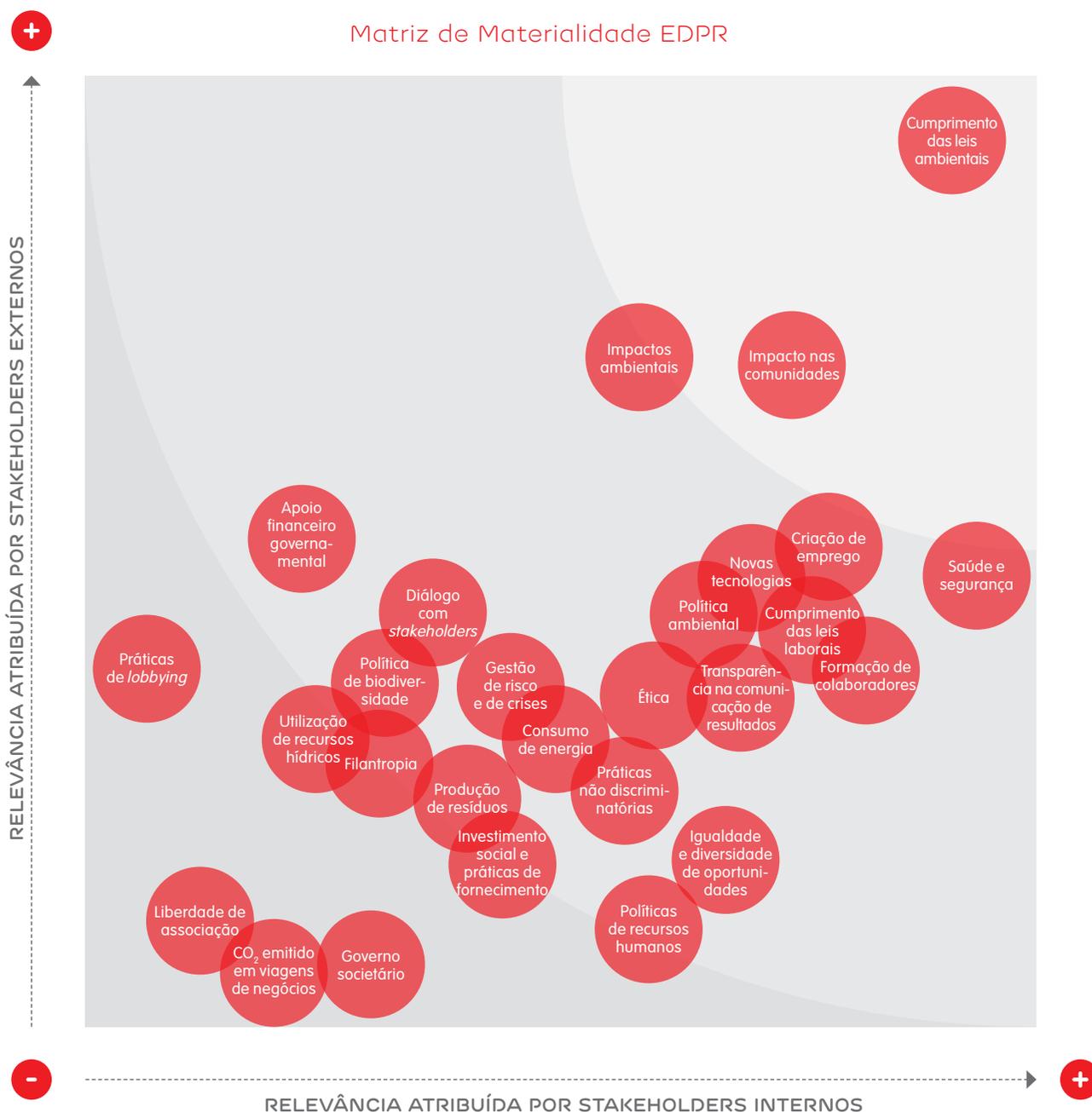
Compreender os *stakeholders* é de extrema importância para a EDPR, auxiliando a condução do negócio e aumentando a nossa contribuição para a sustentabilidade.

Nesse sentido, realizámos uma análise de materialidade, com o objectivo de identificar as questões mais relevantes para os *stakeholders* internos e externos. Esse estudo foi, então, complementado com um *benchmark* dos interesses e preocupações do setor da energia eólica. O resultado final é uma análise completa dos temas de sustentabilidade mais importantes para os *stakeholders*.

Adicionalmente, durante 2011, a análise de materialidade foi complementada com um estudo específico da estratégia de

compromisso a implementar. Nesta fase, o objeto de estudo incluiu Portugal e Espanha. Através desta pesquisa identificaram-se oportunidades para melhor interagir com os distintos *stakeholders*. Como resultado, desencadeou-se um plano de ação para implementação das oportunidades identificadas. O programa está atualmente em curso e espera-se melhorar o nível de relacionamento com as autoridades locais e nacionais, e definir um novo processo de gestão das preocupações dos proprietários de terras.

O gráfico abaixo representa os temas mais relevantes para os *stakeholders* internos e externos da EDPR. Os tópicos identificados são o resultado da combinação de uma consulta efetuada aos *stakeholders* em 2010 com o *benchmark* dos interesses e preocupações do setor da energia eólica. Os tópicos mais relevantes que foram identificados estão especificamente abordados neste relatório anual de 2011.



# proteção do ambiente

**74** alterações climáticas

**75** estratégia ambiental

75 desenvolvimento

76 construção

76 operação

77 desmantelamento

**77** respeitar o ecossistema

**79** pegada ecológica das  
atividades administrativas



"Na EDPR acreditamos que o mesmo princípio base que é o motor do nosso negócio, o respeito pelo meio ambiente, deve ser aplicado a todas as nossas atividades. Desta forma, procuramos implementar as melhores práticas de proteção ambiental em todas as fases do nosso negócio."

Luís Adão da Fonseca, *Chief Business Development Officer*



## Alterações climáticas

As energias renováveis têm um grande potencial para nos ajudar a enfrentar um dos maiores desafios do século XXI: as alterações climáticas. A energia eólica aproveita um recurso natural e inesgotável, produzindo eletricidade sem comprometer o meio ambiente mundial com a emissão de gases com efeito de estufa (GEE).

Além disso, o vento é um recurso endógeno e o seu aproveitamento ajuda a diminuir os custos de importação e o impacto do transporte (com as emissões de carbono associadas) das fontes de energia tradicionais. O vento é uma fonte de energia limpa e segura que está disponível perto da maioria das populações.

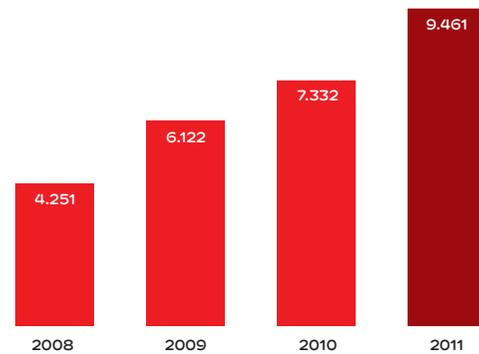
O nosso portefólio de 7,5 GW de capacidade instalada contribui todos os anos, a nível mundial, para combater as alterações climáticas. Melhoramos significativamente a qualidade local e global do ar, ajudando a reduzir as emissões de carbono que seriam lançadas para a atmosfera devido à energia produzida por combustíveis fósseis.

“Gradualmente, graças a projetos como o parque eólico de Roman Blandey, estamos a contribuir para reduzir significativamente o aquecimento global através de uma energia mais limpa e sustentável”.

João Paulo Costeira, COO – Europa

Em 2011, produzimos 16,8 TWh de energia, que se calcula tenham evitado a emissão de 9.461 mil toneladas de CO<sub>2</sub>.

CO<sub>2</sub> EQ EVITADO (MILHARES DE TONELADAS)<sup>1</sup>



<sup>1</sup> Cálculo: [produção x fator das emissões térmicas dos diferentes países]  
Ver capítulo de avaliação GRI para informação adicional.

Os planos de crescimento da energia produzida pela empresa, puramente renovável, representam um sólido compromisso de promoção de fontes de energia verdes. Além disso, estamos empenhados em apoiar a utilização das melhores tecnologias disponíveis, a fim de preservar os recursos naturais e reduzir a poluição.

E, apesar de já estarmos no negócio da energia limpa, vamos ainda mais além no nosso compromisso com o ambiente, através da promoção de uma cultura empresarial em que todas as nossas atividades e iniciativas são consistentes com a responsabilidade ambiental. Estamos desta forma empenhados em reduzir o impacto ambiental dos nossos parques eólicos e em medir a pegada ecológica das nossas atividades administrativas, que representam apenas 0,3% das emissões evitadas. Apesar deste impacto reduzido, encorajamos ainda a diminuição destas emissões, melhorando a eficiência energética nas nossas instalações.



## Estratégia ambiental

Com o objetivo de proteger o ambiente, temos de complementar a nossa estratégia de luta contra as alterações climáticas com uma gestão ambientalmente responsável dos nossos parques eólicos. Esta estratégia baseia-se nas políticas ambientais e de sustentabilidade estabelecidas pelas diretrizes do Grupo EDP, aprovadas pela Comissão Executiva da EDP em Janeiro de 2011.

“A nossa ambição, no cenário internacional em que atuamos, é a de sermos líderes de referência na gestão ambiental.”

Política Ambiental da EDP

As nossas políticas refletem uma gestão responsável do ambiente ao longo de toda a cadeia de valor: desde as primeiras etapas de desenvolvimento dos projetos (altura em que é muito importante conduzir estudos de viabilidade ambiental e cultural) até ao desmantelamento dos nossos parques eólicos (em que a nossa estratégia ambiental inclui um plano de gestão de resíduos, planos de monitorização ambiental e regeneração dos habitats). Todo este processo baseia-se num conhecimento exaustivo das realidades locais que nos permite assegurar a compatibilidade com o ambiente ao longo de todo o ciclo de vida dos projetos. Em 2011, destinámos 12 milhões de euros a investimentos e custos ambientais.

Não nos limitamos a cumprir os requisitos legais aplicáveis nas áreas em que construímos os nossos parques eólicos – vamos mais além. Por exemplo, na Europa, damos início a todos os projetos com estudos de viabilidade cultural e ambiental, antes mesmo da fase de desenvolvimento, apesar de isso não ser exigido por lei. Nos Estados Unidos, de resto, os requisitos de instalação de parques eólicos variam significativamente de estado para estado, e são nalguns casos inexistentes. Assim, decidimos aplicar os nossos próprios padrões de exigência em todos os nossos parques eólicos nos EUA, e estamos a participar na Comissão de Aconselhamento Federal que pretende estabelecer uma série de diretrizes que deverão ser seguidas voluntariamente por todos os produtores de energia eólica.

Para assegurar que todos os nossos projetos são concebidos e explorados em conformidade com os regulamentos aplicáveis, com os nossos princípios ambientais e com as melhores práticas internacionais, implementámos também inúmeros processos de avaliação e acompanhamento ambiental ao longo de todo o ciclo de vida dos nossos projetos.

NÚMERO DE ESTUDOS AMBIENTAIS REALIZADOS EM 2011			
2011	Desenvolvimento	Construção	Operação
Europa	412	28	308
América do Norte	58	7	14
Brasil	0	0	12
<b>EDPR</b>	<b>470</b>	<b>35</b>	<b>334</b>

## Desenvolvimento

Nas fases iniciais de desenvolvimento de um parque eólico, procedemos a uma triagem inicial dos aspetos mais críticos do projeto para o ambiente, a fim de determinar quaisquer questões ambientais que possam surgir e que exijam uma avaliação mais detalhada.

Depois, são normalmente conduzidos estudos de avaliação do impacto ambiental, em que se analisam os aspetos positivos e negativos da construção. Estudamos a viabilidade de medidas alternativas que possam prevenir, reduzir, atenuar ou compensar os efeitos adversos e melhorar o desempenho ambiental.

Por exemplo, nos projetos em que são identificados impactos potenciais em espécies sensíveis, é feita uma avaliação específica para quantificar os riscos e definir formas potenciais de os reduzir.

### AVALIAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL NA BIODIVERSIDADE MARINHA

Conduzimos estudos multidisciplinares exaustivos na zona de Moray Firth, para determinar a existência de mamíferos e aves marinhas e avaliar a ecologia e vestígios arqueológicos do leito do mar. Estes estudos constituem assim um ponto de partida para uma análise precisa do ambiente marinho, que vai permitir melhorar os estudos de impacto ambiental no futuro e implementar as medidas de correção necessárias.

Não foi encontrada nenhuma espécie pouco comum ou protegida dentro da área do projeto, à luz da Diretiva dos Habitats da Comissão Europeia ou da lei britânica da Vida Selvagem e das Regiões Rurais de 1981.



Na América do Norte, trabalhamos com o United States Fish & Wildlife Service (USFWS), com as agências estaduais de vida selvagem e com as organizações não governamentais (ONG) indicadas ao longo de todo o processo de avaliação de impacto ambiental para participar no esforço de recolha de informação sobre espécies ameaçadas, em risco ou sensíveis, aves migratórias e outros impactos potenciais na vida selvagem.

Além disso, procedemos nalguns casos à avaliação das zonas húmidas, para prever e calcular a natureza e a extensão de eventuais impactos dos nossos projetos nos sistemas hidrológicos. Os resultados destes estudos podem depois ser usados no aperfeiçoamento da conceção dos projetos.

No parque eólico de Timber Road II, no Ohio, instalado em 2011, por causa da possibilidade de perturbações numa espécie rara de mexilhões, e num esforço de evitar a sedimentação do Blue Creek e das terras de aluvião adjacentes, adotámos medidas adicionais, muito além dos requisitos exigíveis, para reduzir ainda mais os impactos na biodiversidade.

# proteção do ambiente

Finalmente, são feitas avaliações de património cultural e arqueológico, que incluem a pesquisa de registos históricos e bases de dados de bens culturais. Além disso, nalguns projetos consultamos os representantes locais que atuam na área da preservação histórica e dos bens culturais, para evitar quaisquer impactos do projeto. Estas partes interessadas podem ter informações indispensáveis sobre os bens históricos e culturais que existam na vizinhança dos projetos, e que poderiam de outra forma passar despercebidas. Os resultados desta pesquisa e das consultas efetuadas são usados para ajudar a modificar o desenho do projeto, sempre que necessário e possível.

## Construção

Ao longo da fase de construção, garantimos que todos os empreiteiros estão empenhados no cumprimento dos nossos requisitos de adoção das melhores práticas ambientais, através da inclusão destes requisitos no caderno de encargos ou em planos específicos de gestão ambiental.

Além disso, através dos nossos planos de vigilância da construção, somos capazes de garantir que todos esses requisitos são aplicados, o que nos permite também agilizar a identificação de impactos potenciais e a implementação das respetivas medidas preventivas ou corretivas, quando necessário.

Depois de concluída a construção, os terrenos afetados são sempre regenerados. Em 2011, foram regenerados 137 hectares de terreno. São também adotadas medidas adicionais para proteger e preservar os habitats. Por exemplo, nos EUA, foram criadas várias reservas de proteção de habitats.

O processo de replantação e regeneração das áreas afetadas, depois de concluída a construção, é supervisionado por um fornecedor de serviços ambientais independente que faz as suas recomendações, sempre que necessário, para assegurar o êxito dos nossos esforços de replantação e regeneração. Este acompanhamento ambiental independente foi também utilizado na redução de impactos nos habitats de alguns parques eólicos e na criação de salvaguardas das zonas húmidas.

## Operação

Ao longo da fase de operações, garantimos o cumprimento de todos os requisitos ambientais legalmente definidos e da gestão mais eficaz de todos os aspetos relacionados com o ambiente, através do Sistema de Gestão Ambiental (EMS) da EDPR.

O Sistema de Gestão Ambiental abrange, entre outros, os procedimentos aplicáveis a todos os parques eólicos em funcionamento, fazendo uso de vários meios de controlo operacional para acompanhar e medir todos os aspetos ambientais da operação. São conduzidas ações periódicas de vigilância ambiental, para avaliar qualquer influência dos parques eólicos no ambiente. Tendo em conta essa avaliação, é estabelecida a necessidade de um plano de acompanhamento que obrigue ao reforço da vigilância (que nalguns casos chega a ser conduzida diariamente).

As empresas subcontratadas, principalmente nas áreas operacionais e de fornecimento de serviços de manutenção, são obrigados a cumprir a legislação ambiental e todas as políticas ambientais, sistemas de gestão e requisitos exigidos pela EDPR.

## Certificação ambiental

O Sistema de Gestão Ambiental em vigor ou em fase de implementação na Europa e no Brasil baseia-se na norma ISO 14001:2004. A implementação do sistema na Europa começou

em 2008, nalguns parques eólicos de Espanha. Desde então, foi alargada a outros países, como Portugal, França, Polónia e Romênia. Estabelecemos como objetivo a aplicação até final de 2012 do Sistema de Gestão Ambiental em todos os parques eólicos em funcionamento na Europa em que temos uma participação maioritária.

Temos na Europa um total de 2.193 MW certificados com a norma ISO 14001:2004 (55% dos MW em funcionamento na Europa).

No Brasil, estamos a trabalhar no sentido da aplicação do Sistema de Gestão Ambiental em todos os nossos parques eólicos, num total de 84 MW, que deverão ser assim certificados com a norma ISO 14001:2004.

Nos EUA, estabelecemos um plano de ação para analisar toda a legislação e regulamentação ambiental aplicável e conduzir uma auditoria ambiental interna dos nossos parques eólicos para avaliar anualmente a conformidade industrial com os requisitos legalmente aplicáveis, em vez de adotar uma certificação específica.

## Acompanhamento dos impactos

Todos os parques eólicos em funcionamento que estão abrangidos pelo Sistema de Gestão Ambiental têm sistemas de controlo operacional instalados, que acompanham e medem os aspetos ambientais que consideramos mais significativos. Isto inclui o consumo de água, eletricidade e outros, a emissão de gases com efeito de estufa, o ruído e outras emissões, os resíduos perigosos e não perigosos, entre outros.

A maioria da eletricidade consumida nos nossos parques eólicos é a mesma eletricidade verde produzida por eles. No entanto, é necessária uma pequena quantidade para alimentar os serviços auxiliares.

### EMISSIONES INDIRECTAS DOS PARQUES EÓLICOS

	2011	2010 <sup>(1)</sup>
Consumo de energia (GWh)	51,0	41,1
t de CO <sub>2</sub> ,eq	21.012	19.411

(1) Não inclui o Brasil

A produção de resíduos é outro aspeto ambiental a que atribuímos a maior importância nos nossos parques eólicos, mesmo que a quantidade de resíduos gerada por eles possa ser considerada muito diminuta quando comparada com outros processos de produção de energia.

O principal produto consumido, que constitui grande parte dos resíduos produzidos, é o óleo, que é usado como lubrificante. Em 2011, consumimos um total de 221 toneladas de óleo.

“O desenho dos parques eólicos tem um papel fundamental na quantidade de resíduos produzida.”

Colaborador da EDPR

Os parques eólicos estão equipados com recipientes para a separação de resíduos não perigosos. Os resíduos perigosos são embalados, rotulados e armazenados até ao tratamento final por um agente autorizado de tratamento de resíduos.

## RESÍDUOS PRODUZIDOS NOS PARQUES EÓLICOS

	2011 <sup>(1)</sup>	2010 <sup>(1)</sup>
Total de resíduos (t)	708	567
Total de resíduos perigosos (t)	393	272
Resíduos (t)/produção (GWh)	0,042	0,039

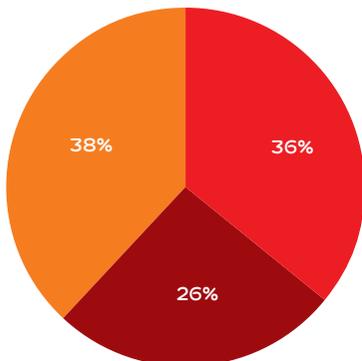
(1) Não inclui o Brasil

A EDPR promove a recuperação dos resíduos, em vez da sua eliminação, através de reciclagem ou outros meios.

As águas residuais são na sua maioria guardadas em depósitos selados, sempre que necessário, e depois recolhidas para tratamento.

Ao longo de 2011, tivemos três derrames significativos, num volume total de 0,63 m<sup>3</sup>. Apesar de estas emergências ambientais não serem muito comuns, por causa da natureza das nossas instalações e do próprio negócio, desenvolvemos um sistema de incidentes ambientais para melhorar a resposta e antecipar quaisquer crises. Além disso, definimos um procedimento de resposta de emergência para garantir que todos os passos necessários são claramente compreendidos para controlar e ultrapassar situações de emergência, e que todos os nossos colaboradores e entidades subcontratadas estão conscientes da importância de identificar atempadamente quaisquer incidentes a fim de evitar futuras situações de emergência.

### TRATAMENTO DE RESÍDUOS NOS PARQUES EÓLICOS EM 2011



Resíduos valorizados não reciclados  
Resíduos reciclados  
Resíduos eliminados

### UTILIZAÇÃO DO ÓLEO RECICLADO DOS PARQUES EÓLICOS DA EDPR NA FROTA DE VEÍCULOS DE TWIN GROVES

No parque eólico de Twin Groves, no Illinois, a equipa local no terreno passou a usar combustível reciclado nos seus veículos. O óleo gasto naquele parque eólico é reciclado por uma empresa certificada de recolha de resíduos, que armazena o óleo usado por várias empresas que trabalham na zona. O óleo é então filtrado para produzir um combustível puro, utilizando apenas 15% da energia necessária à produção a partir de petróleo e com 20% das emissões de gases com efeito de estufa.

“Fechámos o ciclo dos nossos óleos residuais, e usamo-los agora no resto das atividades no terreno. Faz todo o sentido.”

Colaborador da EDPR

## Desmantelamento

Prevê-se que os parques eólicos do nosso portefólio se mantenham em funcionamento ainda por muitos anos. Mesmo no fim do seu tempo de vida útil, os parques eólicos podem ser reaproveitados, prolongando o seu funcionamento. A nossa estratégia ambiental, no entanto, prevê a regeneração das áreas ocupadas pelas nossas turbinas, a par de um plano de gestão dos resíduos e de um plano de monitorização ambiental.

## Respeitar o ecossistema

Os parques eólicos são geralmente instalados em zonas rurais, onde o vento é abundante e o funcionamento dos parques pode ser compatível com a continuação da utilização dos terrenos. Não há perdas económicas ou de subsistência associadas ao seu desenvolvimento. Só uma pequena percentagem da terra é afetada por construções permanentes, e a alteração de uso tem de ser aprovada pelas autoridades competentes.

Depois de concluída a construção, os terrenos permanentes necessários à produção constituem menos de 1% da área total do projeto, fundamentalmente para estradas de acesso às turbinas, uma pequena área para as turbinas eólicas e os transformadores elétricos, e uma área coberta de gravilha para a instalação de uma grua usada na construção e atividades de manutenção. A área total de um parque eólico pode variar, dependendo das características dos recursos eólicos e da disposição do terreno.

### REDUÇÃO DA PRESSÃO URBANÍSTICA NO BRASIL

Alguns dos nossos parques eólicos contribuem para a preservação dos ecossistemas no sentido em que travam a construção indefinida de edifícios. É o caso do parque eólico de Tramandaí, no Brasil, erguido numa zona em que a construção avançava em ritmo acelerado. A área agora protegida por uma cerca conta com cerca de 500 hectares que ficarão intocados.



O nosso compromisso para com o respeito pelos ecossistemas faz-nos também trabalhar em prol do objetivo mundial de redução da perda de biodiversidade associada às atividades humanas, tal como estabelecido na nossa Política de Biodiversidade.

“A EDPR quer desempenhar um papel cada vez mais ativo na conservação e promoção da biodiversidade.”

Política de Biodiversidade da EDPR

# proteção do ambiente

Há uma pequena parcela das nossas instalações que fica situada dentro (total ou parcialmente) ou junto de áreas protegidas. Todos estes parques eólicos ficam na Europa. O Sistema de Gestão Ambiental implementado nestas áreas exige a monitorização de aves e morcegos em todos os parques eólicos situados num raio de 5 km destas áreas protegidas. Informação mais detalhada sobre os parques eólicos e as áreas protegidas pode ser consultada no sítio da EDPR: [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com).

Ao longo de 2011, a fim de compensar os impactos que não pudessem ser evitados, a EDPR aplicou diversas medidas de compensação, entre as quais a criação de parcerias com associações ambientais que procuram conseguir um bom equilíbrio global para a biodiversidade.

## PROTEÇÃO DA AVIFAUNA ATRAVÉS DE UMA PARCERIA COM A FUNDAÇÃO MIGRES

Colaboramos com a Fundação Migres, uma organização privada sem fins lucrativos que pretende estabelecer um fórum para o estudo, a preservação e a disseminação da natureza. Esta fundação também procura desenvolver a consciência sobre a importância de uma utilização sustentável dos recursos naturais, especialmente os que estejam relacionados com as aves migratórias. Entre os projetos conduzidos em 2011 contam-se a monitorização dos abutres-fouveiros ou grifos (*Gyps fulvus*) e dos tartaranhões-caçadores (*Circus pygargus*) no estreito de Gibraltar, e o reforço da população de peneireiro-das-torres (*Falco naumanni*) em Tarifa (Espanha).

Através desta parceria, em 2011 também colaborámos com um instituto de investigação local (CSIC-EBD) para analisar os dados relativos à mortalidade de aves nos parques eólicos da região de Cádiz. O estudo produziu dois relatórios científicos, que revelaram que o funcionamento dos parques eólicos pode ser compatível com a conservação das espécies, propondo soluções práticas para este problema.



Fundação Migres/A.Román MUÑOZ

A EDPR assinou vários acordos de cooperação na Europa e nos EUA, nomeadamente:

- Em Espanha, demos início à cooperação com a Fundação do Património Natural, fruto do acordo assinado em 2010;
- Nos EUA, em parceria com o American Wind Wildlife Institute, lançámos em 2011 uma ferramenta global de rastreio para informar os promotores dos futuros parques eólicos sobre as características ambientais das diversas áreas;
- Em França, assinámos um acordo de 5 anos com a Indre Nature;
- Em Portugal, a nossa participação no seminário sobre vento e biodiversidade organizado pela Universidade de Aveiro destinava-se a desenvolver novas tecnologias e experiências

para desenvolver estratégias eficazes de conciliação dos projetos de engenharia eólica com a conservação da biodiversidade.

Outras iniciativas concretas tiveram início em 2011, incluindo um estudo telemétrico plurianual das águias-reais que habitam as áreas à volta do parque eólico de Elkhorn Valley, no Oregon, EUA. Foram ali capturadas algumas águias-reais adultas em que se instalaram transmissores GPS. Os dados sobre a sua localização, transmitidos hora a hora, vão ajudar a empresa a perceber o comportamento das águias-reais e seus locais de caça e nidificação, estabelecendo qual é a área que os seus "lares" ocupam e os padrões de movimento em relação àquele parque eólico.

## A EDPR CONTRIBUI PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL COM O SEU VIVEIRO FLORESTAL



Durante a construção do parque eólico de Tramandaí, o impacto na flora foi atenuado com a transplantação de árvores para um viveiro florestal, uma unidade de conservação do estado do Rio Grande do Sul gerida pela Secretaria do Meio Ambiente (SEMA).

Este viveiro florestal é um elemento-chave para a educação ambiental na região, já que recebe visitas de escolas que vão ali aprender a importância da preservação da biodiversidade.

A EDPR doou também vários materiais de apoio às atividades de conservação do viveiro ou com propósitos educativos. Com este apoio, garantimos que as atividades educativas promovidas pelo viveiro continuarão a educar uma grande variedade de crianças.

## Pegada ecológica das atividades administrativas

As nossas atividades administrativas exigem viagens, consumo de recursos nos nossos escritórios e a eliminação ou reciclagem dos resíduos produzidos.

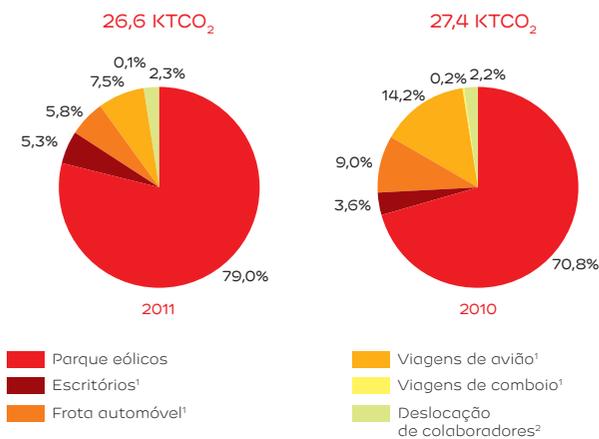
CONSUMO NOS ESCRITÓRIOS		
	2011	2010 <sup>1</sup>
Consumo de energia (GWh)	3,08	2,0
† CO <sub>2</sub> eq	1.417	981

<sup>1</sup> O valor de 2011 inclui também o consumo de gás natural

O nosso consumo de eletricidade representa apenas uma pequena parte da eletricidade que depois produzimos. Mesmo somando toda a eletricidade consumida nos nossos parques eólicos e nos escritórios, ela representa apenas 0,3% da eletricidade produzida.

Além das emissões de CO<sub>2</sub> produzidas com o consumo de eletricidade, temos outro tipo de emissões indiretas relacionadas com as viagens de trabalho, a nossa própria frota de veículos e as deslocações para o trabalho dos nossos colaboradores. Essas emissões indiretas representam 0,3% quando comparadas com o total de emissões evitadas.

### EMISSÕES DE CO<sub>2</sub> <sup>1,2</sup>



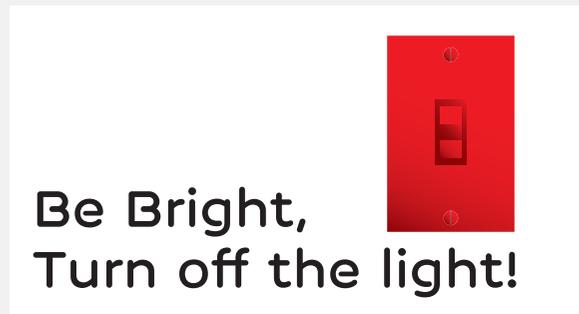
<sup>1</sup> Emissões de transporte e consumo de gás natural calculadas de acordo com o protocolo de GEE.

<sup>2</sup> Deslocações de colaboradores calculadas com base num inquérito feito a todos os colaboradores em dezembro de 2010.

Mesmo que a natureza do nosso negócio compense largamente as nossas emissões de carbono, tentamos criar em todos os colaboradores da EDPR uma cultura de redução dos impactos no meio ambiente. Assim, ao longo de 2011 desenvolvemos várias iniciativas para tornar as nossas atividades administrativas mais ecológicas e eficientes.

### "BE BRIGHT, TURN OFF THE LIGHT"

Os colaboradores da EDPR recebem uma mensagem quando desligam os computadores, que lhes lembra: "Be bright, turn off the light" (Seja brilhante, desligue a luz). É uma chamada de atenção amigável para a importância de poupar eletricidade, bastando para isso desligar as luzes do escritório antes de saírem.



Nos EUA, os nossos colaboradores têm estacionamento de bicicletas e chuveiros, para os encorajar a ir de bicicleta para o trabalho, já que este é um meio de transporte limpo. Também lhes oferecemos bilhetes de autocarro e comboio, para fomentar a utilização dos transportes públicos. Na Europa, em 2012, os colaboradores serão também encorajados a usar os transportes públicos, com a atribuição de vários incentivos no âmbito do plano de compensação flexível da empresa.

No primeiro trimestre de 2012, a EDPR vai também lançar uma nova campanha de ecoeficiência, orientada para a promoção das melhores práticas ambientais nos nossos escritórios.

### EDPR ABRE ESCRITÓRIO SUSTENTÁVEL NO PORTO



Em 2011, a EDPR inaugurou a sua nova sede no Porto. O edifício, construído de raiz, alberga várias empresas do Grupo EDP, melhorando significativamente os rácios de área ocupada e os custos operacionais.

O edifício destaca-se pela tecnologia, com diversos sistemas de controlo e gestão e soluções de poupança global de energia e sustentabilidade. Alguns exemplos:

- Painéis fotovoltaicos instalados na cobertura e nas fachadas;
- Quebra-luzes motorizados nas fachadas;
- Iluminação com lâmpadas fluorescentes de baixo consumo ou LED;
- Sistema de ar condicionado com tecnologia de recuperação de energia;
- Aquecimento de água através do calor residual dos equipamentos de aquecimento, ventilação e ar condicionado;
- Aproveitamento da água subterrânea para o sistema de irrigação automática e saneamento.

# apoio ao desenvolvimento social

## **82 desenvolvimento económico das comunidades locais**

- 82 investimento em infraestruturas
- 82 rendas, impostos e partilha de receitas
- 82 projetos comunitários
- 83 práticas de recrutamento e aquisição local

## **83 cidadania empresarial**

- 83 educação
- 84 acolher as comunidades locais
- 84 voluntariado
- 85 feiras locais, convenções e patrocínios
- 86 desporto



"No atual contexto económico, o crescimento da EDPR proporciona oportunidades para as comunidades locais, criando postos de trabalho de alta qualidade, melhorando infraestruturas públicas e produzindo variados benefícios económicos."

*Gabriel Alonso, Chief Operating Officer - América do Norte*



## Desenvolvimento económico das comunidades locais

A EDPR garante benefícios económicos duradouros para as zonas circundantes ao longo de todo o ciclo de vida dos seus parques eólicos. Estes benefícios incluem, entre muitos outros, o investimento em infraestruturas, o pagamento de impostos, o pagamento de rendas aos proprietários de terras, a criação de emprego e contribuições diretas para projetos comunitários.

ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS ECONÓMICOS EM 2011			
(€ milhões)	Investimento em infraestruturas	Impostos e partilha de receitas	Projetos comunitários
Europa	12,17	25,15	0,727
América do Norte	21,40	17,86	0,477
Brasil	n/d	0,06	n/d
<b>EDPR</b>	<b>33,57</b>	<b>43,07</b>	<b>1,20</b>

n/d: Dados indisponíveis

## Investimento em infraestruturas

### Estradas

A construção de um parque eólico implica a construção de novas estradas e a reabilitação das estradas já existentes, para o transporte de equipamento pesado (as turbinas eólicas) até ao local durante os trabalhos de instalação. As comunidades locais beneficiam destas estradas, uma vez que lhes garantem uma melhor ligação às terras onde conduzem as suas atividades agrícolas.

Na Romênia, por exemplo, as novas estradas construídas até ao parque eólico de Pestera são usadas agora como estrada de ligação entre duas das localidades vizinhas. Já nos Estados Unidos, durante a construção do parque eólico de Timber Road II, foram feitos 23 km de estradas para o transporte das turbinas, e foram melhorados 21 km de estradas públicas, prestando-se assim um serviço indireto às comunidades locais.

### Infraestruturas de serviços públicos

A integração da nossa capacidade de produção na rede elétrica pode exigir uma modernização nas redes de distribuição e transporte de energia elétrica dos vários operadores. Na maior parte das vezes, esta modernização é sustentada pela EDPR, a nível técnico e financeiro, contribuindo indiretamente para a melhoria da qualidade do serviço elétrico nas zonas circundantes.

Isto é muito importante em países em que a energia eólica só se começou agora a implantar, como a Romênia. Em 2011, a EDPR investiu mais de 4 milhões de euros neste país, para promover a ligação à rede dos parques eólicos de Sarichioi e de Vutcani (num total de 57 MW), que implicou a modernização de 84 km das linhas de alta tensão de 110 kV e de 4 subestações elétricas de 110 kV, para além da instalação de uma nova subestação In&Out de 110 kV.

A modernização das infraestruturas de serviços públicos também se torna necessária nos países em que a energia eólica já tem uma grande maturidade. Em 2011, por exemplo, a EDPR investiu 2 milhões de euros na modernização do sistema elétrico da região de Ávila, em Espanha, beneficiando assim as populações da região ao mesmo tempo que permitia a ligação de vários parques eólicos à rede.

## A ENERGIA EÓLICA TRAZ CLAROS BENEFÍCIOS À ECONOMIA ESPANHOLA

Em 2011, a Associação de Energia Eólica (AEE) espanhola (onde a EDPR é um membro muito ativo) apresentou uma atualização do seu Estudo de Impacto Macroeconómico do Setor da Energia Eólica em Espanha. Este documento fundamental analisava o impacto socioeconómico da energia eólica em Espanha, destacando o contributo muito positivo da energia eólica para o PIB, a balança fiscal e comercial, o emprego e a autossuficiência energética de Espanha.

O impacto global da energia eólica na economia espanhola é extraordinariamente positivo: os 43.692 GWh fazem deste país o maior produtor de energia eólica na Europa. A energia eólica cobre 16% das necessidades de consumo de eletricidade em Espanha. O setor da energia eólica emprega, direta e indiretamente, mais de 30.000 pessoas. As exportações líquidas do setor atingiram 1,1 mil milhões de euros em 2010, e a importação de combustíveis fósseis pôde ser reduzida em 1,6 mil milhões de euros, no mesmo ano.

## Rendas, impostos e partilha de receitas

A EDPR garante também proveitos económicos diretos às comunidades locais e regionais através do arrendamento de terras, impostos locais e impostos sobre a propriedade. Nos EUA, por exemplo, os impostos sobre a propriedade são pagos às entidades locais e estaduais dos sítios em que os ativos estão implantados, o que beneficia essas comunidades. Esta partilha de receitas é um grande contributo para o orçamento anual dos municípios rurais em que os nossos parques eólicos estão instalados.

Além disso, durante a construção dos nossos parques eólicos, as comunidades locais garantem um influxo temporário de operários da construção civil que garantem um impacto muito positivo nas economias locais, diretamente para as populações, com o aumento do consumo, ou indiretamente, com o aumento das receitas de IVA.

Em alguns estados dos EUA, onde a lei permite a existência de reduções e isenções fiscais, fazemos "pagamentos em vez de impostos" (PILOTs) às instituições locais de tributação. Estes pagamentos permitem a amortização de dívidas fiscais, e a EDPR fez em 2011 um pagamento total de 6.8 milhões de euros de PILOTs às comunidades locais nas diversas regiões em que trabalhamos nos EUA.

O pagamento de PILOTs é outro método de melhorar a vida das comunidades locais. Em 2011, por exemplo, os PILOTs pagos pela EDPR em Cloud County, no Kansas, onde está instalado o parque eólico de Meridian Way, foram usados pelo condado para construir infraestruturas de transporte para os seus cidadãos.

## Projetos comunitários

No âmbito da nossa relação com as comunidades locais, também fazemos donativos para o desenvolvimento social local. Estes contributos incluem (não se limitando a) investimentos em associações, departamentos de bombeiros, universidades, escolas e organizações de juventude, entidades que trabalham para a preservação da cultura local, organizações que se dedicam ao desporto e atividades físicas e também contribuições para causas médicas.

## A CONSTRUÇÃO DO PARQUE EÓLICO OFFSHORE DE MORAY FIRTH PODE CRIAR 3.228 NOVOS POSTOS DE TRABALHO

O desenvolvimento do parque eólico *offshore* de Moray Firth, no Reino Unido, vai gerar um crescimento na venda de bens e serviços naquela zona, bem como noutras zonas da Escócia. A EDPR está a tentar calcular a melhor forma de a economia local conseguir tirar partido desta oportunidade para crescer e criar empregos.

Pre vemos que o projeto possa criar até 3.228 empregos durante a fase de construção, e 446 quando entrar em funcionamento e ao longo de todo o seu ciclo de vida.

Há um potencial considerável para a criação de empregos, e este estudo reforça a importância do trabalho que desenvolvemos junto do governo, das agências públicas e da indústria para assegurar que a economia local é capaz de aproveitar todas as oportunidades económicas criadas pelo projeto.



Encontro com o primeiro-ministro da Escócia, Alex Salmond MSP, para discutir o projeto de Moray Firth

## Práticas de recrutamento e aquisição local

Apesar de não estarem definidos internamente procedimentos específicos que exijam o recrutamento local de mão de obra, uma grande percentagem dos nossos colaboradores vem das zonas em que a empresa conduz as suas operações. A EDPR contribui também desta forma para o desenvolvimento económico local.

### % DE RECRUTAMENTO A NÍVEL LOCAL

	Todos os colaboradores		Administradores <sup>(1)</sup>
	2011	2010	2011
EDPR Corporate	72%	61%	n/a
EDPR EU	94%	95%	67%
EDPR NA	88%	56%	n/a
EDPR BR	100%	100%	n/a

n/a: não aplicável. Não há administradores contratados na plataforma  
(1) Dados não publicados em 2010

Quanto às atividades operacionais, contratamos geralmente membros da comunidade local para tratarmos do funcionamento e dos serviços de manutenção dos parques eólicos, como sejam os gestores dos parques, os operadores de turbinas eólicas e de manutenção, os colaboradores de manutenção da rede elétrica e outras infraestruturas físicas, os vigilantes ambientais e outros serviços de apoio. Podemos assim beneficiar nós próprios do conhecimento específico dos trabalhadores locais sobre a região.

Não há também procedimentos internamente definidos para as práticas de aquisição a fornecedores locais. No entanto, na Europa, uma média de 85% dos maiores fornecedores de cada país são fornecedores locais. Em termos de gastos, 72% das despesas de aquisição foram pagas a fornecedores locais. Na América do Norte, 51% dos custos de aquisição foram atribuídos a fornecedores dos EUA.

### % DE COMPRAS A FORNECEDORES LOCAIS

	Fornecedores locais	
	2011	2010
Europa	72%	38%
América do Norte	51%	77%
Brasil	100%	-

## Cidadania empresarial

A EDPR tem um impacto positivo nas vidas das comunidades locais ao organizar programas educativos, tomar parte em atividades de voluntariado, patrocinar e participar em feiras, convenções e eventos culturais e desportivos.

### Educação

#### Visitas de estudo a parques eólicos

A EDPR está empenhada em ensinar quais são os benefícios da energia eólica para a sociedade. Campanhas educativas e visitas de estudo aos nossos parques eólicos são atividades que fazem parte do nosso trabalho quotidiano. Assim, inúmeras crianças, estudantes, profissionais, autoridades e o público em geral beneficiam destes ensinamentos.

Na Polónia, por exemplo, desenvolvemos várias peças de teatro educativas para crianças, que explicavam os fundamentos da energia eólica. Mais de 1000 crianças de todo o país puderam participar nesta atividade educativa.

### A EDPR APOIA A EDUCAÇÃO

Em 2011, a EDPR lançou o programa "Educação Verde", que atribui bolsas de estudo a alunos de famílias desfavorecidas para promover a sua educação. Este programa destina-se fundamentalmente (mas não só) a países em que a EDPR está implantada, especialmente Espanha, Portugal, Roménia e Polónia.

"A educação é fulcral para o futuro das nossas sociedades. À luz do contexto atual, temos de contribuir tanto quanto possível para a educação."

João Paulo Costeira, COO - Europa

Em cada país, a EDPR atribui bolsas de estudo para o ensino básico, secundário e universitário, no valor de 500, 1000 e 2000 euros, respetivamente.

Além dos seus recursos económicos, a empresa avalia também o desempenho académico dos alunos. O objetivo fundamental é o de promover o ensino junto de famílias cujas condições económicas sejam menos favoráveis.

Com o orçamento de 66.000 euros, pudemos assim dar bolsas de estudo a 84 crianças em Espanha, Portugal, Roménia e Polónia.

# apoio ao desenvolvimento social

## EDP University Challenge

Sob o lema "A EDP e as energias renováveis: enfrentar o futuro lado a lado", a empresa organizou o EDP University Challenge. A edição de 2011 deste desafio teve uma participação extraordinária, com a candidatura de mais de 30 projetos. O vencedor foi o projeto "Design de um parque eólico *offshore*", da Escola Politécnica de Engenharia de Gijón (Universidade de Oviedo, Espanha). A equipa vencedora ganhou uma bolsa de estudos de 10.000 euros e terá direito a um estágio de três meses na EDPR. O professor que orientou a equipa vencedora recebeu também uma bolsa de 3.500 euros.

## Acolher as comunidades locais

### Cerimónias de inauguração

A inauguração dos nossos parques eólicos é uma excelente oportunidade para partilhar os bons resultados do desenvolvimento da energia eólica junto das comunidades de uma região. Os habitantes locais, os empresários, as autoridades, os órgãos de comunicação social, entre outros, têm assim a oportunidade de festejar com os colaboradores da EDPR e partilhar o seu sentido de realização.

Em 2011, um bom exemplo disso mesmo foi a inauguração do parque eólico de Roman Blandey, o primeiro a entrar em funcionamento na região de Eure (Alta Normandia, França). A inauguração incluiu várias atividades educativas para os curiosos e para as crianças das escolas primárias locais. O objetivo destas atividades era o de desenvolver a consciência sobre os benefícios ambientais das energias renováveis, e da energia eólica em particular.

Nos EUA, inaugurámos o parque eólico de Timber Road II, em Paulding County, Ohio. A EDPR organizou uma cerimónia com quase 250 convidados, incluindo proprietários de terras, dignitários do condado e do estado e os seus próprios colaboradores, para participarem na inauguração do primeiro parque eólico de grande escala no estado do Ohio.

No Brasil, a EDPR continua o seu programa de parceria com o Instituto EDP para desenvolver o diálogo com as comunidades locais. Depois da inauguração do parque eólico de Tramandaí, foi organizado um dia aberto em que participaram mais de 70 pessoas.

### Dia Mundial do Vento

Em junho de 2011, a EDPR associou-se ao Dia Mundial do Vento, uma iniciativa para promover o conhecimento da importância da energia eólica a nível mundial e para criar oportunidades para que todos os cidadãos possam descobrir os seus benefícios.

Vários parques eólicos na Europa abriram as suas portas para sessões informativas e atividades de recreio para estudantes, moradores locais e público em geral.

## Voluntariado

Temos orgulho em nos afirmar como um membro ativo nas muitas comunidades às quais pertencemos. Ano após ano, esforçamo-nos para assegurar um impacto positivo através de variadas iniciativas de voluntariado.

Em 2011 desenvolvemos e aprovámos o Programa de Voluntariado da EDPR, que será implementado em 2012 na Europa. A EDPR teve sempre como objetivo a promoção da solidariedade, e com esta iniciativa teremos a oportunidade de fortalecer esse espírito entre os nossos colaboradores.

Este programa proporcionará três opções de voluntariado:

- **Projetos de voluntariado:** os colaboradores podem colaborar através da participação de uma quota anual simbólica de trabalho voluntário;
- **Fins de semana de voluntariado:** os colaboradores doam o seu tempo livre fora do escritório, e a EDPR fornece os meios para a coordenação e desenvolvimento do trabalho voluntário,
- **Ações Solidárias:** são desenvolvidas atividades de grupo ao longo de todo o ano, durante o horário laboral, envolvendo todos os colaboradores.

Nos EUA foi criada uma Política de Voluntariado que definiu critérios e processos que permitem aos colaboradores a utilização de até quatro horas por mês para participação em ações de voluntariado. Foi também desenvolvido um Programa de Voluntariado para colaboradores. O programa é gerido pelo Comité de Voluntariado. Os seus objetivos são:

1. Dar aos nossos colaboradores a possibilidade de participarem nas suas comunidades e promover a sensibilização e resposta às necessidades emergentes;
2. Criar um ambiente (tanto dentro da empresa como nas comunidades em que atuamos) de abertura a novas ideias, de promoção da individualidade de cada um, de expressão daquilo que há de melhor no voluntariado.

No decorrer do Ano Europeu do Voluntariado, em 2011, a EDPR patrocinou, em parceria com a ONG Solidaridad Educación y Desarrollo (SED), dois campos de férias em Espanha, que beneficiaram 120 crianças oriundas de famílias socialmente excluídas.

"As crianças lembram-nos de como é importante sorrir perante a adversidade, tal como é preciso mantermo-nos abertos a conhecer novas pessoas, dando-lhes sempre uma oportunidade – valores que, por vezes, esquecemos."

Colaborador da EDPR

Um grupo de trabalhadores da EDPR participou também, em colaboração com as organizações SED e Espiral Loranca, na realização de um *workshop* destinado a 70 crianças carenciadas. Os objetivos desta iniciativa foram a promoção do trabalho em equipa e o desenvolvimento da imaginação e criatividade. As crianças construíram a sua própria turbina eólica com peças de Lego.

## INICIATIVA SOCIAL JUNTO DE ASSOCIAÇÃO DE AUTISMO

Durante o encontro europeu anual, os colaboradores da EDPR tiveram a oportunidade de trabalhar em conjunto por um dia e fortalecer os laços existentes entre si. O programa de team building teve um objetivo adicional: levar a cabo uma iniciativa social de reabilitação da sede da Associação Espanhola de Autismo CEPRI.



Foram desenvolvidas diversas iniciativas nos EUA, nomeadamente:

- “Adote-Uma-Praia”, em Galveston: Devido aos padrões das marés no Golfo do México, o lixo despejado em qualquer local do golfo acaba inevitavelmente depositado nas praias do Texas. Os voluntários da EDPR ajudaram a recolher e retirar o lixo espalhado ao longo da costa.
- “Árvores para Houston”: é uma organização sem fins lucrativos que opera na plantação, proteção e promoção do crescimento de árvores em Houston. Voluntários da EDPR plantaram árvores numa quinta em La Porte, Texas.
- Abrigo de Animais BARC – é um abrigo de animais em Houston que alberga, por lei, todo o tipo de animais, independentemente da sua raça, temperamento, condições de saúde ou circunstâncias. Os voluntários da EDPR participaram numa grande variedade de tarefas.
- Banco Alimentar de Houston: é o maior recurso de combate à fome, apoiando diversas associações nos 18 condados do Texas. Os voluntários da EDPR auxiliaram nas tarefas da cozinha, na rotulagem de refeições, carregamento e descarregamento de doações.
- “Houston Habitat for Humanity”: A Habitat é uma instituição ecuménica sem fins lucrativos que opera na erradicação mundial das más condições de habitação e dos sem-abrigo, priorizando como matéria de consciência e ação a construção de habitações dignas. Os voluntários da EDPR construíram as paredes de uma nova habitação.
- Conservação do Hermann Park: O Dia Nacional dos Terrenos Públicos é o maior dia de esforço de voluntariado dos EUA para a melhoria e promoção dos terrenos públicos nacionais. Os voluntários da EDPR ajudaram a restaurar as árvores e flora autóctones, preservando o habitat único ao redor de Bayou Oarkland, no Hermann Park.

## Feiras locais, convenções e patrocínios

Participamos ativamente em feiras locais e convenções, além de concedermos patrocínios a diversas iniciativas de disseminação de informações sobre o setor das energias renováveis. Estas ações ajudam ao desenvolvimento do nosso negócio e demonstram como a atividade da EDPR beneficiará no futuro as comunidades.

- A EDPR patrocinou e participou no 6º Congresso Nacional de Avaliação de Impacto Ambiental. Um representante da EDPR participou nesta iniciativa fazendo uma apresentação subordinada ao tema “Eficácia das Avaliações de Impacto Ambiental”.
- A EDPR esteve presente na sessão de abertura da “G4 Consultation”, organizada pela GRI - Global Reporting Initiative (GRI) e pela Fundação Abertis, na qual participou como orador de um dos painéis do debate.
- Participámos na Convenção de Energia Eólica de 2011, na qual se debateu o ponto de situação deste setor em Espanha.
- A EDPR teve um papel ativo nos “industry days” (“Dias da Indústria Eólica”), em França. Representantes da EDPR reuniram-se com empresas locais interessadas em ser fornecedoras da empresa.
- A EDPR participou numa conferência de oportunidades de negócio na Polónia, patrocinada pelo diário português Jornal de Negócios.
- A EDPR participou na Conferência “All Energy”, realizada em Aberdeen, em maio de 2011, num esforço de expansão do seu negócio no Reino Unido.
- A EDPR marcou presença no 3º Encontro Profissional de Energias Renováveis dos EUA, no qual abordou o presente e o futuro da energia eólica no país.
- A EDPR foi o principal patrocinador do Festival de Música e Cinema Wiatrakalia, o maior evento de verão da Polónia, realizado junto ao parque eólico de Margonin.

# apoio ao desenvolvimento social

## Desporto

No decorrer de 2011, organizámos e patrocinámos um grande número de eventos desportivos.

A "Renewable UK Regatta" ("Regata de Energias Renováveis do Reino Unido") realizou-se em Port Solent, Portsmouth. A notoriedade crescente do evento resultou na presença significativa de vários representantes da indústria das energias renováveis, incluindo uma equipa da EDPR UK e da Repsol Nuevas Energias UK, nosso parceiro em projetos eólicos *offshore* no Reino Unido.



Em Espanha, a EDPR patrocinou a equipa de jogadores de futebol dos 9 aos 10 anos da Academia "Escuela de Futbol Hermanos Llana nas Asturias". Ajudar as equipas infantis de desporto é uma das muitas formas de envolvimento da EDPR nas comunidades onde se insere.

Em França, em 2011, foram feitas muitas contribuições a título de patrocínio a favor das comunidades circundantes dos nossos parques eólicos, nomeadamente para um clube de hóquei perto de Vatines, Varimpré e Clos Bataille, e para um clube de futebol em Beaurevoir, no qual a nossa contribuição ajudou a financiar a compra de novos equipamentos. Adicionalmente, a EDPR também contribuiu para uma prova de ciclismo entre Pièces de Vigne e Petite Pièce.

Nos EUA, a equipa de ciclismo da EDPR participou num encontro anual de dois dias, percorrendo 150 milhas entre Houston e Austin, no Texas. Este é o maior evento de ciclismo organizado no estado do Texas, com cerca de 13 mil participantes. Este evento apoia o projeto "Lone Star Chapter" da Sociedade Nacional de Esclerose Múltipla, que proporciona investigação e programas de apoio a doentes de esclerose múltipla.





# desenvolver o capital humano

## **90 os nossos colaboradores**

- 90 perfil dos colaboradores
- 91 satisfação dos nossos colaboradores
- 91 avaliação e desempenho
- 93 desenvolvimento
- 95 relações laborais
- 95 política de remuneração
- 96 benefícios
- 96 equilíbrio vida-trabalho

## **97 saúde e segurança**



"As nossas equipas jovens e dinâmicas, espalhadas pelo mundo são a principal razão pelo nosso sucesso. Oferecendo-lhes carreiras atrativas e formação de qualidade tornar-nos-á mais bem equipados para enfrentar desafios futuros."

João Paulo Costeira, *Chief Operating Officer* – Europa



# desenvolver o capital humano

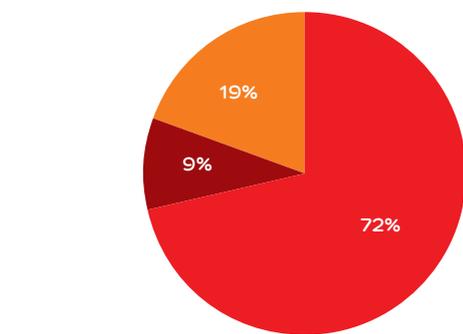
## Os nossos colaboradores

Ano após ano, a EDPR consegue consolidar a sua posição de primeira linha no mercado das energias renováveis graças ao empenho e ao esforço dos seus colaboradores. Ao garantir a excelência dos seus colaboradores, a gestão do capital humano tem um papel fundamental para conseguirmos atingir as nossas metas de crescimento e aumentar os níveis de desempenho operacional. Na EDPR, estamos empenhados em oferecer aos nossos colaboradores um plano de carreira com oportunidades de crescimento profissional.

## Perfil dos colaboradores

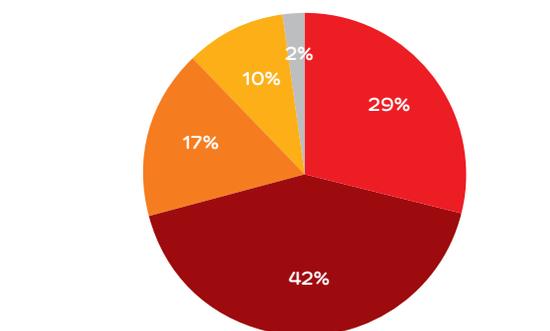
Em sintonia com a nossa estratégia de negócio, temos uma equipa qualificada e diversificada, em que 72% das pessoas têm formação universitária e menos de 40 anos de idade. Esta reserva de talentos altamente qualificados tem sido a base do crescimento exponencial da EDPR e garante-nos as melhores perspetivas quando às oportunidades e desafios do futuro. Além disso, os nossos colaboradores são o reflexo da energia e do entusiasmo da EDPR.

### ANÁLISE DOS COLABORADORES POR NÍVEL DE FORMAÇÃO



■ Grau universitário    ■ Diploma/certificado  
■ Formação profissional/Outros

### ANÁLISE DOS COLABORADORES POR FAIXA ETÁRIA



■ 20-30 anos    ■ 31-40 anos    ■ 41-50 anos  
■ 51-60 anos    ■ >60 anos

Em 2011, a EDPR empregava 796 pessoas, 37% das quais nas plataformas da América do Norte e do Brasil, e os restantes 63% na plataforma da Europa.

### Nº DE COLABORADORES NO FINAL DO ANO<sup>1,2</sup>

	2011	2010
EDPR Corporate	127	75
EDPR EU	393	398
EDPR NA	260	332
EDPR BR	16	17
<b>Total</b>	<b>796</b>	<b>822</b>

(1) Não inclui os membros do Conselho de Administração à exceção de quatro membros da Equipa de Gestão.  
 (2) Em 2011, 22 dos colaboradores da EDPR Corporate estavam adstritos à plataforma da América do Norte.

“Valorizamos muito os nossos colaboradores, já que são eles que dão à EDPR a sua vantagem competitiva. O nosso objetivo diário é oferecer-lhes as melhores oportunidades profissionais.”

Estrella Martin, Directora de Recursos Humanos

O setor empresarial da EDPR inclui agora dois departamentos que estavam anteriormente incluídos nas plataformas da América do Norte e da Europa. Esta alteração permite-nos a uniformização de processos fulcrais e a partilha das melhores práticas.

Ao longo do ano, entraram para a EDPR 130 novos colaboradores e saíram 154, o que representa um índice de rotatividade de 18%.

ROTATIVIDADE DOS COLABORADORES	2011	2010
Nº de contratações	130	171
Nº de saídas	154	70
Mobilidade total	18%	15%
ROTATIVIDADE POR GÉNERO		
Homens	18%	16%
Mulheres	18%	12%
ROTATIVIDADE POR FAIXA ETÁRIA		
<30 anos	22%	14%
30-39 anos	16%	14%
>40 anos	17%	17%
ROTATIVIDADE POR PLATAFORMA		
EDPR Corporate	8%	13%
EDPR EU	14%	11%
EDPR NA	27%	18%
EDPR BR	28%	41%

Nota: rotatividade calculada em função de  $\frac{[(\text{novas contratações} + \text{saídas}) / 2]}{(\text{n}^\circ \text{ total colaboradores} - \text{contratos temporários})}$ . Transferências entre empresas do Grupo EDP não são consideradas, mantendo a consistência de report do grupo.

A EDPR orgulha-se de ter uma equipa multicultural, com colaboradores de 24 nacionalidades a trabalharem em 11 países, dos quais 80 colaboradores fora do seu próprio país. Isto garante-nos uma significativa vantagem, já que as nossas equipas podem beneficiar de múltiplas perspetivas e de um profundo conhecimento dos diferentes mercados.

EXPATRIADOS										
Nacionalidade	ES	FR	BE	PL	RO	IT	UK	US	BR	Total
Portuguesa	27			1			1	3	1	33
Outras da Europa	10	2	2					1		15
Espanhola					1	1	3	5		10
Indiana								8		8
África e Médio Oriente								5		5
Outras das Américas	1							4		5
EUA	2						1			3
Asiática								1		1
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>27</b>	<b>1</b>	<b>80</b>

A EDPR emprega 99% dos seus colaboradores com contrato por tempo indeterminado, registando-se apenas 7 casos de emprego temporário. O aumento do número de colaboradores em *part-time* deve-se ao usufruto de licenças parentais.

COLABORADORES POR CONTRATO DE TRABALHO		
	2011	2010
Full-time	98%	100%
Part-time	2%	0%
Sem termo	99%	100%
Temporário	1%	0%

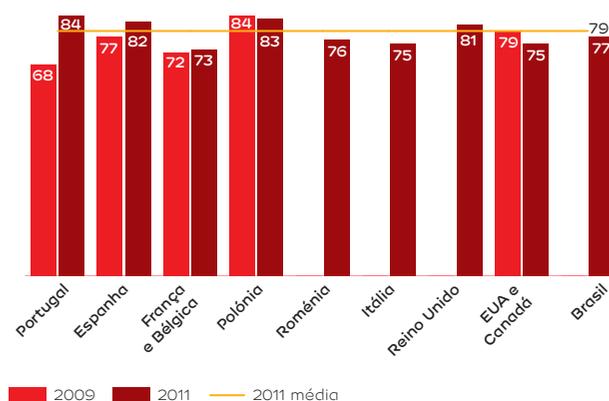
## Satisfação dos nossos colaboradores

A cada dois anos, a EDPR conduz um Inquérito de Satisfação junto dos seus colaboradores. Em 2011, a taxa de participação aumentou para 91% (foi de 78% em 2009) e resultou numa pontuação global de 79%.

Uma análise detalhada dos macroindicadores demonstra um aumento nos níveis de satisfação tanto com a empresa como com os vários departamentos. O estudo revela uma forte lealdade à empresa, já que a pontuação mais alta foi obtida no desejo de os colaboradores se manterem ao serviço da EDPR.

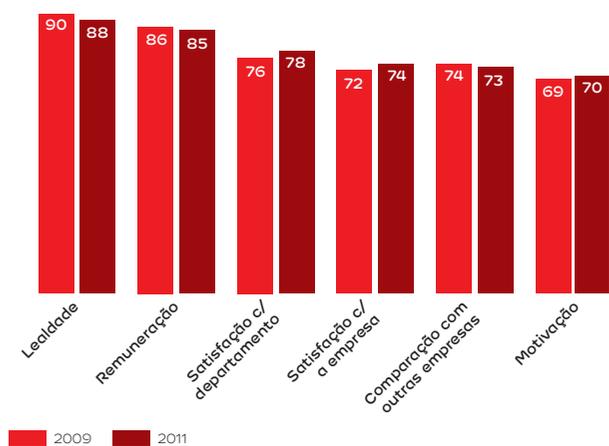
Numa perspetiva geográfica, Portugal e a Polónia são os países com índices globais de satisfação mais elevados.

### INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO 2011, POR PAÍS



Os aspetos da "lealdade", da "recomendação da empresa a outros colegas" e da "satisfação com o departamento" são os mais referidos na satisfação dos nossos colaboradores.

### INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO 2011, POR REFERÊNCIA



Os colaboradores da EDPR consideram que a empresa tem uma boa consciência ambiental, que se importa com a saúde e segurança dos seus trabalhadores e que promove a eficiência energética. Esta imagem é um bom reflexo do empenho da equipa de gestão nestas áreas.

### Acompanhamento do inquérito de satisfação

A fim de tratar das áreas de maior preocupação levantadas no inquérito, foi realizada uma série de workshops nos escritórios da EDPR na Europa para recolher sugestões de melhoria. Os participantes foram convidados a envolver-se no desenvolvimento de um plano de ação para a empresa que será implementado em 2012.

### Avaliação e desempenho

A EDPR continua a melhorar o modelo de avaliação implementado em 2010 e aplicável a todos os nossos colaboradores. Atualmente, este modelo baseia-se numa avaliação de 360 graus a partir de várias fontes de informação para avaliar o desempenho dos colaboradores: autoavaliação, avaliação dos pares, dos subordinados e dos superiores. Em 2011, foi utilizado material

# desenvolver o capital humano

audiovisual, publicações na Intranet e *workshops* de formação para ajudar os nossos colaboradores no processo de avaliação.

Durante o processo de avaliação de 2011, os colaboradores tiveram a oportunidade de criar o seu Plano de Desenvolvimento Individual, que foi depois integrado com o dos seus superiores diretos. O objetivo deste novo sistema é acompanhar o progresso das ações de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências.

## O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE 360° NA EDPR



### Entrevista de *feedback*

São encorajadas as entrevistas de *feedback* para definir e avaliar as falhas. É então pedido aos colaboradores que criem um Plano de Desenvolvimento Individual.

### Plano de Desenvolvimento Individual

A EDPR encoraja todos os colaboradores a criarem o seu Plano de Desenvolvimento Individual, que é uma das ferramentas de apoio mais relevantes para o seu desenvolvimento.

## Recrutamento

Com o objetivo de alimentar o crescimento futuro, aumentar a eficiência e fomentar a inovação, a EDPR está constantemente à procura de novos talentos que possam ser recrutados a nível global. Desenvolvemos nesse sentido uma estratégia de recrutamento para conseguir este objetivo fundamental. Como empresa sustentável que é, a EDPR procura garantir que os novos colaboradores recrutados estão em sintonia com os valores da empresa:

- **Ambiente orientado para a equipa:** a EDPR promove um ambiente que se baseia no fortalecimento das suas equipas, ao mesmo tempo que permite que os seus colaboradores acompanhem as ações de outras áreas da empresa.
- **Desenvolvimento de carreiras:** a EDPR reconhece a importância do desenvolvimento de carreiras e ajuda os seus colaboradores a adquirirem conhecimentos e a dominarem o negócio para poderem atingir a excelência no seu crescimento profissional. A empresa oferece muitas oportunidades de mobilidade interna e reconhece e premeia os seus trabalhadores pela inovação, trabalho árduo e desempenho.
- **Diversidade:** a EDPR tem uma grande diversidade de colaboradores provindos de diferentes raízes e culturas.
- **Sustentabilidade:** a EDPR procura fomentar a responsabilidade ambiental, económica e social junto de todos os seus colaboradores e das suas comunidades. Isto é conseguido através de processos e práticas sustentáveis e da criação de parcerias para melhorar a qualidade de vida.

Em 2011, a EDPR contratou 130 novos colaboradores: 68 na EDPR EU, 40 na EDPR NA, 18 para o setor empresarial da EDPR e 4 para a EDPR BR. A percentagem de mulheres contratadas aumentou de 27% para 32%.

## NOVAS CONTRATAÇÕES

	2011	2010
Mulheres	41	47
Homens	89	124
<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>171</b>

## GRUPO DE JOVENS ENGENHEIROS

Em 2011, a EDPR lançou um novo programa com o nome de "Grupo de Jovens Engenheiros", e cujo principal objetivo é a substituição de colaboradores expatriados por jovens talentos locais.

O programa inclui um plano de formação e desenvolvimento profissional com a duração de 2 anos, em que os jovens engenheiros têm de trabalhar para 4 departamentos diferentes em 4 países. Isto garante-lhes um conhecimento exaustivo sobre o negócio global da EDPR. Se o seu desempenho nesses dois anos corresponder aos objetivos da empresa, os engenheiros são finalmente contratados nos seus países de origem.

## Acolhimento dos novos colaboradores

A EDPR demonstra um grande zelo com a adaptação dos novos colaboradores contratados. Assim, na EDPR EU, organizámos cinco Dias de Boas-Vindas que lhes garantem a oportunidade de conhecer mais profundamente a empresa.

Em cada um destes eventos, com a duração de três dias, a EDPR fornece aos seus novos colaboradores os conhecimentos e ferramentas básicos mais imprescindíveis a uma rápida adaptação. Os novos colaboradores são informados sobre as atividades e os objetivos dos seus respetivos departamentos, visitam um parque eólico para terem uma visão em primeira mão do negócio e recebem formação básica na nossa Escola de Energias Renováveis.

## Guia dos Colaboradores

Tendo em conta que todos os novos colaboradores têm de estar ao corrente das políticas e procedimentos de recursos humanos, é-lhes dado um manual de fácil consulta para os ajudar a resolver qualquer situação. Assim, a EDPR criou um guia para todos os novos colaboradores contratados na Europa. Este guia já existia na plataforma da América do Norte.

Após várias reuniões com os diretores de cada país e chefes de departamento, para recolher informação específica a cada país, este guia foi ultimado e publicado. A informação está disponível na Intranet da empresa e será atualizado anualmente. Foi feito um road-show por vários países, com uma pequena apresentação para explicar a todos os colaboradores o novo guia.

## Estagiários

Ao longo de 2011, contratámos 84 estagiários, cinco dos quais acabaram por ficar a tempo inteiro. A EDPR está empenhada em contratar as pessoas mais brilhantes e procura estagiários das melhores universidades e escolas de gestão.

ESTÁGIOS					
	2011				
	Verão	Anual	Total	Contratos	(%)
EDPR Corporate	0	12	12	2	17%
EDPR EU	4	46	50	2	4%
EDPR NA	16	0	16	0	0%
EDPR BR	0	6	6	1	17%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>64</b>	<b>84</b>	<b>5</b>	<b>6%</b>

“O meu estágio de verão na EDPR vai ter um impacto duradouro na minha carreira. Tive a oportunidade de trabalhar em projetos importantes, aprender com executivos de topo e usufruir do ambiente estimulante da empresa.”

Estagiário, verão de 2011

## Desenvolvimento

### Formação

Estamos empenhados em oferecer aos nossos colaboradores um plano de desenvolvimento de carreira atrativo, além de várias oportunidades de educação e formação contínua. Esta visão é fundamental para garantir que as necessidades atuais e futuras da empresa estão de acordo com as capacidades dos seus colaboradores, ao mesmo tempo que preenche as suas expectativas de crescimento profissional e promove a continuação da sua empregabilidade.

Em 2011, aumentámos o número de horas de formação de 26.734 para 37.996. De resto, o investimento total aumentou também 45%, ultrapassando o valor de 1 milhão de euros.

FORMAÇÃO			
	2011	2010	(%)
Nº de horas de formação (#)	37.996	26.734	42%
Gestão (#)	5.448	2.959	84%
Técnica (#)	29.516	19.351	53%
Comportamental (#)	1.013	144	6x
Organizacional (#)	2.019	4.280	-53%
Investimento (€)	1.033.329	712.243	45%
Nº de participantes (#)	3.685	3.277	12%

Nota: Os dados relativos a Portugal e ao Brasil são reportados pela EDP, pelo que não estão incluídos.

Com o objetivo de melhorar a formação dos nossos colaboradores, criámos o Catálogo de Formação 2012, com um calendário de todas as ações de formação e a nossa política de formação, onde incluímos também o ramo educacional da Escola de Energias Renováveis. Estas ferramentas permitiram a criação de uma base comum de conhecimento para todos os colaboradores, e o desenvolvimento de sinergias dentro do Grupo EDP.

### Programa de Elevado Potencial

O Programa de Elevado Potencial (HIPO) destina-se a desenvolver capacidades sociais com o objetivo de preparar os futuros líderes para que eles conduzam a EDPR a um novo nível de excelência.



As áreas concretas em torno das quais foi concebido o programa são:

- Estratégia;
- Liderança e trabalho de equipa;
- Comunicação e negociação;
- Inovação e partilha de conhecimentos.

# desenvolver o capital humano

## EDPR PROMOVE O CONHECIMENTO NA SUA ESCOLA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

Desde o final de 2010, o projeto da Escola de Energias Renováveis tem vindo a evoluir da ideia genérica inicial em direção a uma iniciativa concreta e tangível, através de um processo exaustivo de consulta aos *stakeholders* para assegurar um valor acrescentado real e a eficácia desta iniciativa de gestão de conhecimentos. Ambicionando ir além de uma mera formação, a escola vai-se destacando como verdadeira plataforma de partilha de conhecimentos, de experiências e das melhores práticas adquiridas.

A Escola de Energias Renováveis da EDPR foi lançada oficialmente na Europa (em Madrid) em setembro e nos EUA (em Houston) em outubro.

O currículo da escola está organizado em torno de sete programas, identificados pela EDPR como áreas prioritárias para o desenvolvimento do projeto: formação técnica, propriedade dos projetos, realidades operacionais da empresa, economia dos parques eólicos, gestão de ativos, projetos *offshore* e cultura de segurança.



Em 2012, a escola irá tendo gradualmente novos cursos a dois níveis diferentes: princípios fundamentais e proficiência.

O curso de princípios fundamentais destina-se primordialmente aos jovens profissionais, novas contratações sem experiência no setor e colaboradores com perfil de serviços empresariais. Os cursos de proficiência destinam-se primordialmente aos gestores médios-superiores (dependendo do seu papel específico) ou a jovens profissionais que precisem de formação mais aprofundada numa determinada área.

A escolha dos participantes é concebida tendo em conta tanto as necessidades de formação dos gestores como as necessidades de formação apontadas pelos colaboradores. A escola tenta assim acolher, em simultâneo, as necessidades e as prioridades da empresa.

Além da oferta inicial de cursos de formação de um dia, em 2012 serão também introduzidas ofertas modulares. Com o nome de "Ciclos de Aprendizagem", consistem em sessões mais curtas (2-3 horas) baseadas nos módulos e matérias dos cursos completos. O objetivo destes ciclos de aprendizagem é tornar a oferta da escola tão flexível e eficaz quanto possível.



## Formação avançada

Em 2011, a EDPR proporcionou formação avançada a 7 gestores seniores, o que é um bom indicador do empenho da empresa no desenvolvimento de talentos. Eles puderam assim inscrever-se nas melhores escolas internacionais de negócios, o que contribui para desenvolver ainda mais os nossos valores e *know-how*, e o elevado perfil que nos caracteriza.

"Através destes cursos de formação avançada nas melhores escolas do mundo, a EDPR oferece aos seus colaboradores a hipótese de enriquecerem a sua experiência profissional e alargarem os seus horizontes de negócio."

Colaborador da EDPR

## Guia de liderança

No início de 2012, será lançado em todos os países europeus um curso de liderança concentrado no papel dos gestores de equipa. Para esta sessão de formação, concebemos um guia destinado a organizar e consolidar todos os aspetos de recursos humanos com que os gestores se poderão defrontar no exercício das suas funções de coordenação dos colegas.

No final, espera-se que todos os gestores possam reconhecer as suas responsabilidades de liderança e o estilo de liderança que é esperado na EDPR. A formação pretende enfatizar as atitudes e comportamentos por que se deve pautar um líder da EDPR, além de alavancar o nosso "Guia de Liderança". Desde 2011, todos os nossos gestores recebem um manual a explicar as questões de recursos humanos e os vários processos operacionais na perspetiva dos gestores.

## Programa executivo

O programa executivo foi desenvolvido para os diretores, no sentido de consolidar as suas capacidades de liderança e desenvolver competências de gestão de equipas. O programa concentra-se em:

- Liderança de alto desempenho;
- Estratégia de negócio;
- Execução eficiente;
- Gestão para a mudança.

## TEAM BUILDING DA EDPR EM 2011

Em sintonia com as iniciativas desenvolvidas em resposta às preocupações manifestadas no Inquérito de Satisfação aos Colaboradores, e tendo em conta que os objetivos da empresa e a sua estrutura devem ser permanentemente comunicados aos nossos colaboradores, a EDPR promove todos os anos várias iniciativas de *team building*:

- **Europa:** durante o encontro anual da plataforma, os novos colaboradores participaram numa aula de culinária, uma atividade de *team building* destinada a promover o *networking* de uma maneira diferente que poderá ajudar a impulsionar a produtividade e a partilha de conhecimentos;

“Fiquei muito orgulhoso do espírito de equipa que encontrei e fui para casa ainda mais entusiasmado por integrar esta equipa.”

Colaborador da EDPR

- **América do Norte:** foram organizados três eventos regionais de *team building*. Os colaboradores das regiões ocidental, central e oriental foram convidados a participar num evento de *team building* com a duração de um dia. As equipas foram acolhidas pela Academia de Esgrima de Woodlands, para combates individuais de esgrima. Com a reorganização da empresa, e o desenvolvimento de novas regiões, os grupos estão agora diferentes, e nalguns casos trabalham juntos pela primeira vez;

“Sempre que uma nova equipa é formada, é muito importante conhecer os elementos mais fortes dessa equipa, e uma ótima maneira de conseguir isso é num confronto cara a cara com uma espada na mão.”

Colaborador da EDPR

- **Brasil:** foi organizado um *workshop* para explicar a estratégia da EDPR e a sua nova estrutura. Além disso, foram também analisados em conjunto os resultados do inquérito de satisfação no Brasil. Em conjunto com a equipa brasileira do Rally Dakar, foi feito um *peddy-paper* para reforçar o espírito de equipa e a cooperação;
- **França e Bélgica:** foi feito um seminário para discutir as oportunidades de melhoria nesta unidade de negócios. Além disso, desenvolvemos um exercício de *team building* destinado a aumentar a eficiência na organização, desenvolvimento e operações;
- **Reino Unido:** Durante o evento anual de *team building* nas Highlands escocesas, em 2011, todos os colaboradores da EDPR no Reino Unido ficaram a saber mais sobre as nossas parcerias, impactos económicos indiretos da indústria eólica, investimento em infraestruturas públicas, impacto para as comunidades, bem como as iniciativas de redução dos impactos ambientais em que nos empenhamos.

## Relações laborais

Em 2011, a plataforma da América do Norte passou por um processo de reorganização para reforçar o seu papel como operador com grande capacidade instalada. A estrutura assim formada no 4º trimestre de 2011 constituiu a solução para uma empresa que tem agora 3,4 GW de capacidade em funcionamento. Um aspeto fulcral desta reestruturação foi a formação de três regiões operacionais dirigidas pelos novos vice-presidentes executivos regionais, com responsabilidades claramente definidas: gestão de projetos (desenvolvimento e construção), gestão de riscos regulatórios e criação de valor (PPA e fusões e aquisições), conduzindo a uma responsabilidade global sobre os lucros e perdas.

A reorganização resultou numa redução de efetivos de 15%. Os colaboradores que deixaram a empresa tiveram direito a um pacote de indemnização que incluía a prestação de serviços de uma agência de colocação para os ajudar a encontrar um novo emprego, e o prolongamento dos seguros de saúde, dentários e oftalmológicos pagos pela empresa por um período razoável de tempo.

Como entidade patronal nos EUA, a EDPR cumpriu também com o Worker Adjustment and Retraining Notification (WARN) Act Guide to Advance Notice of Closings and Layoffs (guia de aviso prévio de ajustamento e reconversão dos trabalhadores). Os colaboradores que trabalharam mais de seis meses com um horário superior a 20 horas semanais têm de receber um aviso prévio de 60 dias em caso de encerramento ou *layoff*.

## Contratação coletiva

Dos 796 colaboradores da EDPR, 29% estavam abrangidos em 2011 por acordos coletivos de trabalho.

Regra geral, os acordos coletivos de trabalho aplicam-se a todos os colaboradores que têm um vínculo contratual com e em nome das respetivas empresas, independentemente do tipo de contrato, do grupo profissional em que estão classificados, da sua função ou do seu cargo. No entanto, questões relacionadas com a organização corporativa, a legislação ou mesmo os usos e costumes de cada país levam a que determinados grupos estejam expressamente excluídos dos acordos coletivos de trabalho.

De acordo com a jurisprudência de cada país, a EDPR pode ter de cumprir um período mínimo de aviso para comunicar formalmente mudanças organizacionais nas empresas do Grupo com impacto nos colaboradores. No entanto, é costume comunicar com antecedência acontecimentos significativos aos grupos de colaboradores afetados.

## Política de remuneração

A nossa política geral de remuneração está ligada às necessidades de cada mercado local, com flexibilidade para se adaptar a cada uma das regiões em que a empresa está implantada. O sistema assim desenvolvido garante que todas as funções organizacionais são avaliadas e classificadas de acordo com uma metodologia concebida para assegurar a equidade. Com base na matriz corporativa, os colaboradores são colocados dentro de faixas salariais pré-aprovadas tendo em conta uma análise de mercado.

# desenvolver o capital humano

## Benefícios

A EDPR está empenhada em oferecer um pacote de benefícios competitivo, com o reconhecimento do contributo e do talento dos seus colaboradores. A empresa não diferencia os benefícios entre os colaboradores a tempo completo e os colaboradores a tempo parcial.

Para além dos requisitos legais de cada país, são oferecidos benefícios competitivos nas várias regiões (ajustados em conformidade com especificidades locais), de onde se destacam o seguro médico (um dos mais apreciados pelos nossos colaboradores), o seguro de vida, planos de pensões ou reforma, seguro de viagem e seguro de acidentes pessoais.

A empresa oferece aos seus colaboradores a oportunidade de participarem, quer num plano de pensões, quer num plano de contribuições pré-definido, dependendo do país de origem. As contribuições garantidas são complementares e independentes das definidas nos sistemas de Segurança Social.

A EDPR tem também um pacote de remuneração flexível que está hoje implementado em Espanha e Portugal. Este pacote permite que os colaboradores decidam se querem receber parte do seu salário em produtos ou serviços, nomeadamente senhas de restaurante e de creche, ações da EDPR ou outros, garantindo-lhes assim benefícios fiscais.

Em 2011, a EDPR analisou a eventualidade de estender este pacote de remuneração flexível a outros países, de acordo com as legislações locais, mas não conseguimos encontrar benefícios fiscais que pudessem ser extensíveis a todos os colaboradores.

## Equilíbrio vida-trabalho

Uma das nossas grandes preocupações continua a ser a promoção de um bom equilíbrio vida-trabalho entre os nossos colaboradores. Procuramos assim aumentar a satisfação dos nossos colaboradores e a sua felicidade, incrementando com isso a sua produtividade, empenho e responsabilidade. Os resultados desta atuação são globalmente muito positivos para a empresa.

A EDPR implementou programas de equilíbrio vida-trabalho em todos os países em que marca presença, e procura continuamente melhorar e providenciar novos benefícios. Este rumo de ação foi recentemente reconhecido com a certificação de Empregador Familiarmente Responsável, em Espanha.

Os benefícios destes programas de equilíbrio vida-trabalho incluem, dependendo dos países, licenças de maternidade, atividades de verão subsidiadas para os colaboradores e seus dependentes, licenças de aniversário, entre outros.

## EDPR DISTINGUIDA COMO EMPREGADOR FAMILIARMENTE RESPONSÁVEL

A EDPR foi certificada em Espanha (pela Fundação MásFamilia) como Empresa Familiarmente Responsável, devido ao envolvimento de toda a empresa e ao grande empenho dos seus administradores nas nossas iniciativas de conciliação entre vida familiar e profissional. Este certificado reforça o compromisso da EDPR no sentido de garantir um bom equilíbrio vida-trabalho aos seus colaboradores, e considera que essa é uma prioridade fundamental para a retenção e atração dos melhores quadros. A Fundação MásFamilia tem por missão enaltecer e acompanhar a qualidade de vida e a coesão das famílias.

A certificação implicou o cumprimento de vários requisitos. A EDPR implementou assim vários novos processos e foi alvo de uma auditoria externa, tendo-se destacado pela eficiência da sua flexibilidade de horários, apoio à família, igualdade de oportunidades

## Levar as crianças para o trabalho

Na sua sede norte-americana, em Houston, a EDPR promoveu o "Dia de Levar as Crianças para o Trabalho", um programa educativo que garante uma oportunidade para as crianças participarem na exploração de carreiras desde uma tenra idade. O evento com a duração de um dia inteiro incluiu projetos de trabalhos manuais, jogos, apresentações, almoço e um filme.

Na Europa, os filhos dos nossos colaboradores recebem um presente de Natal até aos 12 anos de idade, juntamente com uma carta dos Três Reis Magos, em Espanha, e do Pai Natal, no resto da Europa. Com o objetivo de apoiar ao mesmo tempo as causas sociais, os presentes foram comprados à UNICEF.

## Campanha de Natal

Em 2011, lançámos uma campanha de Natal da UNICEF dividida em duas grandes áreas de ação: "Dar um Dia" em Espanha e "Emergência no Corno de África" nos outros países europeus. Ambas as campanhas se destinavam a lutar contra a subnutrição infantil.

Houve 358 colaboradores a contribuir para a campanha da UNICEF, e a EDPR doou 28 euros por cada um deles, num total de 10.024 euros, destinados a salvar as vidas das crianças e/ou levar água às suas famílias em África.

No outro lado do Atlântico, através do nosso Comitê de Voluntariado, os colaboradores doaram brinquedos novos à Marine Toys for Tots Foundation. Dez equipas registaram-se para o desafio de doação e recolheram 824 brinquedos que chegaram para ajudar quase 300 famílias. Em média, cada um dos colaboradores participantes doou cinco brinquedos. Além disso, os escritórios de Albany, Nova Iorque, recolheram e doaram os seus brinquedos às famílias de Schoharie County, que foram afetadas pelo furacão *Irene*.

## Saúde e segurança

Garantir a saúde, a segurança e o bem-estar dos nossos colaboradores é uma das grandes prioridades da EDPR. Este forte compromisso é bem patente nas nossas políticas e iniciativas de saúde e segurança no trabalho, mas também nos nossos bons resultados a esse nível.

Em janeiro de 2011, a Comissão Executiva aprovou uma nova política de Saúde e Segurança, baseada nas diretrizes do Grupo EDP. Esta harmonização de políticas reforça a componente da prevenção dos riscos ocupacionais associados às nossas atividades, como prioridade fundamental na gestão da empresa.

“A EDPR é responsável em todas as situações e em permanência pela condução das suas atividades com o objetivo de zero acidentes.”

Política de Saúde e Segurança, aprovada em janeiro de 2011

A nossa política de saúde e segurança pode ser consultada por todos os colaboradores e entidades subcontratadas no *website* da empresa. Os nossos colaboradores seguem rigorosamente as suas diretrizes e esforçam-se por manter um local de trabalho saudável e seguro para todos aqueles que se desloquem às nossas instalações.

### Sistema de Gestão de Saúde e Segurança

Para conseguirmos atingir o nosso objetivo de zero acidentes, implementámos os nossos próprios sistemas de gestão de saúde e segurança, baseados na norma OHSAS 18001:2007. Estes sistemas foram também adaptados aos vários países e regiões em que são aplicados. Todas as normas e procedimentos de saúde e segurança são também desenvolvidos com base na regulamentação de cada país e nas melhores práticas da indústria.

O sistema de gestão de saúde e segurança é apoiado por vários guias de utilização, procedimentos de controlo, instruções e especificações. O nosso Guia de Gestão de Saúde e Segurança pretende assegurar a aplicação eficaz da política de saúde e segurança da EDPR.

### Certificação OHSAS 18001:2007

Na Europa, depois de adotarmos os princípios da norma OHSAS 18001:2007, o nosso sistema de gestão de saúde e segurança está a ser certificado de acordo com aquela norma.

Em 2011, renovámos a certificação OHSAS 18001:2007 dos nossos parques eólicos já anteriormente certificados. Além disso, estendemos a certificação a todos os parques eólicos em Espanha em que temos uma participação superior a 50%. Assim, no final de 2011, havia já um total de 2.127 MW de capacidade instalada em Espanha certificados com aquela norma.

De resto, em 2011 desenvolvemos também guias de gestão de saúde e segurança ocupacional nos vários países europeus em que estamos presentes. Em resultado disto, os nossos primeiros seis parques eólicos em França foram auditados e receberam a certificação OHSAS, num total de 67 MW, o que representa 22% da capacidade instalada naquele país.

Ao longo de 2012, planeamos renovar a certificação OHSAS 18001:2007 dos nossos parques eólicos, e promover a extensão dessa certificação a todos os outros parques eólicos de França. Planeamos também a implementação de sistemas de gestão de saúde e segurança na Polónia e na Roménia.

### O QUE É A OHSAS 18001:2007?

A OHSAS 18001:2007 – Occupational Health and Safety Assessment Specification – é uma especificação internacional não obrigatória mas altamente reputada, atribuída pelo British Standard Institute (BSI), que estabelece uma série de requisitos relacionados com os sistemas de gestão da saúde e segurança ocupacional. Tem a mesma estrutura que a norma ISO 14001, relativa aos “Sistemas de Gestão Ambiental”, e que a ISO 9001, relativa aos “Sistemas de Gestão de Qualidade”.

### Requisitos de formação em saúde e segurança dos colaboradores e entidades contratadas

Como parte fundamental da nossa estratégia de saúde e segurança, conduzimos vários cursos de formação e atividades de avaliação de risco, de acordo com os riscos potenciais identificados em cada função dentro da empresa.

Na Europa, a EDPR organizou mais de 70 atividades de formação relacionadas com a prevenção de riscos ocupacionais, num total de mais de 2.700 horas de formação. As atividades levadas a cabo incluíram cursos de primeiros socorros e de combate a incêndios, preparação mecânica específica, manuseamento de químicos e materiais pesados, instruções de segurança offshore, treino de emergência, condução de veículos todo o terreno e treino específico para o pessoal de escritório.

Nos EUA, todos os trabalhadores da EDPR frequentaram cursos de saúde e segurança onde se abordaram os riscos associados às respetivas ocupações, incluindo segurança elétrica, subida de torres e salvamento, segurança com gruas, segurança na condução e utilização de veículos e segurança no escritório. Em 2011, foram realizadas mais de 2.300 horas de formação sobre saúde e segurança. Todas as entidades subcontratadas tiveram também de provar que os seus colaboradores têm formação em saúde e segurança.

No Brasil, todas as equipas receberam formação sobre medidas de segurança e serviços elétricos.

“Estamos a fazer um grande esforço na área da formação, muito estruturado à volta da ideia de prevenção, o que diminui com eficácia os riscos da nossa atividade.”

Colaborador da EDPR

Em Espanha, todos os trabalhadores da EDPR receberam uma avaliação dos riscos em que incorrem nas suas funções, e um guia prático com instruções de comportamento básicas. Além disso, usamos uma ferramenta informática específica que nos permite coordenar a partilha de informações e documentação, incluindo diretrizes de gestão de risco, formação dos trabalhadores, etc. Em 2012, planeamos alargar a implementação desta ferramenta a outros países da Europa.

# desenvolver o capital humano

Entretanto, em 2011, conduzimos também em França e na Bélgica uma avaliação de risco dentro de cada departamento, com o objetivo de definir um plano específico de ação para reduzir os riscos mais importantes. As entidades contratadas têm também de demonstrar que os seus colaboradores receberam a formação adequada. Além disso, foram definidas ações preventivas junto das entidades contratadas para garantir a segurança de todos. Na Romênia, na Polónia e em Itália, desenvolvemos já toda a documentação necessária à implementação do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança, e definimos as especificações de saúde e segurança que terão de ser cumpridas pelas entidades contratadas sempre que trabalharem nas nossas instalações.

## Planos de emergência e exercícios de segurança

Todos os nossos escritórios e parques eólicos na Europa e nos EUA têm o seu próprio plano de emergência com informações de contacto e instruções sobre como proceder em caso de acidente. Em 2011, continuámos a fazer exercícios de emergência para nos prepararmos para a eventualidade de uma dessas situações de crise.

### TORNADO ATINGE PARQUE EÓLICO DA EDPR



Às 16h30 do dia 7 de novembro de 2011, um tornado atingiu pela primeira vez um parque eólico da EDPR, Blue Canyon, no Oklahoma, EUA.

Na noite anterior, os serviços de meteorologia lançaram um alerta de trovoadas intensas e possibilidade de ocorrência de tornados, o que levou os colaboradores de Blue Canyon a acionarem vários procedimentos contra condições meteorológicas agravadas, para garantirem a sua segurança. Com a aproximação da tempestade, o pessoal da EDPR e outros subcontratados foram evacuados do local. Felizmente, não houve registo de danos pessoais no parque ou na região.

Em Espanha, a EDPR efetuou 23 exercícios nos seus parques eólicos, e treinou mais de 40 colaboradores das equipas de emergência. Em França, contratámos a ajuda de bombeiros especializados e equipas de socorro e planeamos realizar 3 exercícios de emergência em 2012, noutros parques eólicos. No Reino Unido, alguns elementos do nosso projeto *offshore* tiveram formação de emergência para situações relacionadas com o mar. Finalmente, a EDPR também fez exercícios de emergência nos seus escritórios. Em França, temos agendado um exercício de emergência para 2012.

“Com o apoio das empresas subcontratadas de operações e manutenção, levamos a cabo exercícios de emergência regulares para nos ajudar a reforçar os procedimentos de segurança. Temos sempre de saber o que fazer numa situação de emergência antes que ela aconteça.”

Colaborador da EDPR

## Comissões de Segurança

A implementação das medidas de saúde e segurança é apoiada por várias comissões e subcomissões dentro da estrutura da empresa. É através destas comissões que recolhemos a informação respeitante aos vários níveis operacionais e envolvemos os próprios colaboradores na definição e transmissão de um plano preventivo.

Em Espanha, a comissão interna sobre prevenção é o mais alto órgão de governo em matéria de saúde e segurança. É chefiada pelo COO da Europa e tem reuniões periódicas duas vezes por ano. As subcomissões internas por área de atividade reúnem-se a cada três meses para implementar, monitorizar e controlar as atividades de prevenção nas suas áreas de responsabilidade.

Em França, estabelecemos uma comissão de saúde, segurança e condições de trabalho, com representação de todos os trabalhadores e chefiada pelo diretor naquele país. Deverão ser criadas comissões semelhantes ao longo de 2012, noutros países europeus.

Nos EUA, há uma comissão de saúde e segurança para cada local de atividade, que inclui colaboradores da EDPR e os chefes das equipas subcontratadas de operações e manutenção. Há também uma comissão de gestão de saúde e segurança para assegurar a transmissão dos aspetos relacionados com a indústria e desenvolver os objetivos organizacionais nesta área.

Ao longo de 2011, o número total de pessoas que participaram na Europa em reuniões das comissões de saúde e segurança foi de 20%, em representação de 67% dos colaboradores. Nos EUA, 12% dos colaboradores da EDPR NA participaram em comissões de segurança, em representação de 100% do total.

## Indicadores de saúde e segurança

A implementação dos nossos sistemas de gestão de saúde e segurança permite-nos manter um registo aturado e acompanhar o número de acidentes nos vários países, com o intuito de cumprir o objetivo "zero acidentes". Em 2011, implementámos na Europa e na América do Norte um sistema de falhas (situações em que quase chegou a haver acidentes), para registar todas as situações e evitar antecipadamente todos os incidentes no futuro.

INDICADOR DE SAÚDE E SEGURANÇA				
	Europa	América do Norte	Brasil	EDPR
<b>PESSOAL DA EMPRESA</b>				
Nº de acidentes industriais	2	0	0	2
Nº de acidentes industriais fatais	0	0	0	0
Dias de trabalho perdidos por causa de acidentes	34	0	0	34
Taxa de ferimentos (IR) <sup>1</sup>	2,28	0,00	0,00	1,28
Taxa de dias de trabalho perdidos (LDR) <sup>2</sup>	39	0	0	22
<b>PESSOAL SUBCONTRATADO</b>				
Nº de acidentes industriais	16	2	1	19
Nº de acidentes industriais fatais	0	0	0	0
Dias de trabalho perdidos por causa de acidentes	474	15	98	587
Taxa de ferimentos (IR) <sup>1</sup>	9,29	1,45	12,64	5,97
Taxa de dias de trabalho perdidos (LDR) <sup>2</sup>	275	11	1,239	184
OHSAS 18001 (% capacidade instalada)	55%	0%	0%	29%

(1) Taxa de ferimentos calculada em função de [# de acidentes/Horas de trabalho \* 1.000.000]

(2) Taxa de dias de trabalho perdidos calculada em função de [# de dias de trabalho perdidos/Horas de trabalho \* 1.000.000]

# trabalhar com integridade

## **102 ética**

- 102 modelo de governo ético
- 102 processo de ética na EDPR
- 103 programa de ética
- 103 cumprimento
- 103 direitos humanos

## **104 governo**

## **105 políticas públicas**

- 105 organizações setoriais
- 105 doações a partidos políticos



"Trabalhar com integridade e adotar os mais altos padrões de ética é essencial em qualquer indústria. Na EDP Renováveis reforçamos esta afirmação com melhorias constantes das nossas práticas de ética, reporte e governo corporativo."

Ana Maria Fernandes, *Chief Executive Officer*



# trabalhar com integridade

## Ética

A constatação de que o comportamento ético é absolutamente essencial para o funcionamento da nossa economia conduziu a diversas alterações regulatórias e a uma consciência cada vez mais abrangente sobre o assunto.

A EDPR reconhece a complexidade e a importância da ética nos negócios, e está empenhada em respeitar a ética e o cumprimento da lei em todas as suas atividades. Os nossos colaboradores são também responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações éticas e legais da EDPR.

## Modelo de governo ético

A EDPR dispõe de um Código de Ética global, adotado por todos os seus colaboradores, e que tem de ser por eles cumprido.

O Código de Ética da EDPR foi divulgado e publicado na Intranet da empresa e enviado a todos os colaboradores por correio eletrónico, pelo secretário-geral da EDPR. O Código de Ética faz parte do pacote de boas-vindas que é entregue a todos os novos colaboradores contratados, e tem de ser por eles assinado.

Estão também disponíveis dois outros documentos complementares que estabelecem o modelo de governo ético da empresa – o regulamento do Código de Ética e o regulamento da Comissão de Ética, ambos aprovados em 2011.

## Regulamento do Código de Ética

O regulamento do Código de Ética, adotado pelo Conselho de Administração, procura regular a aplicação do Código de Ética dentro da EDPR. Define em especial os procedimentos para a receção, registo e processamento das informações recebidas pela empresa em relação a eventuais violações do Código em matéria de legislação, ética, conduta no local de trabalho, direitos humanos, igualdade de oportunidades, integridade, relacionamento com clientes e fornecedores, ambiente e sustentabilidade. O regulamento do Código de Ética abrange aspetos como:

- Descrição de cada função laboral e respetivas responsabilidades;
- Procedimentos;
- Confirmação, investigação e medidas corretivas;
- Confidencialidade e anonimato; supervisão da gestão e revisão.

## Regulamento da Comissão de Ética

A Comissão de Ética deve receber, registar, processar e comunicar ao Conselho de Administração todos os relatos de violações do Código em matéria de legislação e de ética, definindo, quando apropriado, ações de correção.

A Comissão de Ética é constituída por três membros: os presidentes da Comissão de Auditoria e Controlo, da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e da Comissão de Nomeações e Remunerações.

As principais funções da Comissão incluem:

- Propor instrumentos empresariais de ética, políticas, metas e objetivos;

- Monitorizar a aplicação do Código de Ética, estabelecendo diretrizes para a sua regulamentação e supervisionando a devida aplicação pela empresa e suas subsidiárias;
- Analisar quaisquer violações do Código de Ética que lhe sejam apresentadas, decidindo sobre a sua relevância e admissibilidade;
- Decidir pela necessidade de uma investigação mais profunda para determinar as implicações e as pessoas envolvidas;
- Nomear o Provedor de Ética.

## Provedor de Ética

Na primeira reunião de 2011 da Comissão de Ética, foi nomeado o Provedor de Ética da EDPR.

O Provedor de Ética desempenha um papel fundamental no processo de ética da empresa. Garante a imparcialidade e a objetividade e documenta todas as queixas de natureza ética que lhe são submetidas. Acompanha o seu desenvolvimento e garante que a identidade dos queixosos se mantém confidencial, podendo entrar em contacto com eles sempre que adequado, até ao encerramento do caso.

A descrição completa do modelo de governo ético da EDPR pode ser consultada no relatório sobre o Governo da Sociedade.

## Processo de ética na EDPR

Os colaboradores da EDPR podem abrir um procedimento ético através do canal de comunicação de ética (e-mail), sendo garantida a transparência e o segredo profissional ao longo de todo o processo.

<b>Identificação de uma alegada infração ao código de ética</b>	Quaisquer informações sobre alegadas violações do Código de Ética devem ser submetidas ao Provedor de Ética, indicando os dados pessoais e uma descrição pormenorizada da situação.
<b>Investigação sumária por parte do provedor</b>	O Provedor de Ética começa por confirmar os acontecimentos relatados e submete um relatório preliminar sobre as suas confirmações iniciais à Comissão de Ética.
<b>Comité de Ética decide se se trata ou não de uma infração ao código de ética</b>	A Comissão de Ética analisa todas as situações relatadas e decide se elas devem ou não ser classificadas como uma violação ao Código de Ética.
<b>Caso se trate de uma infração será instaurada pelo comité uma investigação</b>	Ao conduzir uma investigação, a empresa deve obedecer à lei e aos seus próprios regulamentos internos. Depois de concluída a investigação a Comissão decide se será necessária alguma ação corretiva e/ou disciplinar.

## Programa de ética

O nosso compromisso com as questões éticas é bem patente no nosso Programa de Ética, lançado em 2010, uma importante ferramenta para avaliar a situação atual e promover internamente a consciência sobre o assunto. O Programa consiste num guia interpretativo do Código de Ética, um inquérito para avaliar como é encarado o assunto pelos colaboradores da EDPR e um programa de formação.

Conduzido em meados de 2011, o inquérito permitiu-nos avaliar o grau de conhecimento dos colaboradores da EDPR sobre o Código de Ética, os respetivos canais de comunicação, as principais causas de mau comportamento ético, os maiores riscos para a empresa e as consequências de não respeitar o Código de Ética.

Depois de analisarmos os resultados do inquérito, foi desenvolvido um guia explicativo a fim de criar uma ferramenta de fácil consulta, explicando a perspetiva da empresa sobre cada um dos artigos do Código e fornecendo exemplos claros para ajudar a decifrar a linguagem do Código.

O programa de formação começou depois, com três sessões iniciais, de 4 horas cada, para todos os diretores de cada país, administradores e gestores seniores, com uma equipa do setor empresarial da EDPR e outra da EDPR EU, pressupondo um duplo objetivo:

1. Destacar os procedimentos éticos na EDPR, e as ferramentas e documentos disponíveis na empresa;
2. Prepará-los para darem formação na área às suas próprias equipas.

Cada diretor ficou responsável por dar formação à sua equipa no primeiro trimestre de 2012.

## Cumprimento

Em 2011, a EDPR não registou nenhuma queixa de discriminação contra a empresa. A EDPR não tem conhecimento de nenhuma atividade que possa pôr em risco o direito de liberdade de associação ou o direito à adesão a acordos coletivos de trabalho. A empresa também não identificou nenhuma operação que possa ter riscos significativos de ocorrência de trabalho infantil, trabalho obrigatório ou forçado, ou que interfira com os direitos dos povos indígenas.

Em 2011, não houve registo de reclamações através dos canais de comunicação de problemas éticos. Além disso, a empresa não tem conhecimento de incidentes relacionados com corrupção, e não se registaram ações legais por comportamento anticoncorrência, anti-trust ou monopolista.

A EDPR também não identificou quaisquer incidentes de não cumprimento dos regulamentos e códigos voluntários relativos ao impacto dos seus produtos e serviços sobre a saúde e segurança, nem relativos à comunicação e ao marketing, nem queixas de quebra de confidencialidade dos seus clientes ou perda de dados dos clientes, nem ferimentos ou mortes de pessoas que envolvessem ativos da empresa, incluindo questões em julgamento, acordos extrajudiciais e casos de doença pendentes na justiça.

Em relação ao cumprimento das leis e regulamentos, a EDPR pagou uma sanção de 1.259 euros, mas não registou nenhuma sanção relativa ao cumprimento das leis e regulamentos de produtos e serviços.

No que diz respeito ao ambiente, foram aplicadas duas sanções à EDPR, num valor total de 9,461 euros.

## Direitos Humanos

O Código de Ética da EDPR contém cláusulas específicas relativas aos direitos humanos. Em conformidade com o Código, a EDPR expressa a sua total oposição a trabalhos forçados ou obrigatórios e defende que os direitos humanos devem ser considerados fundamentais e universais, com base nas convenções, nos tratados e em iniciativas internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Organização Internacional do Trabalho e o Global Compact das Nações Unidas.

O nosso Manual de Contratação inclui também um capítulo cujos princípios têm de ser aplicados por todos os departamentos de contratação e aquisição, o que significa que também na aquisição e contratação de produtos e serviços a EDPR envida todos os esforços para que os seus fornecedores aceitem cumprir os dez princípios do Global Compact das Nações Unidas nas áreas de direitos humanos, trabalho, ambiente e anticorrupção.

# trabalhar com integridade

## Governo

O nosso modelo de governo está concebido de forma a garantir uma separação de funções rigorosa e transparente, com a especialização da supervisão.

A estrutura de governo da EDPR compreende uma Assembleia Geral de Acionistas e um Conselho de Administração a quem cabe a representação e a gestão da empresa.

Além de constituir um instrumento essencial para garantir uma gestão eficaz e o controlo das atividades da EDPR, o sistema de governo da EDPR está concebido para assegurar:

- a criação de valor para os acionistas;
- o controlo dos riscos associados ao negócio;
- transparência para o mercado.

O Conselho de Administração é apoiado por:

- uma Comissão Executiva (CE);

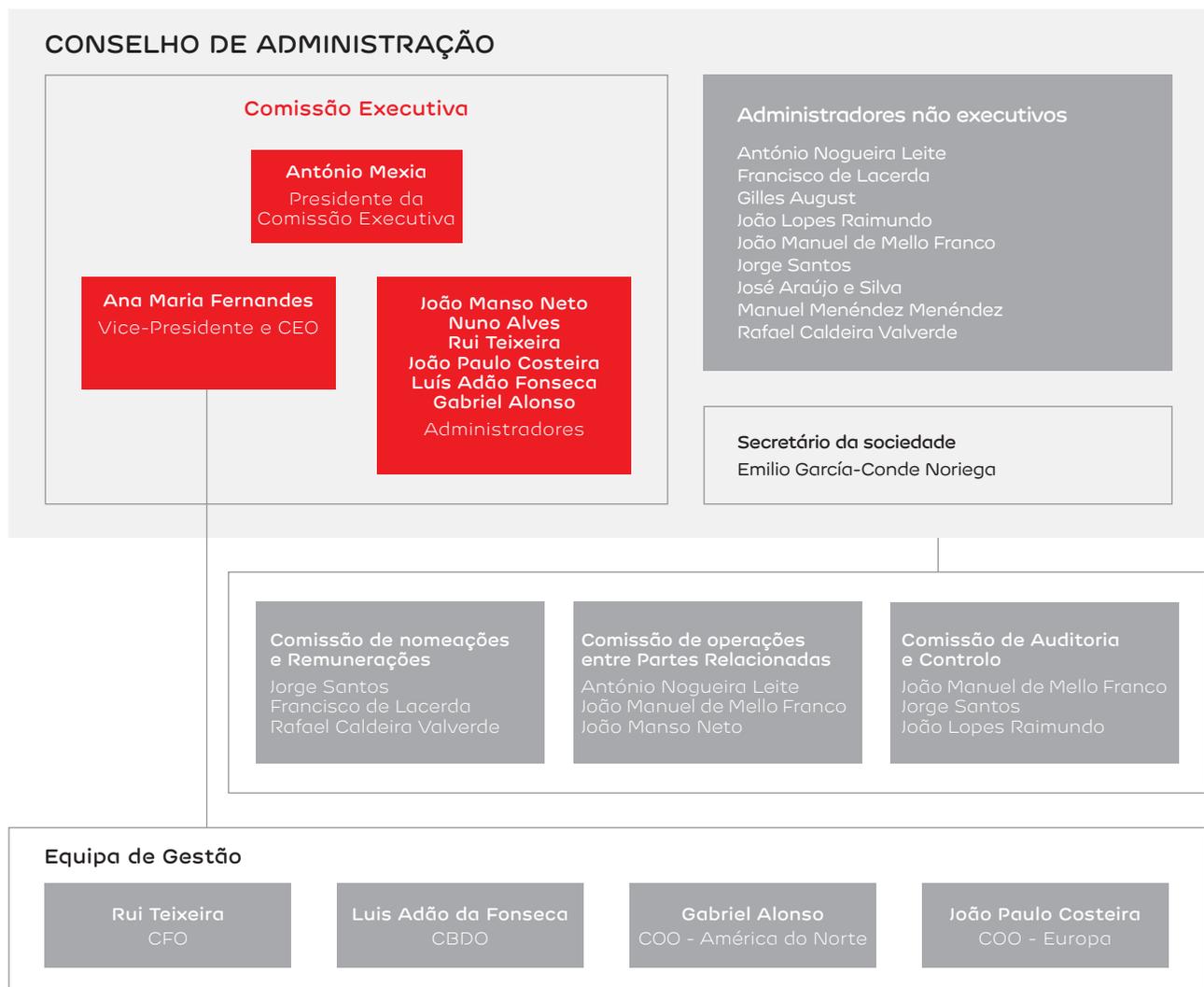
- uma Comissão de Auditoria e Controlo;
- uma Comissão de Nomeações e Remunerações;
- uma Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

O Conselho de Administração delegou a maioria dos seus poderes executivos na Comissão Executiva.

Para apoiar o CEO e a gestão quotidiana da empresa, a Comissão Executiva nomeou uma Equipa de Gestão constituída, além do CEO:

- pelo Chief Financial Officer (CFO);
- pelo Chief Business Development Officer (CBDO);
- pelo Chief Operating Officer na Europa (COO EU);
- pelo Chief Operating Officer na América do Norte (COO NA).

Para informações mais detalhadas sobre as responsabilidades e o papel dos vários órgãos sociais, consultar a secção sobre o Governo da Sociedade, no final deste relatório.



## Políticas públicas

A indústria das energias renováveis tem sido alvo de um aceso debate público por todo o mundo. A EDPR está empenhada em contribuir para a discussão da política para as energias renováveis no seio das entidades públicas mais importantes, mas também das comunidades locais, criando iniciativas eficazes e soluções políticas que promovam o desenvolvimento das energias renováveis.

Estamos cientes de que só através da estabilidade legislativa e regulatória seremos capazes de garantir, não apenas um negócio sustentável a longo prazo, mas também a criação de valor para todos os *stakeholders* e dar o nosso contributo no grande desafio que é a criação de fontes de energia limpas e sustentáveis.

## Organizações setoriais

Integramos várias associações na área da energia nos países onde estamos implantados, desempenhando aí um papel relevante no apoio ao desenvolvimento das energias renováveis.

Pode ser consultada uma lista completa das organizações a que pertencemos no nosso website: [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com).

Estamos também envolvidos na discussão de políticas públicas conduzida por várias associações, garantindo que os objetivos de negócio da EDPR são apoiados tanto a nível global como a nível local. Alguns exemplos do nosso envolvimento são abaixo indicados.

### Espanha

A EDPR participa ativamente em várias comissões de trabalho (por exemplo, sobre aspetos legais, técnicos e ambientais) criadas no âmbito da AEE (Asociación Empresarial Eólica), procurando melhorar as condições da sua atividade. Em 2011, a AEE tem-se empenhado fortemente na defesa dos interesses do setor em termos regulatórios.

### Polónia

Os colaboradores da EDPR participaram em vários eventos dedicados a profissionais e reuniões organizadas por cada uma das associações. Por consequência, a EDPR Polónia tornou-se uma marca mais reconhecida no mercado polaco. Com este reforço da sua cooperação com as organizações não governamentais, os colaboradores da EDPR estão agora envolvidos em iniciativas legislativas e na recolha de informações sobre o mercado polaco de energia, criando uma densa base de dados sobre as entidades que atuam no setor energético na Polónia e uma relação singular com os seus representantes.

### Roménia

A EDPR é um membro ativo da RWEA (Associação de Energia Eólica da Roménia), apoiando a associação em várias das suas áreas de trabalho. Além do apoio financeiro e da organização de eventos, a EDPR tem um papel ativo no grupo de trabalho criado para sustentar a aprovação e implementação do quadro legislativo para o setor.

### França

A EDPR esteve bastante envolvida nas atividades que a Federação Francesa de Energia Eólica (SER-FEE) conduziu ao longo de 2011, participando em vários grupos técnicos:

- Grupo técnico acústico;
- Grupo técnico de estudo de riscos;
- Grupo técnico ambiental;
- Grupo técnico de segurança;

- Grupo técnico económico;
- Grupo técnico legislativo e regulamentar;
- Grupo técnico de energia marinha e *offshore*;
- Grupo técnico de locais de implantação.

### PARTICIPAÇÃO DA EDPR NA EWEA EM 2011

A feira de negócios mais importante do setor eólico na Europa, a EWEA, decorreu em março no Centro de Exposições de Bruxelas. A EDPR esteve presente mais uma vez, como patrocinador.

Na qualidade de patrocinador, a imagem corporativa da EDPR aparecia junto a vários ecrãs interativos, com informações sobre os diferentes mercados da empresa na Europa, bem como sobre sustentabilidade e outras matérias.



### América do Norte

A EDPR promoveu várias iniciativas populares em todos os estados em que temos projetos ou um grande desenvolvimento do pipeline. As atividades incluem sessões de informação e visitas organizadas por condado, estado ou altos responsáveis nacionais.

No Indiana, depois de vários anos de esforços, a indústria conseguiu finalmente fazer aprovar um Clean Portfolio Standard (CPS) voluntário. A EDPR esteve bastante envolvida em ambas as iniciativas legislativas, bem como no processo de regulamentação.

A EDPR prosseguiu a sua participação no WEWAG (Wind Energy Whopping Crane Action Group), um grupo de trabalho da indústria que está a desenvolver um plano de conservação de habitats em coordenação com o U.S. Fish and Wildlife Service e nove agências estaduais de proteção da vida selvagem, com o objetivo de estudar os impactos potenciais da energia eólica no grou-americano (*Grus americana*) e na galinha-pequena-das-pradarias (*Tympanuchus pallidicinctus*) no centro dos EUA. Este grupo de trabalho da indústria conseguiu resultados significativos, em sintonia com o U.S. Fish and Wildlife Service, estabelecendo um primeiro esboço do anteprojecto para um Plano de Conservação de Habitats e dando início ao processo de aprovação federal no âmbito do National Environmental Policy Act (NEPA).

### Doações a partidos políticos

Em 2011, a EDPR NA contribuiu com \$22.000 (0,004% do total de receitas nos EUA) de fundos corporativos para várias campanhas, incluindo Comitês de Ação Políticos (PACs) e candidatos políticos estaduais que defendem o objetivo da empresa de aumentar as oportunidades das energias renováveis nos EUA. No total, os fundos corporativos doados pela EDPR NA foram distribuídos por 28 campanhas em seis estados.

A EDPR EU e a EDPR BR não fizeram quaisquer donativos a partidos políticos em 2011.

# anexos

## **108 tabelas de sumário**

- 108 criação de valor
- 110 protecção do ambiente
- 110 apoio ao desenvolvimento social
- 110 desenvolver o capital humano

## **112 avaliação da GRI**

## **124 relatório de revisão independente**



## Tabelas de sumário

### Criação de valor

#### Desempenho operacional

CAPACIDADE INSTALADA (MW)			
(MW)	2011	2010	Δ MW
<b>Europa</b>	<b>3.977</b>	<b>3.439</b>	<b>+538</b>
Espanha	2.201	2.050	+151
Portugal *	939	838	+101
França	306	284	+22
Bélgica	57	57	-
Polónia	190	120	+70
Roménia	285	90	+195
<b>EUA</b>	<b>3.422</b>	<b>3.224</b>	<b>+198</b>
<b>Brasil</b>	<b>84</b>	<b>14</b>	<b>+70</b>
<b>Total</b>	<b>7.483</b>	<b>6.676</b>	<b>+806</b>

\* Inclui o consórcio ENEOP – Eólicas de Portugal (consolidado por equity)

PRODUÇÃO (GWh)			
(GWh)	2011	2010	Δ %
<b>Europa</b>	<b>7.301</b>	<b>6.632</b>	<b>+10%</b>
Espanha	4.584	4.355	+5%
Portugal	1.391	1.472	(6%)
França	589	489	+20%
Bélgica	117	107	+9%
Polónia	376	194	+94%
Roménia	245	15	-
<b>EUA</b>	<b>9.330</b>	<b>7.689</b>	<b>+21%</b>
<b>Brasil</b>	<b>170</b>	<b>31</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>16.800</b>	<b>14.352</b>	<b>+17%</b>

FATOR DE UTILIZAÇÃO			
	2011	2010	Δ pp
<b>Europa</b>	<b>25%</b>	<b>27%</b>	<b>(2 pp)</b>
Espanha	25%	27%	(2 pp)
Portugal	27%	29%	(2 pp)
França	23%	24%	(0 pp)
Bélgica	23%	21%	+2 pp
Polónia	27%	28%	(0 pp)
Roménia	16%	-	-
<b>EUA</b>	<b>33%</b>	<b>32%</b>	<b>+1 pp</b>
<b>Brasil</b>	<b>35%</b>	<b>26%</b>	<b>+9 pp</b>
<b>Total</b>	<b>29%</b>	<b>29%</b>	<b>-</b>

TARIFA			
	2011	2010	Δ %
<b>Europa (€)</b>	<b>88,0</b>	<b>84,2</b>	<b>+5%</b>
Espanha	82,5	79,1	+4%
Portugal	98,7	93,8	+5%
França	86,8	83,9	+3%
Bélgica	112,0	112,0	+0%
Polónia	108,8	111,5	(2%)
Roménia	89,1	59,3	-
<b>EUA (\$)</b>	<b>45,7</b>	<b>47,7</b>	<b>(4%)</b>
<b>Brasil (\$R)</b>	<b>278,4</b>	<b>254,4</b>	<b>+9%</b>
<b>Total</b>	<b>57,7</b>	<b>58,4</b>	<b>(1%)</b>

### Análise de valor económico

ANÁLISE DE VALOR ECONÓMICO	
	2011
Receitas	992
Outros proveitos operacionais	196
Ganhos/(perdas) na venda de activos	10
Ganhos/(perdas) com empresas associadas	5
Proveitos financeiros	62
<b>Valor económico gerado</b>	<b>1.265</b>
Custos das vendas	35
Fornecimento e serviços	225
Outros custos operacionais	57
Custos com pessoal	57
Custos financeiros	341
Imposto sobre o rendimento	29
Dividendos	0
<b>Valor económico distribuído</b>	<b>744</b>
<b>Valor económico acumulado</b>	<b>521</b>

## Desempenho financeiro

<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS</b>			
(€ milhões)	2011	2010	Δ%
<b>Receitas</b>	<b>1.068,8</b>	<b>947,6</b>	<b>+13%</b>
Fornecimentos e serviços	225,1	196,2	+15%
Custos com pessoal	60,8	54,8	+11%
Outros custos operacionais (ou receitas)	(17,8)	(16,2)	(10%)
<b>Custos operacionais</b>	<b>268,1</b>	<b>234,9</b>	<b>+14%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>800,7</b>	<b>712,7</b>	<b>+12%</b>
EBITDA / Receitas	74,9%	75,2%	(0,3 pp.)
Provisões para riscos e encargos	(0,3)	(0,2)	(71%)
Depreciações e amortizações	468,5	434,4	+8%
Compensação de amortizações de ativos subsidiados	(15,0)	(11,4)	(31%)
<b>EBIT</b>	<b>347,5</b>	<b>289,9</b>	<b>+20%</b>
Ganhos de capital / (perdas)	10,5	0,0	–
Rendimentos financeiros / (despesas)	(244,1)	(174,1)	(40%)
Rendimentos / (perdas) com o grupo e empresas associadas	4,8	5,0	(5%)
<b>Lucros antes de impostos</b>	<b>118,7</b>	<b>120,8</b>	<b>(2%)</b>
Impostos sobre rendimento	(28,0)	(37,8)	+26%
Lucros do exercício	90,6	83,0	+9%
<b>Acionistas da EDPR</b>	<b>88,6</b>	<b>80,2</b>	<b>+10%</b>
Interesses minoritários	2,0	2,8	(29%)

<b>BALANÇO</b>		
ATIVOS (€ MILHÕES)	2011	2010
Ativos fixos tangíveis (líq.)	10.455	9.982
Ativos intangíveis (líq.)	1.334	1.367
Investimentos financeiros (líq.)	61	64
Impostos diferidos sobre ativos	56	39
Inventários	24	24
Devedores – clientes (líq.)	146	144
Devedores – outros (líq.)	763	680
Ativos financeiros detidos para negociação	0	36
Caixa e equivalentes	220	501
<b>Total dos ativos</b>	<b>13.058</b>	<b>12.835</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO (€ MILHÕES)</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Capital acionista + prêmios de emissão	4.914	4.914
Reservas e retenção de resultados	325	274
Resultado líquido atribuível aos acionistas da entidade-mãe	89	80
Interesses minoritários	127	126
<b>Total do capital próprio</b>	<b>5.454</b>	<b>5.394</b>
<b>PASSIVO (€ MILHÕES)</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Dívida financeira	3.826	3.534
Parcerias institucionais	1.024	1.009
Provisões	58	54
Impostos diferidos do passivo	381	372
Proveitos diferidos das parcerias institucionais	773	635
Credores e outros passivos (líq.)	1.542	1.839
<b>Total do passivo</b>	<b>7.604</b>	<b>7.442</b>
<b>Total recursos propios y pasivos</b>	<b>13.058</b>	<b>12.835</b>

<b>DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (€ MILHÕES)</b>			
	2011	2010	Δ%
<b>EBITDA</b>	<b>801</b>	<b>713</b>	<b>+12%</b>
Impostos sobre rendimentos	(29)	(29)	+1%
Juros financeiros líquidos	(189)	(167)	+14%
Ganhos em empresas do grupo e associadas	5	5	+8%
<b>FFO (Fundos provenientes das operações)</b>	<b>588</b>	<b>522</b>	<b>+13%</b>
Custos líquidos dos juros	189	167	+14%
Ganhos em empresas do grupo e associadas	(5)	(5)	+8%
Ajustamento de fatores não associados à liquidez	(158)	(143)	(11%)
Alterações no fundo de manio	29	26	+9%
<b>Fluxo de caixa operacional</b>	<b>643</b>	<b>567</b>	<b>+13%</b>
Capex	(829)	(1.401)	(41%)
Investimentos financeiros (desinvestimentos)	(237)	(79)	+199%
Fundo de manio relacionado com fornecedores de PP&E	(23)	(20)	(12%)
Subvenções recebidas	3	169	(98%)
<b>Fluxo de caixa operacional líquido</b>	<b>(444)</b>	<b>(764)</b>	<b>(42%)</b>
Recebimentos (pagamentos) de parcerias institucionais nos EUA	141	228	(38%)
Custos financeiros líquidos (cash)	(156)	(167)	+7%
Custos cambiais e outros	(157)	(35)	(352%)
<b>Redução / (aumento) na dívida líquida</b>	<b>(616)</b>	<b>(737)</b>	<b>+16%</b>

## Protecção do ambiente

### Meio ambiente

ESTUDIOS MEDIOAMBIENTALES			
	Desarrollo	Construcción	Explotación
Europa	412	28	308
América do Norte	58	7	147
Brasil	0	0	12
<b>EDPR</b>	<b>470</b>	<b>35</b>	<b>334</b>

EMISSÕES DE CO <sub>2</sub> PRODUZIDAS E EVITADAS (KT CO <sub>2</sub> )		
	2011	2010
Emissões indirectas dos parques eólicos <sup>1</sup>	21,0	19,4
Emissões indirectas dos escritórios <sup>2</sup>	1,4	0,9
Frota automóvel <sup>3</sup>	1,5	2,5
Viagens de negócios <sup>3</sup>	2,0	4,0
Deslocação de colaboradores para o local de trabalho <sup>4</sup>	0,6	0,6
<b>Emissões produzidas</b>	<b>26,6</b>	<b>27,4</b>
<b>Emissões evitadas<sup>5</sup></b>	<b>9.461</b>	<b>7.332</b>

- Dados de 2010 não incluem o Brasil
- Dados de 2010 não incluem alguns escritórios na Europa
- Emissões de transporte calculadas de acordo com o Protocolo GHG
- Emissões resultantes da deslocação de colaboradores para o local de trabalho calculadas a partir de dados recolhidos em 2010
- Gases de efeito estufa evitados, convertidos em emissões equivalentes de CO<sub>2</sub>

RESÍDUOS PRODUZIDOS NOS PARQUES EÓLICOS		
	2011 <sup>(1)</sup>	2010 <sup>(1)</sup>
Total de resíduos (t)	708	567
Total de resíduos perigosos (t)	393	272
Resíduos (t)/produção (GWh)	0,042	0,039

(1) Não inclui o Brasil

## Apoio ao desenvolvimento social

### Desenvolvimento económico das comunidades locais

BENEFÍCIOS ECONÓMICOS (€m)			
(€ milhões)	Investimento em infraestruturas	Impostos e partilha de receitas	Projetos comunitários
Europa	12,17	25,15	0,727
América do Norte	21,40	17,86	0,477
Brasil	n/a	0,06	n/a
<b>EDPR</b>	<b>33,57</b>	<b>43,07</b>	<b>1,20</b>

% LOCAL		
	Colaboradores contratados	Gastos com fornecedores
EDPR Holding	72%	n/a
Europa	94%	72%
América do Norte	88%	51%
Brasil	100%	100%

## Desenvolver o capital humano

### Perfil da empresa

PERFIL DA EMPRESA		
	Mulheres	Total
<b>POR CONTRATO DE TRABALHO</b>		
Full-time	30%	777
Part-time	95%	19
Sem termo	32%	789
Temporário	29%	7
<b>POR PLATAFORMA</b>		
EDPR Holding	29%	127
EDPR EU	28%	393
EDPR NA	38%	260
EDPR BR	25%	16
<b>POR PAÍS</b>		
Espanha	30%	308
Portugal	12%	67
França	25%	32
Bélgica	0%	2
Polónia	33%	33
Roménia	37%	19
Itália	33%	15
Reino Unido	41%	22
EUA	38%	282
Brasil	25%	16

COLABORADORES QUE REUNIRÃO OS REQUISITOS DE REFORMA							
	ES	PT	PL	RU	EUA	BR	Todos
<b>COLABORADORES QUE REUNIRÃO OS REQUISITOS DE REFORMA DAQUI A 5 ANOS</b>							
Gestores seniores	1						1
Gestores	1				3		4
Administrativos	1	1			2		4
Outros profissionais	1						1
<b>EDPR</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>10</b>
<b>COLABORADORES QUE REUNIRÃO OS REQUISITOS DE REFORMA DAQUI A 10 ANOS</b>							
Diretores					4	1	5
Gestores seniores	2	1		1			4
Gestores			1		7	1	9
Administrativos	1	2			1		4
Outros profissionais	2	2			1		5
<b>EDPR</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>27</b>

DISTRIBUIÇÃO DE SALÁRIOS POR CATEGORIA PROFISSIONAL		
	Número	Salário M/F (%)
Diretores	66	103%
Gestores seniores	59	102%
Gestores	394	97%
Outros profissionais	206	92%
Administrativos	71	86%
<b>Total</b>	<b>796</b>	

ROTATIVIDADE DOS COLABORADORES				
	Contratações		Saídas	
<b>POR GÉNERO</b>				
Mulheres	41	32%	48	31%
Homens	89	68%	106	69%
<b>POR IDADE</b>				
Menos de 30 anos	66	51%	34	22%
Entre 30 e 39 anos	50	38%	57	37%
Mais de 40 anos	14	11%	63	41%
<b>POR PAÍS</b>				
Espanha	30	23%	34	22%
Portugal	7	5%	0	0%
França	6	5%	1	1%
Polónia	22	17%	9	6%
Roménia	8	6%	2	1%
Italia	1	1%	1	1%
Reino Unido	9	7%	1	1%
EUA	43	33%	101	66%
Brasil	4	3%	5	3%

LICENÇA DE MATERNIDADE OU PATERNIDADE		
	Maternidade	Paternidade
Espanha	10	17
Portugal	0	2
França	0	3
Bélgica	0	0
Polónia	0	1
Roménia	0	0
Italia	0	0
Reino Unido	1	0
EUA	3	17
Brasil	2	0
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>40</b>

EXPATRIADOS			
	2011	2010	Var (%)
EDPR Holding	9	5	+80%
EDPR EU	6	8	(25%)
EDPR NA	4	5	(20%)
EDPR BR	1	1	0%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>19</b>	<b>+5%</b>

## Relações laborais

COLABORADORES COBERTOS POR ACORDOS COLECTIVOS DE TRABALHO		
	Colaboradores	%
Espanha	101	33%
Portugal	67	100%
França	32	100%
Bélgica	0	0%
Polónia	0	0%
Roménia	0	0%
Italia	15	100%
Reino Unido	0	0%
EUA	0	0%
Brasil	16	100%
<b>Total</b>	<b>231</b>	<b>29%</b>

## Saúde e segurança

SAÚDE E SEGURANÇA				
	EU	NA	BR	EDPR
<b>COLABORADORES DA EMPRESA E SUBCONTRATADOS</b>				
Nº de acidentes industriais	18	2	1	21
Nº de acidentes industriais fatais	0	0	0	0
Dias de trabalho perdidos por causa de acidentes	508	15	98	621
Taxa de ferimentos (IR)	6.93	0.98	8.62	4.42
Taxa de dias de trabalho perdidos(LDR)2	196	7	844	131
<b>OHSAS 18001</b>				
% capacidade instalada	55%	0%	0%	29%

## Avaliação da GRI

Este relatório de sustentabilidade satisfaz os indicadores das Orientações G3 da Global Report Initiative (GRI) e presta também informações sobre os indicadores adicionais do suplemento para o setor elétrico relacionados directamente com o negócio de energia, que consiste na produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, essencialmente do vento.

A EDP Renováveis não é considerada uma *utility* (empresa de serviços públicos) propriamente dita. Em ambos os casos (indicadores GRI e indicadores do suplemento setorial) são explicadas as possíveis exceções, que se devem sobretudo ao facto

do *core business* da empresa se basear na produção a partir de fontes renováveis, não incluindo a distribuição ou comercialização de energia.

A EDP Renováveis está empenhada na melhoria progressiva da informação prestada.

A empresa auto-declara ter alcançado o nível A+, tal como confirmado pela KPMG. Este relatório foi revisto pela GRI, confirmando-se que segue os standards definidos por esta iniciativa.

Ref <sup>a</sup> GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
<b>1ª PARTE DIVULGAÇÃO DE PERFIS</b>							
<b>1. Estratégia e análise</b>							
1.1.	Declaração do Presidente e CEO	Completa	6-9				
1.2.	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	Completa	61-62, 74, 149-151				
<b>2. Perfil organizacional</b>							
2.1.	Denominação da organização relatora	Completa	4				
2.2.	Principais marcas, produtos e/ou serviços	Completa	21-23, 68				
2.3.	Estrutura operacional da organização e principais divisões, operadoras, subsidiárias e <i>joint ventures</i>	Completa	21-23				
2.4.	Localização da sede social da organização	Completa	A sede central da EDPR encontra-se em Madrid (Espanha)				
2.5.	Número de países em que a organização opera, assim como os nomes dos países onde se encontram as principais operações ou que têm uma relevância específica para as questões da sustentabilidade, abrangidas pelo relatório	Completa	21-23				
2.6.	Tipo e natureza jurídica da propriedade.	Completa	153-154, 185				
2.7.	Mercados abrangidos (incluindo uma análise geográfica discriminativa, os sectores abrangidos e os tipos de clientes/beneficiários)	Completa	22-23				
2.8.	Dimensão da organização relatora	Completa	14-15, 185				
2.9.	Principais alterações que tenham ocorrido, durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, à estrutura organizacional ou à estrutura accionista	Completa	4, 153-154, 205-206				
2.10.	Prémios recebidos durante o período abrangido pelo relatório	Completa	18-19				
<b>Serviços Públicos Eléctricos – perfil organizacional específico do sector</b>							
EU1	Capacidade instalada, repartida por fonte primária de energia e pelo regime regulatório	Completa	14, 21-23				
EU2	Produção líquida de energia, repartida por fonte primária de energia e pelo regime regulatório	Completa	14, 40-47				
EU3	Número de clientes domésticos, industriais, institucionais e comerciais	Não			Não aplicável	A empresa não tem clientes finais	
EU4	Extensão das linhas de transmissão e distribuição, à superfície ou subterrâneas, de acordo com o regime regulatório	Não			Não aplicável	O negócio da empresa consiste na produção de energia eólica	
EU5	Alocação de licenças de emissão de CO <sub>2</sub> ou equivalente, repartida pelo quadro ("framework") de comércio de emissões	Não			Não aplicável	O negócio da empresa consiste na produção de energia eólica	
<b>3. Parâmetros do relatório</b>							
3.1.	Período abrangido (ano civil/fiscal, etc.)	Completa	4				
3.2.	Data do último relatório publicado	Completa	4				
3.3.	Ciclo de publicação de relatórios (anual, bianual, entre outros)	Completa	4				

Refª GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
3.4.	Contacto para perguntas referentes ao relatório ou ao seu conteúdo	Completa	"Contacte-nos" em <a href="http://www.edprenovaveis.com">www.edprenovaveis.com</a>				
3.5.	Processo para a definição do conteúdo do relatório	Completa	4, 66, 71				
3.6.	Limite do relatório	Completa	4, 185, 253-259				
3.7.	Limitações específicas relativas ao âmbito e ao limite do relatório	Completa	4, 112-123, 185				
3.8.	Base para a elaboração do relatório, no que se refere a <i>joint ventures</i> , subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afectar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações	Completa	4				
3.9.	Técnicas de medição de dados e bases de cálculo	Completa	4,112-123 Para consolidar os dados económicos e sociais foram utilizadas as taxas de câmbio idênticas às do relato financeiro				
3.10.	Explicação do efeito de quaisquer reformulações de informações existentes em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (por ex., fusões/aquisições, mudança do período ou ano base, natureza do negócio, métodos de medição)	Completa	4				
3.11.	Alterações significativas, em relação a relatórios anteriores, no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados	Completa	4				
3.12.	Sumário do Conteúdo da GRI	Completa	112-123				
3.13.	Política e prática corrente relativa à procura de um processo independente de garantia de fiabilidade para o relatório	Completa	4, 112, 124-126				
<b>4.</b>	<b>Modelo de governo, compromissos e contratação</b>						
4.1.	Estrutura de governação da organização, incluindo comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado e com responsabilidade por tarefas específicas, tais como a definição da estratégia ou a supervisão da organização	Completa	135-144				
4.2.	Indicação sobre se o presidente do Conselho de Administração é, simultaneamente, um director executivo (e, nesse caso, quais as suas funções no âmbito da gestão da organização e as razões para esta composição)	Completa	137				
4.3.	Declaração sobre o número e género dos membros do Conselho de Administração que são independentes e /ou administradores não executivos	Completa	137				
4.4.	Mecanismo para os accionistas e trabalhadores fazerem a apresentação de recomendações ou indicações ao Conselho de Administração	Completa	66-71, 91, 102, 152-153				
4.5.	Relação entre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos directores de topo e dos executivos (incluindo acordos de tomada de decisão) e o desempenho da organização (incluindo o desempenho social e ambiental)	Completa	156-158				
4.6.	Implementação de processos ao dispor do Conselho de Administração destinados a evitar conflitos de interesse	Completa	102-103, 147-148, 152-153				
4.7.	Processo para a determinação da composição, das qualificações e competências exigidas aos membros do Conselho de Administração e seus comités, incluindo qualquer consideração de género e outros indicadores de diversidade	Completa	135-136, 169-174				
4.8.	Declarações de missão ou de valores, códigos de conduta e princípios referentes ao desempenho económico, ambiental e social e o seu estado de implementação	Completa	20, 28, 102-103				
4.9.	Procedimentos do Conselho de Administração para supervisionar a forma como a organização efectua a identificação e a gestão do desempenho económico, ambiental e social, a identificação e a gestão de riscos e oportunidades relevantes, bem como a adesão ou conformidade com as normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios	Completa	4, 66, 71				
4.10.	Processos de avaliação do desempenho do próprio Conselho de Administração, no que diz respeito em particular ao seu desempenho económico, ambiental e social	Completa	156-158				

Refª GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
4.11.	Explicação sobre se o princípio da precaução é abordado pela organização e de que forma	Completa	61-62, 74, 149-151				
4.12.	Cartas, princípios ou outras iniciativas, desenvolvidas externamente, de carácter económico, ambiental e social, que a organização subscreve ou defende	Completa	4, 28, 102-103, 105				
4.13.	Participação significativa em associações (tais como associações industriais) e/ou organizações de defesa nacionais/internacionais	Completa	105 Dirija-se ao nosso <i>website</i> : <a href="http://www.edprenovaveis.com">www.edprenovaveis.com</a>				
4.14.	Relação dos grupos que constituem as partes interessadas envolvidas pela organização	Completa	66				
4.15.	Base para a identificação e selecção das partes interessadas a serem envolvidas	Completa	66, 71 A identificação e selecção de <i>stakeholders</i> com os quais a organização trabalha resultam de um processo de reflexão interna da direcção da empresa. Além disso, para garantir um diálogo transparente e baseado na confiança com os nossos <i>stakeholders</i> , durante 2011 levámos a cabo um estudo específico sobre a integração e melhoria da relação com os mesmos, o qual se iniciou com um processo de identificação onde estiveram envolvidos os diferentes departamentos da empresa, como se explica na página 71				
4.16.	Abordagens ao relacionamento com partes interessadas, incluindo a frequência da relação, por tipo e por grupo de partes interessadas	Completa	66-71 Cada um dos canais disponíveis permite uma frequência e intensidade de relacionamento ou comunicação com os <i>stakeholders</i> particulares. A empresa relaciona-se continuamente através dos seus <i>websites</i> , <i>mailboxes</i> e departamentos específicos que se relacionam diariamente com os colaboradores, investidores, media e fornecedores. Periodicamente, realizam-se inquéritos internos e externos. A empresa dispõe de outros meios de comunicação sem periodicidade determinada para assegurar que todas as preocupações dos nossos <i>stakeholders</i> são devidamente tidas em conta.				
4.17.	Principais questões e preocupações identificadas através do envolvimento das partes interessadas e as medidas adoptadas pela organização no tratamento das mesmas, nomeadamente através dos relatórios	Completa	71				
<b>2ª PARTE</b>	<b>DIVULGAÇÃO SOBRE A ABORDAGEM À GESTÃO (DMA)</b>						
<b>DMA EC</b>	<b>Divulgação sobre a abordagem à gestão económica</b>						
	Desempenho económico	Completa	40-47,50-60				
	Presença no mercado	Completa	21-25				
	Impactos económicos indirectos	Completa	82-83				
	Disponibilidade e fiabilidade	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
EU6	Abordagem à gestão da garantia da disponibilidade e fiabilidade da electricidade a curto e longo prazo	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
	Gestão da procura	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
EU7	Programas de gestão do lado da procura, incluindo programas para clientes domésticos, comerciais, institucionais e industriais	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	

Refª GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
	Eficiência do sistema	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
	Investigação e desenvolvimento	Completa	26-27, 47-49				
EU8	Actividade de investigação e desenvolvimento e custos destinados ao fornecimento de electricidade fiável e à promoção do desenvolvimento sustentável	Completa	Em 2011, investimos 28,6 milhões de Euros em projectos de inovação entre as diversas áreas da empresa, nomeadamente em desenvolvimento offshore e solar e na nossa parceria com a EDP Inovação.				
	Descomissionamento de instalações	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
EU9	Reservas para o descomissionamento de centrais nucleares	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
<b>DMA EN</b>	<b>Abordagem à gestão ambiental</b>						
	Materiais	Não			Não material	A quantidade de materiais utilizada para a produção de energia eólica não é significativa e como consequência não é medida	
	Energia	Completa	76, 79				
	Água	Não			Não aplicável	A produção de energia eólica não tem impactos significativos sobre os recursos hídricos	
	Biodiversidade	Completa	75, 79				
	Emissões, efluentes e resíduos	Não			Não material	O negócio da empresa não produz níveis relevantes de NOx, SOx ou outras emissões ou efluentes significativos	
	Produtos e serviços	Não			Não material	O consumo de electricidade não tem impactos significativos no ambiente	
	Conformidade	Completa	103				
	Transporte	Completa	79				
	Avaliação global	Completa	75				
<b>DMA LA</b>	<b>Abordagem à gestão laboral</b>						
	Emprego		90-92				
EU14	Programas e processos para garantir a disponibilidade de mão-de-obra qualificada	Completa	92-94				
EU15	Percentagem de empregados susceptíveis de reforma nos próximos 5 a 10 anos, repartidos por categoria de trabalho e por região	Completa	110				
EU16	Políticas e requisitos relativos à saúde e segurança dos trabalhadores, e dos trabalhadores das entidades contratadas e subcontratadas	Completa	97-99				
	Relacionamento entre os colaboradores e a administração	Completa	95				
	Saúde e segurança no trabalho	Completa	97-99				
	Formação e ensino	Completa	93-94				
	Diversidade e igualdade de oportunidades	Completa	92, 110				
	Remuneração igual para mulheres e homens	Completa	92, 111				
<b>DMA HR</b>	<b>Abordagem à gestão de direitos humanos</b>						
	Práticas de Investimento e de procedimentos de compras	Completa	102-103				
	Não discriminação	Completa	102-103				
	Liberdade de associação e de negociação colectiva	Completa	95, 102-103, 111				
	Abolição do trabalho infantil	Completa	102-103				
	Prevenção de trabalho forçado e escravo	Completa	102-103				

Refª GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
	Procedimentos de segurança	Não			Não material	A empresa não tem pessoal dedicado à segurança	
	Direitos dos povos indígenas	Completa	102-103				
	Avaliação	Completa	102-103				
	Remediação	Completa	102-103				
<b>DMA SO</b>	<b>Abordagem à gestão social</b>						
	Comunidade	Completa	66-70, 82-86				
EU19	Participação das partes interessadas no processo de tomada de decisões relacionadas com o planeamento energético e o desenvolvimento de infra-estruturas	Completa	66, 71				
EU20	Abordagem à gestão dos impactos de retirada	Não			Não aplicável	A empresa não realiza deslocações	
	Corrupção	Completa	102-103				
	Políticas públicas	Completa	105				
	Conduta desleal	Completa	102-103				
	Conformidade	Completa	102-103				
	Planeamento e resposta em caso de catástrofe ou emergência	Completa	97-99				
EU21	Planeamento de medidas de contingência, planos de gestão da catástrofe ou emergência, programas de formação e planos de recuperação ou regeneração	Completa	97-99				
<b>DMA PR</b>	<b>Abordagem à gestão de produtos</b>						
	Saúde e segurança do cliente	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
	Rotulagem de produtos e serviços	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
	Comunicações de marketing	Completa	67-68, 103				
	Privacidade do cliente	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
	Conformidade	Completa	103				
	Acesso	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
EU23	Programas, incluindo os desenvolvidos em parceria com o Estado, para a melhoria ou manutenção do acesso aos serviços de electricidade e aos serviços de apoio ao cliente	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
	Transmissão de informações	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
EU24	Práticas para a abordagem de barreiras derivadas da língua, cultura, baixa escolaridade e deficiência para aceder e usar com segurança a electricidade e serviços de apoio ao cliente	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
<b>3ª PARTE INDICADORES DE DESEMPENHO</b>							
<b>Desempenho económico</b>							
EC1	Valor económico directo gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos	Completa	15, 108				
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização devidas a alterações climáticas	Completa	61-62, 74, 149-151				
EC3	Cobertura das obrigações dos planos de benefícios definidos pela organização	Parcial	208-209 93% dos colaboradores podem aderir ao plano de reforma	A empresa não reporta o nível de participação nos planos de reforma, nem o total de cobertura dos planos descritos.	Não disponível	A empresa não dispunha desta informação durante o processo de reporte para dar uma resposta consolidada de acordo com o princípio de abrangência de GRI.	2014

Refª GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
EC4	Apoio financeiro significativo recebido do Estado	Completa	153-154 Em 2011, a empresa recebeu 132 €M em benefícios fiscais, <i>Cash Grants</i> , e PTCs Federais e Estatais.				
<b>Presença no mercado</b>							
EC5	Rácio entre o salário-base de entrada por comparação com o salário mínimo local por género em locais operacionais de relevância	Parcial	92 EDPR EU: 170,6% EDPR NA: 194,8% EDPR BR: 468,7% Lugares com operações significativas são todos os países onde estamos presentes.	Não detalhamos ratios por género e país.	Informação confidencial	Informação não publicada para proteger a privacidade dos dados dos colaboradores em casos específicos.	
EC6	Política, práticas e proporção de custos com fornecedores locais em instalações operacionais de relevância	Completa	83 "Local" significa todos os países em que a empresa tem uma presença significativa				
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local em locais operacionais de relevância	Completa	83				
<b>Impactos económicos indirectos</b>							
EC8	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou <i>pro bono</i>	Completa	82-86				
EC9	Compreensão e descrição de impactos económicos indirectos, incluindo o alcance dos impactos	Completa	82-86				
<b>Disponibilidade e fiabilidade</b>							
EU10	Capacidade planeada face à procura de electricidade projectada a longo prazo, repartida por fonte de energia e regime regulatório	Não			Não aplicável	O negócio da empresa consiste exclusivamente na produção de energia de fontes renováveis	
<b>Eficiência do sistema</b>							
EU11	Média do rendimento da produção das centrais termoeléctricas, por fonte de energia e por regime regulatório	Não			Não aplicável	O negócio da empresa consiste exclusivamente na produção de energia de fontes renováveis	
EU12	Percentagem de perdas de energia na transmissão e distribuição	Não			Não aplicável	O negócio da empresa consiste exclusivamente na produção de energia de fontes renováveis	
<b>Ambiente</b>							
<b>Materiais</b>							
EN1	Materiais utilizados, por peso ou volume	Não			Não material	A quantidade de materiais utilizada para a produção de energia eólica não é significativa e como consequência não é medida.	
EN2	Percentagem de materiais utilizados que são provenientes de reciclagem	Não			Não material	A quantidade de materiais usada para a produção de energia eólica não é significativa para as actividades <i>core</i> da empresa.	
<b>Energia</b>							
EN3	Consumo directo de energia discriminado por fonte primária de energia	Não			Não aplicável	O negócio da empresa consiste exclusivamente na produção de energia de fontes renováveis	
EN4	Consumo indirecto de energia discriminado por fonte primária de energia	Completa	76, 79				

Refª GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
EN5	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência	Não			Não aplicável	O negócio da empresa consiste exclusivamente na produção de energia de fontes renováveis	
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas	Não			Não aplicável	O negócio da empresa consiste exclusivamente na produção de energia de fontes renováveis	
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e as reduções alcançadas	Parcial	79	A empresa não reporta a redução do consumo indirecto de energia, nem os pressupostos e metodologias utilizados para calcular outros consumos indirectos de energia, bem como a respectiva fonte de informação	Não material	O negócio da empresa consiste exclusivamente na produção de energia de fontes renováveis	
<b>Água</b>							
EN8	Consumo total de água, por fonte	Não			Não aplicável	A produção de energia eólica não tem impacto significativo sobre os recursos hídricos	
EN9	Recursos hídricos significativamente afectadas pelo consumo de água	Não			Não aplicável	A produção de energia eólica não tem impacto significativo sobre os recursos hídricos	
EN10	Percentagem e volume de água reciclada e reutilizada	Não			Não aplicável	A produção de energia eólica não tem impacto significativo sobre os recursos hídricos	
<b>Biodiversidade</b>							
EN11	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas	Completa	77 Dirija-se ao nosso website: <a href="http://www.edprenovaveis.com">www.edprenovaveis.com</a>				
EN12	Descrição dos impactes significativos de actividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	Completa	75-79				
EN13	Habitats protegidos ou recuperados	Completa	75-79				
EU13	Biodiversidade de habitats equivalentes, por comparação com a biodiversidade das áreas afectadas	Completa	75-79				
EN14	Estratégias e programas, actuais e futuros, de gestão de impactes na biodiversidade	Completa	75-79				
<b>Emissões, efluentes e resíduos</b>							
EN16	Emissões totais directas e indirectas de gases com efeito de estufa, por peso	Completa	76,79 As emissões por consumo de gás foram estimadas de acordo com o Protocolo GHG. As emissões pelo consumo de electricidade calcularam-se multiplicando o consumo de electricidade pelo fator de emissão global de cada país e estado dos EUA				
EN17	Outras emissões indirectas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso	Completa	76,79 As emissões indirectas causadas pelas viagens de trabalho e deslocações dos colaboradores foram estimadas de acordo com o Protocolo GHG				

Refª GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
EN18	Iniciativas para reduzir a emissão de gases com efeito de estufa e reduções alcançadas	Completa	76,79 A atividade principal da empresa, a geração eólica, implica a redução de emissões de GHG. Para calcular as emissões evitadas, a energia gerada é multiplicada pelos fatores de emissão de CO <sub>2</sub> eq de cada país e estado dentro dos EUA, considerando apenas a geração de energia fóssil e nuclear. Em Espanha e Portugal, onde a EDP está presente mediante a geração de energia a partir de outras fontes, utilizou-se o mix de produção da EDP nestes países				
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso	Não			Não material	O negócio da empresa não produz emissões relevantes de substâncias redutoras da camada de ozono	
EN20	NOx, SOx e outras emissões relevantes, por tipo e peso	Não			Não material	O negócio da empresa não produz níveis relevantes de SOx, NOx ou outras emissões significativas	
EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino	Não			Não material	O negócio da empresa não utiliza a água como recurso relevante	
EN22	Quantidade total dos resíduos, por tipo e método de tratamento	Parcial	76-77 Na Europa e no Brasil, o método de tratamento dos resíduos foi indicado pelo fornecedor, enquanto nos Estados Unidos o método de tratamento foi acordado por defeito com os fornecedores de resíduos	A empresa não desagrega o total de resíduos (perigosos e não perigosos) por tipo: compostagem, para incineração (para uso como combustível), injeção em profundidade, armazenagem temporária no próprio local de produção	Não disponível	A empresa diferencia resíduos perigosos e não perigosos segundo os seguintes métodos de tratamento: reciclado, recuperado (não reciclado), enviado para deposição e outros tipos de eliminação	2015
EN23	Número e volume total de derrames significativos	Completa	76 A empresa considera um derrame significativo aquele que ultrapassa os 0.16m <sup>3</sup> e que atinge o solo				
EN24	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional	Não			Não aplicável	O negócio da empresa não envolve o transporte, importação, exportação ou tratamento de resíduos	
EN25	Identidade, dimensão, estatuto de protecção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respectivos habitats, afectados de forma significativa pelas descargas de água escoamento superficial	Não			Não aplicável	O negócio da empresa não utiliza a água como recurso relevante	
<b>Produtos e serviços</b>							
EN26	Iniciativas para mitigar impactos ambientais de produtos e serviços e a dimensão da mitigação do impacto	Não			Não material	O consumo da electricidade produzida não tem efeitos significativos sobre o ambiente	
EN27	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria.	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa, visto que o produto final é energia eléctrica	
<b>Cumprimento</b>							
EN28	Valor monetário de multas relevantes e número total de sanções não monetárias pelo incumprimento das leis e regulamentos ambientais	Completa	103				

Refª GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
	<b>Transporte</b>						
EN29	Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como o transporte de colaboradores	Completa	79				
	<b>Geral</b>						
EN30	Total de custos e investimentos totais em protecção ambiental, por tipo	Parcial	75	Investimentos não especificados por tipo: alienação de resíduos, tratamento de emissões, custos de prevenção e remediação, custos de gestão ambiental	Não disponível	A empresa utiliza uma classificação diferente dos tipos de investimentos e gastos ambientais dos definidos pela GRI	2014
	<b>Práticas laborais e trabalho decente</b>						
	<b>Emprego</b>						
LA1	Mão-de-obra total, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região, detalhado por género	Completa	90-91, 110				
LA2	Número total e taxa de novos colaboradores e rendimento dos empregados, por faixa etária, género e região	Completa	90, 111				
EU17	Número de dias de trabalho dos empreiteiros e subempreiteiros em actividades de construção, operação e manutenção	Completa	397.872 dias trabalhados pelos nossos empreiteiros				
EU18	Percentagem dos trabalhadores de entidades contratadas e subcontratadas que frequentaram acções de formação relevantes de saúde e segurança	Completa	97-99				
LA3	Benefícios oferecidos aos empregados a tempo inteiro que não sejam disponibilizados aos trabalhadores temporários ou a tempo parcial, por localizações significativas de operação	Completa	96				
LA15	Regresso ao posto de trabalho e taxas de retenção depois da baixa parental, por género	Parcial	111 Apenas um colaborador não voltou e estendeu o período de baixa parental quando esta terminou	A empresa não reporta o número de colaboradores que voltaram ao seu posto de trabalho após a baixa parental e que continuam no seu posto de trabalho 12 meses depois	Não disponível	A empresa começou a reportar este indicador em 2011 e a empresa não dispunha desta informação durante o processo de reporte para dar uma resposta consolidada de acordo com o princípio de abrangência de GRI	2016
	<b>Relações laborais/gestão</b>						
LA4	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação colectiva	Completa	95-111				
LA5	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação colectiva.	Completa	95				
	<b>Saúde e segurança no trabalho</b>						
LA6	Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam na acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde profissional	Completa	98				
LA7	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias de perdidos, absentismo e número total de mortes relacionadas com o trabalho, por região e por género	Parcial	99 Não inclui lesões menores. Dias = dias de trabalho programados Número médio de empreiteiros independentes: EU: 877 NA: 700 BR: 30	A empresa não reporta a taxa de doenças profissionais e a taxa de absentismo	Não disponível	A empresa não dispunha desta informação durante o processo de reporte para dar uma resposta consolidada de acordo com o princípio de abrangência de GRI	2015
LA8	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afectados por doenças graves	Parcial	97-99	A empresa não reporta se tem colaboradores que desempenhem actividades sujeitas a um elevado risco ou incidência de doenças graves	Não disponível	A empresa não dispunha desta informação durante o processo de reporte para dar uma resposta consolidada de acordo com o princípio de abrangência de GRI	2015

Refª GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
LA9	Temas de saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos	Completa	A maioria dos acordos colectivos de trabalho da empresa endereçam os direitos e obrigações dos colaboradores no que compete a saúde e segurança				
<b>Formação e ensino</b>							
LA10	Média de horas de formação, por ano, por empregado, por género e por categoria de funções	Parcial	93-94 53,3 horas por colaborador	Dados não divididos por categoria profissional nem género	Não disponível	A informação não foi consolidada segundo as categorias detalhadas pela GRI. Os cursos foram reportados por tema.	2015
LA11	Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos colaboradores e para a gestão de carreira	Parcial	93-94	A empresa não reporta os programas de transição para apoiar colaboradores que se reformam ou planos de pré-reforma para os colaboradores que pretendem reformar-se; nem a formação daqueles que pretendem continuar a trabalhar; nem pagamentos por ruptura (tendo em consideração a idade e o número de anos de serviço do colaborador); nem serviços de re-localização; nem assistência na transição para uma vida não activa	Não material	A nossa força de trabalho é jovem, e a empresa não se deparará com estes temas num futuro próximo	
LA12	Percentagem de colaboradores que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira, por género	Completa	91-92				
<b>Diversidade e igualdade de oportunidades</b>							
LA13	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade	Parcial	90-91, 110, 169-171	A empresa não reporta a percentagem de colaboradores ou membros do governo societário que pertencem a grupos minoritários	Não material	Não existem grupos minoritários significativos na empresa	
<b>Remuneração igual para mulheres e homens</b>							
LA14	Rácio do salário-base e remuneração entre homens e mulheres, por categoria funcional e por lugares significativos de operação	Completa	111	Não publicamos os rácios por país	Informação confidencial	Informação não publicada para proteger a privacidade dos dados dos colaboradores em casos específicos	
<b>Direitos humanos</b>							
<b>Investimento e práticas de intervenção</b>							
HR1	Percentagem e número total de contratos de investimento significativos e contratos que incluam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos	Completa	102-103				
HR2	Percentagem dos principais fornecedores, empresas contratadas e outros sócios que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas	Completa	102-103 Como o ambiente profissional nos países em que trabalhamos respeita por completo os direitos humanos, a empresa não realizou um processo de revisão das práticas dos seus fornecedores nem foram incluídas cláusulas deste tipo nos acordos de investimento				
HR3	Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de colaboradores que beneficiaram de formação	Completa	102-103				
<b>Não discriminação</b>							
HR4	Número total de casos de discriminação e acções corretivas tomadas	Completa	103				

Refª GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
	<b>Liberdade de associação e contratação colectiva</b>						
HR5	Operações e fornecedores significativos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação colectiva, e medidas que contribuam para a sua abolição efetiva	Completa	103				
	<b>Trabalho infantil</b>						
HR6	Operações e fornecedores significativos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação	Completa	103				
	<b>Trabalho forçado ou escravo</b>						
HR7	Operações em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação	Completa	103				
	<b>Direitos dos povos indígenas</b>						
HR9	Número total de incidentes que envolvam a violação de direitos de pessoas indígenas e acções tomadas	Completa	103				
	<b>Avaliação</b>						
HR10	Percentagem e número total de operações que foram sujeitas a uma revisão dos direitos humanos e a uma avaliação do impacto	Completa	103	A EDPR tem mais de 200 parques eólicos e opera em 11 países. Todos eles estão cobertos pelo Código de Ética e respetiva regulamentação.			
	<b>Remediação</b>						
HR11	Número de queixas relacionadas com os direitos humanos registadas, revistas e resolvidas através de um mecanismo formal de queixas	Completa	102-103				
	<b>Responsabilidade Social</b>						
	<b>Comunidade</b>						
SO1	Natureza, âmbito e eficácia dos programas e práticas que avaliam e gerem os impactos das operações sobre as comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada e percentagem de operações com programas implementados para envolver a comunidade local, realizar avaliações de impacto e incentivar o desenvolvimento	Completa	66-71, 75-77, 83-86				
SO9	Operações com impactos significativos, potenciais ou atuais, nas comunidades locais	Completa	66-71, 75-77, 83-86				
SO10	Medidas de prevenção ou mitigação de impactos significativos, potenciais e reais, nas comunidades locais implementadas na operação	Completa	66-71, 75-77, 83-86				
EU22	Número de pessoas física ou economicamente deslocadas e sua compensação, por tipo de projecto	Não			Não aplicável	A empresa não tem colaboradores deslocalizados	
	<b>Corrupção</b>						
SO2	Percentagem e número total de unidades de negócio analisadas relativamente a riscos relacionados com a corrupção	Completa	103				
SO3	Percentagem de colaboradores que tiveram formação sobre práticas e procedimentos anti-corrupção	Completa	103				
SO4	Acções tomadas em resposta a incidentes de corrupção	Completa	103				
	<b>Políticas públicas</b>						
SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão	Completa	105	Dirija-se ao nosso website: <a href="http://www.edprenovaveis.com">www.edprenovaveis.com</a>			
SO6	Valor total de contribuições financeiras ou em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, por país	Completa	105				
	<b>Concorrência desleal</b>						
SO7	Número total de acções judiciais por concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados	Completa	103				
	<b>Cumprimento</b>						
SO8	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	Completa	103				

Refª GRI	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência directa	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
	<b>Responsabilidade sobre os produtos</b>						
	<b>Saúde e segurança dos clientes</b>						
PR1	Fases do ciclo de vida dos produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados para melhoria e a percentagem dos produtos e serviços relevantes que são submetidos a esses procedimentos	Não			Não aplicável	O negócio da empresa e as suas iniciativas de saúde e segurança concentram-se na produção de energia e não no seu consumo final	
PR2	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado	Não			Não aplicável	O negócio da empresa e as suas iniciativas de saúde e segurança concentram-se na produção de energia e não no seu consumo final	
EU25	Número de lesões e mortes para o público que envolvam activos da empresa, incluindo sentenças judiciais, acordos e processos judiciais pendentes cujo objecto sejam doenças profissionais	Completa	103				
	<b>Rotulagem de produtos e serviços</b>						
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
PR4	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
PR5	Práticas relacionadas com a satisfação do consumidor, incluindo resultados de inquéritos de medição da satisfação dos consumidores	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
	<b>Comunicação e marketing</b>						
PR6	Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	Não			Não aplicável	Sem relação com a atividade da empresa, pois não comunica nem faz marketing relacionado com um produto	
PR7	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado	Completa	103				
	<b>Privacidade dos clientes</b>						
PR8	Número total de reclamações com fundamento relativas à violação da privacidade de clientes	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
PR9	Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços.	Completa	103				
	<b>Acesso</b>						
EU26	Percentagem de população não abrangida pela distribuição autorizada ou áreas de serviço	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
EU27	Número de cortes no fornecimento por falta de pagamento, repartidos por duração do corte e por regime regulatório	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
EU28	Frequência do período de interrupção no fornecimento de energia eléctrica	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
EU29	Duração média do período de interrupção no fornecimento de energia eléctrica	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	
EU30	Factor médio de disponibilidade das centrais de produção, por fonte de energia e por país ou regime regulador	Não			Não aplicável	Não diz respeito ao negócio da empresa	

## Relatório de revisão independente



KPMG ASESORES S.L.  
Edificio Torre Europa  
Paseo de Castellano, 90  
28046 Madrid

### Relatório Independente de Garantia de Fiabilidade para a Direcção da EDP Renováveis S.A.

(Tradução livre da versão em Castelhana.  
Em caso de discordância, prevalece a versão em Castelhana.)

Foi realizada uma revisão da informação não-financeira contida no Relatório Anual da EDP Renováveis, S.A. (doravante “EDP Renováveis”) para o exercício findo a 31 de dezembro de 2011, nomeadamente nos capítulos “Visão geral”, “Parceria com os stakeholders”, “Proteção do ambiente”, “Apoio ao desenvolvimento social”, “Desenvolver o capital humano”, “Trabalhar com integridade” (doravante “o Relatório”).

A Comissão Executiva da EDP Renováveis é responsável pela preparação e apresentação do Relatório em conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade (“Sustainability Reporting Guidelines (G3.1)” do Global Reporting Initiative (GRI), conforme referido no capítulo “Avaliação GRI” do Relatório. Neste subcapítulo é detalhado o nível de aplicação auto-declarado, devidamente confirmado pela Global Reporting Initiative. A Comissão Executiva também é responsável pela informação e asserções incluídas no mesmo, pela determinação dos objectivos da EDP Renováveis no que respeita ao desempenho e relato relacionados com a sustentabilidade e pela implementação e manutenção de sistemas de gestão do desempenho e de controlo interno apropriados dos quais é obtida a informação relatada.

A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e expressar uma conclusão baseada no trabalho efectuado que se refere exclusivamente à informação correspondente ao ano de 2011. O nosso trabalho foi efectuado de acordo com a Norma ISAE 3000, *Assurance Engagements other than Audits or Reviews of Historical Financial Information*, emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) e também de acordo com as linhas de orientação do Instituto de Censores Jurados de Cuentas de España. Estas normas requerem o cumprimento dos requisitos éticos aplicáveis, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja planeado e executado com o objectivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se o Relatório está isento de distorções materialmente relevantes. Conduzimos este trabalho de acordo com os requisitos de independência incluídos no Código de Ética da *International Ethics Standards Board for Accountants* que especifica requisitos no que diz respeito a integridade, objectividade, confidencialidade, qualificações profissionais e conduta.

Um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre um relatório de sustentabilidade consiste em indagações, principalmente aos responsáveis pela preparação da informação apresentada no Relatório, na execução de procedimentos analíticos e outros procedimentos para obtenção de evidência, conforme apropriado. Esses procedimentos incluíram:

- Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, sobre a estratégia de sustentabilidade e as políticas para aspectos materialmente relevantes, e implementação destas nas diversas áreas de negócio;
- Realização de entrevistas com colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, responsáveis pela preparação da informação do Relatório;
- Análise aos processos de compilação e controlo interno relativo à informação quantitativa reflectida no Relatório e na verificação da fiabilidade da informação através de processos analíticos e de testes aos controlos por amostragem;

KPMG ASESORES S.L., sociedad española de responsabilidad limitada, inscrita en el Registro Mercantil de Madrid, Tomo 29.147, Folio 1, Inscripción 1ª, N.º de Identificación de Empresa (N.I.E.) 280820000, N.º de Identificación de Empresa (N.I.E.) 280820000, N.º de Identificación de Empresa (N.I.E.) 280820000, N.º de Identificación de Empresa (N.I.E.) 280820000

- Leitura da informação apresentada no Relatório de forma a determinar se está de acordo com o nosso conhecimento geral da, e experiência com, a performance de sustentabilidade da EDP Renováveis;
- Comparação da informação financeira incluída no Relatório com as contas anuais da EDP Renováveis, auditadas por terceiras partes independentes;

Os procedimentos de recolha de prova, efectuados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade, são mais limitados do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade e por isso é obtida menor garantia de fiabilidade. Este relatório não tem como objectivo emitir uma opinião de auditoria.

A nossa equipa multidisciplinar incluiu especialistas em aspectos sociais, ambientais e económicos.

Com base no trabalho efectuado, conforme descrito nos parágrafos anteriores, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação referida no Relatório e Contas da EDP Renováveis, para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2011, não esteja isento de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade do Global Reporting Initiative versão 3.1 conforme referido no capítulo “Avaliação GRI” do Relatório.

Apresentamos à Comissão Executiva da EDP Renováveis um relatório interno com as nossas constatações e recomendações.

KPMG Asesores, S.L.

(Assinado)

José Luis Blasco Vázquez

14 de Março de 2012

## Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI



### Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que EDP Renováveis apresentou seu relatório "Relatório e Contas 2011" para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação A+.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3.1 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3.1 das GRI.

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

Amsterdã, 7 de março de 2012

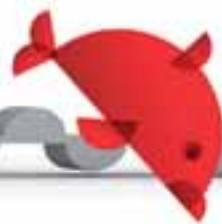
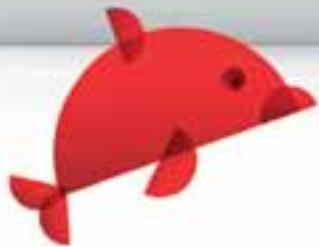
Nelmar Arbex  
Vice-Presidente  
Global Reporting Initiative



O "+" foi acrescentado a este Nível de Aplicação porque EDP Renováveis submeteu (parte de) seu relatório a verificação externa. A GRI aceita a soberania da própria organização na escolha da organização responsável pela verificação externa e na decisão do escopo da verificação.

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabeleceram os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social. [www.globalreporting.org](http://www.globalreporting.org)

**Isenção de Responsabilidade:** No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais, entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 23 de fevereiro de 2012. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores das referidas materiais.



# governo da sociedade

## **130 declaração de cumprimento**

134 Declaração de conformidade com os requisitos de independência

## **135 estrutura de governo da sociedade**

135 Modelo de administração e supervisão

136 Estrutura, competências e funcionamento dos órgãos sociais

143 Incompatibilidades e independência

144 Regras de nomeação e destituição dos membros do conselho de administração

## **145 transações entre a sociedade e os membros dos órgãos sociais da sociedade ou outras sociedades do grupo**

## **147 sistema de controlo interno e de gestão de risco**

147 Sistema de controlo interno do relato financeiro

148 Gestão de risco

151 Auditor externo

152 Política de comunicação de irregularidades

## **153 estrutura acionista e exercício dos direitos dos acionistas**

153 Estrutura de capital

153 Estrutura acionista

154 Direito de participação

154 Voto e exercício do direito de voto

154 Exercício do direito de voto por correspondência e por meios eletrónicos

155 Quórum constitutivo e deliberativo da Assembleia Geral

155 Atas e informação sobre as deliberações adotadas

155 Medidas relativas ao controlo e à mudança de controlo da sociedade

## **156 remunerações**

156 Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria e Controlo

156 Componente baseada no desempenho, componente variável e montante fixo

157 Remuneração anual do Conselho de Administração, incluindo a Comissão de Auditoria e Controlo

157 Declaração sobre a política de remunerações

158 Avaliação pela Assembleia Geral da política de remuneração da sociedade e da avaliação de desempenho dos órgãos sociais

158 Presença de um representante da comissão de nomeações e remunerações na Assembleia Geral ordinária

158 Proposta sobre a aprovação de um plano de atribuição de ações e/ou de opções de aquisição ou com base nas variações do preço das ações

158 Remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral

158 Remuneração do Auditor

## **159 mercados de capitais**

159 Desempenho das ações e política de dividendos

160 Política de dividendos

160 Comunicação com o mercado de capitais

## **164 anexos**

I. Principais funções exercidas pelos membros do conselho de administração nos últimos cinco anos

II. Cargos atuais dos membros do conselho de administração em empresas não pertencentes ao mesmo grupo que a EDP Renováveis, S.A. ou a EDP – Energias de Portugal, S.A.

III. Cargos atuais dos membros do conselho de administração em empresas pertencentes ao mesmo grupo que a EDP – Energias de Portugal, S.A. e a EDP Renováveis, S.A.

IV. Conselho de administração e secretário do conselho

V. Ações da edp renováveis de que são titulares os membros do conselho de administração a 31.12.2011



## Declaração de cumprimento

A EDP Renováveis, S.A. (doravante designada como “EDP Renováveis”, “EDPR” ou “a sociedade”) é uma empresa de direito espanhol cotada no mercado regulado português. A organização societária da EDP Renováveis está sujeita assim às recomendações contidas no “Código de Governo das Sociedades” aprovado pela CMVM (Comissão de Mercado de Valores Mobiliários) em Janeiro de 2010. Este código de governo societário pode ser consultado no sítio da Internet da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)).

A organização e funcionamento do modelo de governo societário da EDPR foram concebidos de forma a atingirem os mais elevados padrões de governo corporativo, de ética e conduta nos negócios,

tal como foram estabelecidos pelas melhores práticas nacionais e internacionais de governo das sociedades.

Neste contexto, a EDPR declara ter adotado integralmente as recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas constantes do “Código de Governo das Sociedades”, salvo no que diz respeito à Recomendação II.2.2. do aludido código, a qual não é adotada pelos motivos abaixo enunciados.

Na tabela seguinte, identificam-se as recomendações da CMVM previstas no referido código, especificando-se se as mesmas foram ou não adotadas integralmente pela EDP Renováveis, e o local no presente relatório onde as mesmas são descritas com maior detalhe.

### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Informação sobre a adoção	Descrição no relatório
<b>I. ASSEMBLEIA GERAL</b>		
<b>I.1 Mesa da Assembleia Geral</b>		
<b>I.1.1</b> O presidente da Mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Adotada	1.2.1
<b>I.1.2</b> A remuneração do presidente da Mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Adotada	5.8
<b>I.2 Participação na Assembleia</b>		
<b>I.2.1</b> A antecedência imposta para a receção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das ações para a participação em assembleia geral não deve ser superior a cinco dias úteis.	Adotada	4.4
<b>I.2.2</b> Em caso de suspensão da reunião da assembleia geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.	Adotada	4.4
<b>I.3 Voto e Exercício do Direito de Voto</b>		
<b>I.3.1</b> As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adotado e admissível, ao voto por correspondência eletrónico.	Adotada	4.6
<b>I.3.2</b> O prazo estatutário de antecedência para a receção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.	Adotada	4.6
<b>I.3.3</b> As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada ação. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham ações que não confiram o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.	Adotada	4.5
<b>I.4 Quórum Deliberativo</b>		
<b>I.4.1</b> As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Adotada	4.7
<b>I.5 Atas e informação sobre deliberações adotadas</b>		
<b>I.5.1</b> Extratos de ata das reuniões da assembleia geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos acionistas no sítio na Internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da assembleia geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio na Internet da sociedade durante pelo menos três anos.	Adotada	4.8
<b>I.6 Medidas Relativas ao Controlo das Sociedades</b>		
<b>I.6.1</b> As medidas que sejam adotadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus acionistas. Os Estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Adotada	4.9
<b>I.6.2</b> Não devem ser adotadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Adotada	4.9
<b>II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO</b>		
<b>II.1 Temas gerais</b>		
<b>II.1.1 Estrutura e competência</b>		
<b>II.1.1.1</b> O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o governo da sociedade o modelo adotado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de atuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	Adotada	1.1/1.1.1

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Informação sobre a adoção	Descrição no relatório
<p><b>II.1.1.2</b> As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes:</p> <p>I) fixação dos objetivos estratégicos da sociedade em matéria de assunção de riscos;</p> <p>II) identificação dos principais riscos ligados à concreta atividade exercida e dos eventos suscetíveis de originar riscos;</p> <p>III) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais;</p> <p>IV) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efetivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos;</p> <p>V) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia;</p> <p>VI) adoção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos;</p> <p>VII) avaliação periódica do sistema implementado e adoção das modificações que se mostrem necessárias.</p>	Adotada	3
<p><b>II.1.1.3</b> O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da sociedade.</p>	Adotada	1.2.2/1.2.4/3
<p><b>II.1.1.4</b> As sociedades devem, no relatório anual sobre o governo da sociedade:</p> <p>I) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade;</p> <p>II) descrever a atuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.</p>	Adotada	3.2
<p><b>II.1.1.5</b> Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento, os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.</p>	Adotada	1.2.2/1.2.4
<p><b>II.1.2 Incompatibilidades e independência</b></p>		
<p><b>II.1.2.1</b> O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos.</p>	Adotada	1.2.2
<p><b>II.1.2.2</b> De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.</p>	Adotada	1.3
<p><b>II.1.2.3</b> A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.</p>	Adotada	Declaração de conformidade com os requisitos de independência
<p><b>II.1.3 Elegibilidade e nomeação</b></p>		
<p><b>II.1.3.1</b> Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.</p>	Adotada	1.2.4
<p><b>II.1.3.2</b> O processo de seleção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.</p>	Adotada	1.4
<p><b>II.1.4 Política de comunicação de irregularidades</b></p>		
<p><b>II.1.4.1</b> A sociedade deve adotar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos:</p> <p>I) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações;</p> <p>II) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.</p>	Adotada	3.4
<p><b>II.1.4.2</b> As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo da sociedade.</p>	Adotada	3.4
<p><b>II.1.5 Remuneração</b></p>		
<p><b>II.1.5.1</b> A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma:</p> <p>(I) A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis pré-determinados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da empresa.</p> <p>(II) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.</p> <p>(III) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.</p> <p>(IV) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.</p> <p>(V) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.</p> <p>(VI) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.</p> <p>(VII) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a um desempenho inadequado.</p> <p>(VIII) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.</p>	Adotada	5.1/5.2/5.3
<p><b>II.1.5.2</b> A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação:</p> <p>I) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração;</p> <p>II) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.</p>	Adotada	5.2/5.4

# governo da sociedade

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Informação sobre a adoção	Descrição no relatório
<b>II.1.5.3</b> A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2º da Lei nº 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na aceção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.	Adotada	5.4
<b>II.1.5.4</b> Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em Assembleia Geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários.	Adotada	5.2/5.3/5.4/5.7
<b>II.1.5.5</b> Não existe	-	
<b>II.1.5.6</b> Pelo menos um representante da Comissão de Remunerações deve estar presente nas assembleias gerais de acionistas.	Adotada	5.6
<b>II.1.5.7</b> Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o governo da sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.	Adotada	5.3
<b>II.2 Conselho de Administração</b>		
<b>II.2.1</b> Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o governo da sociedade.	Adotada	1.2.3
<b>II.2.2</b> O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: I) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; II) definir a estrutura empresarial do grupo; III) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não adotada  ("De acordo com a lei espanhola, as matérias referidas nesta recomendação podem ser delegadas pelo Conselho de Administração na Comissão Executiva. É prática corrente, em Espanha, haver uma delegação de competências alargada, excetuando os assuntos relacionados com a preparação das contas.")	-
<b>II.2.3</b> Caso o presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos acionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade.	Adotada	1.2.2
<b>II.2.4</b> O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos administradores não executivos, referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Adotada	1.2.2
<b>II.2.5</b> A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o governo da sociedade.	Não aplicável	-
<b>II.3 Administrador delegado, Comissão Executiva e Conselho de Administração Executivo</b>		
<b>II.3.1</b> Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Adotada	1.2.3
<b>II.3.2</b> O presidente da Comissão Executiva deve remeter, respetivamente, ao presidente do Conselho de Administração e, conforme aplicável, ao presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Adotada	1.2.3
<b>II.3.3</b> O presidente do Conselho de Administração Executivo deve remeter ao presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao presidente da Comissão para as Matérias Financeiras as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Não aplicável	-
<b>II.4 Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras, Comissão de Auditoria e Conselho Fiscal</b>		
<b>II.4.1</b> O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do Conselho de Administração Executivo. Entre as matérias sobre as quais o Conselho Geral e de Supervisão deve pronunciar-se incluem-se: I) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; II) a estrutura empresarial do grupo; e III) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não aplicável	-
<b>II.4.2</b> Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem ser objeto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Adotada	1.2.4
<b>II.4.3</b> Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem incluir a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida, referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Adotada	1.2.4
<b>II.4.4</b> O Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respetiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.	Adotada	1.2.4/3.3
<b>II.4.5</b> O Conselho Geral de Supervisão, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adotada	1.2.4/3.3
<b>II.4.6</b> Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i> ) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adotem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.	Adotada	1.2.4

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Informação sobre a adoção	Descrição no relatório
<b>II.5 Comissões especializadas</b>		
<p><b>II.5.1</b> Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:</p> <p>I) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;</p> <p>II) refletir sobre o sistema de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria;</p> <p>III) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.</p>	Adotada	1.1/1.1.1/1.2.3/1.2.4/1.2.5/1.2.6
<p><b>II.5.2</b> Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.</p>	Não aplicável	1.2.5
<p><b>II.5.3</b> Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação atual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.</p>	Adotada	1.2.5
<p><b>II.5.4</b> Todas as comissões devem elaborar atas das reuniões que realizem.</p>	Adotada	1.2.3/1.2.4/1.2.5/1.2.6
<b>III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA</b>		
<b>III.1 Deveres gerais de informação</b>		
<p><b>III.1.1</b> As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.</p>	Adotada	6.3
<p><b>III.1.2</b> A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês:</p> <p>a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais;</p> <p>b) Estatutos;</p> <p>c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;</p> <p>d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso;</p> <p>e) Documentos de prestação de contas;</p> <p>f) Calendário semestral de eventos societários;</p> <p>g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral;</p> <p>h) Convocatórias para a realização de assembleia geral.</p>	Adotada	6.3
<p><b>III.1.3</b> As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.</p>	Adotada	3.3
<p><b>III.1.4</b> O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.</p>	Adotada	3.3
<p><b>III.1.5</b> A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o governo da sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.</p>	Adotada	5.9
<b>IV. CONFLITOS DE INTERESSES</b>		
<b>IV.1 Relações com acionistas</b>		
<p><b>IV.1.1</b> Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.</p>	Adotada	2
<p><b>IV.1.2</b> Os negócios de relevância significativa com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.</p>	Adotada	1.2.6
	(De acordo com a lei espanhola e a estrutura de governo adoptada pela Sociedade, estas funções foram delegadas pelo Conselho de Administração na Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e na Comissão de Auditoria e Controlo.)	

## Declaração de conformidade com os requisitos de independência

Os Estatutos da EDP Renováveis, que estão disponíveis para consulta no seu sítio da Internet ([www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com)), contêm as regras de independência exigidas para o desempenho de cargos em todos os órgãos da sociedade.

O artigo 20.2 dos Estatutos da EDPR define como administradores independentes aqueles que possam desempenhar as suas funções sem estarem condicionados por relações com a sociedade, os seus acionistas significativos ou os seus dirigentes, e que cumpram os outros requisitos exigidos pela legislação aplicável.

O Conselho de Administração da EDP Renováveis considera que os seguintes administradores cumprem estes requisitos de independência e compatibilidade, tal como são definidos pela legislação em vigor e pelos Estatutos.

Nome	Cargo	Data da Nomeação	Fim do Mandato
António Nogueira Leite	Administrador (independente) Presidente da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas	21/06/2011	21/06/2014
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	Administrador (independente) Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações	21/06/2011	21/06/2014
Gilles August	Administrador (independente)	21/06/2011	21/06/2014
João Lopes Raimundo	Administrador (independente) Membro da Comissão de Auditoria e Controlo	21/06/2011	21/06/2014
João Mello Franco	Administrador (independente) Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo e membro da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas	21/06/2011	21/06/2014
Jorge Santos	Administrador (independente) Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações e membro da Comissão de Auditoria e Controlo	21/06/2011	21/06/2014
José Araújo e Silva	Administrador (independente)	21/06/2011	21/06/2014
Rafael Caldeira Valverde	Administrador (independente) Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações	21/06/2011	21/06/2014

# 1. Estrutura de governo da sociedade

## 1.1. Modelo de administração e supervisão

A EDP Renováveis adotou a estrutura de governo em vigor em Espanha, a qual inclui uma Assembleia Geral de Acionistas e um Conselho de Administração que representa e administra a sociedade.

Conforme exigido pela lei e pelos Estatutos, o Conselho de Administração estabeleceu quatro diferentes comissões, a saber: a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Controlo, a Comissão de Nomeações e Remunerações e a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

O modelo de governação da EDP Renováveis foi concebido de forma a garantir, com transparência e rigor, a separação de poderes e a especialização da supervisão. Os órgãos mais importantes no modelo de administração e fiscalização da EDPR são os seguintes:

- Assembleia Geral de Acionistas;
- Conselho de Administração;
- Comissão Executiva;
- Comissão de Auditoria e Controlo;
- Auditor externo.

O objetivo da adoção deste modelo de governo pela EDP Renováveis é o de adaptar esta estrutura à legislação portuguesa. O modelo de governação adotado pela EDP Renováveis pretende assim – até ao ponto em que ele seja compatível com o direito espanhol – corresponder ao chamado modelo “anglo-saxónico”, tal como foi disposto no Código das Sociedades Comerciais português, em que o corpo diretivo é um Conselho

de Administração, e os deveres de fiscalização e controlo são cometidos a uma Comissão de Auditoria e Controlo.

A escolha deste modelo baseia-se fundamentalmente na tentativa de garantir a compatibilidade entre os dois regimes jurídicos societários, que podem ser considerados aplicáveis a esta estrutura.

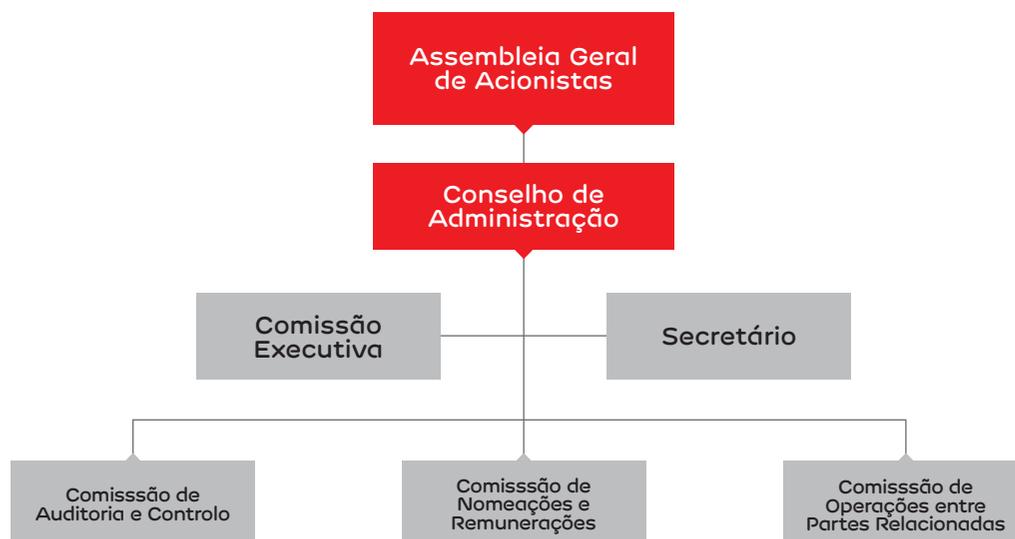
A experiência da prática de funcionamento institucional sugere que o modelo de governação adotado pelos acionistas é adequado à organização societária das atividades prosseguidas pela EDP Renováveis, fundamentalmente porque garante a transparência e o equilíbrio entre as funções de gestão da Comissão Executiva, as funções de fiscalização da Comissão de Auditoria e Controlo e a supervisão pelas restantes comissões especializadas do Conselho de Administração.

O relacionamento institucional e funcional entre a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Controlo e os outros membros não executivos do Conselho de Administração tem sido de grande harmonia interna, propiciador do desenvolvimento dos negócios da sociedade.

A fim de garantir aos seus acionistas um melhor esclarecimento sobre o modelo de governação da EDP Renováveis, a empresa disponibiliza os seus Estatutos atualizados em [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com).

### 1.1.1. Declaração sobre a estrutura de governo

Em conformidade com a Recomendação II.1.1.1 do Código de Governo das Sociedades português, e de acordo com os resultados da reflexão conduzida no seio da Comissão de Auditoria e Controlo sobre os termos da Recomendação II.5.1 alínea III), o modelo de governo societário adotado tem garantido um desempenho e articulação eficaz dos órgãos sociais da EDP Renováveis, e demonstrou ser adequado à estrutura de governo da sociedade, sem que tenham surgido quaisquer constrangimentos à observância do sistema instituído de *checks and balances* que pudessem pôr em causa as práticas de governação adotadas pela EDP Renováveis.



## 1.2. Estrutura, competências e funcionamento dos órgãos sociais

### 1.2.1. Assembleia geral de acionistas

A Assembleia Geral é o órgão que reúne os acionistas da sociedade. Quando devidamente convocada, tem o poder de deliberar e adotar decisões por maioria dos votos em todos os assuntos que a lei e os Estatutos estabeleçam e que sejam submetidos à sua aprovação. É responsável nomeadamente pelos seguintes assuntos:

- Nomear os auditores da sociedade;
- Deliberar sobre o aumento e a redução do capital social e delegar no Conselho de Administração, se aplicável, dentro dos prazos previstos na lei, a faculdade de assinalar a data ou datas de execução da deliberação de aumento ou redução de capital, podendo o Conselho de Administração fazer uso, no todo ou em parte, desta delegação, inclusivamente não a executar, considerando as condições da sociedade, do mercado ou de quaisquer acontecimentos ou circunstâncias de especial relevância que, no seu entendimento, justifiquem tal decisão, devendo dar conhecimento à Assembleia Geral uma vez concluído o prazo outorgado para a sua execução;
- Delegar no Conselho de Administração o poder de aumentar o capital social, nos termos do artigo 297º do Real Decreto Legislativo 1/2010, de 2 de Julho, que aprovou em Espanha o novo texto da Lei das Sociedades de Capital;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações;
- Alterar os Estatutos da sociedade;
- Deliberar sobre a dissolução, cisão e transformação da sociedade;
- Decidir sobre qualquer assunto que o Conselho de Administração entenda submeter-lhe, estando este obrigado a convocar com a maior brevidade possível a Assembleia Geral de Acionistas para tomar decisões concretas sempre que se verifiquem circunstâncias ou factos relevantes que possam afetar a sociedade, os seus acionistas ou órgãos sociais;
- Deliberar sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pelo Conselho de Administração;
- Todos os outros assuntos estabelecidos por lei.

As decisões da Assembleia Geral vinculam todos os acionistas, incluindo os que tenham votado contra ou os que não tenham participado na Assembleia Geral.

A Assembleia Geral pode ser ordinária ou extraordinária. Em ambos os casos, rege-se pelo disposto na lei e nos Estatutos sociais.

A Assembleia Geral ordinária deve reunir nos primeiros seis (6) meses de cada exercício, para analisar o desempenho da gestão da sociedade, aprovar o relatório anual e as contas do exercício do ano anterior e deliberar sobre a aplicação dos resultados e sobre a aprovação das contas consolidadas, se aplicável. A Assembleia Geral delibera ainda sobre qualquer outro assunto que, cabendo no âmbito da sua competência, esteja incluído na ordem do dia.

#### Mesa da assembleia geral

O presidente da Mesa da Assembleia Geral é eleito pelos acionistas e deve cumprir os mesmos requisitos de independência que são exigidos aos administradores independentes. O mandato tem a duração de três anos, podendo ser renovado uma única vez.

A presidência da Mesa da Assembleia Geral é ocupada por Rui Chancerelle de Machete, com domicílio profissional na PLMJ, A.M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados, RL, Av. da Liberdade, 224, Edifício Eurolex, 1250-148 Lisboa, Portugal. O presidente da Mesa da Assembleia Geral foi reeleito para um segundo mandato a 11 de abril de 2011.

Para além do presidente, a Mesa da Assembleia Geral é composta pelo presidente do Conselho de Administração, ou pessoa que o substitua, pelos demais administradores e pelo secretário do Conselho de Administração. A Mesa da Assembleia Geral de Acionistas, através do seu presidente, é responsável pela organização e condução de todos os trabalhos da Assembleia.

A função de secretário da Assembleia Geral é assumida pelo secretário do Conselho de Administração, Emilio García-Conde Noriega, com domicílio profissional na sede da sociedade.

O presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDP Renováveis dispõe dos recursos humanos e logísticos adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da EDPR, na medida em que, para além do secretário da sociedade e do apoio jurídico disponibilizado para o efeito, a sociedade contrata uma entidade especializada na recolha, tratamento e contagem de votos.

#### Assembleia geral de acionistas de 2011

A 11 de Abril de 2011, decorreu em Oviedo a Assembleia Geral de Acionistas Ordinária da EDPR.

A validade da Assembleia foi verificada pelo presidente da Mesa, assinalando-se a existência de quórum com o seguinte número definitivo de membros:

- 270 acionistas presentes, com um total de 35.323.880 ações constitutivas de 4,049% do capital social;
- 167 acionistas representados, com um total de 707.886.379 ações constitutivas de 81,151% do capital social.

Houve assim um total de 437 acionistas na Assembleia Geral, entre os presentes e os representados, com 473.210.259 ações no valor nominal absoluto de EUR 3.716.051.295,00, ou seja, 85,200% do capital social.

As nove propostas submetidas à apreciação da Assembleia Geral foram todas elas aprovadas. Os extratos da ata da Assembleia Geral Ordinária de 2011, bem como a respetiva convocatória, ordem de trabalhos, propostas apresentadas e formas de participação encontram-se disponíveis no sítio da sociedade em [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com).

A 11 de Junho de 2011, decorreu em Oviedo uma Assembleia Geral de Acionistas Extraordinária da EDP.

A validade da Assembleia foi verificada pelo presidente da Mesa, assinalando-se a existência de quórum com o seguinte número definitivo de membros:

- 334 acionistas presentes, com um total de 40.342.213 ações constitutivas de 4,625% do capital social;
- 164 acionistas representados, com um total de 710.064.406 ações constitutivas de 81,401% do capital social.

Houve assim um total de 508 acionistas na Assembleia Geral, entre os presentes e os representados, com 750.406.619 ações no valor nominal absoluto de EUR 3.752.033.095,00, ou seja, 86,025% do capital social.

Na Assembleia Geral de Acionistas Extraordinária, foram aprovadas alterações importantes aos Estatutos da sociedade:

- Alteração do artigo 12.4 dos Estatutos, no sentido de adaptar as formalidades da convocatória da Assembleia Geral aos requisitos da Lei das Sociedades de Capital em vigor em Espanha;
- Alteração do artigo 12.6 dos Estatutos, no sentido de permitir a realização da Assembleia Geral em qualquer cidade de Espanha, de acordo com a faculdade permitida na Lei das Sociedades de Capital espanhola;

- Alteração do artigo 26 dos Estatutos, acrescentando-lhe um novo parágrafo, o 26.4, e pormenorizando os outros parágrafos do mesmo artigo, com o objetivo de limitar qualquer tipo de remuneração auferida pelos membros do Conselho de Administração, para além das descritas nos parágrafos 1 e 2 do referido artigo, a uma quantia máxima anual a ser fixada pela Assembleia Geral de Acionistas;
- Alteração do artigo 27.3 dos Estatutos, visando aumentar o número de membros da Comissão Executiva para um mínimo de seis (6) e um máximo de nove (9) elementos.

As seis propostas submetidas à apreciação da Assembleia Geral foram todas elas aprovadas. Os extratos da ata da Assembleia Geral Extraordinária de 2011, bem como a respetiva convocatória, ordem de trabalhos, propostas apresentadas e formas de participação encontram-se disponíveis no sítio da sociedade em [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com).

### 1.2.1. Conselho de Administração

De acordo com os artigos 20º e 21º dos Estatutos da EDP Renováveis, o Conselho de Administração é constituído no mínimo por cinco (5) e no máximo por dezassete (17) administradores. O seu mandato tem a duração de três (3) anos, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes por iguais períodos.

O Conselho de Administração é constituído atualmente pelos seguintes dezassete (17) membros:

Administrador	Cargo	Data da primeira nomeação	Data de reeleição	Fim do mandato
António Mexia	Presidente e Administrador	18/03/2008	21/06/2011	21/06/2014
Ana Maria Fernandes	Vice-Presidente e Administradora Delegada	18/03/2008	21/06/2011	21/06/2014
João Manso Neto	Administrador	18/03/2008	21/06/2011	21/06/2014
Nuno Alves	Administrador	18/03/2008	21/06/2011	21/06/2014
Rui Teixeira	Administrador	11/04/2011	21/06/2011	21/06/2014
João Paulo Costeira	Administrador	21/06/2011	-	21/06/2014
Luis Adão da Fonseca	Administrador	21/06/2011	-	21/06/2014
Gabriel Alonso	Administrador	21/06/2011	-	21/06/2014
Manuel Menéndez Menéndez	Administrador	4/06/2008	21/06/2011	21/06/2014
António Nogueira Leite	Administrador (independente)	4/06/2008	21/06/2011	21/06/2014
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	Administrador (independente)	4/06/2008	21/06/2011	21/06/2014
Gilles August	Administrador (independente)	14/04/2009	21/06/2011	21/06/2014
João Lopes Raimundo	Administrador (independente)	4/06/2008	21/06/2011	21/06/2014
João Manuel de Mello Franco	Administrador (independente)	4/06/2008	21/06/2011	21/06/2014
Jorge Santos	Administrador (independente)	4/06/2008	21/06/2011	21/06/2014
José Araújo e Silva	Administrador (independente)	4/06/2008	21/06/2011	21/06/2014
Rafael Caldeira Valverde	Administrador (independente)	4/06/2008	21/06/2011	21/06/2014

# governo da sociedade

Em 2011, Antônio Martins da Costa, José Silva Lopes e Daniel Kammen terminaram os seus mandatos como membros do Conselho de Administração. Quatro membros da Equipa de Gestão (Rui Teixeira, João Paulo Costeira, Luis Adão da Fonseca e Gabriel Alonso) foram nomeados para o Conselho de Administração e os restantes membros do Conselho de Administração foram eleitos para um novo mandato.

Os cargos ocupados pelos membros do Conselho de Administração nos últimos cinco (5) anos, os cargos que detêm atualmente e os cargos que ocupam em companhias pertencentes e não pertencentes ao Grupo são apresentados nos Anexos I, II e III, respetivamente. No Anexo IV apresentamos uma breve descrição do percurso académico e profissional nos administradores.

Finalmente, as ações da EDP Renováveis detidas por cada um dos administradores são discriminadas a tabela do Anexo V.

## Competências

De acordo com o artigo 19º dos Estatutos, o Conselho de Administração está investido dos mais amplos poderes para a administração, gestão e governo da sociedade, sem qualquer limitação, exceto nas atribuições expressamente conferidas à exclusiva competência da Assembleia Geral nos termos dos Estatutos ou da legislação aplicável.

No que diz respeito às decisões sobre aumento do capital social, o Conselho de Administração, sob delegação de poderes da Assembleia Geral, pode decidir o aumento do capital uma ou mais vezes. Esta delegação de competências, sempre sujeita a alteração, pode incluir a faculdade de excluir o direito de subscrição preferencial a respeito das emissões de ações que sejam objeto de delegação nos termos e com os requisitos estabelecidos por lei.

Por outro lado, a Assembleia Geral pode também delegar no Conselho de Administração os poderes de implementação de uma decisão previamente adotada de aumento do capital social, indicando a data ou datas da sua realização e determinando o resto das condições do mesmo que não tenham sido especificadas pela Assembleia Geral. Esta delegação poderá ser objeto de substituição. O Conselho de Administração poderá fazer uso no todo ou em parte desta delegação, inclusivamente não executá-la considerando as condições da sociedade, do mercado ou de quaisquer acontecimentos ou circunstâncias de especial relevância que justifiquem tal decisão, do que deverá ser dado conhecimento à Assembleia Geral uma vez concluído o prazo ou prazos outorgados para a sua execução.

De acordo com o artigo 146º da Lei das Sociedades de Capital em vigor em Espanha, a Assembleia Geral autorizou o Conselho de Administração a adquirir as suas próprias ações que sejam emitidas pela empresa-mãe e/ou empresas afiliadas através dos seus órgãos sociais ao longo de um prazo de cinco anos a contar a partir da data da Assembleia Geral de 13 de Abril de 2010. Os termos desta aquisição estão disponíveis para consulta no sítio da sociedade em [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com).

## Funcionamento

Para além do disposto nos Estatutos e na lei, o Conselho de Administração rege-se pelos regulamentos aprovados a 3 de maio de 2008. Os regulamentos sobre o funcionamento do Conselho de Administração estão disponíveis para consulta no sítio da sociedade em [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com).

O Conselho de Administração deve reunir-se pelo menos quatro (4) vezes ao ano, de preferência em cada trimestre. No entanto, o

presidente do Conselho de Administração ou quaisquer três (3) dos seus membros podem convocar uma reunião do Conselho sempre que o considerem necessário para os interesses da sociedade. O Conselho de Administração reuniu-se assim oito (8) vezes ao longo do ano que terminou a 31 de dezembro de 2011.

As reuniões são convocadas pelo presidente do Conselho de Administração, que pode solicitar o envio das convocatórias pelo secretário. As convocatórias devem ser enviadas com a antecedência mínima de cinco (5) dias. A fítulo excecional, e quando as circunstâncias assim o exigirem, o presidente do Conselho de Administração pode convocar uma reunião do Conselho sem a antecedência requerida.

As reuniões do Conselho de Administração consideram-se válidas sempre que metade mais um dos administradores em exercício estiverem presentes ou se fizerem representar. Os administradores devem comparecer pessoalmente às reuniões do Conselho, salvo impedimento excecional, caso em que podem solicitar por escrito a sua representação por outro membro do Conselho. Sem prejuízo do acima disposto, considera-se que o Conselho de Administração foi validamente constituído, sem necessidade de convocatória, se todos os administradores presentes ou representados aceitarem por unanimidade a sua validade e a ordem de trabalhos apresentada.

As decisões são tomadas por maioria absoluta dos membros presentes. Cada um dos administradores presentes ou representados tem direito a um voto, cabendo voto de qualidade ao presidente, em caso de empate.

Para permitir aos administradores não executivos uma decisão independente e informada, os artigos 22º, 24º e 25º do regulamento do Conselho de Administração estabelecem os seguintes mecanismos:

- As convocatórias devem incluir a ordem de trabalhos, mesmo que provisória, da reunião, e ser acompanhadas por toda a informação e documentação existente que possa ser relevante;
- Os administradores dispõem das mais amplas faculdades para obter informação sobre qualquer aspeto da sociedade, para examinar os seus livros, registos, documentos e restantes antecedentes das operações da sociedade. Por forma a evitar desequilíbrios na gestão da sociedade, o exercício das faculdades de informação deverá ser canalizado através do presidente ou do secretário do Conselho de Administração;
- Com o fim de ser auxiliado no exercício das suas funções, qualquer administrador poderá solicitar a contratação, com débito à sociedade, de assessores legais, contabilistas, técnicos financeiros ou comerciais e outros peritos. Tal solicitação deverá ser necessariamente baseada em problemas concretos de certo relevo e complexidade que se apresentem no desempenho do cargo. A solicitação da contratação de peritos será canalizada através do presidente ou do secretário do Conselho de Administração, que a submeterão à decisão do Conselho.

Além disso, a Comissão Executiva deve informar o Conselho de Administração de todas as suas decisões na primeira reunião do Conselho que tenha lugar depois de cada uma das reuniões da Comissão Executiva, entregando a todos os elementos do Conselho de Administração as atas das reuniões da Comissão Executiva.

Com os mecanismos assim estabelecidos no regulamento do Conselho de Administração, nenhum dos administradores não executivos se deparou com quaisquer problemas ou dificuldades no desempenho dos seus deveres.

Em 2011, os administradores não executivos estiveram envolvidos no processo de governo da EDP Renováveis não apenas através das reuniões do Conselho de Administração – onde puderam transmitir os seus pontos de vista sobre os mais diversos assuntos respeitantes à vida da empresa, ou fazer quaisquer sugestões que entendessem necessárias, ou ainda votar as matérias que aí lhes foram submetidas –, mas também pela sua participação na Comissão de Nomeações e Remunerações, na Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e na Comissão de Auditoria e Controlo, as quais integram exclusivamente administradores não executivos, com a única exceção da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas, que conta no seu seio com um administrador executivo, João Manuel Manso Beto.

### Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

#### Presidente do Conselho de Administração

António Mexia

Ao presidente do Conselho de Administração compete a presidência da sociedade e sua representação, agindo em seu nome e promovendo a execução das resoluções da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Sem prejuízo dos poderes que lhe forem conferidos pela lei e pelos Estatutos, o presidente do Conselho de Administração detém ainda as seguintes atribuições:

- Convocar e presidir às reuniões do Conselho de Administração, estabelecendo a ordem de trabalhos e conduzindo o debate e as deliberações;
- Servir de representante máximo da sociedade na relação com organismos públicos e quaisquer entidades setoriais ou patronais.

O presidente do Conselho de Administração pode ser escolhido pelos membros do Conselho de Administração, exceto quando for expressamente designado pela Assembleia Geral. O atual presidente do Conselho de Administração foi nomeado a 18 de março de 2008.

#### Vice-Presidente do Conselho de Administração

Ana Maria Fernandes

Compete ao vice-presidente do Conselho de Administração a substituição do presidente, sempre que este não possa comparecer às reuniões. O Conselho de Administração pode também delegar poderes executivos no seu vice-presidente.

O vice-presidente é escolhido pelo Conselho de Administração, sob proposta do respetivo presidente. A atual vice-presidente foi nomeada a 14 de maio de 2008.

### Administrador Delegado

#### Administradora Delegada (CEO)

Ana Maria Fernandes

O Conselho de Administração pode nomear um ou mais administradores delegados (ou CEO). Os administradores delegados são nomeados sob proposta do presidente do Conselho de Administração ou de dois terços dos seus membros. Os administradores delegados são nomeados por maioria qualificada de dois terços dos administradores, e só podem ser escolhidos de entre os membros do Conselho de Administração.

As competências de cada um dos administradores delegados são aquelas que o Conselho de Administração venha a considerar necessárias em cada caso, com a ressalva de que a delegação de competências seja feita sempre de acordo com a lei e os Estatutos.

A atual administradora delegada foi reeleita a 11 de junho de 2011, incluindo-se entre as suas competências a coordenação e implementação das decisões do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, o acompanhamento, condução e coordenação da Equipa de Gestão nomeada pela Comissão Executiva, a representação da sociedade nas relações comerciais com terceiros e outras funções afins.

### Secretário da Sociedade

#### Secretário da Sociedade

Emilio García-Conde Noriega

Os deveres do secretário da sociedade encontram-se dispostos na lei, nos Estatutos e nos regulamentos do Conselho de Administração. Em particular, as suas atribuições, de acordo com os regulamentos do Conselho e para além daquelas atribuídas nos Estatutos, são as seguintes:

- Prestar assistência ao Presidente do Conselho de Administração no desempenho das suas funções;
- Zelar pelo bom funcionamento do Conselho de Administração, ocupando-se de assessorar e informar o mesmo e os seus membros;
- Custodiar a documentação social;
- Indicar devidamente nos livros de atas o desenvolvimento das sessões do Conselho de Administração e dar fé das decisões das mesmas;
- Garantir, a todo o tempo, a legalidade formal e material das atuações do Conselho de Administração e providenciar para que as mesmas estejam de acordo com os Estatutos e com os regulamentos do Conselho;
- Seguir e verificar o cumprimento das disposições emanadas dos organismos reguladores e considerar as suas recomendações;
- Secretariar as várias comissões.

O atual secretário da sociedade, que ocupa também os cargos de secretário-geral e diretor do Departamento Jurídico da EDP Renováveis, foi nomeado a 4 de dezembro de 2007.

### 1.2.3. Comissão Executiva

De acordo com o artigo 27º dos Estatutos da sociedade, a Comissão Executiva é constituída por um mínimo de seis (6) e um máximo de nove (9) administradores.

A sua estrutura, a nomeação dos seus membros e a extensão dos poderes que lhe são delegados tem de ser aprovada por uma maioria qualificada de dois terços (2/3) dos membros do Conselho de Administração.

A Comissão Executiva é constituída atualmente por oito (8) membros, mais o secretário. António Mexia, Ana Maria Fernandes, João Manso Neto e Nuno Alves foram reeleitos a 21 de junho de 2011, no Conselho de Administração. Rui Teixeira foi nomeado a 11 de abril de 2011 e reeleito a 21 de junho de 2011. João Paulo Costeira, Luis Adão da Fonseca e Gabriel Alonso foram nomeados a 21 de junho de 2011.

# governo da sociedade

Comissão Executiva	
Presidente	António Mexia
Vice-Presidente e Administradora Delegada (CEO)	Ana Maria Fernandes
	Gabriel Alonso João Manso Neto João Paulo Costeira Luis Adão da Fonseca Nuno Alves Rui Teixeira
Secretário	Emilio García-Conde Noriega

Os membros da Comissão mantêm-se em funções enquanto sejam administradores da sociedade. No entanto, o Conselho de Administração detém sempre a prerrogativa de os exonerar, da mesma forma que os próprios membros da Comissão podem renunciar a estas funções, mantendo ainda assim o cargo de administradores da sociedade.

## Competências

A Comissão Executiva é um órgão permanente no qual podem ser delegadas todas as competências do Conselho de Administração que sejam delegáveis nos termos da lei e dos Estatutos, com as seguintes exceções:

- A eleição do presidente do Conselho de Administração;
- A nomeação de administradores por cooptação;
- O pedido de convocação ou a convocação de Assembleias Gerais;
- A elaboração e formulação das Contas Anuais e do Relatório de Gestão a submeter à Assembleia Geral;
- A alteração da sede social; e
- A redação e aprovação de projetos de fusão, cisão ou transformação da sociedade.

Os membros da Comissão Executiva receberam a delegação dos poderes de representação da sociedade, de maneira que quaisquer dois (2) dos seus membros possam agir conjunta e solidariamente em nome e em representação da sociedade.

## Funcionamento

Para além dos Estatutos, a Comissão Executiva rege-se ainda pelo regulamento aprovado a 4 de junho de 2008, bem como pelo regulamento do Conselho de Administração. Ambos os regulamentos estão disponíveis para consulta no sítio [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com).

A Comissão Executiva deve reunir-se pelo menos uma vez por mês, e sempre que o seu presidente considere necessário. O presidente tem ainda a prerrogativa de suspender ou adiar as reuniões que entender. A Comissão Executiva reunir-se-á também sempre que pelo menos dois (2) dos seus membros o solicitem. No ano que terminou a 31 de dezembro de 2011, a Comissão Executiva reuniu-se um total de trinta (30) vezes.

Cabe à Comissão Executiva redigir a ata de todas as suas reuniões, informando o Conselho de Administração das suas decisões na primeira reunião do Conselho que ocorra depois das suas reuniões.

O presidente da Comissão Executiva, que é também o presidente do Conselho de Administração, deve enviar ao presidente da Comissão de Auditoria e Controlo a convocatória para as reuniões da Comissão Executiva, bem como as atas dessas reuniões.

As reuniões da Comissão Executiva consideram-se válidas se metade mais um dos seus membros estiverem presentes. As suas decisões são adotadas por maioria simples, cabendo voto de qualidade ao seu presidente, em caso de empate.

Os administradores executivos devem facultar todo e qualquer esclarecimento que lhes seja solicitado por qualquer um dos restantes órgãos sociais da empresa.

## 1.2.4. Comissão de Auditoria e Controlo

De acordo com o artigo 28º dos Estatutos da sociedade, a Comissão de Auditoria e Controlo é constituída por um mínimo de três (3) e um máximo de cinco (5) administradores. Mais de metade dos seus membros têm de ser administradores independentes.

A Comissão de Auditoria e Controlo é um órgão permanente, competindo-lhe a supervisão independente do trabalho conduzido pelo Conselho de Administração.

A Comissão de Auditoria e Controlo é constituída atualmente por três (3) elementos, mais o secretário da sociedade. Todos os seus três (3) membros são administradores independentes, incluindo o presidente. O presidente da Comissão foi reeleito em 2011 e os outros dois membros, Jorge Santos e João Lopes Raimundo, foram nomeados a 21 de junho de 2011 pelo Conselho de Administração.

Comissão de Auditoria e Controlo	
Presidente	João Manuel de Mello Franco
	João Lopes Raimundo Jorge Santos
Secretário	Emilio García-Conde Noriega

Os membros da Comissão mantêm-se em funções enquanto sejam administradores da sociedade. No entanto, o Conselho de Administração detém sempre a prerrogativa de os exonerar, da mesma forma que os próprios membros da Comissão podem renunciar a estas funções, mantendo ainda assim o cargo de administradores da sociedade.

## Competências

Nos termos do artigo 28º dos Estatutos, os membros da Comissão de Auditoria e Controlo são nomeados pelo Conselho de Administração. O mandato do presidente da Comissão de Auditoria e Controlo tem a duração de três (3) anos, após os quais só pode ser reeleito para um segundo mandato de três (3) anos. Não obstante, findo este novo mandato, o presidente pode manter-se como membro da Comissão de Auditoria e Controlo.

No que concerne às recomendações introduzidas em 2010 pelo Código de Governo das Sociedades português, as competências da Comissão de Auditoria e Controlo foram alvo de um reforço, tal como abaixo se refere. As alterações introduzidas no regulamento da Comissão, a fim de garantir a conformidade com aquele Código, foram as seguintes:

- Informar nas Assembleias Gerais, por intermédio do seu presidente, sobre as questões relacionadas com as suas competências;
- Propor ao Conselho de Administração, para serem submetidas à Assembleia Geral, a nomeação dos auditores de contas da sociedade, bem como as condições da sua contratação, o alcance do seu trabalho – nomeadamente no que respeita à prestação de serviços de auditoria, *audit related* e *non-audit* –, a avaliação anual da sua atividade e a revogação ou renovação da sua nomeação (em cumprimento da recomendação III.5 do Código de Governo das Sociedades português de 2010);

- Supervisionar o processo de informação financeira e o funcionamento dos sistemas de controlo interno e gestão de riscos e, bem assim, avaliar os aludidos sistemas e propor os respetivos ajustamentos adequados às necessidades da sociedade (em cumprimento da recomendação II.1.1.3 do Código de Governo das Sociedades português de 2010);
- Supervisionar as atividades de auditoria interna e de *compliance* (em cumprimento da recomendação II.4.6 do Código de Governo das Sociedades português de 2010);
- Estabelecer um contacto permanente com os auditores de contas, zelando designadamente para que sejam asseguradas as condições, incluindo de independência, adequadas à prestação dos serviços por aqueles, atuando como o interlocutor da sociedade em quaisquer matérias relacionadas com o processo de auditoria de contas, assim como recebendo e mantendo informação sobre quaisquer questões em matéria de auditoria de contas (em cumprimento da recomendação II.4.4 do Código de Governo das Sociedades português de 2010);
- Preparar um relatório anual sobre a sua ação supervisora, incluindo eventuais constrangimentos deparados, e emitir parecer sobre o relatório de gestão, sobre as contas e as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração (em cumprimento da recomendação II.4.3 do Código de Governo das Sociedades português de 2010);
- Receber as comunicações sobre irregularidades em matéria financeira e contabilística apresentadas por colaboradores, acionistas da sociedade ou entidade que tenha um interesse juridicamente tutelado relacionado com a atividade social da sociedade (em cumprimento da recomendação II.1.4.1 do Código de Governo das Sociedades português de 2010);
- Contratar a prestação de serviços de peritos que colaborem com qualquer um dos membros da Comissão no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos mesmos considerar a importância dos assuntos que lhes sejam encomendados e a situação económica da sociedade;
- Organizar relatórios a pedido do Conselho de Administração e das suas comissões;
- Refletir sobre o sistema de governação adotado pela EDP Renováveis, procurando encontrar áreas em que possa ser melhorado;
- Quaisquer outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração ou pelos Estatutos.

#### Funcionamento

Para além do disposto nos Estatutos e na lei, a Comissão de Auditoria e Controlo rege-se pelo seu regulamento, aprovado a 4 de junho de 2008 e alterados a 4 de maio de 2010, e ainda pelo regulamento do Conselho de Administração. Estes regulamentos podem ser consultados em [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com).

A Comissão deve reunir-se trimestralmente, e sempre que o seu presidente considerar necessário. Em 2011, a Comissão de Auditoria e Controlo reuniu-se seis (6) vezes.

Cabe à Comissão redigir a ata de todas as suas reuniões, informando o Conselho de Administração das suas decisões na primeira reunião do Conselho que ocorra depois das suas reuniões.

As reuniões da Comissão de Auditoria e Controlo serão válidas se pelo menos metade mais um dos seus membros estiverem

presentes ou se fizerem representar. As decisões são adotadas por maioria simples, cabendo voto de qualidade ao seu presidente em caso de empate.

#### Atividade em 2011

Em 2011, as atividades da Comissão de Auditoria e Controlo incluíram: (I) a monitorização do fecho de contas trimestrais no primeiro semestre, para se familiarizar com a preparação e divulgação da informação financeira da sociedade, com os sistemas de auditoria interna e com as atividades internas de controlo e gestão de risco; (II) a análise das normas legais às quais a Comissão está sujeita, tanto em Portugal como em Espanha; (III) a avaliação do trabalho dos auditores externos, principalmente no âmbito do trabalho efetuado em 2011, e a aprovação dos serviços *audit related e non audit*; (IV) a supervisão da qualidade e da integridade da informação contabilística nas demonstrações financeiras e a participação na reunião da Comissão Executiva em que estes documentos foram analisados e discutidos; (V) a redação de pareceres sobre o relatório de gestão e respetivas contas, individuais e consolidadas, com base trimestral e anual; (VI) a pré-aprovação do Plano de Auditoria Interna para 2011; (VII) a supervisão da qualidade, da integridade e da eficiência dos sistemas de controlo interno, de gestão de risco e de auditoria interna; (VIII) a reflexão sobre o sistema de governo da sociedade adotado pela EDP Renováveis, (IX) a análise da evolução do projeto de SCIRF (Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro); (X) a gestão do sistema de receção de denúncias.

A Comissão de Auditoria e Controlo não encontrou nenhum constrangimento ao seu trabalho no decurso destas atividades de supervisão.

O relatório sobre as atividades conduzidas pela Comissão de Auditoria e Controlo no ano que terminou a 31 de dezembro de 2011 está disponível para consulta dos acionistas em [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com).

#### 1.2.5. Comissão de Nomeações e Remunerações

Nos termos do artigo 29º dos Estatutos da sociedade, a Comissão de Nomeações e Remunerações é constituída por um mínimo de três (3) e um máximo de seis (6) administradores. Pelo menos um dos seus membros deve ser independente, cabendo-lhe a presidência da Comissão.

Os membros da Comissão de Nomeações e Remunerações não devem também acumular funções na Comissão Executiva. A Comissão de Nomeações e Remunerações é composta exclusivamente por membros independentes do Conselho de Administração, em conformidade com a recomendação nº 44 do Código Unificado de Bom Governo aprovado por decisão da Comissão Nacional do Mercado de Valores espanhola (doravante, CNMV), tal como foi aditada pela Circular da CNMV 4/2007, de 27 de dezembro, que estabelece que a Comissão de Nomeações e Remunerações deve ser inteiramente constituída por administradores externos, em número não inferior a três (3). Uma vez que é constituída por administradores independentes (em Espanha a Comissão só pode integrar administradores), obedece assim tanto quanto possível à recomendação referida no ponto II.5.2 do Código de Governo das Sociedades português.

A Comissão de Nomeações e Remunerações é constituída atualmente por três (3) membros independentes, mais o secretário. Jorge Santos e Rafael Caldeira Valverde foram reeleitos em 2011 e Francisco Queiroz de Barros de Lacerda foi nomeado a 21 de Junho de 2011 pelo Conselho de Administração.

Comissão de Nomeações e Remunerações	
Presidente	Jorge Santos
	Francisco Queiroz de Barros de Lacerda Rafael Caldeira Valverde
Secretário	Emilio García-Conde Noriega

Nenhum dos elementos da Comissão tem qualquer relação familiar com os outros membros do Conselho de Administração, enquanto seus cônjuges, parentes ou afins até ao 3º grau, inclusive.

Os membros da Comissão mantêm-se em funções enquanto sejam administradores da sociedade. No entanto, o Conselho de Administração detém sempre a prerrogativa de os exonerar, da mesma forma que os próprios membros da Comissão podem renunciar a estas funções, mantendo ainda assim o cargo de administradores da sociedade.

## Competências

A Comissão de Nomeações e Remunerações é um órgão permanente de natureza informativa e consultiva, e os seus relatórios e recomendações não têm carácter vinculativo.

Como tal, a Comissão de Nomeações e Remunerações não tem quaisquer funções executivas. As principais funções da Comissão de Nomeações e Remunerações consistem em assistir e informar o Conselho de Administração sobre nomeações (inclusive por cooptação), reeleições, destituições e remunerações do Conselho e dos seus membros, assim como sobre a composição das comissões do Conselho e a nomeação, retribuição e destituição do pessoal de alta direção. Por outro lado, a Comissão de Nomeações e Remunerações deve informar o Conselho de Administração sobre a política geral de remunerações e incentivos para os mesmos e para os altos dirigentes. Estas funções abrangem o seguinte:

- Definir os princípios e critérios em relação à composição do Conselho de Administração, à seleção e à nomeação dos seus membros;
- Propor a nomeação e a reeleição de administradores nos casos de cooptação e noutros que sejam submetidos à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração;
- Propor ao Conselho de Administração a composição das suas diferentes comissões;
- Propor ao Conselho de Administração, dentro dos limites estabelecidos nos Estatutos, o sistema, a distribuição e o valor das remunerações dos administradores e também, se assim for o caso, propor ao Conselho as condições contratuais dos administradores;
- Informar e, se assim for o caso, propor ao Conselho de Administração a nomeação e/ou a destituição de altos dirigentes, assim como as condições dos seus contratos e, em geral, a definição das políticas de contratação e retribuição de altos dirigentes;
- Rever e informar sobre os planos de incentivos, complementos de pensões e programas de retribuição;
- Quaisquer outras funções que lhe sejam atribuídas pelos Estatutos ou pelo próprio Conselho de Administração.

## Funcionamento

Para além dos Estatutos, a Comissão de Nomeações e Remunerações rege-se pelo seu regulamento, aprovado a 4 de junho de 2008, e ainda pelo regulamento do Conselho de

Administração. Estes regulamentos podem ser consultados em [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com).

A Comissão deve reunir-se pelo menos uma vez por trimestre, e sempre que o seu presidente considerar necessário.

a Comissão deve proceder à redação das atas de todas as suas reuniões, bem como informar o Conselho de Administração de todas as suas decisões na primeira reunião do Conselho que se realize depois de cada uma das suas reuniões.

As reuniões da Comissão serão válidas se pelo menos metade mais um dos seus membros estiverem presentes ou se fizerem representar. As decisões são adotadas por maioria simples, cabendo voto de qualidade ao seu presidente em caso de empate.

## Atividade em 2011

Em 2011, as principais propostas elaboradas pela Comissão de Nomeações e Remunerações foram:

- A proposta sobre os nomes dos candidatos à reeleição ou nomeação para um novo mandato como membros do Conselho de Administração;
- A proposta sobre os nomes dos candidatos a um novo mandato nas várias comissões da EDP Renováveis;
- O relatório anual sobre a remuneração fixa anual e as remunerações variáveis plurianuais no período 2011-2013;
- A avaliação de desempenho do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

## 1.2.6. Comissão de Operações entre Partes Relacionadas

Nos termos do artigo 30º dos Estatutos da sociedade, o Conselho de Administração pode estabelecer outras comissões, como é o caso da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas. Esta comissão é constituída por um mínimo de três (3) elementos. A maioria dos membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas deve ser independente, havendo no caso desta comissão um administrador não independente, João Manuel Manso Neto.

Os membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas são considerados independentes sempre que possam desempenhar as suas funções sem quaisquer constrangimentos que sejam fruto do seu relacionamento com a EDP Renováveis, os seus acionistas maioritários ou os seus administradores, para além de deverem cumprir os outros requisitos da legislação aplicável.

A Comissão de Operações entre Partes Relacionadas é constituída atualmente por três (3) elementos, todos eles reeleitos a 21 de junho de 2011 pelo Conselho de Administração, e ainda pelo secretário.

Comissão de Operações entre Partes Relacionadas	
Presidente	António Nogueira Leite
	João Manso Neto João Manuel de Mello Franco
Secretário	Emilio García-Conde Noriega

Os membros da Comissão mantêm-se em funções enquanto sejam administradores da sociedade. No entanto, o Conselho de Administração detém sempre a prerrogativa de os exonerar, da mesma forma que os próprios membros da Comissão podem renunciar a estas funções, mantendo ainda assim o cargo de administradores da sociedade.

## Competências

A Comissão de Operações entre Partes Relacionadas é um órgão que emana do Conselho de Administração e cujas competências, sem prejuízo de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho, incluem:

- Informar periodicamente o Conselho de Administração da sociedade sobre as relações comerciais e legais entre a EDP ou entidades relacionadas e a EDP Renováveis ou entidades relacionadas;
- Aquando da aprovação dos resultados anuais da sociedade, apresentar um relatório sobre as relações comerciais e legais entre o Grupo EDP e o Grupo EDP Renováveis, e sobre as transações entre as respetivas entidades relacionadas ao longo do ano fiscal em questão;
- Ratificar, nos prazos necessários a cada caso concreto, a realização de operações entre a EDP e/ou as suas entidades relacionadas com a EDP Renováveis e/ou as suas entidades relacionadas, sempre e quando o valor da operação seja superior a EUR 5.000.000,00 ou represente 0,3% das receitas anuais consolidadas do Grupo EDP Renováveis no exercício imediatamente anterior;
- Ratificar qualquer alteração ao acordo-quadro formalizado entre a EDP e a EDP Renováveis, com data de 7 de maio de 2008;
- Apresentar recomendações ao Conselho de Administração da sociedade ou à sua Comissão Executiva, relativas às operações entre a EDP Renováveis ou suas entidades relacionadas e a EDP ou suas entidades relacionadas;
- Solicitar à EDP o acesso à informação que seja necessária para a prossecução das suas competências.

No caso de a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas não ratificar as relações comerciais ou legais estabelecidas entre a EDP ou suas entidades relacionadas e a EDP Renováveis ou suas entidades relacionadas, a vigência de tais relações dependerá da aprovação de dois terços (2/3) dos membros do Conselho de Administração e do voto favorável de pelo menos metade dos membros propostos por entidades diferentes da EDP, incluídos os administradores independentes, salvo se, previamente ao submissão para ratificação da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas, essa maioria de membros já se tivesse pronunciado favoravelmente.

O parágrafo anterior não se aplica às operações entre a EDP ou suas entidades relacionadas e a EDP Renováveis ou suas entidades relacionadas sempre que as condições sejam equivalentes àquelas acordadas em operações com outras entidades não relacionadas com a EDP e a EDP Renováveis ou as respetivas entidades relacionadas.

## Funcionamento

Para além do disposto nos Estatutos, a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas rege-se pelo seu regulamento, aprovado a 4 de junho de 2008, e ainda pelo regulamento do Conselho de Administração. Estes regulamentos podem ser consultados em [www.edprenoveis.com](http://www.edprenoveis.com).

A Comissão deve reunir-se pelo menos uma vez por trimestre, e sempre que o seu presidente considerar necessário.

A Comissão deve proceder à redação das atas de todas as suas reuniões, bem como informar o Conselho de Administração de

todas as suas decisões na primeira reunião do Conselho que se realize depois de cada uma das suas reuniões.

As reuniões da Comissão serão válidas se pelo menos metade mais um dos seus membros estiverem presentes ou se fizerem representar. As decisões são adotadas por maioria simples, cabendo voto de qualidade ao seu presidente em caso de empate.

## Atividade em 2011

Em 2011, a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas analisou, aprovou e propôs ao Conselho de Administração a aprovação de todos os acordos e contratos entre entidades relacionadas que foram submetidos à sua consideração.

O Capítulo 2 deste relatório inclui uma descrição dos principais aspetos dos acordos e contratos assinados entre partes relacionadas, cujo objeto não caiba na prossecução ordinária do negócio da EDP Renováveis.

A Comissão de Operações entre Partes Relacionadas foi informada de que, ao longo de 2011, o valor médio e o valor máximo relativo às transações analisadas pela Comissão foi de EUR 1.575.657,42 e de EUR 3.132.771,00, respetivamente.

O valor total das operações com o Grupo EDP em 2011 foi de EUR 17 milhões, o que corresponde a 7,6% do valor total de fornecimentos e serviços externos (FSE) num total de EUR 225 milhões de custos operacionais.

## 1.3. Incompatibilidades e independência

Em conformidade com as recomendações da CMVM, o artigo 12º do regulamento do Conselho de Administração exige que haja um mínimo de vinte e cinco por cento (25%) de administradores independentes no Conselho, considerando-se como tal aqueles que possam desempenhar as suas funções sem estarem condicionados pelas suas relações com a sociedade, com os seus acionistas mais significativos ou com os seus dirigentes e, além disso, que cumpram os requisitos exigidos pelas normas aplicáveis.

Adicionalmente, e de acordo com o artigo 23º dos Estatutos, não podem ser administradores da sociedade:

- As pessoas que sejam administradoras ou tenham relação com alguma sociedade concorrente da EDP Renováveis, bem como aquelas que tenham uma relação familiar com as anteriores. Para estes efeitos, entende-se, em qualquer caso, que uma sociedade é concorrente da EDP Renováveis quando, direta ou indiretamente, se dedique à produção, armazenamento, transporte, distribuição, comercialização ou fornecimento de corrente elétrica ou de gases combustíveis; têm igualmente interesses opostos aos da EDP Renováveis a sociedade concorrente ou qualquer das sociedades do seu Grupo, e os administradores, empregados, advogados, assessores ou representantes de qualquer destas. Em caso algum se consideram concorrentes as sociedades pertencentes ao mesmo Grupo que a EDP Renováveis, incluindo as existentes no estrangeiro;
- As pessoas que se encontrem em qualquer outro cenário de incompatibilidade ou proibição legal ou estatutária. À luz da lei espanhola, não podem ser administradoras, entre outras, as pessoas que (I) tenham menos de dezoito (18) anos, (II) as incapacitadas, (III) os concorrentes da mesma área de negócio, (IV) os condenados por certos crimes, ou (V) que detenham certos cargos diretivos.

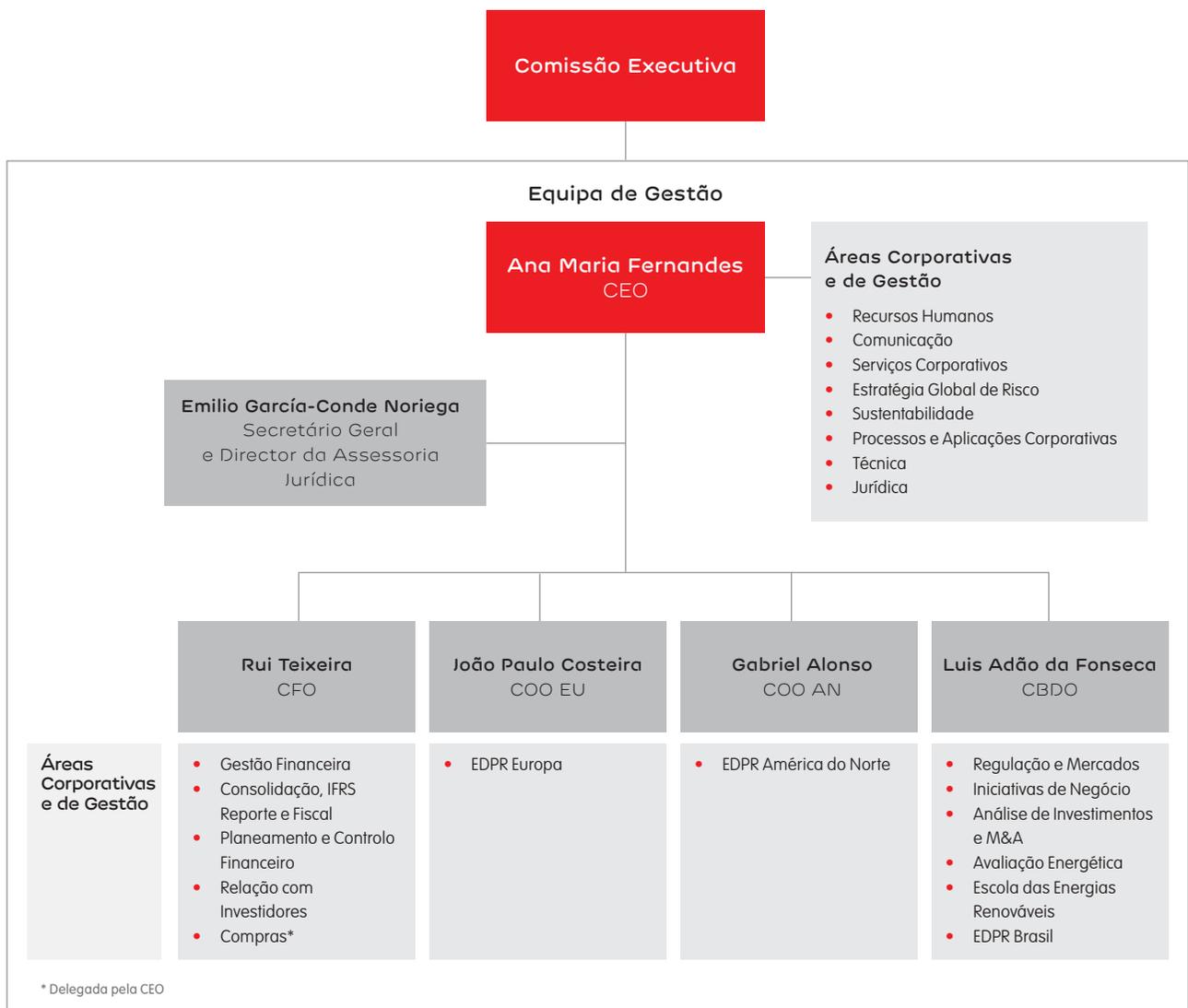
## 1.4. Regras de nomeação e destituição dos membros do conselho de administração

De acordo com os seus regulamentos, a Comissão de Nomeações e Remunerações entrega ao Conselho de Administração uma proposta com os nomes dos candidatos que, no entender da Comissão, apresentam as melhores qualidades para o cargo de membro do Conselho. O Conselho de Administração apresenta a proposta à Assembleia Geral, que a pode aprovar por maioria e eleger os administradores para um mandato inicial de três (3) anos, havendo lugar à reeleição sucessiva, uma ou mais vezes, para novos mandatos de três (3) anos. De acordo com o artigo 23º dos Estatutos e do artigo 243º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, no entanto, os acionistas que assim o entendam podem congregar as suas ações até constituírem uma cifra do

capital social igual ou de valor superior à que resulte da divisão deste último pelo número de membros do Conselho, designando assim livremente os que, constituindo frações inteiras, se deduzam da correspondente proporção. Os acionistas que façam uso desta faculdade não podem intervir na eleição dos restantes membros do Conselho de Administração.

Caso surja alguma vaga, e nos termos do artigo 23º dos Estatutos e do artigo 243º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, o Conselho de Administração pode cooptar qualquer pessoa de entre os acionistas, que ocupará o cargo até à Assembleia Geral seguinte, à qual competirá ratificar a cooptação desse administrador. De acordo com o artigo 247º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, a cooptação de administradores, tal como as outras decisões do Conselho de Administração, tem de ser aprovada pela maioria absoluta dos membros presentes.

## 1.5. Estrutura de Gestão



## 2. Transações entre a sociedade e os membros dos órgãos sociais da sociedade ou outras sociedades do grupo

Ao longo do ano de 2011, a EDP Renováveis não celebrou quaisquer contratos com nenhum dos membros dos seus órgãos sociais ou com detentores de participações significativas, excluindo a EDP, como abaixo se refere.

No que concerne às transações com entidades relacionadas, a EDP Renováveis e/ou as suas subsidiárias assinaram os contratos abaixo elencados com a EDP – Energias de Portugal, S.A. (doravante, EDP) ou com empresas do grupo não pertencentes ao subgrupo EDP Renováveis.

Os contratos assinados entre a EDP Renováveis e suas entidades relacionadas são alvo de análise pela Comissão de Operações entre Partes Relacionadas, de acordo com as suas competências, tal como foi referido no capítulo 1.2.6 deste relatório.

### Acordo-quadro

A 7 de maio de 2008, a EDP e a EDP Renováveis celebraram um Acordo-Quadro que entrou em vigor aquando da admissão à negociação desta última. O Acordo-Quadro visava definir os princípios e as regras a que deviam obedecer as relações comerciais e jurídicas existentes aquando da entrada em vigor do mesmo e as que viessem a estabelecer-se posteriormente.

O Acordo-Quadro estabelece que nem a EDP nem as sociedades do Grupo EDP, salvo a EDP Renováveis e as suas subsidiárias, poderão desenvolver atividades na área das energias renováveis sem o consentimento da EDP Renováveis. Esta última terá exclusividade ao nível mundial, com exceção do Brasil, onde deverá desenvolver a sua atividade através de parcerias com a EDP – Energias do Brasil, S.A., para o desenvolvimento, construção, operação e manutenção de instalações ou atividades relacionadas com as energias eólica, solar, das ondas e/ou das marés, bem como as tecnologias de produção de energia através de fontes renováveis suscetíveis de serem desenvolvidas no futuro. Contudo, são excluídas do âmbito de aplicação do acordo as tecnologias em desenvolvimento, relacionadas com a energia hidroelétrica, a biomassa, a coprodução e a valorização energética de resíduos em Portugal e Espanha.

O acordo prevê também que a EDP Renováveis está obrigada a prestar à EDP quaisquer informações que esta venha a requerer àquela para cumprimento das suas obrigações legais, bem como a obrigação de a EDP Renováveis preparar as contas consolidadas do grupo.

O Acordo-Quadro mantém-se em vigor enquanto a EDP manter, direta ou indiretamente, mais de 50% do capital social da EDP Renováveis ou desde que nomeie mais de 50% dos seus administradores.

### Contrato de serviços de administração executiva

A 4 de novembro de 2008, a EDP e a EDP Renováveis celebraram um Contrato de Serviços de Administração Executiva que foi renovado no dia 4 de Maio de 2011 e cujo efeito retroage ao dia 18 de março de 2011.

Através deste contrato, a EDP proporciona serviços de administração à EDP Renováveis, incluindo os assuntos relacionados com a gestão diária da sociedade. Ao abrigo do

acordo, a EDP designa três pessoas para fazer parte da Comissão Executiva da EDP Renováveis, cabendo a esta última o pagamento de um montante aprovada pela Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral de Acionistas.

A EDP Renováveis deve pagar assim a quantia de EUR 387.400, correspondente à remuneração fixa, pelos serviços de administração prestados pela EDP em 2011.

O prazo de vigência do contrato é até 21 de Junho de 2014.

### Acordos de financiamento e garantias

Os acordos de financiamento entre as empresas do Grupo EDP e as empresas do Grupo EDP Renováveis foram estabelecidos ao abrigo do acima referido Acordo-Quadro, incluindo atualmente os seguintes:

#### Acordos de empréstimo

A EDP Renováveis (na qualidade de mutuário) celebrou contratos de financiamento com a EDP Finance BV (na qualidade de mutuante), uma sociedade detida a 100% pela EDP. Tais contratos de financiamento podem ser estabelecidos quer em Euros quer em Dólares norte-americanos, tendo habitualmente uma maturidade de 10 anos e sendo remunerados a taxas calculadas com base em valores de mercado (*arm's length*). À data de 31 de dezembro de 2011, os acordos de empréstimo ascendiam a EUR 1.451.042.386 e USD 1.986.641.541.

#### Contrato de contra-garantia

Foi celebrado um contrato de contra-garantia através do qual a EDP ou a EDP Energias de Portugal, Sociedade Anónima, Sucursal en España (adiante conjuntamente designadas por "Garante" ou "EDP Sucursal") se obriga a prestar garantias acionistas ou a solicitar a emissão de outras garantias, por conta da EDP Renováveis, da EDP Renewables Europe, SLU (adiante abreviadamente designada por "EDPR EU") e da Horizon Wind Energy LLC (adiante abreviadamente designada por "EDPR NA"), nos termos e condições definidos pelas subsidiárias e aprovados, caso a caso, pelo Conselho Executivo da EDP.

A EDP Renováveis é solidariamente responsável pelo cumprimento das obrigações resultantes do contrato pela EDPR EU e pela EDPR NA. As subsidiárias da EDP Renováveis obrigam-se a indemnizar o Garante por quaisquer perdas ou danos decorrentes das garantias prestadas ao abrigo do contrato e a pagar uma remuneração calculada com base em valores de mercado (*arm's length*). Contudo, podem ter sido estabelecidas condições diferentes para certas garantias emitidas antes da data de aprovação destes contratos.

À data de 31 de dezembro de 2011, estes contratos de contragarantia ascendiam a um total de EUR 155,169,622 e USD 573,208,391.

#### Contrato de conta-corrente

A EDP Sucursal e a EDP Renováveis celebraram um contrato através do qual a EDP Sucursal gere as contas de tesouraria da EDP Renováveis. O contrato regula ainda uma conta-corrente entre ambas as sociedades, remunerada com base em valores de mercado (*arm's length*). A 31 de dezembro de 2011, a conta-corrente dispunha de um saldo a favor da EDP Renováveis no valor de EUR 158.622.803 e USD 50,011,596 ambos a favor da EDPR.

O contrato é renovável automaticamente a cada ano.

## Swaps cruzados de divisas e taxas de juro

Por causa do investimento líquido na EDPR NA, as contas da sociedade e do Grupo da EDP Renováveis, e as contas da EDP Sucursal, estiveram expostas ao risco cambial. Com o objetivo de cobrir este risco cambial, o Grupo EDP negociou um *swap* cruzado de divisas e taxa de juro (CIRS) em Dólares norte-americanos e Euros, entre a EDP Sucursal e a EDP Renováveis, no valor total de USD 2.632.613. Além disso, foi também estabelecido um CIRS em Zlotis polacos e Euros entre a EDP Sucursal e a EDP Renováveis, no valor de PLN 309.307.188, diretamente ligado ao investimento líquido nas suas subsidiárias polacas.

## Acordos para cobertura de risco – taxa de câmbio

A EDP Sucursal e a EDP Renováveis estabeleceram diversos acordos para cobertura de risco com o objetivo de gerir a exposição às transações relacionadas com os pagamentos dos investimentos realizados na Polónia, fixando a taxa de câmbio EUR/PLN de acordo com os preços no mercado de futuros em cada data de contrato. À data de 31 de dezembro de 2011, havia um montante total de EUR 38.803.000 sem cobertura de risco.

## Acordos para cobertura de risco – commodities

A EDP e a EDP EU estabeleceram acordos para a cobertura de riscos relacionados com as vendas esperadas de energia no mercado espanhol, num volume total de 1.599 MWh, de acordo com os preços no mercado de futuros à data da assinatura dos acordos.

## Contrato de licença de marca

A 14 de maio de 2008, a EDP e a EDP Renováveis celebraram um contrato através do qual a primeira concede à segunda uma licença não exclusiva para utilização da marca “EDP Renováveis” no mercado das energias renováveis e atividades conexas.

Como contrapartida da concessão da licença de utilização da marca, a EDP Renováveis pagará à EDP um valor calculado com base na proporção dos custos imputáveis à primeira no orçamento anual do Grupo pelos serviços de gestão de imagem e de marca, sujeito a revisão anual. O valor estabelecido em 2011 foi de EUR 1.500.000.

A licença é concedida por tempo indeterminado e mantém-se em vigor até ao termo da titularidade da marca pela EDP ou até que a EDP deixe de ter a maioria do capital da EDP Renováveis ou de nomear a maioria dos seus administradores. O contrato poderá ser resolvido pela EDP em caso de não pagamento ou de incumprimento de qualquer das obrigações assumidas.

O contrato de licença de marca deve respeitar as condições estabelecidas no Acordo-Quadro.

## Contrato de prestação de serviços de consultoria

A 4 de junho de 2008, a EDP e a EDP Renováveis celebraram um contrato de prestação de serviços de consultoria. Através deste contrato, e mediante solicitação da EDP Renováveis, a EDP (ou a EDP Sucursal) deverá prestar serviços de consultoria nas seguintes áreas: serviços jurídicos, sistema de controlo interno e de reporte financeiro, tributação, sustentabilidade, regulação e concorrência, gestão de risco, recursos humanos, tecnologias de informação, marca e comunicação, planeamento energético, contabilidade e consolidação, marketing e desenvolvimento organizacional.

O preço do contrato é calculado através da soma do custo suportado pela EDP acrescido de uma margem. No primeiro ano, a margem aplicada, fixada por um perito independente com base

num estudo de mercado, foi de 8%. Em 2011, o custo estimado dos serviços prestados foi de EUR 3.132.771. Este valor engloba a totalidade dos custos dos serviços fornecidos à EDP Renováveis, à EDPR EU e à EDPR NA.

O contrato tem a duração de um (1) ano, e é automaticamente renovável por iguais períodos de tempo.

## Acordo de investigação e desenvolvimento

A 13 de maio de 2008, a EDP Inovação, S.A. (adiante abreviadamente designada por “EDP Inovação”), uma sociedade do Grupo EDP, e a EDP Renováveis celebraram um acordo com o objetivo de regular as relações entre ambas no que se refere ao desenvolvimento de projetos na área das energias renováveis (adiante designado por “Acordo de I&D”).

O Acordo de I&D tem por objetivo evitar os conflitos de interesses e promover a troca de conhecimentos entre as empresas, assim como o estabelecimento de relações jurídicas e comerciais. Consequentemente, o acordo proíbe que outras empresas do Grupo EDP, exceto a EDP Inovação, desenvolvam ou invistam em sociedades que desenvolvam determinados projetos de energias renováveis descritos no Acordo de I&D.

O Acordo de I&D confere à EDP Inovação um direito exclusivo sobre os projetos de desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas às energias renováveis já em fase piloto, de estudo de viabilidade económica e/ou comercial, sempre que a EDPR opte por desenvolvê-los.

Em 2011 a EDPR requereu à EDP Inovação o desenvolvimento de serviços relacionados com projetos renováveis que estão atualmente em execução.

O Acordo mantém-se em vigor enquanto a EDP controlar, direta ou indiretamente, mais de 50% do capital de ambas as empresas ou enquanto puder nomear a maioria dos membros dos respetivos Conselhos de Administração e Comissões Executivas.

## Contrato de prestação de serviços de apoio à gestão celebrado entre a EDP Renováveis Portugal, S.A. e a EDP Valor – Gestão Integrada de Recursos, S.A.

A 1 de janeiro de 2003, a EDP Renováveis Portugal, S.A., que encabeça o subgrupo EDP Renováveis em Portugal, e a EDP Valor – Gestão Integrada de Recursos, S.A. (doravante, EDP Valor), uma empresa do Grupo EDP, celebraram um acordo de prestação de serviços de apoio à gestão.

O contrato tem por objeto a prestação à EDP Renováveis Portugal, por parte da EDP Valor, de serviços nas áreas de compras, gestão económica e financeira, gestão de frota, gestão e conservação do património imobiliário, seguros, saúde e segurança no trabalho, gestão e formação de recursos humanos.

O valor a pagar à EDP Valor pela EDP Renováveis Portugal e suas subsidiárias pelos serviços prestados em 2010 foi de EUR 945,458.

O contrato tinha uma duração inicial de cinco (5) anos a contar da data da sua assinatura e foi renovado automaticamente por igual período em 1 de janeiro de 2008. Qualquer uma das partes poderá denunciar o contrato com um pré-aviso de um (1) ano.

Contrato de prestação de serviços de gestão de tecnologias de informação entre a EDP Renováveis, S.A. e a EDP – Energias de Portugal, S.A.

A 1 de janeiro de 2010, a EDP Renováveis Portugal, S.A., e a EDP – Energias de Portugal, S.A. (doravante, EDP) assinaram um contrato de gestão de serviços de tecnologias de informação.

O contrato tem por objeto o fornecimento pela EDP à EDP Renováveis dos serviços de gestão de tecnologias de informação descritos no seu articulado e respetivos anexos.

A quantia a pagar à EDP pelos serviços prestados em 2011 foi de EUR 2,483,227.

O contrato tinha uma duração inicial de um (1) ano a contar da data da sua assinatura, e é renovável automaticamente por iguais períodos. Qualquer uma das partes poderá denunciar o contrato com um pré-aviso de um (1) mês.

**Acordo de representação pela Hidroelétrica del Cantábrico, S.A. do portefólio em Espanha da EDP Renováveis, S.A.**

A 27 de outubro de 2011, a EDPR e a Hidroelétrica del Cantábrico, S.A. assinaram um acordo de serviços de representação.

Este acordo tem por objeto o fornecimento à EDPR de serviços de representação no mercado e de gestão de risco para uma tarifa fixa baseada no volume de produção (0,12€/MWh) no mercado elétrico.

O contrato tem uma duração inicial de um (1) ano a contar da data da sua assinatura, e é renovável automaticamente por igual período.

**Acordo de consultoria entre a EDP Renováveis Brasil S.A. e a EDP Energias do Brasil S.A.**

Este acordo tem por objeto o fornecimento à EDP Renováveis Brasil S.A. (doravante, EDPR Brasil) dos serviços de consultoria descritos no contrato e seus anexos pela EDP – Energias do Brasil S.A. (doravante, EDP Brasil). Através deste acordo, e mediante solicitação pela EDPR Brasil, a EDP Brasil deverá prestar serviços de consultoria nas seguintes áreas: serviços jurídicos, sistema de controlo interno e de reporte financeiro, tributação, sustentabilidade, regulação e concorrência, gestão de risco, recursos humanos, tecnologias de informação, marca e comunicação, planeamento energético, contabilidade e consolidação, marketing e desenvolvimento organizacional.

A quantia a pagar à EDP Brasil pelos serviços prestados em 2011 foi de BRL 191.9971,383,840.

O acordo tem uma duração inicial de um (1) ano a contar da data da sua assinatura, e é renovável automaticamente por igual período.

## 3. Sistema de controlo interno e de gestão de risco

### 3.1. Sistema de controlo interno do relato financeiro

A EDP Renováveis (EDPR) dispõe de um Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro (SCIRF) atualizado e monitorizado em conformidade com os mais elevados padrões internacionais de controlo interno, cujos mecanismos começam a ser generalizadamente aplicados nas sociedades cotadas.

O SCIRF abrange as principais exigências do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission): a manutenção de um ambiente controlado para a preparação de um relato financeiro de qualidade, a avaliação dos riscos da informação financeira, a existência de atividades de controlo que possam atenuar os riscos de erro, uma comunicação transparente e procedimentos e mecanismos de avaliação do SCIRF tanto interna como externamente, e uma supervisão contínua da conceção e do funcionamento do sistema.

O SCIRF garante um ambiente de controlo na EDPR das mais diversas maneiras, corporizadas nos controlos de alto nível ("Entity Level Controls"). Estes sistemas de controlo abrangem aspetos como os seguintes:

- a existência de órgãos de governo com atividades de regulação (a Comissão de Auditoria e Controlo controla a supervisão e avaliação do processo de relato financeiro e a operação dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco);
- a adequação da estrutura organizacional e a delegação de poderes às necessidades da EDPR, bem como a sua avaliação e atualização contínua;
- a existência de condições que garantam uma efetiva capacidade de supervisão, monitorização e avaliação das atividades da Comissão Executiva;
- a existência e disseminação de um Código de Ética e de um canal para a comunicação de irregularidades;
- a identificação de riscos, e respetiva avaliação e gestão, através de uma análise contínua, atualização e monitorização;
- a existência de um sistema de controlo interno sujeito a supervisão e avaliação, baseado num modelo estrutural e conceptual particular, com metodologia específica e documentação de apoio utilizável e adequada.

Um dos aspetos abrangidos pelo SCIRF é a avaliação do risco da informação financeira. A relevância deste ponto no SCIRF é bem patente pela existência de processos que estabelecem a responsabilidade pela elaboração e supervisão das contas e pela frequência com que é divulgada a informação financeira, com os respetivos controlos que permitem a minimização da ocorrência de erros e irregularidades. Estes sistemas de controlo cumprem os seguintes objetivos de verificação: (I) integralidade (o resultado do processamento de eventos e transações não apresenta omissões nem duplicações); (II) exatidão (não existência de dados em falta ou incorretos); (III) validade (todos os eventos e transações são alvo de aprovação formal); e (IV) acesso restrito (existência de uma proteção adequada dos mais diversos recursos).

Nos processos assim estabelecidos, os mecanismos de captura de informação foram perfeitamente especificados, bem como os passos necessários à preparação da informação financeira que é parte integrante das declarações financeiras da EDPR. Da mesma forma, há também um processo para a comunicação aos

# governo da sociedade

mercados de toda a espécie de informação requerida, quer seja financeira, operacional ou atinente a qualquer matéria relevante que possa ser contemplada pelas instâncias reguladoras.

Além dos elementos já referidos, o SCIRF dispõe também de uma vasta gama de atividades de controlo (corporizadas nos controlos de processo e nos controlos informáticos gerais) que abrangem as várias fases da atividade da EDPR, desde a etapa inicial de promoção ao início da exploração e da venda de energia produzida pelas diferentes instalações, incluindo o reflexo que essas atividades venham a ter nas contas do grupo e bem assim o trabalho necessário para a divulgação individual e consolidada de contas e à obtenção de financiamento para a gestão de todo o negócio.

As atividades de controlo do SCIRF da EDPR abrangem também os sistemas e tecnologias de informação (Controlos Informáticos Gerais), em conformidade com um modelo de referência internacional como é o COBIT (Control Objectives for Information and related Technologies). A relevância deste aspeto tem a ver com o facto de os sistemas informáticos serem as ferramentas com que é preparada a informação financeira, assumindo portanto a maior importância nas transações que neles se baseiam. Incluem atividades como controlo de acessos às aplicações e sistemas, uma gestão continuada de manutenção corretiva e evolutiva, a implementação de novos projetos, a gestão e administração de sistemas, instalações e operações (backups, segurança, gestão de incidentes) e sua monitorização e planeamento adequado. Estas atividades são sempre conduzidas tendo em conta todos os requisitos de controlo e supervisão.

Quanto às entidades contratadas que fornecem serviços relevantes de apoio aos processos de preparação do relato financeiro, concretamente na área das tecnologias de informação, elas são obrigadas a cumprir os mesmos requisitos mínimos de controlo interno instituídos pela EDPR.

Tal como referido anteriormente, o SCIRF é alvo de um processo de supervisão e avaliação:

- De acordo com a necessidade de supervisão do SCIRF e por meio de várias reuniões ao longo do ano, a Comissão de Auditoria e Controlo aprovou o trabalho de planeamento que deveria ser feito ao longo do exercício e procedeu à revisão da evolução de vários aspetos do ciclo de controlo interno (atualização do âmbito de aplicação, consolidação e incorporação de novos territórios no âmbito de aplicação, manutenção do SCIRF, adaptação e gestão através do acompanhamento da implementação de planos de resolução para melhoria das oportunidades identificadas pelo auditor externo em ciclos anteriores de aplicação) e da avaliação feita pela auditoria interna;

- Tal como no ano anterior, em 2011 a avaliação do SCIRF da EDPR foi conduzida pela empresa de auditoria KPMG em linha com os objetivos estratégicos do grupo. A KPMG emitiu um parecer favorável.

As atividades do SCIRF e o seu desenvolvimento foram trimestralmente apresentadas à Comissão de Auditoria e Controlo, em conformidade com as suas funções de fiscalização e acompanhamento dos sistemas de controlo interno da sociedade e gestão de riscos.

No final do ano, e de acordo com a recomendação III.1.4 da CMVM, os auditores externos, no âmbito das suas atribuições, verificaram a eficácia e funcionamento dos sistemas de controlo interno e transmitiram as suas conclusões à Comissão de Auditoria e Controlo. Além disso, a KPMG comunicou o resultado da sua avaliação ao SCIRF à Comissão de Auditoria e Controlo.

Munida deste relatório e do trabalho realizado pela auditoria interna, a Comissão de Auditoria e Controlo, em conformidade com a recomendação II.1.1.3 da CMVM, redigiu o seu relatório de avaliação final e apresentou-o ao Conselho de Administração.

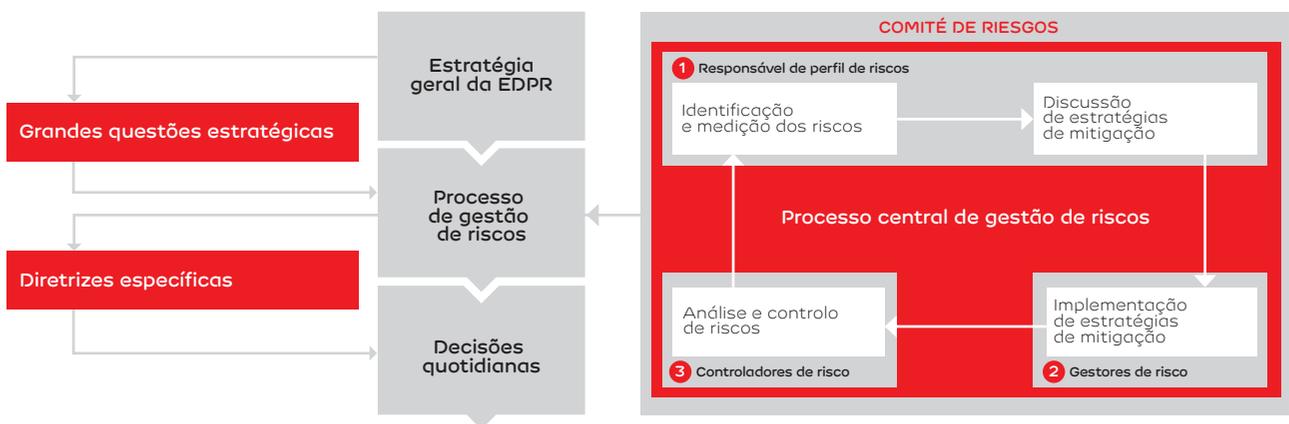
## 3.2. Gestão de risco

O quadro geral de gestão do risco da EDPR não foi concebido de forma independente das principais atividades e processos da sociedade, mas como parte fundamental das responsabilidades de gestão enquanto elemento integrador de todos os processos organizacionais, incluindo o planeamento estratégico.

### 3.2.1. Estrutura de riscos e processos de gestão

No quadro geral da estrutura de gestão de risco da EDPR, o processo de gestão de risco tem por objetivo garantir uma ligação entre a estratégia global da sociedade e as decisões de gestão quotidianas, permitindo-lhe aumentar as probabilidades de alcançar os seus objetivos estratégicos.

A estratégia geral da EDPR assenta numa série de questões estratégicas fulcrais agrupadas por área de risco e depois submetidas ao processo de gestão do risco da sociedade. O resultado do processo de gestão do risco traduz-se depois num conjunto de diretrizes específicas para cada área de risco pelo qual se devem reger os gestores nas suas decisões, tendo em conta o perfil de risco assumido pela sociedade.



### 3.2.2. Funções de gestão de risco e comité de gestão de risco

A gestão de riscos na EDPR é apoiada por três funções organizacionais distintas:

Funções de gestão de riscos		Descrição
1 <b>Estratégia/ Perfil</b>	Estratégia geral e política de gestão de risco	Responsável por estabelecer as diretrizes e os limites à gestão de risco dentro da sociedade. Deve tentar apresentar e apoiar propostas relacionadas com a gestão estratégica de riscos.
2 <b>Gestão</b>	Gestão de risco e decisões de assunção de risco	Responsável pelas decisões operacionais quotidianas e pela tomada de posições quanto à assunção de riscos e respectiva mitigação.
3 <b>Controlo</b>	Controlo dos riscos	Responsável pelo acompanhamento dos resultados das decisões de assunção de riscos e por avaliar a aplicação específica em cada operação da política de assunção de riscos aprovada pela Comissão Executiva.

O Comité de Risco da EDPR integra e coordena todas as funções de gestão de risco e garante a compatibilidade entre a estratégia de assunção de risco da sociedade e as respetivas operações.

O Comité de Gestão de Risco da EDP Renováveis pretende constituir um fórum de discussão no âmbito do qual a EDPR possa otimizar a relação entre a assunção de riscos e o retorno alcançado, de acordo com o perfil de risco assumido pela sociedade. Este comité tem como responsabilidades fundamentais:

- Analisar a exposição global da sociedade e propor ações;
- Acompanhar a eficácia das ações de mitigação;
- Proceder à revisão dos limites às transações, das políticas de assunção de risco e da respetiva macroestratégia;
- Avaliar os relatórios e as conclusões do responsável pela definição do perfil de risco e das diversas áreas de gestão de risco;
- Acompanhar todo o alcance do trabalho do responsável pela definição do perfil de risco e das atividades por ele planeadas.

### 3.2.3. Áreas de risco e questões estratégicas relacionadas com o risco

A seguinte lista traça um resumo das principais áreas de risco em que se incorre no âmbito do negócio da EDP Renováveis:

1. **Países e regulação** – Mudanças de regulamentação do setor num dado país podem ter impacto nos negócios da EDPR;
2. **Receitas** – O nível de receitas dos vários projetos da EDPR pode ser inferior às previsões;
3. **Financiamento** – A EDPR pode não conseguir garantir o financiamento necessário à prossecução de todos os investimentos planeados; a EDPR pode não conseguir cumprir as suas obrigações financeiras;
4. **Contratos de aquisição de turbinas eólicas** – A alteração dos preços de aquisição de turbinas pode ter impacto na rentabilidade dos projetos; os contratos devem ter em atenção o risco de desenvolvimento dos projetos em *pipeline*;

5. **Desenvolvimento de projetos em *pipeline*** – A EDPR pode alcançar uma capacidade instalada de produção diferente das previsões iniciais ou sofrer atrasos e/ou antecipações na sua instalação;

6. **Operações** – Os projetos podem dar origem a um volume de produção diferente do antecipado.

### 3.2.4. Países e regulamentação

#### Riscos regulatórios

O desenvolvimento e rentabilidade dos projetos de produção de energias renováveis estão sujeitos a uma série de políticas e quadros de regulamentação diversos. As diferentes jurisdições em que se processam os negócios da EDP Renováveis apresentam vários tipos de incentivos de apoio à energia gerada a partir de fontes renováveis.

O apoio às fontes de energia renováveis tem sido bastante acentuado nos anos mais recentes, e tanto a União Europeia como vários organismos federais e estaduais nos Estados Unidos da América têm reafirmado regularmente as suas intenções de prosseguirem e virem mesmo a reforçar esse apoio.

Não é possível no entanto garantir que este apoio se venha a manter, nem mesmo que a eletricidade produzida no futuro através de projetos de energias renováveis venha a beneficiar de obrigações de aquisição reguladas, de incentivos fiscais ou de outras medidas de apoio à geração de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis.

#### Gestão dos riscos regulatórios

A EDPR gere a sua exposição aos riscos regulatórios tanto através da diversificação (marcando presença em vários países) como pela participação ativa em várias associações ligadas à energia eólica.

### 3.2.5. Receitas

#### Exposição aos preços dos mercados de eletricidade

A EDPR enfrenta um risco limitado no que diz respeito aos preços de mercado, já que a sua estratégia assenta na presença em países ou regiões com boa visibilidade sobre as receitas a longo prazo. Na maioria dos países em que a sociedade tem operações, os preços são fixados no quadro de mecanismos de regulação específicos. Nos mercados onde é expectável uma volatilidade dos preços de mercado a curto prazo, a EDPR recorre a vários instrumentos de cobertura de riscos financeiros e de *commodities*, com o objetivo de otimizar a sua exposição a uma eventual flutuação dos preços da eletricidade. No entanto, pode não ser possível salvaguardar por inteiro a exposição a estes riscos, ou podem surgir outras dificuldades na execução das estratégias de cobertura de risco.

Na Europa, a EDPR opera em países onde o preço de venda é definido por um regime regulado de tarifas (Espanha, Portugal e França) ou em mercados onde para além do preço da eletricidade vendida a EDPR recebe também um prémio de produção pré-definido pelas autoridades de regulação ou um certificado verde, cujo preço é fixado no mercado regulado (Espanha, Bélgica, Polónia, Roménia). Além disso, a EDPR está a desenvolver também as suas atividades em Itália e no Reino Unido, onde o mecanismo adotado é também o dos certificados verdes.

No caso da América do Norte, a EDPR concentrou a sua estratégia nos estados que tenham em vigor programas RPS (Renewable Portfolio Standards), os quais atribuem incentivos às energias renováveis, os designados REC (Renewable Energy Credits), com estabelecimento de penalizações por não cumprimento,

# governo da sociedade

garantindo assim a previsibilidade das receitas. O mercado da América do Norte não está sujeito a nenhum sistema estrutural de regulação dos preços da eletricidade, ainda que ele possa existir no sistema de REC em alguns estados. A maior parte da capacidade instalada pela EDPR nos EUA está no entanto sujeita a preços pré-definidos e determinados por contratos de longo prazo com os distribuidores locais, no seguimento da política de assinatura de contratos a longo prazo para a venda da produção registada nos seus parques eólicos.

Nas operações no Brasil, o preço de venda é fixado em leilão público, traduzindo-se depois em contratos de longo prazo.

À luz da sua abordagem global de otimização da exposição aos preços do mercado elétrico, a EDP Renováveis procede a uma avaliação contínua e permanente de quaisquer desvios aos limites por si definidos, determinando assim os mercados em que poderá ser mais eficaz a prossecução de estratégias de cobertura de riscos financeiros. Em 2011, com o objetivo de gerir estes riscos de exposição, a EDPR cobriu financeiramente uma parte substancial da sua produção em Espanha e, nos Estados Unidos, protegeu a sua exposição a longo prazo através de uma série de contratos de cobertura de riscos físicos e financeiros.

## Riscos associados à volatilidade da produção de energia

A quantidade de energia gerada pela EDP Renováveis nos seus parques eólicos, e com ela a sua rentabilidade, está dependente das condições climáticas, que podem variar de uma localização para a outra, mas também conforme as estações do ano e mesmo de uns anos para os outros. A produção de energia nos parques eólicos pode ser reduzida se a velocidade do vento ficar acima ou abaixo de certos níveis, já que as turbinas só podem funcionar quando a velocidade do vento se cifrar nos níveis estabelecidos.

As variações e flutuações nas condições de vento nos parques eólicos podem assim resultar em flutuações sazonais (ou outras) na quantidade de eletricidade gerada, e consequentemente na eficiência e nos resultados operacionais.

## Gestão dos riscos relacionados com a volatilidade da produção de energia

A EDPR consegue mitigar a volatilidade e sazonalidade dos recursos eólicos através do seu sólido domínio das questões envolvidas na conceção de parques eólicos, e também através da diversificação geográfica (em cada país e nos vários países em que opera) da sua base de ativos. Este “efeito de portefólio” permite que haja uma compensação das variações do vento em cada região, mantendo assim a produção total de energia relativamente estável. A EDPR desenvolve atualmente as suas atividades em 11 países: Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido, Itália, EUA, Canadá e Brasil.

## 3.2.6. Financiamento

### Riscos associados à exposição aos mercados financeiros

A EDP Renováveis está exposta às flutuações das taxas de juro do seu financiamento. Este risco pode ser no entanto atenuado através da utilização de taxas de juro fixas e diversos instrumentos de cobertura de risco, incluindo *swaps* de taxas de juro.

Por causa da sua presença em vários países, as flutuações cambiais podem também ter um efeito material adverso nas condições financeiras da sociedade e nos seus resultados operacionais. A EDPR pode no entanto tentar proteger-se dessas flutuações cambiais através de diferentes estratégias de cobertura

de risco, ou utilizando instrumentos de cobertura de risco como os contratos de troca de divisas no mercado de futuros ou *swaps* cruzados de divisas e taxas de juro.

Os esforços de cobertura de risco da EDPR poderão assim minimizar, mesmo que não eliminem, o impacto da flutuação das taxas de juro e da volatilidade dos mercados cambiais.

### Gestão de riscos financeiros

A evolução dos mercados financeiros é analisada a título permanente, de acordo com a política de gestão de riscos do Grupo EDP aprovada pelo Conselho de Administração da EDPR.

O Conselho de Administração é responsável pela definição dos princípios gerais de gestão de riscos, e pela instituição de limites à sua exposição, no seguimento das recomendações do Comité de Gestão de Risco.

Tendo em conta a política de gestão de riscos e os limites previamente aprovados de exposição, o Departamento Financeiro identifica, avalia e submete à aprovação do Conselho a estratégia financeira mais apropriada a cada projeto ou localização.

A execução das estratégias assim aprovadas é também conduzida pelo Departamento Financeiro, de acordo com as políticas previamente definidas e aprovadas.

São utilizadas taxas de juro fixas, contratos de cobertura de risco e outros instrumentos financeiros para minimizar os efeitos adversos potenciais associados aos riscos das taxas de juro e das flutuações cambiais no desempenho financeiro da sociedade.

### Riscos associados às taxas de juro

O objetivo das políticas de gestão de riscos associados às taxas de juro é o de reduzir a exposição do pagamento das dívidas de longo prazo às flutuações dos mercados, fundamentalmente através da emissão de dívida a longo prazo com uma taxa fixa, mas também com a instituição de instrumentos financeiros derivados que permitam a permuta entre uma taxa variável e uma taxa fixa quando a dívida de longo prazo tiver sido emitida a taxas variáveis.

### Gestão de riscos associados às taxas de juro

A EDPR dispõe de um portefólio de derivados de taxas de juro com maturações que variam aproximadamente entre os 2 e os 14 anos. São realizadas análises de sensibilidade ao justo valor dos instrumentos financeiros baseados nas taxas de juro.

Tendo em conta as políticas adotadas pelo Grupo EDPR, a gestão dos seus fluxos de tesouraria é substancialmente independente da flutuação das taxas de juro nos mercados

### Risco cambial

A EDP Renováveis opera a nível internacional e está exposta assim ao risco cambial dos investimentos nas suas subsidiárias no estrangeiro. Atualmente, a maior exposição a este risco cambial traduz-se na flutuação entre o dólar americano e o euro, que resulta principalmente da sua participação na EDPR NA. Com o aumento das suas atividades em outras regiões fora da Zona Euro, a EDPR ficará também mais exposta aos riscos associados a outras divisas nacionais (Polónia, Roménia e Brasil).

### Gestão do risco cambial

A política geral da EDPR baseia-se em estratégias de cobertura de risco cambial, procurando uma correspondência dos custos e

receitas nas várias divisas, e minimizando assim o impacto das flutuações cambiais ao mesmo tempo que preserva o valor. Na sua essência, esta abordagem implica conseguir alcançar um fluxo de entrada de capitais numa determinada divisa semelhante ao fluxo de saída dos mesmos.

#### Risco do crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte é o risco de incumprimento da contraparte num dado contrato, quer por problemas temporários de liquidez, quer por problemas sistémicos de longo prazo.

#### Gestão do risco de crédito de contraparte

A política da EDP Renováveis no que concerne ao risco de crédito de contraparte em transações financeiras é conduzida através da análise das capacidades técnicas, da competitividade, da notação de crédito e da exposição de cada contraparte. As contrapartes em transações derivadas e financeiras são restringidas a instituições de crédito de nível superior, pelo que não se pode considerar que haja um risco significativo de incumprimento das contrapartes e não são exigidas garantias para essas transações.

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de que a EDP Renováveis não venha a ser capaz de cumprir atempadamente as suas obrigações financeiras.

#### Gestão do risco de liquidez

A estratégia da EDP Renováveis para a gestão da sua liquidez consiste em garantir, tanto quanto possível, que se verifica uma liquidez suficiente para o cumprimento atempado das suas obrigações, tanto em condições normais como de crise, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou sem correr o risco de prejudicar a reputação da sociedade.

### 3.2.7. Contratos de turbinas eólicas

#### Risco associado ao fornecimento de turbinas eólicas

As turbinas eólicas são um elemento fulcral no desenvolvimento dos projetos relacionados com a produção de energia eólica pela EDP Renováveis, pelo que a sua escassez no mercado ou um aumento inesperado dos preços podem pôr em risco o desenvolvimento de novos projetos e a sua rentabilidade. A aquisição de turbinas eólicas representa a grande maioria do capital que é necessário investir na criação de um parque eólico (em média, entre 70% e 80%).

#### Gestão do risco associado ao fornecimento de turbinas eólicas

A EDP Renováveis enfrenta um risco limitado no que toca à falta de disponibilidade e a um eventual aumento dos preços das turbinas eólicas, graças aos acordos-quadro estabelecidos com os principais fornecedores a nível mundial. A sociedade utiliza um conjunto diversificado de fornecedores de turbinas eólicas, a fim de reduzir a sua dependência de um único fornecedor, sendo um dos produtores mundiais de energia eólica com um portefólio de fornecedores mais diversificado e equilibrado.

### 3.2.8. Desenvolvimento dos projetos em pipeline

#### Riscos associados ao licenciamento

Os parques eólicos estão sujeitos a rigorosa regulamentação a nível internacional, nacional, estadual, regional e local no que

concerne ao seu desenvolvimento, construção, licenciamento, ligação à rede elétrica e operação de centrais de geração elétrica. A regulamentação aplicável incide nomeadamente sobre a aquisição, arrendamento e utilização de terras; as licenças de construção, transporte e distribuição; as licenças ambientais e paisagísticas; e o congestionamento das redes de distribuição e transmissão de energia.

#### Gestão dos riscos associados ao licenciamento

Os riscos associados ao licenciamento são reduzidos pelo facto de a EDPR conduzir as suas atividades em 11 países diferentes (Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido, Itália, EUA, Canadá e Brasil), com um portefólio de projetos em várias fases de maturidade. A EDPR tem também um grande número de projetos em *pipeline* localizados nas regiões mais atrativas, o que lhe garante alguma segurança perante a hipótese de poder vir a enfrentar atrasos no desenvolvimento de novos projetos e assegura os seus objetivos de crescimento.

### 3.2.9. Operações

#### Riscos associados ao desempenho das turbinas eólicas

A capacidade de produção dos parques eólicos depende da disponibilidade e nível de desempenho do equipamento necessário à sua operação, principalmente dos vários componentes das turbinas eólicas e respetivos transformadores. Assim, o risco associado ao desempenho das turbinas eólicas baseia-se na hipótese de que o nível de produção de energia possa não corresponder às previsões, ficando aquém do ideal.

#### Gestão do risco associado ao desempenho das turbinas eólicas

A EDP Renováveis consegue atenuar este risco recorrendo a um conjunto alargado de fornecedores, reduzindo assim os riscos tecnológicos, estabelecendo contratos de manutenção de grande envergadura a médio prazo com os fornecedores das turbinas, e procedendo a uma manutenção preventiva e regular.

Mais recentemente, e seguindo a tendência dominante no setor eólico, a EDPR tem vindo a subcontratar algumas das atividades mais técnicas de operação e manutenção dos seus parques eólicos.

## 3.3. Auditor externo

A Comissão de Auditoria e Controlo é responsável por propor ao Conselho de Administração que submeta à Assembleia Geral a nomeação dos auditores da sociedade, bem como as respetivas condições de contratação, destituição e renovação de mandato e o âmbito das suas funções.

A fim de proteger a independência do auditor externo, a Comissão de Auditoria e Controlo exerceu as seguintes competências ao longo do ano de 2011:

- Supervisão direta e exclusiva pela Comissão de Auditoria e Controlo;
- Avaliação das competências, da independência e do desempenho do auditor externo e do respetivo relatório anual sobre todas as relações existentes entre a sociedade e os auditores ou pessoas com eles relacionadas, incluindo todos os serviços prestados e em prestação. Com o objetivo de avaliar a sua independência, a Comissão de Auditoria e Controlo recolheu junto do auditor externo todas as informações relativas à sua

independência, de acordo com o Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro, que alterou os Estatutos da Associação dos Auditores Externos;

- Revisão do relatório de transparência assinado pelo auditor externo e publicado no seu sítio da Internet. Este relatório incide sobre uma série de matérias regulamentadas no artigo 62º-A do Decreto-Lei nº 224/2008, relacionadas fundamentalmente com o Sistema de Controlo Interno e com o processo de controlo de qualidade levado a cabo pelas entidades competentes;
- Análise, com o auditor externo, do âmbito, planeamento e recursos necessários aos serviços a prestar.

O auditor externo da EDP Renováveis é, desde o ano de 2007, a KPMG Auditores, S.L., pelo que não será necessário ainda proceder à sua alteração, nos termos da recomendação III.1.3 do Código de Governo das Sociedades português.

Em 2011, de acordo com as competências da Comissão de Auditoria e Controlo e em cumprimento das recomendações II.4.4 e II.4.5 da CMVM, esta Comissão foi o órgão corporativo responsável pelo contacto permanente com o auditor externo sobre matérias que possam fazer perigar a sua independência e outros assuntos relacionados com a auditoria das contas. Coube-lhe também recolher e analisar informação sobre as questões previstas na legislação sobre auditoria às contas e as normas técnicas de auditoria em vigor.

A Comissão de Auditoria e Controlo avaliou o desempenho do auditor externo na prestação dos serviços contratados pela sociedade, resultando daí uma avaliação positiva sobre a qualidade dos mesmos, tendo considerado que foram cumpridas as normas aplicáveis em vigor e aconselhada a manutenção do mesmo auditor.

O trabalho do auditor externo, incluindo os relatórios e as auditorias às contas da sociedade, foi fiscalizado e avaliado de acordo com as normas e os padrões aplicáveis, especialmente as normas internacionais em vigor. O auditor externo, em conjunto com a Comissão de Auditoria e Controlo, verifica a implementação das políticas de remuneração e a eficiência e funcionamento dos mecanismos de controlo interno. O auditor externo comunica à Comissão de Auditoria e Controlo todas as falhas detetadas.

## 3.4. Política de comunicação de irregularidades

A EDPR sempre pautou a sua atividade pela implementação consistente de medidas que assegurem o seu bom governo e o das suas subsidiárias, incluindo a prevenção de práticas censuráveis, nomeadamente em matérias contabilísticas e financeiras.

A EDPR providencia assim aos trabalhadores do Grupo um canal de comunicação para que eles possam transmitir à Comissão de Auditoria e Controlo, confidencial e diretamente, qualquer prática que presumam ilícita ou qualquer alegada irregularidade contabilística ou financeira que se verifique na sociedade ou suas subsidiárias, de acordo com o estabelecido no Regulamento nº 1/2010 da CMVM.

A criação pela EDPR deste canal de comunicação de irregularidades nas práticas financeiras e contabilísticas destina-se a:

- Permitir que qualquer colaborador possa comunicar livremente quaisquer preocupações que possam ter neste domínio à Comissão de Auditoria e Controlo;

- Facilitar a deteção precoce de irregularidades que, a ocorrerem, poderiam dar origem a danos graves para o Grupo EDPR e os seus colaboradores, clientes e acionistas.

O contacto com a Comissão de Auditoria e Controlo da sociedade só é possível através de correio eletrónico e correio postal, e o acesso à informação recebida é reservado.

Qualquer reclamação ou denúncia remetida à Comissão de Auditoria e Controlo será mantida estritamente confidencial, mantendo-se anónima a identidade do denunciante, desde que isso não impeça a investigação da denúncia. Será em todo o caso garantido ao denunciante que a sociedade não exercerá nenhuma ação de retaliação ou disciplinar em virtude do exercício do direito que lhe assiste de denunciar irregularidades, de fornecer informações ou de colaborar num processo de investigação.

O secretário da Comissão de Auditoria e Controlo recebe todas as comunicações e apresenta um relatório trimestral aos membros da Comissão.

Em 2011, não se registaram quaisquer comunicações de irregularidades na EDP Renováveis.

## 3.5. Ética

A EDP Renováveis é orientada por um forte sentido de ética, cujos princípios estão corporizados nas atividades quotidianas dos seus colaboradores, em conformidade com práticas éticas geralmente consideradas consensuais mas que, para efeitos de abertura, transparência e imparcialidade, a sociedade entende deverem ser discriminados.

Assim, a EDPR desenvolveu e aprovou um Código de Ética, que deve ser adotado por todos os colaboradores da sociedade, sem prejuízo do disposto na lei e outros regulamentos. Os colaboradores da EDPR são obrigados a obedecer ao Código de Ética e às restantes políticas corporativas aprovadas nesse sentido, seguindo princípios como os seguintes:

- Transparência, honestidade e integridade;
- Ambiente de trabalho;
- Desenvolvimento do capital humano;
- Direitos humanos;
- Não discriminação e igualdade de oportunidades;
- Integridade;
- Ambiente e sustentabilidade;
- Medidas disciplinares.

O Código de Ética foi distribuído por todos os colaboradores.

Em 2011, o Conselho de Administração aprovou a criação de um Comité de Ética.

O Comité de Ética é uma entidade permanente que tem por objetivo assegurar o cumprimento do Código de Ética dentro da sociedade, processando todas as informações recebidas neste sentido e estabelecendo, sempre que seja adequado, ações corretivas.

As principais funções do Comité de Ética são receber, registar, processar e comunicar ao Conselho de Administração quaisquer informações que lhe sejam remetidas pelos colaboradores da

sociedade sobre eventuais violações do Código em matéria regulamentar e de ética, conduta no local de trabalho, direitos humanos e igualdade de oportunidades, integridade, relações com clientes e fornecedores, o ambiente e a sustentabilidade. As suas funções incluem:

- Propor instrumentos, políticas e objetivos de ética corporativa;
- Acompanhar a aplicação do Código de Ética, estabelecendo as diretrizes da sua regulamentação e fiscalizando a sua correta aplicação pela sociedade e suas subsidiárias;
- Analisar quaisquer comunicações sobre a violação do Código de Ética, determinando a sua relevância e admissibilidade;
- Decidir a necessidade de uma investigação mais aprofundada para determinar as implicações do caso e quais as pessoas envolvidas, podendo optar pelos auditores internos ou pela contratação de uma auditoria externa ou outros recursos para a auxiliarem na investigação;
- Quaisquer outras funções que lhe sejam cometidas pelos Estatutos da sociedade ou pelo Conselho de Administração.

O Comité de Ética foi constituído a 15 de setembro de 2011. É formado pelos três presidentes das comissões do Conselho de Administração:

Comité de Ética	
Presidente	João Manuel de Mello Franco
	António Nogueira Leite Jorge Santos
Secretário	Emilio García-Conde Noriega

Na mesma reunião, foi nomeado um Provedor de Ética, Carlos Alberto Silva Almeida Loureiro. De acordo com o regulamento do Código de Ética, o provedor de ética é responsável por:

- Receber relatórios e preparar e instruir todos os casos, entregando-os ao Comité de Ética;
- Acompanhar todos os casos de violação do Código que tenha instruído até à sua conclusão, estabelecendo sempre que necessário e adequado a ligação com o queixoso;
- Redigir relatórios trimestrais sobre o desempenho da organização no que diz respeito ao cumprimento do Código de Ética.

Foi criado um canal para a comunicação de qualquer infração dos artigos do Código. Em 2011, não houve nenhuma comunicação ao provedor de ética sobre eventuais irregularidades na EDPR.

## 4. Estrutura acionista e exercício dos direitos dos acionistas

### 4.1. Estrutura de capital

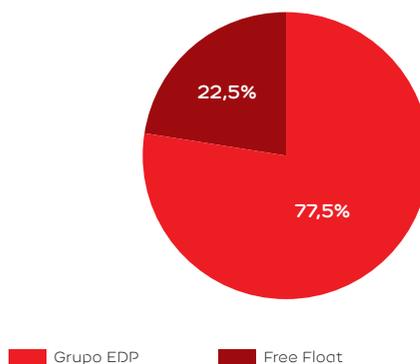
O capital social da EDP Renováveis, no valor de EUR 4.361.540.810, encontra-se repartido por 872.308.162 ações com o valor nominal de EUR 5 cada uma. Todas as ações são da mesma classe e série e estão todas elas subscritas e pagas. Não há nenhum detentor de direitos especiais e, de acordo com o artigo 8º dos Estatutos da sociedade, não há qualquer restrição à transferência de ações da EDPR.

Tanto quanto é do conhecimento do Conselho de Administração da EDPR, não existem atualmente quaisquer acordos parassociais referentes à sociedade.

### 4.2. Estrutura acionista

A estrutura acionista da EDPR manteve-se inalterada desde o OPS em 2008, sendo que o Grupo EDP detém 77,5% do capital social da Sociedade enquanto que os 22,5% remanescentes encontram-se sob livre transação no mercado bolsista NYSE Euronext Lisbon.

ESTRUTURA ACIONISTA DA EDPR



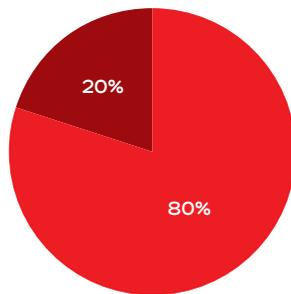
# governo da sociedade

## Descrição free float

A 31 de Dezembro de 2011, o *free float* da EDPR abrange mais de 110 mil investidores institucionais e privados em mais de 35 países, de onde se destacam Portugal, Estados Unidos da América e Reino Unido. No Resto da Europa, os países com maior representação são a Suíça, França e Noruega.

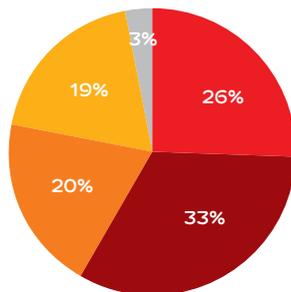
Os investidores institucionais representam 79% do *free float*, com os investidores privados a deterem os restantes 21%.

### REPARTIÇÃO DO FREE FLOAT POR TIPOLOGIA DE INVESTIDOR



■ Institucionais ■ Privados

### FREE-FLOAT POR GEOGRAFIA



■ Portugal ■ Europa ■ EUA  
■ Reino Unido ■ Resto do Mundo

## 4.3 Participações qualificadas

Acionista	Número de Ações	% do Capital	% dos Votos
<b>EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL</b>			
EDP – Energias de Portugal, S.A. – Sucursal en España	541.027.156	62,0%	62,0%
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	135.256.700	15,5%	15,5%
<b>Total</b>	<b>676.283.856</b>	<b>77,5%</b>	<b>77,5%</b>

## 4.4. Direito de participação

Todos os acionistas, independentemente do número de ações de que forem titulares, podem estar presentes na Assembleia Geral e participar nas suas deliberações, tendo o direito de usar a palavra e votar.

Para poderem exercer o seu direito de participação, a sociedade deve informar na convocatória da Assembleia Geral e no respetivo Guia do Acionista que estes deverão ter as ações registadas em seu nome na conta de ações escriturais até cinco (5) dias úteis antes da data marcada para a Assembleia Geral

Acresce que, embora não se encontrando uma disposição expressa sobre a matéria nos Estatutos, em caso de suspensão de uma Assembleia Geral, a EDP Renováveis pretende adotar a Recomendação 1.2.2 do Código de Governo das Sociedades Português, não exigindo o bloqueio das ações com uma antecedência superior a cinco dias.

Qualquer acionista que tenha o direito de estar presente em Assembleia Geral poderá fazer-se representar por qualquer pessoa à sua escolha, mesmo não sendo esta acionista. A procuração para este efeito é sempre revogável. O Conselho de Administração poderá exigir que as procurações sejam entregues na sede social até dois (2) dias antes da data marcada para a realização da assembleia, indicando o nome do representante.

A procuração é conferida por escrito ou através de meios de comunicação à distância, como a via postal, e é válida para uma única Assembleia Geral.

## 4.5. Voto e exercício do direito de voto

A cada ação corresponde um voto.

Não dispõem de direito de voto as ações que se emitam sem esse direito, salvo nos casos em que a lei vigente assim o estabeleça.

Não existe um sistema de participação dos trabalhadores no capital da EDP Renováveis, pelo que não foram estabelecidos quaisquer mecanismos de controlo relevantes quanto ao exercício de direitos de voto por trabalhadores ou seus representantes.

## 4.6. Exercício do direito de voto por correspondência e por meios eletrónicos

Os acionistas poderão exercer o seu direito de voto por correspondência, por via postal ou eletrónica, sobre quaisquer matérias que constem da ordem de trabalhos e sejam da sua competência. Para ser válido, é essencial que o voto seja recebido na sede social até às 24 (vinte e quatro) horas do dia anterior previsto para a realização da Assembleia Geral em primeira convocatória.

O voto por correspondência postal é efetuado mediante o envio, para a morada indicada na convocatória da Assembleia, de uma declaração com o sentido de voto, acompanhada da documentação referida no Guia do Acionista.

Para exercer o direito de voto por meios eletrónicos, o acionista deve manifestar a sua intenção ao presidente da Mesa da Assembleia Geral com a antecedência necessária para permitir o seu exercício no prazo e forma indicados na convocatória da Assembleia. Subsequentemente, o acionista receberá uma comunicação com o código de acesso (password) para o

exercício do direito de voto por via eletrónica, no prazo e forma estabelecidos na convocatória.

O voto à distância pode ser revogado se for anulado com a antecedência prevista para o efeito através do mesmo meio utilizado, ou se o acionista ou seu representante comparecerem na Assembleia Geral.

O Conselho de Administração aprovou um Guia do Acionista para a primeira Assembleia Geral, que contém nomeadamente os modelos a utilizar para o exercício de voto por correspondência e por meios eletrónicos, entre outras matérias. Encontra-se à disposição dos acionistas em [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com).

#### 4.7. Quórum constitutivo e deliberativo da Assembleia Geral

As Assembleias Gerais, tanto ordinárias como extraordinárias, serão consideradas validamente constituídas em primeira convocatória quando os acionistas presentes ou representados possuam pelo menos vinte e cinco por cento (25%) do capital subscrito com direito de voto. Em segunda convocatória, nos termos da Lei das Sociedades de Capital espanhola, será válida a constituição da Assembleia qualquer que seja o capital presente na mesma.

Não obstante, para que a Assembleia Geral ordinária ou extraordinária possa aprovar validamente a emissão de obrigações, o aumento ou a redução do capital, a transformação, fusão ou cisão da Sociedade e, em geral, qualquer modificação dos Estatutos Sociais será necessário: em primeira convocatória, que os acionistas presentes ou representados possuam pelo menos cinquenta por cento (50%) do capital subscrito com direito de voto; em segunda convocatória, que os acionistas presentes ou representados possuam pelo menos vinte e cinco por cento (25%) do capital subscrito com direito de voto.

Nos casos referidos no parágrafo anterior, se os acionistas presentes ou representados tiverem menos de cinquenta por cento (50%) do capital subscrito com direito de voto, as decisões só poderão ser validamente adotadas com o voto favorável de dois terços (2/3) do capital presente ou representado na Assembleia Geral.

#### 4.8. Atas e informação sobre as deliberações adotadas

Tendo em conta que a EDP Renováveis é uma sociedade com ações admitidas à negociação no Eurolist by NYSE Euronext Lisbon, as informações sobre governo societário estão disponíveis para os acionistas através do sítio [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com). Os extratos das atas das reuniões da Assembleia Geral, bem como a respetiva convocatória, ordem de trabalhos, propostas apresentadas e formas de participação deverão ser disponibilizados aos acionistas no prazo de cinco (5) dias a contar da data de realização das reuniões.

Considerando a natureza pessoal da informação, não constam do acervo histórico as listas de presença nas Assembleias Gerais realizadas, embora a EDPR pretenda, aquando da realização das suas Assembleias Gerais, substituí-las, em conformidade com a Circular nº 156/EMIT/DMEI/2009/515 da CMVM, por uma informação estatística que permita esclarecer o número de acionistas presentes, bem como a distinção entre o número de presenças físicas e o de votos exercidos por correspondência.

Assim, a EDPR disponibiliza no seu sítio da Internet um extrato das atas das Assembleias Gerais com toda a informação relevante relacionada com a realização da Assembleia Geral e com as

deliberações aprovadas, incluindo as propostas apresentadas e eventuais declarações de voto.

No referido sítio da Internet é também disponibilizada aos acionistas da EDPR informação relativa: I) aos requisitos de participação na Assembleia Geral; II) ao exercício de direito de voto por correspondência; e III) aos elementos informativos disponíveis na sede social.

#### 4.9. Medidas relativas ao controlo e à mudança de controlo da sociedade

A sociedade não adotou medidas defensivas que tivessem por efeito afetar significativamente o seu património em caso de transição de controlo da estrutura acionista ou de mudança da composição do Conselho de Administração.

Os Estatutos não preveem limitações à transmissibilidade das ações, nem ao exercício do direito de voto qualquer que seja a deliberação, nem limitações para integrar os órgãos de governo da EDPR. Não há ainda qualquer decisão que entre em vigor na sequência de uma oferta pública de aquisição de ações.

Nesta medida, a ausência de adoção pela sociedade de qualquer medida que vise impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição encontra-se em linha com a orientação preconizada na recomendação I.6.1 do Código de Governo das Sociedades da CMVM.

Por outro lado, a EDPR não celebrou quaisquer acordos (vigentes ou com efeitos futuros) sujeitos à condição de mudança de controlo da sociedade, para além daqueles de acordo com a prática corrente no caso do financiamento de determinados projetos de parques eólicos por parte de alguma das sociedades do grupo.

Finalmente, não existem quaisquer acordos entre a sociedade e os titulares dos seus órgãos de administração ou dirigentes, que prevejam indemnizações em caso de renúncia ou destituição de administradores, assim como em casos de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança da estrutura de controlo da sociedade.

## 5. Remunerações

### 5.1. Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria e Controlo

Nos termos do artigo 26º dos Estatutos da sociedade, a remuneração dos membros do Conselho de Administração consiste numa quantia fixa a determinar pela Assembleia para o conjunto dos administradores, acrescida das despesas pela comparência nas reuniões do Conselho.

O referido artigo estabelece ainda que os administradores podem ser remunerados através da atribuição de ações da sociedade, opções de aquisição de ações ou outros valores mobiliários que confiram o direito à aquisição de ações da sociedade, ou mediante sistemas remuneratórios indexados ao valor das ações. Em qualquer caso, o sistema escolhido deve ser aprovado pela Assembleia Geral e estar em conformidade com a legislação em vigor.

A remuneração máxima anual para a totalidade dos membros do Conselho de Administração aprovada pela Assembleia Geral é de EUR 2.500.000.

Nos termos do artigo 26.4 dos Estatutos da sociedade, os direitos e deveres que advenham da condição de membro do Conselho de Administração deverão ser compatíveis com quaisquer direitos e obrigações, fixas ou variáveis, que possam corresponder aos administradores por outras relações laborais ou profissionais que, a existirem, desempenhem na sociedade. As retribuições variáveis que derivem dos correspondentes contratos ou de qualquer outro tipo, incluída a sua presença num órgão de administração, serão limitadas a um máximo anual a estabelecer em Assembleia Geral.

A remuneração máxima anual para a totalidade dos membros do Conselho de Administração aprovada pela Assembleia Geral para esta componente variável é de EUR 600.000.

A Comissão de Nomeações e Remunerações é responsável por propor ao Conselho de Administração, embora de forma não vinculativa, o sistema, a distribuição e o montante das remunerações dos administradores, tendo por base o montante global da remuneração autorizada pela Assembleia Geral. Pode ainda propor ao Conselho a definição dos termos e condições dos contratos a celebrar com os administradores. O montante exato a ser auferido por cada administrador, a periodicidade e as demais condições de remuneração são determinados pelo próprio Conselho de Administração com base na proposta da Comissão de Nomeações e Remunerações.

### 5.2. Componente baseada no desempenho, componente variável e montante fixo

A remuneração da Comissão Executiva é construída por três componentes: remuneração fixa, bônus variável anual e plurianual.

O bônus anual é definido até um máximo de 68% do salário anual e é calculado no final de cada ano do mandato de acordo com os seguintes indicadores

- Desempenho relativo do retorno total para os acionistas (TSR) da EDPR vs. valores de referência (PSI-20 e outras a operar no mesmo setor);

- Crescimento da EDPR (MW e *pipeline*);
- Riscos/resultados da EDPR (ROIC, exposição ao mercado, EBITDA e resultados líquidos);
- Eficiência (disponibilidade técnica, OPEX/MW, CAPEX/MW).

O bônus plurianual é definido até um máximo de 102% do salário anual e é calculado com base nos mesmos indicadores de desempenho do bônus anual, mas medidos num enquadramento multianual a ser pago no final do período, incluindo, adicionalmente, as perspetivas ambientais e sociais: (i) o desempenho do índice de sustentabilidade aplicado à EDPR (Método DJSI), (ii) o inquérito de satisfação aos colaboradores, (iii) a avaliação da Comissão de Nomeações e Remunerações.

De acordo com a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral, a remuneração variável máxima (anual e plurianual) só é aplicável se todos os indicadores-chave acima referidos forem cumpridos, e apenas se a avaliação de desempenho for igual ou superior a 110%.

A remuneração do CEO e dos membros da Comissão Executiva que integram também a Equipa de Gestão foi paga diretamente pela EDPR, não tendo havido pagamento direto aos restantes membros da Comissão Executiva.

Apesar de a remuneração de todos os membros do Conselho de Administração estar sempre garantida, os membros da Comissão Executiva, com a exceção do CEO e de todos os que integrem a Equipa de Gestão (dedicando assim a maioria do seu trabalho às atividades da EDPR), não são remunerados pela EDPR.

Esta prática de governo societário em matéria retributiva está de acordo com o modelo adotado no Grupo EDP, mediante o qual os administradores executivos da EDP não recebem qualquer remuneração diretamente das empresas do Grupo em cujos órgãos de administração participam, mas apenas através da EDP.

Não obstante, e em conformidade com a referida prática de governo societário, a EDPR celebrou com a EDP um acordo de serviços de administração executiva nos termos do qual a sociedade suporta um custo pela prestação dos referidos serviços que corresponde ao valor da remuneração definida para os membros executivos do Conselho de Administração.

Os administradores não executivos auferem apenas uma remuneração fixa pelas funções desempenhadas enquanto administradores ou, cumulativamente, pela sua participação na Comissão de Nomeações e Remunerações, na Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e na Comissão de Auditoria e Controlo.

A EDP Renováveis não implementou quaisquer planos de remuneração em ações ou planos de aquisição de ações como componentes da remuneração dos seus administradores. Nenhum administrador celebrou qualquer contrato com a sociedade ou terceiros que tenha o efeito de mitigar o risco inerente na variação da remuneração estabelecida pela sociedade.

Na EDPR não há quaisquer compensações pela demissão ou termo de mandato das funções de administrador.

### 5.3. Remuneração anual do Conselho de Administração, incluindo a Comissão de Auditoria e Controlo

A remuneração dos membros do Conselho de Administração no exercício findo a 31 de dezembro de 2011 foi a seguinte:

Remuneração (€)	Fixa	Variável		Total
		Anual	Pluri-anual	
<b>ADMINISTRADORES EXECUTIVOS</b>				
António Mexia *	-	-	-	-
Ana Maria Fernandes (CEO)	384.000	167.362	-	551.362
João Manso Neto *	-	-	-	-
Nuno Alves *	-	-	-	-
António Martins da Costa *	-	-	-	-
Rui Teixeira	-	-	-	-
João Paulo Costeira	-	-	-	-
Luis Adão da Fonseca	-	-	-	-
Gabriel Alonso	-	-	-	-
<b>ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS</b>				
António Nogueira Leite	35.000	-	-	35.000
Daniel M. Kammen	22.500	-	-	22.500
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	55.000	-	-	55.000
Gilles August	45.000	-	-	45.000
João Lopes Raimundo	58.333	-	-	58.333
João Manuel de Mello Franco	80.000	-	-	80.000
Jorge Santos	60.000	-	-	60.000
José Araújo e Silva	26.250	-	-	26.250
José Silva Lopes	30.000	-	-	30.000
Manuel Menéndez Menéndez	45.000	-	-	45.000
Rafael Caldeira Valverde	55.000	-	-	55.000
<b>Total</b>	<b>896.083</b>	<b>167.362</b>		<b>1.063.445</b>

\* Com exceção do administrador delegado (CEO) e dos membros da Comissão Executiva que integram também a Equipa de Gestão, os restantes membros da Comissão Executiva não receberam qualquer remuneração da EDPR. A EDPR assinou um Acordo de Serviços de Administração Executiva com a EDP, mediante o qual terá de pagar EUR 380.400, correspondente à remuneração fixa, pelos serviços prestados pela EDP em 2011.

Em 2011, António Martins da Costa, José Silva Lopes e Daniel Kammen terminaram os seus mandatos de Administradores. A remuneração mencionada na tabela refere-se apenas aos meses de 2011 durante os quais o seu mandato ainda se encontrava em vigor.

O plano de poupança de reforma dos membros da Comissão Executiva, excluindo os que integram a Equipa de Gestão, funciona como complemento efetivo de reforma e corresponde a 5% do valor do respetivo vencimento anual.

Os administradores não executivos podem optar por uma remuneração fixa ou pelo pagamento pela presença nas reuniões, num valor equivalente à remuneração fixa proposta para os administradores, tendo em conta as respetivas funções como membros de uma ou mais comissões.

Em 2011, a remuneração dos membros da Equipa de Gestão, como funcionários da EDPR, com exceção da administradora delegada (CEO), anteriormente referida, foi a seguinte:

Remuneração (€)	Fixa	Variável		Total
		Anual	Pluri-anual	
Rui Teixeira	242.575	75.000	138.279	455.854
João Paulo Costeira	250.000	75.000	154.320	479.320
Luis Adão da Fonseca	242.575	75.000	138.279	455.854
Gabriel Alonso	250.000	75.000	141.357	466.357
<b>Total</b>	<b>985.151</b>	<b>300.000</b>	<b>572.235</b>	<b>1.857.386</b>

\* Corresponde à remuneração variável anual de 2010 e à remuneração variável plurianual devida antes da sua incorporação no Conselho de Administração.

O plano de poupança de reforma dos membros da Comissão Executiva que integram a Equipa de Gestão funciona como complemento efetivo de reforma que varia entre 3% e 6% do respetivo vencimento anual.

Os Administradores não recebem qualquer remuneração em espécie.

### 5.4. Declaração sobre a política de remunerações

A definição da proposta sobre a política de remunerações dos membros do Conselho de Administração é da responsabilidade da Comissão de Nomeações e Remunerações, sendo depois submetida à Assembleia Geral para sua aprovação.

Esta Comissão define a remuneração a atribuir aos administradores, procurando que a mesma reflita o desempenho de cada um dos membros em cada ano do mandato (remuneração variável anual), bem como o seu desempenho durante o mandato mediante a fixação de uma componente variável que seja consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da sociedade (remuneração variável plurianual para um período de três anos). Procura-se desta forma o alinhamento do comportamento do Conselho de Administração com os interesses dos acionistas.

A política de remunerações proposta pela Comissão de Nomeações e Remunerações para o período 2011-2013 estabelece uma estrutura com uma remuneração fixa para o conjunto dos membros do Conselho de Administração e uma remuneração variável, com uma componente anual e uma componente plurianual para os membros da Comissão Executiva e da Equipa de Gestão.

No período 2011-2013, decidiu-se manter a estrutura de remuneração, não só no que diz respeito às suas componentes mas também no que concerne ao valor nominal da remuneração fixa anual que esteve em vigor no período 2009-2010. Foi feita ainda a revisão dos indicadores-chave de desempenho para as componentes variáveis anual e plurianual, e uniformizar a matriz de correlação do cumprimento de objetivos da Comissão Executiva e da Equipa de Gestão para determinar as respetivas remunerações variáveis.

## 5.5. Avaliação pela Assembleia Geral da política de remuneração da sociedade e da avaliação de desempenho dos órgãos sociais

A Assembleia Geral é responsável pela aprovação da declaração sobre a política de remuneração dos órgãos sociais da sociedade submetida pela Comissão de Nomeações e Remunerações através do Conselho de Administração.

Um dos deveres da Assembleia Geral é precisamente avaliar a referida declaração.

Nos termos do artigo 164º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, a Assembleia Geral tem também o dever de avaliar o desempenho da gestão da sociedade e adotar uma deliberação anual sobre a manutenção (ou não) da sua confiança nos seus membros.

## 5.6. Presença de um representante da comissão de nomeações e remunerações na Assembleia Geral ordinária

Pelo menos um membro da Comissão de Nomeações e Remunerações deverá estar presente ou representado nas reuniões da Assembleia Geral da EDP Renováveis.

## 5.7. Proposta sobre a aprovação de um plano de atribuição de ações e/ou de opções de aquisição ou com base nas variações do preço das ações

A sociedade não aprovou nenhum plano de remuneração em ações ou opções de aquisição de ações ou que tenha por base as variações dos preços das ações.

## 5.8. Remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Em 2011, a remuneração do presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDP Renováveis foi de EUR 15.000.

## 5.9. Remuneração do Auditor

Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2011, os honorários pagos à KPMG Auditores, S.L. pela prestação de serviços de auditoria e revisão legal das contas, de serviços de consultoria fiscal e outros serviços que não sejam os de revisão legal de contas são os seguintes:

Remuneração (€)	Portugal	Espanha	Brasil	EUA	Outros	Total	%
Auditoria e revisão legal das contas e declarações financeiras	166.000	638.829	83.102	688.241	307.749	1.883.921	85,2%
Outros serviços de garantia de fiabilidade (*)	180.000	60.895	-	31.173	12.750	284.818	12,9%
Subtotal dos serviços de auditoria e associados	346.000	699.724	83.102	719.414	320.499	2.168.739	98,1%
Serviços de consultoria fiscal	-	-	-	24.067	9000	33.067	1,5%
Outros serviços não associados à auditoria e revisão legal de contas	9500	-	-	-	-	9500	0,4%
Subtotal dos serviços não associados à consultoria	9500	-	-	24.067	9000	42.567	1,9%
<b>Total</b>	<b>355.500</b>	<b>699.724</b>	<b>83.102</b>	<b>743.481</b>	<b>329.499</b>	<b>2.211.306</b>	<b>100%</b>

(\*) Os honorários de Portugal relativos à inspeção do Sistema de Controlo Interno (SCIRF) incluem as subsidiárias de Espanha (EUR 80.000) e EDPR AN (EUR 100.000), já que as faturas foram emitidas neste país.

A EDP Renováveis segue uma política de pré-aprovação pela Comissão de Auditoria e Controlo de quaisquer serviços não associados à auditoria que sejam entregues ao auditor externo, em conformidade com a recomendação III.1.5 do Código de Governo das Sociedades português. Esta política foi rigorosamente cumprida em 2011.

## 6. Mercados de capitais

### 6.1. Desempenho das ações e política de dividendos

#### Descrição das ações

As ações representativas da totalidade do capital social da EDP Renováveis foram inicialmente admitidas à negociação no mercado de bolsa regulamentado NYSE Euronext Lisbon a 4 de junho de 2008. O *free float* permanece desde então inalterado em 22,5%.

EDP Renováveis, S.A.	
Capital social	EUR 4.361.540.810
Valor nominal das ações	EUR 5,00
Número de ações	872.308.162
Data do início da negociação	4 de junho de 2008
NYSE Euronext Lisbon	
ISIN	ES0127797019
Reuters RIC	EDPR.LS
Bloomberg Ticker	EDPR PL

#### Desempenho do preço das ações

O valor da capitalização bolsista da EDPR a 31 de dezembro de 2011 era de EUR 4,12 mil milhões, o equivalente a EUR 4,73 por ação. Em 2011, a cotação das ações valorizou 9%, acima dos desempenhos do PSI-20 (o índice de referência da NYSE Euronext Lisbon), do Euronext 100 e do Dow Jones Eurostoxx Utilities ("SX6E"), que sofreram uma depreciação generalizada em 2011. O mínimo anual foi registado a 9 de agosto (EUR 3,89) e o máximo anual foi atingido a 2 de maio (EUR 5,25).

#### DESEMPENHO DO PREÇO DAS AÇÕES



#### Melhores e piores desempenhos do PSI-20 em 2011

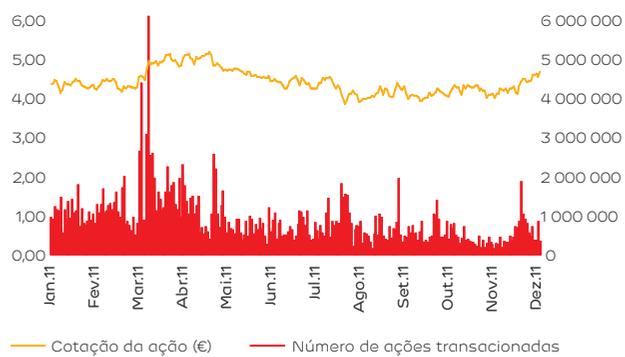
Jerónimo M.	+12,19%	BCP	-74,82%
EDPR	+9,02%	Sonae Indús.	-66,75%
Cimpor	+4,87%	BPI	-61,80%
EDP	-4,01%	Banif	-60,92%
Sonaeacom	-10,00%	BES	-53,13%

#### Melhores e piores desempenhos do SX6E em 2011

Gas Natural	+15,45%	Veolia Env.	-61,28%
Enel Green P.	+2,09%	Areva	-47,70%
EDP	-4,01%	RWE	-45,40%
Enagas	-4,19%	Suez Env.	-42,39%
Red Electrica	-6,07%	EDF	-38,75%

Em 2011, foram negociadas mais de 232 milhões de ações da EDPR, o que representa uma diminuição homóloga anual de 25% em termos de liquidez, e corresponde a um volume de negócios de cerca de EUR 1,06 mil milhões. Foram negociadas, diariamente, uma média de 0,9 milhões de ações. O total das ações negociadas representa 27% das ações admitidas à negociação, e 118% do *free float* da empresa.

#### PREÇO DAS AÇÕES DA EDPR E VOLUME DE TRANSAÇÕES



	2011	2010	2009	2008
AÇÕES DA EDPR NA NYSE EURONEXT LISBON (EUR)				
Cotação na abertura	4,34	6,63	5,00	8,00
Cotação no fecho	4,73	4,34	6,63	5,00
Cotação máxima	5,25	7,01	7,75	8,00
Cotação mínima	3,89	3,72	5,00	3,45
VARIACÃO DA COTAÇÃO DAS AÇÕES E DOS ÍNDICES DE REFERÊNCIA				
EDP Renováveis	9%	-35%	33%	-37%
PSI20	-28%	-10%	33%	-51%
Dow Jones Eurostoxx Utilities	-25%	-15%	-1%	-38%
Euronext 100	-14%	1%	25%	-45%

#### LIQUIDEZ DAS AÇÕES DA EDPR SHARES NO MERCADO

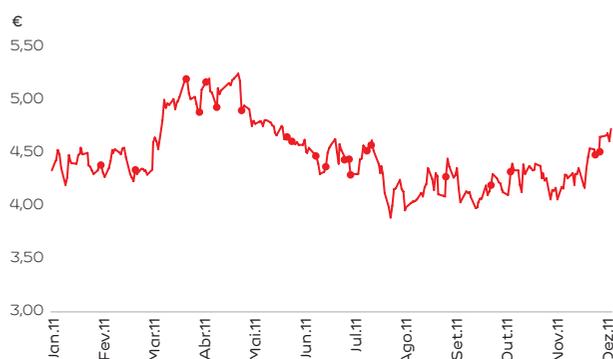
Turnover na NYSE Euronext (€ milhões)	1.060,3	1.539,2	1.676,0	1.646,0
Turnover diário médio (€ milhões)	4,1	6,0	6,4	11,0
Número de ações transacionadas (milhões)	232,3	311,2	257,0	216,0
Nº diário médio de ações transacionadas (milhões)	0,9	1,2	1,0	1,5
Total de ações emitidas (milhões)	872,3	872,3	872,3	872,3
Número de ações próprias (milhões)	-	-	-	-
Free-float (milhões)	196,3	196,3	196,3	196,3
Rotação anual do capital (% do total das ações)	27%	36%	29%	25%
Rotação anual do capital (% do free-float)	118%	159%	131%	110%

#### VALOR DE MERCADO DA EDPR (€ MILHÕES)

Capitalização bolsista no final do período	4.124	3.783	5.783	4.364
--	-------	-------	-------	-------

O gráfico abaixo apresentado mostra a evolução da cotação das ações da EDPR ao longo do ano, assinalando todas as comunicações e factos relevantes que poderão ter tido, de algum modo, impacto na mesma.

## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS NA EDPR EM 2011



#	Data	Descrição	Cotação (€)
1	2 Feb	EDP Renováveis divulga dados provisionais de 2010	4,38
2	24 Feb	EDP Renováveis anuncia os resultados de 2010	4,35
3	30 Mar	EDPR assume controlo total da Genesa	5,20
4	7 Abr	EDP Renováveis vende participação financeira num parque eólico em Espanha	4,90
5	11 Abr	Assembleia Geral ordinária da EDP Renováveis	5,17
6	18 Abr	EDP Renováveis divulga dados provisionais do 1º trimestre de 2011	4,93
7	4 Mai	EDP Renováveis anuncia resultados do 1º trimestre de 2011	4,90
8	3 Jun	EDP Renováveis estabelece contrato de venda de energia a longo prazo nos EUA	4,65
9	6 Jun	EDP Renováveis estabelece parceria para o desenvolvimento no Reino Unido de um parque eólico offshore com a capacidade de 2,4 GW	4,61
10	21 Jun	Assembleia Geral extraordinária da EDP Renováveis	4,48
11	21 Jun	EDP Renováveis estabelece project finance de 138 MW na Romênia	4,48
12	28 Jun	EDPR informa sobre adjudicação de projeto de 127 MW em concurso por parte do governo de Aragão (Espanha)	4,37
13	11 Jul	EDP Renováveis estabelece project finance de 90 MW na Romênia	4,44
14	13 Jul	EDP Renováveis estabelece nova estrutura tax equity e encaixa 116 milhões de dólares	4,44
15	14 Jul	EDP Renováveis divulga dados provisionais do 1º semestre de 2011	4,30
16	25 Jul	EDP Renováveis estabelece project finance de 70 MW no Brasil	4,53
17	27 Jul	EDP Renováveis anuncia resultados do 1º semestre de 2011	4,58
18	14 Set	EDP Renováveis estabelece contrato de venda de energia a longo prazo para 101 MW nos EUA	4,27
19	13 Out	EDP Renováveis divulga dados provisionais do 3º trimestre de 2011	4,20
20	26 Out	EDP Renováveis anuncia resultados do 3º trimestre de 2011	4,32
21	20 Dez	EDP Renováveis informa sobre adjudicação de contratos de longo prazo para 120 MW num leilão de energia no Brasil	4,48
22	21 Dez	EDP Renováveis, através da sua associada ENEOP – Eólicas de Portugal, S.A., estabelece project finance para 376 MW em Portugal	4,51
23	22 Dez	EDP Renováveis: EDP e China Three Gorges estabelecem parceria estratégica	4,51
24	22 Dez	EDP Renováveis estabelece acordo tax equity para 99 MW nos EUA	4,51

## 6.2. Política de dividendos

A distribuição dos dividendos deve ser proposta pelo Conselho de Administração da EDPR e autorizada por deliberação aprovada em Assembleia Geral.

Em conformidade com as disposições legais em vigor, nomeadamente a Lei das Sociedades de Capital espanhola, os Estatutos da EDP Renováveis determinam que os lucros de um exercício anual tenham em conta:

- Os montantes a alocar a reservas legais;
- O montante aprovado pela mesma Assembleia Geral a atribuir aos dividendos das ações em circulação;
- O montante aprovado pela Assembleia Geral para constituir ou aumentar os fundos de reserva ou as reservas livres;
- O montante remanescente será contabilizado como excedente.

A política de dividendos expectável da EDPR, conforme anunciado na sua oferta pública de subscrição (OPS), prevê a distribuição de dividendos a cada ano que representem pelo menos 20% do lucro atribuível aos acionistas. Tal como também foi anunciado na OPS, o Conselho de Administração da EDPR poderá requerer o ajuste desta política de dividendos para refletir, entre outras coisas, alterações ao plano de negócios e às necessidades de capital, pelo que não poderá ser assegurado que em determinado ano sejam propostos ou declarados dividendos.

No seguimento da conjuntura económica e regulatória desafiante nos países onde a EDPR detém investimentos, dos resultados financeiros líquidos obtidos no ano fiscal de 2011 e dos requisitos de capital numa envolvente financeira desfavorável, o Conselho de Administração irá propor na Assembleia Geral de Acionistas, a decorrer em 2012, a retenção dos resultados de 2011 através de reservas voluntárias.

## 6.3. Comunicação com o mercado de capitais

### Política de comunicação

A política de comunicação da EDP Renováveis visa proporcionar aos acionistas, potenciais investidores e *stakeholders* todas as informações relevantes sobre a empresa e o seu ambiente de negócio. A promoção de uma informação de alta qualidade, transparente, consistente, rigorosa e facilmente acessível reveste-se de uma importância fundamental para uma perceção exata da estratégia da empresa, da sua situação financeira, contabilística e patrimonial, das perspetivas, riscos e acontecimentos mais relevantes.

Nesta perspetiva, a EDP Renováveis procura oferecer aos investidores um conjunto de informações que os possam apoiar na tomada de decisões de investimento de uma forma esclarecida, clara e concreta.

Foi criado um Departamento de Relações com os Investidores de forma a assegurar contacto permanente com todos os agentes do mercado e diversos *stakeholders*, garantindo a igualdade entre os acionistas e prevenindo assimetrias no acesso à informação.

A EDPR utiliza o seu sítio na Internet como um dos mais importantes canais para a publicação de todas as informações materiais, garantindo que todas as comunicações relevantes sobre a atividade da empresa e os seus resultados estão sempre atualizadas e disponíveis.

## Departamento de relações com os investidores

O Departamento de Relações com os Investidores da EDP Renováveis atua como intermediário entre a sociedade e os seus acionistas atuais e potenciais, os analistas financeiros que seguem a sua atividade, todos os investidores e os mercados financeiros em geral. O seu principal objetivo é garantir o princípio de igualdade entre os acionistas, prevenir as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores e diminuir o eventual desvio entre a perceção destes sobre a estratégia da empresa e o seu valor intrínseco. Este departamento é responsável pelo desenvolvimento e implementação da estratégia de comunicação da EDP e pela manutenção de uma adequada relação institucional ao nível da informação com os mercados financeiros, com a bolsa de valores na qual as ações da EDP Renováveis foram admitidas à negociação e com as entidades de regulação e supervisão (a CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, em Portugal, e a CNMV – Comisión Nacional del Mercado de Valores, em Espanha).

O representante da sociedade para as relações com o mercado é o administrador Rui Teixeira, membro da Comissão Executiva. O Departamento de Relações com os Investidores é coordenado por Rui Antunes e está sediado nos escritórios da empresa em Madrid, Espanha. Os seus contactos são os seguintes:

### Contactos do Dep. de Relações com os Investidores

Calle Serrano Galvache 56  
Centro Empresarial Parque Norte  
Edificio Olmo – 7°  
Telefone: +34 902 830 700  
Fax: +34 914 238 429  
E-mail: ir@edpr.com

## Atividade em 2011

O último ano foi muito difícil para os mercados de ações, exigindo o maior dos esforços da Equipa de Gestão da EDP e do Departamento de Relações com os Investidores para transmitir da maneira mais adequada uma mensagem clara e realista a todas as entidades nos mercados financeiros, no sentido de aliviar as suas apreensões e evitar decisões de investimento baseadas num fluxo de notícias bastante especulativo. Em 2011, fomos capazes de discutir com os investidores os temas que mais os preocupavam, relacionados nomeadamente com a incerteza quanto à regulamentação no setor em alguns mercados da Europa, com as dificuldades do mercado nos EUA, com o impacto da crise das dívidas soberanas na Europa, com o programa de assistência do FMI/BCE/UE a Portugal e com os possíveis efeitos para a EDP da 8ª fase de privatização da EDP – Energias de Portugal, que é o principal acionista da sociedade. A fusão entre a Iberdrola e a Iberdrola Renovables, a oferta pública de aquisição lançada pela EDF à EDF Energies Nouvelles e o plano estratégico da EDP para depois de 2012 foram outros temas de discussão relevantes.

Ao longo de 2011, a EDP esteve presente em vários eventos, para reforçar a sua proposta de criação de valor para os acionistas e explorar novas oportunidades. Em todo o ano, a Equipa de Gestão da EDP e o Departamento de Relações com os Investidores tiveram mais de 300 reuniões nos escritórios da sociedade e em 15 das mais importantes praças financeiras da Europa e dos EUA, o que evidencia o interesse dos investidores pelas suas atividades.

A EDP tem plena consciência da importância de divulgar atempadamente informações claras e detalhadas aos mercados. Assim, a empresa publica quaisquer informações suscetíveis de influenciar os preços antes da abertura da NYSE Euronext Lisbon, através do sistema de informação da CMVM, disponibilizando-as também na secção “Investidores” do seu sítio na Internet e enviando-as por correio eletrónico para a lista de distribuição do Departamento.

A cada anúncio de resultados, a EDP promove uma *conference call* transmitida através da Internet na qual a administração da empresa informa os mercados sobre as atividades da EDP. Em cada um destes eventos, os acionistas, investidores e analistas têm a oportunidade de submeter diretamente as suas questões e de discutir os resultados da EDP, bem como as perspetivas da empresa.

O Departamento de Relações com os Investidores da EDP mantém ainda contacto permanente com os analistas financeiros que avaliam a sociedade e com todos os acionistas e investidores, através de e-mail, telefone ou em reuniões presenciais. Em 2011, tanto quanto é do nosso conhecimento, foram emitidos pelos analistas pelo menos 200 relatórios de avaliação do desempenho da EDP.

## Analistas

Enquanto líder mundial no setor das energias renováveis (onde é uma das maiores sociedades cotadas), e como uma das maiores empresas do PSI20, a EDP está permanentemente sob escrutínio e avaliação.

No final de 2010, tanto quanto é do nosso conhecimento, havia 28 instituições a elaborarem relatórios de *research* e a seguirem de muito perto a atividade da EDP. A 31 de dezembro de 2011, o preço-alvo médio atribuído por estes analistas atingiu os EUR 5,39 por ação, com a maioria deles a fazerem recomendações de “compra” das ações da EDP: 17 recomendações de compra, 7 neutras, 3 de venda e apenas 1 suspensa.

Empresa	Analista	Recomendação	Preço-alvo (€)	Último relatório emitido
Banesto	António Cruz-Guzmán	Overweight	6,86	22/07/2011
Banif	Sofia Cordeiro	Compra	5,46	05/05/2011
Barclays Capital	Rupesh Madhani	Equalweight	4,75	01/11/2011
BBVA	Daniel Ortea	Outperform	5,30	05/05/2011
BCP	Vanda Mesquita	Compra	6,00	14/10/2011
Berenberg	Benita Barretto	Compra	6,50	21/10/2011
BES	Fernando Garcia	Compra	4,90	26/09/2011
BNP Paribas	José Fernandez	Underperform	4,20	20/10/2011
BoAML	Matthew Yates	Compra	5,25	27/10/2011
BPI	Flora Trindade	Compra	6,00	19/09/2011
Caixa BI	Helena Barbosa	Suspensa	–	16/12/2011
Cheuvreux	José Porta	Underperform	5,19	27/07/2011
Citiigroup	Manuel Palomo	Compra	5,00	30/09/2011
Deutsche Bank	Virginia Sanz de Madrid	Manter	5,00	26/10/2011
Fidentis	Daniel Rodríguez	Compra	5,59	04/08/2011
Goldman Sachs	Matija Gergolet	Neutral	5,90	29/12/2011
HSBC	James Magness	Overweight	7,25	14/10/2011
ING	Maurice Rosenthal	Venda	3,30	14/12/2011
Jefferies	Gerard Reid	Compra	5,85	26/10/2011
JP Morgan	Sarah Laitung	Overweight	5,10	13/10/2011
Macquarie	Shai Hill	Outperform	5,25	06/07/2011
Morgan Stanley	Allen Wells	Overweight	5,40	12/10/2011
Natixis	Céline Chérubin	Neutral	4,70	27/10/2011
Redburn Partners	Archie Fraser	Compra	6,11	07/02/2011
Sabadell	Jorge Gonzalez	Compra	5,06	26/10/2011
Santander	Joaquín Ferrer	Manter	6,20	23/05/2011
Société Générale	Jorge Alonso	Manter	4,50	27/10/2011
UBS	Alberto Gandolfi	Neutral	5,00	08/09/2011

# governo da sociedade

## Informação online: website e e-mail

A EDP Renováveis considera que a informação online é uma ferramenta da maior importância na disseminação de informação material, pelo que atualiza o seu sítio na Internet com todos os documentos relevantes. Além das informações exigidas pelos regulamentos da CMVM e da CNMV, a página da empresa também disponibiliza atualizações financeiras e operacionais sobre as atividades da EDPR, garantindo a todos um acesso fácil à informação.

	Português	Inglês	Espanhol
Identificação da sociedade			
Demonstrações financeiras	✓	✓	✓
Regulamentos dos órgãos de administração e fiscalização	✓	✓	✓
Relatório anual da Comissão de Auditoria e Controlo	✓	✓	✓
Departamento de Relações com os Investidores: funções e contactos	✓	✓	✓
Estatutos	✓	✓	✓
Calendário de eventos da empresa	✓	✓	✓
Convocatória da Assembleia Geral	✓	✓	✓
Propostas apresentadas para discussão e aprovação em Assembleia Geral	✓	✓	✓
Atas das Assembleias Gerais de Acionistas	✓	✓	✓
Agente de ligação com o mercado	✓	✓	✓
Currículos dos membros do Conselho de Administração	✓	✓	✓



**PRINCIPAIS FUNÇÕES EXERCIDAS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS**

Administrador	Posição
<b>António Mexia</b>	Presidente Executivo (CEO) da EDP - Energias de Portugal, S.A. Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, S.A.
<b>Ana Maria Fernandes</b>	Administradora da EDP - Energias de Portugal, S.A.
<b>João Manso Neto</b>	Presidente da Comissão Executiva da EDP Produção Presidente Executivo (CEO) e Vice-Presidente da Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. Membro do Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal, S.A.
<b>Nuno Alves</b>	Diretor Executivo do Millennium BCP Investimento, responsável pela tesouraria do Grupo BCP e pelos mercados de capitais Membro do Conselho de Administração (CFO) da EDP - Energias de Portugal, S.A.
<b>Rui Teixeira</b>	Chief Financial Officer da EDP Renováveis S.A. Membro da Equipa de Gestão da EDP Renováveis S.A.
<b>João Paulo Costeira</b>	Chief Operating Officer para a Europa da EDP Renováveis, S.A. Membro da Equipa de Gestão da EDP Renováveis S.A.
<b>Luis Adão da Fonseca</b>	Chief Business Development Officer da EDP Renováveis, S.A. Membro da Equipa de Gestão da EDP Renováveis S.A.
<b>Gabriel Alonso Imaz</b>	Chief Operating Officer para a América do Norte da EDP Renováveis, S.A. Membro da Equipa de Gestão da EDP Renováveis S.A.
<b>António Nogueira Leite</b>	Membro da Direção do Instituto Português de Relações Internacionais, UNL Administrador da Reditus, SGPS, S.A. Diretor-Geral da José de Mello, SGPS, S.A. Administrador da Companhia União Fabril CUF, SGPS, S.A. Administrador da Quimigal, S.A. Administrador da CUF - Químicos Industriais, S.A. Administrador da ADP, S.A. - CUF Adubos Administrador da Sociedades de Explosivos Civic, SEC, S.A. Administrador da Bris.A., S.A. Administrador da Efacec Capital, SGPS, S.A. Administrador da Comitur, SGPS, S.A. Administrador da Comitur Imobiliária, S.A. Administrador da Expocomitur - Promoções e Gestão Imobiliária, S.A. Administrador da Herdade do Vale da Fonte - Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária, S.A. Administrador da Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, S.A. Administrador da Sociedade Imobiliária da Rua das Flores, nº 59, S.A. Administrador da José de Mello S.A.úde, SGPS, S.A. Vice-Presidente do Conselho Consultivo do Banif Banco de Investimentos Presidente do Conselho Geral de Supervisão da Opex, S.A. Membro do Conselho Consultivo do IGCP Vice-Presidente do Fórum para a Competitividade Administrador da José de Mello Investimentos, SGPS, S.A. Administrador da Fundação de Aljubarrota Presidente da Associação Oceano XXI (cluster do Mar)
<b>Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda</b>	Membro do Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, S.A. e de várias subsidiárias Administrador da Mague - SPGS, S.A. CEO da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.
<b>Gilles August</b>	Cofundador da August & Debozy. Dirige atualmente o departamento de empre.S.A.s da sociedade.
<b>João Lopes Raimundo</b>	Presidente do Conselho de Administração do Banque BCP Luxembourg Presidente do Conselho de Administração do Banque BCP France Administrador do Banque Orive BCP Switzerland Diretor-Geral do Banco Comercial Português Vice-Presidente do Conselho de Administração do Millennium Angola Administrador do Banco Millennium BCP de Investimento Vice-Presidente do Conselho de Administração do Millennium Bank, NA (EUA) Administrador da CIMPOR - Cimentos de Portugal SGPS, S.A. Presidente do Conselho de Administração do BCP Holdings US.A., Inc
<b>João Manuel De Mello Franco</b>	Administrador da Portugal Telecom SGPS, S.A. Presidente da Comissão de Auditoria da Portugal Telecom SGPS, S.A. Membro da Comissão de Remunerações da Portugal Telecom SGPS, S.A. Membro da Comissão de Avaliação da Portugal Telecom SGPS, S.A. Membro da Comissão de Governo Societário da Portugal Telecom SGPS, S.A. Presidente da Comissão de Auditoria do Sporting Clube de Portugal S.A.D.

Administrador	Posição
<b>Jorge Santos</b>	Professor Catedrático de Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa Membro da Assembleia de Representantes do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa Coordenador do programa de doutoramento em Economia no ISEG
<b>José Araújo e Silva</b>	Administrador da Corticeira Amorim, SGPS, S.A. Membro da Comissão Executiva da Corticeira, SGPS, S.A. Administrador da Caixa Geral de Depósitos
<b>Manuel Menéndez Menéndez</b>	Presidente e CEO do Liberbank S.A. Presidente do Banco de Castilla-La Mancha Presidente da Cajastur Presidente da Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. Presidente da Naturgas Energía, S.A. Administrador da EDP Renewables Europe, SLU Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, S.A. Representante da Peña Rueda, SL no Conselho de Administração da Enagas, S.A. Membro do Conselho de Administração da Confederación Española de Cajas de Ahorro Membro do Conselho de Administração da UNES.A.
<b>Rafael Caldeira Valverde</b>	Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Espírito S.A. nto de Investimento, S.A. Membro da Comissão Executiva do Banco Espírito S.A. nto de Investimento, S.A.

**CARGOS ATUAIS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

EM EMPRESAS NÃO PERTENCENTES AO MESMO GRUPO QUE A EDP RENOVÁVEIS, S.A. OU A EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL, S.A.

Administrador	Cargo
<b>António Mexia</b>	Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, S.A.
<b>Ana Maria Fernandes</b>	N/A
<b>João Manso Neto</b>	N/A
<b>Nuno Alves</b>	N/A
<b>Rui Teixeira</b>	N/A
<b>João Paulo Costeira</b>	N/A
<b>Luis Adão da Fonseca</b>	N/A
<b>Gabriel Alonso Imaz</b>	N/A
<b>António Nogueira Leite</b>	Membro da Direção do Instituto Português de Relações Internacionais, UNL Administrador da Reditus, SGPS, S.A. Diretor-Geral da José de Mello, SGPS, S.A. Administrador da Companhia União Fabril CUF, SGPS, S.A. Administrador da Quimigal, S.A. Administrador da CUF - Químicos Industriais, S.A. Administrador da ADP, S.A.-CUF Adubos Administrador da Sociedades de Explosivos Civic, SEC, S.A. Administrador da BriS.A., S.A. Administrador da Efacec Capital, SGPS, S.A. Administrador da Comitur, SGPS, S.A. Administrador da Comitur Imobiliária, S.A. Administrador da Expocomitur - Promoções e Gestão Imobiliária, S.A. Administrador da Herdade do Vale da Fonte - Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária, S.A. Administrador da Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, S.A. Administrador da Sociedade Imobiliária da Rua das Flores, nº 59, S.A. Administrador da José de Mello S.A.úde, SGPS, S.A. Vice-Presidente do Conselho Consultivo do Banif – Banco de Investimentos Presidente do Conselho Geral de Supervisão da Opex, S.A. Membro do Conselho Consultivo do IGCP Vice-Presidente do Fórum para a Competitividade Administrador da José de Mello Investimentos, SGPS, S.A. Administrador da Fundação de Aljubarrota Presidente da Associação Oceano XXI (cluster do Mar)
<b>Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda</b>	Presidente Executivo da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. Presidente do Conselho de Administração da Cimpor Inversiones, S.A. Presidente do Conselho de Administração da Sociedade de Investimento Cimpor Macau, S.A. Gerente da Deal Winds - Sociedade Unipessoal, Lda
<b>Gilles August</b>	Cofundador da August & Debouzy. Dirige atualmente o departamento de empre.S.A.s da sociedade.
<b>João Lopes Raimundo</b>	Administrador da CIMPOR - Cimentos de Portugal SGPS, S.A. Presidente do Conselho de Administração da BCP Holdings US.A., Inc Diretor-Geral do Banco Comercial Português
<b>João Manuel de Mello Franco</b>	Administrador da Portugal Telecom SGPS, S.A. Presidente da Comissão de Auditoria da Portugal Telecom SGPS, S.A. Membro da Comissão de Avaliação da Portugal Telecom SGPS, S.A. Membro da Comissão de Governo Societário da Portugal Telecom SGPS, S.A. Presidente da Comissão de Auditoria do Sporting Clube de Portugal S.A.D.
<b>Jorge Santos</b>	Professor Catedrático de Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa Membro da Assembleia de Representantes do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa Coordenador do programa de doutoramento em Economia do ISEG
<b>José Araújo e Silva</b>	Administrador da Corticeira Amorim, SGPS, S.A. Membro da Comissão Executiva da Corticeira, SGPS, S.A. Administrador da Caixa Geral de Depósitos Administrador da Artlant, S.A. Administrador da Caetano Auto SGPS Administrador da Cartolinas do Prado
<b>Manuel Menéndez Menéndez</b>	Presidente e CEO of Liberbank, S.A. Presidente do Banco de Castilla-La Mancha Presidente da Cajastur Representante da Peña Rueda, SL no Conselho de Administração da Enagas, S.A. Membro do Conselho de Administração da Confederación Española de Cajas de Ahorro Membro do Conselho de Administração da UNES.A.
<b>Rafael Caldeira Valverde</b>	Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Espírito S.A. nto de Investimento, S.A. Membro da Comissão Executiva do Banco Espírito S.A. nto de Investimento, S.A.

**CARGOS ATUAIS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
EM EMPRESAS PERTENCENTES AO MESMO GRUPO QUE A EDP - ENERGIAS DE PORTUGAL S.A.**

	António Mexia	Nuno Alves	Ana Maria Fernandes	João Manso Neto	Manuel Ménéndez Menéndez	Rui Teixeira	João Paulo Costeira	Luis Adão da Fonseca	Gabriel Alonso
EDP – Energias de Portugal, S.A.	PCAE	A	A	A	–	–	–	–	–
EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A.	–	–	–	PCA	–	–	–	–	–
EDP – Energias do Brasil, S.A.	PCA	A	A	–	–	–	–	–	–
EDP – Estudos e Consultoria, S.A.	–	PCA	–	–	–	–	–	–	–
EDP – Imobiliária e Participações, S.A.	–	PCA	–	–	–	–	–	–	–
EDP Valor – Gestão Integrada de Serviços, S.A.	–	PCA	–	–	–	–	–	–	–
Sávida – Medicina Apoiada, S.A.	–	PCA	–	–	–	–	–	–	–
SCS – Serviços Complementares de Saúde, S.A.	–	PCA	–	–	–	–	–	–	–
Energia RE S.A.	–	PCA	–	–	–	–	–	–	–
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	–	A	A	VPCA/CEO	PCA	–	–	–	–
Hidrocantábrico Energia, SAU	–	–	–	PCA	–	–	–	–	–
Eléctrica de la Ribera de Ebro; SL	–	–	–	PCA	–	–	–	–	–
Naturgás Energia Grupo, S.A.	–	–	–	VPCA	PCA	–	–	–	–
EDP Gás – SGPS, S.A.	–	–	–	PCA	–	–	–	–	–
Balwerk – Consultadoria Económica e Participações, Sociedade Unipessoal, Lda.	–	G	–	–	–	–	–	–	–
EDP – Energias de Portugal Sociedade Anónima, Sucursal en España	RP	RP	RP	RP	–	–	–	–	–
EDP Gás.com – Comércio de Gás Natural, S.A.	–	–	–	A	–	–	–	–	–
EDP Finance BV	R	R	R	R	–	–	–	–	–
Electricidade de Portugal Finance Company Ireland Lt.	–	A	–	–	–	–	–	–	–
Empresa Hidroeléctrica do Guadiana, S.A.	–	–	–	PCA	–	–	–	–	–
EDP Projectos SGPS, S.A.	–	–	–	A	–	–	–	–	–
EDP Energia Ibérica S.A.	–	–	–	A	–	–	–	–	–
EDP Inovação, S.A.	–	–	–	–	–	–	–	A	–
Operação e Manutenção Industrial, S.A.	–	–	–	–	–	–	A	–	–

PCAE – Presidente do Conselho de Administração Executivo  
 PCA – Presidente do Conselho de Administração  
 VPCA – Vice-Presidente do Conselho de Administração  
 CEO – Chief Executive Officer  
 A – Administrador  
 R – Representante  
 RP – Representante Permanente  
 G – Gestor

**CARGOS ATUAIS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
EM EMPRESAS PERTENCENTES AO MESMO GRUPO QUE A EDP RENOVÁVEIS S.A.

	António Mexia	Nuno Alves	Ana Maria Fernandes	João Manso Neto	Manuel Mênendez Menéndez	Rui Teixeira	João Paulo Costeira	Luis Adão da Fonseca	Gabriel Alonso
EDP Renewables North America LLC	-	-	-	-	-	-	-	-	CEO
EDP Renewables Europe, S.L.	-	-	PCA	-	A	A	A	A	-
ENEOP – Eólicas de Portugal, S.A.	-	-	PCA	-	-	-	-	-	-
EDP Renováveis Brasil, S.A.	-	-	PCA	-	-	A	-	A	-
EDP Renováveis Portugal, S.A.	-	-	-	-	-	A	PCA	A	-
EDP Renewables Romania SRL	-	-	-	-	-	-	PCA	A	-
EDP Renewables UK Ltd	-	-	-	-	-	-	A	A	-
EDP Renewables France SA	-	-	-	-	-	-	PCA	-	-
EDP Renewables Polska, SP, z.o.o.	-	-	-	-	-	A	A	A	-
EDP Renewables Italia, SRL	-	-	-	-	-	-	A	A	-
ENEOP 2 S.A	-	-	-	-	-	-	PCA	-	-
Generaciones Especiales I SL	-	-	-	-	-	A	A	A	-
EDP Renewables Canada, Ltd	-	-	-	-	-	A	-	A	-
Greenwind, S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA	-	-

PCA – Presidente do Conselho de Administração  
CEO – Chief Executive Officer  
A – Administrador

NOTA: Este anexo contém informações relativas a todas as principais empresas do Grupo EDP Renováveis. A informação relativa a outras empresas subsidiárias em que os membros do Conselho de Administração ocupam cargos de direção estão disponíveis no Relatório e Contas anual na Nota 41.

## Conselho de Administração

---

### António Luís Guerra Nunes Mexia (Chairperson)



Nascido a 12 de julho de 1957, licenciou-se em 1980 em Economia pela Universidade de Genebra (Suíça), onde foi também professor assistente no Departamento de Economia. Tem uma pós-graduação em Estudos Europeus na Universidade Católica. Foi membro dos órgãos sociais da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade Católica, onde exerceu o cargo de diretor entre 1982 e 1995. Foi adjunto do secretário de Estado do Comércio Externo entre 1986 e 1988. De 1988 a 1990, foi vice-presidente do Conselho de Administração do ICEP (Instituto de Comércio Externo de Portugal). De 1990 a 1998, foi administrador do Banco Espírito Santo de Investimentos. Em 1998, foi nomeado presidente do Conselho de Administração da Gás de Portugal e Transgás. Entrou para a Galp Energia em 2000, onde passou a exercer as funções de vice-presidente do Conselho de Administração. Entre 2001 e 2004, foi presidente da Comissão Executiva da Galp Energia e presidente do Conselho de Administração da Petrogal, Gás de Portugal, Transgás e Transgás-Atlântico. Em 2004, foi nomeado ministro das Obras Públicas, dos Transportes e da Comunicação do 16º Governo Constitucional de Portugal. Foi ainda presidente da Associação Portuguesa de Energia (APE) entre 1999 e 2002, membro da Comissão Trilateral entre 1992 e 1998, vice-presidente da Associação Industrial Portuguesa (AIP) e presidente do Conselho Geral de Supervisão da Ambelis, além de representante do Governo português junto da União Europeia num grupo de trabalho para o desenvolvimento das redes de comunicação transeuropeias. Em janeiro de 2008 foi nomeado membro do Conselho Geral de Supervisão do Banco Comercial Português, S.A. tendo integrado anteriormente o Conselho Superior deste banco. A 30 de março de 2006, foi nomeado presidente do Conselho de Administração Executivo da EDP, tendo começado o seu mandato a 30 de junho de 2006. Foi reeleito para as mesmas funções a 15 de abril de 2009.

---

### Ana Maria Machado Fernandes (Vice-Presidente e Administradora Delegada – CEO)



Nascida a 1 de novembro de 1962, licenciou-se em Economia em 1986, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, onde fez também uma pós-graduação em Finanças (1989), ao mesmo tempo que concluiu o MBA da Escola de Gestão do Porto. Entre 1989 e 1991, foi docente da Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Iniciou a sua carreira profissional em 1986, na Conselho – Gestão e Investimentos, uma companhia do Grupo Banco Português do Atlântico, na área de mercados de capitais, investimentos e reestruturação de empresas. Em 1989, começou a trabalhar na Efisa, Sociedade de Investimentos, na área de *corporate finance*, sendo posteriormente administradora do Banco Efisa. Em 1992, ingressou nos quadros do Grupo Banco de Fomento e Exterior como administradora na área da banca de investimento. Entre 1996 e 1998, foi diretora da área de *corporate finance* no BPI. Entrou para a Gás de Portugal em 1998, exercendo o cargo de administradora na área do Planeamento Estratégico e Fusões e Aquisições, e no ano 2000 passou a ocupar o cargo de administradora de Estratégia e Gestão de Portefólio na Galp Business. Posteriormente, foi nomeada presidente da Galp Power e administradora da Transgás. Entre 2004 e 2006, foi administradora da Galp Energia. A 30 de março de 2006, foi nomeada para o Conselho de Administração Executivo da EDP, iniciando funções a 30 de junho de 2006. Foi reeleita a 15 de abril de 2009.

---

### João Manuel Manso Neto



Nascido a 2 de abril de 1958, licenciou-se em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão em 1981 e obteve uma pós-graduação em Economia Europeia na Universidade Católica Portuguesa (1982). Fez um curso de formação profissional na Associação Americana de Banqueiros (1982) e concluiu a componente letiva do curso de mestrado em Economia na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Em 1985, completou também o "Advanced Management Program for Overseas Bankers" da Wharton School, em Filadélfia. Entre 1988 e 1995 exerceu inúmeras funções no Banco Português do Atlântico, nomeadamente as de supervisor e diretor da Divisão de Crédito Internacional, diretor de departamento, diretor central adjunto da área de Gestão Internacional e diretor central de Gestão Financeira e Comércio a Retalho da Região Sul. Entre 1995 e 2002, trabalhou no Banco Comercial Português, ocupando os cargos de diretor-geral da Gestão Financeira, diretor-geral de Grandes Negócios Institucionais, diretor-geral de Tesouraria, membro do Conselho de Administração do BCP Banco de Investimento e vice-presidente do BIG Bank Gdansk. Entre 2002 e 2003, no Banco Português de Negócios, foi presidente do BPN Serviços ACE, diretor do BPN SGPS, diretor da Sociedade Lusa de Negócios e membro do Conselho de Administração do Banco Efisa. É ainda membro com direito a voto no Conselho de Administração da OMEL. Entre 2003 e 2005, integrou os quadros da EDP como diretor-geral e administrador da EDP Produção. Em 2005, foi nomeado consultor da HC Energía, presidente da Genesa e diretor da Naturgas Energia e da OMEL. A 30 de março de 2006, foi nomeado para o Conselho de Administração Executivo da EDP, iniciando funções a 30 de junho de 2006. Foi reeleito a 15 de abril de 2009.

---

### Nuno Maria Pestana de Almeida Alves



Nascido a 1 de abril de 1958, licenciou-se em 1980 em Engenharia e Construção Naval e obteve um MBA na Universidade do Michigan em 1985. Começou a sua carreira profissional em 1988, como supervisor da Direção de Estudos e Planeamento do Banco Comercial Português, onde em 1990 assumiu as funções de subdiretor da Divisão de Investimentos Financeiros. Em 1991, tornou-se diretor do Departamento de Relações com os Investidores. Em 1994, assumiu o cargo de diretor do Departamento de Coordenação de Banca de Retalho. Em 1996, exerceu o cargo de diretor de Mercados de Capitais do Banco CISF, o banco de investimento do BCP, e foi promovido a diretor de Banca de Investimento em 1997. Em 1999 tornou-se presidente do Conselho de Administração do CISF Dealer, onde se manteve até 2000, altura em que passou a ser diretor do Millenniumbcp Investimento (antigo Banco CISF), responsável pelas áreas de Mercados de Capitais e Tesouraria do Grupo BCP. Entre 2000 e 2006, foi diretor-geral do BCP. A 30 de março de 2006, foi nomeado para o Conselho de Administração Executivo da EDP, iniciando funções a 30 de junho de 2006. Foi reeleito a 15 de abril de 2009.

---

### Rui Teixeira



Nascido em 1972, é membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, S.A. Integra a Comissão Executiva e a Equipa de Gestão e é o CFO (Chief Financial Officer) da sociedade. Entre 1996 e 1997, foi diretor adjunto do departamento comercial naval da Gellweiler – Sociedade Equipamento Marítimos e Industriais, Lda. Entre 1997 e 2001, trabalhou como gestor de projeto e inspetor naval para a Det Norske Veritas, com responsabilidades nas áreas de estruturas offshore, construção naval e reparação naval. Entre 2001 e 2004, foi consultor na McKinsey & Company, concentrando-se nas áreas de energia, navegação e banca de retalho. Entre 2004 e 2007, passou a chefiar o planeamento empresarial e a divisão de controlo dentro do Grupo EDP. Em 2007, assumiu também as funções de Chief Financial Officer da EDP Renewables Europe SL (antiga NEO). Foi nomeado Chief Financial Officer da empresa em 2008. É membro do Conselho de Administração e administrador de diversas subsidiárias dentro do grupo da sociedade.

Rui Teixeira tem um mestrado em Arquitetura Naval pelo Instituto Superior Técnico e um mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Nova de Lisboa.

### João Paulo Costeira



Nascido em 1965, foi diretor comercial da Portgás entre 1992 e 1998. Nesse ano, ingressou no Grupo Galp Energia, onde ocupou inúmeras funções: diretor-geral da LisboaGás, da Transgás Indústria e da Lusitaniagás, e membro da Equipa de Gestão da Galp Empresas e da Galpgás. Em 2006, tornou-se membro do Conselho Executivo para a Distribuição de Gás Natural e Marketing (Portugal e Espanha). Em 2007 ingressou na EDP Renováveis S.A., desempenhando atualmente as funções de Chief Operating Officer para a Europa, membro da Equipa de Gestão, membro da Comissão Executiva e membro do Conselho de Administração. É também vice-presidente da European Wind Association e da Asociación Empresarial Eólica, em Espanha.

É licenciado em Engenharia Elétrica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e tem um mestrado em Administração de Empresas pelo IEP/ESADE (Porto e Barcelona). Fez também o Programa de Desenvolvimento Executivo da École des HEC (Universidade de Lausana, 1997), o Programa de Desenvolvimento de Liderança Estratégica do INSEAD (Fontainebleau, 2002) e o Programa de Gestão Avançada do IESE (Barcelona, 2004).

### Luis Adão da Fonseca



Nascido em 1975, foi escolhido em 1998 para assistente convidado na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais e na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Católica Portuguesa, antes de se tornar, no mesmo ano, consultor da McKinsey & Company. Deixou esta empresa em julho de 2000, para ingressar num programa de mestrado em Administração de Empresas do INSEAD, que concluiu com distinção em 2001.

Assumiu então as funções de gestão de projetos de desenvolvimento de energias renováveis no Grupo EDP, nos Departamentos de Fusões e Aquisições e de Desenvolvimento de Negócios. Em janeiro de 2005, foi nomeado Chief Financial Officer da NEO (que é agora a EDP Renewables Europe SL), cargo que manteve até se tornar, em 2007, Chief Development Officer da EDP Renewables Europe SL (antiga NEO). Atualmente, é membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis S.A. e da EDP Inovação.

Luis Adão da Fonseca tem um mestrado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa, um mestrado em Administração de Empresas pelo INSEAD e uma pós-graduação em mudança de liderança e renovação organizacional pela Stanford Graduate School of Business. Em 2011, recebeu também o título de mestre em Gestão de Risco pela Stern School of Management da Universidade de Nova Iorque.

### Gabriel Alonso



Nascido em 1973, tem vindo a trabalhar no setor da indústria eólica há mais de 14 anos, em vários países da Europa, América do Norte e Norte de África.

Ingressou na EDP no início de 2007, como diretor-geral para a América do Norte, liderando a entrada da EDP na área das energias renováveis nos EUA, com a aquisição à Goldman Sachs da Horizon Wind Energy – a maior transação até à data no âmbito das energias renováveis. Foi também um elemento fundamental no lançamento da oferta pública inicial (IPO) da EDPR, em junho de 2008.

Trabalhou na EDPR NA como Chief Development Officer (CDO) e Chief Operating Officer (COO), responsável pela supervisão do desenvolvimento, engenharia, construção, gestão de energia, adjudicação e operações e manutenção.

Gabriel Alonso é atualmente Chief Executive Officer da EDP Renewables North America LLC (EDPR NA), membro da Comissão Executiva e do Conselho de Administração da EDP Renováveis S.A. (EDPR) e membro da Comissão Executiva e do Conselho de Administração da American Wind Energy Association (AWEA).

É licenciado em Direito e tem um mestrado em Economia, ambos pela Universidade de Deusto, em Espanha, e concluiu o Programa Avançado de Gestão na Booth School of Business da Universidade de Chicago.

---

## António Nogueira Leite



Nasceu em 1962. Entre 1988 e 1996, foi consultor de várias instituições nacionais e internacionais, entre as quais se incluem o Banco de Portugal, a OCDE e a Comissão Europeia. Entre 1995 e 1998, foi secretário-geral da APRITEL e, entre 2000 e 2002, foi membro do Conselho de Administração da APRITEL. Foi administrador da Soporcel, S.A., de 1997 a 1999, administrador da Papercel, S.A., entre 1998 e 1999, e diretor da MC Corretagem, S.A., ainda em 1999. Nesse mesmo ano, foi nomeado presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Lisboa e membro da Comissão Executiva da Associação de Bolsas Ibero-Americanas. António Nogueira Leite é, desde 2000, membro do Conselho Consultivo da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações. Foi consultor da Vodafone – Telecomunicações Pessoais, S.A., entre 2000 e 2002, e da GE Capital, entre 2001 e 2002. No ano de 2002, foi membro do Conselho Consultivo do IGCP. Desde 2002, tem ocupado diversas funções no Grupo José de Mello, e exerceu cargos de administração em diversas entidades, incluindo a Reditus, SGPS, S.A., Quimigal, S.A, Brisa, S.A., ADP, S.A., Comitur, SGPS, S.A., Comitur Imobiliária, S.A., Expocomitur – Promoções e Gestão Imobiliária, S.A., Herdade do Vale da Fonte – Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária, S.A., e SGPS, S.A., Efacec Capital, SGPS, S.A. e Cuf – Químicos Industriais, S.A. Foi administrador da Sociedade de Explosivos Civis, SEC, S.A., de 2007 a março de 2008. De outubro de 1999 a agosto de 2000, foi secretário de Estado do Tesouro e das Finanças e governador suplente do Banco Europeu de Investimentos. Exerceu também funções no Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento e no Fundo Monetário Internacional e foi membro do Conselho Económico e Financeiro da União Europeia. Desempenhou ainda as funções de vice-presidente do Conselho Consultivo do Banif – Banco de Investimento, S.A. e de presidente do Conselho Geral e de Supervisão da OPEX, S.A. É presidente da Associação Oceano XXI (cluster do Mar). Desde 2008, é administrador não executivo do Conselho de Administração da EDPR e membro da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

António Nogueira Leite é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. Tem ainda o mestrado em Ciências Económicas, e é doutorado em Economia pela Universidade do Illinois.

---

## Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda



Nascido em 1960, licenciou-se pela Universidade Católica em Administração de Empresas, com as notas mais elevadas. Regressaria como professor assistente à Universidade Católica Portuguesa, entre 1984 e 1985. Entre 1982 e 1990, exerceu os cargos de analista, gestor e administrador na Locapor (Leasing), na CISF e na Hispano Americano, Sociedade de Investimentos. Entre 1990 e 2000, exerceu a sua principal atividade profissional no Banco Mello, ocupando funções de diretor de gestão desde 1990 e, entre 1993 e 2000, funções de presidente da Comissão Executiva, sendo depois de 1997 vice-presidente do Conselho de Administração e, ao longo desse período, administrador e diretor de diversos bancos e empresas financeiras do Grupo Banco Mello. Paralelamente, fez parte da equipa de gestão do Grupo José de Mello e foi administrador não executivo da Companhia de Seguros Império. Entre 2000 e 2008, foi membro executivo do Conselho de Administração do Banco Comercial Português, S.A. e, nesta qualidade, foi responsável pela atividade do grupo na Europa Central, Leste e Sudeste e também pela banca de investimento. Desde 2010, é o CEO da Cimpor, um grande grupo multinacional do setor cimenteiro. É ainda membro da Comissão de Remunerações da Portugal Telecom S.A., desde 2009, e membro dos conselhos consultivos dos mestrados em Finanças da Universidade Católica de Lisboa (desde 2006) e da Nova School of Business & Economics (desde 2009). É administrador não executivo da EDPR desde 2008, tendo integrado a Comissão de Auditoria e Controlo entre 2008 e 2011, ano em que foi eleito para a Comissão de Nomeações e Remunerações.

---

## Gilles August



Nasceu em 1957. Entre 1984 e 1986, exerceu advocacia nos escritórios da Finley, Kumble, Wagner, Heine, Underberg, Manley & Casey, em Washington, D.C. Entre 1986 e 1991, foi associado e, mais tarde, *partner* da sociedade de advogados Baudel, Salès, Vincent & Georges, em Paris. Em 1995, foi cofundador da sociedade de advogados August & Debouzy, onde dirige atualmente o departamento de empresas. Foi docente na École Supérieure des Sciences Économiques et Commerciales e no Collège de Polytechnique e leciona atualmente no CNAM (Conservatoire National des Arts et Métiers). É cavaleiro da Legião de Honra. Desde 2009, é administrador não executivo da EDPR.

Gilles August tem um mestrado em Direito pelo Departamento de Direito da Universidade de Georgetown, em Washington, D.C. (1986); uma pós-graduação em Direito Empresarial na Universidade de Paris II Phantéon, DEA (1984), e um mestrado em Direito Privado pela mesma universidade (1981). Licenciou-se na École Supérieure des Sciences Économiques et Commerciales (ESSEC).

---

---

### João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo



Nasceu em 1960. Entre 1982 e 1985, exerceu as funções de auditor sénior na BO – Binder Dijker Otte Co. Entre 1987 e 1990, foi diretor do Banco Manufactures Hanover (Portugal), S.A., e de 1990 a 1993 foi membro dos Conselhos de Administração do TOTTAfactor, S.A. (Grupo Banco Totta e Açores) e da Valores Ibéricos, SGPS, S.A. Em 1993, exerceu cargos de direção na Nacional Factoring, na CISF Imóveis e na CISF Equipamentos. Entre 1995 e 1997, foi administrador da CISF – Banco de Investimento e da Nacional Factoring. Em 1998, foi nomeado para o Conselho de Administração de várias empresas, incluindo a Leasing Atlântico, a Comercial Leasing, a Factoring Atlântico, a Nacional Leasing e a Nacional Factoring. Entre 1999 e 2000, foi administrador do BCP Leasing, BCP Factoring e Leasefactor SGPS. De 2000 a 2003, desempenhou as funções de presidente do Conselho de Administração do Banque BCP (Luxemburgo) e presidente da Comissão Executiva do Banque BCP (França). Entre 2003 e 2006, integrou a administração do Banque Privé BCP (Suíça) e foi diretor-geral do Private Banking do BCP. É, desde 2006, administrador do Banco Millennium BCP de Investimento, diretor-geral do Banco Comercial Português e vice-presidente e CEO do Millenniumbcp Bank, NA. É atualmente administrador da CIMPOR – Cimentos do Portugal, SGPS, S.A., e presidente do Conselho de Administração da BCP Holdings USA, Inc. Desde 2008, é também administrador não executivo da EDPR, tendo integrado a Comissão de Nomeações e Remunerações entre 2008 e 2011, ano em que foi eleito para a Comissão de Auditoria e Controlo.

João Lopes Raimundo é licenciado em administração e gestão de empresas pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, e tem um mestrado em administração de empresas pelo INSEAD.

---

### João Manuel de Mello Franco



Nasceu em 1946. Foi membro do conselho de gerência da Tecnologia das Comunicações, Lda., entre 1986 e 1989. Entre 1989 e 1994, foi presidente do Conselho de Administração dos Telefones de Lisboa e Porto, S.A. e, entre 1993 e 1995, presidente da direção da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações. De 1994 a 1995, foi presidente do Conselho de Administração da Companhia Portuguesa Rádio Marconi e, simultaneamente, presidente do Conselho de Administração da Companhia Santomense de Telecomunicações e da Guiné Telecom. De 1995 a 1997, foi vice-presidente do Conselho de Administração e presidente da Comissão Executiva da Lisnave (Estaleiros Navais) S.A. Entre 1997 e 2001, foi CEO (e, no último ano, presidente do Conselho de Administração) da Soponata e, durante o mesmo período, administrador e membro da Comissão de Auditoria da International Shipowners Reinsurance, Co S.A. Entre 2001 e 2004, foi vice-presidente da José de Mello Imobiliária SGPS, S.A. É, desde 1998, administrador da Portugal Telecom SGPS, S.A., presidente da Comissão de Auditoria desde 2007 e membro da Comissão de Governo Societário desde 2006 e membro da Comissão de Avaliação desde 2008. É administrador não executivo da EDPR desde 2008, sendo presidente da Comissão de Auditoria e Controlo e membro da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

Foi membro da Comissão de Remunerações da Portugal Telecom, SGPS, S.A., entre 2003 e 2008. Desde 2011, é também presidente da Comissão de Auditoria do Sporting Clube de Portugal, SAD.

João Manuel de Mello Franco é licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico. Possui formação complementar em Gestão Estratégica e Administração de Empresas, e foi bolseiro da Junta de Energia Nuclear.

---

### Jorge Santos



Nasceu em 1951. Entre 1997 e 1998, foi coordenador da equipa que elaborou a avaliação intercalar do II Quadro Comunitário de Apoio, e membro da equipa que elaborou a avaliação ex-ante do III Quadro Comunitário de Apoio. De 1998 a 2000, foi presidente da Comissão Diretiva da Unidade de Estudos sobre a Complexidade na Economia e, de 1998 a 2002, foi presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Entre 2001 e 2002, foi coordenador da equipa responsável pela elaboração do Programa Estratégico de Desenvolvimento Económico e Social para a Península de Setúbal. Desde 2007, coordena o curso de mestrado em Economia e, desde 2009, é presidente do Departamento de Economia do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa. Em dezembro de 2011, foi eleito presidente da Assembleia Geral do IDEFE. É administrador não executivo da EDPR e presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações desde 2008, tendo sido eleito em 2011 para a Comissão de Auditoria e Controlo.

Jorge Santos é licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, e obteve o mestrado em Economia pela Universidade de Bristol. É ainda doutorado em Economia pela Universidade de Kent. Obteve também o grau de doutor em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, passando, posteriormente, a professor auxiliar, professor associado e, finalmente, professor catedrático da Universidade Técnica de Lisboa.

---

## José Fernando Maia de Araújo e Silva



Nascido em 1951, iniciou a sua carreira profissional como professor assistente na Faculdade de Economia da Universidade do Porto e, em 1987 e 1988, foi responsável pelo curso de Gestão Financeira Internacional naquela universidade. Entre 1980 e 1983, desempenhou as funções de técnico a tempo parcial na Comissão de Coordenação da Região Norte, e em 1991 foi convidado a lecionar na Universidade Católica do Porto. Desde então, exerceu cargos de direção em várias empresas, incluindo o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa e a Soserfin – Sociedade Internacional de Serviços Financeiros – Grupo do Porto. Tem estado envolvido na coordenação e gestão financeira da Sonae Investimentos SGPS, foi diretor executivo da Sonae Participações Financeiras, SGPS, S.A. e vice-presidente da Sonae Indústria, SGPS, S.A. Ocupou também cargos de direção na Táfisa, S.A., Spread, SGPS, S.A. e Corticeira Amorim, S.A. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A., e presidente da Caixa Seguros e Saúde, Caixa Leasing and Factoring e Locarent, além de administrador não executivo em várias outras companhias. É administrador não executivo da EDPR desde 2008.

José Araújo e Silva licenciou-se em Economia pela Faculdade de Economia do Porto e obteve formação especializada na Universidade de Paris IX, Dauphine, e no International Banker's Course do Midland Bank, em Londres.

---

## Manuel Menéndez Menéndez



Nascido em 1960, foi presidente do Conselho de Administração e CEO do Liberbank, S.A., uma instituição financeira formada através da integração dos negócios financeiros da Caja de Ahorros de Asturias, da Caja de Extremadura e da Caja Cantabria, além de presidente dos Conselhos de Administração da Cajastur e do Banco de Castilla-La Mancha. É membro dos Conselhos de Administração da CECA e da ENAGAS, onde representa o Grupo Liberbank. É também presidente do Conselho de Administração da HC Energia e da Naturgás Energía e membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, S.A., da EDP Renewables Europe SLU e da UNESA (a associação espanhola da indústria da energia elétrica). É administrador não executivo da EDPR desde 2008.

Manuel Menéndez é professor no Departamento de Contabilidade e Administração de Empresas da Universidade de Oviedo; é licenciado em Economia e Administração de Empresas e tem um doutoramento em Ciências Económicas, ambos pela Universidade de Oviedo. Orientou várias teses de doutoramento, desenvolveu trabalhos de investigação e foi conferencista em inúmeros cursos e seminários. As suas áreas de investigação preferenciais são a eficiência das instituições de crédito, o controlo de gestão em empresas descentralizadas e os mercados regulamentados. É também autor de vários livros e artigos científicos sobre estas matérias.

---

## Rafael Caldeira Valverde



Nascido em 1953, ingressou em 1987 no Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., onde foi o administrador responsável pelas direções de Serviços Financeiros, de Clientes, de Financiamentos Estruturados e de Mercados de Capitais, bem como pelo Departamento de Originação e Informação. Entre 1991 e 2005, foi também membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva. Em março de 2005, foi nomeado vice-presidente do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., com assento na Comissão Executiva da sociedade, funções que ocupa até hoje, juntamente com as de administrador do BES Investimento do Brasil, S.A., da ESSI, SGPS, S.A., da ESSI Comunicações, SGPS, S.A., da ESSI Investimentos, S.A., e do Espírito Santo Investment Holdings Limited. É administrador não executivo da EDPR desde 2008, sendo membro da Comissão de Nomeações e Remunerações.

Rafael Caldeira Valverde é licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.

---

## Secretário do conselho de administração

### Emilio García-Conde Noriega

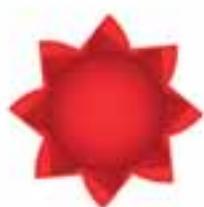


Nasceu em 1955. Foi selecionado, em 1981, para consultor jurídico da central energética de Soto de Ribera, detida por um consórcio formado pela Eletra de Viesgo, a Iberdrola e a Hidrocontábrico. Em 1995, foi assessor jurídico da central energética de Soto de Ribera, e diretor de administração e recursos humanos do consórcio. Em 1999, foi nomeado consultor jurídico da Hidrocontábrico e, em 2003, passou a exercer as funções de assessor jurídico e de membro da Comissão de Gestão. Atualmente, é assessor jurídico da EDP Renováveis, secretário do Conselho de Administração e também diretor e/ou secretário dos Conselhos de Administração de várias subsidiárias da sociedade na Europa. Tem o grau de mestre em Direito pela Universidade de Oviedo.

---

**AÇÕES DA EDP RENOVÁVEIS DE QUE SÃO TITULARES OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
A 31.12.2011**

Administrador	Diretas	Indiretas	Total
António Luis Guerra Nunes Mexia	3.880	320	4.200
Ana Maria Machado Fernandes	1.510	0	1.510
João Manuel Manso Neto	0	0	0
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	5.000	0	5.000
Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira	10.135	370	10.505
João Paulo Nogueira de Sousa Costeira	3.000	0	3.000
Luis de Abreu Castelo-Branco Adão da Fonseca	1.200	0	1.200
Gabriel Alonso Imaz	18.503	0	18.503
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	310	310	620
João Manuel de Mello Franco	380	0	380
Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos	200	0	200
José Fernando Maia de Araújo e Silva	80	0	80
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde	0	0	0
António do Pranto Nogueira Leite	0	0	0
João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo	170	670	840
Manuel Menéndez Menéndez	0	0	0
Gilles August	0	0	0



# demonstrações financeiras

## **178 demonstrações financeiras**

- 178 demonstração dos resultados consolidados
- 179 demonstração consolidada do rendimento integral
- 180 demonstração da posição financeira consolidada
- 181 demonstração dos fluxos de caixa consolidados
- 182 mapa de alterações aos capitais próprios consolidados
- 184 notas às demonstrações financeiras consolidadas

## **262 declaração de conformidade com a informação financeira**

## **263 relatório de auditoria às demonstrações financeiras consolidadas**

## **264 relatório dos auditores ao sistema de controlo interno do relato financeiro**

## **266 declaração de conformidade com o sistema de controlo internos do relato financeiro**



# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Demonstração dos Resultados Consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Notas	2011	2010
(Milhares de Euros)			
Volume de negócios	6	957.217	840.642
Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	7	111.610	107.005
		<b>1.068.827</b>	<b>947.647</b>
Outros proveitos / (custos) de exploração:			
Outros proveitos de exploração	8	84.544	73.025
Fornecimentos e serviços externos	9	-225.069	-196.211
Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	10	-60.832	-54.846
Outros custos de exploração	11	-66.732	-56.866
		<b>-268.089</b>	<b>-234.898</b>
		<b>800.738</b>	<b>712.749</b>
Provisões do exercício		266	155
Amortizações e imparidades do exercício	12	-468.493	-434.403
Amortização do proveito diferido (subsídios governamentais)	12	14.986	11.406
		<b>347.497</b>	<b>289.907</b>
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	13	10.499	-
Proveitos financeiros	14	61.555	44.305
Custos financeiros	14	-305.685	-218.451
Ganhos / (perdas) em associadas		4.796	5.036
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>118.662</b>	<b>120.797</b>
Impostos sobre lucros	15	-28.038	-37.759
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>90.624</b>	<b>83.038</b>
Atribuível a:			
Accionistas da EDP Renováveis	29	88.604	80.203
Interesses não controláveis	31	2.020	2.835
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>90.624</b>	<b>83.038</b>
<b>Resultado por acção (básico e diluído) - Euros</b>	<b>29</b>	<b>0,10</b>	<b>0,09</b>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 Dezembro de 2011 e 2010

	2011		2010	
	Accionistas EDP Renováveis	Interesses não controláveis	Accionistas EDP Renováveis	Interesses não controláveis
(Milhares de Euros)				
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>88.604</b>	<b>2.020</b>	<b>80.203</b>	<b>2.835</b>
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-10.827	-1.109	-27.727	115
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	1.622	200	6.079	-33
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-7.673	844	2.321	2.082
Ganhos / (perdas) actuariais	17	-	-	-
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) actuariais	-5	-	-	-
Diferenças cambiais de consolidação	-15.686	-1.357	-15.886	-506
<b>Outro rendimento integral do exercício depois de impostos</b>	<b>-32.552</b>	<b>-1.422</b>	<b>-35.213</b>	<b>1.658</b>
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>56.052</b>	<b>598</b>	<b>44.990</b>	<b>4.493</b>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

	Notas	2011	2010
(Milhares de Euros)			
<b>ACTIVO</b>			
Activos fixos tangíveis	16	10.454.621	9.981.771
Activos intangíveis	17	21.819	22.727
Goodwill	18	1.311.845	1.344.006
Investimentos financeiros em empresas associadas	19	51.381	45.871
Activos financeiros disponíveis para venda	20	9.618	18.380
Activos por impostos diferidos	21	55.558	38.519
Devedores e outros activos de actividades comerciais	24	64.211	62.752
Outros devedores e outros activos	25	198.272	60.559
<b>Total dos Activos Não Correntes</b>		<b>12.167.325</b>	<b>11.574.585</b>
Inventários	22	23.751	24.162
Clientes	23	146.105	143.650
Devedores e outros activos de actividades comerciais	24	80.029	91.419
Outros devedores e outros activos	25	379.246	383.901
Impostos a receber	26	41.288	81.050
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	27	211	35.744
Caixa e equivalentes de caixa	28	219.922	500.639
<b>Total dos Activos Correntes</b>		<b>890.552</b>	<b>1.260.565</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>13.057.877</b>	<b>12.835.150</b>
<b>CAPITAIS PRÓPRIOS</b>			
Capital	29	4.361.541	4.361.541
Prêmios de emissão de acções	29	552.035	552.035
Reservas	30	-40.545	-9.249
Outras reservas e resultados acumulados	30	365.531	283.440
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP Renováveis		88.604	80.203
<b>Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP Renováveis</b>		<b>5.327.166</b>	<b>5.267.970</b>
Interesses não controláveis	31	126.559	125.541
<b>Total dos Capitais Próprios</b>		<b>5.453.725</b>	<b>5.393.511</b>
<b>PASSIVO</b>			
Dívida financeira de médio/longo prazo	32	3.691.068	3.325.943
Benefícios aos empregados	33	163	95
Provisões para riscos e encargos	34	57.982	53.787
Passivos por impostos diferidos	21	381.468	371.600
Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	35	1.796.809	1.644.048
Credores e outros passivos de actividades comerciais	36	404.233	416.731
Outros credores e outros passivos	37	189.250	337.260
<b>Total dos Passivos Não Correntes</b>		<b>6.520.973</b>	<b>6.149.464</b>
Dívida financeira de curto prazo	32	135.054	207.647
Credores e outros passivos de actividades comerciais	36	707.590	734.383
Outros credores e outros passivos	37	189.119	301.399
Impostos a pagar	38	51.416	48.746
<b>Total dos Passivos Correntes</b>		<b>1.083.179</b>	<b>1.292.175</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>7.604.152</b>	<b>7.441.639</b>
<b>Total dos Capitais Próprios e Passivo</b>		<b>13.057.877</b>	<b>12.835.150</b>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	2011	2010
(Milhares de Euros)		
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de clientes	987.826	812.999
Pagamentos a fornecedores	-276.080	-230.612
Pagamentos ao pessoal	-56.807	-59.203
Pagamentos de rendas de concessão	-	-979
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	13.197	95.887
	<b>668.136</b>	<b>618.092</b>
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	-25.604	-50.645
<b>Fluxo das Actividades Operacionais</b>	<b>642.532</b>	<b>567.447</b>
<b>Operações em continuação</b>	<b>642.532</b>	<b>567.447</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimentos:		
Activos financeiros	66.644	7.124
Activos fixos tangíveis	40.075	1.996
Outros recebimentos relativos a activos fixos tangíveis	605	128
Juros e proveitos similares	8.409	7.209
Dividendos	2.488	1.799
	<b>118.221</b>	<b>18.256</b>
Pagamentos:		
Aquisições de subsidiárias (líquidas de caixa e equivalentes) e outros investimentos	-262.944	-59.575
Activos fixos tangíveis	-892.409	-1.421.493
	<b>-1.155.353</b>	<b>-1.481.068</b>
<b>Fluxo das Actividades de Investimento</b>	<b>-1.037.132</b>	<b>-1.462.812</b>
<b>Operações em continuação</b>	<b>-1.037.132</b>	<b>-1.462.812</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Compra ou venda de interesses não controláveis	3.879	-
Recebimentos / (pagamentos) de empréstimos obtidos	147.987	537.136
Juros e custos similares	-164.089	-111.560
Subsídios governamentais	2.587	169.304
Aumentos de capital e prémios de emissão de acções	5.863	4.977
Recebimentos / (pagamentos) de instrumentos financeiros derivados	-5.726	487
Dividendos pagos	-7.365	-1.361
Recebimentos / (Pagamentos) antecipados de parcerias institucionais (EDPR NA)	141.111	228.359
	<b>124.247</b>	<b>827.342</b>
<b>Fluxo das Actividades de Financiamento</b>	<b>124.247</b>	<b>827.342</b>
<b>Operações em continuação</b>	<b>124.247</b>	<b>827.342</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>-270.353</b>	<b>-68.023</b>
Efeito das diferenças de câmbio	-10.364	40.277
Caixa e seus equivalentes no início do exercício (*)	500.639	528.385
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (*)</b>	<b>219.922</b>	<b>500.639</b>

(\*) Ver detalhe da composição da rubrica Caixa e equivalentes de caixa na Nota 28 às Demonstrações Financeiras

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Mapa de Alterações aos Capitais Próprios Consolidados para os exercícios findos em 31 Dezembro 2011 e 2010

	Total dos Capitais Próprios	Capital social
(Milhares de Euros)		
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>5.327.555</b>	<b>4.361.541</b>
Rendimento integral		
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	4.403	-
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	-21.566	-
Variações na diferença cambial de consolidação	-16.392	-
Resultado líquido do exercício	83.038	-
<b>Rendimento integral total do exercício</b>	<b>49.483</b>	<b>-</b>
Dividendos atribuíveis a interesses não controláveis	-1.363	-
Aumento de capital na EDP Renováveis Brasil	2.463	-
Aumento de capital nas empresas do Grupo da EDPR Europa	2.749	-
Interesses não controláveis resultantes da aquisição do Parque Eólico Altos del Voltoya	9.706	-
Outras variações	2.918	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>5.393.511</b>	<b>4.361.541</b>
Rendimento integral		
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	-6.829	-
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	-10.114	-
Ganhos / (perdas) actuariais líquidas de imposto	12	-
Variações na diferença cambial de consolidação	-17.043	-
Resultado líquido do exercício	90.624	-
<b>Rendimento integral total do exercício</b>	<b>56.650</b>	<b>-</b>
Dividendos atribuíveis a interesses não controláveis	-3.419	-
Aumento de capital da EDP Renováveis Brasil	1.493	-
Variações resultantes de aquisições/alienações e aumentos de capital	5.215	-
Outras variações	275	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>5.453.725</b>	<b>4.361.541</b>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Prémios de emissão	Reservas e resultados acumulados	Diferenças cambiais	Reserva de Justo Valor (cobertura FC)	Reserva de Justo Valor (AFDV)	Capital Próprio atribuível accionistas da EDP Renováveis	Interesses não controláveis
<b>552.035</b>	<b>280.522</b>	<b>570</b>	<b>16.735</b>	<b>8.659</b>	<b>5.220.062</b>	<b>107.493</b>
-	-	-	-	2.321	2.321	2.082
-	-	-	-21.648	-	-21.648	82
-	-	-15.886	-	-	-15.886	-506
-	80.203	-	-	-	80.203	2.835
-	80.203	-15.886	-21.648	2.321	44.990	4.493
-	-	-	-	-	-	-1.363
-	-	-	-	-	-	2.463
-	-	-	-	-	-	2.749
-	-	-	-	-	-	9.706
-	2.918	-	-	-	2.918	-
<b>552.035</b>	<b>363.643</b>	<b>-15.316</b>	<b>-4.913</b>	<b>10.980</b>	<b>5.267.970</b>	<b>125.541</b>
-	-	-	-	-	-	-
-	-1.268	-	-	-6.405	-7.673	844
-	-	-	-9.205	-	-9.205	-909
-	12	-	-	-	12	-
-	-	-15.686	-	-	-15.686	-1.357
-	88.604	-	-	-	88.604	2.020
-	87.348	-15.686	-9.205	-6.405	56.052	598
-	-	-	-	-	-	-3.419
-	-	-	-	-	-	1.493
-	2.810	-	-	-	2.810	2.405
-	334	-	-	-	334	-59
<b>552.035</b>	<b>454.135</b>	<b>-31.002</b>	<b>-14.118</b>	<b>4.575</b>	<b>5.327.166</b>	<b>126.559</b>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Página
1. Actividade económica do Grupo EDP Renováveis	185
2. Políticas contabilísticas	189
3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das políticas contabilísticas	201
4. Políticas de gestão do risco financeiro	202
5. Perímetro de consolidação	204
6. Volume de negócios	206
7. Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	206
8. Outros proveitos de exploração	206
9. Fornecimentos e serviços externos	207
10. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	207
11. Outros custos de exploração	208
12. Depreciações, amortizações do exercício e proveitos diferidos	208
13. Ganhos/(perdas) na alienação de activos financeiros	209
14. Proveitos e custos financeiros	209
15. Impostos sobre os lucros	210
16. Activos fixos tangíveis	211
17. Activos intangíveis	213
18. Goodwill	214
19. Investimentos financeiros em empresas associadas	219
20. Activos financeiros disponíveis para venda	220
21. Impostos diferidos activos e passivos	220
22. Inventários	221
23. Clientes	222
24. Devedores e outros activos de actividades comerciais	222
25. Outros devedores e outros activos	223
26. Impostos a receber	223
27. Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	223
28. Caixa e equivalentes de caixa	224
29. Capital	224
30. Reservas e resultados acumulados	225
31. Interesses não controláveis	227
32. Dívida financeira	227
33. Benefícios aos empregados	229
34. Provisões para riscos e encargos	230
35. Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	230
36. Credores e outros passivos de actividades comerciais	231
37. Outros credores e outros passivos	232
38. Impostos a pagar	233
39. Instrumentos financeiros derivados	233
40. Compromissos	235
41. Partes relacionadas	237
42. Justo valor de activos e passivos financeiros	242
43. Eventos relevantes e subsequentes	244
44. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	244
45. Matérias ambientais	249
46. Relato financeiro por segmentos	250
47. Honorários de auditoria e outros	251
Anexo 1	252
Anexo 2	258

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### 1. ACTIVIDADE ECONÓMICA DO GRUPO EDP RENOVÁVEIS

A EDP Renováveis, Sociedade Anónima (adiante designada por "EDP Renováveis"), foi constituída em 4 de Dezembro de 2007. Esta sociedade tem como objecto social principal a realização de actividades relacionadas com o sector eléctrico, nomeadamente a projecção, construção, operação e manutenção de instalações de produção de energia eléctrica, utilizando fontes de energia renováveis, em especial de energia eólica. A EDP Renováveis tem a sua sede social em Oviedo, Espanha. Em 18 de Março de 2008, o capital social da EDP Renováveis foi convertido em acções (Sociedade Anónima).

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital social é detido em 62,02% pela EDP S.A. - Sucursal em Espanha ("EDP Sucursal"), em 15,51% pela Hidroelétrica del Cantábrico, S.A., estando 22,47% do capital disperso em bolsa na NYSE Euronext Lisboa.

Em 31 de Dezembro de 2011, a EDP Renováveis detém 100% do capital social da EDP Renewables Europe, S.L. ("EDPR EU"), 100% do capital social da EDP Renewables North America, LLC ("EDPR NA") e 55% do capital social da EDP Renováveis Brasil, S.A. ("EDPR BR").

A EDP Renováveis pertence ao Grupo EDP, cuja empresa-mãe é a EDP - Energias de Portugal, S.A., com sede social na Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 4.º em Lisboa.

A actividade da EDPR EU é desenvolvida através das suas subsidiárias localizadas em Portugal, Espanha, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Itália e Reino Unido. As principais subsidiárias da EDPR EU são: EDP Renováveis Portugal, SA (parques eólicos em Portugal), Genesa (produção de electricidade a partir de fontes renováveis em Espanha), Agrupación Eólica (parques eólicos em Espanha e França), Greenwind, S.A. (parques eólicos na Bélgica - parcerias com investidores locais), EDP Renewables Polska, SPZOO (parques eólicos na Polónia), EDP Renewables Romania, SRL (parques eólicos na Roménia), EDP Renewables Italy, SRL (parques eólicos em Itália) e EDPR UK (projetos de desenvolvimento offshore).

As principais actividades da EDPR NA são o desenvolvimento, gestão e operação de parques eólicos nos Estados Unidos da América.

A EDP Renováveis Brasil foi constituída com o objectivo de estabelecer uma nova unidade de negócio capaz de agregar todos os investimentos no mercado das energias renováveis no Brasil.

Em 31 de Dezembro de 2011, a EDP Renováveis e as suas subsidiárias ("Grupo" ou "Grupo EDP Renováveis") detêm uma capacidade total instalada de 7.157 MW (6.437 MW em 31 de Dezembro de 2010), operando em Espanha 2.201 MW (2.050 MW em 31 de Dezembro de 2010), em Portugal 613 MW (599 MW em 31 de Dezembro de 2010), em França 306 MW (284 MW em 31 de Dezembro de 2010), na Bélgica 57 MW (57 MW em 31 de Dezembro de 2010), na Polónia 190 MW (120 MW em 31 de Dezembro de 2010), na Roménia 285 MW (90 MW em 31 de Dezembro de 2010), nos Estados Unidos 3.422 MW (3.224 MW em 31 de Dezembro de 2010) e no Brasil 84 MW (14 MW em 31 de Dezembro de 2010). Adicionalmente, através da participação na ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A. são atribuíveis à EDPR - consolidados pelo método de equivalência patrimonial - 326 MW (239 MW em 31 de Dezembro de 2010).

#### Enquadramento regulatório das actividades em Espanha

Em Espanha, o sector eléctrico é regulado pela Lei 54, de 27 de Novembro de 1997, e pelas alterações subsequentes à legislação.

O Real-Decreto n.º 436, de 12 de Março de 2004, publicado em 24 de Março de 2004, estabelece a metodologia a utilizar na actualização e sistematização do regime económico e legal da produção de energia eléctrica em regime especial, que inclui a geração de electricidade através de fontes renováveis de energia, cogeração, biomassa e resíduos. Este Real-Decreto substituiu o anterior Real-Decreto 2818/1998 e sistematizou os regulamentos aplicáveis ao regime especial de energia. O Real-Decreto estabelece um sistema no qual os detentores dos centros electroprodutores têm o direito de vender a produção ou o excesso de energia eléctrica aos distribuidores. Esta venda pode ser efectuada a um preço regulado ou a preços de mercado, directamente no mercado diário, de futuros ou através de contratos bilaterais, sendo que neste caso é recebido um preço negociado em mercado, acrescido de um incentivo de participação e um prémio, caso o centro electroprodutor tenha direito a recebê-lo.

O Real-Decreto n.º 661, de 25 de Maio de 2007, publicado em 26 de Maio de 2007, regulamenta a energia eléctrica produzida sob o regime especial, tendo substituído o Real-Decreto n.º 436, de 12 de Março de 2004, e actualizado os regulamentos sobre a produção de energia eléctrica em regime especial, embora mantendo a estrutura básica da regulação. O enquadramento económico estabelecido neste Real-Decreto mantém o mesmo sistema de pagamento pela energia produzida sob o regime especial, sendo que o detentor do centro electroprodutor pode optar por vender a energia a um preço regulado, apenas para os períodos programados, ou vender a energia directamente no mercado diário, no mercado de futuros ou através de contratos bilaterais, recebendo nestes casos o preço negociado acrescido de um prémio.

As principais alterações ao Real-Decreto incluem a modificação do preço regulado e dos prémios e a introdução de um sistema de prémio variável para certas tecnologias como a eólica. Os detentores de instalações de produção de energia eólica que entram oficialmente em serviço antes de 1 de Janeiro de 2008 podem optar por aderir ao regime transitório estabelecido nas disposições transitórias, que estipulam que os detentores destas instalações possam manter (com algumas excepções) os preços e prémios estabelecidos no Real-Decreto anteriormente referido até 31 de Dezembro de 2012.

A aprovação do Real-Decreto 6/2009, de 7 de Maio, destina-se a eliminar o défice tarifário de 2013. Entre outras medidas, introduz um pré-registo de atribuição de nova capacidade de energia renovável para novos centros produtores por forma a obter um conjunto de direitos estabelecidos no Real-Decreto 661/2007. As instalações serão registadas por ordem cronológica até que o objectivo do governo seja alcançado (20.155MW), devendo ser aprovado um novo sistema de remuneração para os projectos seguintes.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

A decisão tomada em 19 de Novembro 2009 permitiu o registo de cerca de 6 GW de projectos eólicos e 2,4 GW de capacidade de geração de energia térmica solar. Na sequência desta decisão, projectos correspondentes a cerca de 8,4 GW, serão remunerados de acordo com o estabelecido pelo Real-Decreto 661/2007. Nos termos desta decisão, serão permitidos cerca de 1.700 MW em energia eólica e de 500MW na produção de energia solar térmica em cada ano até 2012. Em 15 de Dezembro de 2009, o Governo Espanhol publicou a relação dos parques eólicos inscritos. Dos 6.389 MW de capacidade eólica atribuída pelo Governo Espanhol, a EDPR obteve 840 MW correspondentes a 31 parques eólicos, o que representa 13% da capacidade total atribuída.

Em Julho de 2010, o Ministério da Indústria estabeleceu um acordo com duas das principais associações de empresas de energias renováveis (Spanish Wind Energy Association e Protermosolar) para alterar a regulação existente. Deste acordo resultou a aprovação do Real-Decreto 1614/2010, de 7 de Dezembro, que estabelece (i) um corte para os anos de 2011 e 2012, de 35% no prémio aplicável à produção eólica definido pelo Real-Decreto 661/2007, (ii) uma adenda ao artigo 44.3 do Real-Decreto 661/2007 clarificando que futuras revisões do prémio à produção de energia através de fontes renováveis apenas serão aplicadas para a capacidade instalada a partir de 2012, (iii) definição de um limite de 2.589 horas de operação para a capacidade instalada, a partir do qual o parque eólico não tem direito a receber qualquer prémio.

O Decreto-Lei 14/2010, de 23 de Dezembro, estabeleceu diversas medidas para redução do défice tarifário, entre as quais uma taxa de produção de 0,5 €/MWh aplicável aos produtores do regime ordinário e especial.

Em 28 de Janeiro de 2012, o Governo Espanhol publicou o Real-Decreto 1/2012, que aprovou uma suspensão temporária do prémio sobre o preço de mercado da "pool" para a capacidade de energia renovável que não estivesse incluída nos registos de pré-assignação previstos pela actual regulação. Apesar desta alteração, o Governo Espanhol enfatizou o seu compromisso de atingir as metas "2020 Renewable Energy Target" em Espanha. Os parques já incluídos no registo acima referido não serão afectados por esta regulamentação. Os projectos não incluídos no registo, e consequentemente regidos pelo Real Decreto 1/2012, não disponham de um esquema de incentivos pré-definido. A EDPR planeou e valorizou o seu pipeline futuro utilizando pressupostos conservadores que não consideraram o novo esquema de incentivos. Consequentemente, este novo Real Decreto não tem impacto na valorização do pipeline futuro ou do Grupo EDPR Europe como um todo. A análise de sensibilidade considerando o atraso de um ano na construção dos parques afectados por esta nova regulação não determina a existência de uma perda por imparidade relevante no valor destes activos.

### Enquadramento regulatório das actividades em Portugal

As bases legais aplicáveis à geração de energia eléctrica com recursos renováveis encontram-se actualmente definidas pelo Decreto-Lei 189/88, de 27 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei 168/99, de 18 de Maio, pelo Decreto-Lei 312/2001, de 10 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei 339-C/2001, de 29 de Dezembro. O Decreto-Lei 33-A/2005, de 16 de Fevereiro, estabelece os montantes actualmente utilizados na fórmula de remuneração aplicável à energia produzida através de recursos renováveis e os prazos para a aplicação dessa fórmula remunerativa.

A principal característica do enquadramento legal aplicável à produção renovável em Portugal é que o operador da rede eléctrica nacional ou o operador da rede de distribuição devem adquirir toda a electricidade produzida pelos produtores de energia renovável licenciados. A construção e operação de parques eólicos em Portugal depende da alocação de um ponto de rede pela Direcção Geral de Geologia e Energia ("DGGE"), mediante requerimento efectuado pelos promotores durante períodos limitados de tempo estabelecidos pela DGGE ou através de concursos públicos. A atribuição de pontos de rede através de negociação directa é excepcional.

O Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de Maio, concretizou um conjunto de medidas ligadas às energias renováveis, previstas na Estratégia Nacional para a Energia, e procedeu à revisão dos factores para cálculo do valor da remuneração pelo fornecimento da energia produzida em centrais renováveis e entregue à rede do Sistema Eléctrico Português (SEP), bem como à definição de procedimentos para atribuição de potência disponível na mesma rede e os prazos para obtenção da licença de estabelecimento para centrais renováveis.

Desde 1 de Julho de 2007, o Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL) encontra-se completamente operacional, com transacções diárias tanto em Portugal como em Espanha, incluindo um mercado a prazo que funciona desde Julho de 2006.

### Enquadramento regulatório das actividades em França

O sector eléctrico em França está regulamentado essencialmente pelo Acto 2000-108, alterado pelos Actos 2004-803 e 2006-1537 ("Act 2000"), aprovado em 10 de Fevereiro de 2000, que regula a modernização e desenvolvimento dos serviços públicos de energia e que representa o enquadramento legislativo geral para a operação de parques eólicos em França. A operação de parque eólicos em França está também sujeita às disposições do código francês sobre ambiente e construção. O artigo 10º do Acto 2000-108 exige que os distribuidores de energia eléctrica privados celebrem contratos firmes de aquisição de electricidade produzida por: (i) instalações produtoras de energia a partir de desperdícios domésticos ou similares ou que utilizem tais fontes na produção de energia para o sistema de aquecimento distrital; e (ii) instalações que usem energias provenientes de fontes renováveis (incluindo energia eólica mecânica, às quais se aplicam disposições específicas).

As instalações que utilizem energia proveniente de fontes renováveis, com excepção da energia eólica mecânica, localizadas em áreas ligadas à rede metropolitana continental ou que implementem tecnologias energéticas eficientes como a cogeração, não se qualificam para os contratos firmes de aquisição de energia, excepto se cumprirem com certos limites pré-estabelecidos de capacidade instalada. Estes limites foram estabelecidos por um Decreto do Conselho de Estado (Decreto 2000-1196 de 6 de Dezembro de 2000) para cada categoria de instalação elegível para celebração de contratos firmes de aquisição de energia. Com a nova regulação, apenas os parques eólicos que operem numa ZDE ("zone de développement éolien") podem beneficiar de um contrato firme de aquisição de energia e podem exceder o limite anterior de 12MW. Estes contratos com os distribuidores privados de electricidade baseiam-se nos preços estabelecidos por ordem ministerial para cada fonte de energia renovável e de acordo com um modelo de contrato aprovado pelo Ministério da Energia.

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

### Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

O Acto 2000 prevê que o operador de instalações eólicas possa estabelecer acordos de longo prazo de compra e venda de energia com a Electricité de France (EDF). As tarifas encontram-se estabelecidas pela Ordem de 10 de Julho de 2006, revogada em Agosto de 2008 devido ao vício formal na sua aprovação e republicada sem qualquer alteração em Dezembro de 2008. As tarifas são as seguintes: (i) durante os primeiros 10 anos do contrato com a EDF, a EDF paga uma tarifa fixa anual de 82 Euros por MWh para aplicações construídas em 2006 (a tarifa é alterada anualmente baseada em parte no índice de inflação), (ii) entre o 11º e 15º ano do contrato com a EDF, a tarifa é baseada na percentagem média anual de energia produzida pelas instalações eólicas nos primeiros 10 anos. Estas tarifas são também revistas anualmente, baseadas em parte no índice de inflação, (iii) a partir do 16º ano não existe estrutura específica de suporte à actividade, pelo que os produtores de energia eólica passam a vender a electricidade ao preço de mercado.

O novo Decreto aprovado em 15 de Dezembro de 2009, definiu os seguintes objectivos para a produção eólica: 11.500 MW em 2012 e 25.000 MW em 2020. Estes objectivos também incluem energia das ondas e das marés.

#### Enquadramento regulatório das actividades nos Estados Unidos da América

As leis e regulamentos federais, estaduais e locais regulam o desenvolvimento, a propriedade, a organização do negócio e a operação de instalações de produção eléctrica e de venda de electricidade nos Estados Unidos. As empresas do Grupo nos Estados Unidos operam como "Exempt Wholesale Generators - EWGs" ou "Qualifying Facilities - QFs" ao abrigo da lei federal ou são duplamente certificadas. Adicionalmente, a maioria das empresas de projectos nos Estados Unidos são reguladas pela "Federal Energy Regulatory Commission - FERC" e têm tarifas com base em preços de mercado de acordo com o previsto pela FERC.

O Governo Federal regula a venda grossista de energia eléctrica e o transporte entre estados através da FERC, cuja jurisdição advém do "Federal Power Act" ("FPA") e da legislação federal, como a "Public Utility Regulatory Policies Act" de 1978 ("PURPA 1978"), a "Energy Policy Act" de 1992 ("EPACT 1992") e a "Energy Policy Act" de 2005 ("EPACT 2005"), a qual, entre outras coisas, revogou e substituiu a "Public Utility Holding Company Act" de 1935 pela "Public Utility Holding Company Act" de 2005 ("PUHCA 2005").

Todas as empresas do Grupo nos Estados Unidos operam como ("EWGs") ao abrigo do PUHCA 2005 ou como instalações qualificadas ao abrigo do PURPA 1978. Adicionalmente, a maioria das empresas são reguladas pelo FERC nos termos da Parte II do FPA e têm tarifas de mercado de acordo com o FERC.

As "EWGs" são detentoras ou operadoras de centrais de produção de energia eléctrica (incluindo produtores de energia renovável, tais como projectos eólicos) cuja actividade consiste em deter e/ou operar instalações de produção e vender energia eléctrica às tarifas gerais. As EWG não podem efectuar vendas a retalho de energia eléctrica e podem apenas deter ou operar as instalações de interconexão necessárias para a ligação da instalação de produção à rede.

O Energy Policy Act de 2005, alterou o FPA para conceder jurisdição à FERC sobre todos os utilizadores, proprietários e operadores do sistema de energia grossista com o fim de aprovar e fazer respeitar certas normas de fiabilidade. Padrões de fiabilidade são requisitos necessários para assegurar o funcionamento adequado do sistema de energia grossista. Em conformidade com a sua autoridade no âmbito do FPA, a FERC certificou a "North American Electric Reliability Corporation" ("NERC") como a entidade responsável pelo desenvolvimento de padrões de fiabilidade, submetendo-os à FERC para aprovação e supervisão e exigindo o cumprimento das normas de fiabilidade, sob a revisão da FERC. A FERC também autorizou a NERC a delegar determinadas funções em oito entidades regionais. Todos os utilizadores, proprietários e operadores do sistema de energia grossista que cumprem certos limites/níveis de materialidade são obrigados a registar-se na NERC e cumprir com as diversas normas de fiabilidade da FERC. A violação dos padrões de fiabilidade obrigatórios poderá resultar na aplicação de sanções civis de até 1 milhão de \$US por dia por infração. Todas as empresas do nosso projecto nos Estados Unidos que cumpram os limites de materialidade relevantes encontram-se registadas na NERC e são obrigadas a cumprir as normas de fiabilidade aplicáveis da FERC.

Em determinados Estados, a aprovação para a construção de novos centros electroprodutores, incluindo a produção de electricidade através de energias renováveis, tal como os parques eólicos, é obtida através de um órgão estadual, com aprovações administrativas limitadas exigidas pelas autoridades estaduais e municipais. No entanto, em muitos outros Estados o processo de licenciamento de novas centrais (incluindo os parques eólicos), mantém-se igualmente sujeito à legislação sobre uso da terra e outros regulamentos específicos locais. As autorizações a nível estatal podem envolver um processo de aprovação mais extenso, incluindo avaliações de impacto ambiental e possibilidade de oposição por parte de outros interessados ou utilizadores.

O Governo Federal dos Estados Unidos e vários Governos Estaduais têm vindo a implementar políticas destinadas a promover o crescimento das energias renováveis, incluindo a energia eólica. O principal programa de incentivo federal para as energias renováveis é o "Production Tax Credit" (PTC) criado pelo Congresso dos Estados Unidos como parte do EPACT 1992, o qual está actualmente definido para expirar no final de 2012. Integrado no programa "American Recovery and Reinvestment Act of 2009", o Governo Federal está a incentivar o desenvolvimento de energias renováveis através de créditos fiscais e outros subsídios para os anos de 2009 a 2013. Diversos Estados aprovaram a legislação, particularmente sob a forma de "Renewable Portfolio Standards" ("RPS"), que estabelecem que a aquisição de uma determinada percentagem da energia consumida seja proveniente de fontes renováveis. Esta legislação é semelhante à Directiva Comunitária relativa à utilização de energias renováveis.

O programa "American Recovery and Reinvestment Act of 2009" inclui diversas medidas de desenvolvimento da produção de energia eólica através de benefícios fiscais e outras políticas de incentivo, nomeadamente (i) a extensão de três anos do "PTC" até 2012 e (ii) uma opção para eleger 30% do "Investment Tax Credit" ("ITC") que possa substituir o "PTC" ao longo do período da extensão. Este "ITC" permite que as empresas recebam 30% do montante investido nos projectos ("cash grant") que entraram em funcionamento ou cujo início da construção tenha ocorrido em 2009 e 2010. Em Dezembro de 2010, o "Tax Relief, Unemployment, Insurance and Reauthorization, and Job Creation Act of 2010" foi aprovado, e incluiu uma extensão das ITC por um período de um ano, o que permite às empresas receber 30% do investimento efectuado em projectos cujo o início da construção ocorra até Dezembro de 2011, desde que entrem em exploração até Dezembro de 2012.

Foi também aprovado um bônus de depreciação sobre os novos equipamentos colocados em funcionamento, permitindo que as empresas depreciem uma maior percentagem do custo do projecto (menos 50% do ITC) no ano em que é colocado em funcionamento. Este bônus de depreciação foi de 100% em 2011 e é de 50% em 2012.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### Enquadramento regulatório das actividades na Polónia

A legislação aplicável às energias renováveis na Polónia está principalmente contida numa Lei da Energia aprovada em 10 de Abril de 1997, a qual foi alterada pela Lei de 24 de Julho de 2002 e pela Lei da Energia de 2 de Abril de 2004, que se tornou efectiva a partir de Janeiro de 2005 (em conjunto, a Lei da Energia). A Lei da Energia implementou as disposições (i) da Directiva 2003/54/EC do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho de 2003 relativa a regras comuns para o mercado interno de electricidade, (ii) da Directiva 2003/55/EC do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho de 2003 relativa a regras comuns para o mercado interno de gás natural, e (iii) da Directiva 2001/77/EC do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Setembro de 2001 na promoção de electricidade produzida através de fontes de energia renováveis no mercado interno. A regulamentação detalhada em relação ao âmbito do sector de energia está incluída na regulamentação secundária relevante adoptada pela Lei da Energia. Com base no "Energy Act" foi constituída a entidade reguladora nacional - o Presidente da "Energy Regulatory Authority" ("Presidente da ERA").

De acordo com a Lei da Energia, as diferentes formas de produzir energia através de recursos renováveis na Polónia são: (i) Um sistema de compra obrigatória de certificados de origem das empresas produtoras e comercializadoras que vendam electricidade ao consumidor final em conexão com uma rede na Polónia. Estas empresas são obrigadas a: a) obter um certificado de origem e submetê-lo ao Presidente da ERA para cancelamento ou b) pagar um fee de substituição calculado de acordo com a Lei da Energia, ii) se a empresa não adquirir certificados de origem ou não pagar o fee de substituição é penalizada pelo Presidente da ERA com uma multa calculada de acordo com as disposições da Lei da Energia.

O limite mínimo de electricidade gerada através de energias renováveis no volume total anual de electricidade utilizada pelo consumidor final é determinado legalmente pelo Ministério da Economia de acordo com a Lei da Energia. Em 2008, o limite mínimo foi de 7% e irá crescer anualmente até atingir 12,9% em 2017. Estes limites foram inicialmente estabelecidos até 2014, mas um novo regulamento aprovado em Agosto de 2008 fixou os limites para os anos 2015-2017 e aumentou os limites para os anos 2013 e 2014.

A Lei da Energia foi alterada em Janeiro de 2010. O principal objectivo foi limitar a acção especulativa na reserva do poder de interconexão dos parques eólicos no sistema energético. Em conformidade com as novas disposições, existe uma obrigação de preparar uma avaliação de impacto das instalações estarem interligadas nas redes com as redes da empresa. De acordo com a nova regulamentação, a entidade que requer as condições de interconexão deve pagar antecipadamente através da rede de interconexão um valor de 30 PLN por KW de capacidade de interconexão.

Outra medida destinada a reforçar a credibilidade do projecto é a obrigação de anexar à candidatura para condições de interconexão um excerto do plano global local ou, caso não exista esse plano, o planeamento relacionado com a candidatura. A nova legislação introduz também novas obrigações para os produtores eólicos, entre as quais, a obrigação de preparar uma previsão para 15 anos quando a capacidade instalada for inferior a 50 MW.

### Enquadramento regulatório das actividades na Bélgica

O enquadramento regulatório para a electricidade na Bélgica é complexo dada a divisão de poderes entre o governo federal e as três entidades regionais: Valónia, Flandres e Bruxelas. A área de competência federal de regulação inclui a transmissão de electricidade (níveis de transmissão acima de 70 kV), produção, tarifas, planeamento e energia nuclear. A legislação federal relevante é a Lei da Electricidade de 29 de Abril de 1999 (alterada) ("Lei da Electricidade"). As entidades reguladoras regionais são responsáveis pela distribuição, energias renováveis e cogeração (com excepção das centrais "offshore") e eficiência energética. A legislação regional relevante é respectivamente: (a) para Flandres, o Decreto da Electricidade de 17 de Julho de 2000; (b) para Valónia, o Decreto do Mercado Regional de Electricidade de 12 de Abril de 2001; e (c) para Bruxelas, a Ordem de 19 de Julho de 2001, relativa à organização do mercado eléctrico.

Considerando a alocação de responsabilidades entre o governo federal e as regiões, existem quatro reguladores de energia: (a) a Comissão Federal para a Regulação de Electricidade e do Gás ("CREG"); (b) o Órgão Regulador Flamengo da Electricidade e do Gás ("VREG"); (c) a Walloon Energy Commission ("CwaPE"); e (d) a Comissão Reguladora para a Energia na Região de Bruxelas ("BRUGEL").

O sistema regulatório Belga promove a produção de electricidade através de fontes renováveis (e cogeração) através de um sistema de certificados verdes ("GC"), conforme descrito abaixo. O governo federal Belga é responsável pelas centrais "offshore" e por impor obrigações aos operadores do sistema de transmissão. Os vários sistemas "GC" são semelhantes nas três regiões e nas centrais "offshore" reguladas pelo governo federal. Existem actualmente diferenças em termos de quotas, multas e limites para a concessão de "GCs", no entanto os "GCs" emitidos por uma região ou pelo governo federal, relativos a centrais "offshore", não são reconhecidos de forma automática nas outras regiões.

O sistema "GC" visa criar um mercado para "GC" paralelo ao mercado de venda de electricidade. Em Março de 2009, foi lançado um mercado para compra e venda de "GCs". Além do mercado "GC", existe um sistema de preço mínimo garantido a nível federal (obrigações impostas ao operador do sistema de transmissão) ou a nível regional (o regime de ajuda à produção na Flandres e Valónia).

As novas quotas para a produção eólica encontram-se na fase final de aprovação na Valónia. As novas quotas propostas pelo Governo são as seguintes: 11,25% em 2011, 13,50% em 2012 e 15,75% em 2013. Estas novas quotas que se encontram em aprovação são consideravelmente mais elevadas do que as antigas (11%, 12% e 13% para 2011, 2012 e 2013, respectivamente).

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### Enquadramento regulatório das actividades na Roménia

O incentivo à produção de electricidade através de fontes de energia renováveis na Roménia encontra-se regulado pela Lei da Electricidade 318/2003. Em 2005, foi introduzido um mecanismo de Certificados Verdes (CV) com quotas obrigatórias para os comercializadores, de forma a dar cumprimento aos requisitos da UE relativos às energias renováveis. A Roménia deve cumprir o objectivo de que 33% do consumo bruto de electricidade seja proveniente de energias renováveis em 2010. A autoridade reguladora estabelece uma quota fixa de electricidade produzida através de fontes renováveis de energia que os comercializadores são obrigados a adquirir, e anualmente revê as candidaturas dos produtores de energia verde com vista à atribuição de certificados verdes. A Lei 200/2008 de 3 de Novembro de 2008, introduziu algumas alterações no sistema de certificados verdes. Actualmente, os produtores de energia eólica recebem um certificado verde por cada MWh produzido, no entanto, a Lei 220 que é expectável que entre em vigor em Janeiro de 2010 (após aprovação da Comissão Europeia), irá permitir que os produtores de energia eólica recebam 2 CV/MWh até 2015, os quais podem ser vendidos de forma separada da entrega física de electricidade. A partir de 2016, os produtores recebem um certificado verde por cada MWh produzido. O preço da electricidade é determinado no mercado da electricidade e o preço dos certificados verdes é determinado por um mercado paralelo.

O valor de mercado dos certificados verdes oscila entre 27 Euros ("floor") e 55 Euros ("cap"), ambos indexados à taxa de inflação da Roménia. A Lei 220/2008 também garante o acesso à rede nacional para a electricidade produzida a partir de fontes renováveis. Em 2007 foi aprovada uma nova Lei de Energia ("Lei 13/2007"), a qual estabelece 1 de Julho de 2007 como data limite para a separação jurídica das actividades energéticas ("unbundling") na Roménia e define o papel do "Comercializador Implícito" e do "Comercializador de Último Recurso".

A proposta do Parlamento Romeno que regula as energias renováveis foi publicada a 12 de Julho de 2010. Esta lei inclui o seguinte: (i) aumenta as quotas obrigatórias para a electricidade produzida a partir de fontes renováveis que beneficiam do sistema promocional de certificados verdes. A quota da produção da electricidade para 2012 sofre um aumento de 8,3% para 12%, aumentando a 1%/ano para atingir os 20% até 2020 (ii) estende até 2017 (anteriormente até 2015) o direito de receber dois certificados verdes por MWh produzido por parques eólicos (um certificado a partir de 2018 em diante) e (iii) reafirma o preço mínimo e máximo do actual certificado verde em 27€/MWh e 55€/MWh e aumenta para 110€ a penalização pela não detenção de certificado verde. Os actuais preços máximos, mínimos e penalização são fixados em € e indexados à inflação do euro.

### Enquadramento regulatório das actividades no Brasil

O sector eléctrico no Brasil é regulado pela Lei Federal n.º 8987 de 13 de Fevereiro de 1995, que regula o regime de concessão e permissão de serviços públicos; pela Lei n.º 9074 de 7 de Julho de 1995, que regula a atribuição e extensão de contratos de concessão ou permissão de serviços públicos; pela Lei Federal n.º 10438 de 26 de Abril de 2002, que rege o aumento do fornecimento de energia eléctrica de emergência e cria o Programa de Incentivos para Fontes de Electricidade Alternativas (PROINFA) para 3.300 MW; pela Lei Federal n.º 10762 de 11 de Novembro de 2003 e pela Lei n.º 10848 de 15 de Março de 2004, relativas às regras de comercialização de energia eléctrica e por alterações subsequentes à legislação.

O Decreto n.º 5025 de 30 de Março de 2004, regula a Lei Federal n.º 10438 e define o enquadramento económico e legal das "Fontes de Energia Alternativas". Os participantes no PROINFA têm um CAE (Contrato de Aquisição de Energia) com a ELETROBRÁS, e são sujeitos à autoridade reguladora (ANEEL). No entanto, a primeira etapa do PROINFA terminou e a segunda etapa é altamente incerta.

O Decreto n.º 5163 de 30 de Julho de 2004 regula a Lei Federal n.º 10762, e prevê a possibilidade das empresas de distribuição e dos agentes autorizados adquirirem "Energia Distribuída" (produção local), com um limite de 10% da procura total de cada agente de distribuição. Adicionalmente, a Lei n.º 10762 estabelece a possibilidade de um produtor de electricidade com base em fontes de energia alternativas vender directamente ao consumidor final (procura agregada > 500kW), a qualquer nível de voltagem. Como parte do quadro de incentivos, são atribuídos descontos no tarifário de distribuição e transmissão (TUSD e TUST) aos produtores ou compradores de energias renováveis. Os leilões públicos de electricidade são conduzidos pela empresa estatal "Energy Planning and Research Company" (EPE), a qual regista, analisa e permite a entrada de potenciais participantes.

Adicionalmente, a Lei n.º 10438 regula o uso de um fundo especial do sector, o "Fossil Fuel Consumption Quota (CCC)", para reduzir o custo de financiamento das iniciativas em energias renováveis capazes de substituir a produção de energia baseada em combustíveis fósseis.

A 20 de Dezembro de 2011, a ANEEL realizou um leilão de fornecimento de energia, Leilão A-5/2011, com o objectivo de vender a energia produzida pelas novas centrais eléctricas, hidroeléctricas, eólicas e centrais térmicas (biomassa e gás natural em ciclo combinado) do denominado Ambiente de Contratação Regulada (ACR). O fornecimento de energia terá início a 1 de Janeiro de 2016. Neste leilão a EDPBR vendeu a produção de 20 anos das centrais eléctricas de Baixa do Feijão I, Baixa do Feijão II, Baixa do Feijão III e Baixa do Feijão IV, totalizando 120 MW de potência instalada.

## 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos da EDP Renováveis, S.A. e das subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação. As demonstrações financeiras consolidadas de 2011 e 2010 foram preparadas para apresentar de uma forma verdadeira e apropriada os capitais próprios consolidados e a posição financeira consolidada da EDP Renováveis, S.A. e das suas subsidiárias com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os resultados consolidados das suas operações, os fluxos de caixa consolidados e os movimentos ocorridos nos capitais próprios consolidados para os períodos acima referidos.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 28 de Fevereiro de 2012. As demonstrações financeiras são expressas em milhares de Euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

Com o objectivo de melhorar a apresentação dos activos, passivos, rendimentos/proveitos e despesas/custos, a gestão da EDP decidiu divulgar na Demonstração dos resultados Consolidados para o período findo em 31 de Dezembro de 2011 e respectivos comparativos de 2010, os rendimentos e proveitos, bem como na Demonstração da Posição Financeira Consolidada de 2011 e 2010 as rubricas de "Devedores e outros activos" e "Credores e outros passivos", de acordo com a actividade principal do Grupo.

### **b) Princípios de consolidação**

#### *Empresas subsidiárias*

As empresas subsidiárias são entidades em que o Grupo exerce controlo. As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

As políticas contabilísticas das empresas subsidiárias foram, sempre que necessário, alteradas de forma a garantir a sua consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo. As perdas acumuladas são atribuídas aos interesses não controláveis na proporção do capital detido, mesmo que desta alocação resultem interesses não controláveis negativos.

#### *Empresas associadas*

As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer entre 20% e 50% dos direitos de voto da associada.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial e reconhecidos inicialmente ao seu custo de aquisição. O custo do investimento inclui os custos de transacção.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada, após os ajustamentos de harmonização das suas políticas contabilísticas com as do Grupo, desde a data em que o Grupo adquire influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis ao Grupo excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na medida em que o Grupo incorra numa obrigação de assumir essas perdas ou efectuar pagamentos em nome da associada.

#### *Entidades conjuntamente controladas*

As entidades conjuntamente controladas, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, proveitos e custos destas entidades, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse.

#### *Concentrações de actividades empresariais*

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo EDP adoptou a IFRS 3 – Concentração de Actividades Empresariais (2008) na contabilização das concentrações de actividades empresariais. As alterações da política contabilística foram aplicadas prospectivamente, não existindo impactos materiais nos resultados por acção.

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

### Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

As concentrações de actividades empresariais são registadas pelo método da compra na data da aquisição, a qual corresponde à data em que o controlo é transferido para o Grupo. O controlo corresponde à capacidade de gerir a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios das suas actividades. Ao avaliar a existência de controlo, o Grupo tem em consideração os potenciais direitos de voto que são actualmente exercíveis.

#### *Aquisições em ou após 1 de Janeiro de 2010*

Para as aquisições em ou após 1 de Janeiro de 2010, o Grupo determina o "goodwill" na data da aquisição como:

- O justo valor dos activos transferidos; acrescido dos
- interesses não controláveis reconhecidos na aquisição; acrescidos do
- O justo valor do investimento previamente existente na adquirida, caso se trate de uma aquisição efectuada por fases; deduzido do
- Valor contabilístico (geralmente o seu justo valor) dos activos adquiridos e passivos identificados.

Caso o "goodwill" apurado seja negativo, este é registado directamente em resultados do exercício.

Os activos transferidos na aquisição não incluem os montantes relativos à liquidação de relações pré-existentes, os quais são geralmente reconhecidos nos resultados do exercício.

Os custos relacionados com a aquisição e que não respeitam à emissão de títulos de dívida ou de capital, e que o Grupo incorre no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, são reconhecidos em resultados à medida que são incorridos.

Os preços de aquisição contingentes são reconhecidos ao justo valor na data de aquisição. Se o preço contingente é classificado como capital, não é reavaliado e a sua liquidação é contabilizada por contrapartida de capitais próprios. Caso contrário, as alterações subsequentes no justo valor do preço contingente são reconhecidas por contrapartida de resultados.

Algumas concentrações de actividades empresariais do período foram registadas provisoriamente dado que o Grupo ainda se encontra a avaliar o justo valor dos activos líquidos adquiridos. Os activos líquidos identificáveis foram reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor provisionado. Os ajustamentos durante o período de avaliação foram reconhecidos com referência à data de aquisição e a informação comparativa relativa ao ano anterior foi reexpressa, quando aplicável. Os ajustamentos aos montantes provisionais apenas incluem a informação relativa a eventos e circunstâncias existentes à data de aquisição os quais, sendo conhecidos nessa data, teriam alterado o montante reconhecido inicialmente.

Após esse período, os ajustamentos ao valor inicial dos activos líquidos adquiridos apenas são efectuados para corrigir um erro existente.

Para as concentrações de actividades empresariais realizadas por fases, o excesso dos activos transferidos, acrescido do justo valor da participação previamente detida na adquirida, face aos activos líquidos adquiridos e passivos assumidos, é reconhecido como "goodwill". Ajustes subsequentes a estes montantes são reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício. O Grupo reconhece a diferença entre o justo valor da participação detida anteriormente e o seu valor contabilístico nos resultados do exercício consolidados, de acordo com a classificação da participação. Adicionalmente, o Grupo reclassifica os montantes diferidos em capitais próprios relativos a participações anteriormente detidas para resultados do exercício ou reservas de consolidação, de acordo com a sua natureza.

#### *Aquisições entre 1 de Janeiro de 2004 e 1 de Janeiro de 2010*

Para as aquisições realizadas entre 1 de Janeiro de 2004 e 1 de Janeiro de 2010, o "goodwill" representa a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida. Quando o "goodwill" apurado era negativo, o mesmo era registado directamente em resultados do exercício.

Os custos de transacção, com excepção dos relativos à emissão de títulos de dívida ou de capital, e que o Grupo incorre no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, eram capitalizados como uma componente do custo de aquisição.

#### *Contabilização de aquisições de interesses não controláveis*

Após 1 de Janeiro de 2010, o Grupo aplicou a IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas (2008) na contabilização de aquisições de interesses não controláveis. As alterações da política contabilística foram aplicadas prospectivamente, não existindo impactos materiais nos resultados por acção.

De acordo com a nova política contabilística, as aquisições de interesses não controláveis não resultam no reconhecimento de "goodwill" sendo contabilizadas como transacções com accionistas. Os ajustamentos aos interesses não controláveis são efectuados com base num montante proporcional dos activos líquidos da subsidiária.

Até 31 de Dezembro de 2009, nas aquisições de interesses não controláveis, as diferenças entre o valor de aquisição do investimento e o justo valor dos interesses não controláveis adquiridos eram registadas por contrapartida de "goodwill".

#### *Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro*

O valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro, incluindo "goodwill" e ajustamentos de justo valor gerados na aquisição, são registados pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço. Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, ao câmbio aproximado das taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

As diferenças são registadas em reservas de conversão cambial na demonstração de rendimento integral. Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.

Quando a liquidação de um item monetário a receber ou pagar a empresas subsidiárias residentes no estrangeiro não está prevista nem é provável num futuro próximo, os ganhos e perdas cambiais respectivos são registados como fazendo parte do investimento líquido na entidade, sendo reconhecidos por contrapartida do rendimento integral e apresentados nas reservas de conversão cambial.

### *Saldos e transacções eliminados na consolidação*

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados, de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

### *Transacções sob controlo comum*

A contabilização de concentrações de actividades empresariais que envolvam entidades sob controlo comum encontra-se excluída da IFRS 3. Na ausência de um guia específico dentro das IFRS, o Grupo EDP Renováveis definiu uma política contabilística apropriada para este tipo de transacções. De acordo com a política do Grupo, as concentrações de actividades empresariais entre empresas sob controlo comum são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelos valores contabilísticos das empresas adquiridas (subgrupo). A diferença entre o valor contabilístico do activo líquido recebido e o valor pago é registado nos capitais próprios.

### *Opções de venda de interesses não controláveis*

As normas IFRS não prescrevem um tratamento contabilístico específico para os compromissos relacionados com opções de venda relativas a investimentos em subsidiárias devedores por interesses não controláveis à data de aquisição de uma concentração de actividades empresariais. Consequentemente, o Grupo EDP Renováveis regista essas opções de venda ("written put options") concedidas na data de aquisição de uma concentração de actividades empresariais, ou numa data subsequente, como uma aquisição antecipada desses interesses, registando um passivo financeiro pelo valor actual da melhor estimativa do montante a pagar, independentemente da probabilidade estimada de exercício das opções. A diferença entre este montante e o montante correspondente à percentagem de participação devida nos activos líquidos identificáveis adquiridos é registada por contrapartida de "goodwill".

Até 31 de Dezembro de 2009, nos anos subsequentes ao reconhecimento inicial, as variações no passivo resultantes da actualização financeira da responsabilidade são reconhecidas como um custo financeiro nas demonstrações financeiras consolidadas e as restantes variações são reconhecidas como um ajustamento ao custo da concentração de actividades empresariais sendo registadas por contrapartida de "goodwill". Quando aplicável, os dividendos pagos aos accionistas minoritários até à data em que a opção é exercida, são também reconhecidos como ajustamentos ao custo da concentração de actividades empresariais. Na eventualidade de as opções não serem exercidas, a transacção é registada com uma alienação de participação aos accionistas minoritários.

A partir de 1 de Janeiro de 2010 o Grupo aplica a IAS 27 (2008) aos novos os compromissos relacionados com opções de venda relativas a investimentos em subsidiárias devedoras por interesses não controláveis, registando as alterações subsequentes no valor contabilístico da responsabilidade na demonstração dos resultados.

## **c) Transacções em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional das respectivas empresas do Grupo à taxa de câmbio em vigor na data das transacções. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com itens monetários correspondem à diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no início do período, ajustado para os pagamentos do juro efectivo durante o período, e custo amortizado em moeda estrangeira convertido à taxa de câmbio no final do período de referência.

Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais provenientes da reexpressão são reconhecidas em resultados, excepto para as diferenças resultantes da reconversão dos activos disponíveis para a venda, passivos financeiros designados como "net investment", "cash flow-hedge", que são reconhecidos na demonstração do rendimento integral. Os activos não monetários que sejam mensurados ao custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à data da transacção.

## **d) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura**

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por técnicas de valorização do valor actualizado líquido, incluindo modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções, conforme for mais apropriado.

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e cambial resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- (i) À data de início da relação de cobertura, a relação está identificada e formalmente documentada;
- (ii) Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- (iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- (v) Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, os custos de transacção atribuíveis são reconhecidos em resultados quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivados são mensurados ao valor justo, e as suas variações são contabilizadas como descrito em seguida.

#### *Cobertura de justo valor*

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do activo, passivo ou grupo de activos e passivos. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente até à sua maturidade.

#### *Cobertura de fluxos de caixa*

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício, no momento em que ocorre a inefectividade.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados em capitais próprios são reconhecidos por contrapartida do custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios nessa data, mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados do exercício.

#### *Cobertura de activos líquidos ("Net investment")*

O modelo de cobertura de activos líquidos é aplicado, em base consolidada, em investimentos em subsidiárias realizados em moeda estrangeira. Este modelo permite que as variações cambiais reconhecidas em reservas cambiais de consolidação sejam compensadas pelas variações cambiais de empréstimos obtidos em moeda estrangeira para a aquisição dessas mesmas subsidiárias. Se o instrumento de cobertura é um instrumento financeiro derivado, os ganhos e perdas provenientes de variações de justo valor são também reconhecidos em reservas cambiais de consolidação. A parte inefectiva da relação de cobertura é registada em resultados do exercício.

### e) Outros activos financeiros

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição de acordo com as seguintes categorias:

#### *Activos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros detidos para negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados.

#### *Activos financeiros disponíveis para venda*

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que se encontram designados como disponíveis para venda e não se encontram classificados em nenhuma das restantes categorias. Os investimentos do Grupo em acções encontram-se classificados como activos financeiros disponíveis para venda.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas na data da sua negociação ("trade date"), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar os activos.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii), não obstante, retenha parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

### Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas nos resultados no período em que elas ocorrem.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes instrumentos de capital são igualmente reconhecidas em reservas. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, bem como os dividendos recebidos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

### Transferências entre categorias

O Grupo não efectua transferências de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

### Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade para os activos financeiros ou grupo de activos financeiros, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data do balanço deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecido nos resultados, é transferida para resultados.

### f) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

O Grupo desreconhece a totalidade ou parte de um passivo financeiro quando a obrigação contida no contrato tenha sido satisfeita ou quando o Grupo está legalmente liberto da obrigação fundamental relacionada com o passivo, através de um processo legal ou pelo credor.

O Grupo considera que as condições são substancialmente diferentes se o valor actual dos fluxos de caixa descontados nas novas condições, incluindo alguma comissão paga, líquida de alguma comissão recebida, e utilizando a taxa de juro original do desconto, divergir em pelo menos 10% do valor actual descontado dos fluxos de caixa do passivo financeiro inicial.

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

### Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Se a alteração é reconhecida como um cancelamento do passivo financeiro inicial, os custos ou comissões são incluídos na demonstração dos resultados consolidada. Em caso contrário, os custos ou comissões ajustam o valor contabilístico do passivo e são amortizados pelo método do custo amortizado pelo período remanescente do passivo modificado.

O Grupo reconhece a diferença entre o valor contabilístico de um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro que tenha sido cancelado ou transferido para terceiros) e o preço pago, o qual inclui qualquer transferência de activos para além de dinheiro ou do passivo assumido, como um débito ou um crédito na demonstração dos resultados consolidada.

#### g) Custos com empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. Na medida em que, de uma forma geral, os fundos são obtidos por via de empréstimos, o montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período, excluindo os empréstimos contraídos especificamente com o objectivo de obter um activo elegível. O montante de custos de empréstimos capitalizados no decorrer de um período não pode exceder o montante de custos de empréstimos incorridos nesse período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização termina quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. A capitalização de custos com empréstimos é suspensa durante períodos extensos em que o desenvolvimento activo seja interrompido.

#### h) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui todos os gastos directamente atribuíveis à aquisição do activo. O custo dos activos construídos pela própria empresa inclui o custo dos materiais e trabalho directo, bem como outros custos directamente atribuíveis de forma a colocar o bem em funcionamento e ainda os custos de desmantelamento e remoção dos bens e restauração do local onde se encontram localizados. O custo pode ainda incluir transferências de capitais próprios de qualquer ganho ou perda relativa a cobertura de fluxos de caixa em moeda estrangeira na aquisição de activos fixos. O software adquirido que seja parte integral do equipamento é capitalizado como parte do mesmo.

O custo de aquisição inclui os juros de financiamento externo, custos com o pessoal e outros custos internos directa ou indirectamente relacionados com o trabalho em curso, apenas durante a fase de construção. O custo de produção é capitalizado através da contabilização dos custos atribuíveis ao activo como trabalhos para a própria empresa, em outros proveitos operacionais e custos com o pessoal e benefícios aos empregados na demonstração dos resultados consolidada.

Quando alguma parte constituinte de um item classificado como activo fixo tangível apresenta uma vida útil diferente do item principal, estas são contabilizadas separadamente (contabilização por componentes).

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	20 a 33
Equipamento básico	
Produção Eólica	25
Produção Hidroeléctrica	20 a 30
Outro equipamento básico	15 a 40
Equipamento de transporte	3 a 10
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10

No segundo trimestre de 2011, o Grupo EDP Renováveis, com base num estudo realizado por uma entidade independente, alterou a vida útil dos parques eólicos de 20 para 25 anos, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2011 (ver nota 3).

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### **i) Activos intangíveis**

Os outros activos intangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade. O Grupo não detém activos intangíveis com um período de vida útil indefinido.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

#### *Aquisição e desenvolvimento de Software*

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos activos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de software efectuados pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos ao desenvolvimento do referido software, sendo amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do período em que são incorridos.

#### *Propriedade industrial e outros direitos*

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

### **j) Imparidade de activos não financeiros**

O valor contabilístico dos activos não financeiros, que não existências e activos por impostos diferidos, é revisto em cada data de reporte, de forma a determinar se existem indícios de imparidade. Caso existam indícios de imparidade, o valor recuperável do activo é estimado. O valor recuperável do "goodwill" é avaliado anualmente.

O valor recuperável de um activo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor de uso e o seu justo valor menos os custos estimados para a venda. De forma a estimar o valor de uso, os fluxos de caixa futuros são descontados para o seu valor actual, utilizando uma taxa de desconto antes de imposto que reflecta a avaliação corrente do mercado, sobre o valor temporal do dinheiro e o risco específico do activo. Para efeitos de testes de imparidade os activos são agrupados no grupo mais pequeno de activos que gera fluxos de caixa através do seu uso continuado e que são independentes dos fluxos de caixa de outros activos ou grupos de activos (unidade geradora de caixa). O "goodwill" gerado numa aquisição, para efeitos de teste de imparidade, é alocado às unidades geradoras de caixa, que se espera que beneficiem de sinergias resultantes da aquisição.

Uma perda por imparidade é reconhecida se o valor contabilístico do activo ou da sua unidade geradora de caixa exceder o valor recuperável estimado. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do exercício. As perdas por imparidade reconhecidas relativamente a unidades geradoras de caixa são primeiro alocadas para reduzir o valor contabilístico de qualquer "goodwill" alocado à unidade geradora de caixa e posteriormente para reduzir o valor contabilístico dos restantes activos da unidade (grupo de unidades) numa base pro rata.

Uma perda por imparidade relativa ao "goodwill" não é reversível. Em relação a outros activos, as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores são reavaliadas em cada data de reporte, por forma a verificar se há qualquer indicação de que a perda diminuiu ou deixou de existir. Uma perda por imparidade é revertida se ocorrerem alterações nas circunstâncias que causaram essa imparidade. Uma perda por imparidade é revertida até ao montante em que o valor contabilístico do activo não exceda o valor contabilístico que seria determinado, líquido de amortizações, caso não tivesse sido reconhecida uma perda por imparidade em anos anteriores.

### **k) Locações**

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

#### *Locações operacionais*

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos períodos a que dizem respeito.

### **l) Inventários**

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

O custo dos inventários é valorizado ao custo médio ponderado.

### m) Classificação dos activos e passivos como correntes e não correntes

O Grupo classifica os activos e passivos no balanço consolidado como correntes e não correntes. Os activos e passivos correntes são determinados como se segue:

Os activos são classificados como correntes quando é expectável que estes sejam realizados, exista intenção de venda ou consumo pelo Grupo durante o seu ciclo operacional e quando são devidos principalmente para o propósito da actividade do Grupo, ou é esperado que sejam realizados dentro de doze meses desde a data do balanço ou quando são disponibilidades classificadas como caixa ou equivalentes de caixa, a menos que estes activos não possam ser trocados ou ser usados para liquidar um passivo pelo menos doze meses desde a data do balanço.

Os passivos são classificados como correntes quando é expectável que sejam liquidados no decorrer da normal actividade do Grupo, e são devidos com o objectivo de serem negociados ou realizados nos doze meses subsequentes à data de balanço ou o Grupo não tem um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo pelo menos doze meses após a data do balanço.

Passivos financeiros são classificados como correntes quando é esperada a sua liquidação no período de doze meses após a data de balanço, mesmo que o período inicial seja superior a doze meses, e seja concluído um acordo para refinanciamento ou revisão da data dos pagamentos após a data do balanço e antes da aprovação das demonstrações financeiras consolidadas.

### n) Benefícios aos empregados

#### Pensões

A EDP Renováveis Portugal, uma das empresas portuguesas do Grupo EDP Renováveis, atribuiu benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sob a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente, planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada.

#### Planos de benefícios definidos

Em Portugal, o plano de benefícios definidos é financiado através de um Fundo de pensões fechado complementado por provisão específica. Neste fundo encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas e pré-reformas.

Os planos de pensões das empresas do Grupo em Portugal correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pela IAS 19, revista em 16 de Dezembro de 2004.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

Anualmente, o Grupo reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

#### Planos de contribuição definida

Em Espanha, Portugal e nos Estados Unidos da América, algumas empresas do Grupo dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos sistemas de previdência social, do tipo contribuição definida, efectuando deste modo em cada ano uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada plano. O custo relativo aos planos de contribuição definida é reconhecido em resultados no período em que a contribuição é efectuada.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### Outros benefícios

#### *Planos de cuidados médicos e outros*

Em Portugal algumas empresas do Grupo concedem benefícios relativos a cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos dos sistemas de segurança social. Estes planos de cuidados médicos são classificados como planos de benefícios definidos sendo as responsabilidades cobertas por provisões registadas no balanço do Grupo. A mensuração e o reconhecimento das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefícios definidos.

#### *Remunerações variáveis aos empregados*

De acordo com as disposições estatutárias de algumas sociedades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração. As remunerações variáveis são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam.

### o) Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

#### *Provisões para desmantelamento e descomissionamento*

O Grupo constitui provisões para desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual de proceder ao desmantelamento e descomissionamento desses activos no final da sua vida útil. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para os activos tangíveis afectos à produção de energia eólica, para fazer face às responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor actual da totalidade da responsabilidade futura e são registadas por contrapartida de um aumento dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses activos.

Os pressupostos considerados, são os seguintes:

	EDPR EU	EDPR NA
Custo médio por MW (Euros)	14.000	18.549
Valor residual por MW (Euros)	25.000	17.776
Taxa de desconto	6,33%	5,38%
Taxa de inflação	2,00%	2,50%
Taxa de amortização (vida útil)	25	25

Com a alteração da vida útil dos parques eólicos de 20 para 25 anos (ver nota 2h), o custo de desmantelamento e descomissionamento foi calculado tendo em consideração este novo pressuposto, com efeitos prospectivos a partir de 1 de Abril de 2011.

Numa base anual, a provisão é sujeita a uma revisão, de acordo com a estimativa das responsabilidades com o desmantelamento e descomissionamento futuro. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

### p) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O réditio compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos e depois da eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

Os proveitos relativos à venda de electricidade são reconhecidos no período em que a electricidade é produzida e transferida para os clientes.

Os proveitos de engenharia incluem o valor inicial acordado contratualmente mais as variações no contrato, reclamações e pagamento de incentivos, na medida em que seja provável que resultarão em proveitos e que podem ser estimados de forma fiável. Assim que os resultados do contrato de construção possam ser estimados de forma fiável, os proveitos e os custos do contrato são reconhecidos em resultados proporcionalmente à fase de conclusão do contrato.

As diferenças entre os valores estimados e os reais, que geralmente não são significativas, são registadas nos períodos subsequentes.

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### q) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, "unwinding" com passivos a valor descontado e "written put options" sobre interesses não controláveis, os ganhos e perdas resultantes de diferença de câmbio, as variações de justo valor relativa a instrumentos financeiros e especialização do juro associado aos passivos relativos às parcerias com investidores institucionais.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

### r) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando respeita a uma concentração de actividades empresariais ou a itens reconhecidos directamente em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido tendo em conta as diferenças temporárias entre a base contabilística dos activos e passivos e respectiva base fiscal. Não são reconhecidos impostos diferidos para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de activos e passivos numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e não afecte quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias e empresas conjuntamente controladas na medida em que não seja provável a sua reversão no futuro. Adicionalmente, não é reconhecido imposto diferido relativamente a diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de "goodwill". Os impostos diferidos são mensurados à taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada à data do balanço e que se espera que venha a ser aplicada quando as diferenças temporárias se reverterem. Os impostos diferidos activos e passivos são compensados se existir um direito legalmente executável para compensar activos e passivos fiscais correntes que digam respeito aos impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendem liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos para prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais e diferenças temporárias até ao limite de quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Os activos por impostos diferidos são revistos a cada data de reporte e são revertidos quando não é provável que o respectivo benefício fiscal seja realizado.

### s) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas maioritários, pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

### t) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos e respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e de todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

### u) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e os seus equivalentes englobam os valores em caixa e as disponibilidades em instituições crédito. Inclui ainda outros investimentos de curto prazo, de elevada liquidez e prontamente convertíveis em caixa, sujeitos a um risco insignificante de alterações de valores. Um investimento é normalmente classificado como caixa e equivalentes de caixa quando apresenta uma maturidade inferior a três meses desde a data da sua aquisição.

### v) Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente como proveitos diferidos na rubrica de passivo não corrente, quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que o Grupo irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam o Grupo por despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### w) **Matérias ambientais**

O Grupo toma medidas de modo a prevenir, reduzir ou reparar os danos causados ao meio ambiente pela sua actividade.

As despesas de carácter ambiental são reconhecidas como outros custos operacionais no período a que respeitam.

### x) **Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA**

O Grupo estabelece parcerias com investidores institucionais nos Estados Unidos por intermédio de acordos operacionais com empresas de responsabilidade limitada. Estas parcerias distribuem os fluxos de caixa gerados pelos parques eólicos entre os investidores e a Empresa e distribui os benefícios fiscais, que incluem os créditos fiscais à produção (PTC) e a depreciação acelerada, em grande medida aos investidores.

O investidor institucional adquire os interesses nas parcerias societárias mediante adiantamentos de pagamentos efectuados na data de aquisição desses interesses. O montante destes pagamentos é estabelecido por forma a que os investidores obtenham, antecipadamente, determinadas taxas internas de retorno acordadas, desde a data em que procedem à aquisição dos interesses até ao final do período em que os créditos fiscais à produção são gerados. O retorno é calculado com base no valor do benefício total antecipado que o investidor institucional vai receber e inclui a utilização dos créditos fiscais à produção, o lucro/perda tributável alocável e os retornos de capital.

O controlo e gestão destes parques eólicos é da responsabilidade do Grupo EDP Renováveis e encontram-se consolidados integralmente nestas demonstrações financeiras.

O adiantamento recebido é reconhecido em "Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA" e subsequentemente apresentado ao custo amortizado.

Esta responsabilidade é reduzida pelo valor dos benefícios fiscais e pelas distribuições monetárias efectuadas aos parceiros institucionais durante o período. O valor dos benefícios fiscais entregues, principalmente amortizações aceleradas e subsídios ao investimento, é registado como proveito diferido não corrente sendo reconhecido no resultado em base "pro rata" pelos 25 anos de vida útil dos projectos subjacentes. (ver nota 7). O valor dos créditos fiscais à produção entregues são registados como geração.

Após a "flip date", o investidor institucional mantém interesses não controláveis pela duração da sua parceria na estrutura. As percentagens dos interesses não controláveis situam-se entre os 2,5% e os 6% em toda a estrutura, com excepção dos 20% na Blue Canyon I. A EDPR NA tem também uma opção de compra sobre o interesse residual do investidor institucional ao preço de mercado na "flip date", para estruturas PTC e o mais cedo entre a "flip date" ou cinco anos para estruturas de subsídios. O passivo relativo ao interesse residual é acrescido numa base linear desde a "funding date" através da "flip date" para reflectir o interesse minoritário do investidor institucional na posição do Grupo EDPR na "flip date".

Os passivos com investidores institucionais são acrescidos de juro calculado tendo por base o montante em dívida e a taxa interna de retorno acordada.

### z) **Atividades de concessão do Grupo EDPR (IFRIC 12)**

O Comité de Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a interpretação IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de Março de 2009 sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data. A IFRIC 12 é aplicável aos contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infra-estruturas, bem como o preço dessa prestação, e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infra-estruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infra-estruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como activos fixos tangíveis ou como locações financeiras, uma vez que se considera que o operador não tem controlo sobre os activos. Estas estruturas são reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente de acordo com os termos do contrato:

#### *Modelo do Activo Financeiro*

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinados montantes monetários, independentemente do nível de utilização das infra-estruturas abrangidas pela concessão, resultando no reconhecimento de um activo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

#### *Modelo do Activo Intangível*

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infra-estruturas afectas à concessão (risco de procura), resultando no reconhecimento de um activo intangível.

#### *Modelo Misto*

Este modelo é aplicável quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infra-estruturas da concessão.

A Gestão da EDPR concluiu que a IFRIC 12 não é aplicável, nos termos dos contratos em vigor, ao segmento do negócio do Grupo EDP Renováveis.

**3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As IFRS prevêem tratamentos contabilísticos alternativos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Apesar de as estimativas serem calculadas com base na melhor informação disponível em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, eventos futuros poderão requerer alterações a estas estimativas em anos subsequentes. Eventuais alterações às estimativas, efectuadas em anos subsequentes, serão reconhecidas prospectivamente.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela EDP Renováveis, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A EDP Renováveis considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

**Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda**

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível superior de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

**Justo valor dos instrumentos financeiros**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

**Redefinição da vida útil dos activos afectos à produção**

O Grupo revê numa base regular a vida útil dos seus activos de geração eólica para que a mesma seja consistente com a vida técnica e económica dos mesmos, tendo em consideração a sua capacidade tecnológica e limitações impostas pela legislação.

No segundo trimestre de 2011, o Grupo EDPR procedeu à redefinição da vida útil dos parques eólicos de 20 para 25 anos (ver nota 2h). A redefinição da vida útil dos activos de geração eólica foi feita com base num estudo técnico realizado por uma entidade independente, que considerou a viabilidade técnica de extensão por mais 5 anos da vida útil desses activos. O referido estudo abrangeu 95% da capacidade eólica instalada do Grupo EDP Renováveis, nas diferentes geografias (Europa e América do Norte), considerando pressupostos e estimativas que requerem julgamento. O impacto estimado dessa mudança foi de aproximadamente 81 milhões de euros (antes de impostos).

**Imparidade de activos não financeiros**

Os testes de imparidade são efectuados sempre que existam sinais de que o valor recuperável dos activos fixos tangíveis e intangíveis é inferior ao valor líquido contabilístico.

Considerando que o valor recuperável dos activos fixos tangíveis, intangíveis e do "goodwill" é determinado com base na melhor informação disponível à data, alterações das estimativas e dos pressupostos poderão afectar os resultados dos testes de imparidade e, conseqüentemente, os resultados do Grupo.

**Impostos sobre os lucros**

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32
- 33
- 34
- 35
- 36
- 37
- 38
- 39
- 40
- 41
- 42
- 43
- 44
- 45
- 46
- 47

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela EDP Renováveis, e pelas suas subsidiárias, durante um determinado período que poderá ser estendido no caso de haver créditos fiscais. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da EDP Renováveis, e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

### Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Conselho de Administração considera existirem obrigações contratuais relativamente ao desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis afectos à actividade de produção de energia eólica. O Grupo constitui provisões de acordo com as respectivas obrigações legais e contratuais existentes para fazer face ao valor presente das despesas estimadas com a reposição dos locais e dos terrenos de implementação dos referidos activos. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efectuadas estimativas do valor presente das responsabilidades futuras.

A consideração de outros pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos, poderiam originar resultados diferentes daqueles que foram considerados.

## 4. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As actividades do Grupo EDP Renováveis expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro. A exposição a riscos financeiros reside essencialmente na sua carteira de dívida, resultando em riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio. A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo EDPR. De forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira, são utilizados instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

O Conselho de Administração da EDP Renováveis tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. A gestão operacional do risco financeiro do Grupo EDP Renováveis é subcontratada ao Departamento Financeiro da EDP - Energias de Portugal, S.A., conforme as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A subcontratação de serviços inclui a identificação e avaliação de mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição.

Todas as operações realizadas com instrumentos financeiros derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração que define os parâmetros de cada operação e aprova os documentos formais descritivos dos objectivos das mesmas.

### Gestão do risco de taxa de câmbio

A Direcção de Gestão Financeira do Grupo EDP é responsável pela gestão da exposição ao risco cambial decorrente da contratação de dívida em moeda estrangeira, procurando mitigar o impacto da flutuação cambial nos encargos financeiros das empresas do Grupo EDP e, consequentemente, nos resultados consolidados, recorrendo à realização de operações com instrumentos financeiros derivados cambiais e/ou outras estruturas de cobertura com características de exposição simétricas às do item coberto. A efectividade destas coberturas é reavaliada e monitorizada ao longo da sua vida útil.

A EDP Renováveis opera internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de investimentos em subsidiárias estrangeiras. Com o objectivo de minimizar o impacto das flutuações das taxas de câmbio, a política geral da EDP Renováveis é financiar cada projecto na moeda dos fluxos de caixa operacionais gerados pelo projecto.

Actualmente a maior exposição ao risco cambial resulta da exposição ao risco de flutuação cambial USD/EUR resultante do investimento na EDPR NA. Com o aumento da capacidade noutras geografias a EDPR começa a ficar exposta ao risco cambial em várias moedas (Real Brasileiro, Zloty Polaco e Leu Romeno).

Para cobrir o risco originado com o investimento líquido na EDPR NA, a EDP Renováveis celebrou um CIRS em USD / EUR com a EDP Sucursal (ver nota 39).

### Análise de sensibilidade - Taxa de câmbio

Uma alteração de 10% na taxa de câmbio com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, iria originar um acréscimo/(redução) nos resultados e/ou capitais próprios antes de impostos do Grupo EDP Renováveis, nos seguintes montantes:

	31 Dez 2011			
	Resultados		Capital Próprio	
(Milhares de Euros)	+10%	-10%	+10%	-10%
USD / EUR	10.516	-12.853	-	-
PLN / EUR	-	-	3.309	-4.044
	<b>10.516</b>	<b>-12.853</b>	<b>3.309</b>	<b>-4.044</b>

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Milhares de Euros)	31 Dez 2010			
	Resultados		Capital Próprio	
	+10%	-10%	+10%	-10%
USD / EUR	9.527	-11.644	-	-
PLN / EUR	-	-	3.584	-4.381
	<b>9.527</b>	<b>-11.644</b>	<b>3.584</b>	<b>-4.381</b>

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juro, se mantêm constantes.

### Gestão do risco de taxa de juro

Os fluxos de caixa operacionais do Grupo são substancialmente independentes das flutuações das taxas de juro de mercado.

A política de gestão de risco de taxa de juro tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição dos fluxos de caixa da dívida às flutuações do mercado. Desta forma, sempre que é considerado necessário, e em consonância com a política do Grupo, este contrata instrumentos financeiros derivados de forma a cobrir os riscos de taxa de juro.

No contexto dos financiamentos a taxa variável, o Grupo recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro para cobertura dos fluxos de caixa associados a pagamentos futuros de juros, que têm o efeito de converter os empréstimos de taxa de juro variável em empréstimos de taxa de juro fixa.

Todas as operações são realizadas sobre passivos existentes na carteira de dívida do Grupo e configuram, na sua maioria, coberturas perfeitas, resultando num elevado grau de correlação entre as variações de justo valor do instrumento de cobertura e as variações de justo valor do risco de taxa de juro e/ou cambial ou dos fluxos de caixa futuros.

O Grupo EDP Renováveis detém uma carteira de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, cujos vencimentos variam entre 1 e 15 anos. A Direcção Financeira do Grupo efectua estimativas de sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros a variações nas taxas de juro ou fluxos de caixa futuros.

Cerca de 92% da dívida financeira do Grupo EDP Renováveis tem juros à taxa fixa, incluindo as operações com instrumentos financeiros.

### Análise de sensibilidade - Taxas de juro

A gestão de risco de taxa de juro associado às actividades desenvolvidas no Grupo é subcontratada ao Departamento Financeiro do Grupo EDP, sendo contratados instrumentos financeiros derivados de forma a mitigar este risco.

Tendo por base a carteira de dívida contratada pelo Grupo EDPR EU e os respectivos instrumentos financeiros derivados utilizados para cobertura do risco de taxa de juro associado, bem como os empréstimos dos accionistas recebidos pela EDP Renováveis, uma alteração de 100 pontos base na taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, iria originar um acréscimo / (redução) nos resultados e capital próprio (antes de impostos) do Grupo EDP Renováveis nos seguintes montantes (milhares de Euros):

(Milhares de Euros)	31 Dez 2011			
	Resultados		Capitais Próprios	
	+ 100 bp	- 100 bp	+ 100 bp	- 100 bp
Derivados de cobertura dos fluxos de caixa	-	-	37.929	(40.540)
Dívida não coberta (taxas de juro variáveis)	(1.839)	1.839	-	-
	<b>-1.839</b>	<b>1.839</b>	<b>37.929</b>	<b>-40.540</b>

(Milhares de Euros)	31 Dez 2010			
	Resultados		Capitais Próprios	
	+ 100 bp	- 100 bp	+ 100 bp	- 100 bp
Derivados de cobertura dos fluxos de caixa	-	-	28.154	(30.933)
Dívida não coberta (taxas de juro variáveis)	(2.168)	2.168	-	-
	<b>-2.168</b>	<b>2.168</b>	<b>28.154</b>	<b>-30.933</b>

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, se mantêm constantes.

### Gestão do risco de crédito de contraparte em transacções financeiras

A política do Grupo EDP Renováveis, em termos de risco de contraparte das transacções financeiras com empresas externas ao Grupo EDP, rege-se pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e exposição a cada contraparte. As contrapartes nos instrumentos financeiros derivados e transacções financeiras são instituições de crédito de elevada notação de crédito ou empresas do Grupo EDP.

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

O Grupo EDP Renováveis tem procedido à documentação das operações financeiras realizadas de acordo com as normas internacionais. A generalidade das operações com instrumentos financeiros derivados é contratada ao abrigo do "ISDA Master Agreements".

No caso específico do Grupo EDPR EU, o risco de crédito não é significativo devido ao curto prazo médio de recebimentos de clientes e à qualidade dos seus devedores. Os maiores clientes do Grupo são operadores e distribuidores no mercado de energia dos respectivos países (OMEL e MEFF no caso do mercado Espanhol).

No caso específico do Grupo EDPR NA, o risco de crédito não é significativo devido ao reduzido prazo médio de recebimentos de clientes e à qualidade dos seus devedores. Os principais clientes do Grupo EDP Renováveis são empresas reguladas de electricidade e agentes regionais do mercado energético nos Estados Unidos.

A EDP Renováveis considera que o valor que melhor representa a exposição do Grupo ao risco de crédito corresponde ao valor contabilístico a receber de clientes e outros devedores, líquido de perdas por imparidade registadas. O Grupo considera que a qualidade do crédito destes valores a receber é adequada e que não existem perdas por imparidade significativas por reconhecer.

### Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade do Grupo não ser capaz de cumprir com as suas obrigações financeiras na data de vencimento. A estratégia do Grupo em termos de gestão de liquidez é a de assegurar, tanto quanto possível, a existência de liquidez suficiente para cumprir as obrigações no seu vencimento, em condições normais ou desfavoráveis, sem incorrer em custos desnecessários ou afectar a reputação do Grupo.

A política de liquidez seguida garante o cumprimento do pagamento das obrigações contratadas através da manutenção de linhas de crédito suficientes e através do acesso ao financiamento do Grupo EDP.

O Grupo EDP Renováveis procede à gestão do risco de liquidez através da contratação e gestão de linhas de crédito e facilidades de financiamento com o seu principal accionista, bem como directamente no mercado com instituições financeiras nacionais e internacionais, assegurando os fundos necessários para realizar as suas actividades.

### Gestão dos riscos de preço de mercado

Em 31 de Dezembro de 2011 o risco do preço de mercado que afecta o Grupo EDP Renováveis não é significativo. No caso da EDPR NA, os preços são fixos e maioritariamente determinados por contratos de aquisição de energia. No caso da EDPR EU, a electricidade é vendida em Espanha directamente no mercado diário a preços "spot" acrescido de um prémio pré-definido (regulado). No entanto, a EDPR EU tem a opção de vender electricidade através de tarifas reguladas garantindo preços mínimos. Nos restantes países os preços são maioritariamente determinados através de tarifas reguladas.

A EDPR EU e a EDPR NA contrataram "swaps" de energia para cobertura de fluxos de caixa relacionados com a cobertura de preço das vendas de energia para os anos de 2011 e 2010 (ver nota 39). O objectivo do Grupo EDP Renováveis é o de cobrir a produção de energia reduzindo a sua exposição à volatilidade do preço de venda de energia.

### Gestão de capital

O objectivo do Grupo relativamente à gestão dos capitais próprios, de acordo com as políticas estabelecidas pelo seu accionista maioritário, é o de salvaguardar a continuidade do Grupo, crescer sustentavelmente de forma a cumprir os objectivos estabelecidos e manter uma estrutura ótima de capitais próprios de forma a reduzir o custo do capital.

Em conformidade com outros Grupos que operam neste sector, o Grupo controla a sua estrutura de financiamento com base no rácio de alavancagem. Este rácio é calculado dividindo os financiamentos líquidos pelo total de capitais próprios e financiamento líquido. O financiamento líquido corresponde ao somatório da dívida financeira do passivo por investimentos institucionais ("institutional equity liabilities"), corrigido do efeito dos proveitos diferidos não correntes, e deduzido de caixa e equivalentes de caixa.

## 5. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício de 2011, ocorreram as seguintes alterações no perímetro de consolidação do Grupo EDP Renováveis:

### Empresas adquiridas:

- O Grupo EDPR, através da sua subsidiária EDPR UK, adquiriu 49% do capital social da Seaenergy Renewables Inch Cape Limited.;
- O Grupo EDPR, através da sua subsidiária EDPR EU, adquiriu 85% do capital social da S.C. Ialomita Power, S.R.L.

### Empresas alienadas e liquidadas:

- A Generaciones Especiales I, S.L. dissolveu e liquidou a subsidiária Sodecoan, S.L.;
- A Generaciones Especiales I, S.L. alienou o Subgrupo Veinco;
- A EDPR UK, vendeu uma participação de 8,36% no capital social da Moray Offshore Renewables Limited por 4.033 milhares de Euros. Como consequência, as participações nas subsidiárias MacColl Offshore Windfarm Limited, Stevenson Offshore Windfarm Limited e Telford Offshore Windfarm Limited também foram reduzidas em 8,36%;
- A Agrupación Eólica, S.L.U. vendeu a subsidiária Neomai Inversiones SICAV, S.A. por 40.894 milhares de Euros;

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

- A Sinae Inversiones Eólicas S.A., vendeu uma participação de 1,25% no capital social da Eólica Alfoz, S.L., por 106 milhares de Euros.

### Empresas fusionadas:

- A Farma Wiatrowa Wyszogrod, S.P. Z.O.O. foi incorporada na Masovia Wind Farm, S.P. Z.O.O.

### Empresas constituídas:

- EDP Renováveis Cantabria, S.L.;
- Pesteria Wind Farm, S.A.;
- Paulding Wind Farm IV LLC\*;
- Pochidia Wind Farm, S.A.;
- Rush County Wind Farm, L.L.C.\*;
- Eastern Nebraska Wind Farm, L.L.C.\*;
- 2011 Vento X, L.L.C.;
- EDPR Wind Ventures X, L.L.C.;
- Villa Castelli Wind, S.R.L.

\* O Grupo EDP detém, através da EDP Renováveis e da sua subsidiária EDPR NA, um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas nos Estados Unidos sem capital social e que à data de 31 de Dezembro de 2011 não têm quaisquer activos ou passivos nem qualquer actividade operacional.

### Outras alterações:

- O Grupo EDPR aumentou a sua participação indirecta de 47% para 61% no capital social da Aplicaciones Industriales de Energias Limpias, S.L. através da sua subsidiária Santa Quitéria Energia, S.L.U.;
- O Grupo EDPR aumentou a sua participação indirecta de 58% para 84% no capital social da Desarrollo Eólico Santa Quitéria, S.L. através da sua subsidiária Aplicaciones Industriales de Energias Limpias, S.L.;
- O Grupo EDPR aumentou a sua participação indirecta de 51% para 100% do capital social das empresas Relax Wind Park II, SP. Z.O.O. e Relax Wind Park IV, SP. Z.O.O. através da sua subsidiária EDP Renewables Polska, S.P. Z.O.O.;
- O Grupo EDPR aumentou a sua participação indirecta de 90% a 100% no capital social da Eólica da Sierra de Avila, S.L. através da sua subsidiária Sinae Inversiones Eólicas S.A.

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010, as alterações ao perímetro de consolidação do Grupo EDP Renováveis foram:

### Empresas adquiridas:

- A EDP Renewables Europe adquiriu 85% do capital social da Repano Wind, S.R.L. e da EDP Renewables Italia, S.R.L. (anteriormente designada como Italian Wind, S.R.L.). O Grupo EDPR consolida 100% destas sociedades uma vez que existe uma put option que incide sobre os restantes 15%;
- A EDP Renewables Europe adquiriu 100% do capital social das companhias polacas Farma Wiatrowa Bodzanow SP ZOO, Farma Wiatrowa Starozreby SP ZOO, Farma Wiatrowa Wyszogrod SP ZOO and Karpacka Mala Energetyka SP ZOO, através da sua subsidiária EDP Renewables Polska SP ZOO (anteriormente designada como Neolica Polska SP ZOO);
- A EDP Renewables Europe adquiriu 80% do capital social da Re Plus - Societă a Responsabilită Limitata.

### Empresas alienadas e liquidadas:

- Freeport Windpower I, LP;
- Murciasol-1 Solar Térmica, S.L.

### Empresas fusionadas:

- Agrupación Eólica Francia S.L. foi incorporada na EDP Renewables Europe;
- Eneralfius-Produção de Energia Eléctrica, S.A. na EDP Renováveis Portugal, S.A.

### Empresas constituídas:

- Headwaters Wind Farm L.L.C.\*;
- 17th Star Wind Farm L.L.C.\*;
- Waverly Wind Farm L.L.C.\*;
- EDP Renewables Canada;
- 2010 Vento VII, L.L.C.\*;
- 2010 Vento VIII, L.L.C.\*;
- 2010 Vento IX, L.L.C.\*;
- Horizon Wind Ventures VII, L.L.C.\*;
- Horizon Wind Ventures VIII, L.L.C.\*;
- Horizon Wind Ventures IX, L.L.C.\*;
- Rio Blanco Wind Farm L.L.C.\*;
- Hidalgo Wind Farm L.L.C.\*;
- MacColl Offshore Windfarm Limited;
- Stevenson Offshore Windfarm Limited;
- Telford Offshore Windfarm Limited;
- Stone Wind Power L.L.C.\*;
- Franklin Wind Farm L.L.C.\*.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

\* O Grupo EDP detém, através da EDP Renováveis e da sua subsidiária EDPR NA, um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas nos Estados Unidos sem capital social e que à data de 31 de Dezembro de 2010 não têm quaisquer activos ou passivos nem qualquer actividade operacional.

### Outras alterações:

- O Grupo EDPR aumentou a sua participação indirecta no capital social da ENEOP – Eólicas de Portugal, S.A. de 19,6% para 35,96% através da sua subsidiária EDP Renewables Europe, S.L.;
- O Grupo EDPR aumentou a sua participação indirecta no capital social da Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A. de 49% para 61% através da sua subsidiária Sinae Inversiones Eolicas, S.L.

## 6. VOLUME DE NEGÓCIOS

A rubrica de Volume de negócios é analisada como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
<b>Vendas por sector de actividade/negócio e geografia:</b>		
Electricidade na Europa	634.518	557.457
Electricidade nos Estados Unidos da América	302.890	274.969
Electricidade, outros	19.464	3.230
	956.872	835.656
Outros	17.709	1.841
	<b>974.581</b>	<b>837.497</b>
<b>Prestação de serviços</b>	<b>4.888</b>	<b>4.642</b>
<b>Varição nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis:</b>		
Custo das matérias primas e consumíveis	-15.168	-12.684
Varição dos inventários	-7.084	11.187
	<b>-22.252</b>	<b>-1.497</b>
<b>Total Volume de negócios</b>	<b>957.217</b>	<b>840.642</b>

## 7. PROVEITOS DECORRENTES DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS EM PARQUES EÓLICOS NOS EUA

Os proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA são analisados como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
Proveitos decorrentes de parcerias Institucionais - EDPR NA	111.610	107.005
	<b>111.610</b>	<b>107.005</b>

Os proveitos decorrentes de parceiros institucionais – EDPR NA, incluem o reconhecimento de proveitos relacionados com benefícios fiscais à produção (PTC), benefícios fiscais associados ao investimento (ITC) e outros benefícios fiscais relacionados essencialmente com a aceleração das taxas de depreciação dos projectos Vento I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X (ver nota 35).

## 8. OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO

A rubrica de Outros proveitos de exploração é analisada como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
Amortização do proveito diferido relativo a contratos de aquisição de energia	10.334	25.776
EDPR Itália	51.695	-
Indemnização por cessação de contrato	-	15.840
EDPR Polónia	-	15.000
Outros proveitos de exploração	22.515	16.409
	<b>84.544</b>	<b>73.025</b>

Os contratos de aquisição de energia celebrados entre a EDPR NA e os seus clientes foram valorizados com base em pressupostos de mercado, na data de aquisição, utilizando técnicas de fluxos de caixa descontados. A essa data, estes contratos foram avaliados com base em pressupostos de mercado em aproximadamente 120 milhões de Euros (190.400 milhares de USD) e registados como passivo não corrente (ver nota 36). Este passivo é amortizado pelo período dos contratos por contrapartida de outros proveitos de exploração. A amortização do exercício de 2011 foi de 10.334 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2010: 25.776 milhares de Euros).

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

### Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Durante 2010, o Grupo adquiriu 85% da EDP Renewables Italia, S.r.l. (ver nota 18). O vendedor detém uma put option sobre o Grupo EDPR relativa aos restantes 15% do capital social que, em linha com as políticas contabilísticas do Grupo, foi considerada como uma compra antecipada. O custo de aquisição reconhecido nas contas de 2011 inclui o montante liquidado em dinheiro, o preço contingente da implementação com sucesso dos processos em curso e o justo valor da put option. O preço contingente e o valor da put option estão ambos registados ao justo valor, baseados na melhor estimativa à data de compra (ver notas 18 e 37).

Em 2011, a EDPR Itália aumentou o seu capital social. O accionista minoritário, Energía in Natura, S.r.l. não participou neste aumento de capital, consequentemente, a percentagem de participação atribuível a interesses não controláveis reduziu de 15% para 6,48% e a responsabilidade associada à opção de venda foi reduzida pelo montante correspondente. Além do referido, no final do ano de 2011, o Grupo EDPR actualizou o justo valor dos montantes relativos à aquisição de 2010 (preço contingente e put option), tendo em consideração a informação existente no final do ano, a qual inclui uma redução no preço de venda estimado da electricidade a ser produzida e no número de MW a ser instalado no futuro.

Face ao exposto, o Grupo EDPR reduziu o passivo associado à put option em 34.625 milhares de euros e ao preço contingente em 17.070 milhares de euros e reconheceu um proveito operacional em 2011 no montante de 51.695 milhares de euros (ver nota 37).

Em 2010, a indemnização por cessação de contrato no montante de 15.840 milhares de euros, corresponde à indemnização recebida pela subsidiária Poast Oak Wind LLC (sub-grupo EDPR NA) por uma rescisão antecipada de um "power purchase agreement" do cliente J Aron.

Em 2010, a rubrica EDPR Polónia no valor de 15.000 milhares de euros corresponde ao proveito operacional resultante da realização do "purchase price allocation" relativamente aos activos e passivos operacionais subjacentes às aquisições das subsidiárias Farma Wiatrowa Bodzanow S.P. Z.O.O., Farma Wiatrowa Starozreby S.P. Z.O.O., Farma Wiatrowa Wyszogrod S.P. Z.O.O., no âmbito do qual foi identificado um diferencial positivo entre o justo valor dos activos e passivos adquiridos e o respectivo custo de aquisição.

#### 9. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)	31 Dez 2011	31 Dez 2010
<b>Fornecimentos e serviços:</b>		
Rendas e alugueres	34.857	29.728
Seguros	12.842	11.346
Transportes, deslocações e estadias	7.204	7.651
Conservação e reparação	126.601	101.677
Trabalhos especializados		
Serviços de Informática	3.677	3.487
Serviços Jurídicos	4.211	4.371
Serviços de Consultoria	5.265	7.964
Serviços partilhados	7.918	6.495
Outros Serviços	10.108	5.198
Outros fornecimentos e serviços	12.386	18.294
	<b>225.069</b>	<b>196.211</b>

#### 10. CUSTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A rubrica de Custos com o pessoal é analisada como segue:

(Milhares de Euros)	31 Dez 2011	31 Dez 2010
<b>Custos com o pessoal</b>		
Remuneração dos órgãos sociais	1.063	1.158
Remunerações	51.257	49.052
Encargos com remunerações	8.130	6.874
Remuneração variável dos colaboradores	15.104	14.241
Outros custos	6.145	5.399
Trabalhos para a própria empresa	-23.466	-24.118
	<b>58.233</b>	<b>52.606</b>
<b>Benefícios aos empregados</b>		
Custos com planos de pensões	2.282	2.022
Custo com plano médico e outros benefícios	317	218
	<b>2.599</b>	<b>2.240</b>
	<b>60.832</b>	<b>54.846</b>

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

A 31 de Dezembro de 2011, os custos com planos de pensões referem-se a planos de contribuição definida (2.272 milhares de Euros) e a planos de benefício definido (10 milhares de Euros), ver também a nota 33.

O número médio de trabalhadores do quadro permanente, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional, é apresentado como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
Órgãos sociais	17	16
Directores / Chefias superiores	62	60
Quadros médios	453	442
Profissionais altamente qualificados e qualificados	206	220
Outros	71	100
	<b>809</b>	<b>838</b>

As empresas do Grupo EDPR consolidadas pelo método de consolidação proporcional, contribuíram com 14 funcionários (31 de Dezembro de 2011: 15) incluídos em Outros.

O número de trabalhadores inclui a Gestão e todos os funcionários de todas as empresas subsidiárias e associadas.

### 11. OUTROS CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

A rubrica de Outros custos de exploração é analisada como segue:

(Milhares de Euros)	31 Dez 2011	31 Dez 2010
Impostos directos	17.946	15.984
Impostos indirectos	16.738	7.668
Perdas em imobilizações	11.813	1.845
Custos com locações de centros produtores de electricidade	8.998	7.770
Outros custos e perdas operacionais	11.237	23.599
	<b>66.732</b>	<b>56.866</b>

### 12. DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO E PROVEITOS DIFERIDOS

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)	31 Dez 2011	31 Dez 2010
<b>Activos fixos tangíveis:</b>		
Edifícios e outras construções	1.592	1.473
Equipamento básico:		
Produção Hidroeléctrica	83	86
Produção Termoeléctrica	-	-
Produção Eólica	415.583	422.140
Outro equipamento básico	36	15
Equipamento de transporte	328	234
Equipamento administrativo	6.714	6.451
Outro equipamento básico	1.491	1.764
Imparidade	5.058	-
	<b>430.885</b>	<b>432.163</b>
<b>Outros activos intangíveis:</b>		
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	2.120	2.240
<b>Imparidade do goodwill</b>		
	35.488	-
	<b>468.493</b>	<b>434.403</b>
<b>Amortização de proveitos diferidos:</b>		
Subsídios ao investimento	-14.986	-11.406
	<b>-14.986</b>	<b>-11.406</b>
	<b>453.507</b>	<b>422.997</b>

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

A imparidade do goodwill diz essencialmente respeito à actualização da estimativa dos MW a instalar e ao preço de energia no Grupo EDPR Itália no montante de 34.737 milhares de euros (ver notas 8 e 18).

### 13. GANHOS / (PERDAS) NA ALIENAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

A rubrica de Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros do Grupo é analisada como segue:

(Milhares de Euros)	31 Dez 2011		31 Dez 2010	
	Alienação %	Valor	Alienação %	Valor
<b>Investimentos financeiros em filiais e associadas</b>				
Sociedad Eólica de Andalucía, S.A.	16,67%	9.405	-	-
Outros	-	1.094	-	-
		<b>10.499</b>		<b>-</b>

Em 2011, a EDP Renováveis concluiu um acordo com a Enel Green Power Spain, S.A., para vender a sua participação de 16,67% no capital da Sociedad Eólica de Andalucía, S.A. ("SEASA") no montante de 10,7 milhões de Euros, com um ganho de 6,6 milhões de Euros (líquido de impostos) (ver nota 20).

### 14. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

A rubrica de Proveitos e custos financeiros é analisada como segue:

(Milhares de Euros)	31 Dez 2011	31 Dez 2010
	<b>Proveitos financeiros:</b>	
Juros obtidos	10.844	7.355
Instrumentos financeiros derivados		
Juros	19.913	2.576
Justo valor	8.980	8.376
Diferenças de câmbio favoráveis	20.578	25.984
Outros proveitos financeiros	1.240	14
	<b>61.555</b>	<b>44.305</b>
<b>Custos financeiros:</b>		
Juros suportados	220.250	176.792
Instrumentos financeiros derivados		
Justo valor	3.211	5.356
Diferenças de câmbio desfavoráveis	42.284	26.142
Trabalhos para a própria empresa	-33.927	-68.401
"Unwinding"	68.279	71.317
Outros custos financeiros	5.588	7.245
	<b>305.685</b>	<b>218.451</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-244.130</b>	<b>-174.146</b>

A rubrica de "Instrumentos financeiros derivados - Juros" está relacionada com a liquidação de juros resultantes do instrumento financeiro derivado estabelecido entre a EDP Renováveis e EDP Sucursal (ver notas 37 e 39).

A rubrica de "Trabalhos para a própria empresa" inclui os juros de empréstimos capitalizados em activos fixos tangíveis em curso conforme referido na política contabilística apresentada na nota 2g) das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2011, os quais ascendem a 33.927 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2010: 68.401 milhares de Euros) (ver nota 16). As taxas de juro consideradas para a referida capitalização variaram entre 2,62% e 13,06% (31 de Dezembro de 2010: 1,725% e 13,09%).

A rubrica de Juros Suportados diz respeito aos juros de empréstimos cujo juro é definido a taxas de mercado.

Os custos referentes ao "Unwinding" referem-se essencialmente à actualização financeira da provisão para desmantelamento referente a parques eólicos no valor de 2.995 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2010: 2.872 milhares de Euros) (ver nota 34), à actualização financeira referente à "put option" da EDPR Itália no montante de 1.400 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2010: 1.889 milhares de Euros referente à "put option" do Grupo Genesa) (ver nota 37) e ao retorno financeiro implícito dos investidores institucionais em parques eólicos nos EUA no valor de 62.538 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2010: 64.830 milhares de Euros) (ver nota 35).

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### 15. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Portugal e em Espanha esse período é de quatro anos e no Brasil é de cinco anos, sendo o último ano considerado como definitivamente liquidado pela administração fiscal o ano de 2006. Nos Estados Unidos da América, de forma genérica, o "Statute of Limitation" para o IRS poder emitir uma liquidação adicional de imposto de uma entidade é de três anos, a contar da data de submissão da declaração anual de rendimentos do contribuinte.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes (4 anos em Portugal a partir de 2010, 18 anos em Espanha, 20 anos nos Estados Unidos da América, sem prazo na Bélgica e em França e no Brasil, mas com limite de 30% do lucro tributável do exercício). O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis e a respectiva data limite de reporte apresentam-se na nota 21. As empresas do Grupo EDP são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal dos respectivos países.

A EDP Renewables Europe, S.L. e as suas subsidiárias preenchem declarações fiscais individuais de acordo com a lei fiscal. No entanto, as maiores empresas do Grupo são tributadas pelos princípios específicos do Regime de Consolidação contido nos artigos 64º e 82º do Royal Legislative Decree 4/2004, em que a lei revista do imposto sobre o rendimento foi aprovada. As subsidiárias do Grupo EDPR em Espanha estão incluídas no perímetro de consolidação fiscal do Grupo Genesa e da EDP SA - Sucursal em Espanha (EDP Sucursal).

Esta rubrica é analisada como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
<b>Imposto corrente</b>	-29.060	-28.763
<b>Imposto diferido</b>	1.022	-8.996
	<b>-28.038</b>	<b>-37.759</b>

A taxa efectiva de imposto em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
<b>Resultado antes de impostos</b>	118.662	120.797
<b>Imposto do exercício</b>	-28.038	-37.759
<b>Taxa efectiva de imposto</b>	23,63%	31,26%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto sobre o rendimento, no Grupo, em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, é analisada como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
Resultado antes de impostos	118.662	120.797
Taxa nominal de imposto	30,00%	30,00%
Imposto Teórico	-35.599	-36.239
Imposto do exercício	-28.038	-37.759
<b>Diferença</b>	<b>7.561</b>	<b>-1.520</b>
Efeito fiscal de operações com parceiros institucionais	-	-1.812
Depreciações, amortizações e provisões	-835	-3.727
Capitalização dos activos por impostos diferidos relacionados com perdas fiscais de períodos anteriores	8.221	-
Activos por impostos diferidos não reconhecidos relativos a perdas fiscais geradas no exercício	-2.792	3.206
Benefícios fiscais à produção	757	-5.330
Justo valor de instrumentos financeiros e investimentos financeiros	1.325	87
Investimentos financeiros em associadas	1.432	1.426
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	3.488	5.114
Despesas não dedutíveis	-1.276	-848
Proveitos fiscais eliminados na consolidação	-2.140	381
Efeito da alteração da taxa de imposto	-3.175	-558
Benefícios fiscais	1.896	-
Outros	660	541
	<b>7.561</b>	<b>-1.520</b>

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

As taxas de imposto nos países em que o Grupo EDP Renováveis opera são as seguintes:

País	Subgrupo	Taxa de imposto 2011 e exercícios seguintes
Espanha	EDPR EU	30,00%
Portugal	EDPR EU	29,00%
França	EDPR EU	33,33%
Polónia	EDPR EU	19,00%
Bélgica	EDPR EU	33,99%
Roménia	EDPR EU	16,00%
Estados Unidos	EDPR NA	37,22%
Brasil	EDPR BR	34,00%

### 16. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)	31 Dez 2011	31 Dez 2010
<b>Valor bruto:</b>		
Terrenos e recursos naturais	21.389	18.867
Edifícios e outras construções	16.053	13.896
Equipamento básico		
Produção Hidroelétrica	2.619	2.619
Produção Termoelétrica (cogeração)	6.008	6.008
Produção Eólica	10.905.666	9.536.702
Outro equipamento básico	524	290
Equipamento de transporte	1.919	1.641
Equipamento administrativo	48.753	29.186
Outros activos fixos tangíveis	11.756	12.205
Activos fixos tangíveis em curso	1.203.445	1.666.957
	<b>12.218.132</b>	<b>11.288.371</b>
<b>Amortizações acumuladas :</b>		
Amortizações do exercício	-425.827	-432.163
Imparidades do exercício	-5.058	-
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-1.332.626	-874.437
	<b>-1.763.511</b>	<b>-1.306.600</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>10.454.621</b>	<b>9.981.771</b>

Os movimentos na rubrica de Activos fixos tangíveis, no período de 31 de Dezembro de 2010 a 31 de Dezembro de 2011, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)	Saldo em 01 Jan	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Valor bruto:</b>							
Terrenos e recursos naturais	18.867	2.322	-	153	-5	52	21.389
Edifícios e outras construções	13.896	146	-24	1.993	158	-116	16.053
Equipamento básico:							
Produção Hidroelétrica	2.619	-	-	-	-	-	2.619
Produção Termoelétrica	6.008	-	-	-	-	-	6.008
Produção Eólica	9.536.702	80.835	-6.646	1.158.187	136.548	40	10.905.666
Outro equipamento básico	290	24	-	-	-	210	524
Equipamento de transporte	1.641	321	-119	-	56	20	1.919
Equipamento administrativo	29.186	3.047	-2.262	17.631	990	161	48.753
Outros activos fixos tangíveis	12.205	2.100	-12.382	9.756	29	48	11.756
Activos fixos tangíveis em curso	1.666.957	741.915	-17.615	-1.187.720	1.010	-1.102	1.203.445
	<b>11.288.371</b>	<b>830.710</b>	<b>-39.048</b>	<b>-</b>	<b>138.786</b>	<b>-687</b>	<b>12.218.132</b>

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Saldo em 01 Jan	Amort. do exercício	Perdas por imparidade/ Reversões	Alienações/ Abates	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
(Milhares de Euros)							
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:</b>							
Edifícios e outras construções	3.787	1.592	-	-24	145	-13	5.487
Equipamento básico:							
Produção Hidroelétrica	1.612	83	-	-	-	-3	1.692
Produção Termoelétrica	6.009	-	-	-	-	-	6.009
Produção Eólica	1.274.124	415.583	5.036	-87	29.113	14	1.723.783
Outro equipamento básico	249	36	-	-	-	25	310
Equipamento de transporte	621	328	5	-98	31	2	889
Equipamento administrativo	13.454	6.714	-	-2.261	314	1	18.222
Outros activos fixos tangíveis	6.744	1.491	17	-1.210	30	47	7.119
	<b>1.306.600</b>	<b>425.827</b>	<b>5.058</b>	<b>-3.680</b>	<b>29.633</b>	<b>73</b>	<b>1.763.511</b>

A rubrica de equipamento básico inclui os custos incorridos em parques eólicos que se encontram em actividade.

A rubrica Variações de perímetro / Outros inclui o efeito resultante da venda realizada pela EDPR EU, do Subgrupo Veinco durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2011 (ver nota 5).

Durante 2011, o Grupo EDP Renováveis alterou a vida útil dos parques eólicos com base num estudo técnico realizado por uma entidade independente, com efeito prospectivo a partir de 1 de Abril de 2011, conforme descrito na nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas.

Os movimentos na rubrica de Activos fixos tangíveis, no período de 31 de Dezembro de 2009 a 31 de Dezembro de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 01 Jan	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Diferenças Cambiais	Var. perímetro/ Outros	Saldo em 31 Dez
(Milhares de Euros)							
<b>Valor bruto:</b>							
Terrenos e recursos naturais	13.119	5.610	-39	74	103	-	18.867
Edifícios e outras construções	11.041	2.558	-	-	297	-	13.896
Equipamento básico:							
Produção Hidroelétrica	2.619	-	-	-	-	-	2.619
Produção Termoelétrica (cogeração)	6.008	-	-	-	-	-	6.008
Produção Eólica	7.354.463	21.928	-1.869	1.820.606	297.451	44.123	9.536.702
Outro equipamento básico	255	21	-1	-	-	15	290
Equipamento de transporte	1.063	468	-	34	76	-	1.641
Equipamento administrativo	21.492	5.018	-98	1.621	741	412	29.186
Outros activos fixos tangíveis	8.829	2.376	-113	994	118	1	12.205
Activos fixos tangíveis em curso	2.038.064	1.432.658	-1.703	-1.823.329	24.718	-3.451	1.666.957
	<b>9.456.953</b>	<b>1.470.637</b>	<b>-3.823</b>	<b>-</b>	<b>323.504</b>	<b>41.100</b>	<b>11.288.371</b>

	Saldo em 01 Jan	Amort. do exercício	Perdas por imparidade/ Reversões	Alienações/ Abates	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
(Milhares de Euros)							
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:</b>							
Edifícios e outras construções	2.287	1.473	-	-	27	-	3.787
Equipamento básico:							
Produção Hidroelétrica	1.526	86	-	-	-	-	1.612
Produção Termoelétrica (cogeração)	6.009	-	-	-	-	-	6.009
Produção Eólica	799.376	422.140	-	-961	20.040	33.529	1.274.124
Outro equipamento básico	227	15	-	-	-	7	249
Equipamento de transporte	367	234	-	-	20	-	621
Equipamento administrativo	7.050	6.451	-	-12	-119	84	13.454
Outros activos fixos tangíveis	5.100	1.764	-	-100	-20	-	6.744
	<b>821.942</b>	<b>432.163</b>	<b>-</b>	<b>-1.073</b>	<b>19.948</b>	<b>33.620</b>	<b>1.306.600</b>

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Em 2010, a rubrica Variações de perímetro / outros inclui essencialmente a integração dos activos (e passivos) da subsidiária Parque Eólico Altos del Voltoya, no seguimento da aquisição de uma percentagem adicional de 12% nesta sociedade (ver nota 5).

Os Activos fixos tangíveis em curso, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são analisados como se segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
<b>Actividade eléctrica</b>		
Grupo EDPR EU	757.921	288.285
Grupo EDPR NA	433.240	1.293.304
EDP Renováveis, S.A.	1.566	7.909
EDPR BR	10.718	77.459
	<b>1.203.445</b>	<b>1.666.957</b>

Os Activos fixos tangíveis em curso em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, para a EDPR EU e o Grupo EDPR NA, estão essencialmente relacionados com parques eólicos em fase de construção e desenvolvimento.

Os juros financeiros capitalizados ascendem a 33.927 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2011 e 68.401 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2010 (ver nota 14).

Os custos com pessoal capitalizados ascendem a 23.466 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2011 (31 de Dezembro de 2010: 24.118 milhares de Euros) (ver nota 10).

O Grupo EDP Renováveis tem compromissos de locações e de compra tal como divulgado na Nota 40 - Compromissos.

### 17. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
<b>Valor bruto:</b>		
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	42.462	41.069
Activos intangíveis em curso	4	-
	<b>42.466</b>	<b>41.069</b>
<b>Amortizações acumuladas:</b>		
Depreciações e amortizações do exercício	-2.120	-2.240
Depreciações acumuladas	-18.527	-16.102
	<b>-20.647</b>	<b>-18.342</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>21.819</b>	<b>22.727</b>

A Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis inclui 14.035 milhares de Euros e 25.500 milhares de Euros relativos a licenças de produção eólica de empresas Portuguesas (31 de Dezembro de 2010: 14.035 milhares de Euros) e do Grupo EDPR NA (31 de Dezembro de 2010: 24.693 milhares de Euros), respectivamente.

Os movimentos da rubrica de Activos intangíveis, de 31 de Dezembro de 2010 a 31 de Dezembro de 2011, são analisados como segue:

	Saldo em 01 Jan	Aquisições / Aumentos	Alienações / Abates	Transferências	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
(Milhares de Euros)							
<b>Valor bruto:</b>							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	41.069	5	-	-	620	768	42.462
Activos intangíveis em curso	-	4	-	-	-	-	4
	<b>41.069</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>620</b>	<b>768</b>	<b>42.466</b>

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Milhares de Euros)	Saldo em 01 Jan	Amortização do exercício	Perdas por imparidade/ Reversões	Alienações/ Abates	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Amortizações acumuladas:</b>							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	18.342	2.120	-	-	250	-65	20.647
	<b>18.342</b>	<b>2.120</b>	-	-	<b>250</b>	<b>-65</b>	<b>20.647</b>

Os movimentos da rubrica de Activos intangíveis, de 31 de Dezembro de 2009 a 31 de Dezembro de 2010, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)	Saldo em 01 Jan	Aquisições / Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Valor bruto:</b>							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	30.378	2.186	-	2	1.062	7.441	41.069
Activos intangíveis em curso	2.844	314	-2	-2	-	-3.154	-
	<b>33.222</b>	<b>2.500</b>	<b>-2</b>	-	<b>1.062</b>	<b>4.287</b>	<b>41.069</b>

(Milhares de Euros)	Saldo em 01 Jan	Amortização do exercício	Perdas por imparidade/ Reversões	Alienações/ Abates	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Amortizações acumuladas:</b>							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	15.882	2.240	-	-	220	-	18.342
	<b>15.882</b>	<b>2.240</b>	-	-	<b>220</b>	-	<b>18.342</b>

### 18. GOODWILL

No Grupo, a decomposição de "Goodwill", resultante da diferença entre o valor de aquisição e a parte correspondente ao justo valor dos activos líquidos adquiridos é analisada como segue:

(Milhares de Euros)	Moeda funcional	31 Dez 2011	31 Dez 2010
<b>Actividade eléctrica</b>			
Goodwill registado no Grupo EDPR EU		698.403	749.392
Grupo EDPR Espanha	Euro	534.642	547.488
Grupo EDPR Polónia	Zloty	20.746	23.266
Grupo EDPR Portugal	Euro	42.588	42.588
Grupo EDPR França	Euro	65.752	66.504
Grupo EDPR Roménia	Leu	9.287	9.421
Grupo EDPR Itália	Euro	23.044	57.781
Outros	Euro	2.344	2.344
Goodwill registado no Grupo EDPR NA	Dólar americano	611.882	592.915
Goodwill registado no Grupo EDPR BR	Real	1.560	1.699
		<b>1.311.845</b>	<b>1.344.006</b>

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Os movimentos em "Goodwill", por subgrupo, de 31 de Dezembro de 2010 a 31 de Dezembro de 2011 são analisados como segue:

	Saldo em 01 Jan	Aumentos	Diminuições	Imparidade	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
(Milhares de Euros)							
<b>Actividade eléctrica</b>							
Grupo EDPR EU							
Grupo EDPR Espanha	547.488	-	-12.846	-	-	-	534.642
Grupo EDPR Polónia	23.266	-	-	-	-2.520	-	20.746
Grupo EDPR Portugal	42.588	-	-	-	-	-	42.588
Grupo EDPR França	66.504	-	-	-752	-	-	65.752
Grupo EDPR Roménia	9.421	-	-	-	-134	-	9.287
Grupo EDPR Itália	57.781	-	-	-34.737	-	-	23.044
Outros	2.344	-	-	-	-	-	2.344
Grupo EDPR NA	592.915	-	-	-	18.967	-	611.882
Grupo EDPR BR	1.699	-	-	-	-139	-	1.560
	<b>1.344.006</b>	<b>-</b>	<b>-12.846</b>	<b>-35.489</b>	<b>16.174</b>	<b>-</b>	<b>1.311.845</b>

Os movimentos em "Goodwill", por subgrupo, de 31 de Dezembro de 2009 a 31 de Dezembro de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 01 Jan	Aumentos	Diminuições	Imparidade	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
(Milhares de Euros)							
<b>Actividade eléctrica</b>							
Grupo EDPR EU							
Grupo EDPR Espanha	616.332	124	-68.968	-	-	-	547.488
Grupo EDPR Polónia	26.410	-	-	-	-3.144	-	23.266
Grupo EDPR Portugal	42.588	-	-	-	-	-	42.588
Grupo EDPR França	69.706	-	-3.202	-	-	-	66.504
Grupo EDPR Roménia	10.931	-	-	-	-1.510	-	9.421
Grupo EDPR Itália	-	57.781	-	-	-	-	57.781
Outros	2.344	-	-	-	-	-	2.344
Grupo EDPR NA	550.868	-	-	-	42.047	-	592.915
Grupo EDPR Brasil	1.501	-	-	-	198	-	1.699
	<b>1.320.680</b>	<b>57.905</b>	<b>-72.170</b>	<b>-</b>	<b>37.591</b>	<b>-</b>	<b>1.344.006</b>

### Grupo EDPR Espanha

O decréscimo do "goodwill" no Grupo EDPR Espanha no montante de 12.846 milhares de Euros resulta do preço final da responsabilidade relativa à put option da Caja Madrid sobre interesses não controláveis detidos por esta entidade sobre a Genesa (3.363 milhares de Euros) e da venda do Subgrupo Veinco (9.483 milhares de Euros). Esta participação foi vendida por 15,8 milhões de Euros gerando uma mais valia de 732 milhares de Euros (ver nota 13).

Em 2010, o aumento verificado no Grupo EDPR Espanha resultou do ajustamento do preço contingente (124 milhares de Euros) da Aprofitement D'Energies Renovables de la Terra Alta. O decréscimo deste "goodwill" resultou da reavaliação (na proporção de 20% do valor total dos capitais próprios) de uma put option detida pela Caja Madrid sobre a Genesa, o qual ascendeu aproximadamente a 68.968 milhares de Euros negativos (ver nota 40).

### Grupo EDPR Itália

Em 2011, a actualização dos pressupostos relativos às estimativas de MW a instalar e aos preços da energia originou uma imparidade no Grupo EDPR Itália no montante de 34.737 milhares de Euros (ver nota 8 e 12).

A 27 de Janeiro de 2010, o Grupo EDPR através da sua subsidiária EDPR EU adquiriu 85% do capital social da EDP Renováveis Itália S.r.l. Adicionalmente, a EDPR EU tem uma opção de compra e a Energia in Natura, S.r.l. tem uma opção de venda sobre os restantes 15% dos capitais próprios da empresa. Como consequência, em 31 de Março de 2010, o Grupo EDP Renováveis consolidou 100% da EDP Renováveis Itália S.r.l., tendo em consideração a opção de venda como uma aquisição antecipada de interesses não controláveis. O "goodwill" do Grupo EDPR Itália (57.781 milhares de Euros) inclui o goodwill preliminar apurado na aquisição (42.444 milhares de Euros). O valor do goodwill já incluído nas contas anuais da Italian Wind, S.r.l. (15.149 milhares de Euros) e o goodwill gerado na aquisição da Repano, S.r.l. (46 milhares de Euros com o preço de aquisição de 200 milhares de Euros) e da Replus, S.r.l. (142 milhares de Euros com o preço de aquisição de 1.080 milhares de Euros).

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

*Outras informações de concentração de actividades empresariais e PPA incluídas em 2010*

### Grupo EDPR Espanha

Durante 2010, o Grupo EDPR aumentou a sua participação indirecta de 49% para 61% no capital social do Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A. ( ver nota 5) e realizou a alocação do preço de compra que originou o reconhecimento de um proveito operacional de 3.170 milhares de Euros (ver nota 8).

	<b>Valor contabilístico</b>	<b>PPA Final</b>	<b>Activos e Passivos ao justo valor</b>
(Milhares de Euros)			
Activos fixos tangíveis	32.257	21.671	53.928
Outros activos (incluindo licenças)	7.138	-	7.138
<b>Total do activo</b>	<b>39.395</b>	<b>21.671</b>	<b>61.066</b>
Interesses não controláveis	10.507	1.459	11.966
Impostos diferidos passivos	-	3.966	3.966
Dívida financeira	27.344	-	27.344
Passivo corrente	3.040	-	3.040
<b>Total do Passivo</b>	<b>30.384</b>	<b>3.966</b>	<b>34.350</b>
Activos líquidos adquiridos	9.011	17.705	14.750
Valor de aquisição	11.580		11.580
"Goodwill"	2.569		-3.170

### Grupo EDPR França

Em 2009, o aumento do "goodwill" no Grupo EDPR França (2.826 milhares de Euros) resulta da aquisição de 100% do capital social da subsidiária Bon Vent de L'Ébre, incluindo o efeito do PPA final realizado em 2010 analisado como segue:

	2009			2010	
	<b>Valor contabilístico</b>	<b>PPA Provisório</b>	<b>Activos e Passivos ao justo valor</b>	<b>PPA Final</b>	<b>Activos e Passivos ao justo valor</b>
(Milhares de Euros)					
Activos fixos tangíveis	4.113	8.993	13.106	4.042	17.148
Outros activos (incluindo licenças)	1.012	-	1.012	-	1.012
<b>Total do activo</b>	<b>5.125</b>	<b>8.993</b>	<b>14.118</b>	<b>4.042</b>	<b>18.160</b>
Impostos diferidos passivos	-	1.864	1.864	2.045	3.909
Passivo corrente	5.070	-	5.070	-	5.070
<b>Total do Passivo</b>	<b>5.070</b>	<b>1.864</b>	<b>6.934</b>	<b>2.045</b>	<b>8.979</b>
Activos líquidos adquiridos	55	7.129	7.184	1.997	9.181
Valor de Aquisição	7.686		7.686		12.007
"Goodwill"	7.631		502		2.826

Durante o ano de 2010, o PPA definitivo da aquisição da subsidiária Bon Vent de L'Ébre foi registado e o "goodwill" do Grupo EDPR França aumentou 2.324 milhares de Euros.

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### Grupo EDPR Polónia

Em 2010, o Grupo EDPR Polónia adquiriu 100% do capital social das empresas Farma Wiatrowa Bodzanow SP Z.O.O., Farma Wiatrowa Starozreby SP Z.O.O. e Farma Wiatrowa Wyszogrod SP Z.O.O. e realizou o PPA final, que originou um reconhecimento de um proveito operacional de 15.000 milhares de Euros (ver nota 8), analisado como segue:

(Milhares de Euros)	Bodzanow	Starozreby	Wyszogrod	Valor contab.	PPA Final	Activos e Passivos ao justo valor
Activos fixos tangíveis	39	54	134	227	38.533	38.760
Activos não correntes	39	54	134	227	38.533	38.760
Activos correntes	445	442	375	1.262	-	1.262
Total do Activo	484	496	509	1.489	38.533	40.022
Impostos diferidos passivos	421	383	332	1.136	7.348	8.484
Passivos correntes	1	-1	14	14	-	14
Total do Passivo	422	382	346	1.150	7.348	8.498
Activos líquidos adquiridos	62	114	163	339	31.185	31.524
Valor de Aquisição	6.132	5.513	4.879	16.524		16.524
Goodwill	6.070	5.399	4.716	16.185		-15.000

Em 2010, o aumento do "goodwill" da EDPR Polónia (329 milhares de Euros) está relacionado com a aquisição de 100% do capital social da subsidiária Karpacka Mala Energetyka SP ZOO. Adicionalmente o "goodwill" diminuiu 3.144 milhares de Euros relacionados com as diferenças de câmbio.

### Grupo EDPR Itália

O "goodwill" do Grupo EDPR Itália resulta da aquisição da Italian Wind, S.r.l., Repano, S.r.l. e da Re Plus, S.r.l. Durante 2010, o PPA final das aquisições Italian Wind, S.r.l. e Repano, S.r.l. que foi efectuado e o "goodwill" final gerado é analisado como segue:

(Milhares de Euros)	Valor contabilístico	PPA Provisório	Activos e passivos ao justo valor
Activos fixos tangíveis	4.841	3.964	8.805
Outros activos não correntes	123	-	123
Goodwill	15.149	-	15.149
Activos não correntes	20.113	3.964	24.077
Activos correntes	-	-	-
Total do activo	20.113	3.964	24.077
Passivo não corrente	-	1.090	1.090
Passivos correntes	405	-	405
Total do Passivo	405	1.090	1.495
Activos líquidos adquiridos	19.708	2.874	22.582
Valor de aquisição	65.072		65.072
Goodwill	45.364		42.490

Durante 2011 o Grupo EDPR pagou o montante de 15.317 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2010: 59.325 milhares de Euros) pela concentração de actividades empresariais e sucess fees.

### Testes de Imparidade do "goodwill" - Grupo EDPR

O goodwill do Grupo EDPR é testado quanto à sua imparidade anualmente, com base no mês de Setembro. No caso dos parques eólicos em exploração, o teste de imparidade é feito com base no valor recuperável através do valor das diversas unidades geradoras de caixa (UGC), tendo em consideração cada país onde o Grupo EDPR opera. Cada país coincide com os subgrupos acima apresentados.

Para efectuar esta análise, foi utilizado o método de fluxos de caixa descontados. Este método é baseado no princípio que o valor estimado de uma entidade ou negócio é definido pela sua capacidade de gerar recursos financeiros no futuro, assumindo que estes recursos poderão ser transferidos do negócio e distribuídos pelos accionistas, sem pôr em causa a continuidade da actividade.

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Desta forma, a valorização dos negócios desenvolvidos por cada unidade geradora de caixa do Grupo EDPR é efectuada de acordo com os fluxos de caixa gerados por cada negócio, descontados a taxas apropriadas.

O período de projecção dos fluxos de caixa futuros utilizado é a da vida útil dos activos (25 anos), o qual é consistente com a vida útil estimada dos nossos parques eólicos e com o método de depreciação corrente. É também suportado pelos contratos "off-take" de longo prazo em curso e a possibilidade de utilização de curvas estimadas de preços.

Os principais pressupostos utilizados nos testes de imparidade são analisados como segue:

- Produção de energia: os "net capacity factors" usados em cada unidade geradora de caixa utilizam estudos de vento que entram em linha de conta com a previsibilidade do vento no médio e longo prazo, os mecanismos regulatórios em quase todas as geografias que determinam a produção de energia sempre que as condições climáticas o permitem;

- Remuneração da energia: foram consideradas as remunerações aprovadas ou contratadas quando disponíveis, para as UGC que estejam abrangidas por tarifas reguladas ou que tenham contratos de venda da sua produção durante a sua vida útil. Quando esta informação não está disponível, foram utilizadas as curvas de preços de mercado de longo prazo projectadas pelo Grupo com base na experiência passada e modelos de informação interna com base em fontes de informação externa.

- Nova capacidade: os testes de imparidade baseiam-se na melhor informação disponível relativamente aos parques eólicos que se estima que entrem em operação nos próximos anos, considerando os preços contratados e esperados para compra das turbinas aos vários fornecedores, a probabilidade dos projectos planeados serem concluídos, as expectativas de crescimento baseados nos objectivos do plano de negócios, o crescimento histórico e as projecções de crescimento do mercado;

- Custos operacionais: foram utilizados os contratos para arrendamentos de terreno e acordos de manutenção em vigor; os outros custos operacionais foram projectados de forma consistente com a experiência da empresa e modelos internos;

- Valor terminal – é utilizado como uma percentagem do valor inicial do investimento em cada unidade geradora de caixa, considerando a inflação.

- Taxa de desconto: as taxas de desconto utilizadas reflectem a melhor estimativa do Grupo EDPR considerando os riscos específicos associados a cada unidade geradora de caixa apresentando as seguintes bandas de variação:

	2011	2010
EDPR EU	6,1% - 8,6%	5,3% - 7,7%
EDPR NA e EDPR BR	5,0% - 8,3%	6,1% - 9,1%

A EDPR utilizou um conjunto de análises de sensibilidade aos resultados dos testes de imparidade quanto às seguintes variáveis chave, nomeadamente:

- "Net Capacity factor";
- Remuneração de energia;
- Investimento em novos parques eólicos;
- Investimento em nova capacidade;
- Taxa de desconto.

Esta análise de sensibilidade não determina a existência de nenhuma imparidade na EDPR EU nem na EDPR NA e EDPR BR, com excepção da Itália em que uma sensibilidade de +25-50 bps na taxa de desconto conduziria ao reconhecimento de uma imparidade com impacto em resultados num intervalo entre 4,6M€ e 9,0M€ (valor bruto de 0,3M€ e 0,5M€ de impacto positivo em resultados devido à existência da opção de venda).

Em 28 de Janeiro de 2012, o Governo Espanhol publicou o Real-Decreto 1/2012, que aprovou uma suspensão temporária do prémio de remuneração sobre a capacidade de energia eólica não incluída no registo de pré-acordo. Apesar desta alteração, o Governo Espanhol enfatizou o seu compromisso de atingir as metas "2020 Renewable Energy Target" em Espanha.

Os parques já incluídos no registo acima referido não serão afectados por esta nova regulamentação projectos não incluídos no registo e por isso regulados pelo Real-Decreto 1/2012 não têm antecipadamente um esquema de incentivo definido. Desta forma a EDPR planeou e valorizou o seu pipeline futuro utilizando pressupostos conservadores que não consideram o novo esquema de remuneração. Consequentemente, este novo Real-Decreto não tem, na prática, qualquer impacto económico na valorização do pipeline futuro ou do Grupo EDPR Europa como um todo. Uma análise de sensibilidade considerando um ano de atraso na construção de parques eólicos afectadas por este novo regulamento não determina a existência de uma imparidade relevante para o valor dos activos.

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### 19. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
<b>Empresas associadas:</b>		
Investimentos financeiros em associadas	51.381	45.871
<b>Valor contabilístico</b>	<b>51.381</b>	<b>45.871</b>

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, o "goodwill" gerado na aquisição de associadas é apresentado nesta rubrica, integrado no montante global relativo aos investimentos financeiros em empresas associadas.

O detalhe dos Investimentos financeiros em associadas em 31 de Dezembro de 2011, é analisado como segue:

	31 Dez 2011	
	Valor Bruto	Imparidade
(Milhares de Euros)		
<b>Empresas associadas:</b>		
Seaenergy Renewables Inch Cape Limited	14.951	-
Desarrollos Eólicos de Canárias, S.A.	12.372	-
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	10.696	-
Parque Eólico Sierra del Madero S.A.	5.040	-
Outros	8.322	-
	<b>51.381</b>	<b>-</b>

O detalhe dos Investimentos financeiros em associadas em 31 de Dezembro de 2010, é analisado como segue:

	31 Dez 2010	
	Valor Bruto	Imparidade
(Milhares de Euros)		
<b>Empresas associadas:</b>		
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	12.869	-
Desarrollos Eólicos de Canárias, S.A.	11.566	-
Parque Eólico Sierra del Madero S.A.	6.788	-
Subgrupo Veinco Energia Limpia	4.790	-
Outros	9.858	-
	<b>45.871</b>	<b>-</b>

O movimento dos Investimentos financeiros em associadas, é analisado como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
Saldo em 1 de Janeiro	45.871	47.609
Aquisições	13.592	3.834
Alienações	-3	-
Resultados de associadas	4.796	5.036
Dividendos recebidos	-3.412	-1.784
Diferenças de câmbio	1.419	131
Alterações no método de consolidação	-4.790	-8.955
Outros	-6.092	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>51.381</b>	<b>45.871</b>

As aquisições de investimentos financeiros em associadas incluem essencialmente a aquisição da Seaenergy Renewables Inch Cape Limited (ver nota 5).

As alterações no método de consolidação estão relacionadas com a aquisição de 14% do capital social da Aplicaciones Industriales de Energias Limpias S.L. (subgrupo Veinco Energia Limpia), tendo sido obtido o controlo desta empresa e passando a ser utilizado o método de consolidação integral (ver nota 5 e 18).

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### 20. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
Sociedad Eólica de Andalucía, S.A.	-	10.832
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	8.847	6.684
Outros	771	864
	<b>9.618</b>	<b>18.380</b>

Em 2011, a EDP Renováveis concluiu um acordo com a Enel Green Power Spain, SA para alienar a sua participação de 16,67% na Sociedad Eólica de Andalucía, SA ("SEASA") por 10,7 milhões de Euros, com um ganho líquido de imposto de 6,6 milhões de euros (ver nota 13).

Os pressupostos utilizados nos modelos de avaliação dos activos financeiros detidos para venda são idênticos aos utilizados no teste de imparidade.

A percentagem de capital social, direitos de voto, activo líquido e resultado líquido das últimas demonstrações financeiras aprovadas dos investimentos financeiros disponíveis para venda, analisam-se como segue:

	Sede	% do capital	Direitos de	Activo Líquido	Resultado
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	Madrid	17,00%	17,00%	27.407	3.492

### 21. IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS E PASSIVOS

O Grupo EDP Renováveis regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos	
	31 Dez 2011	31 Dez 2010	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)				
<b>Europa e Outros:</b>				
Prejuízos fiscais reportáveis	19.733	4.487	-	-
Provisões	7.796	6.591	-	-
Instrumentos financeiros derivados	7.285	8.401	49	52
Activos fixos tangíveis	19.646	18.563	1.098	254
Alocação de justos valores a activos e passivos	-	-	358.243	357.200
Reavaliações contabilísticas	-	-	-	146
Outros	1.098	477	2.207	1.165
	<b>55.558</b>	<b>38.519</b>	<b>361.597</b>	<b>358.817</b>
<b>Estados Unidos da América :</b>				
Prejuízos fiscais reportáveis	520.423	329.722	-	-
Provisões	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	5.806	6.670	-	-
Activos fixos tangíveis	-	-	224.023	234.331
Alocação de justos valores a activos e passivos	-	-	66.902	50.943
Reavaliações contabilísticas	-	-	-	-
Proveitos associados a parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	-	-	271.959	76.201
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	-543.013	-348.692	-543.013	-348.692
Outros	16.784	12.300	-	-
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.871</b>	<b>12.783</b>
	<b>55.558</b>	<b>38.519</b>	<b>381.468</b>	<b>371.600</b>

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Os movimentos dos impostos diferidos activos e passivos líquidos durante o exercício é analisado como se segue:

	31 Dez 2011		31 Dez 2010	
	Impostos Activos	Impostos Passivos	Impostos Activos	Impostos Passivos
(Milhares de Euros)				
Saldo Inicial	38.519	-371.600	28.066	-342.924
Movimentos imputados a resultados	18.417	-16.563	7.119	-16.741
Movimentos imputados a reservas	-1.107	2	2.707	2.545
Alterações na taxa de imposto	-	-441	-	-
Outros movimentos	-271	7.134	627	-14.480
	<b>55.558</b>	<b>-381.468</b>	<b>38.519</b>	<b>-371.600</b>

Como referido anteriormente, o saldo inicial referente aos passivos fiscais em 1 de Janeiro de 2010, inclui o efeito da alocação final do "Purchase Price Allocation" da Bon Vent de L'Èbre (2.045 milhares de Euros) e Kresy (-541 milhares de Euros), realizados durante 2010.

Os outros movimentos ocorridos em impostos diferidos passivos referem-se essencialmente ao efeito do "Purchase Price Allocation" ocorrido em 2010 relativamente às aquisições na Neo Catalonia, Itália e Parque Eólico Altos del Voltoya (12.404 milhares de Euros).

O detalhe dos impostos diferidos activos e passivos que serão realizados ou revertidos em 12 meses é analisado como segue:

	31 Dez 2011	
	Impostos Activos	Impostos Passivos
(Milhares de Euros)		
Prejuízos fiscais reportáveis	15.786	-
Provisões	3.264	-
Instrumentos financeiros derivados	7.285	3
Alocação de justos valores a activos e passivos adquiridos	-	344.662
Activos fixos tangíveis	18.078	909
Reavaliações contabilísticas	-	-
Outros	1.082	554
	<b>45.495</b>	<b>346.128</b>

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis no Grupo é analisado como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
Data limite de reporte:		
2011	-	229
2012	352	197
2013	249	164
2014	239	193
2015	7.556	7.633
2016	20.882	2.822
2017 a 2031	1.364.112	985.906
Sem data limite de reporte	275.396	155.987
	<b>1.668.786</b>	<b>1.153.131</b>

## 22. INVENTÁRIOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
Adiantamentos por conta de compras	8.344	3.549
Produtos acabados e intermédios	12.194	18.669
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo:		
Outros consumíveis	3.213	1.944
	<b>23.751</b>	<b>24.162</b>

A rubrica de Produtos acabados e intermédios está essencialmente relacionada com as construções em curso de parques eólicos.

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### 23. CLIENTES

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
<b>Clientes curto prazo - Corrente:</b>		
Europa:		
Espanha	63.082	81.619
Portugal	11.708	13.664
Polónia	12.420	8.967
Resto da Europa	20.891	11.106
	<b>108.101</b>	<b>115.356</b>
Estados Unidos da América	31.660	27.945
Outros	6.344	349
	<b>146.105</b>	<b>143.650</b>
Clientes de cobrança duvidosa	1.437	2.339
Perdas por imparidade	-1.437	-2.339
	<b>146.105</b>	<b>143.650</b>

### 24. DEVEDORES E OUTROS ACTIVOS DE ACTIVIDADES COMERCIAIS

A rubrica de Devedores e outros activos de actividades comerciais é analisada como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
<b>Devedores e outros activos de actividades comerciais - Corrente:</b>		
Adiantamentos relativos à manutenção de turbinas	6.775	3.651
Serviços prestados	5.167	8.103
Adiantamentos a fornecedores	45.445	55.917
Outros devedores e operações diversas	22.642	23.748
	<b>80.029</b>	<b>91.419</b>
<b>Devedores e outros activos de actividades comerciais - Não Corrente:</b>		
Custos diferidos (Grupo EDP Renováveis Portugal)	44.715	46.588
Custos diferidos do "power purchase agreements" da High Trail	5.076	5.275
Contrato NYSERDA REC - Mapple Ridge I (EDPR NA)	4.959	6.317
Outros devedores e operações diversas	9.461	4.572
	<b>64.211</b>	<b>62.752</b>
	<b>144.240</b>	<b>154.171</b>

Os Custos diferidos (Grupo EDP Renováveis Portugal) - Não Corrente, respeitam a rendas antecipadas e direitos de superfície pagos aos proprietários de terrenos e participações pagas à EDP Distribuição para construção das linhas de ligação à rede. Estes custos são diferidos numa base linear pelo período de vida útil estimado dos activos.

A rubrica de Adiantamentos a fornecedores inclui essencialmente o adiantamento ao fornecedor de turbinas eólicas Gamesa, no montante de 38.247 milhares de Euros.

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### 25. OUTROS DEVEDORES E OUTROS ACTIVOS

A rubrica de Outros devedores e outros activos é analisada como segue:

(Milhares de Euros)	31 Dez 2011	31 Dez 2010
<b>Outros devedores e outros activos - Corrente:</b>		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	324.242	358.795
Instrumentos financeiros derivados	9.430	5.402
Garantias e depósitos caucionados	14.943	15.678
Outros devedores e operações diversas	30.631	4.026
	<b>379.246</b>	<b>383.901</b>
<b>Outros devedores e outros activos - Não Corrente:</b>		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	123.560	6.955
Garantias e depósitos caucionados	45.828	35.957
Instrumentos financeiros derivados	8.650	4.068
Custos diferidos associados a parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	12.948	11.631
Outros devedores e operações diversas	7.286	1.948
	<b>198.272</b>	<b>60.559</b>
	<b>577.518</b>	<b>444.460</b>

Os empréstimos concedidos a partes relacionadas - Corrente incluem 99.324 milhares de Euros de empréstimos concedidos pela EDP Renováveis Portugal, S.A. ao Grupo Eneop (31 de Dezembro 2010: 129.648 milhares de Euros), 19.920 milhares de Euros relativos a empréstimos concedidos pela EDPR EU à EDP, S.A. - Sucursal em Espanha (31 de Dezembro de 2010: 55.399 milhares de Euros) e 198.713 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2010: 171.081 milhares de Euros) de empréstimos concedidos pela EDP Renováveis, S.A. à EDP S.A. Sucursal em Espanha.

Os empréstimos concedidos a partes relacionadas - Não Corrente incluem essencialmente 117.880 milhares de Euros de empréstimos concedidos pela EDP Renováveis Portugal S.A. ao Grupo ENEOP.

As Garantias e depósitos caucionados - Não Corrente estão relacionados com os "project finance" das empresas do Grupo EDPR EU, sendo estes montantes depositados ou cativos por forma a garantir o cumprimento das responsabilidades associadas a estes projectos.

### 26. IMPOSTOS A RECEBER

A rubrica de Impostos a receber é analisada como segue:

(Milhares de Euros)	31 Dez 2011	31 Dez 2010
<b>Estado e outros entes públicos:</b>		
Imposto sobre o rendimento	15.163	19.131
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	21.738	53.109
Outros impostos	4.387	8.810
	<b>41.288</b>	<b>81.050</b>

### 27. ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DOS RESULTADOS

A rubrica de Activos financeiros ao justo valor através dos resultados é analisada como segue:

(Milhares de Euros)	31 Dez 2011	31 Dez 2010
<b>Instrumentos de capital:</b>		
Fundos de investimento	-	35.335
<b>Instrumentos de dívida:</b>		
Obrigações	211	409
	<b>211</b>	<b>35.744</b>

A variação desta rubrica resulta da alienação da Neomai Inversiones SICAV, S.A., a qual detinha uma carteira de fundo de investimento (ver nota 5).

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### 28. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa é analisada como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
<b>Numerário:</b>		
Caixa	2	4
<b>Depósitos bancários:</b>		
Depósitos à ordem	188.607	234.231
Depósitos cativos em relação a parcerias institucionais	24.636	76.939
Outros depósitos	6.677	189.465
	<b>219.920</b>	<b>500.635</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>219.922</b>	<b>500.639</b>

Em 31 de Dezembro de 2011, o Grupo EDP Renováveis alterou a apresentação dos depósitos cativos. O Grupo considera que esta apresentação é mais adequada e que fornece aos leitores das demonstrações financeiras, informação mais relevante de Caixa e equivalentes de caixa. A rubrica Depósitos cativos em relação a parcerias institucionais corresponde aos fundos caucionados necessários para pagar os custos de construção remanescentes dos projectos em parcerias institucionais (ver nota 35). Os acordos destas parcerias definem a forma apropriada de utilização destes fundos. Antes de 2011, os montantes de depósitos cativos eram incluídos em Outros devedores e outros activos - Corrente - Depósitos caucionados (ver nota 25). O Grupo reclassificou estes montantes uma vez que é expectável que sejam utilizados nos doze meses seguintes. Nesta base, e em conformidade com a IAS 1, o Grupo reexpressou retrospectivamente o período findo a 31 de Dezembro de 2010 para efeitos comparativos. Desta forma o Grupo reclassificou 24.636 milhares de Euros e 76.939 milhares de Euros a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, respectivamente, de Outros devedores e outros activos - Corrente - Depósitos caucionados para Caixa e equivalentes de caixa.

A 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de Outros depósitos inclui 182.633 milhares de Euros relativos a uma aplicação da EDP Finance BV em dólares, com uma maturidade até um mês que vence juros a uma taxa entre 5% e 5,5%.

### 29. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o capital social da EDP Renováveis é composto por 872.308.162 acções com um valor nominal de 5 Euros cada e encontra-se integralmente realizado. Todas as acções têm os mesmos direitos de voto e de participação nos resultados. Estas acções são transferíveis.

As empresas que detêm directa ou indirectamente pelo menos 10% do capital social da EDP Renováveis em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são as seguintes:

#### Principais accionistas e acções detidas pelos membros de órgãos sociais:

Com referência a 31 de Dezembro de 2011, a estrutura accionista da EDP Renováveis, S.A. é a seguinte:

	N.º de acções	% Capital	% Voto
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	541.027.156	62,02%	62,02%
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	135.256.700	15,51%	15,51%
Outros(*)	196.024.306	22,47%	22,47%
	<b>872.308.162</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Acções cotadas na Euronext de Lisboa

Em 2007 e 2008 a EDP Renováveis teve vários aumentos de capital, os quais foram subscritos através da incorporação de 100% das acções detidas nas suas participadas EDPR NA e EDPR EU.

Estas contribuições foram efectuadas ao abrigo do Regime Especial que regula fusões, cisões, transferência de activos e troca de acções, estabelecido no Capítulo VIII, Título VII do Real Decreto Lei 4, de 5 de Março de 2004, que aprova a lei revista do imposto sobre o rendimento em Espanha. As divulgações obrigatórias pela presente Lei foram incluídas nas demonstrações financeiras de 2007 e 2008.

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Os resultados por acção atribuíveis aos accionistas da EDPR são analisados como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
Resultado líquido (em milhares de Euros)	88.604	80.203
Resultado líquido das operações em continuação (em milhares de Euros)	88.604	80.203
N.º médio ponderado de acções durante o exercício	872.308.162	872.308.162
N.º médio ponderado de acções diluídas durante o exercício	872.308.162	872.308.162
<b>Resultado por acção (básico) (em Euros)</b>	<b>0,10</b>	<b>0,09</b>
<b>Resultado por acção (diluído) (em Euros)</b>	<b>0,10</b>	<b>0,09</b>
<b>Resultado por acção (básico) das operações em continuação (em Euros)</b>	<b>0,10</b>	<b>0,09</b>
<b>Resultado por acção (diluído) das operações em continuação (em Euros)</b>	<b>0,10</b>	<b>0,09</b>

O Grupo EDPR calcula o seu resultado básico e diluído por acção atribuível aos accionistas maioritários utilizando a média ponderada das acções em circulação durante o período de relato.

A empresa não detém quaisquer acções próprias com referência a 31 de Dezembro de 2011.

O número médio de acções foi determinado da seguinte forma:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
Acções emitidas no início do exercício	872.308.162	872.308.162
Efeito de emissão de acções durante o exercício	-	-
<b>Número médio de acções realizadas</b>	<b>872.308.162</b>	<b>872.308.162</b>
Número médio de acções durante o exercício	872.308.162	872.308.162
Número médio de acções diluídas durante o exercício	872.308.162	872.308.162

### 30. RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)	31 Dez 2011	31 Dez 2010
<b>Reservas</b>		
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-14.118	-4.913
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	4.575	10.980
Diferença cambial de consolidação	-31.002	-15.316
	<b>-40.545</b>	<b>-9.249</b>
<b>Outras reservas e resultados acumulados:</b>		
Resultados acumulados	286.175	208.493
Reserva de primeira consolidação	60.666	60.666
Reserva legal	18.690	14.281
	<b>365.531</b>	<b>283.440</b>
	<b>324.986</b>	<b>274.191</b>

#### Reserva de primeira consolidação

A contabilização de transacções entre entidades sob controlo conjunto não se encontra no âmbito da IFRS 3. Consequentemente, e na ausência de orientações específicas, em base IFRS, o Grupo EDPR adoptou uma política contabilística para as referidas transacções. De acordo com a política do Grupo, as concentrações de actividades empresariais de entidades sob controlo conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas tendo por base o valor contabilístico da empresa adquirida (subgrupo). A diferença entre o valor contabilístico dos activos líquidos adquiridos e o valor pago é reconhecido como Reserva de primeira consolidação.

#### Reserva Legal

A reserva legal deve ser constituída de acordo com o artigo 274º do Código das Sociedades Comerciais Espanhol, segundo o qual as empresas são obrigadas a transferir 10% dos lucros do exercício para a reserva legal até que a mesma represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível aos accionistas e apenas pode ser utilizada para compensar perdas se não existirem outras reservas disponíveis e para aumentar o capital social.

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### Distribuição de Resultados (Empresa Mãe)

A proposta de aplicação do resultado do exercício de 2011 da EDP Renováveis, S.A. a ser apresentada na Assembleia Geral Anual, é a seguinte:

(Euros)	
Resultado líquido do exercício	59.018.372,50
<b>Distribuição</b>	
Reserva legal	5.901.837,25
Resultados acumulados	53.116.535,25
	<b>59.018.372,50</b>

A aplicação do resultado do exercício de 2010 da EDP Renováveis, S.A., aprovada na Assembleia Geral Anual de 12 de Abril de 2011, foi a seguinte:

(Euros)	
Resultado líquido do exercício	44.091.046,97
<b>Distribuição</b>	
Reserva legal	4.409.104,70
Resultados acumulados	39.681.942,27
	<b>44.091.046,97</b>

### Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)

Esta reserva inclui a variação de justo valor dos instrumentos de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é considerada efectiva.

### Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)

Esta reserva inclui as variações acumuladas de justo valor existentes à data de balanço referentes a activos financeiros disponíveis para venda.

(Milhares de Euros)	
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2010</b>	<b>8.659</b>
Sociedad Eólica de Andalucía	-934
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	3.255
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>10.980</b>
Sociedad Eólica de Andalucía	-7.725
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	1.320
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>4.575</b>

### Diferença cambial de consolidação

Esta rubrica reflecte o montante resultante da transposição das demonstrações financeiras das empresas filiais e associadas expressas em moeda estrangeira para Euros. As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são analisadas como segue:

Moeda		Taxas de câmbio em 31 Dez 2011		Taxas de câmbio em 31 Dez 2010	
		Câmbio Fecho	Câmbio Médio	Câmbio Fecho	Câmbio Médio
Dólar americano	USD	1,294	1,392	1,336	1,326
Zloty	PLN	4,458	4,121	3,975	3,995
Real brasileiro	BRL	2,416	2,327	2,218	2,331
Lei	RON	4,323	4,239	4,262	4,212
Libra Esterlina	GBP	0,835	0,868	0,861	0,858
Dólar canadiano	CAD	1,322	1,376	1,332	1,365

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### 31. INTERESSES NÃO CONTROLÁVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)	31 Dez 2011	31 Dez 2010
Interesses não controláveis de resultados	2.020	2.835
Interesses não controláveis de capital e de reservas	124.539	122.706
	<b>126.559</b>	<b>125.541</b>

A rubrica de Interesses não controláveis, por subgrupo, é analisada como segue:

(Milhares de Euros)	31 Dez 2011	31 Dez 2010
Grupo EDPR EU	115.937	114.216
Grupo EDPR BR	10.622	11.325
	<b>126.559</b>	<b>125.541</b>

A variação nos interesses não controláveis do Grupo EDP Renováveis está essencialmente relacionada com: (i) os resultados atribuídos aos minoritários no montante de 2.020 milhares de Euros; (ii) variações resultantes de aumentos de capital atribuídos aos interesses não controláveis das subsidiárias da EDPR EU (Eólica Alfoz, S.L., Moray Offshore Renewables Limited, Pester Wind Farm, S.A., Investigación y Desarrollo de Energías Renovables, S.L. e Pochidia Wind Farm, S.A.) e da EDP Renováveis Brasil, no total de 10.324 milhares de Euros e 1.493 milhares de Euros, respectivamente; (iii) a aquisição de um interesse adicional no capital da Aplicaciones Industriales de Energías Limpías, S.L. (8.055 milhares de Euros) (ver nota 5); e (iv) dividendos da EDPR EU no montante de 3.419 milhares de Euros.

### 32. DÍVIDA FINANCEIRA

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)	31 Dez 2011	31 Dez 2010
<b>Dívida financeira - Corrente</b>		
Empréstimos bancários:		
Grupo EDPR EU	66.876	125.408
Grupo EDPR BR	59.165	72.485
Outros empréstimos:		
Grupo EDPR EU	2.061	3.634
Grupo EDPR NA	1.050	935
Juros a pagar	5.902	5.185
	<b>135.054</b>	<b>207.647</b>
<b>Dívida financeira - Não corrente</b>		
Empréstimos bancários:		
Grupo EDPR EU	588.353	491.588
Grupo EDPR BR	91.997	8.052
Suprimentos obtidos:		
EDP Renováveis, S.A.	2.986.433	2.799.548
Outros empréstimos:		
Grupo EDPR EU	21.893	23.423
Grupo EDPR NA	2.392	3.332
	<b>3.691.068</b>	<b>3.325.943</b>
	<b>3.826.122</b>	<b>3.533.590</b>

A Dívida financeira - Não Corrente da EDP Renováveis refere-se essencialmente a um conjunto de empréstimos concedidos pela EDP Finance BV (2.986.433 milhares de euros). Estes empréstimos têm uma maturidade média de 7,2 anos e vencem juros à taxa fixa.

O Grupo tem financiamentos contratados em regime de "project finance", cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhora de contas bancárias e dos activos associados aos respectivos projectos. Em 31 de Dezembro de 2011, estes financiamentos ascendiam a 570.933 milhares de euros (624.878 milhares de Euros em 31 Dezembro 2010), montantes que já estão incluídos na dívida consolidada do Grupo.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

A análise da rubrica de Dívida financeira, por maturidade, é apresentada como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
<b>Empréstimos bancários:</b>		
Até 1 ano	129.512	202.184
De 1 ano a 5 anos	295.382	215.135
A mais de 5 anos	384.968	284.505
	<b>809.862</b>	<b>701.824</b>
<b>Suprimentos obtidos:</b>		
Até 1 ano	2.431	894
De 1 ano a 5 anos	241.000	-
A mais de 5 anos	2.745.433	2.799.548
	<b>2.988.864</b>	<b>2.800.442</b>
<b>Outros empréstimos:</b>		
Até 1 ano	3.111	4.569
De 1 ano a 5 anos	24.285	16.545
A mais de 5 anos	-	10.210
	<b>27.396</b>	<b>31.324</b>
	<b>3.826.122</b>	<b>3.533.590</b>

O justo valor da dívida do Grupo EDP Renováveis é analisado como segue:

	31 Dez 2011		31 Dez 2010	
	Valor Contab.	Valor de Mercado	Valor Contab.	Valor de Mercado
(Milhares de Euros)				
Dívida financeira - corrente	135.054	135.054	207.647	207.647
Dívida financeira - não corrente	3.691.068	3.262.999	3.325.943	3.178.811
	<b>3.826.122</b>	<b>3.398.053</b>	<b>3.533.590</b>	<b>3.386.458</b>

O valor de mercado da dívida financeira de médio/longo prazo (não corrente) que vence juros a uma taxa fixa é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas de juro em vigor à data do balanço. O valor de mercado da dívida a taxa variável considera-se que não é substancialmente diferente do valor contabilístico na medida em que estes empréstimos vencem juros a taxas indexadas à Euribor. O valor contabilístico da dívida financeira de curto prazo (corrente) é considerado equivalente ao valor de mercado.

À data de 31 de Dezembro de 2011, os pagamentos futuros do capital em dívida são analisados como segue:

	Total	2012	2013	2014	2015	2016	Anos seguintes
(Milhares de Euros)							
Dívida financeira - corrente:	135.054	135.054	-	-	-	-	-
Dívida financeira - não corrente:	3.691.068	-	80.281	88.444	73.638	318.304	3.130.401
	<b>3.826.122</b>	<b>135.054</b>	<b>80.281</b>	<b>88.444</b>	<b>73.638</b>	<b>318.304</b>	<b>3.130.401</b>

O detalhe das garantias encontra-se apresentado na nota 40 das demonstrações financeiras consolidadas.

O detalhe da Dívida financeira, por moeda, é apresentado como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
Empréstimos em Euros	2.035.563	1.844.113
Empréstimos em Dólares Americanos	1.538.832	1.452.120
Empréstimos em outras moedas	251.727	237.357
	<b>3.826.122</b>	<b>3.533.590</b>

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### 33. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A rubrica de Benefícios aos empregados é analisada como segue:

(Milhares de Euros)	31 Dez 2011	31 Dez 2010
Provisões para responsabilidades e benefícios sociais	103	36
Provisões para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios	60	59
	<b>163</b>	<b>95</b>

#### Planos de benefícios aos empregados

Algumas empresas do Grupo EDP Renováveis atribuem aos seus colaboradores benefícios pós-reforma, sob a forma de planos de benefícios definidos, nomeadamente, planos que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e pensões de sobrevivência bem como pensões por reforma antecipada. Em alguns casos, são também concedidos benefícios de cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos do Serviço Nacional de Saúde.

Apresentam-se de seguida os planos existentes, com uma breve descrição das suas características e das empresas por eles abrangidas, bem como os seus dados económico-financeiros:

#### I. Planos de Pensões - Tipo Benefício Definido

As empresas do Grupo EDP Renováveis em Portugal dispõem de um plano de benefícios sociais financiado através de um Fundo de Pensões fechado e complementado por provisão específica. O Fundo de Pensões da EDP é gerido pela Pensõesgere, sendo subcontratada a gestão de activos a entidades externas gestoras de activos. Este Fundo de Pensões cobre as responsabilidades com complementos de pensões de reforma (idade, invalidez e sobrevivência) bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas.

Os pressupostos financeiros e actuariais utilizados no cálculo das referidas responsabilidades com os planos de pensões do Grupo EDP Renováveis foram os seguintes:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
Taxa de rendimento dos activos	5,00%	5,60%
Taxa de desconto	5,00%	5,00%
Taxa de crescimento dos salários	3,50%	3,70%
Taxa de crescimento das pensões	2,50%	2,70%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	1,90%	1,90%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Tábua de mortalidade	Idade >60 -TV88/90	Idade >60 -TV88/90
Tábua de invalidez	50%EKV 80	50%EKV 80
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	40%	40%

#### II. Planos de Pensões - Tipo Contribuição Definida

Em Espanha, a EDPR EU dispõe de planos de benefícios sociais de contribuição definidos complementares aos concedidos pelos Sistemas de Previdência Social para os colaboradores das Empresas, ao abrigo do qual paga em cada ano, uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada um dos casos.

#### III. Planos para responsabilidades por cuidados médicos e outros benefícios - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um Plano de Cuidados Médicos totalmente coberto por uma provisão. Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com o Plano de Cuidados Médicos são apresentados como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
Taxa de desconto	5,00%	5,00%
Taxa anual de crescimento dos custos com serviços médicos	4,00%	4,00%
Despesas administrativas estimadas por beneficiário por ano (em Euros)	200	175
Tábua de mortalidade	Idade >60 -TV88/90	Idade >60 -TV88/90
Tábua de invalidez	50%EKV 80	50%EKV 80
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	40%	40%

As responsabilidades pelo Plano de Cuidados Médicos estão reconhecidas nas contas do Grupo através de provisões que cobrem integralmente as responsabilidades.

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### 34. PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS

A rubrica de Provisões para riscos e encargos é analisada como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
Provisão para desmantelamento e descomissionamento de parques eólicos	57.694	53.156
Provisão para outros riscos e encargos	288	631
	<b>57.982</b>	<b>53.787</b>

A rubrica Provisão para desmantelamento e descomissionamento refere-se a custos a serem incorridos com o desmantelamento de parques eólicos e restauração de locais e terrenos à sua condição original, em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2 o). O montante acima inclui 34.523 milhares de Euros para parques eólicos nos Estados Unidos da América (31 de Dezembro de 2010: 28.813 milhares de euros), 14.507 milhares de Euros para parques eólicos em Espanha (31 de Dezembro de 2010: 15.904 milhares de euros), 3.768 milhares de euros para parques eólicos em Portugal (31 de Dezembro de 2010: 4.610 milhares de euros), 896 milhares de Euros para parques eólicos no Brasil (31 de Dezembro de 2010: 639 milhares de Euros), 1.622 milhares de Euros para parques eólicos em França (31 de Dezembro de 2010: 2.010 milhares de euros), 1.165 milhares de Euros para parques eólicos na Romênia, 886 milhares de Euros para parques eólicos na Polónia (31 de Dezembro de 2010: 781 milhares de Euros) e 327 milhares de Euros para parques eólicos na Bélgica (31 de Dezembro de 2010: 399 milhares de Euros).

A EDP Renováveis considera que as provisões registadas no balanço consolidado cobrem adequadamente os riscos descritos nesta nota, pelo que não se espera que dos mesmos advenham passivos adicionais aos registados.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Grupo EDP Renováveis não tem quaisquer contingências fiscais ou activos ou passivos contingentes relacionados com litígios pendentes com a Administração Fiscal.

O movimento da Provisão para desmantelamento e descomissionamento é analisado como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
Saldo no início do exercício	53.156	63.956
Valor capitalizado durante o exercício e outros	452	3.771
"Unwinding"	2.995	2.872
Outras variações e diferenças cambiais	1.091	-17.443
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>57.694</b>	<b>53.156</b>

A rubrica Valor capitalizado durante o exercício em outros inclui o efeito da actualização dos pressupostos da provisão para desmantelamento.

O movimento da Provisão para outros riscos e encargos é analisado como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
Saldo no início do exercício	631	3.129
Dotação do exercício	-	-
Redução da provisão	-266	-155
Outras variações e diferenças cambiais	-77	-2.343
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>288</b>	<b>631</b>

### 35. PARCERIAS INSTITUCIONAIS EM PARQUES EÓLICOS NOS EUA

Esta rubrica é analisada como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
Proveitos diferidos relacionados com benefícios previstos	773.252	635.271
Responsabilidades decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos EUA	1.023.557	1.008.777
	<b>1.796.809</b>	<b>1.644.048</b>

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

O movimento de Investidores Institucionais em parques eólicos nos EUA é analisado como segue:

(Milhares de Euros)	31 Dez 2011	31 Dez 2010
Saldo no início do período	1.644.048	1.353.612
Recebimentos dos investidores institucionais	153.192	245.252
Pagamentos realizados aos investidores institucionais	-11.966	-16.893
Outros proveitos operacionais (ver nota 7)	-111.610	-107.005
"Unwinding" (ver nota 14)	62.538	64.830
Diferenças cambiais	60.607	104.252
<b>Saldo no final do período</b>	<b>1.796.809</b>	<b>1.644.048</b>

O Grupo realizou várias parcerias com investidores institucionais nos Estados Unidos, através de acordos operacionais com sociedades de responsabilidade limitada que distribuem os cash flows gerados pelos parques eólicos entre os investidores e a Empresa e distribuem os benefícios fiscais, que incluem os Créditos Fiscais à Produção (PTC), Créditos Fiscais ao Investimento (ITC) e a depreciação acelerada, em grande medida aos investidores.

Em 2011, o Grupo EDPR, através da sua subsidiária EDPR NA, obteve 116 milhões de dólares americanos (aproximadamente 83 milhões de euros) de financiamento de capital institucional do Bank of America Corporation e do Paribas North America em troca de uma participação no portfólio da Vento IX e 124 milhões de dólares, dos quais 97 milhões de dólares (aproximadamente 70 milhões de euros) realizados antecipadamente, pelo financiamento de capital institucional da JPM Capital Corporation e da Wells Fargo Wind Holdings em troca de uma participação no portfólio da Vento X.

### 36. CREDORES E OUTROS PASSIVOS DE ACTIVIDADES COMERCIAIS

A rubrica de Credores e outros passivos de actividades comerciais é analisada como segue:

(Milhares de Euros)	31 Dez 2011	31 Dez 2010
<b>Credores de actividades comerciais - corrente:</b>		
Fornecedores	82.972	40.453
Fornecedores de imobilizado	582.280	665.443
Remuneração variável a trabalhadores	20.584	16.881
Outros credores e operações diversas	21.754	11.606
	<b>707.590</b>	<b>734.383</b>
<b>Credores de actividades comerciais - não corrente:</b>		
Subsídios Governamentais e participações de invest. imobilizado	339.209	341.842
Contratos de vendas de energia - EDPR NA	61.663	71.991
Outros credores e operações diversas	3.361	2.898
	<b>404.233</b>	<b>416.731</b>
	<b>1.111.823</b>	<b>1.151.114</b>

Os subsídios governamentais para investimentos em activos fixos estão essencialmente relacionados com os subsídios recebidos pelo subgrupo EDPR NA nos termos da Lei de Recuperação e Reinvestimento promovidas pelo Governo dos Estados Unidos da América (ver nota 1).

A rubrica Contratos de venda de energia - EDPR NA corresponde ao justo valor dos contratos celebrados pela EDPR NA com os seus clientes, determinado no âmbito de contratos de venda de Energia (ver nota 8).

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### 37. OUTROS CREDITORES E OUTROS PASSIVOS

A rubrica de Outros credores e outros passivos é analisada como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
<b>Outros passivos e outros credores - corrente:</b>		
Responsabilidades com opções sobre interesses não controláveis	756	234.754
Instrumentos financeiros derivados	129.582	10.673
Outras operações com partes relacionadas	37.891	16.257
Outros credores e operações diversas	20.890	39.715
	<b>189.119</b>	<b>301.399</b>
<b>Outros passivos e outros credores - não corrente:</b>		
Valores a pagar por "success fees" relacionados com a aquisição de empresas	48.053	76.621
Credores - Empresas do Grupo	31.103	61.806
Instrumentos financeiros derivados	106.115	162.042
Responsabilidades com opções sobre interesses não controláveis	3.356	36.584
Outros credores e operações diversas	623	207
	<b>189.250</b>	<b>337.260</b>
	<b>378.369</b>	<b>638.659</b>

A rubrica Valores a pagar por "success fees" relacionados com a aquisição de empresas inclui o preço contingente a pagar pela aquisição da EDPR Itália, Relax Wind Group, EDP Renováveis Romênia, Greenwind, Bodzanow, Starozreby, Wyszogrod, Elektrownia Wiatrowa Kresy e Elebrás. A diminuição nesta rubrica deve-se à revisão da estimativa do preço contingente no valor de 17.070 milhares de euros (ver nota 8) e a pagamentos.

A 31 de Dezembro de 2010, as responsabilidades com opções sobre interesses não controláveis - Corrente incluem a opção de venda da Caja Madrid à EDPR EU de 20% do capital da Genesa no montante de 234.754 milhares de Euros equivalente a 20% do "equity value" da Genesa. A opção foi exercida pela Caja Madrid no período do exercício. Durante o primeiro semestre de 2011 o Grupo EDPR pagou 231 milhões de Euros.

A 31 de Dezembro de 2011 a redução da rubrica Responsabilidades com opções sobre interesses não controláveis - Não corrente, inclui a redução da estimativa do valor a pagar pelo exercício da opção de venda e a diluição dos interesses não controláveis, no montante de 34.625 milhares de euros (ver nota 8 e nota 40).

A 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Instrumentos financeiros derivados - não corrente - inclui 79.184 milhares de Euros relativos a um instrumento de cobertura em dólares americanos e Euros com a EDP Sucursal, contratado com o objectivo de cobrir o risco cambial do investimento realizado na EDPR NA, expresso em dólares americanos (ver nota 39).

De acordo com a Lei espanhola 15/2010 de 5 de Julho, o Grupo divulgou o detalhe dos pagamentos efectuados a fornecedores espanhóis durante o ano de 2011 (distinguindo aqueles que excederam os limites legais de prorrogação), o prazo médio de pagamentos, os saldos em dívida a 31 de Dezembro de 2011 com antiguidade superior ao limite legal, que se apresentam como segue:

	Pagamentos e pagamentos fora do prazo legal à data de 31 de Dezembro de 2011	
	Montante	%
(Milhares de Euros)		
Dentro do prazo legal	200.088	48,19%
Remanescente	215.150	51,81%
Total de pagamentos do ano	415.238	100,00%
Prazo médio de pagamento (dias)	31,76	
Valores a pagar já vencidos relativamente ao período legal	27.873	

A 31 de Dezembro de 2011, o saldo de fornecedores cuja data de vencimento excede o limite legal inclui 22.165 milhares de Euros que respeitam a empresas do Grupo.

A 31 de Dezembro de 2010, o saldo de fornecedores inclui 15.616 milhares de Euros de passivos com empresas espanholas com data de vencimento superior a 85 dias, dos quais 1.024 milhares de Euros respeitam a empresas do Grupo.

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### 38. IMPOSTOS A PAGAR

A rubrica de Impostos a pagar é analisada como segue:

(Milhares de Euros)	31 Dez 2011	31 Dez 2010
<b>Estado e outros entes públicos:</b>		
Imposto sobre o rendimento	8.838	10.122
Retenções na fonte	24.026	22.474
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	15.320	14.169
Outras tributações	3.232	1.981
	<b>51.416</b>	<b>48.746</b>

### 39. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Nos termos definidos pela IAS 39, o Grupo classifica os instrumentos financeiros derivados como sendo de cobertura de justo valor de um activo ou passivo reconhecido, de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa de passivos reconhecidos e transacções futuras altamente prováveis e de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no estrangeiro.

A 31 de Dezembro de 2011, o justo valor e a maturidade dos instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

(Milhares de Euros)	Justo Valor		Nacional			Total
	Activo	Passivo	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
<b>Cobertura de "Net investment"</b>						
"Swaps" de taxa de juro e moeda	7.807	-208.460	1.132.501	77.008	693.674	1.903.183
	<b>7.807</b>	<b>-208.460</b>	<b>1.132.501</b>	<b>77.008</b>	<b>693.674</b>	<b>1.903.183</b>
<b>Cobertura de fluxos de caixa "Cashflow Hedge"</b>						
"Swaps" de energia	5.961	-29	61.500	1.098	-	62.598
"Swaps" de taxa de juro	5	-26.931	41.846	184.337	198.763	424.946
	<b>5.966</b>	<b>-26.960</b>	<b>103.346</b>	<b>185.435</b>	<b>198.763</b>	<b>487.544</b>
<b>Negociação</b>						
"Swaps" de energia	2.251	-277	2.101	551	-	2.652
"Forwards" de taxa de câmbio	2.056	-	38.803	-	-	38.803
	<b>4.307</b>	<b>-277</b>	<b>40.904</b>	<b>551</b>	<b>-</b>	<b>41.455</b>
	<b>18.080</b>	<b>-235.697</b>	<b>1.276.751</b>	<b>262.994</b>	<b>892.437</b>	<b>2.432.182</b>

A 31 de Dezembro de 2010, o justo valor e a maturidade dos instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

(Milhares de Euros)	Justo Valor		Nacional			Total
	Activo	Passivo	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
<b>Cobertura de "Net investment"</b>						
"Swaps" de taxa de juro e moeda	-	-145.123	-	59.627	1.826.174	1.885.801
	<b>-</b>	<b>-145.123</b>	<b>-</b>	<b>59.627</b>	<b>1.826.174</b>	<b>1.885.801</b>
<b>Cobertura de fluxos de caixa "Cashflow Hedge"</b>						
"Swaps" de energia	7.438	-7.725	74.039	3.940	-	77.979
"Swaps" de taxa de juro	268	-17.994	106.101	159.221	179.075	444.397
"Forwards" de taxa de câmbio	-	-1.368	38.803	-	-	38.803
	<b>7.706</b>	<b>-27.087</b>	<b>218.943</b>	<b>163.161</b>	<b>179.075</b>	<b>561.179</b>
<b>Negociação</b>						
"Swaps" de energia	1.764	-407	2.032	269	-	2.301
"Swaps" de taxa de juro	-	-98	-	17.381	-	17.381
	<b>1.764</b>	<b>-505</b>	<b>2.032</b>	<b>17.650</b>	<b>-</b>	<b>19.682</b>
	<b>9.470</b>	<b>-172.715</b>	<b>220.975</b>	<b>240.438</b>	<b>2.005.249</b>	<b>2.466.662</b>

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

A valorização dos instrumentos financeiros derivados é registada nas rubricas de Outros devedores e outros activos (nota 25) ou Outros credores e outros passivos (nota 37) consoante o justo valor seja positivo ou negativo, respectivamente.

Os derivados de cobertura de investimentos líquido dizem respeito à estrutura de financiamento do Grupo para cobertura do risco cambial entre USD e Euros da EDP Sucursal ("Currency interest rate swap" - "CIRS"), conforme referido nas notas 41 e 42. O justo valor é calculado com base em modelos internos, conforme descrito na nota 42.

Os "swaps" de taxa de juro destinam-se a fixar as taxas de juro variáveis associadas aos "project finance".

Os "Forwards" de taxa de câmbio relacionadas com o risco cambial, na Neólica Polska, provenientes dos contratos definidos em Euros, para os quais serão necessários financiamentos em Złoty, já não se enquadram como de cobertura de fluxos de caixa, mas sim de negociação.

Os "swaps" de energia para cobertura de fluxos de caixa referem-se à cobertura de preço das vendas. A EDPR NA contratou um "swap" de energia com o objectivo de cobrir a variabilidade do preço no mercado "spot" em relação a uma parte da produção do projecto Maple Ridge I. Adicionalmente, tanto a EDPR NA como a EDPR EU contrataram "swaps" de energia de curto prazo para a cobertura da volatilidade da produção de alguns dos seus parques eólicos.

Em alguns mercados energéticos dos Estados Unidos, a EDPR NA encontra-se exposta a congestionamento e perdas de energia na rede que tipicamente tem um impacto negativo no preço de venda de energia nesses mercados. Para cobrir a exposição económica a estes riscos, a EDPR NA contratou Direitos de Capacidade de Transmissão (Financial Transmission Rights - FTRs) bem como um "swap" que fixa o preço marginal local (Locational Marginal Price - LMP) por um período de 3 anos.

Os instrumentos financeiros derivados classificados como de negociação, são contratados para cobertura económica, no entanto, não são elegíveis como instrumentos de cobertura.

O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa baseia-se nas cotações fornecidas por entidades externas (bancos de investimento). Estas entidades utilizam modelos de fluxos de caixa descontados utilizados de forma generalizada e informação pública.

As variações no justo valor dos instrumentos de cobertura e dos riscos cobertos são apresentadas como segue:

Tipo de cobertura (Milhares de Euros)	Instrumento de cobertura	Risco coberto	2011		2010	
			Variações justo valor		Variações justo valor	
			Instrum.	Riscos	Instrum.	Riscos
"Net Investment"	"Swaps" de taxa de juro e moeda	Invest. subsidiárias em	-55.530	55.530	-143.855	143.855
"Cashflow hedge"	"Swaps" de taxa de juro	Taxa de juro	-15.999	-	-233	-
"Cashflow hedge"	"Swaps" de energia	Preço de energia	6.219	-	-17.778	-
"Cashflow hedge"	"Forwards" de moeda	Taxa de câmbio	2.789	-	-756	-
			<b>-62.521</b>	<b>55.530</b>	<b>-162.622</b>	<b>143.855</b>

Os movimentos na reserva de cobertura de fluxos de caixa são apresentadas como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>-13.632</b>	<b>14.094</b>
Variações de justo valor		
"Swaps" de taxa de juro	-16.333	-5.186
"Swaps" de energia	6.110	-18.448
"Forwards" de taxa de câmbio	2.789	-756
Transferências para resultados	-4.502	-3.222
Inefectividade	1	-32
Interesses não controláveis incluídos nas variações de justo valor	1.109	-82
<b>Saldo no final do período</b>	<b>-24.458</b>	<b>-13.632</b>

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Os ganhos e perdas na carteira de instrumentos financeiros registados em resultados são apresentados como segue:

(Milhares de Euros)	31 Dez 2011	31 Dez 2010
<b>Cobertura de fluxos de caixa</b>		
Transferências para resultados	4.502	3.222
Inefectividade	-1	32
Derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura	1.268	-234
	<b>5.769</b>	<b>3.020</b>

As taxas de juro efectivas para os instrumentos financeiros derivados associados às operações de financiamento durante 2011, são apresentadas como segue:

	Grupo EDP Renováveis		
	Moeda	Paga	Recebe
<b>Contratos de taxa de juro:</b>			
"Swaps" de taxa de juro	EUR	[ 2,68% - 5,01% ]	[ 1,43% - 1,81% ]
"Swaps" de taxa de juro	PLN	5,41%	4,90%
<b>Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio</b>			
CIRS (currency interest rate swaps)	EUR/PLN	[ 3,91% - 4,03% ]	1,39%

As taxas de juro efectivas para os instrumentos financeiros derivados associados às operações de financiamento durante 2010, são apresentadas como segue:

	Grupo EDP Renováveis		
	Moeda	Paga	Recebe
<b>Contratos de taxa de juro:</b>			
"Swaps" de taxa de juro	EUR	[ 2,52% - 5,01% ]	[ 0,72% - 1,11% ]
"Swaps" de taxa de juro	PLN	5,41%	1,00%

#### 40. COMPROMISSOS

A 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, os compromissos que não figuram no balanço, referentes a garantias financeiras e reais prestadas, são analisados como segue:

Tipo	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
<b>Garantias de carácter financeiro</b>		
EDP Renováveis	-	19.453
Grupo EDPR EU	2.178	2.178
Grupo EDPR NA	3.478	3.368
	<b>5.656</b>	<b>24.999</b>
<b>Garantias de carácter operacional</b>		
EDP Renováveis	469.459	538.122
Grupo EDPR EU	20.140	50.998
Grupo EDPR NA	1.740.496	1.304.742
	<b>2.230.095</b>	<b>1.893.862</b>
<b>Total</b>	<b>2.235.751</b>	<b>1.918.861</b>
<b>Garantias reais</b>	<b>12.360</b>	<b>12.718</b>

O Grupo tem financiamentos contratados em regime de "project finance", cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhora ou promessa de contas bancárias e de activos associados aos respectivos projectos. A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estes financiamentos totalizavam, respectivamente, 570.933 milhares de Euros e 624.878 milhares de Euros (montantes já incluídos na dívida consolidada do Grupo).

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

A dívida financeira do Grupo EDPR, locações e compromissos de compra são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31 Dez 2011				
	Capital em dívida por período				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
(Milhares de Euros)					
Dívida financeira (incluindo juros)	5.184.933	326.786	545.454	515.460	3.797.233
Responsabilidades com locações operacionais	918.874	35.694	72.745	70.520	739.915
Compromissos de compra	1.619.040	906.488	669.351	23.917	19.284
	<b>7.722.847</b>	<b>1.268.968</b>	<b>1.287.550</b>	<b>609.897</b>	<b>4.556.432</b>

	31 Dez 2010				
	Capital em dívida por período				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
(Milhares de Euros)					
Dívida financeira (incluindo juros)	4.896.942	377.159	442.334	437.899	3.639.550
Responsabilidades com locações operacionais	769.109	42.363	85.458	84.370	556.918
Compromissos de compra	2.676.437	1.063.288	1.180.820	429.303	3.026
	<b>8.342.488</b>	<b>1.482.810</b>	<b>1.708.612</b>	<b>951.572</b>	<b>4.199.494</b>

As obrigações de compra incluem, essencialmente, as responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da actividade operacional do Grupo. Quando os preços estão definidos com base em contratos "forward", estes são utilizados no cálculos dos compromissos contratuais estimados.

As rendas vincendas de locação operacional estão essencialmente relacionadas com os terrenos onde os parques eólicos são construídos. Normalmente, o prazo da locação tem a duração da vida útil dos parques eólicos.

Com referência a 31 de Dezembro de 2011, o Grupo tem as seguintes responsabilidades/passivos contingentes relacionadas com opções de compra e venda de participações sociais:

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR FR, uma opção de compra sobre a participação detida pela Cajastur na "Quinze Mines" (51% do capital social). A Cajastur detém uma opção de venda equivalente sobre a EDPR FR. Esta opção é exercível no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2012 e 1 de Janeiro de 2013 inclusivé, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação efectuado por bancos de investimento.

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR FR, uma opção de compra de 51% sobre o capital social detido pela Cajastur nas empresas Sauvageons, Le Mee e Petite Pièce. A Cajastur detém uma opção de venda equivalente sobre a EDPR FR. Esta opção é exercível no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2014 e 31 de Dezembro de 2014 inclusivé, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação efectuado por bancos de investimento.

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária Santa Quitéria Energia, S.L.U., uma opção de compra sobre a Jorge S.L. para a aquisição de 8,5% do capital social da "Apineli Aplicaciones Industriales de Energías Limpias, S.L." (Apineli), detidos pela empresa Jorge, S.L. O preço de exercício da opção é de 900 milhares de Euros podendo ser exercida quando a Jorge, S.L. obtiver as licenças para ampliar os parques eólicos "Dehesa de Coscojar" e "El Águila", até 30 dias após a notificação da condição suspensiva, com data limite até 18 de Abril de 2014.

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra sobre os 49% de capital social detidos pela Copcisa na Corbera e Vilalba.

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra dos restantes 6,48% do capital social da EDPR Itália, sendo o preço de exercício determinado com base num processo de avaliação a efectuar por especialistas independentes. A Energia in Natura, S.R.L. detém uma opção de venda de 6,48% (15% em 2010 - ver nota 8) do capital social da EDPR Itália, cujo preço de exercício corresponde a 85% do valor de mercado desta participação (ver nota 37). O período de exercício destas opções é de 2 anos após a ocorrência de um dos seguintes eventos:

- quinto aniversário da execução do acordo de accionistas (27 de Janeiro de 2015);
- quando a EDPR Itália conseguir construir, desenvolver e operar 350 MW em Itália.

- A EDP Renováveis, detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra sobre os restantes accionistas da Re Plus (WPG, Galilea e Grant Partners) de 10% do seu capital social. O preço de exercício da opção é de 7.500 milhares de Euros. As opções podem ser exercidas: (i) se ocorrer uma mudança na estrutura accionista dos restantes accionistas da Re Plus e (ii) antes do último projecto entrar em funcionamento.

- A EDP Renováveis, detém, através da sua subsidiária EDPR EU uma opção de venda de 15% do capital social da Rowy, sobre os outros accionistas. O preço de exercício é de 80% do valor da empresa até ao limite de 5.000 milhares de euros. O período de exercício da opção é o primeiro a ocorrer dos seguintes: (i) dois anos após a data de início da construção ou (ii) 31 de Dezembro de 2019.

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### 41. PARTES RELACIONADAS

O número de ações detidas pelos membros de Órgãos Sociais a 31 de Dezembro de 2011 são como segue:

<b>Conselho de Administração Executivo</b> (N.º de ações)	<b>31 Dez 2011</b>	<b>31 Dez 2010</b>
António Luís Guerra Nunes Mexia	4.200	4.200
Ana Maria Machado Fernandes	1.510	1.510
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	5.000	5.000
Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira	10.505	-
João Pedro Nogueira Sousa Costeira	3.000	-
Gabriel Alonso Imaz	18.503	-
Luís Abreu Castelo-Branco Adão da Fonseca	1.200	-
António Fernando Melo Martins da Costa	-	1.480
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	620	620
João Manuel de Mello Franco	380	380
Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos	200	200
José Silva Lopes	-	760
José Fernando Maia de Araújo e Silva	80	80
João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo	840	840
	<b>46.038</b>	<b>15.070</b>

Os membros do Conselho de Administração da EDP Renováveis não comunicaram e o accionista maioritário não tem conhecimento de qualquer conflito de interesses previsto no artigo 229º da "Ley de Sociedades Anónimas" (Código das Sociedades Comerciais Espanhol).

Em cumprimento com o artigo 229º da "Ley de Sociedades Anónimas", os membros e as partes relacionadas, da administração do accionista maioritário declararam que não exerceram cargos de responsabilidade em empresas com actividade idêntica, semelhante ou complementar à actividade da EDP Renováveis, e que não exerceram por conta própria ou por conta de outrem qualquer actividade em empresas com actividade idêntica, semelhante ou complementar à actividade da EDP Renováveis, com as seguintes excepções:

<b>Membro do Órgão Social</b> <b>Empresa</b>	<b>Cargo ocupado</b>
<b>António Luís Guerra Nunes Mexia:</b>	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração Executivo
EDP - Energias do Brasil, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
<b>Ana Maria Machado Fernandes:</b>	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Administrador
EDP - Energias do Brasil, S.A.	Administrador
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Administrador
EDP Renewables Europe, S.L.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Renováveis Brasil, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
<b>João Manuel Manso Neto:</b>	
Naturgás Energia, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Administrador
EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Gás.com - Comércio de Gás Natural, S.A.	Administrador
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Eléctrica de la Ribera de Ebro, S.L. (Elebro)	Presidente do Conselho de Administração
Hidrocantábrico Energia, S.A.U.	Presidente do Conselho de Administração
Empresa Hidroeléctrica do Guadiana, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Energia Ibérica S.A.	Administrador
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Administrador
EDP - Energias do Brasil, S.A.	Administrador
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Administrador
<b>Manuel Menéndez Menéndez:</b>	
Naturgás Energía, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Enagas, S.A.	Representante permanente
EDP Renewables Europe, S.L.	Administrador
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Presidente do Conselho de Administração

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Nome do membro do Órgão Social	Cargo ocupado
Empresa	
<b>Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira:</b>	
EDP Renewables Europe, S.L.	Administrador
Generaciones Especiales I, S.L.	Administrador
EDP Renováveis Portugal, S.A.	Administrador
Malhadizes – Energia Eólica, S.A.	Administrador
EDP Renewables Canada, Ltd	Administrador
Relax Wind Park III SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Supervisão
Relax Wind Park I SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Supervisão
EDP Renewables Polska SP. Z O.O	Administrador
Elektrownia Wiatrowa Kresy I SP. Z O.O.	Administrador
Masovia Wind Farm I SP. Z O.O.	Administrador
Farma Wiatrowa Starozreby SP. Z O.O.	Administrador
Karpacka Mala Energetyka SP. Z O.O	Administrador
Relax Wind Park IV SP. Z O.O	Membro do Conselho de Supervisão
Relax Wind Park II SP. Z O.O	Membro do Conselho de Supervisão
EDP Renováveis Brasil, S.A.	Administrador
<b>Luís Abreu Castelo-Branco Adão da Fonseca:</b>	
EDP Renewables Europe, S.L.	Administrador
Generaciones Especiales I, S.L.	Administrador
EDP Renováveis Portugal, S.A.	Administrador
EDP Renewables Romania, Srl	Administrador
Cernavoda Power, Srl	Administrador
Pochidia Wind Farm, S.A.	Administrador
EDP Renewables Canada, Ltd	Administrador
Relax Wind Park III SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Supervisão
Relax Wind Park I SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Supervisão
EDP Renewables Polska SP. Z O.O	Administrador
Elektrownia Wiatrowa Kresy I SP. Z O.O.	Administrador
Masovia Wind Farm I SP. Z O.O.	Administrador
Farma Wiatrowa Starozreby SP. Z O.O.	Administrador
Karpacka Mala Energetyka SP. Z O.O	Administrador
Relax Wind Park II SP. Z O.O	Membro do Conselho de Supervisão
EDPR UK, Ltd	Administrador
Moray Offshore Renewables, Ltd	Administrador
Maccoll Offshore Windfarm, Ltd	Administrador
Stevenson Offshore Windfarm, Ltd	Administrador
Telford Offshore Windfarm, Ltd	Administrador
EDP Renewables Italia, Srl	Administrador
EDP Renováveis Brasil, S.A.	Administrador
EDP Inovação, S.A.	Administrador
<b>João Paulo Nogueira Sousa Costeira:</b>	
Eneroliva S.A.	Administrador
EDP Renewables Europe, S.L.	Administrador
Generaciones Especiales I, S.L.	Administrador
EDP Renováveis Portugal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Malhadizes – Energia Eólica, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	Administrador
Eólica de Montenegro, S.A.	Administrador
ENEOP 2 – Exploração de Parques Eólicos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Eólica dos Altos de Salgueiros-Guilhado, S.A.	Presidente da Assembleia Geral
Eólica de Alvarrões, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Eólica do Espigão, S.A.	Administrador
Eólica do Bravo, S.A	Presidente da Assembleia Geral
Eólica do Campanário, S.A.	Presidente da Assembleia Geral
Eólica da Terra do Mato, S.A.	Administrador
Eólica do Alto da Lagoa, S.A.	Administrador
Eólica do Alto do Mourisco, S.A.	Administrador
Eólica das Serras das Beiras, S.A.	Administrador
Eólica do Alto Douro, S.A.	Administrador
Eólica do Monte das Castelhanas, S.A	Presidente do Conselho de Administração

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Nome do membro do Órgão Social	Cargo ocupado	
Empresa		
João Paulo Nogueira Sousa Costeira:		1
Eólica da Lomba, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	2
Eólica do Cachopo, S.A.	Presidente da Assembleia Geral	3
Eólica do Cotão, S.A.	Presidente	4
EDP Renewables Romania, Srl	Administrador	5
Cernavoda Power, Srl	Administrador	6
Greenwind, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	7
EDP Renewables France, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	8
Centrale Eolienne Neo Truc de l'Homme, SAS	Presidente do Conselho de Administração	9
Eolienne de Calengeville, SAS	Presidente do Conselho de Administração	10
Neo Plouvien, SAS	Presidente do Conselho de Administração	11
Parc Eolien de la Hetroye, SAS	Presidente do Conselho de Administração	12
Eolienne de Saugueuse, SARL	Gerente	13
Eolienne des Bocages, SARL	Gerente	14
Eolienne d'Etalondes, SARL	Gerente	15
Parc Eolien d'Ardennes, SARL	Gerente	16
Parc Eolien de Mancheville, SARL	Gerente	17
Parc Eolien de Roman, SARL	Gerente	18
Relax Wind Park III SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Supervisão	19
Relax Wind Park I SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Supervisão	20
EDP Renewables Polska SP. Z O.O.	Administrador	21
Elektrownia Wiatrowa Kresy I SP. Z O.O.	Administrador	22
Masovia Wind Farm I SP. Z O.O.	Administrador	23
Farma Wiatrowa Starozreby SP. Z O.O.	Administrador	24
Karpacka Mala Energetyka SP. Z O.O.	Administrador	25
Relax Wind Park IV SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Supervisão	26
Relax Wind Park II SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Supervisão	27
EDPR UK, Ltd	Administrador	28
Moray Offshore Renewables, Ltd	Administrador	29
Maccoll Offshore Windfarm, Ltd	Administrador	30
Stevenson Offshore Windfarm, Ltd	Administrador	31
Telford Offshore Windfarm, Ltd	Administrador	32
EDP Renewables Italia, Srl	Administrador	33
Operação e Manutenção Industrial, S.A.	Administrador	34
Gabriel Alonso Imaz:		35
EDP Renewables Canada, Ltd.	Presidente do Conselho de Administração	36
EDP Renewables North America, LLC e subsidiárias	Presidente do Conselho de Administração	37
		38
		39
		40
		41
		42
		43
		44
		45
		46
		47

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Adicionalmente os membros do Conselho de Administração declararam que não têm investimentos no capital social em empresas com actividade idêntica, semelhante ou complementar à actividade da EDP Renováveis, com as seguintes excepções:

<b>Membro do órgão social</b>	<b>Número de acções</b>
<b>Empresa</b>	
António Luís Guerra Nunes Mexia:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	41.000
EDP - Energias do Brasil, S.A.	1
João Manuel Manso Neto:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	1.268
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	100.000
EDP - Energias do Brasil, S.A.	1
Gabriel Alonso Imaz:	
Iberdrola	50
João Manuel de Mello Franco:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	4.550
REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A.	380
Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	2.379

### Remunerações dos Órgãos Sociais

De acordo com os estatutos, as remunerações dos membros do Conselho de Administração são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada em Assembleia Geral, com base na remuneração global autorizada pela Assembleia Geral. O Conselho de Administração aprova o montante exacto a ser pago a cada administrador com base nesta proposta.

Com referência em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

	<b>31 Dez 2011</b>	<b>31 Dez 2010</b>
(Milhares de Euros)		
Presidente	551.362	592.939
Vogais	512.083	565.000
	<b>1.063.445</b>	<b>1.157.939</b>

Em 4 de Novembro de 2008 a EDP, S.A. e a EDP Renováveis assinaram um Contrato de Prestação de Serviços de Administração Executiva, renovado a 4 de Maio de 2011 e com efeitos desde 18 de Março de 2011. No âmbito deste contrato, a EDP fornece serviços de gestão à EDP Renováveis, incluindo questões relacionadas com a gestão corrente da empresa. Nos termos deste acordo a EDP nomeia três pessoas da EDP, S.A. para fazer parte da Comissão Executiva da EDP Renováveis, para o qual a EDP Renováveis paga à EDP um valor definido pelo Sub-Comité Partes Interessadas e aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral.

Nos termos deste contrato, a EDP Renováveis deve pagar um montante de 380 milhares de euros relativo a serviços de gestão prestados pela EDP, S.A. em 2011 (2010: 836 milhares de Euros).

Adicionalmente, a remuneração dos membros do Conselho de Administração, definidos como administradores chave e excluindo o presidente do Conselho de Administração, foi, em 2011, de 1.857 milhares de Euros (2010: 1.252 milhares de Euros). Estes não recebem quaisquer benefícios não monetários relevantes sob a forma de remunerações.

O plano de benefícios de reforma para os membros do Conselho de Administração, excluindo o presidente do Conselho de Administração, variam entre 3% a 6% do seu salário anual.

Com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 não existem empréstimos concedidos nem adiantamentos a órgãos de gestão.

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### Saldos e transacções com partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2011 os activos e passivos com partes relacionadas são analisados como segue:

	Activos	Passivos	Valor Líquido
(Milhares de Euros)			
EDP Energias de Portugal, S.A.	10.025	5.574	4.451
EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	247.999	108.110	139.889
Empresas do Grupo EDP	42.862	2.994.639	-2.951.777
Empresas do Grupo Hidrocentrítrico	46.370	1.746	44.624
Empresas associadas	224.114	2.169	221.945
Empresas sob controlo conjunto	5.030	840	4.190
Outras	-	591	-591
	<b>576.400</b>	<b>3.113.669</b>	<b>-2.537.269</b>

Os passivos respeitam essencialmente a empréstimos contraídos pela EDP Renováveis junto da EDP Finance BV no montante de 2.986.433 milhares de Euros.

Com referência a 31 de Dezembro de 2010, os activos e passivos com partes relacionadas são analisados como segue:

	Activos	Passivos	Valor Líquido
(Milhares de Euros)			
EDP Energias de Portugal, S.A.	4	15.079	(15.075)
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	226.106	156.902	69.204
Empresas do Grupo EDP	45.169	2.803.263	-2.758.094
Empresas do Grupo Hidrocentrítrico	48.498	2.017	46.481
Empresas associadas	132.535	2.266	130.269
Empresas sob controlo conjunto	7.239	840	6.399
Outras	757	2.733	-1.976
	<b>460.308</b>	<b>2.983.100</b>	<b>-2.522.792</b>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, as transacções com partes relacionadas são analisadas como segue:

	Proveitos exploração	Proveitos financeiros	Custos exploração	Custos financeiros
(Milhares de Euros)				
EDP Energias de Portugal, S.A.	-	4.861	-11.285	-3.197
EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	-	15.633	-8.368	-2.174
Empresas do Grupo EDP	136.903	343	-6.354	-152.362
Empresas do Grupo Hidrocentrítrico	358.814	-	-4.994	-700
Empresas associadas	1.533	6.820	-	-69
Empresas sob controlo conjunto	767	5.618	-	-
Outras	233	-	-638	-
	<b>498.250</b>	<b>33.275</b>	<b>-31.639</b>	<b>-158.502</b>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, as transacções com partes relacionadas são analisadas como segue:

	Proveitos exploração	Proveitos financeiros	Custos exploração	Custos financeiros
(Milhares de Euros)				
EDP Energias de Portugal, S.A.	11.664	2.332	-2.929	-3.053
EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	-	3.015	-6.969	-1.438
Empresas do Grupo EDP	138.124	756	-3.217	-140.074
Empresas do Grupo Hidrocentrítrico	249.062	-	-4.336	-
Empresas associadas	1.226	2.971	-	-
Empresas sob controlo conjunto	644	4.710	-	-
Outras	5.702	663	-99	-
	<b>406.422</b>	<b>14.447</b>	<b>-17.550</b>	<b>-144.565</b>

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Com o objectivo de cobrir o risco cambial existente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDP Renováveis bem como nas demonstrações financeiras da EDP Sucursal, o Grupo EDP contratou um "swap" de taxa de juro e moeda ("CIRS") em dólares americanos e em Euros, entre a EDP Renováveis e a EDP Sucursal. Em cada período de reporte, o CIRS é reavaliado ao seu valor justo valor, o que corresponde a uma reavaliação à data da moeda estrangeira, resultando numa cobertura perfeita (reavaliação do investimento na EDPR NA e do financiamento externo em USD). O montante a pagar pela EDP Renováveis à EDP Sucursal a 31 de Dezembro de 2011, relacionado com este CIRS é de 208.460 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2010: 144.049 milhares de Euros a pagar) (ver nota 37 e 39).

O Grupo EDP Renováveis, no âmbito da sua actividade operacional, têm de apresentar garantias a favor de determinados fornecedores em articulação com contratos de energias renováveis. Normalmente, estas garantias são concedidas pela EDP, S.A., através da EDP Sucursal. Com referência a 31 de Dezembro de 2011, a EDP, S.A. e a Hidroantábrico concederam garantias financeiras (30.768 milhares de Euros, 31 de Dezembro de 2010: 57.951 milhares de Euros) e operacionais (336.623 milhares de Euros, 31 de Dezembro de 2010: 439.195 milhares de Euros), aos seus fornecedores a favor da EDPR EU e da EDPR NA. As garantias operacionais são concedidas na sequência dos compromissos assumidos pela EDPR EU e EDPR NA e respeitam na sua maioria à aquisição de activos fixos tangíveis, contratos de fornecimento, turbinas e contratos de energia (contratos de compra de energia) (ver nota 40).

A EDP Renováveis no âmbito da sua actividade realiza transacções comerciais com partes relacionadas em condições normais de mercado.

Em 2011 e 2010, a empresa não tem qualquer obrigação relativa a pensões ou seguros de vida com os seus anteriores ou actuais administradores.

### 42. JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado, sempre que disponível, na cotação de mercado. Caso esta não exista, o justo valor é determinado através de modelos internos, os quais se baseiam em técnicas de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções, ou através de cotações fornecidas por entidades externas.

Os instrumentos "non-standard" podem necessitar de técnicas alternativas, as quais consideram as suas características e as práticas geralmente aceites pelo mercado, aplicáveis a esses instrumentos. Estes modelos são desenvolvidos considerando as variáveis de mercado que afectam o instrumento subjacente, nomeadamente curvas de rendimento, taxas de câmbio e factores de volatilidade.

Os dados de mercado são obtidos através de fornecedores de dados financeiros geralmente aceites (Bloomberg e Reuters).

Com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a tabela seguinte apresenta a curva das taxas de juro das principais moedas às quais o Grupo está exposto. Estas taxas de juro foram utilizadas como base para o cálculo do justo valor através dos modelos internos referidos anteriormente:

	31 Dez 2011			31 Dez 2010		
	Moedas			Moedas		
	EUR	USD	BRL	EUR	USD	BRL
3 meses	1,36%	0,58%	10,41%	1,01%	0,30%	10,90%
6 meses	1,62%	0,81%	10,15%	1,23%	0,46%	11,61%
9 meses	1,79%	0,97%	10,04%	1,37%	0,61%	11,90%
1 ano	1,95%	1,13%	10,04%	1,51%	0,78%	12,04%
2 anos	1,31%	0,73%	10,48%	1,56%	0,79%	12,27%
3 anos	1,36%	0,82%	10,75%	1,89%	1,26%	12,15%
5 anos	1,72%	1,23%	10,98%	2,49%	2,17%	11,95%
7 anos	2,07%	1,64%	11,05%	2,93%	2,83%	11,85%
10 anos	2,38%	2,03%	11,22%	3,32%	3,41%	11,90%

Os instrumentos de capital não cotados, para os quais não existe uma estimativa fiável e consistente do justo valor através de modelos internos ou externos são reconhecidos ao custo histórico.

### Instrumentos financeiros disponíveis para venda e activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os instrumentos financeiros cotados são reconhecidos ao justo valor baseado em preços de mercado. Os instrumentos financeiros para os quais não existe uma estimativa fiável do justo valor são registados na Demonstração da posição financeira, ao custo histórico (nota 20).

### Caixa e equivalentes de caixa, clientes e fornecedores

Estes instrumentos financeiros incluem essencialmente activos e passivos financeiros de curto prazo. Dada a sua natureza de curto prazo, à data do balanço o valor contabilístico não difere significativamente do justo valor.

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### Dívida financeira

O justo valor da dívida financeira é calculado através de modelos internos baseados em técnicas geralmente aceites de fluxos de caixa descontados. À data do balanço, o valor dos empréstimos de taxa variável corresponde aproximadamente ao seu justo valor. No caso de empréstimos de taxa fixa, maioritariamente os empréstimos concedidos por empresas do Grupo EDP, o seu justo valor é calculado através de modelos internos baseados em técnicas de fluxos de caixa descontados geralmente aceites pelo mercado.

### Instrumentos financeiros derivados

Todos os instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor. Para os instrumentos financeiros derivados cotados em mercados organizados é utilizado o preço de mercado. Para os instrumentos financeiros derivados "over-the-counter" (OTC), o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções geralmente aceites pelo mercado, ou pela cotação do vendedor.

### "Swap" de taxa de juro e moeda ("CIRS") com a EDP Sucursal (nota 39)

Com o objectivo de cobrir o risco de câmbio resultante do investimento na EDPR NA, o Grupo efectuou um CIRS em USD e Euros com a EDP Sucursal. Este derivado é apresentado na Demonstração da posição financeira ao justo valor, o qual é estimado descontando os fluxos de caixa estimados em USD e Euros. As taxas de desconto e as taxas de juro "forward" foram baseadas na curva das taxas de juro acima mencionadas e as taxas de câmbio USD/EUR são as divulgadas na nota 30. Ver adicionalmente as notas 14, 24, 25 e 29.

O justo valor dos activos e passivos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	31 Dezembro 2011			31 Dezembro 2010		
	Valor contab.	Justo valor	Diferença	Valor contab.	Justo valor	Diferença
(Milhares de Euros)						
<b>Activos financeiros</b>						
Activos financeiros disponíveis para venda	9.618	9.618	-	18.380	18.380	-
Clientes	146.105	146.105	-	143.650	143.650	-
Devedores e outros activos de actividades comerciais	144.240	144.240	-	154.171	154.171	-
Outros devedores e outros activos	559.438	559.438	-	434.990	434.990	-
Instrumentos financeiros derivados	18.080	18.080	-	9.470	9.470	-
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	211	211	-	35.744	35.744	-
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	219.922	219.922	-	500.639	500.639	-
	<b>1.097.614</b>	<b>1.097.614</b>	<b>-</b>	<b>1.297.044</b>	<b>1.297.044</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Dívida financeira	3.826.122	3.398.053	-428.069	3.533.590	3.386.458	-147.132
Fornecedores	665.252	665.252	-	705.896	705.896	-
Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	1.796.809	1.796.809	-	1.644.048	1.644.048	-
Credores e outros passivos de actividades comerciais	446.571	446.571	-	445.218	445.218	-
Outros credores e outros passivos	142.672	142.672	-	465.944	465.944	-
Instrumentos financeiros derivados	235.697	235.697	-	172.715	172.715	-
	<b>7.113.123</b>	<b>6.685.054</b>	<b>-428.069</b>	<b>6.967.411</b>	<b>6.820.279</b>	<b>-147.132</b>

A EDP Renováveis enquadrrou a forma como é obtido o justo valor dos seus activos e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor. Os níveis apresentados são os seguintes:

- Nível 1 - Justo valor calculado com base na cotação (não ajustada) disponível em mercados activos para os activos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Justo valor calculado com base em "inputs" de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para o activo ou passivo, quer directamente (como sejam preços) ou indirectamente (como sejam derivados de preços);
- Nível 3 - Justo valor dos activos e passivos calculado com base em "inputs" que não são baseados em informação observável em mercado.

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	31 Dezembro 2011			31 Dezembro 2010		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
(Milhares de Euros)						
<b>Activos financeiros</b>						
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	9.618	-	-	18.380
Instrumentos financeiros derivados	-	18.080	-	-	9.470	-
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	-	211	-	35.335	409	-
	-	<b>18.291</b>	<b>9.618</b>	<b>35.335</b>	<b>9.879</b>	<b>18.380</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Passivos decorrentes de opções de interesses não controláveis	-	-	4.112	-	-	271.338
Instrumentos financeiros derivados	-	235.697	-	-	172.715	-
	-	<b>235.697</b>	<b>4.112</b>	-	<b>172.715</b>	<b>271.338</b>

Com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os movimentos verificados nos activos e passivos financeiros dentro do Nível 3 são analisados como segue:

	Activos financeiros disponíveis para venda		Credores e outros passivos	
	31 Dez 2011	31 Dez 2010	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>18.380</b>	<b>12.630</b>	<b>271.338</b>	<b>303.783</b>
Ganhos/ (Perdas) em outros rendimentos integrais	2.070	-934	-	-
Aquisições	-	6.684	3.356	36.584
Variações de justo valor/Pagamentos	-	-	-270.582	-69.029
Alienações	-10.832	-	-	-
Transferências de / (para) Nível 3	-	-	-	-
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>9.618</b>	<b>18.380</b>	<b>4.112</b>	<b>271.338</b>

A negociação e outros pagamentos de nível 3 estão relacionados com Passivos decorrentes de opções de interesses não controláveis (ver nota 31).

### 43. EVENTOS RELEVANTES E SUBSEQUENTES

#### Participação Imputável à China Three Gorges de 21,35% dos direitos de voto

A China Three Gorges Corporation ("CTG") comunicou à EDP que assinou um Acordo de Venda Directa de Referência com a Parpública - Participações Públicas (S.G.P.S.), S.A. para a aquisição de 780.633.782 acções, representativas de 21,35% do capital social da EDP e dos respectivos direitos de voto. A imputação da participação qualificada resulta da celebração do aludido acordo, relativo à execução da 8ª fase de reprivatização da EDP.

A aquisição das acções acima mencionadas está sujeita à verificação prévia de certas condições, nomeadamente a obtenção de aprovações de autoridades regulatórias de determinadas jurisdições.

Embora a aquisição das referidas acções não se encontre concluída, a lei portuguesa atribui relevo, para certos efeitos, à imputação dos direitos de voto, resultante da celebração de acordo para a aquisição de acções de sociedades cotadas.

### 44. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, podem ser analisadas como segue:

#### IAS 24 (Revista) - Divulgações de Partes Relacionadas

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IAS 24 (Revista) – Divulgações de Partes Relacionadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida.

A versão revista, simplifica os requisitos de divulgação para as entidades ligadas à administração pública e clarifica a definição de uma parte relacionada. Desde modo, a norma exige que as entidades divulguem nas suas demonstrações financeiras as informações relativas às transacções com as partes relacionadas. Em termos gerais, duas partes estão relacionadas entre si, se uma delas controla ou influencia a outra.

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

### Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

As principais alterações são as seguintes:

- isenção parcial dos requisitos de divulgação do parágrafo 18 no que respeita às transacções e saldos pendentes com entidades ligadas à administração pública;
- simplificação da definição de "parte relacionada".

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos da adopção desta alteração.

#### **IFRIC 14 (alterada) - Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, alterações à IFRIC 14 – Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Estas alterações foram adoptadas pela União Europeia em Julho de 2010.

A alteração à IFRIC 14, é em si uma interpretação da norma IAS 19 Benefícios dos Empregados. A alteração aplica-se em circunstâncias específicas quando uma entidade está sujeita a requisitos de financiamento mínimos e faz um pagamento antecipado de contribuições para cobrir essas necessidades. A alteração permite que uma entidade trate o benefício de um pagamento antecipado como um activo.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos da adopção desta interpretação.

#### **IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir da data de início do seu primeiro exercício financeiro que comece após 30 de Junho de 2010, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação trata o modo como uma entidade deve contabilizar as transacções em que os termos de um passivo financeiro são renegociados e resultam numa emissão pela entidade de instrumentos de capital próprio em favor de um seu credor com a resultante extinção da totalidade ou de parte desse passivo financeiro.

Uma entidade não deve aplicar esta interpretação se:

- o credor é também accionista, directa ou indirectamente, e actua na sua capacidade de accionista directo ou indirecto;
- o credor e a entidade são controlados pela mesma parte ou partes antes e após a transacção e a substância da transacção inclui uma distribuição de capitais próprios pela entidade ou uma contribuição para os capitais próprios da entidade;
- a extinção do passivo financeiro através da emissão de títulos de capital próprio está em conformidade com os termos originais do passivo financeiro.

Esta interpretação clarifica que:

- os instrumentos de capital próprio da entidade emitidos a um credor fazem parte da retribuição para extinguir o passivo financeiro;
- os instrumentos de capital próprio são mensurados pelo seu justo valor. Se o seu justo valor não puder ser mensurado de forma fiável, esses instrumentos devem ser mensurados de modo a reflectir o justo valor do passivo financeiro extinto;
- a diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro extinto e o valor inicialmente registado dos instrumentos de capital próprio emitidos deve ser incluído no resultado líquido do exercício.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos da adopção desta interpretação.

#### **Annual Improvement Project**

Em Maio de 2010, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou normas que se encontravam em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa.

- Alteração à IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2011. Esta alteração estabelece que: (i) no caso de a entidade alterar as suas políticas contabilísticas ou usar as isenções previstas nesta norma deverá explicar as diferenças entre o seu primeiro relatório financeiro intercalar e as suas primeiras demonstrações financeiras; (ii) se uma entidade usar a isenção prevista na norma relativa a operações sujeitas a taxas regulamentadas deve divulgar esse facto, bem como a base na qual as quantias escrituradas foram determinadas anteriormente.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IFRS 3 - Concentração de actividades empresariais, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2011. Esta alteração clarifica que : (i) os saldos de retribuição contingentes decorrentes de concentrações de actividades empresariais em que a data de aquisição seja anterior à data em que uma entidade aplicou pela primeira vez esta norma não devem ser ajustados ; (ii) quando um acordo de concentração de actividades previr um ajustamento no custo da concentração dependente de acontecimentos futuros, o adquirente deve incluir a quantia desse ajustamento no custo de concentração da actividade à data da aquisição se o ajustamento for provável e puder ser mensurado com fiabilidade; e (iii) o acordo de concentração de actividades poder permitir ajustamentos no custo de concentração que estejam dependentes de acontecimentos futuros.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

- Alteração à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2011. A alteração efectuada a esta norma simplifica as divulgações quantitativas uma vez que deixa de ser necessário: (i) divulgar a quantia escriturada de activos financeiros cujos termos foram renegociados e que, caso contrário, estariam vencidos ou em imparidade; e (ii) descrever as garantias colaterais devedoras pela entidade a título de caução e outras melhorias da qualidade de crédito e, salvo se impraticável, uma estimativa do seu justo valor relacionada com os activos financeiros renegociados.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2011. Esta alteração estabelece que na demonstração de alterações no capital próprio para cada componente do capital próprio tem que existir uma reconciliação entre a quantia escriturada no início e no final do período, divulgando separadamente as alterações resultantes de: (i) lucros ou prejuízos; (ii) outro rendimento integral; e (iii) transacções com proprietários nessa qualidade, mostrando separadamente as contribuições e distribuições a proprietários e as alterações nos interesses de propriedade em subsidiárias que não resultam em perda de controlo.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2011. A alteração efectuada visa clarificar e dar ênfase às informações que devem ser divulgadas aquando do relato financeiro intercalar.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2011. Esta alteração estabelece que uma entidade pode estimar o justo valor dos créditos de prémio por referência ao justo valor dos prémios pelos quais podem ser trocados. O justo valor dos créditos de prémio tem em conta: (i) a quantia correspondente aos descontos ou incentivos que seriam oferecidos aos clientes que não ganharam créditos de prémio numa venda inicial; e (ii) a proporção dos créditos de prémio que não se espera que venham a ser resgatados por clientes.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

### **Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Grupo IFRS 1 (Alterada) - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Dezembro de 2010, alterações à IAS IFRS1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Estas alterações não foram ainda adoptadas pela União Europeia.

A alteração à IFRS 1 introduz uma isenção específica na primeira adopção das IFRS para as entidades que operam em economias anteriormente classificadas como hiper-inflacionárias, deste modo quando a data de transição para as IFRS é posterior ou corresponde à data em que a moeda funcional da entidade estabilizou, a entidade pode optar por mensurar na data de transição, todos os activos e passivos detidos à data da normalização, ao justo valor.

O Grupo não espera impactos significativos com a adopção desta norma.

### **IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre activos e passivos financeiros**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Dezembro de 2011, alterações à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Com esta alteração, as divulgações dos instrumentos financeiros passam a incluir informações que permitirão avaliar o efeito ou o potencial efeito dos acordos de compensação, incluindo os direitos de compensação reconhecidos como activos e passivos financeiros na Demonstração da Posição Financeira.

A adopção desta norma apenas terá impacto ao nível das divulgações nas notas às demonstrações financeiras do Grupo.

### **IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de activos financeiros**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Outubro de 2010 um conjunto de alterações à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, com data efectiva de aplicação obrigatória para os exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida.

As alterações à IFRS 7, vêm clarificar as divulgações exigidas em relação a todos os activos financeiros que não tenham sido desreconhecidos e qualquer envolvimento continuado num activo transferido, existente à data de relato, independentemente do momento em que tenha ocorrido a transferência.

Uma entidade transfere a totalidade ou parte do activo financeiro se e apenas se:

- transferir os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa desse activo financeiro; ou
- retiver os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa desse activo financeiro, mas assumir uma obrigação contratual de pagar esses fluxos de caixa a um ou mais beneficiários num acordo.

Em cada data de relato, as divulgações exigidas relativamente aos activos financeiros transferidos não desreconhecidos na sua totalidade incluem: (i) a natureza dos activos transferidos; (ii) a natureza dos riscos e benefícios inerentes entre os activos transferidos e os passivos associados.

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

### Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Para os activos financeiros transferidos desreconhecidos na sua totalidade, as divulgações exigidas incluem: (i) a quantia escriturada dos activos e passivos reconhecidos na demonstração da posição financeira e que representam o envolvimento continuado nos activos desreconhecidos, bem como as rubricas em que estes activos e passivos se encontram reconhecidos; (ii) o justo valor dos activos e passivos que representam o envolvimento continuado da entidade nos activos financeiros desreconhecidos; (iii) a quantia que melhor representa a exposição máxima da entidade a perdas decorrentes do seu envolvimento continuado nos activos desreconhecidos e o modelo como essa exposição é determinada; e (iv) os fluxos de caixa não descontados que sejam ou possam ser necessários para a recompra de activos financeiros desreconhecidos ou de outras quantias a pagar em relação aos activos transferidos.

Adicionalmente, uma entidade deve divulgar, para cada tipo de envolvimento continuado:

- os ganhos ou perdas reconhecidos à data da transferência dos activos;
- os rendimentos e gastos reconhecidos, no decorrer do período de relato e acumulados, devido ao envolvimento continuado da entidade nos activos;
- se a totalidade dos proveitos resultantes da transferência num período de relato não estiver uniformemente distribuída ao longo do mesmo;
- em que momento ocorreu a transferência durante o período de relato em causa;
- a quantia reconhecida nesse momento do período de relato;
- a quantia total dos proveitos da transferência nesse momento do período de relato.

Esta informação deve ser divulgada sempre que seja apresentada uma demonstração do rendimento integral.

A adopção desta norma apenas terá impacto ao nível das divulgações nas notas às demonstrações financeiras do Grupo.

#### **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta estes activos financeiros e dos fluxos de caixa contratados a cada activo financeiro;
- apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida e que uma entidade detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor; e
- os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital no seu reconhecimento inicial e registar as variações de justo valor subsequentes e as mais ou menos-valias realizadas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas reconhecidos em reservas não podem ser reclassificados para resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam reconhecidos desta forma. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício em que são recebidos.

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

#### **IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Maio de 2011, a IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados, substituindo a IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e a SIC 12 - Consolidação de SPE. Esta norma estabelece um modelo único a ser aplicado na avaliação da existência de controlo sobre subsidiárias, em que um investidor detém controlo sobre uma subsidiária quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na subsidiária e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao poder sobre a mesma.

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

#### **IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Maio de 2011, a IFRS 11 – Empreendimentos Conjuntos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma substitui a IAS 31 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos e introduz um conjunto de alterações na contabilização dos investimentos conjuntamente controlados, sendo o principal aspecto a eliminação da opção de consolidação de empreendimentos conjuntos pelo método de consolidação proporcional, os quais passam a ser obrigatoriamente registados.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Nos termos desta norma, a estrutura de um empreendimento conjunto deixa de ser o principal factor na determinação da contabilização. A classificação de um empreendimento conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica do acordo contractual e de outros factos e circunstâncias.

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

### **IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Maio de 2011, a IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma requer que seja divulgada informação que permita avaliar a natureza e os riscos associados nas participações em outras entidades e os efeitos dessas participações nas demonstrações financeiras. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- nas participações em subsidiárias, deve ser divulgado: (i) a composição do grupo; (ii) interesses não controláveis; (iii) restrições sobre a capacidade de aceder ou utilizar os activos e liquidar os passivos da subsidiária; (iv) a natureza e as alterações nos riscos associados às participações; e (v) alterações na participação detida que pode ou não resultar numa perda de controle durante o exercício.

- nas participações em empresas não consolidadas deve ser divulgada: (i) a natureza, extensão e efeitos financeiros das participações; e (ii) a natureza e as alterações nos riscos associados nas participações em participações não consolidadas.

- nas participações em empreendimentos conjuntos e associadas deve ser divulgada: (i) a natureza extensão e efeitos financeiros das participações em empreendimentos conjuntos e associadas, incluindo a natureza e os efeitos da sua relação contratual com os outros investidores ; e (ii) a natureza e as alterações nos riscos associados nas participações em empreendimentos conjuntos e associadas.

O Grupo não espera impactos significativos com a adopção desta norma.

### **IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Maio de 2011, a IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma substitui a orientação sobre a mensuração do valor justo nas normas existentes. É definido o conceito de justo valor, fornece orientação sobre como determinar o justo valor e exige divulgações à sua mensuração. No entanto, não altera os requisitos para a mensuração ou divulgação pelo justo valor.

O Grupo não espera impactos significativos com a adopção desta norma.

### **IAS 1 (Alterada) - Apresentação das Demonstrações Financeiras**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Junho de 2011, alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: Rendimento integral, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2012, sendo a sua adopção antecipada permitida. Estas alterações não foram ainda adoptadas pela União Europeia.

Esta alteração consiste no seguinte:

- mantém a opção de apresentar os resultados e o rendimento integral numa única demonstração financeira, ou em demonstrações financeiras separadas mas consecutivas;
- os montantes apresentados na demonstração do rendimento integral e o seu respectivo efeito fiscal devem ser agrupados entre aqueles que vão ou não ser posteriormente reclassificados para resultados.
- os impostos da demonstração do rendimento integral devem ser alocados na mesma base.

O Grupo não espera impactos significativos com a adopção desta norma.

### **IAS 12 (Alterada) - Imposto sobre o rendimento**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Dezembro de 2011, alterações à IAS 12 – Imposto sobre o rendimento: Recuperação de activos não depreciáveis revalorizados, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2012, sendo a sua adopção antecipada permitida. Estas alterações não foram ainda adoptadas pela União Europeia.

A alteração à IAS 12 estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será sempre pela venda para efeitos de determinação do respectivo impacto fiscal.

O Grupo não espera impactos significativos com a adopção desta norma.

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

### IAS 19 (Alterada) - Benefícios aos empregados

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Junho de 2011, alterações à IAS 19 – Benefícios aos empregados, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Estas alterações não foram ainda adoptadas pela União Europeia.

A alteração à IAS 19, consiste no seguinte:

- elimina a opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecido como "método de corredor", melhorando a comparabilidade e fidelidade da informação divulgada;
- racionaliza a divulgação de alterações nos activos e passivos decorrentes de planos de benefício definido, onde as mensurações subsequentes devem ser apresentadas em rendimento integral separando essas mudanças das operações decorrentes da actividade operacional da entidade; e
- melhora os requisitos de divulgação dos planos de benefícios definidos: as suas características e os riscos a que as entidades estão expostos através da participação nestes planos.

O Grupo não espera impactos significativos com a adopção desta norma.

### IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Individuais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Maio de 2011, a IAS 27 (Alterada) – Demonstrações Financeiras Individuais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

No âmbito do projecto relativo à alteração das normas de consolidação, o International Accounting Standards Board (IASB) procedeu à emissão em 2011 do IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas que aborda o princípio de controle e as exigências relativas à elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Como resultado, a IAS 27 contém somente os requisitos relativos às demonstrações financeiras individuais.

O Grupo não espera impactos significativos com a adopção desta norma.

### IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Joint Ventures

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Maio de 2011, a IAS 28 (Alterada) – Investimentos em Associadas e Joint Ventures, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

No âmbito do projecto relativo às Joint Ventures, o International Accounting Standards Board (IASB) decidiu incorporar a contabilização das Joint Ventures na IAS 28 uma vez que o método de equivalência patrimonial é aplicável nas joint ventures e nas associadas.

O Grupo não espera impactos significativos com a adopção desta norma.

### IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Dezembro de 2011, alterações à IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida. Estas alterações não foram ainda adoptadas pela União Europeia.

Esta alteração clarifica: (i) o significado de "uma entidade ter no momento presente o direito legal para compensar os valores reconhecidos; e (ii) que alguns sistemas de liquidação sobre uma base líquida podem ser considerados equivalentes a realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo não espera impactos significativos com a adopção desta norma.

## 45. MATÉRIAS AMBIENTAIS

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da actividade normal do Grupo.

As despesas de carácter ambiental são registadas nos custos do exercício, excepto se se qualificarem para reconhecimento como um activo, conforme determinado pela IAS 16.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Durante o exercício, o Grupo reconheceu despesas em resultados do exercício referentes a custos com o plano de gestão ambiental e que se detalham como segue:

	31 Dez 2011	31 Dez 2010
(Milhares de Euros)		
Investimento na área do ambiente	1.910	1.802
	<b>1.910</b>	<b>1.802</b>

Em 2008 iniciou-se o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). O objectivo do SGA é incentivar as boas práticas ambientais, focando-se na protecção dos recursos naturais e gestão de resíduos e desperdícios, com o compromisso de melhoria contínua da performance ambiental.

Na Europa, a EDP Renováveis renovou a certificação obtida para trinta e três dos seus parques eólicos em funcionamento (em 958MW) nos termos da ISO 14001.

Conforme referido na política contabilística 2 o), o Grupo regista provisões para desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual para descomissionar e desmantelar esses activos no final da sua vida útil. Consequentemente, o Grupo registou provisões para activos fixos tangíveis relacionados com a produção de energia eólica para fazer face às responsabilidades de repor os terrenos para o seu estado original, no montante de 57.694 milhares de Euros com referência a 31 de Dezembro de 2011 (53.156 milhares de Euros em 31 Dezembro de 2010) (ver nota 32).

#### 46. RELATO FINANCEIRO POR SEGMENTOS

O Grupo produz energia a partir de fontes renováveis e têm quatro segmentos reportáveis que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo em Portugal, Espanha, resto da Europa e E.U.A. As unidades de negócio estratégicas têm actividade em zonas geográficas distintas, e são geridas de forma independente dado as suas diferentes características na sua maioria como consequência das diferentes regulamentações em cada zona. Para cada uma das unidades de negócio estratégicas, o CEO do Grupo analisa relatórios de gestão interna numa base trimestral.

Outras operações incluem as empresas do subgrupo EDPR Brasil, os investimentos financeiros e restantes actividades (Centrais de biomassa e mini-hídricas), que não estão incluídas nos segmentos reportáveis. Nenhum destes segmentos preenche os limites quantitativos para a determinação de segmentos reportáveis em 2011 ou 2010.

As políticas contabilísticas dos segmentos reportáveis são as mesmas descritas na nota 3. As informações respeitantes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas no Anexo 2. O desempenho é mensurado com base nos lucros do segmento, conforme incluídos nos relatórios de gestão interna, que são revistos pelo CEO do Grupo. Os lucros de cada segmento reportável, são usados para medir o desempenho uma vez que a administração considera que essa informação é a mais relevante na avaliação dos resultados de determinados segmentos face a outras entidades que operam neste sector. A política de preços inter-segmento é determinada nas condições normais concorrenciais de mercado.

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

O Grupo produz energia a partir de fontes renováveis em diversos locais e a sua actividade é gerida com base nos seguintes segmentos de negócios:

- Portugal - Inclui essencialmente empresas do grupo EDP Renováveis Portugal;
- Espanha - Inclui empresas do grupo EDPR EU com actividade em Espanha;
- Resto da Europa - Inclui empresas do grupo EDPR EU com actividade na Bélgica, França, Itália, Holanda, Polónia, Roménia e Reino Unido;
- Estados Unidos da América inclui as empresas pertencentes ao grupo EDPR NA;
- Outros - Inclui as empresas pertencentes ao grupo EDPR Brasil, os investimentos financeiros e as restantes actividades (Centrais de Biomassa e Mini-hídricas) não incluídas nos segmentos de negócio.

O segmento "Ajustamentos" diz respeito a ajustamentos de anulação dos investimentos financeiros nas subsidiárias do Grupo EDPR e outros ajustamentos de consolidação e intra-segmento.

#### Definição de segmento

Os valores reportados em cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transacções intra-segmentos.

A demonstração da posição financeira de cada subsidiária e de cada unidade de negócio é determinada com base nos montantes registados directamente nas subsidiárias que compõem o segmento, incluindo a anulação dos saldos intra-segmentos, não sendo efectuados quaisquer ajustamentos de imputação inter-segmentos.

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

A demonstração dos resultados para cada segmento de negócio é determinada tendo por base os montantes contabilizados directamente nas demonstrações financeiras das subsidiárias e respectivas unidades de negócio, corrigida da anulação das transacções intra-segmentos.

### 47. HONORÁRIOS DE AUDITORIA E OUTROS

A KPMG auditou as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP Renováveis em 2011 e 2010. Esta empresa e outras entidades e pessoas relacionadas de acordo com a Lei 19/1988 de 12 de Julho, facturaram honorários e despesas por serviços profissionais relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, de acordo como o seguinte detalhe (montante em milhares de euros):

	31 Dezembro 2011					
	Portugal	Espanha	Brasil	Estados Unidos da América	Outros	Total
(Milhares de Euros)						
Auditoria e Revisão Legal de Contas	166	639	83	688	308	1.884
Outros serviços de auditoria	180	61	-	31	13	285
	<b>346</b>	<b>700</b>	<b>83</b>	<b>719</b>	<b>321</b>	<b>2.169</b>
<b>Serviços de Consultoria fiscal</b>	-	-	-	<b>24</b>	<b>9</b>	<b>33</b>
Outros serviços	9	-	-	-	-	9
	<b>9</b>	-	-	<b>24</b>	<b>9</b>	<b>42</b>
<b>Total</b>	<b>355</b>	<b>700</b>	<b>83</b>	<b>743</b>	<b>330</b>	<b>2.211</b>

	31 Dezembro 2010					
	Portugal	Espanha	Brasil	Estados Unidos da América	Outros	Total
(Milhares de Euros)						
Auditoria e Revisão Legal de Contas	193	690	69	728	221	1.901
Outros serviços de auditoria	210	52	-	174	13	449
	<b>403</b>	<b>742</b>	<b>69</b>	<b>902</b>	<b>234</b>	<b>2.350</b>
<b>Serviços de Consultoria fiscal</b>	-	<b>17</b>	-	<b>481</b>	-	<b>498</b>
Outros serviços	1	-	-	-	-	1
	<b>1</b>	<b>17</b>	-	<b>481</b>	-	<b>499</b>
<b>Total</b>	<b>404</b>	<b>759</b>	<b>69</b>	<b>1.383</b>	<b>234</b>	<b>2.849</b>

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

### Anexo 1

As empresas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral, à data de 31 Dezembro 2011 e 2010, são as seguintes:

	Sede	Auditor	2011		2010	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
Empresa						
<b>HOLDING DO GRUPO:</b>						
EDP Renováveis, S.A.	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>EMPRESA-MÃE:</b>						
EDP Renewables Europe, S.L.	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Actividade eléctrica:</b>						
<b>Portugal:</b>						
EDP Renováveis Portugal, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica da Alagoa, S.A.	Arcos de Valdevez	KPMG	60,00%	60,00%	59,99%	59,99%
Eólica de Montenegro, Lda	Vila Pouca de Aguiar	KPMG	50,10%	50,10%	50,10%	50,10%
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	Botifas	KPMG	50,10%	50,10%	50,10%	50,10%
Malhadizes - Energia Eólica, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Espanha:</b>						
Acampo Arias, S.L.	Saragoça	KPMG	98,19%	98,19%	98,19%	98,19%
Agrupación Eólica, S.L.U.	Saragoça	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Aplicaciones Industriales de Energías Limpias, S.L.	Saragoça	Não auditada	61,50%	61,50%	-	-
Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A.	Barcelona	KPMG	48,70%	60,63%	48,70%	60,63%
Bon Vent de Corbera, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bon Vent de L'Ebre, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bon Vent de Vilalba, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ceasa Promociones Eólicas, S.L.U.	Saragoça	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ceprastur, AIE	Oviedo	Não auditada	56,76%	56,76%	56,76%	56,76%
Cía. Eléctrica de Energías Renovables Alternativas, S.A.U.	Saragoça	Deloitte	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Compañía Eólica Campo de Borja, S.A.	Saragoça	KPMG	75,83%	75,83%	75,83%	75,83%
Corporación Empresarial de Renovables Alternativas, S.L.U.	Saragoça	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico Almarchal, S.A.U.	Cádiz	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico Buenavista, S.A.U.	Cádiz	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico de Corme, S.A.	Corunha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico de Lugo, S.A.U.	Lugo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico de Tarifa, S.A.U.	Cádiz	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico Dumbria, S.A.U.	Corunha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico Rabosera, S.A.	Huesca	KPMG	95,08%	95,08%	95,00%	95,00%
Desarrollo Eólico Santa Quiteria, S.L.	Huesca	KPMG	83,96%	100,00%	58,33%	58,33%
Desarrollos Catalanes Del Viento, S.L.	Barcelona	KPMG	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Desarrollos Eólicos de Galicia, S.A.	Corunha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Eólicos de Teruel, S.L.	Saragoça	Não auditada	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Desarrollos Eólicos Promocion, S.A.	Sevilha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Eólicos, S.A.	Sevilha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renováveis Cantábria, S.L.	Madrid	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Energías Eólicas La Manchuela, S.L.U.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eneroliva, S.A.	Sevilha	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolica Alfoz, S.L.	Madrid	KPMG	83,73%	83,73%	84,98%	84,98%
Eólica Arlanzón, S.A.	Madrid	KPMG	77,50%	77,50%	77,50%	77,50%
Eólica Campollano, S.A.	Madrid	KPMG	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Eólica Curiscao Pumar, S.A.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica de Radona S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Don Quijote, S.L.	Albacete	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Dulcinea, S.L.	Albacete	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Fontesilva, S.L.	Corunha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Garcimuñoz, S.L.	Madrid	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Guadalteba, S.L.	Sevilha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica La Janda, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica La Navica, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Sierra de Avila, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	89,99%	89,99%

Empresa	Sede	Auditor	2011		2010	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
Generaciones Especiales I, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Hidroeléctrica del Rumbiar, S.L.	Madrid	Não auditada	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%
Hidroeléctrica Fuentesmosa, S.L.	Oviedo	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Hidroeléctrica Gormaz, S.A.	Salamanca	Não auditada	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Iberia Aprovechamientos Eólicos, S.A.U.	Saragoça	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Industrias Medioambientales Río Carrión, S.A.	Madrid	Não auditada	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Investigación y Desarrollo de Energías Renovables, S. L.	León	KPMG	59,59%	59,59%	59,59%	59,59%
Molino de Caragüeyes, S.L.	Saragoça	KPMG	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%
Muxia I e II	Corunha	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
NEO Catalunya, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
NEO Energia Aragón, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Neomai Inversiones SICAV, S.A.	Madrid	PWC	-	-	100,00%	100,00%
Parc Eolic Coll de la Garganta, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolic de Coll de Moro, S.L.	Barcelona	KPMG	60,00%	100,00%	60,00%	100,00%
Parc Eolic de Torre Madrina, S.L.	Barcelona	KPMG	60,00%	100,00%	60,00%	100,00%
Parc Eolic de Vilalba dels Arcs, S.L.	Barcelona	KPMG	60,00%	100,00%	60,00%	100,00%
Parc Eolic Molinars, S.L.	Girona	Não auditada	54,00%	90,00%	54,00%	90,00%
Parc Eolic Serra Voltorera, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	Madrid	KPMG	61,00%	61,00%	61,00%	61,00%
Parque Eólico Belchite, S.L.	Saragoça	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parque Eólico La Sotenera, S.L.	Saragoça	KPMG	64,84%	64,84%	64,84%	64,84%
Parque Eólico Los Cantales, S.L.U.	Saragoça	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parque Eólico Montes de Castejón, S.L.	Saragoça	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parque Eólico Plana de Artajona, S.L.U.	Saragoça	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parques de Generación Eólica, S.L.	Burgos	KPMG	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Parques Eólicos del Cantábrico, S.A.	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rasacal Cogeneración S.A.	Madrid	Não auditada	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Renovables Castilla La Mancha, S.A.	Albacete	KPMG	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Santa Quiteria Energia, S.L.U.	Saragoça	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra de la Peña, S.A.	Madrid	KPMG	84,90%	84,90%	84,90%	84,90%
Siesa Renovables Canarias, S.L.	Gran Canaria	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sinae Inversiones Eólicas, S.A.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sotromal, S.A.	Soria	Não auditada	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Subgrupo Veinco	Saragoça	Não auditada	-	-	100,00%	100,00%
Tratamientos Medioambientales del Norte, S.A.	Madrid	Não auditada	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%
<b>França:</b>						
C.E. Canet-Pont de Salars, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. Gueltas Noyal-Pontivy, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. NEO Truc L'homme, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. Patay, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. Saint Barnabe, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. Segur, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renewables France, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolienne de Challengeville, S.A.S.	Elbeuf	EXCO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolienne de Saugueuse, S.A.R.L.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolienne des Bocages, S.A.R.L.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolienne D'Etalondes, S.A.R.L.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Le Mee, S.A. R.L.	Toulouse	KPMG	100,00%	49,00%	100,00%	49,00%
Mardelle, S.A.R.L.	Toulouse	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien D'Ardennes	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de La Hetroye, S.A.S.	Elbeuf	EXCO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de Mancheville, S.A.R.L.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de Roman, S.A.R.L.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de Varimpre, S.A.S.	Elbeuf	EXCO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien des Bocages, S.A.R.L.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien des Longs Champs, S.A.R.L.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien des Vatines, S.A.S.	Elbeuf	EXCO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien du Clos Bataille, S.A.S.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Petite Piece, S.A.R.L.	Toulouse	KPMG	100,00%	49,00%	100,00%	49,00%
Plouvien Breiz, S.A.S.	Carhaix	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Quinze Mines, S.A.R.L.	Toulouse	Não auditada	100,00%	49,00%	100,00%	49,00%
Sauvageons, S.A.R.L.	Toulouse	KPMG	100,00%	49,00%	100,00%	49,00%
Vallée du Moulin, S.A.R.L.	Toulouse	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

# demonstrações financeiras

	Sede	Auditor	2011		2010	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
Empresa						
<b>Polónia:</b>						
EDP Renewables Polska, S.P. ZO.O	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Elektrownia Wiatrowa Kresy I, S.P. ZO.O	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Farma Wiatrowa Starozreby, SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Farma Wiatrowa Wyszogrod, SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	-	-	100,00%	100,00%
Karpacka Mala Energetyka, SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Masovia Wind Farm I, S.P. ZO.O	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Relax Wind Park I, S.P. ZO.O	Varsóvia	KPMG	96,43%	96,43%	96,43%	96,43%
Relax Wind Park II, S.P. ZO.O	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	51,00%	51,00%
Relax Wind Park III, S.P. ZO.O	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Relax Wind Park IV, S.P. ZO.O	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	51,00%	51,00%
<b>Bélgica:</b>						
Greenwind, S.A.	Louvain-la-	KPMG	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
<b>Brasil:</b>						
Central Nacional de Energia Eólica, S.A.	São Paulo	KPMG	55,00%	100,00%	55,00%	100,00%
EDP Renováveis Brasil, S.A.	São Paulo	KPMG	55,00%	55,00%	55,00%	55,00%
Elebrás Projectos, Ltda	São Paulo	Não auditada	55,00%	100,00%	55,00%	100,00%
<b>Roménia:</b>						
Cernavoda Power, S.R.L.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
EDP Renewables Romania, S.R.L.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Pestera Wind Farm, S.A.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	-	-
Pochidia Wind Farm, S.A.	Bucareste	Não auditada	85,00%	85,00%	-	-
S.C. Ialomita Power, S.R.L.	Bucareste	Não auditada	85,00%	85,00%	-	-
<b>Holanda:</b>						
Tarcan, BV	Amsterdão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Reino Unido:</b>						
EDPR UK Limited	Cardiff	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MacColl Offshore Windfarm Limited	Cardiff	Não auditada	66,64%	100,00%	75,00%	100,00%
Moray Offshore Renewables Limited	Cardiff	KPMG	66,64%	66,64%	75,00%	75,00%
Stevenson Offshore Windfarm Limited	Cardiff	Não auditada	66,64%	100,00%	75,00%	100,00%
Telford Offshore Windfarm Limited	Cardiff	Não auditada	66,64%	100,00%	75,00%	100,00%
<b>Itália:</b>						
EDP Renewables Italia, S.R.L.	Verbania	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Re Plus - S.R.L.	Roma	Não auditada	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%
Repano Wind S.R.L.	Verbania	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Villa Castelli Wind, S.R.L.	Verbania	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
<b>Canadá:</b>						
EDP Renewables Canada, Ltd	Ontario	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>EMPRESA-MÃE:</b>						
EDP Renewables North America, L.L.C. (anterior Horizon Wind Energy, L.L.C.)	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Actividade eléctrica:</b>						
<b>EUA:</b>						
17th Star Wind Farm, L.L.C.	Ohio	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2007 Vento I, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2007 Vento II	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2008 Vento III	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2009 Vento IV, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2009 Vento V, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2009 Vento VI, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2010 Vento VII, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2010 Vento VIII, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2011 Vento IX, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2011 Vento X, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	-	-
Alabama Ledge Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Antelope Ridge Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Arkwright Summit Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Empresa	Sede	Auditor	2011		2010	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
Arlington Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Aroostook Wind Energy, L.L.C.	Maine	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ashford Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Athena-Weston Wind Power Project II, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Athena-Weston Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
AZ Solar, L.L.C.	Arizona	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BC2 Maple Ridge Holdings, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BC2 Maple Ridge Wind, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Black Prairie Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Black Prairie Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Black Prairie Wind Farm, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm IV, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm V, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Wind Power VII, L.L.C.	Oklahoma	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower II, L.L.C.	Oklahoma	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower III, L.L.C.	Oklahoma	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower IV, L.L.C.	Oklahoma	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower V, L.L.C.	Oklahoma	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower VI, L.L.C.	Oklahoma	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Broadlands Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Broadlands Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Broadlands Wind Farm, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Buffalo Bluff Wind Farm, L.L.C.	Wyoming	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Chateaugay River Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Clinton County Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cloud County Wind Farm, L.L.C.	Kansas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cloud West Wind Project, L.L.C.	Kansas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Coos Curry Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cropsey Ridge Wind Farm, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Crossing Trails Wind, Power Project, L.L.C.	Colorado	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dairy Hills Wind Farm, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Diamond Power Partners, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
East Klickitat Wind Power Project, L.L.C.	Washington	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eastern Nebraska Wind Farm, L.L.C.	Nebraska	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
EDPR Wind Ventures X, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Five-Spot, L.L.C.	Califórnia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ford Wind Farm, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Franklin Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Gulf Coast Windpower Management Company, L.L.C.	Indiana	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Headwaters Wind Farm, L.L.C.	Indiana	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Hidalgo Wind Farm, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
High Prairie Wind Farm II, L.L.C.	Minnesota	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
High Trail Wind Farm, L.L.C.	Illinois	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Chocolate Bayou, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy International	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Midwest IX, L.L.C.	Kansas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest I, L.L.C.	Washington	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest IV, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest VII, L.L.C.	Washington	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest X, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest XI, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Panhandle I, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest I, L.L.C.	Novo Mexico	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest II, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest III, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest IV, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Valley I, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind MREC Iowa Partners, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures I, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures IB, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures IC, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures II, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures III, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

# demonstrações financeiras

Empresa	Sede	Auditor	2011		2010	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
Horizon Wind Ventures IX, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures VI, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures VII, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures VIII, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind, Freeport Windpower I, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wyoming Transmission, L.L.C.	Wyoming	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Jericho Rise Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Juniper Wind Power Partners, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lexington Chenoa Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lexington Chenoa Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lexington Chenoa Wind Farm, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lost Lakes Wind Farm, L.L.C.	Iowa	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Machias Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Madison Windpower, L.L.C.	Nova Iorque	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marble River, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Martinsdale Wind Farm, L.L.C.	Colorado	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm II, L.L.C.	Indiana	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm IV, L.L.C.	Indiana	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm V, L.L.C.	Indiana	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm, L.L.C.	Indiana	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Windfarm III, L.L.C.	Indiana	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Mesquite Wind, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
New Trail Wind Farm, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
North Slope Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Number Nine Wind Farm, L.L.C.	Maine	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Old Trail Wind Farm, L.L.C.	Illinois	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
OPQ Property, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pacific Southwest Wind Farm, L.L.C.	Arizona	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm II, L.L.C.	Ohio	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm III, L.L.C.	Ohio	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm IV, L.L.C.	Ohio	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Paulding Wind Farm, L.L.C.	Ohio	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Peterson Power Partners, L.L.C.	Califórnia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pioneer Prairie Interconnection, L.L.C.	Iowa	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pioneer Prairie Wind Farm I, L.L.C.	Iowa	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pioneer Prairie Wind Farm II, L.L.C.	Iowa	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Post Oak Wind, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Quilt Block Wind Farm, L.L.C.	Wisconsin	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rail Splitter	Illinois	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rio Blanco Wind Farm, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rising Tree Wind Farm, L.L.C.	Califórnia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rush County Wind Farm, L.L.C.	Kansas	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Saddleback Wind Power Project, L.L.C.	Washington	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sagebrush Power Partners, L.L.C.	Washington	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sardinia Windpower, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Signal Hill Wind Power Project, L.L.C.	Colorado	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm II, L.L.C.	Wyoming	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm III, L.L.C.	Wyoming	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm IV, L.L.C.	Wyoming	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm V, L.L.C.	Wyoming	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm, L.L.C.	Wyoming	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Stinson Mills Wind Farm, L.L.C.	Colorado	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Stone Wind Power, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Telocaset Wind Power Partners, L.L.C.	Oregon	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
The Nook Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tug Hill Windpower, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tumbleweed Wind Power Project, L.L.C.	Colorado	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Turtle Creek Wind Farm, L.L.C.	Iowa	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Waverly Wind Farm, L.L.C.	Kansas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Western Trail Wind Project I, L.L.C.	Kansas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Wheatfield Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Whiskey Ridge Power Partners, L.L.C.	Washington	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Whistling Wind WI Energy Center, L.L.C.	Wisconsin	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Whitestone Wind Purchasing, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Wilson Creek Power Partners, L.L.C.	Nevada	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Wind Turbine Prometheus, L.P.	Califórnia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
WTP Management Company, L.L.C.	Califórnia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

As Empresas Conjuntamente Controladas incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2011, são as seguintes:

Empresas Conjuntamente Controladas	2011				
	Capital / Moeda	Sede	Auditor	% Detida	% Direitos de voto
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	6.701.165 €	Zaragoza	Deloitte	50,00%	50,00%
Desarrollos Energeticos Canários, S.A.	15.025 €	Las Palmas	n.a.	49,90%	49,90%
Evolución 2000, S.L.	117.994 €	Albacete	KPMG	49,15%	49,15%
Flat Rock Windpower, LLC	\$522.818.885	New York	E&Y	50,00%	50,00%
Flat Rock Windpower II, LLC	\$207.447.187	New York	E&Y	50,00%	50,00%
Tebar Eólica, S.A.	4.720.400 €	Cuenca	Abante Audit	50,00%	50,00%

Empresas Conjunta-mente Controladas	2011							
	Activo Não Corrente	Activo Corrente	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	Total Capital Próprio	Total Proveitos	Total Custos	Resultado Líquido
(Milhares de Euros)								
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	47.204	9.709	19.424	6.826	30.663	17.986	-10.214	7.772
Desarrollos Energeticos Canários, S.A.		4	-5	-	9	-	-	-
Evolución 2000, S.L.	23.319	5.025	18.850	2.134	7.360	5.255	-3.578	1.677
Flat Rock Windpower, LLC	158.942	3.125	1.265	28	160.774	11.565	-13.815	-2.250
Flat Rock Windpower II, LLC	63.658	863	487	68	63.966	2.740	-4.609	-1.869
Tebar Eólica, S.A.	14.607	6.095	13.063	2.220	5.419	4.108	-3.276	832

As Empresas Conjuntamente Controladas incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2010, são as seguintes:

Empresas Conjuntamente Controladas	2010				
	Capital / Moeda	Sede	Auditor	% Detida	% Direitos de voto
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	6.701.165 €	Zaragoza	Deloitte	50,00%	50,00%
Desarrollos Energeticos Canários, S.A.	15.025 €	Las Palmas	n.a.	49,90%	49,90%
Evolución 2000, S.L.	117.994 €	Albacete	KPMG	49,15%	49,15%
Flat Rock Windpower, LLC	\$522.818.885	New York	E&Y	50,00%	50,00%
Flat Rock Windpower II, LLC	\$207.447.187	New York	E&Y	50,00%	50,00%
Tebar Eólica, S.A.	4.720.400 €	Cuenca	Abante Audit	50,00%	50,00%

Empresas Conjunta-mente Controladas	2010							
	Activo Não Corrente	Activo Corrente	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	Total Capital Próprio	Total Proveitos	Total Custos	Resultado Líquido
(Milhares de Euros)								
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	49.736	8.604	26.168	6.993	25.180	16.808	-10.103	6.705
Desarrollos Energeticos Canários, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Evolución 2000, S.L.	24.435	7.102	20.293	4.073	7.172	4.988	-3.490	1.498
Flat Rock Windpower, LLC	162.186	3.686	1.146	43	164.682	11.813	-15.578	-3.765
Flat Rock Windpower II, LLC	64.868	1.026	437	55	65.402	2.908	-5.132	-2.224
Tebar Eólica, S.A.	16.135	5.398	14.611	1.900	5.022	4.044	-3.433	611

As Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são as seguintes:

Empresas Associadas	Sede	Auditor	2011		2010	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.	Barcelona	Não auditada	18,97%	38,96%	48,70%	60,63%
Biomassas del Pirineo, S.A.	Huesca	PWC	30,00%	30,00%	30,00%	30,00%
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	Burgos	Não auditada	30,00%	30,00%	30,00%	30,00%
Desarrollos Eolicos de Canárias, S.A.	Gran Canaria	KPMG	44,75%	44,75%	44,75%	44,75%
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	Lisboa	Mazars	35,96%	35,96%	35,96%	35,96%
Hidroastur, S.A.	Oviedo	KPMG	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
Naturneo Energía, S.L.	Bilbau	Mazars	49,01%	49,01%	49,01%	49,01%
Parque Eólico Belmonte, S.A.	Asturias	Centium	29,90%	29,90%	29,90%	29,90%
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	Soria	Não auditada	42,00%	42,00%	42,00%	42,00%
SeaEnergy Renewables Inch Cape Limited	Edimburgo	Deloitte	49,00%	49,00%	-	-
Sodecoan, S.L.	Sevilha	Ernst & Young	-	-	50,00%	50,00%
Solar Siglo XXI, S.A.	Ciudad Real	KPMG	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Anexo 2 - Actividade Grupo por Segmentos de Negócio informação por Segmentos de Negócio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

	PRODUÇÃO EÓLICA	
	EUROPA	
	Portugal	Espanha
(Milhares de Euros)		
<b>Volume de negócios</b>	<b>138.576</b>	<b>379.527</b>
Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos EUA		
	<b>138.576</b>	<b>379.527</b>
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Outros proveitos de exploração	2.094	5.502
Fornecimentos e serviços externos	-21.481	-66.595
Custos com o pessoal e Custos com benefícios aos empregados	-2.988	-6.856
Outros custos de exploração	-5.455	-16.459
	<b>-27.830</b>	<b>-84.408</b>
	<b>110.746</b>	<b>295.119</b>
Provisões do exercício	-	266
Amortizações do exercício	-28.643	-133.675
Amortização do proveito diferido / subsídios governamentais	913	140
	<b>83.016</b>	<b>161.850</b>
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	-	10.499
Outros proveitos financeiros	-	906
Juros obtidos	7.072	6.269
Outros custos financeiros	-280	-1.869
Juros suportados	-35.050	-114.724
Ganhos / (perdas) em associadas	2.167	1.746
<b>Resultados antes imposto</b>	<b>56.925</b>	<b>64.677</b>
Impostos sobre lucros	-15.665	-16.277
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>41.260</b>	<b>48.400</b>
Atribuível a:		
Accionistas da EDP Renováveis	39.733	44.995
Interesses não controláveis	1.527	3.405
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>41.260</b>	<b>48.400</b>
<b>ACTIVOS</b>		
Activos tangíveis	526.275	3.152.540
Activos intangíveis e Goodwill	42.494	97.172
Investimentos financeiros em empresas associadas	-	9.381
<b>Activo corrente</b>	<b>133.706</b>	<b>445.113</b>
<b>CAPITAIS PRÓPRIOS E PASIVOS</b>		
Capitais próprios e Interesses não controláveis	97.953	936.440
<b>Passivo corrente</b>	<b>229.146</b>	<b>1.005.260</b>
Outras informações:		
Aumentos do ano		
Activos tangíveis	10.119	168.898
Activos intangíveis e Goodwill	-	-

\* O Resto da Europa inclui os seguintes países: Bélgica, França, Itália, Países Baixos, Polónia, Roménia e Reino Unido.

PRODUÇÃO EÓLICA						
EUROPA				E.U.A.	Outros e Ajustam.	Grupo EDP Renováveis
Resto da Europa *	Outros	Ajustam.	Total			
<b>126.212</b>	<b>18.292</b>	<b>-27.744</b>	<b>634.863</b>	<b>302.890</b>	<b>19.464</b>	<b>957.217</b>
			-	111.610		111.610
<b>126.212</b>	<b>18.292</b>	<b>-27.744</b>	<b>634.863</b>	<b>414.500</b>	<b>19.464</b>	<b>1.068.827</b>
1.606	8.195	45.159	62.556	17.712	4.276	84.544
-23.138	-14.543	19.103	-106.654	-101.262	-17.153	-225.069
-3.948	-9.050	-	-22.842	-25.936	-12.054	-60.832
-6.626	-1.238	1.130	-28.648	-34.839	-3.245	-66.732
<b>-32.106</b>	<b>-16.636</b>	<b>65.392</b>	<b>-95.588</b>	<b>-144.325</b>	<b>-28.176</b>	<b>-268.089</b>
<b>94.106</b>	<b>1.656</b>	<b>37.648</b>	<b>539.275</b>	<b>270.175</b>	<b>-8.712</b>	<b>800.738</b>
-	-	-	266	-	-	266
-49.084	-5.338	-35.488	-252.228	-209.653	-6.612	-468.493
242	1	-	1.296	13.690	-	14.986
<b>45.264</b>	<b>-3.681</b>	<b>2.160</b>	<b>288.609</b>	<b>74.212</b>	<b>-15.324</b>	<b>347.497</b>
-	-	-	10.499	-	-	10.499
19.660	25.020	-23.842	21.744	8.299	756	30.799
1.515	178.452	-179.101	14.207	539	16.010	30.756
-33.548	-12.751	10.275	-38.173	-72.098	-9.091	-119.362
-63.808	-247.094	179.057	-281.619	1.283	94.013	-186.323
-7	889	-	4.795	-	1	4.796
<b>-30.924</b>	<b>-59.165</b>	<b>-11.451</b>	<b>20.062</b>	<b>12.235</b>	<b>86.365</b>	<b>118.662</b>
2.759	30.805	2.365	3.987	-5.813	-26.212	-28.038
<b>-28.165</b>	<b>-28.360</b>	<b>-9.086</b>	<b>24.049</b>	<b>6.422</b>	<b>60.153</b>	<b>90.624</b>
-26.586	-28.329	-9.086	20.727	6.422	61.455	88.604
-1.579	-31	-	3.322	-	-1.302	2.020
<b>-28.165</b>	<b>-28.360</b>	<b>-9.086</b>	<b>24.049</b>	<b>6.422</b>	<b>60.153</b>	<b>90.624</b>
1.356.113	47.049	-	5.081.977	5.162.441	210.203	10.454.621
90.416	69	470.034	700.185	618.437	15.042	1.333.664
14.700	-	25.423	49.504	1.877	-	51.381
<b>144.866</b>	<b>1.430.075</b>	<b>-1.496.724</b>	<b>657.036</b>	<b>137.865</b>	<b>95.651</b>	<b>890.552</b>
223.278	121.189	-935.817	443.043	3.332.379	1.678.303	5.453.725
<b>554.386</b>	<b>463.909</b>	<b>-1.371.231</b>	<b>881.470</b>	<b>396.278</b>	<b>-194.569</b>	<b>1.083.179</b>
155.079	28.771	-	362.867	407.894	59.949	830.710
5	-	-	5	-	4	9

# demonstrações financeiras

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Anexo 2 - Actividade Grupo por Segmentos de Negócio informação por Segmentos de Negócio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

	PRODUÇÃO EÓLICA	
	EUROPA	
	Portugal	Espanha
(Milhares de Euros)		
<b>Volume de negócios</b>	<b>140.251</b>	<b>331.202</b>
Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos EUA		
	<b>140.251</b>	<b>331.202</b>
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Outros proveitos de exploração	1.657	7.185
Fornecimentos e serviços externos	-18.234	-60.686
Custos com o pessoal e Custos com benefícios aos empregados	-2.702	-5.568
Outros custos de exploração	-5.296	-9.889
	<b>-24.575</b>	<b>-68.958</b>
	<b>115.676</b>	<b>262.244</b>
Provisões do exercício	8	147
Amortizações do exercício	-34.964	-138.271
Amortização do proveito diferido / subsídios governamentais	1.100	214
	<b>81.820</b>	<b>124.334</b>
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	-	-
Outros proveitos financeiros	290	688
Juros obtidos	3.160	1.949
Outros custos financeiros	-306	-1.680
Juros suportados	-32.711	-98.159
Ganhos / (perdas) em associadas	2.128	2.908
<b>Resultados antes imposto</b>	<b>54.381</b>	<b>30.040</b>
Impostos sobre lucros	-15.118	-8.306
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>39.263</b>	<b>21.734</b>
Atribuível a:		
Accionistas da EDP Renováveis	37.766	14.015
Interesses não controláveis	1.497	7.719
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>39.263</b>	<b>21.734</b>
<b>ACTIVOS</b>		
Activos tangíveis	544.126	3.105.798
Activos intangíveis e Goodwill	43.167	106.656
Investimentos financeiros em empresas associadas	-	15.915
<b>Activo corrente</b>	<b>161.590</b>	<b>410.772</b>
<b>CAPITAIS PRÓPRIOS E PASIVOS</b>		
Capitais próprios e Interesses não controláveis	74.258	860.192
<b>Passivo corrente</b>	<b>151.655</b>	<b>930.649</b>
Outras informações:		
Aumentos do ano		
Activos tangíveis	7.859	128.435
Activos intangíveis e Goodwill	-	124

\* O Resto da Europa inclui os seguintes países: Bélgica, França, Itália, Países Baixos, Polónia, Roménia e Reino Unido.

PRODUÇÃO EÓLICA						
EUROPA				E.U.A.	Outros e Ajustam.	Grupo EDP Renováveis
Resto da Europa *	Outros	Ajustam.	Total			
<b>78.458</b>	<b>19.736</b>	<b>-7.415</b>	<b>562.232</b>	<b>274.969</b>	<b>3.441</b>	<b>840.642</b>
				107.005		107.005
<b>78.458</b>	<b>19.736</b>	<b>-7.415</b>	<b>562.232</b>	<b>381.974</b>	<b>3.441</b>	<b>947.647</b>
16.376	2.655	-991	26.882	46.022	121	73.025
-17.851	-10.732	20.094	-87.409	-93.026	-15.776	-196.211
-3.120	-8.736	-	-20.126	-24.333	-10.387	-54.846
-2.492	-2.213	-23	-19.913	-22.303	-14.650	-56.866
<b>-7.087</b>	<b>-19.026</b>	<b>19.080</b>	<b>-100.566</b>	<b>-93.640</b>	<b>-40.692</b>	<b>-234.898</b>
<b>71.371</b>	<b>710</b>	<b>11.665</b>	<b>461.666</b>	<b>288.334</b>	<b>-37.251</b>	<b>712.749</b>
-	-	-	155	-	-	155
-30.708	-5.242	-	-209.185	-222.263	-2.955	-434.403
222	-	-	1.536	9.869	1	11.406
<b>40.885</b>	<b>-4.532</b>	<b>11.665</b>	<b>254.172</b>	<b>75.940</b>	<b>-40.205</b>	<b>289.907</b>
-	-	-	-	-	-	-
17.144	46.865	-46.865	18.122	6.131	10.121	34.374
468	170.012	-167.321	8.268	308	1.355	9.931
-21.546	-19.960	14.969	-28.523	-73.355	-8.182	-110.060
-30.190	-233.849	167.474	-227.435	3.400	115.644	-108.391
-	-	-	5.036	-	-	5.036
<b>6.761</b>	<b>-41.464</b>	<b>-20.078</b>	<b>29.640</b>	<b>12.424</b>	<b>78.733</b>	<b>120.797</b>
429	10.210	-	-12.785	-	-24.974	-37.759
<b>7.190</b>	<b>-31.254</b>	<b>-20.078</b>	<b>16.855</b>	<b>12.424</b>	<b>53.759</b>	<b>83.038</b>
7.092	-25.875	-20.078	12.920	12.424	54.859	80.203
98	-5.379	-	3.935	-	-1.100	2.835
<b>7.190</b>	<b>-31.254</b>	<b>-20.078</b>	<b>16.855</b>	<b>12.424</b>	<b>53.759</b>	<b>83.038</b>
1.300.198	50.158	-	5.000.280	4.814.548	166.943	9.981.771
93.194	72	508.886	751.975	600.317	14.441	1.366.733
-	12	28.127	44.054	1.817	-	45.871
<b>148.131</b>	<b>1.223.267</b>	<b>-1.184.134</b>	<b>759.626</b>	<b>199.503</b>	<b>301.436</b>	<b>1.260.565</b>
253.527	48.858	-794.532	442.303	3.146.741	1.804.467	5.393.511
<b>409.258</b>	<b>393.605</b>	<b>-813.227</b>	<b>1.071.940</b>	<b>428.332</b>	<b>-208.097</b>	<b>1.292.175</b>
467.018	4.370	-	607.682	783.436	79.519	1.470.637
57.781	-	-	57.905	2.185	315	60.405

# declaração de conformidade com a informação financeira



Os membros do Conselho de Administração da sociedade EDP Renováveis, S.A.

## **DECLARAM**

Até ao limite do nosso conhecimento, a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245 do Decreto-Lei n.º 357-A/2007, de 31 de Outubro e demais documentos relativos à apresentação das contas exigidos pela lei em vigor foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, reflectindo uma imagem verdadeira e justa do activo, passivo, da situação financeira e dos resultados da EDP Renováveis, S.A. e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas aos quais poderá estar exposta.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2012.

\_\_\_\_\_  
António Luís Guerra Nunes Mexia

\_\_\_\_\_  
João Manuel Manso Neto

\_\_\_\_\_  
Ana Maria Fernandes Machado

\_\_\_\_\_  
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves

\_\_\_\_\_  
Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira

\_\_\_\_\_  
João Paulo Nogueira da Sousa Costeira

\_\_\_\_\_  
Luis de Abreu Castelo-Branco Adão da Fonseca

\_\_\_\_\_  
Gabriel Alonso Imaz

\_\_\_\_\_  
José Fernando Maia de Araújo e Silva

\_\_\_\_\_  
Manuel Menéndez Menéndez

\_\_\_\_\_  
João Manuel de Mello Franco

\_\_\_\_\_  
Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos

\_\_\_\_\_  
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda

\_\_\_\_\_  
António do Pranto Nogueira Leite

\_\_\_\_\_  
Gilles August

\_\_\_\_\_  
João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo

\_\_\_\_\_  
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde

# relatório de auditoria às demonstrações financeiras consolidadas

KPMG Auditores S.L.  
Venturo Rodríguez, 2  
30004 Oviedo

Este documento em Português é fornecido apenas para efeitos informativos. No caso de qualquer discrepância entre esta versão e a versão original em Inglês, esta prevalecerá.

## Relatório de Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Aos Accionistas da  
EDP Renováveis, S.A.

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas da EDP Renováveis, S.A. (a “Empresa”) e suas subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2011, a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração consolidada do rendimento integral, o mapa de alterações aos capitais próprios consolidados, a demonstração dos fluxos de caixa consolidados e as notas relativas ao exercício findo naquela data. Conforme mencionado na nota 2 das notas às demonstrações financeiras consolidadas, a sua preparação é da responsabilidade do Conselho de Administração, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas na União Europeia e outras disposições legais sobre informação financeira aplicáveis ao Grupo. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas, baseada na nossa auditoria de acordo com a legislação e regulamentação de auditoria aplicável em Espanha, que exigem a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, apreciação, em termos globais, da sua apresentação, bem como as políticas e os critérios contabilísticos adoptados e a as estimativas efectuadas estão de acordo com as normas relacionadas com a informação financeira.

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2011, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, os capitais próprios consolidados e a posição financeira consolidada da EDP Renováveis, S.A. e das suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, e outras disposições legais sobre informação financeira.

O relatório de gestão consolidado de 2011 contém as explicações consideradas relevantes pelo Conselho de Administração da EDP Renováveis, S.A. face à situação do Grupo, a evolução do seu negócio e outros assuntos, e não constitui parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com a informação divulgada nas demonstrações financeiras consolidadas de 2011. Enquanto auditores o nosso exame é limitado à verificação do relatório de gestão no âmbito descrito neste parágrafo e não inclui a revisão de outra informação que não a extraída directamente dos registos contabilísticos da EDP Renováveis, S.A. e das suas subsidiárias.

KPMG Auditores, S.L.

Ana Fernández Poderós

29 de Fevereiro de 2012

# relatório dos auditores ao sistema de controlo interno do relato financeiro

KPMG Auditores S.L.  
Ventura Rodríguez, 2  
33004 Oviedo

Este documento em Português é fornecido apenas para efeitos informativos. No caso de qualquer discrepância entre esta versão e a versão original em Inglês, esta prevalecerá.

## Relatório de auditoria sobre o sistema de controlo interno do relato financeiro

Ao Conselho de Administração  
EDP Renováveis, S.A.

De acordo com o vosso pedido e a nossa carta de honorários datada de 15 de fevereiro de 2011, procedemos à auditoria do sistema de controlo interno do relato financeiro da EDP Renováveis, S.A. (a Empresa) e subsidiárias (o Grupo) à data de 31 de dezembro de 2011, com base nos critérios estabelecidos no Enquadramento Integrado de Controlo Interno, emitido pela *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)* relativamente aos processos de negócio e controlo globais e o enquadramento do COBIT (*Control Objectives for Information and related Technologies*) relativamente aos controlos dos sistemas da Tecnologia da Informação. O Conselho de Administração da Empresa e a Equipa de Gestão do Grupo são responsáveis pela adoção das medidas necessárias para garantirem de modo razoável a implementação, manutenção e supervisão de um sistema adequado de controlo interno do relato financeiro, avaliação da sua eficácia e realização de melhorias no sistema, tal como definido no relatório redigido pela Administração do Grupo no controlo interno financeiro incluído. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião quanto à eficácia do controlo interno do sistema financeiro com base na nossa auditoria.

O controlo interno do sistema financeiro de uma organização é concebido para fornecer uma garantia razoável de que os seus relatórios financeiros anuais cumprem com o enquadramento financeiro aplicável. Inclui políticas e procedimentos destinados a: (i) verificar a existência e a manutenção dos registos que apresentem um nível adequado e razoável de detalhe face às transações e ativos do Grupo; (ii) fornecer garantia razoável de que as transações são adequadamente registadas de modo a permitir que o Grupo obtenha contas anuais consolidadas de acordo com o enquadramento de contabilidade financeira aplicável; e (iii) fornecer uma garantia razoável relativamente à prevenção atempada ou deteção de aquisição ou alienação de ativos ou a utilização não autorizada de ativos do Grupo que possam ter um efeito material nas contas anuais consolidadas. Devido às limitações inerentes a qualquer forma de sistema de controlo interno, independentemente da qualidade do design e funcionamento do sistema de controlo interno adotado para a contabilidade financeira anual, este sistema só pode fornecer uma garantia razoável e não absoluta face aos objetivos procurados.

Realizámos a nossa auditoria de acordo com a ISAE 3000 (*International Standard on Assurance Engagements*). Esta norma exige que planeemos e realizemos a nossa auditoria de modo a obter uma garantia razoável se o sistema de controlo interno do Grupo sobre a contabilidade financeira está a ser eficaz em todos os aspetos materiais. A nossa auditoria incluiu o nosso entendimento do controlo interno do Grupo face ao sistema de contabilidade financeira, verificando e avaliando, numa base de testes seletivos, o design e a eficácia operacional do sistema e realizando outros procedimentos considerados necessários dadas as circunstâncias. Acreditamos que a nossa auditoria fornece uma base razoável para a nossa opinião.

KPMG Auditores S.L., sociedad española de responsabilidad limitada,  
es una filial de KPMG Current LLP y forma parte de la red KPMG de  
firmas independientes afiliadas a KPMG International Cooperative  
("KPMG International"), sociedad suiza.

Reg. Mºr Madrid T. 11.001 F. 00  
Soc. E. H. M. 100.000.000, inscrita en  
N.º 1.º 3.702/1152

Devido às limitações inerentes a qualquer forma de sistema de controlo interno, há sempre a possibilidade de que o controlo interno sobre o sistema financeiro não consiga evitar ou detetar os erros ou irregularidades que possa surgir, devido a erros de avaliação, erro humano, fraude ou má prática. Extrapolar a eficácia da avaliação a anos futuros engloba o risco de que os controlos possam deixar de ser adequados às condições em mudança ou erosão nos níveis de conformidade com as políticas e procedimentos.

Na nossa opinião o sistema de controlo interno financeiro do Grupo, reportado a 31 de dezembro de 2011, é eficaz em todos os aspetos materiais, de acordo com os critérios estabelecidos no Enquadramento Integrado de Controlo Interno, emitido pela *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) relativamente aos processos de negócio e controlo globais e o enquadramento do COBIT (*Control Objectives for Information and related Technologies*) relativamente aos controlos dos sistemas da Tecnologia da Informação.

A 29 de fevereiro de 2012, de acordo com a legislação de contabilidade em vigor em Espanha, emitimos um relatório de auditoria sobre as contas anuais consolidadas do Grupo para o exercício de 2011, exprimindo uma opinião não qualificada.

Este relatório foi emitido de acordo com o vosso pedido. Não aceitamos qualquer responsabilidade junto de terceiros para além dos destinatários previstos deste relatório.

KPMG Auditores, S.L.

Ana Fernández Poderós  
29 de fevereiro de 2012

# declaração de conformidade com o sistema de controlo interno do relato financeiro



Este documento em Português é fornecido apenas para efeitos informativos. No caso de qualquer discrepância entre esta versão e a versão original em Inglês, esta prevalecerá.

## **Relatório do Management relativo à responsabilidade pelo Sistema de Controlo interno sob o Relato Financeiro**

O Conselho de Administração e o *Management* são responsáveis por estabelecer e manter um Sistema de Controlo Interno sob o Relato Financeiro (SCIRF) adequado.

O SCIRF do Grupo da EDP Renováveis é composto por processos elaborados para uma garantia razoável da fiabilidade da informação financeira e a preparação das contas anuais consolidadas para fins externos, de acordo com o sistema de informação financeira aplicável.

Devido às limitações inerentes aos sistemas de controlo interno, é possível que o sistema de controlo interno sob relato financeiro não preveja ou detecte todos os erros que possam ocorrer e podem apenas prever uma garantia razoável com respeito à apresentação e preparação as contas consolidadas anuais. Para além disso, extrapolar a avaliação efectiva para anos futuros envolve um risco que os controlos podem considerar adequados devido às alterações das condições ou desintegração do nível de cumprimento com as políticas e procedimentos.

O *Management* verificou a eficácia do SCIRF a 31 de Dezembro de 2011 baseado no critério estabelecido no Controlo Interno – Sistema Integrado emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO).

Como resultado desta verificação, e baseado nos critérios acima mencionados, o *Management* conclui que a 31 de Dezembro de 2011 o Grupo EDP Renováveis teve um sistema de controlo interno sob relato financeiro eficaz.

O SCIRF do Grupo EDP Renováveis a 31 de Dezembro de 2011 foi auditado pelos auditores independentes KPMG Auditores, S.L. conforme indicado no Relatório Anual de Governo Corporativo.

Chief Executive Officer

Chief Financial Officer

29 de Fevereiro de 2012

Impresso em papel elaborado com celulose ECF – Elementary Chlorine Free – em fábricas com Certificação ISO 9001, Gestão Ambiental ISO 14001 e com Certificação Florestal FSC. Papel proveniente de florestas que são objeto de um processo científico e sustentado de reflorestação.

**PUBLICAÇÃO** EDP Renováveis, S.A.  
Plaza de la Gesta, 2  
33007 Oviedo, Espanha

**PAGINAÇÃO** happy brands

**IMPRESSÃO** Dilazo – Artes Gráficas, S.A.

**TIRAGEM** 180 unidades

**DEPÓSITO LEGAL** 291932/09

Abril de 2012

**INFORMAÇÃO ADICIONAL** Para mais informações sobre a EDP Renováveis visite [www.edpr.com](http://www.edpr.com), onde poderá encontrar a versão eletrónica do Relatório e Contas 2011

